

**Mensagem à
Assembleia
Legislativa**

102



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Superintendência Central de Planejamento

MENSAGEM DO GOVERNADOR

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada na reunião inaugural da
primeira sessão legislativa ordinária
da décima sexta legislatura

BELO HORIZONTE - MG
2007

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Superintendência Central de Planejamento
Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Lourdes
Belo Horizonte - MG
30.180-140

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Planejamento e
Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.
Superintendência Central de Planejamento.

Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado de
Minas Gerais: apresentada na reunião inaugural da primeira sessão
legislativa ordinária da décima sexta legislatura. Belo Horizonte:
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2007.
406 p.

1. Administração Pública - Minas Gerais. I. Título

CDU 353 (815.1)

APRESENTAÇÃO	IX
QUADRO MACROECONÔMICO	17
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA	19
1 - O DESEMPENHO ECONÔMICO	21
2 - EVOLUÇÃO DO PIB MINEIRO	22
3 - O SETOR AGROPECUÁRIO EM MINAS GERAIS	27
4 - A INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS	30
4.1 - AS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E DE TRANSFORMAÇÃO	31
5 - O SETOR TERCIÁRIO EM MINAS GERAIS	33
6 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO E DO EMPREGO	34
6.1 - MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO CELETISTA	35
6.2 - EMPREGO NA INDÚSTRIA	36
6.3 - O MERCADO DE TRABALHO NA RMBH	37
7 - DESIGUALDADE DE RENDA	39
8 - SETOR EXTERNO E A ECONOMIA MINEIRA	40
9 - INVESTIMENTOS EM MINAS GERAIS	41
DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS	43
1 - INTRODUÇÃO	45
2 - EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS DE MINAS GERAIS NO QUADRIÊNIO 2003-2006	46
2.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	46
3 - RECEITA ESTADUAL	50
3.1 - EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE FISCAL	50
3.2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA ARRECADAÇÃO DO ICMS NACIONAL	53
3.3 - EVOLUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL	54
4 - DESPESA ESTADUAL	55
4.1 - EVOLUÇÃO DA DESPESA	55
4.2 - EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO PÚBLICA	57
5 - DÍVIDA ESTADUAL	58
5.1 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL	58
6 - INVESTIMENTOS PÚBLICOS E NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	59
6.1 - AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTADUAIS	60
6.2 - RETOMADA DOS FINANCIAMENTOS	61
7 - EVOLUÇÃO ANUAL DOS PROJETOS ESTRUTURADORES	62
SETOR PÚBLICO ESTADUAL	63
GOVERNADORIA DO ESTADO	65
GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	67
AUDITORIA-GERAL DO ESTADO (AUGE)	68
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO (AGE)	72
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPSEMG)	77
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (OGE)	80
GOVERNO	83
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO (Segov)	85
ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DE MINAS	87
CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS (Consea-MG)	87
LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (LEMG)	88
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IOF-MG)	88
PLANEJAMENTO E GESTÃO	91
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (Seplag)	93
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP)	106
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Prodemge)	111
MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A (MGS)	114
FAZENDA	117
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA (SEF)	119

SUMÁRIO

MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. (MGI)	124
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	127
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDE)	129
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Jucemg)	133
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG)	133
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS (Codemig) ..	135
COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS (Gasmig)	135
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS (Indi).....	136
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (Cemig)	138
TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	141
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS (SETOP)	143
DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (DEOP).....	146
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS (DER-MG)	148
TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE AS (METROMINAS).....	152
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA.....	153
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA (SEDUR)	155
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE MINAS GERAIS (COHAB)	157
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS (COPASA)	159
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS (DETEL) ..	159
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR.....	161
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SECTES)	163
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPEM/MG)	165
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)	167
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (IGA)	168
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FAPEMIG) ..	169
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CETEC)	170
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)	172
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	175
SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD)	177
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM)	178
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF).....	180
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM).....	182
AGROPECUÁRIA.....	187
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (Seapa).....	189
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Emater)	190
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS (Epamig).....	191
FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA (Ruralminas)	192
INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA (IMA)	193
TURISMO.....	195
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO (Setur)	197
COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES (PROMINAS)	203
REFORMA AGRÁRIA	205
REFORMA AGRÁRIA	207
DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS	213
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS (Idene).....	215
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES	219
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES (Sedese) ...	221
FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS (Utramig).....	227
COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE (Caade).....	227
ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Ademg)	228

EDUCAÇÃO	229
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEE)	231
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS (FUCAM)	233
FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF (FHA)	234
SAÚDE	237
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (SES)	239
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS (Funed)	244
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DE MINAS GERAIS (HEMOMINAS)	245
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FHEMIG)	247
CULTURA	251
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA (SEC)	253
FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO (FCS)	261
RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA	262
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (Rede Minas)	265
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA)	266
FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO (FAOP)	268
DEFESA SOCIAL	271
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL (SEDS)	273
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	277
POLÍCIA MILITAR	279
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PMMG)	281
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	283
BOMBEIRO MILITAR	287
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CBMMG)	289
POLÍCIA CIVIL	293
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	295
ANEXO	301
Demonstrativos da Execução Física e Financeira 2006	301

APRESENTAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Em cumprimento ao que determina o artigo 90, parágrafo X, da Constituição do Estado de Minas Gerais, tenho a honra de encaminhar a essa egrégia Assembléia Legislativa, na abertura da sessão legislativa ordinária, esta mensagem. Neste momento de renovação da Casa, aproveito a oportunidade para expressar profundos agradecimentos à Legislatura que nos proporcionou profícuo convívio e, ao mesmo tempo, parabenizar e oferecer pleno apoio aos deputados que participarão da construção do futuro de Minas neste quadriênio que se inicia.

Quando iniciamos o governo em 2003, reorganizamos a máquina administrativa, passo fundamental para o desejado salto de qualidade dos serviços sob a responsabilidade do estado. As medidas tomadas são hoje reconhecidas como referência de boa gestão no Brasil. Durante os quatro anos trabalhamos com coragem para conquistar uma nova realidade para Minas Gerais. Com o “Choque de Gestão”, conseguimos equilibrar as receitas e despesas, alcançando o déficit zero, missão difícil, uma vez que partíamos de um déficit acumulado em mais de uma década; e o equilíbrio fiscal é condição para que o poder público possa realizar os investimentos necessários e prestar serviços adequados nas diversas áreas.

Os últimos quatro anos também foram de conquistas para o servidor público estadual. Os pagamentos estão sendo realizados em dia e o 13º salário recebido no início de dezembro. A implementação do processo de avaliação de desempenho individual foi uma das primeiras ações e, hoje, está presente nos 61 órgãos, avaliando 95 mil servidores. Foi implantado o Plano de Carreira do Servidor Público Estadual. A publicação de 16 leis sobre os novos planos de carreiras transformou 893 classes de cargos em 128 carreiras, reduzindo 36.216 cargos, o que gerou uma economia de mais de R\$ 27 milhões.

Em 2006 realizamos 97% do orçamento dos investimentos autorizados, com recursos próprios, enquanto a média brasileira não chegou a 50%. Os investimentos, com recursos provenientes de fontes ordinárias, subiram de R\$ 283 milhões em 2003, para R\$ 1,5 bilhão em 2006. Não obstante, o investimento global, contemplando todas as fontes de recursos, foi da ordem de R\$ 2,7 bilhões, distribuídos em todos os setores da administração, recursos estes que se multiplicaram nesses quatro anos. A aplicação de recursos na área de saúde e saneamento cresceu de R\$ 330 milhões para R\$ 775 milhões; na educação, de R\$ 56 milhões para R\$ 227 milhões; na segurança, de R\$ 29 milhões para R\$ 247 milhões; nos transportes, de R\$ 259 milhões para R\$ 712 milhões.

Resultados significativos no campo social foram alcançados na área da saúde, por intermédio do Pro-Hosp (Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS) com a reforma de 124 hospitais e a capacitação de seus profissionais. O Pro-Hosp garantiu recursos adicionais aos principais hospitais do estado, estabelecendo metas de melhor atendimento à



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

população e fortalecendo as ações de humanização da assistência à saúde. Os resultados dos investimentos nos diversos programas implementados pela saúde já podem ser percebidos: de 2002 a 2006, houve redução da mortalidade infantil em 15,4%, da mortalidade materna em 21,2%, ampliação da cobertura do Programa de Saúde da Família em 36%, déficit zero de UTI neonatal e diminuição em 17,8% nas internações por condições sensíveis à atenção ambulatorial.

Foram aplicados, de 2003 a 2006, R\$ 25,13 milhões na rede materno-infantil, por meio do Programa Viva Vida, com implantação dos centros Viva Vida de Santo Antônio do Monte e Itabirito e a capacitação de profissionais da área da saúde. Outro programa que trouxe grande impacto na área de saúde foi o Farmácia de Minas, que distribui remédios e produz medicamentos básicos para o Programa Saúde da Família. Os avanços apontam para uma ampliação significativa do valor per capita estadual, que passou de R\$ 0,50 para R\$ 3,00, e no número de medicamentos produzidos, de 40 para 75 produtos, entre 2004 e 2006. Por meio do Programa Saúde em Casa, as 3.464 equipes de saúde família já conseguem um índice de cobertura de 61% da demanda em 808 municípios, números superiores aos de 2002 quando o Programa atingia 45% em 517 municípios. Além disso, o governo investiu entre 2003 e 2006 na aquisição de novos veículos de urgência e emergência, com distribuição de 961 ambulâncias de suporte básico e 60 de suporte avançado, reduzindo, assim, as distâncias de atendimento ao usuário do SUS. Para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), foram destinados R\$ 14,7 milhões, entre 2003 e 2006, beneficiando 15 municípios mineiros.

Os centros hospitalares João XXIII e o antigo Cardiominas estão recebendo melhorias que levarão assistência humanizada a usuários e adequadas condições de trabalho para os profissionais da saúde. Como resultado do Programa de Educação Permanente (PEP), voltado para os profissionais do Programa Saúde da Família (PSF), médicos estão se qualificando para melhorar ainda mais o atendimento aos usuários do SUS. Mais de 561 municípios já receberam repasses, em torno de R\$ 192 milhões, no período de 2002 a 2006, para diversas ações, como a construção de unidades básicas de saúde, compra de equipamentos e veículos, treinamento de profissionais, entre outros. Foram entregues 860 carros para as equipes de PSF em todo o estado. Com a reestruturação do PSF as internações hospitalares por condições sensíveis a atenção ambulatorial, caíram de 38,8% para 33,3% entre 2002 e 2005. Aproximadamente 94,7% dos municípios contam com PSF implantados e 568 Unidades Básicas de Saúde (UBS) foram contempladas com recursos para reforma, ampliação, construção, aquisição de equipamentos e treinamentos.

Na área da educação, o Estado de Minas Gerais foi pioneiro ao adotar o ensino fundamental de nove anos e distribuir gratuitamente livros didáticos para toda a rede pública estadual em 2005. Cerca de 100 mil crianças com até seis anos de idade ingressaram na escola a cada ano, entre 2004 e 2006. Tais medidas foram aprovadas por pais e professores. Com a política de universalização da educação, a melhoria do ensino médio também já é realidade em Minas. Hoje, todos os alunos que concluem a oitava série na escola pública têm vaga garantida para o ensino médio e, para atender esta



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

demanda, foram criadas 110 mil vagas, mediante construção de escolas, e ampliação de prédios já existentes, elaboração de novas propostas curriculares, além da informatização e implantação de conexões à internet.

Alunos da rede estadual também tiveram acesso a importantes projetos, como o “Escola Viva, Comunidade Ativa”, que tem como objetivo integrar a escola à comunidade nas áreas de risco social. O programa garante ainda o funcionamento de muitas escolas nos fins de semana com atividades esportivas e culturais. Também os investimentos em transporte escolar estão sendo ampliados cada vez mais. Só em 2006, a Secretaria de Estado de Educação destinou R\$ 42,7 milhões para aquisição de 822 veículos, sendo 78 microônibus e 744 vans, para atender a 592 municípios mineiros, beneficiando 200 mil alunos matriculados no ensino fundamental.

Com a execução de programas como o projeto de Capacitação para Gestores Escolares (Progestão), diretores, vice-diretores, professores e especialistas em educação ampliam a qualificação, melhorando o ensino nas escolas estaduais de Minas, no ensino fundamental e médio. Criado em 2004, o Centro de Referência Virtual do Professor (CRV), parte do Programa Escolas em Rede, é um portal educacional que oferece aos profissionais da educação um sistema de apoio a atividades docentes nas modernas tecnologias de comunicação e informação. Para a implantação desse programa foram adquiridos em torno de 24 mil computadores, para atender a mais de 2.400 escolas, beneficiando todos os 853 municípios mineiros. Os investimentos, no período de 2004 a 2006 superaram os R\$ 25 milhões.

Na área de segurança pública, conseguiu-se conter a grave onda de violência dos últimos anos e estão em queda os principais indicadores de criminalidade violenta nas diversas regiões do estado. Ações relevantes estão sendo implantadas para melhoria da segurança pública em Minas Gerais, como o pioneiro Sistema Integrado de Gestão de Segurança Pública (Igesp), que permitirá, além da integração entre todas as forças policiais do estado, a fiscalização e transparência de todo o processo de preservação dos direitos do cidadão. Esse sistema de inteligência, baseado no banco de dados e mapeamento geoestatístico, proporcionará uma radiografia da criminalidade na área atendida pelas delegacias.

O programa Fica Vivo, voltado para jovens de 12 a 24 anos em situação de risco social e residentes nas áreas com maior índice de criminalidade do estado, tem contribuído muito para a redução dos índices de criminalidade. Este programa já recebeu um prêmio internacional concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) às mais eficientes práticas para a melhoria do ambiente da vida. O programa atende a mais de 10 mil jovens em 370 oficinas de esporte, cultura, inclusão produtiva e comunicação. Só em 2006, cerca de 300 jovens foram capacitados para o mercado de trabalho.

Projetos de apoio à criança e adolescente foram aprovados e financiados por intermédio do Programa Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas durante a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Graças ao programa de Inclusão Digital foram inaugurados 45 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) e 186 Telecentros, beneficiando principalmente os jovens das regiões norte e nordeste do Minas.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Ações que compõem a Política Pública de Trabalho e Renda foram priorizadas para permitir o acesso ao primeiro emprego, com a implantação de 16 espaços de referência, os Centros Públicos de Promoção do Trabalho (CPPT), entre 2004 e 2006. Criado pelo governo do estado e executado pela Emater/MG, o programa Minas Sem Fome já atendeu a mais de 467 mil famílias em 680 municípios mineiros com projetos de produção e processamento de alimentos que estão dando a milhares de famílias a oportunidade de alcançar a independência na conquista do próprio alimento. Em relação à habitação popular, por meio do programa Lares Geraes, a Cohab construiu 10.261 moradias para a população de baixa renda. Na eletrificação o programa “100% de Eletrificação Rural no Estado de Minas Gerais” atendeu, até o momento, 771 municípios, beneficiando 128.369 consumidores com o fornecimento de energia elétrica.

A agricultura mineira ganhou investimentos principalmente no setor sucroalcooleiro. Existem atualmente 49 projetos em implantação ou expansão que vão gerar mais de 56 mil empregos e colocarão Minas no segundo lugar no ranking dos estados produtores de açúcar e álcool. Programas importantes como o Minas Excelência, permitiram a organização e estruturação do setor agrícola, atuando na logística, armazenamento e transporte, sempre em parceria com associações de produtores e cooperativas. Projetos específicos foram desenvolvidos para os principais produtos do agronegócio mineiro. Para o café, além de estimular o aumento do consumo e das exportações, foram instalados centros de excelência nas cidades de Machado, Patrocínio e Viçosa, e capacitados técnicos de diversos órgãos do estado. O setor do leite teve projeto específico com objetivo de modernizar a cadeia produtiva e estimular a industrialização. Só em 2006 foram investidos R\$ 80 milhões para a modernização do setor, além de R\$ 8 milhões para a distribuição de leite para 400 mil crianças nas escolas estaduais, creches e pré-escola.

Na área de Meio Ambiente no âmbito do projeto estruturador Gestão Ambiental Minas Gerais Século XXI, com a ação “Minas sem Lixões”, o número de municípios com destinação de resíduos sólidos cresceu de 72, em 2005, para 94 em 2006, e ampliou-se de 4,7 para 5,4 milhões a quantidade de pessoas atendidas por aterros sanitários ou usinas de triagem e compostagem de lixo. No projeto estruturador “Saneamento Básico: Mais Saúde Para Todos”, foram investidos só em 2006, R\$ 842,8 milhões, sendo R\$ 807,5 milhões aplicados na implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Das inúmeras realizações dos últimos quatro anos na área cultural, merece destaque especial a instalação de uma biblioteca em cada um dos 853 municípios mineiros, pois mais de 160 municípios estavam desprovidos de uma biblioteca pública. Nessas bibliotecas o acervo inicial é de mil livros, entre dicionários, livros de prosa, literatura, poesia, ensaios entre outros. Foi implantado também o Fundo Estadual de Cultura, atendendo demanda de décadas da área cultural. O Fundo destinou, em 2006, R\$ 10,4 milhões, sendo executados R\$ 4,6 milhões. Para 2007, estão previstos mais R\$ 5 milhões para projetos culturais.

Na área de turismo, o projeto estruturador Estrada Real é considerado o maior programa turístico em desenvolvimento no Brasil. O programa vem



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

consolidando os circuitos turísticos em municípios com afinidades culturais, sociais e econômicas de maneira sustentável. Atualmente, são 55 circuitos turísticos que abrangem 663 municípios mineiros, devidamente certificados pelo Governo. Cabe ressaltar que, através do programa ProMG Estrada Real, 219 km de rodovias foram recuperados na área de abrangência do projeto com recursos provenientes de operação de crédito com o Banco Mundial.

Nestes anos de governo, dois assuntos também receberam um tratamento especial, pela relevância que adquiriram: os investimentos em infra-estrutura e a recuperação econômica de Minas.

No que tange a infra-estrutura, o programa Estadual de Pavimentação e Acessos Rodoviários aos Municípios (Proacesso), já concluiu 53 trechos e tem mais 32 em obras em andamento com investimentos de R\$ 575 milhões desde seu lançamento em 2004. As obras da Linha Verde, que incluem intervenções nas avenidas dos Andradas, Cristiano Machado e na rodovia MG-10, beneficiarão diretamente 3,5 milhões de habitantes em cem bairros.

A transferência dos vôos do Aeroporto da Pampulha para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN) incrementou não apenas este último, mas todo o entorno. Neste período duas grandes empresas já se instalaram na região, várias outras anunciaram investimentos, e encontra-se em plena operação o Centro de Manutenção de Aeronaves da GOL.

No setor energético, houve importantes realizações no que diz respeito à oferta de gás. O projeto estruturador Oferta de Gás Natural beneficiou diretamente 30 municípios com 300 km de rede de distribuição de gás natural com média de consumo mensal de 195.450 m³/dia. O projeto Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro atingiu todas as suas metas e implantou uma rede integrada de subtransmissão e distribuição, com a construção de 1.147 Km de rede de distribuição de energia elétrica em média tensão, ampliação de três subestações existentes e construção de mais três subestações, permitindo a ligação de 23 mil novos produtores rurais, disponibilizando infra-estrutura essencial ao crescimento econômico da região noroeste.

No âmbito do programa Empresa Mineira Competitiva, o Facilita Minas criou postos de atendimento ao público em 13 municípios com o objetivo de simplificar para os empreendedores locais os processos de abertura de empresa. A pesquisa "Doing Business no Brasil 2006", realizada pelo Banco Mundial, apontou Minas Gerais como o estado brasileiro com menor tempo necessário para abertura de uma empresa, 19 dias. O resultado é fruto do Minas Fácil, serviço que foi citado pelo Banco Mundial como exemplo de "melhor prática" a ser partilhada com os demais estados. Ainda, mediante aplicações dos fundos estaduais de fomento econômico, o Governo destinou R\$ 605 milhões em 2006 para atração, expansão e modernização do parque produtivo estadual.

Estas ações contribuíram para a expansão econômica de Minas. Nos últimos anos, a produção estadual vem apresentando consecutivos crescimentos acima da média brasileira. Minas Gerais é a terceira maior economia do Brasil e o estado é responsável por 9,4% das riquezas geradas no País, ficando atrás apenas de São Paulo (30,9%) e Rio de Janeiro (12,6%). Enquanto o PIB brasileiro cresceu em 2,3% até o terceiro trimestre de 2006 em



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

relação ao mesmo período do ano passado, o mineiro registrou aumento de 3,2%. Soma-se a isto o fato de, em 2005, o PIB de Minas Gerais ter crescido o dobro da média nacional, 4,7% contra 2,3%.

Senhoras e Senhores Deputados, este breve registro das realizações do Governo de Minas demonstra que estamos no caminho certo. Olhando para o futuro, enxergo novos desafios. Temos, portanto, que estar à altura das melhores esperanças de nossa gente, lembrando sempre que o atual momento do estado permite maiores avanços do que nos primeiros quatro anos de governo, mas que a responsabilidade fiscal é uma conquista permanente da sociedade. Resultados mais emblemáticos que os alcançados até aqui não serão viáveis sem a preciosa colaboração dos demais Poderes, em especial da Assembléia Legislativa. Desta forma, juntemos nossas forças para fazer jus às expectativas do nosso povo e tornar Minas mais justa, mais forte e cada vez melhor.

AÉCIO NEVES DA CUNHA
Governador do Estado de Minas Gerais

QUADRO MACROECONÔMICO

1 - O DESEMPENHO ECONÔMICO

O crescimento, no Brasil, para o Produto Interno Bruto (PIB) é de 3% em 2006, conforme estimativas de dezembro último feitas pelo Banco Central do Brasil e contidas em seu Boletim Trimestral de Inflação. Confirmada a previsão, a média do crescimento anual da economia brasileira terá sido de 2,7% no último quadriênio, bastante inferior à média anual de 7,3% alcançada pelo conjunto dos países em desenvolvimento no mesmo período¹.

Avanços significativos foram alcançados em outros aspectos relevantes da economia brasileira, destacando-se os seguintes em documentos oficiais ²:

- curva descendente da inflação, que se reduziu de 12,5% no ano de 2002 para 3,1% em 2006;
- menor vulnerabilidade externa medida pelo coeficiente dívida externa líquida como proporção das exportações, que passou de 2,7% em 2002 para 0,5% em 2006; e
- geração, pelo setor público consolidado, de substantivos superávits primários e conseqüente redução no indicador da dívida líquida do setor público como proporção do PIB, que evolui de 55,5% em 2002 para 49,3% em novembro de 2006.

Já a economia mineira, pelo segundo ano consecutivo, pôde obter desempenho superior ao da média nacional, corroborando o objetivo do poder público de promover o desenvolvimento do estado. A confirmação dessa expectativa depende da apuração do resultado do PIB do último trimestre, mas se fundamenta no crescimento de 3,2% observada no PIB mineiro em 2006 até setembro e na variação de 2,5% verificada na economia brasileira.

As maiores contribuições para o crescimento mineiro verificado até setembro advêm da agropecuária e das indústrias extrativa mineral, de transformação e da construção. O desempenho agropecuário foi impulsionado pela safra de café e pela produção animal que contrabalançaram os efeitos adversos da menor safra de grãos. A indústria extrativa mineral, pelo quarto ano consecutivo, expande-se vigorosamente a partir das exportações. Já a de transformação se beneficiou de crescimentos significativos nas produções de veículos, de alimentos e da metalurgia básica. Quanto à indústria da construção, os expressivos investimentos estaduais em infra-estrutura rodoviária, em todo o estado, e urbana, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, determinaram o bom desempenho, aliados às inversões em projetos industriais conduzidas pelo setor privado.

Indicadores da indústria e do comércio apurados em meses posteriores a setembro confirmam melhores desempenhos setoriais em Minas Gerais que nos do Brasil. O conjunto da indústria geral, formado pela indústria de transformação e pela extrativa mineral, acumulou crescimento de 4,4% até novembro de 2006 em Minas e de 3,1% no país. No mesmo período, a

¹ Conforme o FMI na edição de setembro de 2006 de seu "World Economic Outlook".

² Contidos em "Apresentação para o Plenário do Senado Federal – Dezembro 2006" feita pelo ministro da Fazenda.

expansão das vendas no comércio varejista é de 10,3% no estado e de 6,3% no país.

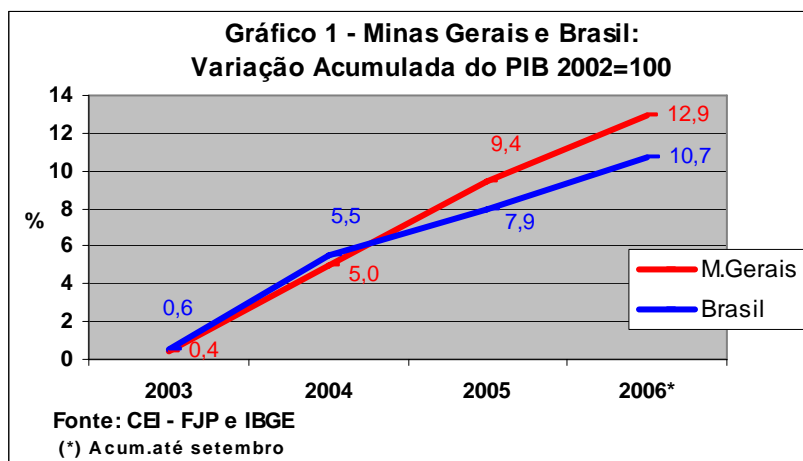
Ainda, pelo quarto ano consecutivo, o crescimento do emprego celetista é maior em Minas Gerais que no país, acumulando-se um saldo de 589 mil empregos gerados no estado nessa modalidade de contratação, o que equivale a 12% do total gerado no país nos últimos quatro anos. Para melhor avaliação do significado dessa expansão, vale lembrar que é de 10,3% a participação mineira no total da população economicamente ativa do país. Como consequência, o desemprego aberto na Região Metropolitana de Belo Horizonte reduziu-se da média de 10,8% em 2003 para a de 8,5% em 2006.

O desempenho econômico aqui sintetizado certamente contribuiu para a queda da desigualdade de renda, identificada pelo coeficiente de Gini entre os anos de 2002 e 2005 no estado, a mais significativa entre os estados da região Sudeste brasileira e maior que a da média brasileira. Essa evolução possibilitou que Minas Gerais apresentasse melhor distribuição de renda em 2005 que todos os estados limítrofes. Assim, o estado tem, paulatinamente, consolidado as bases do desenvolvimento dinâmico e equilibrado.

2 – EVOLUÇÃO DO PIB MINEIRO

O PIB de Minas Gerais em 2006 aponta crescimento superior ao nacional pelo segundo ano consecutivo. Em 2005, a expansão do produto mineiro alcançou 4,2% enquanto a do país situou-se em 2,3%. Já em 2006, o crescimento até setembro é de 3,2% em Minas e de 2,5% no âmbito nacional, conforme as apurações preliminares da Fundação João Pinheiro (FJP)³. A evolução indica que a economia mineira alcançou maior dinamismo que a nacional a partir de 2005, pois no primeiro biênio aqui contemplado (2003-2004) o PIB mineiro acumulou crescimento de 5% ante 5,5% no nacional. A variação acumulada entre 2003 e setembro de 2006 do PIB mineiro é de 13% e a do PIB nacional é de 10,7%, conforme indica o gráfico 1a seguir.

³ INFORMATIVO – CEI. Fundação João Pinheiro (FJP), dezembro de 2006.



As taxas de crescimento do PIB em Minas Gerais e no Brasil, por seus principais setores, no período de 2003 a setembro de 2006, estão apresentadas a seguir na tabela 1.

Tabela 1
Minas Gerais e Brasil: Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)
Preços de Mercado - 2003 a 2006 - em %

Especificação	2003	2004	2005	2006(*)	Acumulado
- Agropecuário					
Minas Gerais	-0,8	10,8	1,4	5,0	17,1
Brasil	4,5	5,3	0,8	2,5	13,7
- Industrial					
Minas Gerais	0,2	4,2	5,3	4,1	14,5
Brasil	0,1	6,2	2,5	2,7	11,9
- Serviços					
Minas Gerais	0,9	3,8	3,5	2,2	10,7
Brasil	0,6	3,3	2,0	2,3	8,5
- PIB Total					
Minas Gerais	0,4	4,6	4,2	3,2	12,9
Brasil	0,6	4,9	2,3	2,5	10,7

Fonte: CEI - FJP e Conac - IBGE

Nota (*) - Acumulado até setembro de 2006.

Conforme a tabela 1, a maior variação acumulada entre 2003 e setembro de 2006 é observada no setor agropecuário, que se expandiu em 17,1% em Minas e em 13,7% no país. Em todos os anos, o desempenho agropecuário é superior no estado, exceto em 2003. A agropecuária mineira respondeu por 8,3% do PIB estadual em 2005 e produziu o equivalente a 8,7% do PIB agropecuário nacional em 2004, ano das últimas apurações das *Contas Regionais do Brasil* pelo IBGE.

No que tange ao setor industrial, os dados revelam duas situações distintas. No primeiro biênio (2003-2004) as taxas de crescimento no país superaram as de Minas Gerais e nos dois últimos anos a situação se inverteu, com a produção mineira crescendo em proporções mais elevadas do que a média nacional. Vale destacar que o crescimento acumulado da indústria é de 14,5% no estado e de 11,9% no país. A indústria mineira contribuiu com 45,4% do PIB estadual em 2005.

Também no setor serviços o desempenho acumulado em Minas é superior ao nacional: de 2003 a setembro de 2006, a taxa de crescimento é, respectivamente, de 10,7% e 8,5%, observando-se que apenas no último ano a variação no estado é pouco menor que a nacional. Registre-se que o setor serviços é o principal contribuinte para o PIB estadual, participando com 46,3% do total em 2005.

As taxas de crescimento do PIB pelos subsetores mais importantes em cada segmento, no período de 2003 a setembro de 2006, estão indicadas a seguir na tabela 2.

Tabela 2
Minas Gerais: Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)
Preços de mercado - 2003 a setembro de 2006 - em %

Especificação	2003	2004	2005	2006*	Acumulado
- Agropecuário	-0,8	10,8	1,4	5,0	17,1
- Indústria	0,2	4,2	5,3	4,1	14,5
<i>Extrativa Mineral</i>	9,6	11,8	12,7	8,9	50,2
<i>Transformação</i>	1,1	5,0	5,2	3,0	15,0
<i>SIUP(2)</i>	8,8	2,1	7,5	2,5	22,5
<i>Construção</i>	-6,2	1,4	2,9	6,3	4,0
- Serviços	0,9	3,8	3,5	2,2	10,7
<i>Comércio</i>	0,5	6,7	8,6	3,5	20,5
<i>Transporte</i>	-1,1	11,7	5,2	1,7	18,2
<i>Comunicações</i>	1,7	-0,4	3,1	-0,2	4,2
<i>Aluguéis</i>	1,0	4,6	1,7	1,9	9,5
<i>Outros Setores (3)</i>	2,3	2,2	2,2	2,0	9,1
- Total	0,4	4,6	4,2	3,2	12,9

Fonte: CEI - FJP

Nota: (*) Acumulado até setembro de 2006.

No setor de maior crescimento acumulado, o agropecuário, a trajetória das variações confirma o ciclo bienal, determinado pela cultura cafeeira: nos anos de boa safra – ou “safra cheia” – do café, 2004 e 2006, as taxas de expansão setoriais são muito expressivas e sucedidas por anos de menor crescimento.

O setor industrial apresentou um desempenho ascendente. O subsetor de maior crescimento é a indústria extrativa mineral, com variação total de 50,2% no período, impulsionada pela produção de minério de ferro destinada especialmente às exportações. Cabe destacar que a extrativa mineral comparece, no PIB mineiro, com reduzida participação relativa, de 3,1% em

2005. O aporte da produção extrativa mineral de Minas Gerais para o valor adicionado bruto do subsetor nacional foi de 4,5% em 2004.

A indústria de transformação também apresentou um desempenho ascendente no período analisado e acumulou crescimento de 15%. O impacto positivo para o PIB do crescimento é substantivo pois a indústria de transformação contribui com 27,9% do PIB estadual. Em termos nacionais, a indústria de transformação mineira contribuiu com 9,1% do valor adicionado bruto subsetorial do país em 2004, conforme o IBGE em apurações das Contas Regionais. É de 10,6% a contribuição da indústria de transformação mineira para o valor da transformação industrial brasileira em 2004, o que situa o parque industrial mineiro como o segundo mais importante do país, conforme a *Pesquisa Industrial Anual do IBGE*.

Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) alcançaram em Minas Gerais a segunda maior taxa subsetorial de crescimento, de 22,5%, no período de 2003 a setembro de 2006. A atividade que tem maior expressão dentro desse subsetor é a de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, que, em Minas Gerais, tem a Cemig como principal empresa. A capacidade de geração de energia elétrica no estado corresponde a 18,7% do total do país. A participação relativa dos SIUP mineiros para o valor adicionado bruto do subsetor nacional é crescente e alcançou 12,1% em 2004, como reflexo do dinamismo mineiro tanto das indústrias eletrointensivas e grandes consumidoras de energia quanto da Cemig.

A indústria da construção mineira delineou uma trajetória de crescimento a partir de 2004, depois de experimentar significativa retração em 2003. Seu crescimento acumulou taxa de variação de 4% no período compreendido entre 2003 e setembro de 2006. Vale destacar a expansão de 6,3% registrada nos nove primeiros meses de 2006, favorecida pelo robusto programa de obras em execução no estado. A indústria da construção mineira contribuiu com 9,5% do PIB estadual em 2005 e com 13,3% do valor adicionado bruto subsetorial do país em 2004.

O setor de serviços também apresenta trajetória ascendente no período, acumulando crescimento de 10,7% entre 2003 e setembro de 2006. Nele os subsetores transportes e comércio apresentaram taxas de crescimento relativamente maiores em 2004 e 2005, contribuindo de forma decisiva para o desempenho no setor como um todo. Os dados até setembro de 2006 parecem indicar performances menores para esses subsetores no último ano.

Os subsetores mineiros com contribuições mais significativas para os respectivos valores adicionados brutos subsetoriais do país em 2004 são: transportes com 12% do total nacional, comércio com 11,7% e comunicações com 10,2%.

A participação relativa dos principais setores no PIB de Minas Gerais está apresentada na tabela 3 para 2002, 2005 e em setembro de 2006. Cumpre observar que, entre esses anos, apenas o ano de 2002 tem os seus dados calculados em caráter definitivo pelo IBGE. Já os de 2005 são estimados

preliminarmente pela FJP, enquanto os de setembro de 2006 representam estimativas feitas mediante a ponderação da composição setorial de 2005 pelas taxas de crescimento subsetoriais nos nove primeiros meses de 2006.

Tabela 3
Minas Gerais: Composição relativa do Produto Interno Bruto (PIB)
Preços básicos - 2002 a setembro de 2006 - em %

Especificação	Período		
	2002	2005	2006(1)
- Agropecuário	8,6	8,3	8,5
- Indústria	41,2	45,4	45,7
<i>Extrativa Mineral</i>	1,8	3,1	3,3
<i>Transformação</i>	24,8	27,9	27,9
<i>SIUP(2)</i>	3,8	4,9	4,8
<i>Construção</i>	10,9	9,5	9,8
- Serviços	50,2	46,3	45,8
<i>Administração Pública</i>	14,9	13,9	13,7
<i>Comércio</i>	8,1	8,4	8,4
<i>Transporte</i>	2,5	2,6	2,5
<i>Comunicações</i>	2,7	2,3	2,2
<i>Aluguéis</i>	11,5	8,8	8,7
<i>Outros Setores (3)</i>	10,5	10,4	10,3
- Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEI - FJP

Notas : (1) Apurado através da ponderação do crescimento observado até setembro sobre os percentuais de participação de 2005.

(2) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

(3) Inclui educação e saúde, serviços domésticos, instituições financeiras, alojamento e alimentação e outros serviços coletivos e pessoais.

Conforme já foi mencionado, o setor de serviços é o principal contribuinte para o PIB estadual, estimando-se que responda por 45,8% do PIB mineiro. Saliente-se que no período contemplado pela tabela 3, sua participação é declinante e que tal redução decorre de menor participação relativa dos subsetores “aluguéis, atividades imobiliárias e serviços prestados a empresas” e “administração pública, defesa e seguridade social”.

Simétricos à perda de posição relativa do setor serviços, observam-se ganhos expressivos do setor industrial, impulsionados pela indústria de transformação e, em menor proporção, pelos SIUP e pela indústria extrativa mineral.

Individualmente, a indústria de transformação é o subsetor mais importante para a formação do PIB estadual, com participação relativa estimada em 28% no ano de 2006.

3 – O SETOR AGROPECUÁRIO EM MINAS GERAIS

O desempenho do setor agropecuário em Minas Gerais é fortemente influenciado pelo resultado da lavoura cafeeira; portanto, sujeito às variações bienais próprias da safra do café, produto que representou 26,2% do valor bruto da produção projetado para a agropecuária em 2006⁴.

No último quadriênio, as boas safras cafeeiras foram colhidas em 2004 e 2006. Assim, em 2004 o café teve um expressivo desempenho, contribuindo para que o setor agropecuário alcançasse a taxa de crescimento de 12,8%. Nos demais anos, o crescimento observado nos outros segmentos da agropecuária não foram suficientes para compensar as baixas safras cafeeiras, diminuindo, portanto, o ritmo da agropecuária como um todo. Em 2006, esse setor certamente apresenta taxa de crescimento superior à do ano anterior, porém abaixo da alcançada em 2004.

O valor bruto da produção agrícola de Minas Gerais e do país em 2003 e 2005 está destacado na tabela 4. Ressalte-se que ambos os anos são de baixas safras de café. Os dados estão expressos em milhões de reais a preços constantes de 2005, atualizados pelo IPCA anual.

Os dados da tabela 4 evidenciam que a participação relativa de Minas Gerais no valor bruto da produção agrícola elevou-se de 8,6% para 11,5% entre 2003 e 2005, como decorrência do crescimento de 12,2% observado em Minas Gerais e da redução de 15,9% verificada no Brasil.

A importância da lavoura temporária é destacada por sua contribuição média de 63,4% para o total da produção agrícola mineira. Em anos de boas safras cafeeiras, como o de 2004, o percentual se reduz para 56,3%. Ainda em Minas Gerais, a produção de grãos participa em média com 40,2% do total agrícola. No país, a lavoura temporária tem ainda maior importância pois responde por 80,6% do valor da produção agrícola. Pelas informações destacadas, a queda de 15,9% no valor da produção no país entre 2003 e 2005 foi consequência da diminuição em 26,9% do valor bruto da produção de grãos. Já em Minas Gerais, foi menos intensa a retração do valor da produção de grãos, reduzindo-se em 11,2% nesse período.

No caso da lavoura permanente observa-se crescimento no Brasil e uma variação muito superior em Minas Gerais, de 38%, e determinado pelo desempenho do café beneficiado. Assim, a contribuição mineira para o valor da produção das lavouras permanentes foi ampliada de 16,4% do total em 2003 para quase 22% em 2005.

⁴ BOLETIM TÉCNICO. FAEMG-SENAR, ano I, nº I, outubro de 2006.

Tabela 4
Brasil e Minas Gerais: Valor da Produção Agrícola de 2003 a 2005
em R\$ milhões - a preços constantes de 2005 deflacionados pelo IPCA

Itens e Regiões	Período				Variação % 2005/2003
	2003		2005		
	R\$	% (*)	R\$	%(*)	
1 - Minas Gerais					
1.1 - Lavoura Permanente	3.227	32,9	4.453	40,4	38,0
Café (beneficiado)	2.558	26,1	3.674	33,4	43,6
Outras	669	6,8	779	7,1	16,4
1.2 - Lavoura Temporária	6.589	67,1	6.557	59,6	-0,5
Grãos(**)	4.406	44,9	3.914	35,5	-11,2
Cana-de-açúcar	659	6,7	768	7,0	16,5
Outras	1.524	15,5	1.875	17,0	23,0
1.3 - Total (1.1 + 1.2)	9.816	100,0	11.010	100,0	12,2
2 - Brasil					
2.1 - Lavoura Permanente	19.641	17,3	20.387	21,4	3,8
Café (beneficiado)	5.071	4,5	6.789	7,1	33,9
Outras	14.570	12,8	13.598	14,2	-6,7
2.2 - Lavoura Temporária	93.878	82,7	75.074	78,6	-20,0
Grãos(**)	65.989	58,1	48.213	50,5	-26,9
Cana-de-açúcar	13.975	12,3	13.149	13,8	-5,9
Outras	13.914	12,3	13.712	14,4	-1,5
2.3 - Total	113.519	100,0	95.461	100,0	-15,9
3 - % M.Gerais/Brasil					
3.1 - Lavoura Permanente	-	16,4	-	21,8	32,9
Café (beneficiado)	-	50,4	-	54,1	7,3
Outras	-	1,7	-	2,4	45,8
3.2 - Lavoura Temporária	-	7,0	-	8,7	24,4
Grãos(**)	-	6,7	-	8,1	21,6
Cana-de-açúcar	-	4,7	-	5,8	23,9
Outras	-	7,8	-	9,8	25,7
3.3 - Total (3.1 + 3.2)		8,6		11,5	33,4

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Notas: (*) Percentuais sobre os valores totais de Minas Gerais e do Brasil.

(**) Inclui algodão herbáceo, amendoim em casca, arroz em casca, aveia, centeio, fava, feijão mamona, milho, soja, sorgo granífero, trigo e triticale.

Os valores finais sobre o desempenho da agricultura em 2006 ainda não estão disponíveis. Segundo o *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* (LSPA) de dezembro de 2006 do IBGE, o café, no estado, apresenta crescimento de 31,7% em sua colheita de 2006 comparada à de 2005.

Além do café, apenas as lavouras de cana-de-açúcar, abacaxi e cebola registraram em 2006 colheitas superiores às safras de 2005, já que a cana-de-açúcar terá acréscimo de 26,2% e responde por 5,7% do valor da produção agrícola projetada para 2006 pela Faemg.

O LSPA identifica redução de 17,8% na safra mineira de grãos em 2006 comparada à de 2005, com significativos decréscimos nas produções de praticamente todas as culturas.

Em relação à área colhida de grãos, segundo informações do LSPA⁵, Minas Gerais terá tido redução de 7,7% em 2006 quando comparada com a área colhida em 2005, sendo essa diminuição superior à de 5,5% calculada para o país.

Entre os grãos, o produto de maior importância na pauta produtiva mineira é o milho, que responde por 6,4% do valor projetado para a produção agropecuária estadual de 2006. A safra de milho colhida no estado teve redução de 17,7% em 2006 quando comparada à de 2005 e a menor safra é atribuída a fatores climáticos, com conseqüente redução no rendimento da produção. No país, a colheita do milho é 21% superior em 2006 à de 2005, com ganhos de rendimento.

Os principais componentes da pecuária mineira e brasileira apresentam resultados que seguem a trajetória de crescimento apresentada desde 2002. O produto de origem animal com maior expressão para o valor bruto da produção agropecuária mineira é o leite, que contribui com 17,2% do total agropecuário em 2006, seguido da carne bovina, com 16,5% do valor da produção agropecuária mineira, segundo a Faemg. Entre 2002 e 2005, em Minas Gerais a produção de leite expandiu 29%, enquanto a de carne bovina cresceu 46,4%. Nos dois produtos as taxas de crescimento mineiro superam as alcançadas em nível nacional, de 23,1% para o leite e de 40,7% para a carne bovina⁶.

O valor da produção animal acumulou em 2006 (até setembro) um crescimento de 8,3%⁷ na comparação com igual período de 2005. A variação decorre do aumento de 14,1% observado na bovinocultura de corte, favorecida pelo incremento em seu volume das exportações. A carne bovina proveniente de Minas Gerais não foi objeto de embargos às exportações impostos a outros estados afetados pela febre aftosa. Todos os segmentos pecuários apresentam desempenhos positivos em 2006, destacando-se o aumento de 22,5% nos abates de bovinos verificado nos 12 meses encerrados em setembro.

Segundo a FJP, a associação da performance agrícola com a pecuária resultou em crescimento de 5% no agregado do PIB agropecuário, conforme apuração acumulada até setembro de 2006 e comparada com o mesmo período do ano anterior, enquanto a variação é de 2,5% no país.

Na apuração do PIB agropecuário, o desempenho da silvicultura é acrescido aos dos subsetores já referidos nesse item. As atividades da silvicultura mineira têm contribuições significativas para as produções nacionais gerando 13,5% do valor da produção nacional em 2005, segundo a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura realizada pelo IBGE. A produção da silvicultura mais relevante para Minas Gerais, e com contribuição mais significativa para a produção nacional, é a de carvão vegetal, que respondeu por 63% do valor da produção silvícola estadual em 2005 e contribui com 70% da produção de carvão vegetal do país no mesmo ano.

⁵ LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. IBGE, dezembro de 2006.

⁶ PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL. IBGE, 2005.

⁷ INFORMATIVO - CEI. FJP, dezembro de 2006.

4 – A INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS

O setor industrial é composto pelos subsetores extrativo mineral, indústrias de transformação e da construção, além dos serviços industriais de utilidade pública. O setor industrial aumentou sua participação no PIB mineiro de 43,2% em 2003 para 45,7% nos dados acumulados até setembro de 2006.

A indústria da construção constitui segmento importante na estrutura industrial mineira, contribuindo com cerca de 9,5% do PIB estadual. De acordo com a *Pesquisa Anual da Indústria da Construção* de 2004 divulgada pelo IBGE, o valor das obras e serviços da construção realizados em Minas Gerais representou 9,9% do total no território brasileiro e ocupou 11,7% do total do pessoal ocupado no país. No que se refere ao valor adicionado naquele ano por empresas que contavam com mais de cinco empregados, 13,7% foram produzidos por empresas sediadas em Minas Gerais⁸.

No período de 2004 a setembro de 2006, a indústria da construção apresentou trajetória ascendente, após queda de 6,2% em 2003. As taxas de crescimento da indústria da construção foram de 1,4% em 2004 e de 2,9% em 2005. Já em 2006, os dados do PIB calculados até setembro apuram crescimento de 6,3% no ano, consubstanciando-se na maior expansão alcançada nos últimos nove anos.

A expansão tem sido impulsionada pelas obras na Região Metropolitana de Belo Horizonte, principalmente a Linha Verde e a recuperação da Avenida Antonio Carlos, e pelos programas PROACESSO e de recuperação das rodovias estaduais. Segundo o Sicepot⁹, os investimentos nessas obras levaram o setor a operar com quase 90% de sua capacidade instalada.

Além das obras públicas, o desempenho da indústria da construção se beneficiou dos projetos de expansão das empresas privadas, especificamente as siderúrgicas e mineradoras, cujos níveis de ocupação aumentaram em 12,8% até setembro de 2006¹⁰.

Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) apresentaram, no último quadriênio, participação média de 4,6% no PIB mineiro. Esse subsetor é composto basicamente pelos serviços de energia e fornecimento de água.

Em 2006, o aumento nominal de faturamento de 9,4% no mercado de distribuição da Cemig se contrapôs à retração em outras concessionárias, contribuindo para o crescimento de 2,5% no SIUP no acumulado do ano até setembro. Já o serviço de abastecimento de água é predominantemente prestado pela Copasa, e o volume faturado de água no primeiro semestre de 2006 aumentou 4,3%.

⁸ PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. IBGE, 2004.

⁹ Sindicato das Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais.

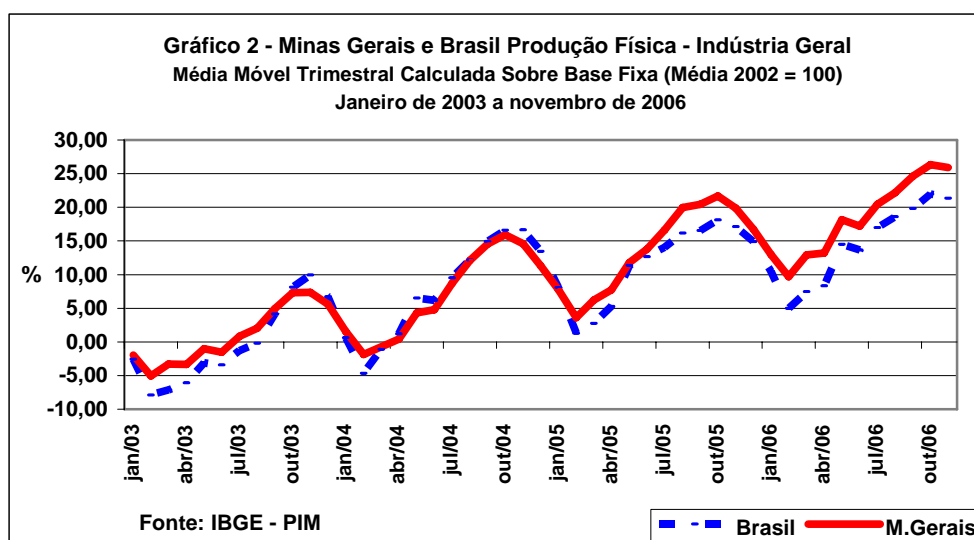
¹⁰ INFORMATIVO – CEI, FJP, dezembro de 2006.

4.1 – AS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E DE TRANSFORMAÇÃO

A *Pesquisa Industrial Anual* do IBGE abrange dois subsetores: o da extrativa mineral e o da indústria de transformação que, somados, respondem por 31% do PIB mineiro. Na pesquisa é apurado o valor da transformação industrial (VTI) e, na última divulgada, a de 2004, verificou-se que, para a soma do VTI dos subsetores pesquisados no país, a produção mineira teve uma participação de 10,6%. A indústria extrativa de Minas Gerais representou 1,4% no VTI nacional e 13,5% no VTI mineiro. Já a indústria de transformação mineira representou 9,2% do VTI do Brasil e 86,5% do VTI de Minas Gerais.

As maiores contribuições para o VTI de Minas Gerais são provenientes da metalurgia básica, que contribui com 27,4%, da fabricação de alimentos e bebidas com 12,9% e da produção de veículos automotores, reboques e carrocerias, que produz o equivalente a 8,8% do VTI mineiro.¹¹

Tomando-se como referência o mesmo conjunto formado pela extrativa mineral e pela indústria de transformação e a denominada indústria geral, o IBGE elabora sua *Pesquisa Industrial Mensal*, cujos resultados estão discriminados no gráfico 2 a seguir, referente à evolução da produção física em Minas Gerais e no país, representando as médias móveis trimestrais dos índices de base fixa, tendo 2002 como o ano de referência.



O gráfico 2 mostra uma trajetória cíclica e ascendente das taxas de crescimento da produção física no Brasil e em Minas Gerais. É indicado que as expansões são mais pronunciadas nas médias móveis apuradas nos dez primeiros meses de cada ano. Além disso, o gráfico permite observar o maior crescimento na produção física mineira que a do país desde fevereiro de 2005.

¹¹ PESQUISA INDUSTRIAL, IBGE, 2004.

As taxas anuais de crescimento da produção física industrial mineira e nacional estão detalhadas na tabela 5, cujos dados revelam que, no quadriênio em análise, as taxas de crescimento acumuladas foram superiores em Minas Gerais. Ademais, apenas em 2004 o aumento da produção física industrial em Minas ficou abaixo da média nacional, em decorrência de menor crescimento da indústria de transformação estadual.

Tabela 5
Minas Gerais e Brasil:
Taxa de crescimento da Produção Física - Indicadores da Indústria - (Em %)
2003 - Acumulado até novembro de 2006

<i>Regiões e Setores</i>	<i>Períodos</i>				<i>Acumulado</i>
	2003	2004	2005	2006*	
Brasil					
Indústria Geral	0,0	8,3	3,1	3,1	14,9
Indústria Extrativa	4,7	4,3	10,2	7,3	29,1
Indústria de Transformação	-0,2	8,5	2,7	2,8	14,3
Minas Gerais					
Indústria Geral	1,4	6,0	6,3	4,4	19,3
Indústria Extrativa	9,4	12,0	12,7	8,3	49,5
Indústria de Transformação	0,4	5,1	5,3	3,8	15,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal da Produção Física

Nota: (*) até novembro de 2006.

Em 2006, na apuração do PIB até setembro, a indústria de transformação mineira cresceu 3% na comparação com igual período de 2005. Já em novembro, a produção física da indústria de transformação mineira acumulou expansão de 3,8% sobre a produção acumulada até novembro de 2005, superior aos 2,8% alcançados na indústria de transformação nacional.

As maiores contribuições para o crescimento da produção física da indústria de transformação mineira no resultado de 2006, até novembro, são provenientes das atividades “veículos automotores”, “alimentos” e “metalurgia básica”.

O desempenho da indústria de transformação mineira, quando somado ao crescimento de 8,3% ocorrido na extrativa mineral, resulta em expansão de 4,4% na indústria geral de Minas Gerais. Esse crescimento é superior aos 3,1% apurados para o país em sua produção física da indústria geral.

Conforme os levantamentos da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG)¹², o conjunto formado pelas indústrias extrativas e de transformação mineiras apresentou crescimento em seu faturamento de 6,2% em relação aos 11 primeiros meses de 2005, com incremento de 17% na indústria extrativa e de 5,8% na de transformação.

¹² FIEMG INDEX. FIEMG, ano 15, nº11, novembro de 2006.

5 - O SETOR TERCIÁRIO EM MINAS GERAIS

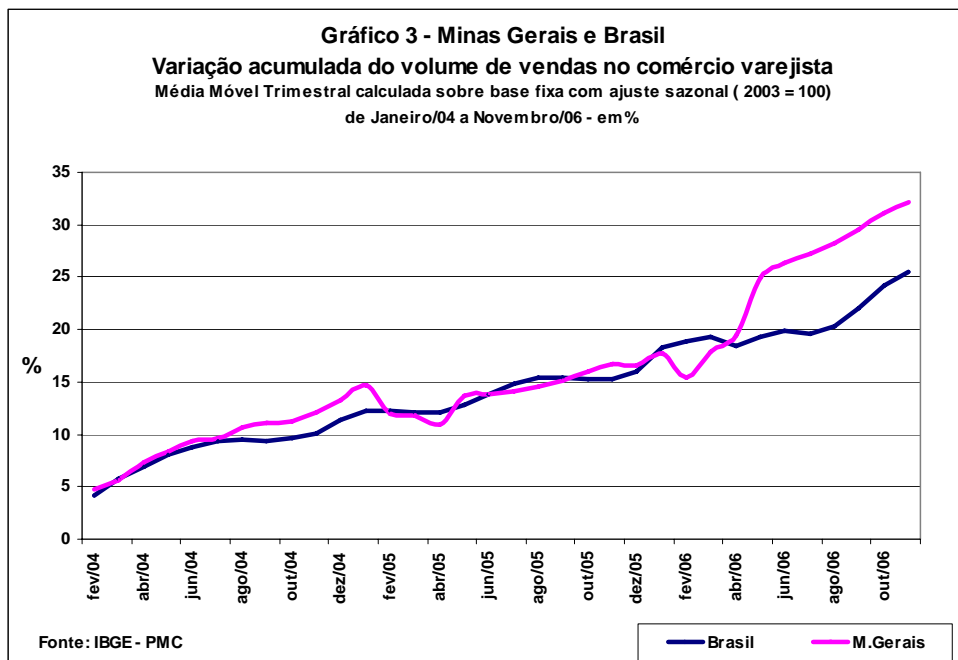
O terciário é composto pelas seguintes atividades: administração pública, comércio, aluguéis, transportes, comunicações, entre outras. No seu conjunto, o terciário gerou, no de 2003 a 2005, em média, 47% do PIB mineiro.

Segundo a *Pesquisa Anual de Serviços* de 2004 elaborada pelo IBGE, o segmento empresarial do setor serviços não-financeiros em Minas Gerais era constituído por cerca de 101 mil empresas, o equivalente a 11,4% do total das empresas brasileiras, gerando 7,8% da receita bruta setorial do Brasil e ocupando 9,8% do pessoal ocupado no país nesse setor.

No total das atividades terciárias, o comércio desponta como uma das mais importantes, e foi responsável, na média, por 17,8% do PIB desse setor em Minas Gerais no último quadriênio.

Em valores acumulados até setembro de 2006, o comércio apresentou taxa de crescimento de 3,5%, sendo a atividade com melhor desempenho dentro do setor terciário.

A evolução do comércio varejista é acompanhada mensalmente pelo IBGE em sua *Pesquisa Mensal do Comércio*. O desempenho do comércio configura uma trajetória ascendente a partir de 2004 tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. Utilizando-se as informações sobre o volume de vendas do comércio varejista no Brasil e em Minas Gerais, foi elaborado o gráfico 3 no período compreendido entre janeiro de 2004 e novembro de 2006. Os dados têm o ano de 2003 como base, a partir das médias móveis trimestrais.



No comparativo entre os desempenhos do comércio de Minas Gerais e a média brasileira, o gráfico 3 evidencia três momentos distintos.

De janeiro de 2004 até início de 2005, o crescimento em Minas Gerais foi ligeiramente superior ao nacional. A partir de fevereiro de 2005 e até o começo de 2006, as posições relativas do estado e do país se alternam. Já a partir de maio de 2006, o crescimento do comércio varejista em Minas Gerais volta a ser superior ao nacional e em escala crescente.

As taxas anuais de crescimento do volume de vendas do comércio varejista no Brasil e em Minas Gerais estão apresentadas na tabela 6, desde 2003 e até novembro de 2006.

Tabela 6
Minas Gerais e Brasil:
Taxa de crescimento do volume das vendas do comércio varejista - em %

Região	Períodos				
	2003	2004	2005	2006*	Acumulado
Brasil	-3,7	9,3	4,8	6,3	17,2
Minas Gerais	-1,8	10,2	4,0	10,3	24,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

Nota: (*) Acumulado até novembro de 2006 sobre acumulado do mesmo período de 2005.

Os dados da tabela 6 mostram que a partir de 2004 inicia-se um ciclo de taxas positivas no desempenho do comércio tanto em Minas Gerais quanto no país, sendo o crescimento em Minas mais acentuado que o do Brasil. Assim, no período destacado, acumulou-se uma expansão de 24,1% no volume de vendas em Minas Gerais, 40% superior à taxa nacional.

6 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO E DO EMPREGO

De acordo com os dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) de 2005 divulgadas pelo IBGE, a população mineira totalizava 16.180.000 habitantes, dos quais 10.390.000 eram economicamente ativos. A população economicamente ativa (PEA) mineira representava 10,3% do total nacional em 2005. A população ocupada somava 9.510.000 habitantes em Minas Gerais, ou seja, 91,5% da PEA. No Brasil, a proporção de ocupados em relação à respectiva PEA era de 90,7%, portanto inferior à do estado. Deve-se registrar que a ocupação em relação à PEA, entre 2002 e 2005, elevou-se ligeiramente em Minas Gerais enquanto a do país declinou: em 2002, a proporção de ocupados era de 91% no estado e de 90,8% no país.

O contingente de pessoal ocupado em Minas Gerais é discriminado na tabela 7 a seguir, nos anos de 2002 e 2005. Nela se indica a distribuição das pessoas por ramo de atividade. Observa-se que as atividades agrícolas, industriais - notadamente as de transformação -, comércio e reparação,

somadas àquelas ocupadas em serviços domésticos, em conjunto, abrangiam 62,9% do pessoal ocupado no estado em 2005.

Tabela 7
Minas Gerais:
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de 365 dias

Ramo da atividade	2002		2005		Variação (%)
	Pessoas (mil)	%*	Pessoas (mil)	%*	
Agrícola	2.083,3	23,6	2.109,2	22,2	1,2
Indústria	1.402,9	15,9	1.436,4	15,1	2,4
Indústria de transformação	1.301,7	14,8	1.318,0	13,9	1,3
Construção	605,0	6,9	658,4	6,9	8,8
Comércio e reparação	1.314,6	14,9	1.602,2	16,8	21,9
Alojamento e alimentação	316,1	3,6	343,3	3,6	8,6
Transporte, armazenagem e comunicação	391,0	4,4	384,6	4,0	-1,6
Administração pública	346,1	3,9	450,2	4,7	30,1
Educação, saúde e serviços sociais	723,1	8,2	806,4	8,5	11,5
Serviços domésticos	764,8	8,7	836,2	8,8	9,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	352,2	4,0	375,1	3,9	6,5
Outras atividades	500,1	5,7	480,6	5,1	-3,9
Atividades maldefinidas ou não declaradas	16,9	0,2	28,4	0,3	68,2
Total	8.816,2	100,0	9.510,8	100,0	7,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(*) Percentual do valor do ramo sobre o total.

6.1 - MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO CELETISTA

A categoria mais relevante entre os empregados é a formada pelo pessoal contratado sob a Consolidação das Leis do Trabalho, os celetistas. Conforme a PNAD de 2005, essa categoria abrigava, em 2005, 56,9% dos empregados em Minas Gerais, percentual que supera tanto os 53,9% observados em 2002 no estado quanto os 56,4% verificados no país em 2005.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged) registra as admissões e demissões, apurando-se a geração líquida de emprego pela diferença de saldo. A partir dos registros do Caged são calculadas as taxas de variações nos níveis de emprego celetista em Minas Gerais e no Brasil.

Os totais de empregos líquidos gerados a cada ano, de 2003 e até novembro de 2006, são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8
Brasil e Minas Gerais
Geração de Empregos Líquida¹ (em milhares)
2003 a novembro de 2006

	2003	2004	2005	2006 ²	Total Acumulado
Brasil	645,4	1.523,3	1.254,0	1.546,2	4.968,9
Minas Gerais	75,6	175,3	155,4	191,9	598,3
Participação de Minas no Total Nacional (em %)	11,7	11,5	12,4	12,4	12,0

Fonte: MTE - CAGED

¹ Diferença entre admissões e demissões

² Até novembro de 2006

Ao longo do período, em Minas Gerais foram gerados 598 mil empregos deles já deduzidas as demissões, sendo a criação de postos de trabalho maior em 2006, até novembro. Vale notar que a geração de empregos no estado correspondeu a 12% do total criado no país. Esse percentual supera o de 10,3% relativo à participação mineira no total da população economicamente ativa do país em 2005.

Já a tabela 9 evidencia as taxas anuais de crescimento do emprego em cada setor de atividade econômica no estado e no país. Nela se observa que a performance mineira foi favorecida pelo desempenho do emprego na extrativa mineral, na construção civil, nos serviços, na administração pública e na indústria de transformação, que acumularam taxas de crescimento maiores que as nacionais.

Vale destacar ainda que o crescimento do emprego na construção civil, a partir de 2004, está fortemente vinculado aos investimentos públicos, sobretudo àqueles relacionados à recuperação e construção de rodovias e de obras na capital mineira.

Tabela 9
Brasil e Minas Gerais
Taxa de crescimento no nível de emprego celetista por subsectores da atividade econômica
de 2003 a novembro de 2006 - em %

Setores	Minas Gerais						Brasil					
	2003	2004	2005	2006*	Taxa Cresc. Acumulada	Contribuição no Total de Emprego Gerados	2003	2004	2005	2006*	Taxa Cresc. Acumulada	Contribuição no Total de Emprego Gerados
Extrativa Mineral	5,8	9,7	12,1	10,0	43,0	2,1	4,5	7,4	6,2	8,6	29,5	0,8
Indústria de Transformação	2,3	10,7	4,9	6,8	26,8	23,6	2,5	9,4	3,0	5,9	22,2	23,7
SIUP	0,8	1,9	0,1	3,7	6,6	0,4	1,1	1,6	4,4	2,5	9,9	0,6
Construção Civil	-4,5	7,9	14,4	13,6	33,9	7,9	-4,2	4,7	8,4	10,4	20,3	4,2
Comércio	4,5	7,1	7,5	6,1	27,7	24,2	4,8	7,9	7,0	5,5	27,6	26,9
Serviços	4,6	5,4	5,2	6,4	23,4	35,1	2,9	5,1	5,9	5,4	20,6	38,0
Admin. Pública	1,0	1,0	5,5	10,7	19,1	1,2	1,4	-0,1	3,1	4,6	9,3	1,2
Agropecuária	2,1	5,6	3,0	4,8	16,3	5,6	5,1	6,3	-1,0	9,0	20,6	4,6
Outros	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	-	-	0,0
Total	3,2	7,0	5,9	6,8	24,9	100,0	2,9	6,6	5,1	5,9	22,9	100,0

Fonte: MTE - CAGED

* Acumulado até novembro de 2006 sobre acumulado até novembro de 2005.

6.2 – EMPREGO NA INDÚSTRIA

As informações referentes às taxas de crescimento do pessoal ocupado em Minas Gerais e no Brasil, nos subsectores industriais, estão na tabela 10, conforme *Pesquisa Industrial Mensal do Emprego e Salário* do IBGE. Os dados mostram taxas de crescimento anuais em Minas Gerais superiores às do país em todos os segmentos destacados. Em termos acumulados da indústria geral, o crescimento mineiro de 8% foi mais de três vezes superior aos 2,4% verificados no país.

Essa pesquisa confirma as apurações do Caged que indicam, para o emprego celetista, maior crescimento em Minas Gerais que no país. A diferença de taxas de variação entre as duas pesquisas pode ser creditada a diferenças metodológicas, amostrais e de universos pesquisados.

Tabela 10
Minas Gerais e Brasil:
Taxa de crescimento do pessoal ocupado na indústria - em %
de 2003 até novembro de 2006

Itens	Pessoal Ocupado				
	2003	2004	2005	2006*	Acumulado
Brasil					
Ind. Geral	-0,6	1,8	1,1	-0,2	2,4
<i>Extrativa</i>	2,7	4,4	-0,3	0,9	6,8
<i>Transformação</i>	-0,6	1,7	1,2	-0,2	2,3
M.Gerais					
Ind. Geral	-0,9	4,7	4,1	0,8	8,0
<i>Extrativa</i>	3,9	4,9	4,0	-3,7	13,4
<i>Transformação</i>	-1,2	4,6	4,1	1,1	7,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

Nota: (*) Acumulado até novembro de 2006 sobre igual período do ano anterior.

6.3 – O MERCADO DE TRABALHO NA RMBH

Em 2005, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), residiam 2,3 milhões de pessoas classificadas como economicamente ativas e que representavam 25% desse contingente populacional em Minas Gerais¹³. O acompanhamento do mercado de trabalho na RMBH e em outras cinco regiões metropolitanas brasileiras é feito pela *Pesquisa Mensal do Emprego (PME)* do IBGE, destacando-se, dentre as variáveis pesquisadas, a ocupação e a desocupação da população economicamente ativa. O conceito utilizado de desocupação – ou desemprego aberto – abrange as pessoas com dez anos de idade ou mais que estavam disponíveis e, nos trinta dias anteriores à pesquisa, procuraram trabalho e, ainda, que não estavam trabalhando.

A evolução da ocupação nas regiões pesquisadas pela PME é sintetizada na tabela 11 a seguir. A tabela evidencia que, na RMBH, a população ocupada aumentou em 14,1% no último quadriênio, a maior taxa de crescimento dentre as regiões pesquisadas e muito superior à de 8,6% apurada para o conjunto das regiões.

O maior crescimento da ocupação na RMBH que o do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras ocorreu em todos os períodos considerados e, seguramente, é impulsionado pelo melhor desempenho das atividades econômicas, expresso no diferencial entre as taxas de crescimento do PIB mineiro e as do Brasil.

¹³ Conforme a PNAD-2005 do IBGE.

Tabela 11
Regiões Metropolitanas: Pessoas ocupadas*

	nº de pessoas (em mil)	Variações Relativas (em %)			
	2006	2006/2005	2005/2004	2004/2003	2006/2003
Total	20.281	2,3	3,0	3,2	8,6
Recife	1.317	2,7	1,2	0,7	4,6
Salvador	1.425	2,4	4,2	3,6	10,6
Belo Horizonte	2.195	5,9	3,1	4,5	14,1
Rio de Janeiro	5.038	1,5	1,4	2,1	5,1
São Paulo	8.567	1,9	3,9	4,0	10,1
Porto Alegre	1.739	1,8	3,3	2,1	7,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

Nota: (*) Média das estimativas mensais

Na variável do desemprego aberto, a trajetória da maior queda da desocupação na RMBH do que a do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras é detalhada no gráfico 4.

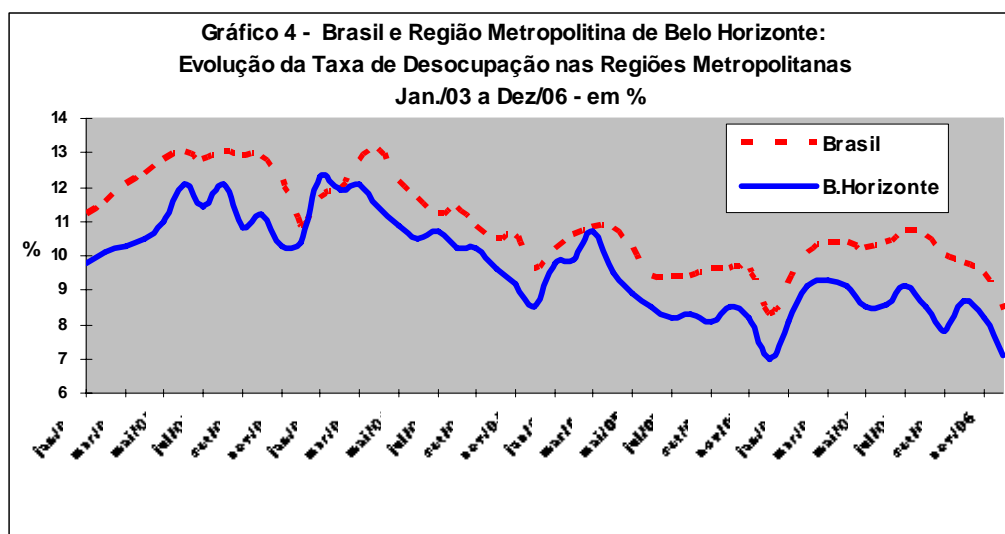


Tabela 12
Brasil e Região Metropolitana de Belo Horizonte
Taxa média anual de desocupação
de 2003 a 2006

Regiões	Períodos			
	2003	2004	2005	2006
RMBH ¹	10,8	10,6	8,8	8,5
Brasil ²	12,3	11,5	9,8	10,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Emprego

Notas ¹ Região Metropolitana de Belo Horizonte

² Considera seis regiões metropolitanas pesquisadas

Ainda conforme a PME, o ganho no rendimento médio real da população ocupada da RMBH é de 7,4% nos últimos quatro anos e de 5,6% na média das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.

7 - DESIGUALDADE DE RENDA

O dinamismo no mercado de trabalho mineiro certamente contribuiu para a melhoria dos indicadores de desigualdade de renda no estado entre 2002 e 2005. Segundo dados do IPEA, expressos na tabela 13, Minas Gerais observou redução de 5,9% em seu coeficiente de Gini, enquanto nas médias do país e dos estados do Sudeste as reduções foram de 3,4% e 3,6%, respectivamente. Essa evolução determinou que Minas Gerais passasse a assumir, nesse indicador, a melhor posição relativa entre os estados do Sudeste e melhor, também, que os demais estados limítrofes.

Tabela 13
Brasil, Sudeste, Minas Gerais e estados limítrofes:
Desigualdade de Renda - Coeficiente de Gini
2002 e 2005

	2002	2005	Variação (%)
MG	0,561	0,528	-5,9
SP	0,555	0,532	-4,1
RJ	0,550	0,557	1,3
ES	0,580	0,558	-3,8
BA	0,591	0,553	-6,4
GO	0,554	0,557	0,5
MS	0,563	0,533	-5,4
Sudeste	0,563	0,543	-3,6
Brasil	0,589	0,569	-3,4

Fonte: IPEA

8 – SETOR EXTERNO E A ECONOMIA MINEIRA

O comércio externo mineiro obteve crescentes superávits de 2003 a 2006. A tabela 14 mostra que o superávit alcançou o valor de US\$ 10,780 milhões em 2006, o correspondente a 22% do superávit alcançado no país, que foi de US\$ 46,077 milhões¹⁴.

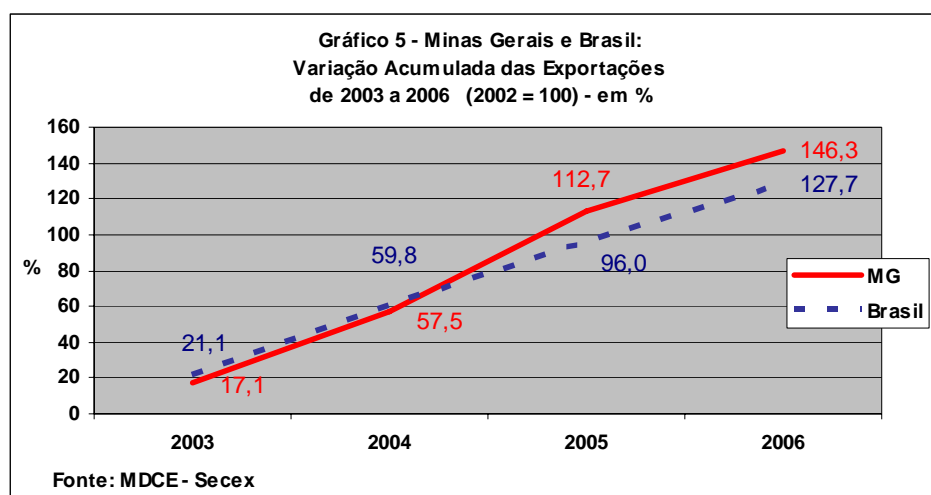
Tabela 14
Minas Gerais
Balança Comercial
2003-2006 - US\$ F.O.B

Especificações	2003	2004	2005	2006
Exportações (A)	7.434	9.997	13.501	15.638
Importações (B)	2.431	2.988	3.936	4.858
Saldo (A-B)	5.003	7.009	9.565	10.780

Fonte: MDCE - SECEX

Decisivas para a obtenção do superávit, as exportações mineiras apresentaram comportamento ascendente ao longo do tempo e dobraram entre 2003 e 2006. Esse crescimento, por ser superior ao nacional, determinou que a participação relativa de Minas Gerais nas exportações brasileiras passasse de 10,2% para 11,4% no período.

A evolução das exportações mineiras e brasileiras de 2003 a 2006 está demonstrada no gráfico 5. Tomando-se como base o ano de 2002, percebe-se que a trajetória mineira superou a brasileira a partir de 2005. Deve-se ressaltar, porém, que em 2006 a taxa de crescimento das exportações mineiras de 15,8% foi inferior à brasileira em 0,4%.



¹⁴ BALANÇA COMERCIAL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – SECEX.

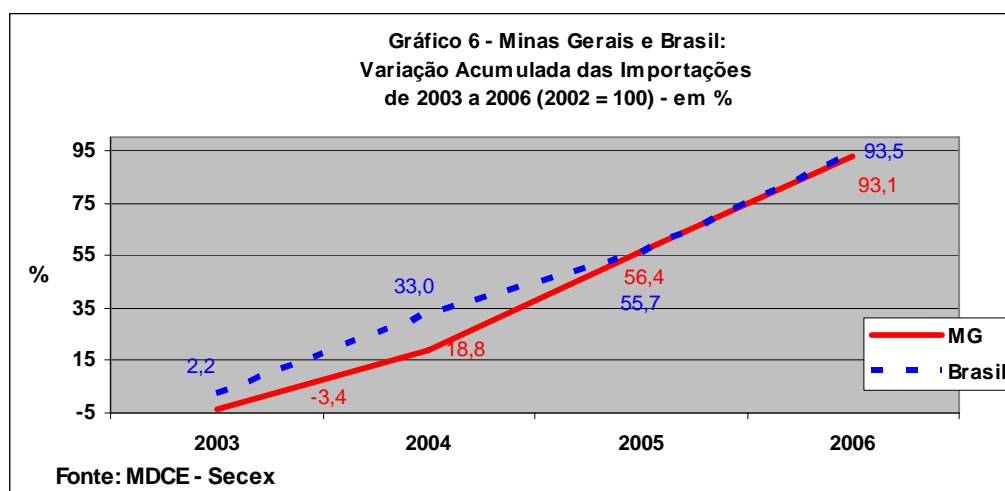
A pauta de exportação de Minas Gerais é historicamente concentrada, sendo 40 empresas responsáveis por 71,4% das exportações realizadas em 2006.

Dentro desse conjunto, a mineração tem uma predominância destacada, e apenas duas empresas mineradoras foram responsáveis por 21% das exportações.

Os produtos exportados mais representativos são os metalúrgicos, que respondem por 30% do total, seguidos dos minérios com 23% e do café com 14%.

As importações mineiras tiveram participação média relativa de 5,1% no total das importações brasileiras no período 2003 a 2006. Em 2006, esse percentual foi de 5,2%, resultado de um volume de importação de US\$ 4,858 milhões ante US\$ 91,396 milhões do país.

A evolução do índice de crescimento das importações mineiras e brasileiras no período de 2003 a 2006, tomando-se como base 2002, está destacada no gráfico 6.



O gráfico evidencia que as importações brasileiras apresentaram índices de crescimento superiores à mineira em 2003 e 2004. Já em 2005 e 2006 os índices estão bastante próximos.

9 - INVESTIMENTOS EM MINAS GERAIS

O volume de investimentos vem crescendo em valores consideráveis. De acordo com as informações do Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi), existem 1.240 projetos de investimento anunciados para o estado. Quando implantados, propiciarão cerca de 237 mil empregos diretos.

Os investimentos requeridos para a implantação são da ordem de R\$ 104 bilhões dos quais R\$ 71 bilhões referem-se a projetos da iniciativa privada. Já os projetos do setor público somam R\$ 33 bilhões e incluem a contribuição decisiva das empresas controladas pelo estado (notadamente da Cemig e da Copasa).

As empresas controladas pelo estado investiram nos últimos quatro anos o equivalente a R\$ 12,5 bilhões. Nesse total, é preponderante a participação da Cemig, que investiu R\$ 10 bilhões no último quadriênio em geração, transmissão e distribuição de energia e no programa de eletrificação rural em Minas Gerais.

A Copasa, em seus projetos de abastecimento de água, tratamento de resíduos e rede de esgoto, investiu R\$ 2 bilhões nos seus sistemas, entre 2003 e 2006.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

1 - INTRODUÇÃO

O encerramento do exercício de 2006, e os registros de seus indicadores financeiros¹⁵, constituem-se marcos representativos e delimitadores do ciclo virtuoso de resultados positivos auferidos na evolução das finanças públicas do Estado de Minas Gerais desde 2003.

Cita-se, a título de exemplo, que em 2006 o estado investiu R\$ 2,7 bilhões, acumulando, nos exercícios de 2003 a 2006, o montante de R\$ 6,4 bilhões em investimentos públicos. Os investimentos em 2006 representaram 9,3% da despesa total, e significaram um volume 351% superior ao observado em 2003, resultado indicativo da trajetória positiva da gestão financeira que alcançou o equilíbrio fiscal desde 2004.

Na receita corrente obteve-se acréscimo nominal de recursos de R\$ 3,3 bilhões de 2006 sobre 2005, o valor absoluto de 2006, representando um crescimento de 78,8% sobre 2002 e um crescimento real de 27,8%, enquanto que a despesa corrente teve crescimento nominal de 50,4% e real de 7,6% no mesmo período. Observe-se que o IPCA registrou variação acumulada de 39,9% no período¹⁶.

O intensivo gerenciamento dos gastos públicos e o aperfeiçoamento constante das medidas de gestão tributária elevaram a disponibilidade de caixa e propiciaram o incremento de recursos destinados aos investimentos.

É patente o esforço para maior eficiência na arrecadação do estado, verificado ainda por meio do confronto do desempenho da receita da arrecadação estadual, que registrou variação nominal de 83,9% e real de 31,5% em 2006 sobre 2002, contra 58,8% nominal e 13,5% real, sob o mesmo parâmetro, para a receita de transferências da União.

Os indicadores de Minas Gerais alcançaram resultados positivos em todos os quadrantes das finanças do estado, incluindo o enquadramento nos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), destacando-se que, além do cumprimento do limite de 60%, conseguiu-se atingir e manter o limite prudencial de 57% de relação da Receita Corrente Líquida (RCL) com a despesa de pessoal, bem como a redução da relação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) como proporção da RCL, que de 203,12% em 2005 veio para 189,08% em 2006, antecipando, em dez anos, a trajetória de ajuste prevista na Resolução do Senado Federal 40 de 2001.

Conforme se analisarão por partes, a seguir, os resultados positivos observados desde 2003, alcançados pelo ajuste fiscal e explicitados na reversão da tendência negativa nas contas fiscais e na manutenção dos indicadores positivos até 2006, indicam elevação de patamar da eficiência do setor público e dão suporte à melhoria do atendimento às demandas sociais e ao desempenho mais efetivo das funções do estado.

¹⁵ Dados de 2006 são provisórios, ainda não revistos pela Auditoria Geral do Estado.

¹⁶ Inflação anual medida pelo IPCA e acumulada de 2002 a 2005.

2 - EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS DE MINAS GERAIS NO QUADRIÊNIO 2003-2006

Vetor das mudanças de rumo na evolução das finanças do estado, desde 2003, o Choque de Gestão, programa composto de um conjunto de medidas de gerenciamento das despesas e custos operacionais e de elevação da eficiência na arrecadação tributária estadual, apresenta ao final do quadriênio 2003-2006, resultados que demonstram o acerto em sua concepção e corroboram o alcance dos objetivos almejados com sua adoção, visíveis na estabilização e equilíbrio financeiro de Minas Gerais e na superação das dificuldades fiscais anteriormente vivenciadas pelo setor público mineiro.

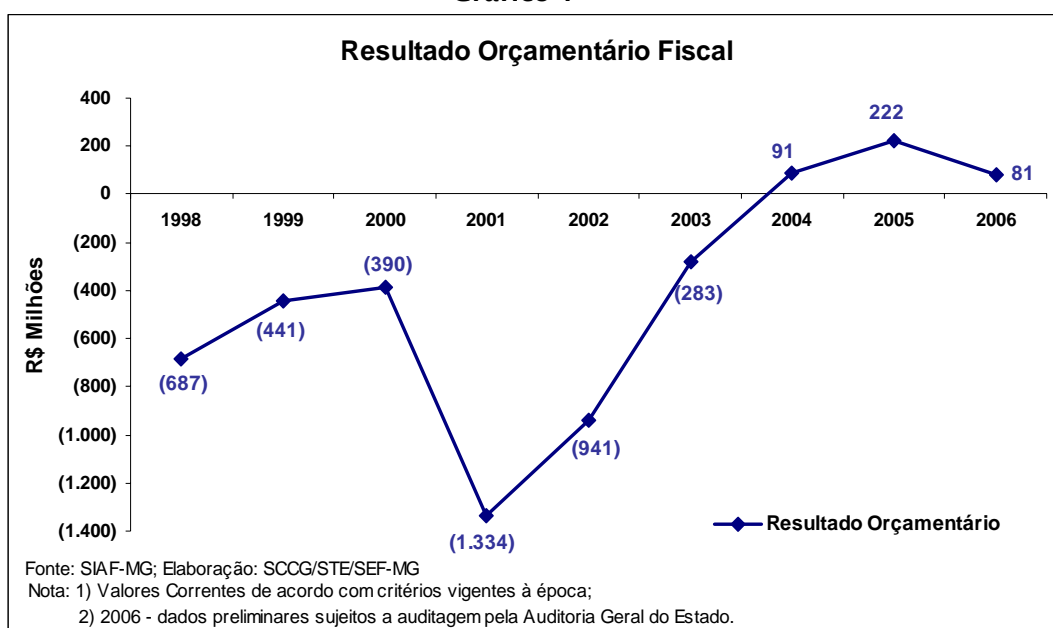
2.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O gráfico 1, a seguir, que registra a evolução dos resultados orçamentários desde 1998, expõe o principal efeito financeiro das medidas estruturantes e emergenciais aplicadas a partir de 2003.

Observa-se que o Estado de Minas Gerais, após registrar déficits em vários exercícios sucessivos, incluindo o de R\$ 283 milhões em 2003, alcançou o equilíbrio orçamentário em 2004, apresentando o superávit de R\$ 91 milhões.

Nos anos subsequentes, os resultados orçamentários registraram superávits de R\$ 222 milhões em 2005 e R\$ 81 milhões em 2006.

Gráfico 1



Na tabela 1 é apresentada a evolução das receitas e despesas fiscais de Minas Gerais, no período de 2002 a 2006, com discriminação das categorias corrente e capital.

Tabela 1
Minas Gerais : Execução Orçamentária Fiscal - 2002 a 2006

Especificação	Valores Correntes R\$ milhões					Variação % Nominal
	2002*	2003*	2004	2005	2006**	2006/2002
1 - Receita Corrente	16.905	19.125	22.940	26.889	30.224	78,8
2 - Dedução FUNDEF	-926	-1.063	-1.743	-2.047	-2.202	137,7
3 - Despesa Corrente	16.681	17.674	19.767	22.146	25.095	50,4
4 - Resultado Corrente (1+2-3)	-702	388	1.430	2.696	2.927	516,7
5 - Receita de Capital	1.616	789	620	672	1.077	-33,3
6 - Despesa de Capital	1.854	1.460	1.960	3.146	3.923	111,6
7 - Resultado de Capital (5-6)	-238	-671	-1.339	-2.474	-2.846	1.095,7
8 - Receita Total (1+2+5)	17.595	18.851	21.817	25.514	29.100	65,4
9 - Resultado Orçamentário (4+7)	-941	-283	91	222	81	108,6

Fonte: Relatório Fiscal RFCAE 341 E 448 (Receita e Despesa) - SIAFI - MG

Nota: * Conforme critério do FUNDEF vigente à época;

** Dados preliminares - sujeitos a auditoria pela Auditoria Geral do Estado.

Verifica-se evolução ascendente no resultado corrente durante todo o quadriênio de 2003 a 2006, com o registro do montante de R\$ 2,9 bilhões em 2006, o que representa variação percentual nominal de 516,7% e real de 397,9% sobre o resultado auferido em 2002 e significa disponibilidade de recursos para aplicação em despesas de capital que, por seu turno, alcançaram R\$ 3,9 bilhões em 2006, o que corresponde ao crescimento nominal de 111,6% e real de 51,3% sobre as despesas de capital de 2002.

Os valores da Execução Orçamentária Fiscal de 2002 a 2006 explicitam os resultados orçamentários já mencionados e representados no gráfico 1, e demonstram ainda a boa performance da receita corrente e da receita total, com taxas de evolução nominal respectivas de 78,8% e 65,4% e taxas de evolução real respectivas de 27,8% e 18,2% sobre os números de 2002. Registre-se que, retroagindo para 2002 a forma atual de registro do FUNDEF, adotada a partir de 2004 (referendada na Nota Técnica 1512/STN/COREM, de 24 de agosto de 2005), a receita total daquele exercício se reduziria de R\$ 17,595 bilhões para R\$ 17,222 bilhões, o que representaria para 2006 um crescimento nominal de 68,9%.

No enfoque de 2006, embora inferior ao saldo de R\$ 222 milhões verificado em 2005, o resultado orçamentário, conforme mencionado, manteve-se positivo em R\$ 81 milhões. A consolidação dos resultados de 2005 e 2006 se deu pelo crescimento da arrecadação, gerando aumentos progressivos dos balanços de conta corrente, que atingiram 13,8% e 13,3% da receita corrente líquida, respectivamente, na ordem dos mesmos exercícios.

A trajetória dos resultados do quadriênio evidencia variáveis positivas de aferição das finanças estaduais, tanto para alcance e manutenção dos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto para atendimento das metas constantes no ajuste do acordo de refinanciamento da dívida pública consoante gráficos 2 e 3 a seguir.

Gráfico 2

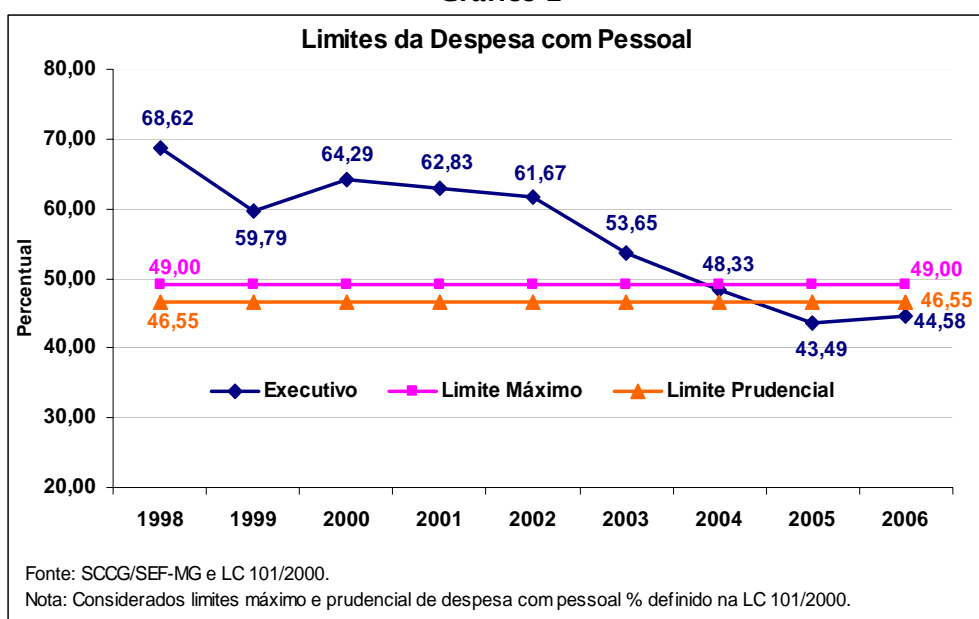
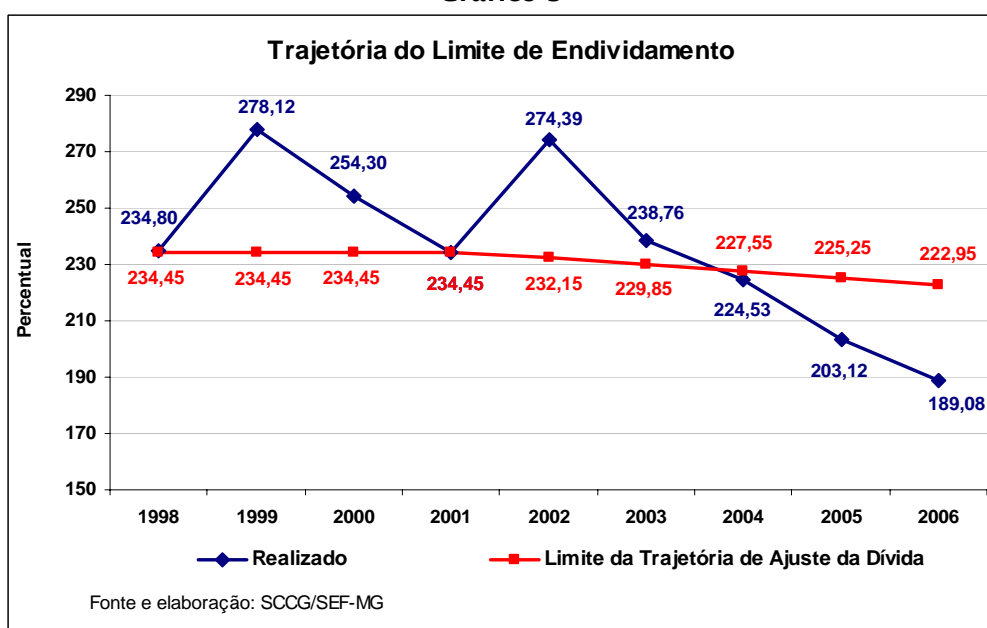


Gráfico 3

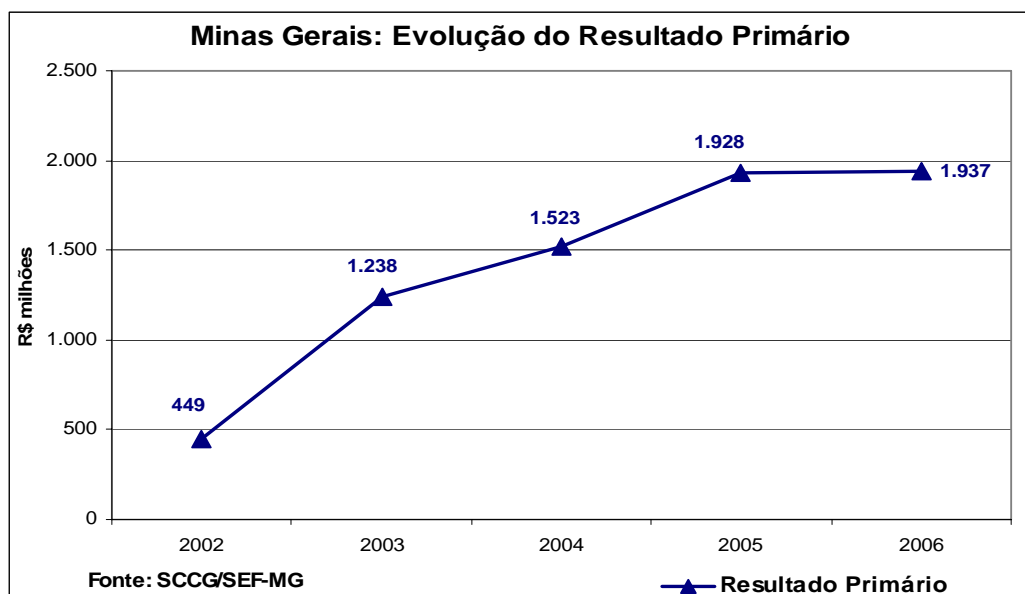


Observe-se que o indicador de comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com a despesa de pessoal do Poder Executivo, apurado em conformidade com os critérios definidos pela LRF (que incluem o limite máximo de 60% e prudencial de 57% para todos os poderes, e 49% e 46,55% para o Executivo), registrou 61,67% em 2002, caiu para 53,65% e 48,33%, respectivamente, em 2003 e 2004, e situou-se em 43,49% e 44,58% na mesma ordem em 2005 e 2006.

Quanto à trajetória do limite de endividamento em relação à RCL, definida pela Resolução 40/2001 do Senado Federal como gradualmente descendente até o marco de 200% em 2016, Minas Gerais registrou 274,39% em 2002, 238,76% em 2003, enquadrando-se abaixo do limite gradual em 2004, com 224,53% e com 189,08% em 2006, logrando antecipar em 10 anos o cumprimento do limite estabelecido.

A evolução positiva do resultado primário das contas públicas do estado, apresentando superávits crescentes de 2003 a 2006, consoante se verifica no gráfico 4, confirma o efeito do bom desempenho da receita corrente e da racionalização da despesa, torna evidente a ampliação da capacidade do setor público mineiro de fazer frente ao serviço da dívida e explica a trajetória declinante do comprometimento do endividamento em relação à RCL explícita no gráfico 3.

Gráfico 4



3 - RECEITA ESTADUAL

3.1 - EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE FISCAL

A evolução da Receita Corrente Fiscal, apresentada na tabela 2, evidencia o comportamento da receita tributária no quadriênio considerado e a evolução do ICMS, que destaca como principal emulador da arrecadação mineira, e ainda explicita a trajetória da receita de transferência da União e a receita de capital.

Tabela 2
Minas Gerais - Evolução da Receita Corrente Fiscal - 2002 a 2006.

Especificação	Valores Correntes R\$ milhões					Variação % Nominal	
	2002*	2003*	2004	2005	2006**	2006/2005	2006/2002
1 - Receita Corrente	16.905	19.125	22.940	26.889	30.224	12,4	78,8
1.1 - Receita da Arrecadação Estadual	13.362	15.334	18.525	21.769	24.570	12,9	83,9
Receita Tributária	11.152	12.762	15.212	17.839	19.944	11,8	78,8
ICMS	9.398	10.836	12.931	15.184	16.662	9,7	77,3
Outros Tributos (1)	1.754	1.926	2.281	2.655	3.282	23,6	87,1
Receita de Contribuições Sociais	1.339	1.457	1.795	1.927	2.314	20,1	72,8
Receita de Multas/Juros Mora e Dívida Ativa	290	372	597	697	595	-14,7	105,2
Receita Patrimonial	173	262	422	736	1.114	51,4	544,3
Outras Receitas Correntes (2)	408	481	499	569	603	5,8	47,7
1.2 - Receita de Transferências	3.543	3.791	4.415	5.120	5.654	10,4	59,6
Transferências da União ***	2.300	2.372	2.773	3.261	3.651	11,9	58,8
Transf. Multigovernamentais (FUNDEF)	1.174	1.316	1.526	1.778	1.922	8,1	63,7
Outras Transferências	70	103	117	81	81	0,2	16,5
2 - Dedução do Fundef	-926	-1.063	-1.743	-2.047	-2.202	7,6	137,7
3 - Receita de Capital	1.616	789	620	672	1.077	60,4	-33,3
Total da Receita Fiscal	17.595	18.851	21.817	25.514	29.100	14,1	65,4

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

Nota: * Conforme critério do FUNDEF vigente a época

** Dados preliminares - sujeitos a auditoria pela Auditoria Geral do Estado.

*** Conforme sistemática de registro da comp.financieira p/ exploração de recursos naturais vigente a partir de 2006

(1) Inclui: IPVA, IRRF, ITCD e Taxas

(2) Inclui as receitas de agropecuária, industrial, serviços, indenizações e restituições e receitas diversas

Observa-se expressiva evolução da receita tributária, com crescimento nominal de 78,8% e real de 27,9% na comparação de 2006 com 2002, alavancada pela arrecadação do ICMS, que registrou variação nominal de 77,3% e real de 26,8%, deduzida a variação de 39,9% do IPCA no mesmo período. A arrecadação de outros tributos (IPVA, IRPF, ITCD e taxas), embora com participação relativa menor na receita tributária (de 16,5% em 2006), cresceu nominalmente 87,1% com variação real de 33,8% sobre 2002.

A receita de transferências recebidas pelo estado em 2006 teve evolução nominal de 59,6% e real de 14,1% sobre 2002, e a receita de capital, no mesmo período, registrou variação nominal negativa de -33,3% e real de -52,3%, embora se configure em trajetória de crescimento positivo desde 2005.

Os dados de 2006 evidenciam que a receita orçamentária fiscal do estado totalizou R\$ 29,100 bilhões, sendo 96,3% provenientes da receita corrente (deduzido o FUNDEF) e 3,7% da receita de capital. Conforme já foi citado, a receita fiscal registrou crescimento nominal de 65,4% e real de 18,2% sobre os respectivos valores do balanço de 2002. Calculada a variação sobre valores de 2002 ajustados ao atual sistema de registro do FUNDEF, também já mencionado, o crescimento nominal no período assinala 68,9%.

Em comparação a 2005, a receita de 2006 teve crescimento nominal de 14,1% e real de 7,9% com a receita corrente registrando expansão nominal de 12,4% e real de 6,4%, e a receita de capital atingindo variação nominal de 60,4% e real de 51,8%. A receita tributária, que representa 68,5% da receita fiscal – portanto, suporte fundamental dessa –, evoluiu nominalmente 11,8% com variação real de 5,8% no período. Registre-se, para efeito comparativo, que o IPCA apresentou, em 2005, crescimento acumulado de 5,69%. O acréscimo de R\$ 3,6 bilhões sobre o total da receita verificada em 2005 se deveu principalmente à arrecadação das receitas próprias, que contribuíram com R\$ 2,8 bilhões.

A tabela 3 possibilita visualizar a dimensão e composição das transferências correntes recebidas pelo estado, bem como sua evolução em valores absolutos no período de 2002 a 2006.

Tabela 3
Minas Gerais : Transferências Correntes
Valores Nominais - Período: 2002 a 2006*

Transferências Correntes	Valores Nominais					% Var. Nom. 2006/2002
	2002	2003	2004	2005	2006	
1.1 - Transferências da União	2.300	2.372	2.773	3.261	3.651	58,8
FPE	930	967	1.066	1.334	1.477	58,8
IPI	244	206	245	278	308	26,0
CIDE	0	0	119	194	190	44,7***
QESSE	176	196	133	144	174	-1,0
Comp.Exportação (Lei Kandir)	383	312	329	329	189	-50,7
SUS	309	361	541	553	672	117,6
Convênios	64	55	82	96	189	194,7
Transf.Comp.Financ.Rec.Naturais **	74	113	130	158	182	144,8
Outras	120	162	129	175	271	126,1
1,2 - FUNDEF	1.174	1.316	1.526	1.778	1.922	63,7
1.3 - Outras Transferências	70	103	117	81	81	16,5
Total das Transferências	3.543	3.791	4.415	5.120	5.654	59,6

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

Nota: * Dados preliminares - sujeitos a auditoria pela Auditoria Geral do Estado.

**Conforme sistemática de registro da comp.financieira p/ exploração de recursos naturais vigente a partir de 2006

***CIDE - calculada variação % sobre 2004, ano da 1ª transferência.

O valor total das transferências correntes corresponde, na média do quadriênio, a 20% da receita total do estado. Desse montante, 64%, em média, são representados pelas transferências da União, que registra crescimento nominal de 58,8% de 2006 sobre 2002, bem abaixo da variação de 78,8% da receita tributária do estado no mesmo período, conforme já mencionado. Em

situação semelhante se enquadra o FUNDEF recebido em transferência que registrou, entre os períodos mencionados, variação de 63,7%.

Vale registrar a importância do ressarcimento ao estado pelas perdas com a desoneração das exportações, por força da Lei Kandir, somado aos valores orçamentados a título de ajuda financeira às unidades exportadoras. Tais transferências representaram 10,8% do total das transferências correntes em 2002, reduziram sua participação relativa ao longo do quadriênio e uma participação de apenas 3,3% para 2006, o que significa ampliação dos prejuízos para as finanças do estado na medida em que os ressarcimentos, em seu conjunto, representam apenas 50% das perdas de ICMS com a isenção da exportação, consoante estimativas da Secretaria de Estado de Fazenda.

Compõe também o montante das transferências parcela da Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) recebida pelo estado e contabilizada a partir de 2004, com participação média de 3,3% nos últimos três anos, mas de importância estratégica para os investimentos na malha rodoviária administrada pelo estado.

Considerado o conjunto da receita estadual¹⁷, fica evidente que as receitas próprias do estado desempenharam papel mais efetivo na ampliação dos recursos públicos quando se verifica que, além do registro da taxa de variação nominal superior à das transferências da União, entre 2002 e 2006, a receita da arrecadação estadual registrou participação relativa de 78,1% em 2002 (contabilizado o FUNDEF pelo sistema aprovado a partir de 2004) e de 84,4% em 2006, no total da receita, enquanto que os valores recebidos em transferência registraram participação de 17,7% em 2002, reduzindo-se para 13,2% em 2006, conforme se demonstra nos gráficos 5 e 6.

Gráfico 5

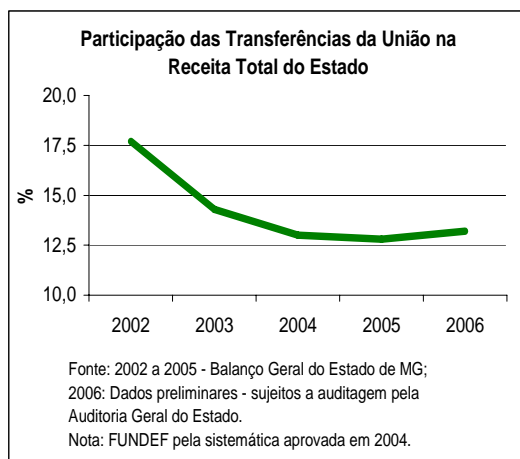
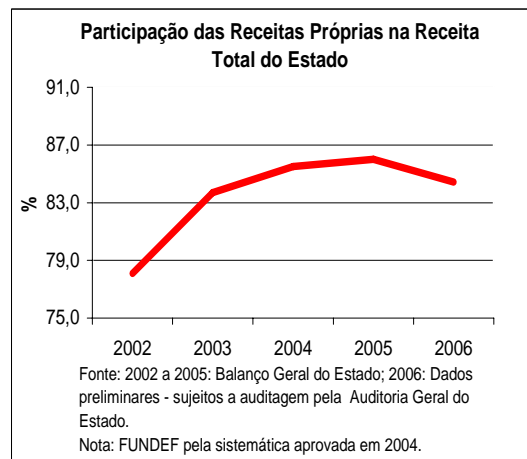


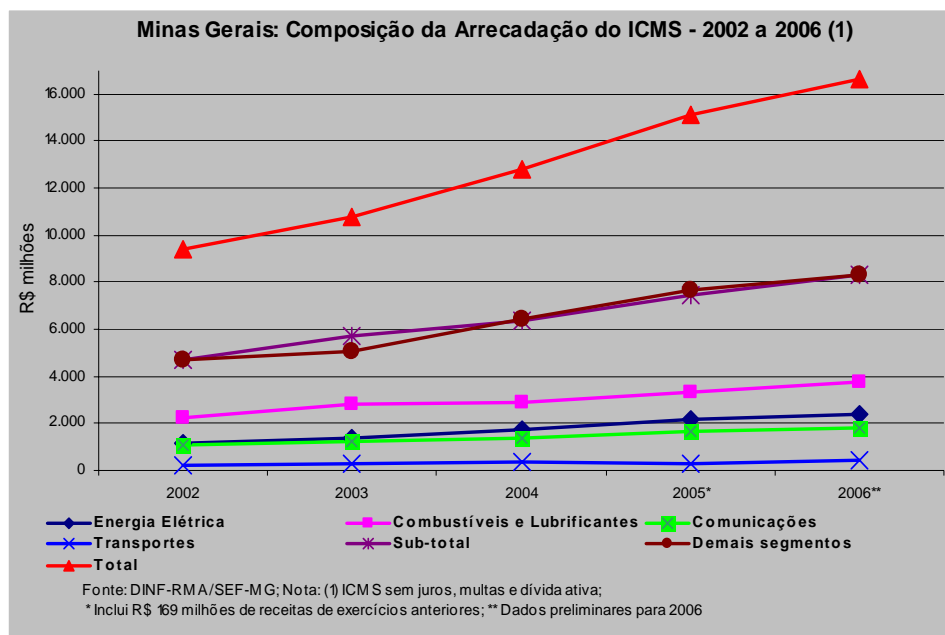
Gráfico 6



¹⁷ O conjunto da receita total do estado compreende as receitas próprias, as transferências da União, as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as alienações de bens e as transferências realizadas por indivíduos e municípios.

Pelo enfoque dos grandes setores componentes da arrecadação do ICMS, o gráfico 7, a seguir, demonstra a trajetória da arrecadação dos segmentos de energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, comunicações e transportes, que mantêm a participação média de 50% na receita do imposto.

Gráfico 7



Verifica-se que os setores mencionados mantêm bom desempenho na arrecadação do ICMS, quando comparada à evolução de 2006 sobre 2002, anotando taxa nominal de crescimento de 76,6% entre os exercícios mencionados.

3.2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA ARRECADAÇÃO DO ICMS NACIONAL

No contexto da arrecadação nacional do ICMS, Minas Gerais melhorou seu posicionamento relativo no quadriênio enfocado, conforme se observa na tabela 4.

Tabela nº 4
Participação Relativa do ICMS dos Principais Estados (1)
Período de 2002 a 2006*

Unidades da Federação	Participação Percentual Relativa do ICMS				
	2002	2003	2004	2005	2006*
Minas Gerais	9,1	9,2	9,6	10,1	10,0
São Paulo	35,3	33,8	33,3	32,9	33,8
Rio de Janeiro	9,9	9,4	9,5	8,7	8,6
Rio Grande do Sul	7,1	7,5	7,0	7,4	7,0
Paraná	5,5	5,6	5,7	5,7	5,4
Outros	33,2	34,5	35,0	35,3	35,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEFP-COTEPE/ICMS

Elaboração: Divisão de Tratamento da Informação-DTI/DINF/SAIF/SEF-MG

Nota: (*) Dados preliminares até novembro de 2006. (1) - inclui principal, multas, juros e dívida ativa.

Verifica-se que Minas Gerais evoluiu da participação relativa percentual de 9,1% em 2002 para 9,6% em 2004 – quando alcançou o segundo lugar nacional, superando o Rio de Janeiro –, e mantém, na arrecadação até novembro de 2006, patamar semelhante a 2005 com a participação de 10%.

3.3 - EVOLUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL

A receita de capital, discriminada pelos principais segmentos na tabela 5, apresenta a evolução de seus valores absolutos no período de 2002 a 2006 e variação nominal entre 2002 e 2006.

Tabela 5
Minas Gerais - Evolução da Receita de Capital Fiscal
Período: 2002 a 2006*

Especificação	Valores Correntes - em R\$ milhões					% Variação Nominal	
	2002	2003	2004	2005	2006	2006/2005	2006/2002
1 - Receita Corrente	16.905	19.125	22.940	26.889	30.224	12,4	78,8
2 - Dedução do Fundef**	-926	-1.063	-1.743	-2.047	-2.202	7,6	137,7
3 - Receita de Capital	1.616	789	620	672	1.077	60,4	-33,3
3.1 - Operações de Crédito	70	18	11	64	253	297,4	260,9
3.2 - Amortizações de Empréstimos	368	353	327	302	333	10,3	-9,5
3.3 - Transf. da União de Capital	835	379	203	152	216	41,8	-74,1
3.4 - Outras Receitas de Capital	343	39	80	154	276	79,1	-19,7
Total da Receita Fiscal	17.595	18.851	21.817	25.514	29.100	14,1	65,4

Fonte: Relatório RFCAE 341 - Receita Fiscal - SIAFI - MG

Nota: (*) Dados preliminares - sujeitos a auditoria pela Auditoria Geral do Estado.

(**) Registro do FUNDEF conforme critério vigente à época.

Verifica-se que as transferências de capital da União para Minas Gerais reduziram-se ao longo do quadriênio em foco quando, após o recebimento de R\$ 835 milhões em 2002¹⁸, registraram os valores de R\$ 152 milhões em 2005 e de R\$ 216 milhões em 2006. Conforme se pode deduzir, ainda que tenha crescido 41,8% de 2005 para 2006, é baixa a participação relativa das transferências de capital da União, que alcançaram apenas 0,7% do total da receita fiscal do estado em 2006, e ainda representaram uma redução de - 74,1% entre 2002 e 2006.

O melhor desempenho na receita de capital, que assinalou crescimento nominal de 60,4% e real de 51,8% em 2006 sobre valores de 2005, resultou em grande parte da recuperação do equilíbrio financeiro e da conseqüente reinserção do estado no mercado creditício, o que possibilitou a retomada da contratação de operações de financiamento que apresentaram variação nominal de 297,4% no mesmo período.

¹⁸ Foram contabilizados R\$ 557 milhões em 2002 e R\$ 223 milhões em 2003 como contrapartida às estradas federais transferidas pela União ao estado.

4 - DESPESA ESTADUAL

4.1 - EVOLUÇÃO DA DESPESA

A tabela 6 evidencia o comportamento da despesa orçamentária fiscal para os exercícios de 2002 a 2006, discriminada pelos segmentos de despesa corrente e despesa de capital, as quais, juntamente com a evolução demonstrada nos números da receita, possibilitam a visualização do cenário em que se verificaram, nas finanças do estado, modificações estruturais que embasaram a retomada dos investimentos do setor público mineiro.

Tabela 6
Minas Gerais - Evolução da Despesa Orçamentária Fiscal
Valores Correntes e Variação % - Período: 2002 a 2006*

Especificação	Valores Correntes R\$ milhões					Variação Nominal %	
	2002	2003	2004	2005	2006*	2006/2005	2006/2002
1 -Despesa Corrente**	16.681	17.674	19.767	22.146	25.095	13,3	50,4
Pessoal e Encargos	8.977	9.369	10.439	11.337	12.780	12,7	42,4
Juros e Encargos da Dívida	1.078	1.193	1.372	1.644	1.917	16,6	77,9
Transferências a Municípios	2.852	3.235	4.130	4.740	5.278	11,3	85,1
Outras Despesas Correntes	3.775	3.878	3.826	4.426	5.121	15,7	35,7
2 - Despesa de Capital	1.854	1.460	1.960	3.146	3.923	24,7	111,6
2.1 - Investimentos Gerais	1.422	1.034	1.527	2.734	3.425	25,2	140,8
Investimentos	775	601	1.110	2.025	2.713	34,0	249,9
Inversões Financeiras	647	434	418	710	712	0,2	10,0
2.2 - Amortizações da Dívida	432	426	432	411	499	21,3	15,6
Total (1 + 2)	18.535	19.134	21.727	25.292	29.019	14,7	56,6

Fonte: Relatório RFCAE 448 - Despesa Fiscal - SIAFI - MG

Nota: (*) Dados preliminares - sujeitos a auditoria pela Auditoria Geral do Estado.

(**) Conforme critério do FUNDEF vigente à época.

Observa-se que a despesa corrente registrou variação nominal de 50,4% e real de 7,6% em 2006 sobre 2002, destacando-se como o principal item, a despesa de pessoal que registrou taxas nominal de 42,4% e real de 1,8% no mesmo período e teve sua importância relativa reduzida de 53,8% em 2002 para 50,9% em 2006 no total da despesa corrente.

Calculada pela perspectiva de 2006 sobre 2005, a despesa de pessoal registra o crescimento nominal de 12,7% e real de 6,7%, taxas inferiores aos aumentos nominal de 13,3% e real de 7,2%, anotados para a despesa corrente, e de 14,7% (nominal) e 8,6% (real) para a despesa total no mesmo período.

A evolução da despesa de pessoal e encargos reflete a implementação, em 2003, da reforma administrativa que extinguiu cargos e secretarias, bem como as ações de valorização do servidor público, entre elas os novos planos de carreira, avaliação individual meritocrática, término da escala de pagamentos, quitação de verbas retidas, além do combate a fraudes via centralização da folha de pagamentos.

Pela tabela 7 visualiza-se a evolução da despesa de pessoal dos poderes do estado no período de 2003 a 2006.

Tabela 7
Minas Gerais - Consolidado da Despesa Realizada com Pessoal
Período 2003 a 2006 - Valores Correntes

Poderes	2003		2004		2005		2006		Limite Prudencial*
	R\$ Milhões	% RCL	R\$ Milhões	% RCL	R\$ Milhões	% RCL	R\$ Milhões	% RCL	
Executivo	7.675	53,65	8.069	48,33	8.502	43,49	9.845	44,58	46,55
Legislativo	388	2,71	380	2,27	421	2,15	490	2,22	2,85
Judiciário	930	6,50	942	5,64	948	4,85	1.118	5,06	5,70
Ministério Público	314	2,19	319	1,91	343	1,75	348	1,58	1,90
Consolidado	9.306	65,05	9.710	58,16	10.213	52,24	11.801	53,44	57,00
RCL	14.306	100,00	16.696	100,00	19.550	100,00	22.083	100,00	

Fonte: 2003 - adapt. das publicações à Portaria da STN vigente à época; 2004 a 2006 - publicações individualizadas de cada poder no "Minas Gerais".

Elaboração: SCCG/STE/SEF

Nota: * LRF - LC 101 de 05/05/2000 (§ único, art.22)

Confirma-se a observância dos limites máximo de 60% e prudencial de 57% de comprometimento da despesa de pessoal (DP) com a receita corrente líquida (RCL), consoante os parâmetros definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), já no exercício de 2005, quando a relação DP/RCL registrou 52,24%.

Nos exercícios de 2005 e 2006, a despesa de pessoal do Poder Executivo registrou participação de 43,49% e 44,58% na sequência dos exercícios, mantendo-se dentro do limite previsto de 49% e, ainda mais, respeitando o limite prudencial de 46,55% previsto no mesmo dispositivo legal para o Executivo.

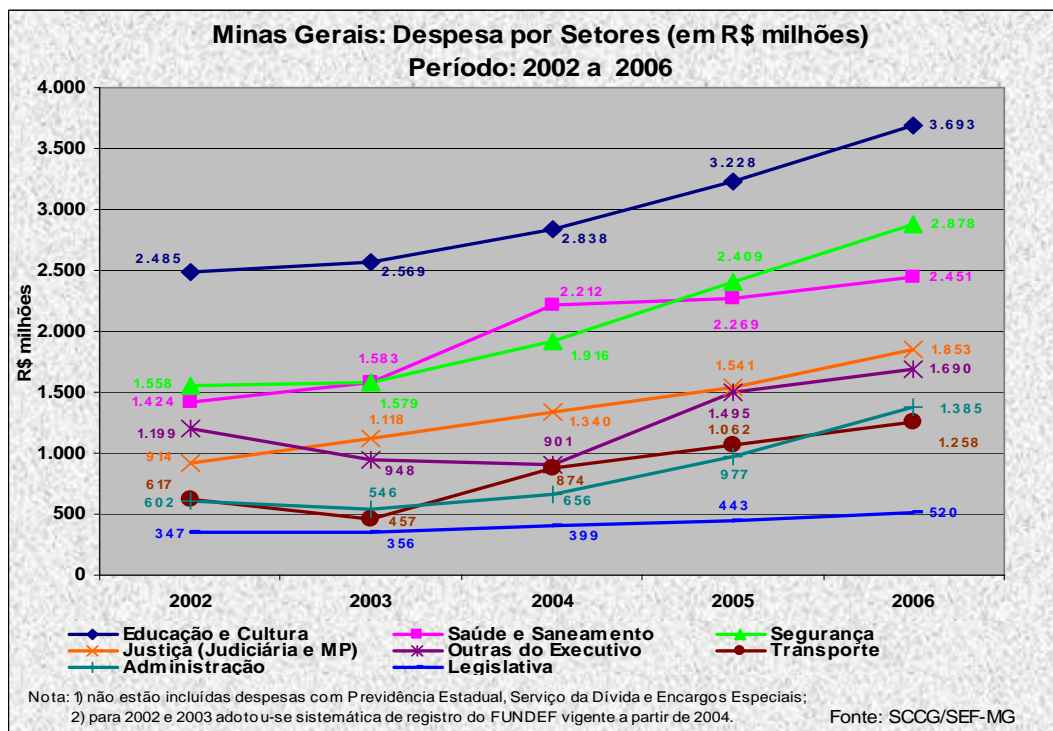
Ressalte-se que os limites foram atendidos com a adoção de um conjunto de medidas de racionalização e contenção da despesa e melhoria na gestão das receitas sem a ocorrência de demissão de servidores públicos estaduais.

Insere-se ainda como relevante componente da despesa corrente a categoria de outras despesas correntes, nas quais se destacam as despesas operacionais. Na comparação de 2006/2002 tais despesas cresceram nominalmente 42,1%. Contudo, calculada a variação de 2006 sobre 2003, a taxa nominal cai para 32%, pouco superior a inflação no período. Essa evolução nas despesas operacionais resulta da adoção de sistema de gerenciamento intensivo das despesas públicas, representado pela implantação, desde janeiro de 2004, do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais (SIAD) e pela utilização sistemática do pregão e da cotação eletrônica de preços, além de medidas efetivas de controle e redução das despesas correntes com aluguéis, eletricidade, telefone e água.

4.2 - EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO PÚBLICA

O gráfico 8 registra a evolução das principais funções de governo no período de 2002 a 2006 em valores nominais.

Gráfico 8



Educação e Cultura e da Saúde e Saneamento são os que receberam as mais expressivas alocações setoriais em todos os anos, confirmando a prioridade governamental a elas concedida. Destacam-se, em termos de crescimento dos gastos, os setores Educação e Cultura, Segurança Pública, Saúde e Saneamento, e ainda expansões expressivas em Transporte e na Justiça (que inclui Função Judiciária e Ministério Público).

No conjunto, as despesas por principais setores registraram variação nominal de 46,8% de 2005 sobre 2002 e crescimento de 72% de 2006 sobre 2002. A Segurança Pública reflete o aumento do volume de investimentos no setor ao assinalar variação nominal positiva de 54,6% do montante de 2005 sobre 2002, e ainda de 84,7% em 2006 sobre a mesma base de referência. Relevar salientar que a inflação calculada pela variação anual do IPCA, de 2006/2002, foi de 39,9% e de 2005/2002 foi de 32,3%.

No mesmo sentido sobressaem-se, com variações superiores ao conjunto, a Justiça e o Transporte, que registraram crescimentos respectivos de 102,7% e 103,9% de 2006 sobre 2002.

5 - DÍVIDA ESTADUAL

5.1 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

A tabela 8 expõe o comportamento da dívida pública do estado no período de 2002 a 2006, bem como a variação percentual do seu saldo devedor nos exercícios de 2002 e 2006.

Tabela 8
Minas Gerais: Estoque da Dívida Pública Estadual em Valores Correntes
Posição em 31 de dezembro de 2002 a 2006

Especificação	Valores Correntes em R\$ milhões					Variação % 2006/2002
	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2006	
Dívida Pública Fundada	34.340	37.238	42.112	42.293	45.240	31,74
1- Interna	33.004	36.256	41.327	41.743	44.646	35,27
Refinanciamento da Dívida - Lei 9.496	19.009	21.422	24.990	25.581	27.318	43,71
Saneamento do Sistema Financeiro	8.966	9.997	11.504	11.604	12.215	36,23
Outros	5.029	4.837	4.834	4.558	5.113	1,68
2- Externa	1.336	982	785	550	594	-55,53

Fonte: 2002 a 2005 - Balanço Geral do Estado; 2006: SEF/STE/SCOC/DACD

Os dados demonstram que a dívida pública estadual atingiu o montante de R\$ 45.240 milhões em 2006, registrando uma variação nominal de 31,7% sobre o saldo de 2002. A dívida pública é basicamente representada pela dívida interna, responsável por 98,7% de sua composição, de acordo com a posição apurada em 31 de dezembro de 2006.

Destaca-se como principal componente da dívida o montante oriundo do acordo de refinanciamento entre o Estado de Minas Gerais e o Tesouro Nacional, nos termos da Lei 9.496/97, que corresponde a 60,2% do total em 2006, com variação de 43,7 sobre o saldo de dezembro de 2002.

Ao acordo de refinanciamento se soma contrato de financiamento para o saneamento e privatização dos bancos estaduais, com saldo de R\$ 12,2 bilhões em dezembro de 2006, que registrou a variação de 36,2% sobre a posição em dezembro de 2002. As duas dívidas contratuais juntas acumulam saldo de R\$ 39,5 bilhões em 2006 e representam 88,5% da dívida interna e 87,4% do total da dívida estadual do período.

O crescimento da dívida do estado com o Governo Federal deve-se basicamente a três fatores: 1) adoção do Índice Geral de Preços (IGP-DI) – que por sofrer maior influência da taxa de câmbio teve variação superior ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) entre 2002 e 2003; 2) juros de 7,5% no 1º contrato e 6,0% no 2º contrato, o do saneamento e privatização dos bancos estaduais; e, 3) o limite de 13% da receita líquida real para pagamento dos serviços que, ao ser superado, teve o excesso incorporado ao principal.

No que respeita à dívida externa, cabe observar que as amortizações realizadas e a ausência de novas operações de crédito desde 1999 reduziram bastante o montante nessa categoria de dívida, que só registrou crescimento de 2006 sobre 2005 em virtude da retomada das liberações de recursos em operações de crédito contratadas com organismos internacionais.

A tabela 9 apresenta a evolução da Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida, registrando os saldos existentes em 31 de dezembro de cada ano, possibilitando ainda acompanhar a relação % da DCL/RCL (dívida consolidada líquida/receita corrente líquida) para avaliação do cumprimento do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme já mencionado.

Tabela 9
Minas Gerais: Estoque da Dívida Fiscal Líquida em Valores Correntes
Posição em 31 de dezembro de 2002 a 2006

Especificação	R\$ milhões				
	Saldo em 31/12				
	2002*	2003	2004	2005	2006**
Dívida Consolidada	36.481	37.714	42.715	45.778	48.083
Deduções:					
- Ativo Disponível	332	638	1.470	3.072	3.107
- Haveres Financeiros	4.105	4.289	4.903	5.025	5.446
+ Restos a pagar processados	2.370	1.370	1.146	2.030	2.224
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	34.414	34.157	37.488	39.711	41.755
Receita Corrente Líquida (RCL)	12.542	14.306	16.696	19.550	22.083
Relação DCL/RCL (%)	274,39	238,76	224,53	203,12	189,08

Fonte: Relatório RFCAE 349 - Balancete Mensal - SIAFI - MG e SCCG/SEF-MG

Nota: * Relação DCL/RCL recalculada para adequação à Portaria nº 440 da STN, de 27.08.03.

** Dados preliminares - sujeitos a auditoria pela Auditoria Geral do Estado.

A tabela 9 evidencia que o estado desenvolveu trajetória descendente na apuração do limite da DCL em relação à RCL, enquadrando-se abaixo do limite de 200% em 2006, com a marca de 189,08%, após ter atingido 203,12% em 2005.

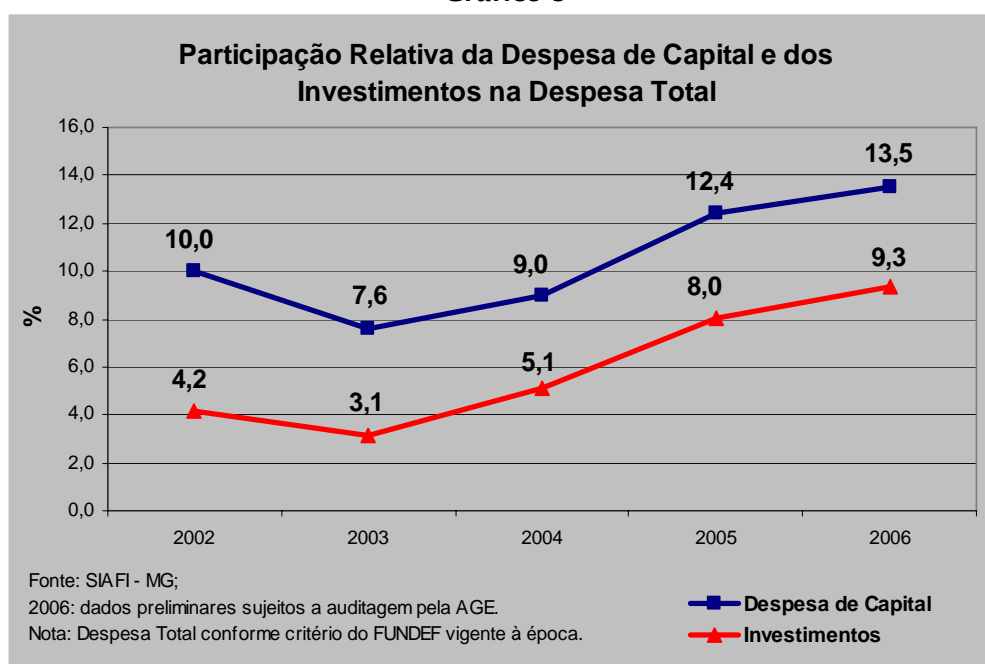
6 - INVESTIMENTOS PÚBLICOS E NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Tanto na discriminação da receita de capital (crescimento, em valores preliminares, de 297,4% nas operações de crédito entre 2005 e 2006) da tabela 5 quanto nos investimentos (R\$ 6,5 bilhões investidos de 2003 a 2006, com crescimento de 351% de 2006/2003) da tabela 6, identificam-se reflexos positivos do fato de Minas Gerais ter empreendido o equilíbrio de suas contas, ter cumprido as metas pactuadas com a STN do Acordo de Renegociação da Dívida e ter se habilitado à captação de novos recursos consoante autorização do Senado Federal.

6.1 - AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTADUAIS

O gráfico 9 confirma a ampliação da participação relativa dos Investimentos na Despesa Total que, após registrar 3,1% em 2003, assinalou 9,3% em 2006. Como consequência, a Despesa de Capital aumentou sua representatividade na Despesa Total, de 7,6% em 2003 para 13,5% em 2006.

Gráfico 9



No início da gestão 2003-2006 havia uma nítida percepção de que o Estado de Minas Gerais vinha alocando baixos recursos em despesas com investimentos, daí a demanda por adensar os esforços na oferta de mais recursos nessa classificação de despesa.

Em 2003, as despesas com investimentos totalizaram o montante de R\$ 601 milhões. Para o ano seguinte verificou-se um acréscimo de 85% na execução dessas despesas, cujo valor foi de R\$ 1,1 bilhão, com destaque particular para os recursos ordinários estaduais que representaram R\$ 565 milhões desse total, ou seja, 145% a mais do que foi investido no ano anterior com os mesmos recursos ordinários.

Em 2005, novamente as contas públicas estaduais registraram expressivo volume de despesas executadas em investimentos. Comparando com o ano anterior os valores executados de 2005 foram 82% maiores, num montante de execução no valor de pouco mais que R\$ 2 bilhões. Mais uma vez a fonte de recursos ordinários (fonte 10) representou um acréscimo de 104% com relação ao que foi executado no ano anterior, saindo dos R\$ 565 milhões de 2004 para R\$ 1,1 bilhão em 2005.

Em 2006, o governo executou seu orçamento em investimentos no valor de R\$ 2,7 bilhões, ou seja, 34% superior ao do ano de 2005. Do total investido, verifica-se a manutenção da estratégia do governo em alocar esses recursos de modo a depender cada vez menos de recursos externos ao estado, pois R\$ 1,5 bilhão oriundo de recursos ordinários do tesouro estadual financiou despesas com investimentos, um aumento de 36% com relação a 2005.

6.2 - RETOMADA DOS FINANCIAMENTOS

A evolução favorável das finanças mineiras restaurou o conceito de crédito do estado perante a União e as instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como junto as instituições internas que dão suporte financeiro ao setor público. Assim, o estado se habilitou a celebrar operações de crédito com essas instituições, ampliando as fontes de recursos em suporte aos projetos estruturadores do PPAG. O primeiro desses contratos, no valor de US\$ 35 milhões, foi celebrado em 2005 com o Banco Mundial e se destinou ao combate à pobreza rural nas regiões mais carentes de Minas, a região Norte e Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

O segundo contrato, o DPL/MG - Empréstimo para Políticas de Desenvolvimento -, também com o Banco Mundial e no valor de US\$ 170 milhões, firmado no final de abril de 2006 tem significados especiais. Trata-se de um empréstimo no qual não é exigida contrapartida financeira do estado, e foi concedido em reconhecimento aos avanços obtidos nos indicadores fiscais do estado e no aprimoramento da gestão pública, o “Choque de Gestão”. Segundo o Banco Mundial, trata-se do primeiro desse tipo para um estado brasileiro. O empréstimo apóia as ações já desenvolvidas pelo estado nas áreas do equilíbrio fiscal, reorganização e modernização da administração pública estadual, além do desenvolvimento econômico sustentável por meio do incentivo aos investimentos do setor privado.

Esses recursos foram parcialmente desembolsados em 2006 e a outra parte é alocada no orçamento de 2007 para a execução de projetos estruturadores. Como contrapartida, o estado assegurou o cumprimento das metas fiscais, prosseguiu com as melhorias na gestão pública, na administração de recursos humanos e em logística de suprimentos, bem como aprimorou a prestação de serviços públicos. A terceira alocação do DPL é para garantir os projetos de PPP do estado e para investimentos rodoviários na área da Estrada Real.

O terceiro contrato de financiamento foi celebrado com o Banco Interamericano no valor de US\$ 100 milhões, que se destinam ao Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Estado, o PROACESSO. Também para o PROACESSO serão destinados outros US\$ 50 milhões da operação de crédito obtida do JBIC, cujo repasse foi contratado pelo Banco do Brasil, que são recursos destinados ao Vale do Rio Doce.

Já o quinto contrato, de repasse pelo BNB de recursos do PRODETUR originários do Banco Interamericano, objetiva o desenvolvimento do turismo

na região Norte do Estado, no valor equivalente a U\$ 27,5 milhões. Destina-se a financiar as ações e projetos voltados para o fortalecimento da capacidade municipal de gestão do turismo, incluindo-se o planejamento estratégico, o treinamento e a infra-estrutura para o crescimento turístico e a promoção de investimentos do setor público constantes do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PRODETUR).

A primeira operação interna de crédito interno foi celebrada com o BNDES, em fevereiro de 2005, no valor de R\$ 53,8 milhões, para investimentos de infra-estrutura rodoviária na região Leste do Estado e envolve recursos do Fundo para Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD).

Todos os contratos representam o suprimento de fonte para projetos estruturadores do estado e se direcionam a obtenção de melhores resultados fiscais, o aprimoramento da gestão governamental, a melhor oferta de serviços públicos à população estadual, para a redução da pobreza e para a infra-estrutura do estado, em especial nas áreas de menor IDH.

7 - EVOLUÇÃO ANUAL DOS PROJETOS ESTRUTURADORES

A carteira GERAES dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais, iniciou-se em 2004 contendo 31 projetos, cujo aporte de recursos para aquele exercício foi de R\$ 1,2 bilhão. Nesse primeiro ano da carteira, a execução dos Projetos Estruturadores foi da ordem de 70% dos recursos globais previstos. Porém, se contabilizados apenas os recursos ordinários do tesouro estadual o índice de execução sobe para 92%.

No ano subsequente, dois novos projetos passaram a fazer parte da carteira GERAES. O montante global de recursos aplicados nos 33 projetos teve um acréscimo de 19%, passando de R\$ 1,2 bilhão em 2004 para R\$ 1,4 bilhão em 2005. Destaque-se para a execução orçamentária desses projetos, que registrou patamares de 78% (recursos globais) e 94% (recursos do tesouro).

Em 2006, reforça-se a estratégia de governo em concentrar seus principais recursos dentro dessa carteira de projetos, numa política de priorizar de metas e resultados. Nesse ano, com a inclusão de mais 2 projetos, os 35 Projetos Estruturadores receberam R\$ 2,2 bilhões, o que representa 57% de aumento com relação aos recursos destinados no ano anterior.

O significativo resultado de execução dos projetos estruturadores encontra suas bases principalmente nas áreas da Saúde, Educação e Transportes. Nesse caso, projetos como o "ProMG", que se destina a recuperação das estradas mineiras, o "Saúde em Casa", que tem como objetivo proporcionar melhorias no atendimento primário em saúde para a população mineira, e o "Universalização e Melhoria do Ensino Médio", que busca promover educação de qualidade aos alunos do 2º grau da rede pública escolar, apresentam pouco mais que 90% de execução com relação aos recursos orçados.

GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais é um órgão autônomo, diretamente subordinado ao governador do estado, e tem por finalidade planejar, coordenar e executar atividades de defesa civil, de segurança do governador, vice-governador e seus familiares, bem como prestar assessoramento direto ao chefe do Executivo Estadual em assuntos policiais-militares. No exercício de 2006, cumpriu de forma efetiva as suas atribuições na segurança das autoridades.

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de defesa civil no Estado de Minas Gerais, com as atribuições previstas na legislação em vigor. Pertence ao Gabinete Militar do Governador e representa uma importante atuação do órgão na prevenção, preparação, socorro e reconstrução dos municípios mineiros, no enfrentamento de "situação de emergência" ou de "estado de calamidade pública" decorrente de desastres naturais ou provocados pelo homem.

Para tanto, foi instituída em 2005 a Escola Permanente de Defesa Civil, com o objetivo de capacitar agentes designados pelos municípios para atuarem na atividade. O Curso Básico de Defesa Civil tem ocorrido na sede da Coordenadoria, bem como nas sedes de associações microrregionais, para onde são encaminhadas equipes itinerantes de treinamento. Em 2006, 246 municípios participaram dessa capacitação, totalizando 916 alunos.

Capacitação de 916 agentes de defesa civil de 246 municípios.

Do mesmo modo, houve, para os servidores da Cedec, cursos de capacitação em defesa civil, tais como Curso Operacional de Defesa Civil (CODC), Curso de Avaliação de Danos (CADAN), Curso de Emergências Químicas (PEQUIM), Curso de Sistema de Comando em Operações (SCO), Curso de Barragens, além do Curso de Capacitação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil.

Neste ano, foram implantados dez depósitos regionais e treinados dois militares de cada região para atuar nas atividades de defesa civil, tendo em vista agilizar o atendimento das situações de emergência e calamidade pública em todo o estado. Ressalta-se também a instalação de 93 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, passando o estado a contar com 499 municípios em que essas coordenadorias estão instaladas.

Implantação de dez depósitos regionais do Cedec e instalação de 93 Coordenadorias Municipais.

A Defesa Civil de Minas Gerais esteve presente no período de secas, atuando na prestação de serviços aos 104 municípios afetados, sendo 74 municípios em situação de emergência homologada. Deste total, 54 foram reconhecidos pelo governo federal.

Foram adquiridas mil cisternas de vinil, com capacidade de 8 mil litros, por meio de convênio com a Copasa, detentora dos recursos financeiros, para enfrentamento da seca no estado em 2007. A distribuição foi efetivada a partir de 1.º de novembro de 2006 utilizando critérios técnicos da Cedec que envolvem a decretação de emergência por seca nos anos de 2005 e 2006. A

Aquisição preventiva de mil cisternas de vinil.

liberação nesse período se deu com o objetivo de os municípios realizarem o armazenamento de água durante o tempo chuvoso.

Foram assinados 24 convênios com prefeituras para execução de obras emergenciais decorrentes de danos provocados pelas chuvas. Esta ação, cujo objeto principal foi a reconstrução de pontes, visou garantir a circulação de pessoas e veículos no escoamento da produção local.

Atendimento a 253 municípios e comunidades em caráter emergencial.

Em 2006, a Cedec distribuiu para 253 municípios/comunidades do estado, em caráter emergencial (socorrimento de vítimas de chuvas, secas e desastres), 28.473 cestas básicas de 10 quilos, 9.551 cestas básicas de 18 quilos, 9.344 colchões, 20.907 cobertores, 34.145 telhas de fibrocimento e 8.100 metros de lona.

Realização de 35 vôos em favor do Programa MG Transplantes.

O Gabinete Militar, graças ao termo de cooperação firmado com a Secretaria de Estado de Saúde, com interveniência da Polícia Militar, operacionalizou, até 26 de novembro de 2006, 35 vôos das aeronaves do governo do estado para atendimento de demandas do Programa MG Transplantes, executando o transporte de equipes médicas para captação de órgãos doados em localidades distantes de Belo Horizonte, possibilitando a efetividade dos transplantes e contribuindo para o salvamento de vidas.

AUDITORIA-GERAL DO ESTADO (AUGE)

As transformações ocorridas no perfil da sociedade brasileira exigem o redimensionamento do Estado, já que as experiências recentes trazem modelos alternativos de gestão bem como auditoria na administração pública moderna. Esse paradigma emergente de gestão pública, entre outros aspectos, enfatiza os ideais de democracia e cidadania, ressaltando a participação e o controle da sociedade civil sobre a administração.

Nesse contexto de mudanças e ascensão do cidadão a um patamar de maior destaque no planejamento e na condução das políticas públicas, impõe-se a qualificação da gestão, sobretudo no que tange ao diagnóstico, à implementação e ao acompanhamento dos resultados das políticas públicas, de forma sistemática e consistente.

A Auditoria-Geral do Estado (AUGE), com o objetivo de implementar o quadro da carreira de auditor na Administração Pública Estadual, abriu concurso público para provimento de cargos da carreira de auditor interno, por meio do Edital AUGE n.º 1/2006, publicado no Diário Oficial do Estado de 11/4/2006. Com essa realização, a Auditoria-Geral conquista mais um importante passo na consolidação do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual, buscando o ingresso de profissionais qualificados para o exercício da função auditoria e correição.

Implementação do Cadastro Geral de Convenientes.

Outro destaque é a implementação do Cadastro Geral de Convenientes (Cagec), cuja importância reside exatamente na obtenção de maior segurança e agilidade na apresentação dos documentos exigidos para a assinatura de convênios, aprimorando a transparência e a economicidade nos processos.

Instituído pelo Decreto n.º 44.293, e regulamentado pela Resolução Conjunta Seplag/Auge n.º 5.958, o Cagec possibilita um controle eficaz da documentação apresentada pelos interessados em firmar convênios com o estado.

A Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO), como unidade central do subsistema de auditoria operacional, tem entre suas atribuições a coordenação das 72 unidades de auditoria nos órgãos e entidades do Poder Executivo, uniformizando e sistematizando procedimentos, ao mesmo tempo em que busca, no gerenciamento deste subsistema, cumprir sua missão institucional de contribuir para a melhoria dos resultados da gestão pública, dentro de uma filosofia preventiva e de assessoramento aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Nesse sentido, foi celebrado convênio entre a Auditoria Geral do Estado, a Secretaria de Estado de Saúde e a Loteria do Estado de Minas Gerais, para sorteio e auditoria de convênios e instrumentos congêneres pactuados com municípios contemplados com recursos estaduais, e a realização do Fórum do Subsistema de Auditoria Operacional. Outro feito se refere à coordenação da comissão especial composta por membros da Auditoria Geral, da Secretaria de Estado de Agricultura e das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, encarregada de proceder à verificação das contas dos MLPs, visando à certificação das receitas e despesas.

Pode-se citar igualmente o auxílio ao Ministério Público de Minas Gerais, especificamente a Curadoria de Fundações, na avaliação das demonstrações financeiras de fundações, com emissão de pareceres para subsidiar os promotores com informações necessárias para a emissão de atestados de funcionamento dessas pessoas jurídicas.

Outras realizações importantes da Superintendência Central de Auditoria Operacional, ao longo de 2006, foram a implementação de indicadores de auditoria, a tomada de contas especial para análise do convênio nº. 254/2001, celebrado entre o Ministério do Esporte e Turismo e a Secretaria de Estado de Turismo, a realização de seis auditorias especiais nos acordos de resultados, em conjunto com a Superintendência Central de Auditoria de Gestão, em atendimento à demanda apresentada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Implementação de seis auditorias especiais nos acordos de resultados.

Destaca-se também a participação da SCAO na comissão especial para desenvolvimento de um programa integrado instituído pela Resolução Conjunta 03/2004, da Auditoria Geral e da Secretaria de Estado da Fazenda, tendo em vista a otimização e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle das receitas próprias do estado, a fim de recuperar a capacidade de financiamento da ação governamental bem como a participação na comissão especial encarregada da revisão do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e o monitoramento, junto com a Seplag, do processo de avaliação de desempenho dos servidores públicos estaduais.

Monitoramento do processo de avaliação de desempenho dos servidores públicos estaduais.

Foram realizadas, igualmente, 405 visitas e reuniões programadas com as unidades setoriais e seccionais de auditoria, além de um seminário para capacitação de 26 servidores, com enfoque no aperfeiçoamento e execução da

*Elaboração de
3.277 trabalhos de
auditoria pelo
subsistema de
auditoria
operacional.*

função auditoria. Neste quadro, as unidades setoriais e seccionais de auditoria, elaboraram ao todo 4.432 produtos de auditoria, entre relatórios, pareceres técnicos, certificados, cartas de recomendação e notas técnicas. Além de cumprir com sua principal atribuição de coordenação do subsistema de auditoria operacional, a SCAO procedeu à execução direta de 52 trabalhos de auditoria.

*Implementação do
Sistema
Informatizado de
Indicadores de
Auditoria.*

Em 2006, por meio da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento (SPD), a Auditoria-Geral do Estado ampliou a efetividade de pesquisa de técnicas de auditoria, com a produção de manuais contendo metodologias para as atividades de auditoria e operação de sistemas. Ressalta-se o ineditismo no desenvolvimento de indicadores de auditoria contábil e operacional e seus respectivos manuais de procedimentos, aliado ao desenvolvimento do Sistema Informatizado de Indicadores de Auditoria (SINAU), que é ferramenta de tratamento e gerenciamento de dados existentes no armazém de informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (Siafi/MG) e em outros sistemas corporativos, constituindo um ambiente favorável à aplicação dos indicadores.

Dentro de suas competências, a SPD realizou a gestão e a reformulação do sítio de informações da Auditoria-Geral. Além disso, realizou o levantamento, em nome AUGE e em parceria com a Associação Cearense de Estudos e Pesquisas (Acep), do “Perfil dos Recursos Humanos dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal”, apresentado em Gramado/RS no V Fórum Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal.

A Superintendência Central de Auditoria de Gestão (SCAG) tem como objetivo implementar mecanismos de avaliação da gestão governamental, demonstrando o resultado do impacto social advindo da implementação dos planos, programas e projetos do governo estadual.

*Elaboração de
relatórios de
avaliação dos
programas “Lares
Gerais”, “Pró-MG”,
e “Pró-Acesso”.*

Além da elaboração dos relatórios de gestão fiscal legalmente previstos, a SCAG desenvolveu o relatório de execução orçamentária, o relatório de avaliação social dos programas governamentais e os relatórios de avaliação dos programas “Lares Geraes”, “Pró - MG” e “Pró-Acesso”.

Para dar suporte aos trabalhos supramencionados, foi celebrado convênio de cooperação técnica com a Fundação Mineira de Educação e Cultura (Fumec), objetivando uma ação integrada para auditoria em projetos, obras e reformas de engenharia civil, restauração, pavimentação e construção de estradas.

Foi renovado, também, o convênio de cooperação técnica interinstitucional com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em parceria com a Fumec, para o acompanhamento e a avaliação de obras públicas relativas ao Programa Sedes Próprias daquela instituição.

Entre as medidas implementadas, destaca-se a revisão do Manual de Auditoria do Relatório de Gestão Fiscal, para adaptá-lo à nova tecnologia de extração de dados do armazém Siafi (Business Objects - BO) bem como adequá-lo aos novos procedimentos de elaboração dos anexos do Relatório de

Gestão Fiscal (RGF). Para subsidiar o referido relatório, a Diretoria Central de Auditoria de Contas (DCAC) concluiu um dos componentes do projeto Sistema de Informações Gerenciais de Auditoria (SIGA), que visa à estruturação dos demonstrativos do RGF na ferramenta BO.

Com efeito, em parceria com a Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO), a SCAG iniciou os trabalhos de auditoria nos acordos de resultados dos órgãos e entidades estaduais, avaliando os acordos celebrados pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais (Ipem), pela Fundação Ezequiel Dias (Funed) e pela Fundação Clóvis Salgado (FCS).

Igualmente, a SCAG, em conjunto com a SCAO, iniciou os trabalhos de acompanhamento das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e seus respectivos termos de parceria, no intuito de garantir a regular e efetiva aplicação de recursos públicos estaduais pelo terceiro setor.

Em 2006, a Superintendência Central de Correição Administrativa (SCCA) participou efetivamente com a Seplag na reforma do Estatuto do Servidor, incorporando a proposta de um título específico sobre o regime disciplinar em sintonia com as diretrizes estabelecidas. Além das disposições sobre a penalidade de multa, a proposta da SCCA absorveu o projeto estratégico “Revisão do marco legal sobre o regime disciplinar”, que estava em andamento sob a coordenação da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento (SPD).

Participação da SCCA na reforma do Estatuto do Servidor.

A SCCA buscou firmar-se como unidade articuladora e coordenadora da função de correição administrativa no Estado de Minas Gerais atuando como Secretaria Executiva do Conselho de Corregedores do Poder Executivo Estadual. Além disso, consolidou-se como Secretaria Executiva do Conselho de Ética Pública, ampliando os horizontes da prevenção de ilícitos administrativos ao relacioná-la à divulgação de ditames éticos aos servidores estaduais.

O trabalho de prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos foi priorizado no período e implementado por meio da orientação aos servidores públicos bem como por meio da desconcentração da atividade correicional.

Os conteúdos pertinentes às duas ações compõem o Programa de Prevenção de Ilícitos e Capacitação desenvolvido pela SCCA. O programa divide-se em dois módulos, Palestra de Prevenção e curso de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que podem ser apresentados juntos ou separadamente, de acordo com o público-alvo ou o objetivo pretendido.

Com a desconcentração da atividade correicional, buscou-se aperfeiçoar a apuração processual, aproximando-a do local da ocorrência do ilícito e da lotação dos servidores e testemunhas. Indiretamente, difundiu-se a cultura preventiva por meio dos servidores treinados para apurar os ilícitos, multiplicando as informações sobre o regime disciplinar.

*Desenvolvimento
do curso de
Sindicância e
Processo
Administrativo
Disciplinar.*

A SCCA desenvolveu o curso de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que constitui o Módulo II do Programa de Prevenção de Ilícitos e Capacitação. Trata-se de um curso de cinco dias de duração, em horário integral, no qual os servidores são treinados para a apuração dos ilícitos administrativos, recebem material específico e são cadastrados na SCCA. Nessa perspectiva de orientar os membros das comissões disciplinares, foram confeccionados, em parceria com a Segov, 500 exemplares do Manual de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, elaborado pela SCCA.

*Criação do sistema
de controle de fluxo
de trabalho para a
atividade correicional.*

Outra importante realização da SCCA, em 2006, foi a criação do sistema de controle de fluxo de trabalho (workflow), que a SCCA denominou Sistema de Informação de Correição Administrativa (Sicad). O sistema engloba as funções de banco de dados, gerenciador de documentos e controle do fluxo.

*Efetividade do
trabalho de
prevenção de
ilícitos
administrativos.*

Os resultados alcançados no exercício permitem uma avaliação positiva da estratégia adotada. A prevenção dos ilícitos administrativos resultou na diminuição da quantidade de expedientes recebidos. Por meio da tríade orientação-informação-divulgação, a SCCA levou aos servidores conhecimento sobre direitos, deveres e responsabilidades, prevenindo a ocorrência dos ilícitos e contribuindo para a eficiência do serviço público estadual.

A Auditoria-Geral do Estado buscou cumprir sua missão institucional de exercer o controle da gestão pública com equidade e compromisso social, dentro de uma filosofia preventiva e de assessoramento aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Os resultados obtidos pelo sistema estadual de auditoria interna durante 2006 demonstram os esforços de seus agentes na busca da melhoria de qualidade e produtividade dos trabalhos de auditoria, no intuito de subsidiar a tomada de decisões governamentais.

ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO (AGE)

*Regionalização da
Advocacia Geral
do Estado.*

O ano de 2006 foi marcado pela regionalização da Advocacia-Geral do Estado (AGE), com a descentralização administrativa da representação judicial, consolidação da Advocacia Regional do Estado no Distrito Federal e instauração da Advocacia Regional do Estado em Contagem, município responsável pela segunda maior arrecadação de Minas Gerais. É de se destacar que houve no período a criação dos escritórios seccionais de São João del-Rei, Patos de Minas, Passos, Pouso Alegre e Sete Lagoas.

O estabelecimento da unificação da linguagem jurídica promovida pela subordinação técnica e jurídica ao advogado geral do estado de todas as consultorias, assessorias e departamentos jurídicos de órgãos e entidades da administração estadual, bem como de uma política de advocacia preventiva refletiu-se, em 2006, na destinação de procuradores do estado de carreira para atuar em órgãos e entidades da administração direta e indireta (SEE, SES, Sedese, Setop, Seplag, DER, Ipsemg, etc.) e na edição, pelo advogado-geral, de diversas súmulas administrativas, sistematizando e uniformizando a atuação dos órgãos com competência jurídica. A fim de aparelhar essa política em termos de recursos humanos, houve, no fim do ano, publicação de novo edital

de concurso para provimento de 27 vagas remanescentes. Com novas unidades descentralizadas, otimizando a representação judicial do estado, seguida da ampliação do quadro de procuradores, municiando-as para o escorreito desenvolvimento de suas competências, a reestruturação do órgão permitiu a manutenção da qualidade e da cobertura dos serviços prestados pela AGE em face do vertiginoso número de citações recebidas que, no primeiro ano de governo, registrou 9,1 mil, para um acumulado, até outubro de 2006, de 25,1 mil, o que representa um crescimento, ao longo dos quatro anos, de mais de 300% de demandas em que a Advocacia Geral do Estado é chamada a atuar no contencioso judicial.

Recebimento de 25,1 mil citações.

O Conselho de Administração de Pessoal (CAP), unidade colegiada a que compete acolher, analisar e decidir reclamações e pleitos dos servidores ativos e inativos das Secretarias de Estado, das autarquias e das fundações públicas, em relação a atos que afetem seus direitos funcionais, julgou, até setembro de 2006, 2.786 processos administrativos.

A consultoria e assessoramento jurídicos prestados pela Consultoria Jurídica são objeto de destaque em matérias importantes para a política governamental, entre as quais a ampliação no estado da área de distribuição de gás natural, a parceria público-privada da Rodovia MG 050, questões referentes a empréstimos internacionais do Bird, os reflexos político-administrativos concernentes ao período eleitoral (publicidade e propaganda institucionais e contratações/designações), a constitucionalidade da aplicação da unidade real de valor (URV), etc. Em termos quantitativos, a Consultoria Jurídica analisou 1.379 consultas em 2006. Já em termos qualitativos, destaca-se o assessoramento prestado na celebração do quarto aditivo ao contrato de cessão de crédito do saldo remanescente da conta de resultados a compensar (CRC), firmado com a Cemig, no valor aproximado de 3 bilhões de reais, em que o Estado de Minas Gerais pagará a sua dívida com parte dos dividendos e juros do capital próprio a que tem direito na empresa. Ademais, analisou e sugeriu providências no âmbito do contrato celebrado pelo Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, em razão de convênio celebrado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a finalidade de implantação de novo sistema de informação no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

Análise de 1.379 procedimentos pela Consultoria Jurídica.

Houve, em 2006, continuação na defesa dos interesses de Minas Gerais na ação que anulou o acordo de acionistas firmado entre o Estado e a Southern Electric Brasil Participações (SEB), que levou à perda de controle da Cemig, com o desprovimento do agravo de instrumento e regimental que não recebeu o recurso especial promovido pela SEB, mas aguarda decisão quanto ao agravo de instrumento interposto contra a não admissão do recurso extraordinário.

Em 2006, elaboraram-se estudos e minuta de escritura particular de emissão privada de debêntures, bem como do instrumento particular de promessa de subscrição de debêntures pelo Estado de Minas, integrantes do Projeto Minas Comunica (Promic), com valor estimado de R\$ 200 milhões, e analisou-se documentação relativa às companhias estatais, assim como realização de assembléias gerais, ordinárias e extraordinárias, de acionistas de

empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais, como Cemig, Copasa, MGI Participações Valores Mobiliários (Diminas).

Análise de 1.743 expedientes pela Assessoria Técnico-Legislativa.

Por sua vez, a Assessoria Técnico-Legislativa, no desempenho de sua competência de assessoramento ao governador do estado no exercício do poder regulamentar (expedição de Decretos) e de participação no processo de elaboração de leis (razões de veto e de sanção), analisou 1.743 expedientes até outubro de 2006.

Arrecadação de mais de R\$ 140 milhões de dívida ativa até outubro de 2006.

O impacto da política de interiorização da representação judicial é percebido, por exemplo, na área tributária, pela arrecadação efetiva, de 2003 a 2006, de mais de R\$ 680 milhões de receita de dívida ativa inscrita, bem como a verificação de uma carteira de parcelamentos do ativo contábil da dívida ativa, em julho de 2006, de mais R\$ 830 milhões. Até outubro de 2006, as Advocacias Regionais e Procuradorias da Dívida Ativa arrecadaram mais de R\$ 140 milhões.

Êxito em 70% dos recursos em matéria tributária.

No contencioso judicial em matéria tributária, houve êxito em cerca de 70% dos recursos envolvendo direito tributário, julgados perante o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Entre as conquistas destacam-se: o julgamento favorável pelo TJMG de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) relativa à instituição da taxa de incêndio, viabilizando-se uma receita corrente estimada de quase R\$ 17 milhões/ano; o indeferimento da liminar pleiteada em Adin pelo Conselho Federal da OAB, sobre a taxa judiciária, viabilizando-se uma receita corrente estimada de quase R\$ 25 milhões/ano; diversas vitórias em repetitórias de indébito sobre as diferenças entre a base de cálculo presumida e a real em matéria de substituição tributária no mercado de automotores; reconhecimento judicial da impossibilidade de correção monetária de saldos credores extemporâneos de ICMS; declaração judicial da legalidade da utilização da taxa selic como fator de correção dos tributos estaduais; e o reconhecimento judicial da incidência de ICMS na importação de aeronaves adquiridas pelo sistema de leasing.

A área do contencioso não-tributário, a seu turno, é detentora de especial projeção em relação à missão institucional da Advocacia Geral do Estado, em função de suas implicações imediatas diante do Tesouro Estadual.

De 2003 a 2006, a Procuradoria do Tesouro, Precatórios e Trabalho acompanhou aproximadamente 1,5 mil novas reclamações trabalhistas, sem prejuízo das ações em curso, incluindo-se a avocação de processos trabalhistas envolvendo Funed e Epamig, acompanhou processos movidos por militares à Justiça Militar, assessorou termo de ajustamento de conduta envolvendo a MGS, a Rádio Inconfidência, Prodemge e TV Minas e o Ministério Público do Trabalho, pagou, no mesmo período, para 4,1 mil precatórios cíveis e trabalhistas, mais de R\$ 200 milhões, e promoveu, nesse ínterim, o pagamento de 5,5 mil mandados de requisições de pequeno valor (RPV), num total de mais de R\$ 7 milhões.

A Procuradoria de Obrigações (PO) teve sua atuação destacada por matérias atinentes à legislação de trânsito, licitações, cobrança de honorários por advogados dativos, contratos administrativos, responsabilidade civil

objetiva do Estado, acompanhamento de ações populares, mandados de segurança e defesa em ações civis públicas, em especial aquelas cujo objetivo é o fornecimento de medicamentos específicos (impacto na política estadual de saúde pública), emenda constitucional n.º 29, estatuto do idoso, segurança pública, entre outros. É de se destacar a criação recente de um núcleo das ações de medicamentos, integrado por cinco procuradores, cuja atuação específica está permitindo uma integração satisfatória entre os procedimentos levados a efeito pela Secretaria de Estado de Saúde, a partir de defesas técnicas que municiam o Poder Judiciário a fim de coibir abusos que se verificam na propositura de ações dessa natureza.

Criação de um núcleo para a defesa do estado nas ações de medicamentos.

O total de processos ativos em andamento na Procuradoria de Obrigações chegou a quase 12.900, mas em 2006 registrou-se a entrada de cerca de 3 mil novos expedientes distribuídos aos procuradores do estado lotados na PO.

12.900 processos ativos em andamento na Procuradoria de Obrigações.

A Procuradoria Administrativa (PA) pode ser identificada como fator essencial à condução da política de recursos humanos levada a efeito pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, atuando em processos de repercussão política e/ou financeira. Uma primeira questão a ser destacada é o exercício de direito de greve pelo funcionalismo público, para o que se obteve decisão favorável quanto à não-aplicabilidade imediata desse direito, necessitando-se, pois, do regulamento infraconstitucional que o operacionalize, o que permitiu a continuidade dos serviços públicos envolvidos.

Outros pontos de destaque da atuação da PA foram o reconhecimento judicial da não-computação da GEPI para fins de integração de base de cálculo remuneratória para acréscimos posteriores, a improcedência dada pelo STF quanto ao pedido de isonomia de delegados de polícia e de procuradores do estado, a improcedência do Poder Judiciário mineiro de pleito de servidores de incluir verbas de caráter pessoal para fins de cálculo do prêmio por produtividade, entre outros.

Os processos ativos em andamento na Procuradoria Administrativa alcançaram cerca de 23 mil, mas em 2006 registrou-se a entrada de aproximadamente 3 mil novos expedientes distribuídos aos procuradores do estado lotados na PA.

23 mil processos ativos em andamento.

A Procuradoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (PPI), a que incumbe a defesa do estado em ações sobre direitos reais, patrimônio imobiliário, artístico, ambiental e histórico, terras devolutas e desapropriações, possui cerca de 10.100 processos ativos em andamento, sendo 3.655 novos processos acumulados em 2006, incluindo usucapião, que corresponde a mais de 90% dos casos de sua competência.

10.100 processos ativos em andamento na PPI.

A atuação da PPI na Adin n.º 3.540 viabilizou projetos essenciais ao povo mineiro, especialmente o “Pró-acesso” e o “Luz para todos”, ao cassar liminar do STF que impedia supressão de vegetação em área de preservação permanente quando comprovada a utilidade pública ou interesse social em processo administrativo. A PPI demonstrou-se combativa na área de licenciamento ambiental, viabilizando projetos de grande importância

econômica para o estado. O Projeto Capão Xavier, empreendimento cuja geração de receita tributária anualmente estimada gira em torno de R\$ 89 milhões, destaca-se quando se refere à defesa judicial, pela AGE, da competência administrativa dos órgãos do Poder Executivo na área de licenciamento ambiental. Diversas foram as ações populares e ações civis públicas que impugnavam os processos administrativos concessivos de licença ambiental, e, em todos os casos, a PPI vem obtendo êxito quanto à certificação judicial da legalidade das licenças.

*Garantia jurídica
para execução de
projetos no setor
hidroelétrico.*

O setor hidroelétrico é um dos eixos da política estadual de desenvolvimento econômico, cujos projetos obtiveram da PPI a garantia do reconhecimento judicial da validade e eficácia das licenças concedidas pelo órgão competente. Destacam-se: 1) Usina Hidroelétrica de Irapé; 2) Usinas Hidroelétricas de Capim Branco I e II; 3) Usina Hidroelétrica de Retiro Baixo; 4) Usina Hidroelétrica de Aiuruoca; 5) Usina Hidroelétrica de Candonga; e 6) Usina Hidroelétrica de Fumaça.

*Decisiva atuação
para
implementação
dos projetos
estruturadores.*

O projeto do governo federal de transposição do São Francisco entrou na pauta de atuação da PPI, que ajuizou ação civil pública, em conjunto com o Ministério Público Estadual, visando à complementação dos estudos e análises de impacto ambiental na porção mineira da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. A atuação da PPI foi ainda decisiva para implementação de políticas governamentais, algumas das quais definidas pela administração pública estadual como projetos estruturadores, garantindo agilidade na aquisição, via desapropriação, dos imóveis necessários à execução de importantes obras públicas, entre as quais o Centro Administrativo e o Aeroporto de São João del-Rei.

No fim de 2006, a PPI obteve vitória de decisiva repercussão ao erário, em que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais reconheceu a inexistência de qualquer direito pelos supostos credores de valores decorrentes da desapropriação para instalação da cidade industrial de Contagem, ocorrida em 1939, equivalente a quantia superior a R\$1 bilhão.

Em parceria com a PPI, a Procuradoria do DER-MG vem realizando as desapropriações para a implantação da Linha Verde, sob a coordenação da AGE. Na Avenida Cristiano Machado foram feitas 37, sete judiciais e o restante amigáveis, estando 13 ainda em negociação, num total já pago de R\$ 14.144.786,89. Na MG-10 fizeram-se 80 desapropriações, restando ainda 46 em negociação, num valor total pago de R\$ 2.250.195,90. Das 973 remoções de famílias, que estão sendo feitas pela Urbel em convênio com o estado e sob a supervisão deste, 894 já estão ultimadas, sendo 406 reassentadas (adquiriram outro imóvel), sete optaram por apartamento, 481 receberam indenizações e 79 estão pendentes, num valor total pago de R\$ 15.027.417,47.

Em suma, percebe-se a centralidade do papel institucional da Advocacia Geral do Estado no arranjo político-administrativo do Estado de Minas Gerais, o que resplandece sua importância na condução dos assuntos jurídicos que perpassam desde questões sensíveis de governo à esmerada execução das rotinas administrativas.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPSEMG)

Em 2006, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), em resposta aos desafios da realidade conjuntural do estado e em consonância com as diretrizes governamentais, promoveu um amplo esforço de modernização institucional, com ênfase em ações que visam à melhoria dos serviços prestados, à equidade do atendimento na área de saúde, à segurança na concessão de benefícios, ao controle de custos e à modernização dos sistemas informacionais.

A descentralização do atendimento ao funcionalismo público estadual no interior se deu por meio de ações para o incremento da disponibilidade de serviços assistenciais, novos contratos de credenciamento nas áreas médico-hospitalar e odontológica, ampliação dos tetos dos prestadores de serviços bem como melhorias nas condições de atendimento nas unidades próprias do instituto, onde foram aplicados recursos em infra-estrutura de equipamentos, instrumentos médico-odontológicos e em recursos de informática.

Ampliação e melhoria do atendimento prestado no interior do estado.

No Hospital Governador Israel Pinheiro, o hospital do Ipsemg, foram realizados investimentos que resultaram no início do funcionamento da hemodiálise, abertura de mais 10 leitos de terapia intensiva (CTI), como também a instalação de novos equipamentos, entre eles de ultra-sonografia, respiradores, raios-x, mamógrafo, arco c e videolaparoscopia. Houve melhorias com reformas nos setores de radiologia, drogaria, rede subterrânea de energia e nas novas instalações do serviço médico de urgência pediátrico. Além disso, foram iniciadas obras para instalação da hemodinâmica, do centro de ultra-som e ecocardiograma.

Abertura de mais 10 leitos de terapia intensiva no Hospital Israel Pinheiro.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições de atendimento e adequada área para armazenamento de medicamentos na Drogaria do Ipsemg, foi realizada neste exercício a reforma da área física, a abertura do segundo caixa, bem como a reposição do quadro de pessoal.

A Superintendência Odontológica aumentou o número de atendimentos e implantou painel eletrônico, o que agilizou o processo de marcação de consultas e exames, garantindo equidade, posto que esse sistema é capaz de selecionar a prioridade do atendimento de acordo com o tempo necessário para as intervenções, gerenciando as filas de forma adequada. A Superintendência manteve, também, os programas de promoção da saúde bucal com foco nas crianças, adolescentes e adultos.

Ampliação e melhoria do atendimento odontológico.

Em cumprimento ao disposto na Lei 15.779, de 26 de outubro de 2005, o Ipsemg firmou convênio com a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, com a HAP Engenharia Ltda e com a Secretaria Municipal de Saúde para adequação e instalação do 4.º e 5.º pavimentos do Centro de Especialidades Médicas do Ipsemg, ex-Cardiominas. Este centro passará assim a operar com 129 consultórios, 10 salas de procedimentos e a Drogaria do Instituto.

Celebração de convênio para instalação do Centro de Especialidades Médicas no ex-Cardiominas.

O Ipsemg integra-se, deste modo, a uma ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal que dará a Belo Horizonte um moderno Centro

de Especialidades Médicas, resgatando uma obra que estava paralisada há quase 20 anos, trazendo benefícios significativos para a saúde pública e, no caso do Ipsemg, para o funcionalismo estadual, além de aposentados e pensionistas.

*Economia direta
de R\$ 1,25
milhão na
suspensão de
pagamentos
indevidos.*

Na área de previdência, destacam-se as atividades realizadas pela Controladoria na gestão, acompanhamento e controle de fraudes, bem como na atuação permanente na recuperação de ativos, incluindo cruzamentos do cadastro de pensionistas com os sistemas informatizados de controle de óbitos (Sisob), e o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que resultaram na suspensão de 248 pagamentos, proporcionando uma economia direta de R\$ 1,25 milhão. O Instituto iniciou, também, a negociação com familiares de beneficiários para reaver créditos pagos indevidamente, o que já resultou na recuperação de R\$ 395 mil. Estas ações integradas garantem a aplicação dos recursos previdenciários apenas com aqueles que fazem jus ao benefício, contribuindo para minimizar o chamado déficit previdenciário de Minas Gerais.

*Meta atuarial do
Funpemg
superada em
72,81%.*

O Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais (Funpemg), com reservas financeiras de R\$ 260 milhões, demonstra o seu equilíbrio financeiro e atuarial. No presente exercício, o fundo, que tem meta atuarial fixada em INPC mais 6% ao ano, alcançando 8,75% em 2006, obteve a rentabilidade de 15,13%, superando em 6,38% a meta atuarial, demonstrando uma performance superior à meta de 72,81%.

Os projetos de tecnologia da informação do instituto, em 2006, se caracterizaram-se tanto pela modernização dos sistemas de informações como pela melhoria da infra-estrutura, com ênfase na descentralização dos recursos de informática para as unidades regionais.

*Conversão da
plataforma
tecnológica do
Sistema de
Pagamento de
Pensionistas e do
Sistema de
Arrecadação.*

Entraram em produção nesse exercício, em nova plataforma tecnológica, dois importantes sistemas, o Sistema de Pagamento de Pensionistas (Sispag) e o Sistema de Arrecadação. Encontram-se em fase de desenvolvimento, por sua vez, o sistema de workflow dos processos de pensão e a conversão para nova tecnologia dos sistemas de cadastro, assistência descentralizada à saúde e concessão de benefícios, bem como desenvolvimento do novo portal do Ipsemg, englobando a modernização do site da internet e intranet do instituto.

O Sistema de Autorização Eletrônica (SAE), que se encontra em implantação desde agosto de 2006, envolve a automatização das liberações de atendimentos aos beneficiários do Ipsemg, o fechamento de contas médicas, a disponibilização de mecanismos de captação de dados de prestadores de serviços em todo o estado, a implementação de um sistema de informações gerenciais bem como de uma central de atendimento aos beneficiários e prestadores de serviço. No escopo deste projeto, consta ainda a introdução do cartão magnético de identificação dos beneficiários do Ipsemg.

*Conclusão do
acerto de dados do
Sistema de
Cadastro Único.*

Outro grande feito de 2006 é a conclusão do acerto de dados do Sistema de Cadastro Único (CADU), iniciado em 2004. Hoje, a confiabilidade do sistema é de aproximadamente 90%, sendo considerado “modelo” na estrutura administrativa. Este projeto beneficiará todo o funcionalismo público do estado, uma vez que o cadastramento e a atualização de dados funcionais dos

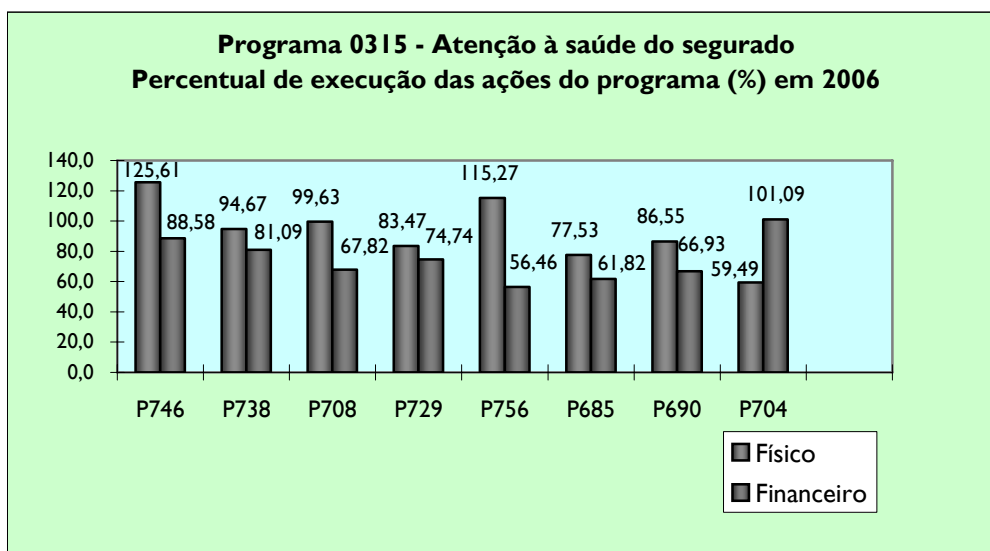
servidores, hoje feita manualmente e com a presença do interessado, passará a ser processada automaticamente via transferência eletrônica de dados, diretamente do Sistema de Administração de Pessoal (Sisap) para o Ipsemg.

Visando à ampliação e à melhoria dos recursos tecnológicos, foram realizadas obras de infra-estrutura de rede no Hospital Governador Israel Pinheiro e na regional de Juiz de Fora. Além das linhas de comunicação dedicada de dados em 36 regionais do Ipsemg, investiram-se R\$ 855 mil em equipamentos que estão sendo disponibilizados nas diversas unidades da capital e do interior.

Em 2006, foi elaborado um novo programa de capacitação de recursos humanos, observando-se a demanda institucional e o cenário técnico-político-econômico atual, com ementas mais adequadas à realidade do Ipsemg. Deu-se continuidade ao objetivo de capacitar servidores por meio de cursos técnico-gerenciais iniciados em 2005, além de ofertar novas oportunidades de treinamento para preparar o instituto para os novos desafios, como, por exemplo, a gestão de custos. Foram realizados, até novembro, 81 cursos com a participação efetiva de 1.443 servidores.

Realização de 81 cursos com a participação efetiva de 1.443 servidores.

As ações contidas nos programas inseridos no Plano Plurianual do Ipsemg apresentaram relevante evolução, considerando que as principais metas previstas foram alcançadas dentro dos limites orçamentários e financeiros estabelecidos, demonstrando o bom desempenho do instituto.



Fonte: IPSEMG. Nota: P746: Assistência à saúde descentralizada na capital, P738: Assistência à saúde descentralizada no Interior, P708: Assistência à saúde no HGIP, P729: Assistência à saúde própria no interior, P756: Assistência farmacêutica, P685: Assistência odontológica própria na capital, P690: Assistência social ao segurado, P704: Concessão de auxílio.

Ademais, o Ipsemg atingiu plenamente as metas e ações, em 2005 e no primeiro semestre de 2006, previstas no Acordo de Resultados celebrado com o governador de Minas Gerais, com a interveniência da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e da Secretaria de Estado de

Fazenda (SEF), e continua atuando, de forma intensiva, para o cumprimento dos objetivos pactuados.

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (OGE)

A Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais (OGE), criada pela Lei 15.298, de 6 de agosto de 2004, com o objetivo de receber, encaminhar e acompanhar, até solução final, denúncias, reclamações e sugestões de agente, órgão ou entidade da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual, bem como de concessionário e permissionário de serviço público estadual, visando ao aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos.

*Atendimento
de 1.283
demandas.*

A Ouvidoria Geral do Estado é composta por seis ouvidorias especializadas: Ouvidoria de Polícia, Ouvidoria do Sistema Penitenciário, Ouvidoria de Saúde, Ouvidoria Educacional, Ouvidoria Ambiental e Ouvidoria da Fazenda, Patrimônio e Licitações Públicas. A OGE conta atualmente com núcleos de atendimento nas cidades de São João del-Rei, Juiz de Fora, Uberlândia, Contagem, Ipatinga, Teófilo Otoni, Poços de Caldas, Diamantina e Montes Claros, os quais estão sendo fortalecidos e reestruturados. Assim, ao longo de 2006, foram atendidas 1.283 demandas entre denúncias, reclamações e sugestões.

*Implantação de
todas as ouvidorias
especializadas.*

A implantação de todas as ouvidorias especializadas após a instalação da nova sede do órgão no prédio situado na Av. Amazonas, 91 possibilitando fácil acesso à população e melhores condições de atendimento em termos de espaço físico. A OGE, além do atendimento na própria sede do órgão e nos seus núcleos de atendimento nas cidades citadas, conta ainda com o atendimento pelo telefone 0800-2839191, como também pode ser acionada por via postal ou por meio do endereço eletrônico ouvidoria@ouvidoriageral.mg.gov.br, garantindo, pois, amplo acesso aos seus serviços.

*Celebração de
Termo de
Cooperação
Técnica com a
Ouvidoria Geral do
Estado da Bahia.*

Importante ressaltar também a celebração de Termo de Cooperação Técnica com a Ouvidoria Geral do Estado da Bahia visando à articulação, integração, intercâmbio e disponibilização do Sistema de Gestão de Ouvidoria (SGO), para melhor atendimento da população bem como para a definitiva operacionalização de sua atividade finalística.

Outra iniciativa de destaque em 2006 foi o curso “Gestão Estratégica no Serviço Público” e também o “II Seminário Internacional da Ouvidoria de Polícia”, para a temática de controle externo da atividade policial, por meio de convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), tendo como público-alvo os operadores de segurança, organizações comunitárias e a sociedade civil. Igualmente, a OGE firmou convênio com a Senasp/MJ para o projeto “Fortalecimento da Ouvidoria de Polícia Fase II”, no valor de R\$ 1.783.090,00, a fim de realizar pesquisas, palestras e seminários sobre temas relacionados com a atividade policial.

Também na área de capacitação houve cursos de formação dos ouvidores e respectivas equipes técnicas, em parceria com o Ministério da Justiça e com União Européia, contando ainda com a participação do Fórum Nacional dos Ouvidores, consultores convidados e especialistas. Como decorrência, fora realizada seção pública, tendo em vista divulgar os resultados do encontro e as funções da Ouvidoria de Polícia.

*Capacitação dos
ouvidores e
respectivas equipes
técnicas.*

Com efeito, cabe ressaltar, em 2006, a conclusão de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) com o tema “Fatores que Interferem na Conduta do Policial”, assim como a elaboração do “Relatório de Letalidade da Ação Policial”, realizado com recursos próprios e com a colaboração das organizações policiais.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO (Segov)

Cumprindo sua missão institucional de articulação política, de elaboração dos atos de gestão, na condução da política de comunicação social e no assessoramento direto ao governador do estado no desempenho de suas obrigações constitucionais, a Secretaria de Estado de Governo solidificou no exercício de 2006 seu papel de coordenação das ações de representação político-institucional com os demais poderes, lideranças políticas e a sociedade como um todo.

Esta consolidação se fez sentir por intermédio do processo de modernização e aprimoramento implementados pela Subsecretaria da Casa Civil e da Subsecretaria de Comunicação Social, proporcionando maior eficácia e eficiência na prestação de seus serviços, o que ensejou que a Secretaria de Estado do Governo propusesse a celebração do Acordo de Resultados com o governo do estado, aderindo ao moderno instrumento introduzido pelo Choque de Gestão.

Nesse sentido, a Subsecretaria da Casa Civil implantou o Sistema de Acompanhamento de Projetos de Lei, alcançando maior agilidade e confiabilidade em sua atribuição de monitorar a tramitação dos diversos projetos, desde sua apresentação até sua votação em plenário, o que possibilitou maior controle e interação entre a Pasta do Governo, os demais órgãos do Poder Executivo e a Liderança do Governo na Casa Legislativa. Outro sistema em fase de implantação é o módulo de Convênios de Saída, do Sistema de Gestão de Convênios (SIGCON MG) que interligado ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI-MG), dará maior agilidade na emissão das Notas de Autorização Prévia para celebração de convênios. Viabilizará ainda a alimentação de banco de dados, contendo todas as ações realizadas pelos diversos órgãos da administração pública estadual, eliminando antiga carência de informações consistentes em um só órgão sobre o assunto. Estes dois sistemas, aliados ao Sistema Integrado de Processamento de Atos (SIPA), desenvolvido e implantado no exercício de 2005, proporcionaram completa informatização dos controles e serviços prestados.

Implantação do Sistema de Acompanhamento de Projetos de Lei

Já no âmbito da Subsecretaria de Comunicação Social, a política de comunicação social implementada nos quatro anos da gestão do Governo Aécio Neves refletiu os eixos principais das estratégias, ações e resultados alcançados pela administração pública. Neste conceito, buscando dar coerência e ênfase às mudanças operadas no estado e no seu processo de gestão pública, a comunicação social trabalhou, em suas ações, os seguintes temas: 2003 – O Ano das Mudanças; 2004 – O Ano dos Investimentos; 2005 – O Ano dos Avanços e por fim 2006: O Ano dos Resultados.

2006 o Ano dos Resultados

Em 2006, em cumprimento à legislação eleitoral, a Subsecretaria de Comunicação Social (Subsecom) interrompeu suas ações, retornando-as após a oficialização do resultado das eleições.

Dentro destes parâmetros, os objetivos da comunicação do Governo de Minas buscaram criar e fortalecer o senso de cidadania na comunidade;

posicionar a administração estadual em relação às competências e valores, como ética, transparência e o interesse dos cidadãos; informar e manter canais permanentes de comunicação com o cidadão; e divulgar, no âmbito do Estado de Minas Gerais, os serviços prestados pela Administração Pública.

*Sítio Agência
Minas*

Para alcançar tais objetivos, a Subsecom instituiu o sítio eletrônico www.agenciaminas.mg.gov.br, instrumento facilitador de acesso às notícias produzidas na Subsecretaria, pelas assessorias de comunicação dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

*650 emissoras
atendidas pelo
Núcleo de Rádio*

Avanço significativo ocorreu quanto à divulgação de ações públicas praticadas pelo governo do estado. Uma das metas priorizadas pela Secom, em 2003, foi a produção de matérias jornalísticas, radiofônicas e televisivas, e distribuição às emissoras de rádio e TV de Minas Gerais. O resultado, em 2006, ultrapassou a marca de 650 emissoras atendidas pelo Núcleo de Rádio, assim distribuídos: reportagens editadas e compactadas em formato MP3 são enviadas por e-mail e disponibilizadas diariamente no endereço eletrônico www.agenciaminas.mg.gov.br para 392 emissoras; boletins informativos elaborados pela Redação da Subsecom são lidos "ao vivo", por telefone, dentro da programação de 225 emissoras e transmitidos por fax a outras 37.

*60 emissoras
atendidas pelo
Núcleo de TV,
gerando 188
reportagens.*

O Núcleo de TV atende hoje a 60 emissoras, 50 das quais recebem o noticiário do governo do estado via satélite. Em 2006, foram produzidas e geradas 188 reportagens. Além disso, a implantação do sistema de geração de imagens por satélite possibilitou a transmissão ao vivo para todo o estado, de grandes eventos do governo, como a entrega da Medalha da Inconfidência e cerimônias de lançamento de programas, entrega de máquinas agrícolas e veículos, anúncio de obras e outras medidas de interesse da população.

*Diversas
campanhas
publicitárias
informativas*

No que concerne à publicidade, em 2006 destacam-se as campanhas sobre: o "IPVA" visando esclarecer aos proprietários de veículos automotores as datas de vencimento das parcelas do imposto; a "VOLTA ÀS AULAS", esclarecendo à população sobre o início do ano letivo; a ampliação do tempo do ensino fundamental para nove anos, com matrícula de crianças com idade de seis anos e a distribuição gratuita de livros didáticos para o ensino médio; a "COPA DO MUNDO DE NATAÇÃO", evento esportivo que passou a integrar o calendário do estado; o "LARES GERAES", atuação do governo em programa habitacional, com a construção de moradias para a população de baixa renda; a "SEGURANÇA COM RESULTADOS", prestação de contas direcionada à população sobre as realizações do governo na área da Segurança Pública; a "FARMÁCIA DE MINAS", prestação de contas sobre o aumento da produção gratuita de remédios manufaturados em Minas; o "BALANÇO SAÚDE", apresentação de contas à população das realizações do governo, salientando a regionalização da saúde e a melhoria do atendimento à população.

*Reunião anual
do BID*

Em parceria com o governo federal e a Prefeitura de Belo Horizonte houve ainda a reunião anual do BID, realizada em Belo Horizonte; o "MINAS LEITE", sobre o novo programa instituído pelo Governo, que apresenta boas oportunidades para as várias escalas de produção e beneficiamento do leite; o "PIB", campanha de divulgação dos programas de incentivo para atrair investimentos para o estado; o "COMUNICADO FUNCIONALISMO EDUCAÇÃO",

direcionado ao servidor público da área de educação, das medidas implementadas pelo governo e seus benefícios, a “SUPERAGRO”, para difundir as oportunidades oferecidas pelo setor agropecuário em Minas Gerais; o “COMUNICADO SAÚDE”, dirigido ao servidor público da área de saúde, das ações adotadas pelo governo e suas vantagens; a “LINHA VERDE”, campanha informativa a respeito da interrupção parcial e temporária de vias públicas, objetivando minimizar transtornos e sugerindo rotas alternativas à população; o “CADASTRAMENTO” sobre a importância e a necessidade do cadastramento de crianças em idade escolar, para que o estado possa disponibilizar vagas e possibilitar matrículas em escolas próximas às residências; o “BALANÇO” prestação de contas ressaltando os projetos, medidas e ações do governo nos principais setores de atuação, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento em todas as regiões de Minas.

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DE MINAS

Os Escritórios de Representação do Governo de Minas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo cumpriram suas funções de representar e defender os interesses do governo do estado.

CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS (Consea-MG)

O Consea-MG, órgão de articulação entre governo e sociedade civil, e de assessoramento ao governo do estado no que tange às políticas de segurança alimentar e nutricional, atuou, em 2006, de forma expressiva quando da sanção e regulamentação da Lei 15.982/2006. Minas Gerais é o primeiro estado brasileiro a conquistar uma política estadual de segurança alimentar e nutricional.

*Regulamentação
da Lei
15.982/06*

O tema foi apresentado em um encontro estadual e motivou os municípios mineiros que avocaram a discussão de segurança alimentar e nutricional, culminando com a publicação de cartilhas.

Merece destaque a realização de cinco encontros estaduais de capacitação, avaliação e planejamento das ações; a publicação de cartilha com orientações para os municípios acerca da política municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável; o agrupamento dos programas e projetos em execução pelo governo do estado e o acompanhamento e articulação das ações do Projeto Minas Sem Fome.

*Encontros
estaduais*

LOTARIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (LEMG)

A Loteria do Estado de Minas Gerais tem por finalidade, mediante a exploração de jogos lotéricos e similares no âmbito do estado, gerar recursos e destiná-los à promoção do bem-estar social, programas das áreas de assistência, desporto, educação, saúde e desenvolvimento social.

Em 2005, quando da elaboração do orçamento para execução no exercício de 2006, foi estabelecida a meta de R\$ 23.398.773,00 de arrecadação com a operacionalização de jogos de loteria, num momento em que o mercado lotérico configurava-se desfavorável. Para a Loteria Mineira, as adversidades naquele ano consistiram na paralisação de atividades de alguns jogos lotéricos e na suspensão de lançamento de outros, em decorrência da edição da Medida Provisória 168/2004, que proibiu a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e máquinas eletrônicas e da Ação Direta de Inconstitucionalidade, em especial a ADIN 2847-2, que atribui à União a exclusividade de legislar sobre loterias.

*30 milhões de
reais em receitas
próprias*

Neste contexto, para efetivação da meta estabelecida e cumprimento de sua missão institucional, a Loteria Mineira implementou ações voltadas para seu público consumidor, objetivando fixar sua marca no mercado e não somente manter, mas ampliar seu mercado. Internamente, foram desenvolvidos programas de conscientização e racionalização, buscando a correta utilização dos recursos materiais, evitando perdas desnecessárias o que, conseqüentemente, culminou na redução dos custos administrativos e operacionais da Loteria, encerrando o exercício de 2006 com receita realizada da ordem de 30 milhões de reais, ou seja, quase 25% acima da fixada.

*Transferência de
2 milhões de
reais para a área
social*

As causas sociais da autarquia também foram atingidas. Neste exercício, a Loteria Mineira firmou convênios com órgãos estaduais e entidades no montante de R\$ 1.950.000,00. Também deu-se continuidade ao Concurso Minas Nota 10, instituído pelo governo do estado no final de 2003 com o objetivo de incrementar a arrecadação de ICMS, pelo incentivo aos consumidores finais de concorrerem semanalmente a diversos prêmios, participando dos sorteios promocionais realizados pela Loteria Mineira, cuja incumbência da operacionalização desse Concurso foi estatuída no Decreto 43.647/03.

IMPrensa Oficial DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IOF-MG)

A Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais tem investido em melhorias no acesso eletrônico aos atos oficiais dos Poderes do Estado, possibilitando a superação das metas estabelecidas no início do exercício. Informações estão sendo disponibilizadas a um número cada vez maior de cidadãos. A excelência no atendimento é um dos objetivos do convênio firmado pela Imprensa Oficial com a Universidade Federal de Minas Gerais, visualizando projetos avançados de facilitar os meios de comunicação com o Judiciário, Legislativo e os diversos órgãos do Executivo.

Investimentos estão sendo feitos em instalações físicas e de infraestrutura para que os modernos equipamentos gráficos e de informática, adquiridos a partir de 2003, possam operar com segurança aumentando ainda mais a produtividade.

A Imprensa Oficial superou a meta de arrecadação pelo quarto ano consecutivo graças, principalmente, aos ganhos de produtividade alcançados e à racionalização de custos.

Deu continuidade aos investimentos em recursos humanos ao longo de 2006, proporcionando cursos para a capacitação dos servidores. Além disso, foi firmado contrato com a Dimep para instalação de modernas catracas e sistema de controle da frequência.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (Seplag)

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), conforme programado para o exercício de 2006, efetivou, por meio de um trabalho articulado entre a Superintendência Central de Orçamento (Sucor) e a Superintendência Central de Planejamento (Sucep), a integração via sistema, entre o processo de planejamento e orçamento com vistas à revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) - 2004-2007 - e a elaboração da Proposta Orçamentária 2007. Os sistemas foram integrados por meio do Portal Planejamento e Orçamento, que permitiu a simultaneidade dos trabalhos dos órgãos setoriais do estado, de forma que puderam elaborar seu planejamento com maior precisão, pois tinham no sistema os recursos orçamentários que lhe seriam destinados no exercício seguinte. Além da integração dos sistemas e da simultaneidade das atividades, este ano os trabalhos foram acompanhados por um Gestor do Processo que teve como responsabilidade articular as ações entre as superintendências, alinhando também os objetivos dos programas com as diretrizes e estratégias definidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento de Integrado (PMDI) e zelando pelo bom andamento dos processos no alcance dos resultados.

Integração entre planejamento e orçamento

A segunda avaliação do PPAG, referente ao exercício de 2005, reforçou o ciclo de planejamento, ou seja, o monitoramento dos programas e ações, a avaliação e a incorporação dos resultados na revisão do PPAG. A consolidação do planejamento tem sido partilhada com a sociedade mineira por meio das audiências públicas, em parceria com a Assembléia Legislativa, possibilitando o controle social e a transparência da gestão pública.

Segunda avaliação do PPAG

Os projetos estruturadores, foco estratégico do governo, com a Gestão Estratégica de Recursos e Ações de Estado (GERAES) vem permitindo transparência plena dos programas e ações desenvolvidos, garantindo eficiência, eficácia e efetividade na alocação dos recursos públicos. Neste sentido, o GERAES adota ferramentas gerenciais que vão desde um simples suporte aos projetos estruturadores até o gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e padronização de processos. Atualmente, as reuniões realizadas mensalmente para revisão de cada projeto constituem uma forma bem estruturada de lidar com os riscos e as dificuldades, definindo ações corretivas que visam garantir as realizações dos resultados inicialmente esperados pelo governo do estado, bem como informam o desempenho físico e financeiro de cada projeto, gerando as informações do Painel de Controle, um relatório gerencial, sintetizado, que possibilita o acompanhamento trimestral do cumprimento dos marcos e metas estratégicos, relativos aos projetos estruturadores, os quais subsidiam a alta cúpula governamental quando do seu processo de tomada de decisões.

GERAES – transparência em programas e ações de governo

Também um favorável resultado pode ser observado na maneira com a qual um escritório de gerenciamento de projetos no setor público impacta na questão da intersetorialidade. Dada a inexistência de uma cultura intersetorial no setor público, recursos são desperdiçados em ações concorrentes ou complementares; ademais, várias dessas mesmas ações são consolidadas com sucesso, porém a ausência de conhecimento das informações impossibilita que sejam compartilhadas ao público, o que provoca uma sensação de que as ações governamentais estão inertes. Considerando a multiplicidade de ações

*GERAES –
integração setorial
na administração
pública*

dos projetos estruturadores e, por conseguinte, a participação direta de várias secretarias, fundações, autarquias e empresas públicas na execução dos projetos sob suas responsabilidades, os trabalhos do GERAES têm ajudado muito a promover uma integração setorial, na medida em que canaliza metodologia e sistema de acompanhamento comum a todos os projetos estruturadores. Assim, diferentes equipes que desenvolvem em conjunto um único projeto, podem usar uma mesma linguagem e uma mesma base de informações, constituindo uma plataforma sólida para o desenvolvimento institucional.

*Aprovação de cotas
quadrimestrais*

No âmbito da execução orçamentária 2006, a Sucor inovou nas aprovações de cotas quadrimestrais, anteriormente feitas a cada mês. Dessa forma, as unidades orçamentárias obtiveram maior autonomia na programação de suas despesas, embora a execução de seus recursos continuasse sob estrito acompanhamento da superintendência.

Cumprindo seu papel de coordenação da ação governamental, a Seplag promoveu várias ações visando a uma atuação mais integrada entre os diversos órgãos e entidades da administração pública.

*Implantação da
UAI-NEVES*

O projeto-piloto Unidade de Atendimento Integrado (UAI NEVES) envolve ações integradas entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese), Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes), Polícia Civil, Defensoria Pública, RECIVIL, CRAS, SINE e Prefeitura de Ribeirão das Neves e visa consolidar uma metodologia replicável de gestão de unidades de atendimento multissetorial territorializado para populações em situação de risco social com monitoramento dos núcleos familiares atendidos. A UAI-NEVES dá suporte para o acesso gratuito a diversos serviços de interesse público como documentação civil básica, cursos e palestras de aperfeiçoamento profissional, atividades esportivas e culturais, assessoria jurídica e psicossocial, suporte para a criação e gerenciamento de pequenos negócios e encaminhamento para oportunidades de emprego visando ao protagonismo e à emancipação social. Inaugurado em 25 de novembro, em três dias de funcionamento iniciou o atendimento a 800 pessoas da localidade.

*150 contratos de
financiamento
habitacional*

O programa Lares Geraes - Segurança Pública teve sua implementação ampliada, em março de 2006, com a abertura das inscrições para financiamentos habitacionais aos servidores da área de segurança. Neste ano, foram convocados 1.515 servidores inscritos, dos quais cerca de 150 assinaram seus contratos de financiamento. Além disso, encontra-se em fase final de construção um conjunto habitacional em Varginha, que atenderá a 79 servidores do município e tem previsão de término em março de 2007. O lançamento desta vertente do programa resultou da ação conjunta da SEDRU, SEDS, Seplag, Cohab e do apoio das corporações envolvidas.

*100 convênios
assinados com
associações
comunitárias*

No Programa de Combate à Pobreza Rural, houve um esforço conjunto de todos os órgãos e entidades que atuam na área de abrangência do programa para identificar os principais projetos e ações em implementação nos 188 municípios do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com vistas a potencializar a utilização dos recursos alocados e, conseqüentemente, evitar duplicidade de ações. Foram aprovados e

conveniados cerca de 100 subprojetos com associações comunitárias neste primeiro ano do programa.

Também 140 servidores estaduais de diversos órgãos foram capacitados para trabalhar com elaboração, gerenciamento e captação de recursos para projetos estratégicos.

Foi desenvolvida uma metodologia de monitoramento de projetos territoriais para suporte aos territórios rurais do estado em parceria com a EMATER-MG. Os procedimentos para implantação e monitoramento de resultados encontram-se em andamento desde novembro, e a experiência inicial ocorrerá no território da Serra do Brigadeiro, localizada na Zona da Mata, que abrange nove municípios mineiros (Antônio Prado de Minas, Eugenópolis, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Patrocínio de Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Vieiras.

Metodologia para os territórios rurais

Ocorreu a articulação com diversos órgãos objetivando o levantamento de informações e orientações sobre registro de propriedade intelectual para projetos do governo do estado e preparação para ampla divulgação a partir de 2007.

Além dessas ações, houve um acompanhamento sistemático de diversos programas e projetos, entre eles Minas Esporte, Minas Olímpica, Prodetur, Pró-água, Monumenta Serro, Crédito Fundiário, Revitalização da MG-020, Estradas Ecoturísticas, Construindo uma Minas Leitora, Núcleos da Defensoria Pública para Mulheres, Balcão de Direitos e Telecardiologia.

Acompanhamento sistemático de programas e projetos

Foram realizadas também análises de viabilidade de propostas de projetos, levantamento e divulgação aos órgãos estaduais sobre oportunidades de captação de recursos, além de orientações e apoio em elaboração e gerenciamento de projetos.

O acompanhamento, a coordenação e o controle dos instrumentos de natureza financeira que permitem a entrada de recursos no Tesouro Estadual passaram a ser realizados graças ao Sistema de Gestão de Convênios (Sigcon) em abril de 2006. O sistema permitiu que a execução de convênios ficasse atrelada à emissão prévia de Declaração de Contrapartida, garantindo o cumprimento da legislação pertinente e a eficiência na aplicação de recursos do Tesouro. Permitiu, ainda, o registro de Declarações de Contrapartida, com numeração específica, e o controle e acompanhamento financeiro e orçamentário de convênios celebrados pela administração pública direta e indireta do estado de Minas Gerais. Facilitou, também, o controle orçamentário da dotação “encargos gerais do estado” destinada a prover orçamentariamente convênios celebrados e possibilitou a elaboração de relatórios gerenciais para subsidiar a tomada de decisões do gestor público. Em suma, o sistema dinamizou o processo de celebração de convênios que envolvem contrapartida financeira do Tesouro Estadual.

Implantação do Sistema de Gestão de Convênios

O Programa de Governança Eletrônica, durante 2006, implementou diversas iniciativas, entre as quais a Integração do Detranet ao Portal Minas, cujo projeto incorpora informações sobre serviços, divulgadas nos sítios públicos estaduais da internet. A partir dessa integração todas as alterações de

Integração do Detranet ao Portal Minas

informações sobre serviços, feitas no sítio daquela instituição, refletem-se automaticamente no Portal Minas. O modelo será estendido a outros órgãos e entidades do governo estadual. Os principais ganhos dessa integração são a padronização da informação sobre serviços tanto no sítio da instituição quanto no Portal Minas. As alterações nos dois canais de comunicação serão a partir de uma única ferramenta, evitando-se o retrabalho de preparar informações para a central de atendimento telefônico do governo do estado, uma vez que este canal utiliza a mesma base de dados do Portal Minas. Além disso, o modelo está disponível para ser estendido a outros órgãos e entidades do governo estadual.

Realização do 3º e
4º inventário de
ações do E-gov

Com o intuito de identificar as distorções entre as informações dos sítios das instituições e do Portal Minas, a Superintendência Central de Governança Eletrônica realizou o 3º e 4º Inventário de Ações de E-gov. O Portal Minas é a porta de entrada sobre os serviços prestados pelo Governo do Estado de Minas Gerais, e os órgãos e entidades são responsáveis por disponibilizar informações. Este processo é feito por meio de representantes de cada instituição, que utilizam a ferramenta de gestão de conteúdos do Portal. Entretanto estes representantes, e os responsáveis pelas informações nos sítios das instituições, nem sempre fazem a alimentação concomitantemente, criando uma disparidade entre os conteúdos desses sítios e o do Portal Minas. Essa disparidade é um complicador para aqueles que buscam as informações acerca da prestação dos serviços públicos estaduais. Com o intuito de identificar as distorções entre as informações dos sítios das instituições e do Portal Minas, a Superintendência Central de Governança Eletrônica realiza semestralmente o Inventário de Ações de E-gov. Este trabalho tem como objetivo levantar as informações sobre serviços disponibilizadas nos sítios das instituições. O material coletado é comparado com os conteúdos publicados no Portal Minas. Relatórios consolidando os trabalhos são enviados aos representantes das instituições, para atualização no Portal Minas. Esta ação é relevante, visto que cada vez mais o cidadão tem sido o foco no processo de informação do governo.

Atender ao cidadão com maior eficiência e eficácia é precedente legal à administração pública. Visando atender a este preceito, criou-se um mecanismo que propicie o acompanhamento das solicitações encaminhadas por meio do fale conosco do Portal Minas ou do LIG-Minas. Esta ferramenta *web* permite ao usuário fazer o acompanhamento do trâmite de todas as solicitações encaminhadas aos dois canais de comunicação por meio de um número de protocolo, gerado automaticamente por cada demanda cadastrada. De posse do número de protocolo, o usuário pode acessar o Portal Minas, em área específica para consultas, ou também requisitar ao atendente do Lig-Minas que lhe informe como está o andamento de sua demanda.

Remodelação do
SINFI

A implantação do novo Sistema de Informações Institucionais (Sinfi) permite o controle de toda a estrutura organizacional do governo mineiro, com os responsáveis pelas unidades administrativas, cargos e vagas. Esse sistema representa um grande avanço nos controles internos da administração pública, além de ser a base para a integração dos sistemas corporativos estaduais.

A 5ª Avaliação de Sítios de informação na internet do governo de Minas Gerais e a campanha de orientação aos gestores setoriais sobre as melhores práticas de gestão de sítios na internet resultaram numa melhoria média de 30% em seus resultados.

De modo a suprir o nível estratégico do Poder Executivo do Estado com informações estruturadas, foi criado o Raio X, que é um relatório consolidado com as principais informações de planejamento e gestão do governo, do ano corrente e do ano passado. O relatório compreende informações organizadas para cada instituição, sua estrutura funcional e organizacional, seu orçamento, programas de governo nos quais se inserem suas ações, a estrutura de cargos efetivos e comissionados, as despesas decorrentes de pessoal e de contratos de fornecimento de material ou serviço e os Acordos de Resultados e Termos de Parceria.

Implantação do relatório Raio X

Estudos da situação atual da gestão na Seplag evidenciam a necessidade de melhorias em algumas áreas críticas entre as quais a gestão de documentos, sua tramitação e conservação. O controle e acompanhamento de alguns dos processos internos de gestão são auxiliados pelo atual Sipro, que define um fluxo de trabalho bastante simplificado para determinadas atividades. Tendo em vista o grande volume de documentos envolvidos nos processos internos, bem como a complexidade deles, optou-se por focar as atividades do projeto no setor de aposentadoria da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Como o setor apresenta desafios consideráveis, acredita-se que este projeto trará ganhos significativos de produtividade e qualidade de trabalho.

Projeto-piloto de gestão de documentos

Ao longo de 2006, foram implantadas ações de segurança com o intuito de proteger as informações importantes que o estado produz, armazena e transmite por meio dos seus ativos tecnológicos processos e pessoas. A primeira ação foi uma campanha de sensibilização em segurança da informação, que serviu de instrumento para ampla divulgação da Política de Segurança, contando com 11 palestras sobre o tema, apresentações teatrais e distribuição de brindes atingindo um universo de 800 servidores e prestadores de serviço da Seplag. Foram elaborados os Planos de Continuidade de Negócios da Prodemge, SEF e Seplag e implementados requisitos de segurança em um escopo de ativos tecnológicos que alcançou uma melhoria de segurança médio de 84,66% para estações de trabalho, 40,69% para servidores, 90,70% para a Rede LAN/WAN e de 200,47% para os roteadores estabelecidos no projeto. Foram capacitados também 30 gestores de Tecnologia da Informação (TI) dos órgãos e entidades do governo do estado em Gestão da Segurança da Informação.

Implantação de ações de segurança da informação

A Superintendência Central de Governança Eletrônica (SCGE) tem atuado como gestora do contrato e parceira da Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio (SCRLP) no desenvolvimento do novo Portal de Compras do Estado de Minas Gerais. O objetivo do portal é disponibilizar de forma clara e efetiva informações e serviços acerca do processo de compras do governo do estado para o cidadão, fornecedores, órgãos e entidades. A sua primeira versão estará disponível em janeiro de 2007 e contará com um novo Módulo de Fornecedores. Iniciou-se, no segundo semestre de 2006, o

Novo portal de compras do estado

processo de constituição dos demais módulos (Pregão, Catálogo de Materiais, Cotação Eletrônica de Preços, Compras, Contratos e Melhores Preços), que tem como previsão de término o início de 2008.

A Diretoria Central de Gestão da Informação em parceria com o Departamento de Ciência da Computação da UFMG desenvolveu um manual de aquisição de software, denominado PrATlco. O resultado desse projeto foi a criação de um processo capaz de prover suporte adequado aos órgãos públicos durante a aquisição de um produto de software, estabelecendo, por exemplo, diretrizes para a seleção dos fornecedores e itens que devem constar nos editais. O manual foi baseado na literatura existente sobre o assunto (CMMI, IEEE, MPS-Br) e contou com a validação dos técnicos da Prodemge, SEF, BDMG, Hemominas e DER.

*Repactuação de
preços com a
Telemig*

Na área de telecomunicações merece destaque a repactuação de preços com a Telemig Celular, originários da Ata de Registro de Preços Seplag 001/2005, rede corporativa de telefonia móvel, para prorrogação de prazo dos contratos dos diversos órgãos; a Licitação de Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local, longa distância nacional e longa distância internacional, para os 50 órgãos e entidades da administração pública que aderiram ao certame, abrangendo todo o Estado de Minas Gerais, alcançando resultados que representam uma economia anual para o estado, de 46%, 50% e 18%, respectivamente; a Licitação para Locação de Centrais Telefônicas, cujo resultado do pregão gerou uma economia de 70% para o Governo de Minas Gerais; o Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação em Minas Gerais (Minas Comunica), que compreende um conjunto de atividades destinadas a viabilizar, mediante fomento, o acesso ao serviço móvel de telefonia e transmissão de dados em todos os municípios mineiros. São beneficiárias do fundo as operadoras de serviço móvel de telecomunicações habilitadas a operar no estado, selecionadas mediante procedimento de seleção pública pela Seplag, com apoio de consultoria externa e do Grupo de Coordenação, envolvendo representantes da SEDE, SEF, SEDRU, Segov.

*Estudos para
implantação de
VoIP*

É importante destacar os estudos para implantação de um esquema de VoIP (voz sobre IP – Internet Protocol), cujo principal objetivo é reduzir os gastos do estado com serviços de telefonia e transmissão de dados. Para dar suporte a esse trabalho e estabelecer as bases de informação para uma análise apurada da situação atual do estado, está sendo desenvolvida uma solução de software específico que deverá focar o controle e gestão das contas telefônicas de todos os órgãos e instituições do estado. O sistema deve ter a capacidade de importar os dados das faturas telefônicas, disponibilizados digitalmente pelas operadoras de telefonia, e processá-los conforme parâmetros preestabelecidos, com conclusão prevista para dezembro de 2007.

O projeto estruturador Choque de Gestão: Pessoas, Qualidade e Inovação na Administração Pública, em 2006, enfatizou a melhoria dos instrumentos desenvolvidos para a implementação do novo modelo de gestão, com vistas à garantia da qualidade das ações realizadas.

Esforços nesse sentido foram percebidos em todas as ações do referido projeto, seja na valorização do servidor ou na modernização do arranjo

institucional, buscando-se o alinhamento das organizações com os resultados da estratégia do governo prevista no planejamento e o alinhamento das pessoas e, conseqüentemente, o realinhamento de competências.

Com relação ao alinhamento das pessoas, várias ações foram realizadas para implantação da política de recursos humanos, reconhecendo como requisitos fundamentais a competência e o desenvolvimento contínuo dos servidores.

Nesse contexto, foi instituída no estado, por meio do Decreto 44.205, de 12 de janeiro de 2006, a Política de Desenvolvimento dos Servidores Públicos, com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos, além do estabelecimento de diretrizes e prioridades de governo para nortear o planejamento e execução das ações de capacitação.

Uma das ações implementadas pela política foi o Programa Minas Educar destinado à elevação da escolaridade dos servidores públicos, nos níveis fundamental e médio. Atualmente 2.500 servidores são atendidos, sendo a previsão para 2007 de 20 mil servidores.

*Atendimento a
2.500 servidores
pelo Minas Educar*

Em parceria com a Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, 684 servidores foram capacitados no 1º semestre e mais 850 servidores no 2º semestre de 2006.

O sistema informatizado RHMinas, ainda em desenvolvimento, deverá se consolidar como um importante instrumento nesse processo, uma vez que permitirá a produção de informações gerenciais consistentes sobre os servidores e o acompanhamento efetivo do investimento do estado em capacitação.

No que se refere à execução das demais ações de desenvolvimento, cada órgão e entidade da administração direta, autárquica e fundacional possui autonomia para definir as suas prioridades desde que estejam de acordo com as diretrizes de governo e tenham como referência as necessidades de aprimoramento institucional e o interesse público. Assim, um outro ponto que merece destaque foi a criação da ação padronizada, “Desenvolvimento e Capacitação do Servidor”, na proposta orçamentária de cada órgão e entidade com o objetivo de destinar e ampliar recursos para a capacitação dos servidores.

No intuito de subsidiar a elaboração do Plano Anual de Desenvolvimento do Servidor, buscou-se a implementação dos projetos de Planejamento da Força de Trabalho e da Certificação Ocupacional. A identificação do quantitativo e das competências necessárias aos ocupantes de cargos e de funções públicas é premente, para que se obtenha a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela administração pública.

*Certificação
Ocupacional na
área de
planejamento,
gestão e finanças*

O Planejamento da Força de Trabalho é um processo sistemático e contínuo de avaliação das necessidades de recursos humanos para o dimensionamento do quadro de pessoal requerido e projeções para cenários futuros, bem como a definição das estratégias e ações para viabilizá-las. Esse planejamento, por um lado, possibilitará que os servidores sejam qualificados

de acordo com o padrão definido, além de estimular o auto-aperfeiçoamento e a aprendizagem contínua e, por outro, subsidiará a política de renovação da força de trabalho, seja por remanejamentos ou por concursos públicos. Como piloto, a implantação do projeto acontecerá na gestão e operação do Processo de Perícia Médica, para posterior disseminação aos demais órgãos e entidades.

Além disso, no intuito de atestar e reconhecer se os servidores possuem os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao bom desempenho de suas atribuições, iniciou-se a Certificação Ocupacional, tendo como projeto-piloto a função de dirigentes máximos das unidades de planejamento, gestão e finanças integrantes das estruturas dos órgãos da administração direta, entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Em seguimento ao processo de valorização do servidor público, ações relacionadas à Política Remuneratória e aos Planos de Carreiras foram desenvolvidas em 2006.

*Cerca de 65 mil
servidores
beneficiados com
promoção por
escolaridade
adicional s*

A implantação dos Planos de Carreiras teve continuidade com a publicação de decretos de posicionamento dos servidores nas 86 carreiras que tiveram tabelas de vencimento básico instituídas pela Lei 15.961, de 2005. Em fevereiro foi concedido reajuste salarial de 10% para os agentes de segurança penitenciários e policiais civis e militares. Cerca de 65 mil servidores dos Grupos de Atividades de Saúde, Educação Básica, Educação Superior, Meio Ambiente, bem como das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental foram beneficiados com a regulamentação da promoção por escolaridade adicional. Em junho, foram publicadas as leis que instituíram as novas tabelas de vencimento básico das carreiras da Secretaria de Estado de Fazenda e do Grupo de Atividades Jurídicas, bem como os decretos de posicionamento dos servidores nas estruturas dessas carreiras. Também foram revistos os valores da tabela de vencimento básico da carreira de defensor público. Nesse mesmo mês, as tabelas salariais dos servidores das carreiras dos profissionais da Educação Básica e dos Grupos de Atividades de Educação Superior e Saúde foram reajustadas em 5%. Em outubro de 2006 foram encaminhados à Assembléia Legislativa dois projetos de lei de grande relevância, dispondo sobre a política remuneratória dos servidores do Poder Executivo Estadual e sobre a revisão dos critérios para pagamento do Adicional de Desempenho (ADE). Em novembro, foram regulamentados os procedimentos para a opção pela carga horária de 40 horas semanais, prevista no art. 59 da Lei 15.788, de 2005.

*Pesquisa salarial:
Público X Privado*

Relacionada à política remuneratória, foi desenvolvida uma pesquisa salarial, com o objetivo de identificar as remunerações praticadas no mercado de trabalho nacional para cargos semelhantes aos existentes no Poder Executivo da Administração Pública Estadual, fornecendo subsídios para a definição e revisão de suas políticas salariais. Tendo como participantes os governos estaduais, as prefeituras municipais das capitais, as empresas públicas mineiras e uma amostragem do setor privado em Belo Horizonte, a pesquisa salarial foi concluída em dezembro de 2006.

Ainda no que diz respeito à valorização do servidor público e em continuidade ao projeto iniciado em 2005, realizou-se o seminário do 1º

Prêmio Excelência em Gestão Pública do Estado de Minas Gerais, com apresentação e lançamento do livro com os trabalhos vencedores. O edital do 2º Prêmio Excelência em Gestão Pública foi publicado em agosto de 2006. Ao fim do período de inscrição, havia 66 trabalhos.

Por meio do prêmio, é possível identificar iniciativas de cada servidor, além de incentivar novos conhecimentos em gestão e em políticas públicas e a busca por soluções para problemas do dia-a-dia. Assim, ganha o servidor, que é valorizado por sua iniciativa, a administração pública, que se aprimora com a implantação dessas iniciativas, e a sociedade, uma vez que há a melhoria na prestação dos serviços.

No que se refere ao processo de Avaliação de Desempenho Individual, no 2º ciclo foram avaliados cerca de 108 mil servidores públicos de 61 órgãos e entidades do estado. Com o término dos 1º e 2º períodos avaliatórios, foram detectadas mudanças de comportamento dos servidores envolvidos no processo de avaliação. Em julho de 2006 teve início o 3º ciclo, e o objetivo é simplificar e flexibilizar o processo, ampliando a autonomia dos órgãos e entidades na definição dos critérios mais apropriados à avaliação de seus servidores, bem como no estabelecimento de regras flexíveis para a formação de comissões de avaliação.

Avaliação de 108 mil servidores

Com o foco na melhoria do processo, foi instituída a Junta de Monitoramento com o objetivo de assessorar as chefias no acompanhamento do desempenho de seus servidores. A Junta atuou, no 2º período avaliatório, em 10 órgãos e entidades, monitorando cerca de 5.800 servidores. Além disso, o Sistema de Avaliação de Desempenho (Sisad), que informatiza todo o processo de avaliação, já totalmente implantado, lançou mais de 97 mil processos.

No que se refere ao alinhamento institucional, a primeira medida colocada em prática foi a revisão da metodologia para a celebração dos Acordos de Resultados, com o objetivo de manter e aperfeiçoar o sistema de avaliação de desempenho institucional, seguida do desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e avaliação dos acordos celebrados, além da execução de cursos e treinamentos para o fortalecimento da equipe responsável nos diversos órgãos e entidades. Como resultado desse esforço, foram renovados dez acordos (Secretaria de Estado de Fazenda, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Estadual de Florestas, Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Fundação Estadual do Meio Ambiente, Instituto Mineiro de Agropecuária, Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais, Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais e Advocacia Geral do Estado) e celebrados oito novos acordos (Fundação Clóvis Salgado, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Estado de Governo, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Educação, Superintendência de Epidemiologia, Secretaria de Estado de Cultura e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico). Além disso, existe a expectativa de celebração de acordos com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais.

Revisão da metodologia do Acordo de Resultados

*20 milhões de reais
em prêmio por
produtividade*

Para os órgãos e entidades com Acordo de Resultados em vigor e com avaliações satisfatórias (atingimento de resultados acima de 70%) têm-se a possibilidade de pagamento de prêmio por produtividade aos seus servidores, com recursos provenientes de economia de despesas correntes ou ampliação real de receita. Em 2006, o valor de recursos distribuídos na forma de prêmio por produtividade foi de R\$ 20.034.375,78, sendo pago a 11.046 servidores das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Auditoria Geral do Estado, Advocacia Geral do Estado, Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, Fundação Estadual do Meio Ambiente, Instituto Estadual de Florestas, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretaria de Estado de Fazenda.

Diante da necessidade de tornar mais equitativa a forma de distribuição dos recursos destinados ao prêmio por produtividade, além de possibilitar a todos os órgãos e entidades signatários de Acordo de Resultados o pagamento aos seus servidores, procedeu-se a revisão da legislação.

*Assinatura de mais
cinco termos de
parceria*

Observando-se o alinhamento às estratégias do governo e aos resultados, foram celebrados cinco Termos de Parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e o Instituto Horizontes; a Secretaria de Estado de Saúde e a Associação Saúde Solidária; a Secretaria de Estado de Saúde e a Associação Mineira dos Portadores de Vírus de Hepatites; a Fundação Clóvis Salgado e o Instituto Cultural Orquestra Sinfônica e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o Instituto para a Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador (Qualivida). Também para a celebração de Termos de Parceria houve a revisão da metodologia e, para responsabilização dos atores, foram realizados cursos de capacitação. O supracitado sistema em desenvolvimento para acompanhamento e avaliação de acordos de resultados terá a mesma funcionalidade para os termos de parceria.

Pnage

Perpassando pelas ações e em consonância com as diretrizes do Choque de Gestão, foi assinado em 23/6/2006 um convênio entre o estado e o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, para execução do projeto estadual do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do DF (Pnage). O objetivo do Pnage é aumentar a eficácia e a transparência institucional das administrações públicas estaduais, com o fim de obter uma maior eficiência de gastos. Para tanto, ações dispostas nos projetos estaduais serão financiadas com recursos do Banco de Desenvolvimento Interamericano. A partir da assinatura do convênio, buscou-se a estruturação e a definição dos procedimentos para a execução do projeto estadual.

O Sistema Imobiliário de Minas Gerais (Sim) aperfeiçoou os procedimentos relativos ao lançamento e atualização dos dados, assegurando às informações constantes do cadastro imobiliário maior grau de confiabilidade, de modo que se possa atender às demandas externas e internas de forma mais ágil e eficiente, o que em boa medida tem possibilitado uma gestão mais eficaz dos imóveis estaduais. O público-alvo foram os órgãos

e entidades da administração pública direta, indireta, prefeituras e entidades de direito privado.

O Programa de Gestão Energética Estadual superou a meta de economia de 15% nos gastos com este insumo em 2006, comparados com o ano de 2003, buscou e atingiu 20% em 300 unidades acompanhadas. Somando as economias alcançadas em 2006 com 2004 e 2005, esse programa superou os seis milhões e trezentos mil reais. Por meio de substituição de equipamentos, o Hospital João XXIII economizou, de 2003 a 2006, cerca de 540.000 kW. A média de consumo mensal era de 308.000 kWh em 2003 e caiu para 282.000 kWh em 2006. Outro grande exemplo vem do Palácio dos Despachos, que passou de uma demanda de cerca de 300 kW, em 2003, para 200 kW, em 2006. Já o programa Estadual de Gestão de Água e Esgoto em Prédios Públicos (PEGAE), com o apoio irrestrito da Copasa, realizou 55 palestras em diversas regiões do estado com participação de 3.495 servidores.

Economia nos custos com energia elétrica

Em busca da gestão eficiente, já foram cadastrados no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad) mais de 750 mil itens de material permanente (bens patrimoniados) e 90% dos almoxarifados de material de consumo utilizam o módulo específico no Siad, trazendo como benefício o controle e acompanhamento de estoques pela administração.

750 mil itens cadastrados no Siad

A Bolsa de Materiais recebeu e realocou mais de dez mil itens de material que estavam em desuso, repassando-os a órgãos e entidades da administração pública estadual, evitando aquisições da ordem de três milhões de reais. A Bolsa de Materiais recebeu da Advocacia Geral do Estado, por meio de recuperação de ativos, oriundos de dação em pagamento e processo de parcelamento excepcional de débito, materiais com valor total de dois milhões de reais. Esse material foi repassado a órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

O setor de transportes de veículos oficiais, responsável pelo acompanhamento da frota do estado, realizou o empenhamento de 4.790 veículos auxiliando no processo de renovação da frota oficial do estado. Também promoveu cinco leilões de veículos em 2006, alienando 675 veículos e recuperando R\$ 2.517.770,00 para os cofres do Tesouro Estadual.

2,5 milhões de reais com alienação de veículos

Houve treinamento para uso do módulo Frota-Siad de 468 servidores, visando à implantação do módulo e à gestão efetiva da frota. Ainda por meio do Frota-Siad, tornou-se possível o acompanhamento e a gestão documental de todos os veículos da frota oficial do estado.

Entre as atividades desenvolvidas pela SCRLP, muitas delas se consolidam em melhorias desenvolvidas no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad), pois há uma diretriz de investir em tecnologia da informação como forma de otimizar as atividades de suprimentos. Desde 2004, o Siad vem sendo o sistema utilizado para o gerenciamento e execução das atividades de suprimentos. As melhorias implementadas no Siad são integração com o Sistema Integrado da Receita Estadual (Siare), da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), de modo a permitir a consulta aos dados cadastrais dos contribuintes estaduais que já sejam ou venham a se tornar fornecedores do próprio governo estadual. Com essa

Integração do Siad com os sistemas fazendários

medida, reduziu-se a documentação exigida das empresas que são contribuintes estaduais, para que estas se cadastrem como fornecedores. Além disso, essa integração possibilitou uma maior confiabilidade e integridade das informações existentes em ambos os sistemas (Siad e SIARE); integração com o Sistema de Convênios Estaduais, que garante que todas as contratações baseadas em recebimento de recursos, via convênio, sejam executadas somente se os convênios estiverem em vigor e válidos para o órgão solicitante da contratação.

Todos esses esforços têm permitido ao governo estadual aumentar as informações e o controle sobre seus suprimentos: compras – pelo uso de pregão e cotações eletrônicas de preços -, contratos, material permanente, material de consumo, frota, catálogo de materiais e cadastro de fornecedores, subsidiando, dessa forma, as diretrizes do Choque de Gestão, pelo aumento da eficiência das atividades ligadas a licitação, contratos, logística e controle do patrimônio público.

160 milhões de reais economizados por meio do pregão

Assim, a economia média, em 2006, nas licitações por pregão, foi de 20,67% e o valor economizado de R\$ 163, 4 milhões. Para as compras diretas por cotação eletrônica, foram mais de 20 mil aquisições, representando R\$ 4,2 milhões de reais economizados (17,61% de economia), contra 12 mil compras diretas (que tiveram apenas 2,11% economia).

Um outro fato importante foi a contratação de uma empresa de consultoria para elaboração de medida síntese de Preços de Referência que vai compor o Sistema de Melhores Preços, módulo do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad). O objetivo é balizar os processos de compras realizados pelos órgãos do estado, também com os preços históricos, praticados em Minas Gerais. O contrato prevê, ainda, o acompanhamento de preços de mercado de mil itens de compras na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre eles os mais recorrentes. Assim, este projeto propiciará que o orçamento elaborado pelo administrador público, para orçar as contratações de materiais, tenha mais qualidade.

Pregão Eletrônico para contratação de bens financiados pelo BIRD

Merece destaque a assinatura do acordo com Banco Mundial (BIRD) autorizando o Estado de Minas Gerais a utilizar o Sistema de Compras Eletrônicas para aquisição de bens com recursos de empréstimos do Banco. Com a assinatura, Minas Gerais passa a ser o primeiro estado federado do mundo a validar um processo em que a contratação de bens financiados pelo BIRD pode ser feita na modalidade de Pregão Eletrônico. A opção do Governo de Minas pela utilização dessa modalidade, em sua política de compras, já levou a reduções significativas de custos nas licitações, destacando a transparência que o processo proporciona, inclusive disponibilizando para os cidadãos todas as informações referentes às compras. Este mesmo acordo será assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O sistema já foi aprovado pelo Banco, faltando apenas a formalização do acordo.

O projeto “Gestão Estratégica de Suprimentos”, que tem por objeto o desenvolvimento e a implantação de metodologias e práticas de gestão de suprimentos, com base nas melhores práticas nacionais e internacionais, visando à redução de custos com grupos de compra de materiais e serviços, à definição de modelos de gestão de suprimentos, ao aprimoramento dos

mecanismos de relacionamento com o mercado fornecedor em seus diversos segmentos e à capacitação de servidores estaduais para atuarem como agentes multiplicadores do modelo. Este projeto está sendo desenvolvido em três etapas: Diagnóstico; Desenvolvimento e Capacitação; Implantação e Assessoramento. O período de diagnóstico do projeto já foi concluído, estando em curso as atividades de desenvolvimento e capacitação, que compreendem: entendimento dos requerimentos internos, análise do mercado fornecedor, construção do modelo de custo total, condução da análise de fornecedores, desenvolvimento do modelo de contratação e elaboração do edital. Em seqüência, será cumprida a fase de implantação e assessoramento.

O Novo Módulo de Fornecedores disponibilizado à Administração e cidadãos no final de dezembro de 2006, integrado ao projeto de implantação do Novo Portal de Compras do Estado, trará significativa melhora nos procedimentos de cadastramento e credenciamento de fornecedores, inclusive com a reformulação de toda a legislação relativa ao assunto. Frisa-se que o novo sistema permitirá maior flexibilidade, agilidade, transparência e desburocratização para que os fornecedores possam participar dos processos de compras do estado, além da garantia de segurança e integridade dos seus dados cadastrais.

Disponibilização do módulo fornecedores no Portal de Compras

A implantação em novembro de 2006 do novo módulo de pagamento do Sistema de Administração de Pessoal (Sisap), nos órgãos da administração pública do Poder Executivo, tem por objetivo propiciar maior agilidade e controle na administração e pagamento de pessoal.

Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de Gestão de Concursos Públicos (Sigecop), que contemplará a gestão do processo concursal. O sistema controlará a reserva e ocupação de vagas, disponibilizadas em edital, por carreira e instituições das administrações direta e indireta. Seu objetivo é promover eficiência na gestão de concursos públicos, permitindo transparência em relação ao provimento de cargos, além da verificação de detenção de cargos na Administração e o controle das listas de classificação. O dois principais módulos do Sigecop já foram especificados e colocados em produção.

Gestão de concursos públicos

Em 2006, a SCGRH executou, acompanhou ou assessorou concursos públicos em 19 órgãos e entidades da administração direta e indireta estadual. Foram abertas vagas para o provimento de 7.919 cargos, com a nomeação de 1.194 candidatos.

O índice de depuração da folha de pagamento a cargo da SCGRH foi mantido no Acordo de Resultados da Seplag, em 2006, dando continuidade à série histórica de dados iniciada em 2005. O valor acumulado é de R\$ 4.254.926,10 de um total de R\$ 5.136.162.525,02, o que representa 0,08% da despesa com a folha de pagamento, de janeiro a outubro de 2006. Esse índice é calculado a partir da soma dos valores que seriam irregularmente pagos, apurados de três parâmetros distintos: a) da inspeção dos valores lançados mensalmente e do controle de lançamentos ou interpretações indevidas; b) do confronto da folha com o Sistema Nacional de Óbitos, o que permite a identificação de falecidos que continuam recebendo na folha de pagamento, já que em caso de fraude encaminha-se o processo para a Polícia

Economia para os cofres públicos com depuração na folha de pagamento dos servidores

Civil para a tomada das devidas providências; c) do controle das ordens de pagamento especiais.

A transferência do Serviço Pericial do Ipsemg para a Seplag e criação da estrutura de cargos necessária ao gerenciamento da nova Unidade - Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional - SCPMSO, por meio da Lei 192/2006, possibilitou melhorias no serviço prestado ao servidor-usuário. O redesenho dos processos de trabalho, em parceria com a SUMIN/DCOP, foi consequência da implantação do Projeto Levantamento da Força de Trabalho.

O aumento do número de inspeções realizadas pelos peritos e ampliação da equipe pericial, inclusive com contratação de especialistas nas patologias que mais afastam servidores do trabalho, propiciou maior agilidade nos serviços prestados ao servidor-usuário, com o equilíbrio das despesas com servidores em licença para tratamento de saúde.

A capacitação continuada dos peritos e redefinição do trabalho do coordenador médico de turno, na capital e nas regionais, resultou em inspeções adequadas, padronização dos procedimentos periciais e maior interação da coordenação médica da capital com os peritos. Tal medida está sendo mensurada por meio de análise dos laudos emitidos pelos peritos, entrevista e pesquisa de satisfação com servidores usuários.

A criação da unidade pericial de Almenara, descentralizando o atendimento pericial realizado pela Regional de Araçuaí, resultou em benefícios para os servidores da região.

No projeto da Política de Saúde Ocupacional, destacam-se: realização de 10 eventos relativos à "Saúde e Comportamento Vocal do Professor"; participação no desenvolvimento do Projeto Libertas (programa integrado de assistência ao usuário de álcool e outras drogas); levantamentos em ambientes de trabalho objetivando eliminar ou minimizar situação caracterizada como insalubre ou perigosa.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP)

A execução do projeto Facilita Minas, integrante do projeto estruturador Empresa Mineira Competitiva, representa um esforço de simplificar as relações do estado com as empresas, cujo objetivo é agilizar no estado a abertura de empresas, desenvolvido pelo CDA. Houve também projetos referentes às questões metropolitanas, com o Estudo Básico da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e as Diretrizes para o Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA), por intermédio do Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (CEMME). Destaca-se a expansão da área de capacitação e treinamento da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, tendo sido oferecidos, ao longo do ano, 62 cursos de curta duração com carga horária entre 24 e 90 horas-aula, inclusos no projeto estruturador, com treinamento de 2.600 servidores estaduais. Ainda se destaca a publicação do Anuário de Informações Criminais de 2005, que apresenta dados, mapas, estatísticas e análises consolidadas sobre a

conjuntura criminal dos municípios de Minas Gerais, especialmente no que se refere ao comportamento dos crimes violentos, executado pelo CEES.

O Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), em 2006, privilegiou atividades de produção do conhecimento de gestão direcionadas à capacitação das instituições públicas e privadas desenvolvendo consultoria em planejamento e gestão organizacional, diagnósticos e pesquisas aplicadas ao campo da administração.

Com o projeto Facilita Minas, o Governo de Minas Gerais, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte e órgãos de classe, criou a Central Minas Fácil, já em funcionamento, cujo objetivo é simplificar e agilizar no estado a abertura de empresas. Esta central, disponível no momento em Belo Horizonte, já se expande a outras cidades.

Criação da Central Minas Fácil

O projeto de estruturação do Mercado Livre de Produtores (MPL) da Ceasa-MG, que teve como objeto o levantamento de informações, análise e proposição de sistemática de gestão e acompanhamento da operação do mercado, além de treinamento de pessoal, resultou no “Diagnóstico do Mercado Livre do Produtor” e em um curso sobre gestão pública em 2006, que abordou aspectos relativos à gestão de materiais, gestão de pessoas e orçamento público.

Diagnóstico do mercado livre do produtor

Para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater) foi desenvolvido e implantado o sistema de gestão de trabalho e remuneração por competências e habilidades essenciais, visando ao atendimento das necessidades imediatas e futuras da Emater. Esse sistema contribui para a melhoria do gerenciamento dos empregados e valorização das diversas áreas que compõem a empresa e para o alcance da excelência da empresa.

Em parceria com prefeituras municipais nas áreas de recursos humanos e organizacional, destacando-se o redesenho da estrutura organizacional das prefeituras e a elaboração de um plano de carreiras e vencimentos, foram concluídos trabalhos nos municípios de Ibiraci, Andradas, Itambacuri.

O Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (CEMME) desenvolveu projetos referentes às questões metropolitanas, com o estudo básico da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e elaboração de diretrizes para o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA), ambos os projetos desenvolvidos em parceria entre a Fundação João Pinheiro e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

Foram realizados dez projetos de desenvolvimento e implementação de Planos Diretores Municipais em diversas regiões do estado.

O Centro de Estatística e Informações (CEI) destaca em suas atividades a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esta pesquisa é realizada desde 1996, em convênio com Sedese, e parceria com a Fundação Seade e o DIEESE, abrangendo coleta mensal de dados em aproximadamente 2.500 domicílios, processamento dos questionários, análise de resultados e divulgação mensal. Em 2005/2006 foi

produzida uma edição comemorativa dos 10 anos de realização da PED na RMBH, “As várias faces do Mercado de Trabalho no Brasil”, lançada ao final de 2006, composta por artigos de renomados analistas do mercado de trabalho, que exploraram a base de dados gerada pela PED.

*Estimas de contas
regionais*

O CEI também elaborou o projeto Estimativas de Contas Regionais para Minas Gerais, e sua divulgação: PIB Municipal de 1999-2004, PIB trimestral 2003 - terceiro trimestre de 2006, PIB estadual Anual de 2002 a 2005 (preliminar), em convênio com a Fundação IBGE e participação ativa do processo de mudança da base estrutural das informações referentes às atividades econômicas brasileiras utilizadas na contabilidade nacional, de 1985 para 2000/2002, coordenadas por aquele órgão.

Desenvolveu-se para a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior o projeto de caracterização do processo de incubação em Minas Gerais, que objetiva a elaboração de questionário eletrônico aplicado aos atores relevantes nas incubadoras implantadas, montagem do banco de dados para sistematização das informações levantadas e relatório sintético dos resultados.

*Projeções da
população
mineira*

Contratado pela Copasa, o CEI executou projeções populacionais para os 853 municípios mineiros, cobrindo o período 2007-2025, necessárias tanto para a geração de seus indicadores de atendimento quanto para o planejamento de ampliação da cobertura de seus serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Negociado com a Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades, financiado pelo PNUD, com cobertura nacional, foi feita a atualização dos cálculos do déficit habitacional dos indicadores nacionais, estaduais e metropolitanos para 2004 e 2005, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgados pelo IBGE, com publicação dos principais resultados ao final de 2006.

Com atualização permanente de bases de dados sobre demografia, atividades econômicas, comércio exterior, educação, saúde, finanças públicas, emprego, saneamento básico e consumo de energia elétrica, produziu informativos eletrônicos veiculados pelo sítio da Fundação João Pinheiro e pela Internet, com periodicidade variada, principalmente sobre contas regionais, demografia, déficit habitacional, comércio exterior, comportamento de preços e de mercado de trabalho metropolitano. Esta sistematização permanente fundamenta a elaboração e distribuição ao mundo oficial do Perfil de Minas Gerais, publicação anual patrocinada pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), já em sua décima edição. Também elaborou do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). A concepção do projeto evoluiu para a montagem de um armazém de dados centralizado da Fundação João Pinheiro, em sentido amplo, fundamental para a apropriação institucional do acervo de produtos gerados internamente e para a preservação de sua memória técnica.

O Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES) definiu e produziu os indicadores de desenvolvimento humano. Trata-se de uma linha de pesquisa associada ao PNUD desde 1995, para geração e análise de indicadores, entre

eles o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) Os mais de 200 indicadores gerados são apresentados de forma georreferenciada, organizados por grupos temáticos (desenvolvimento humano, população, educação, habitação, longevidade, renda, desigualdade de renda, pobreza e características físicas do território). Disponíveis por meio de software específico, que traz ainda algumas ferramentas de análise, como mapas temáticos, gráficos, histogramas, possibilidade de ordenação das informações, etc., neste ano foram produzidos indicadores desagregados para o nível inframunicipal, de forma a tornarem-se mais explícitos os elementos de análise das desigualdades internas nos grandes municípios, para a cidade de Manaus e para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de Salvador. Foi também produzida uma série de IDH de 1991 a 2005 para o Brasil e estados, total e por cor. O grupo promoveu ainda cursos de capacitação em indicadores para Manaus e Salvador.

Publicou-se o Anuário de Informações Criminais de 2005, que apresenta dados, mapas, estatísticas e análises consolidadas sobre a conjuntura criminal dos municípios de Minas Gerais, especialmente no que se refere ao comportamento dos crimes violentos, além de outras informações de interesse do cidadão sobre o Sistema de Justiça Criminal.

*Anuário de
Informações
Criminais*

Trimestralmente é publicado o Boletim de Informações Criminais, que apresenta o acompanhamento da conjuntura dos municípios de Minas Gerais quanto ao movimento dos crimes violentos em comparações trimestrais, de acordo com metodologia aplicada internacionalmente. Foi promovido o Seminário Internacional sobre Mídia e Violência.

Com estudos e indicadores para municípios beneficiados pelo ProAcesso, o projeto selecionou entre os 225 municípios incluídos no projeto estruturador Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (ProAcesso), 104 municípios a serem beneficiados com uma atuação específica do Sebrae. Com descrição dos procedimentos metodológicos para a definição das intervenções, o agrupamento em 26 sub-regiões – definidas de acordo com as características da atividade produtiva, a natureza dos problemas, a proximidade geográfica – o conjunto de ações propostas nas oficinas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) apresenta o detalhamento, por município, do que será implementado pelo Sebrae e os parceiros a serem envolvidos no processo. Outro produto deste projeto é a organização de uma extensa base de dados econômicos e sociais, disponibilizada em software específico, de fácil manuseio e de amplos recursos, permitindo a obtenção de perfis municipais, agregações para diferentes unidades territoriais, mapas, gráficos, ordenações, etc.

Realizados estudos de zoneamento ecológico-econômico para Minas Gerais, com a construção do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável para 444 municípios mineiros das unidades regionais do Copam, ligado aos estudos no âmbito do projeto estruturador Gestão Ambiental, estabelecidas pela Superintendência de Política Ambiental: Regional Alto São Francisco, Regional Leste Mineiro, Regional Sul de Minas e Regional Triângulo Mineiro. O trabalho realizado em parceria com a Universidade Federal de Lavras utilizou metodologia proposta pela OCDE e envolveu a identificação e

agregação de mais de 200 variáveis socioeconômicas nas dimensões natural, humana, produtiva e institucional e a geração do Índice Ecológico-Econômico de Minas Gerais (IEE-MG). Os resultados foram discutidos e validados em oito reuniões plenárias dos COPAMs regionais e Central e em audiências públicas nas sedes de cada Copam regional envolvido.

O Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC) destaca o projeto desenvolvido na avaliação do impacto da Lei Robin Hood nos municípios mineiros com descentralização da gestão na área do patrimônio cultural; políticas culturais comparadas: experiências municipais de financiamentos à cultura em Minas Gerais, com recursos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, que constitui importante subsídio para o processo de redefinição de políticas públicas de financiamento à cultura em municípios mineiros selecionados. A pesquisa abrangeu 62 municípios com mais de 50 mil habitantes.

Além disso, realizou o curso de Capacitação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas de Cultura, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura, em vários municípios-pólos.

A Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho (EGPNC) manteve, em 2006, ampla oferta de cursos, em todos os níveis (graduação, especialização, mestrado e capacitação), na área de administração pública.

Em avaliação realizada pelo Guia do Estudante, publicado anualmente pela Editora Abril, o Curso de Administração Pública (CSAP) recebeu cinco estrelas, o mais alto conceito atribuído pelo guia aos cursos de graduação por ele avaliados.

Ampliou o programa de pós-graduação lato sensu da EGPNC, merecendo destaque os cursos de especialização que integram o Programa de Especialização em Administração Pública (PROAP) e os cursos de especialização organizados em parceria com a SEF, SES, Setop, SEDS, PMMG, SEDS e Ipsemg, destinados a funcionários destas secretarias e órgãos públicos.

2.600 servidores
capacitados

Expandiu-se a área de capacitação e treinamento, tendo sido oferecidos, ao longo do ano, 62 cursos de curta duração com carga horária entre 24 e 90 horas-aula, inclusive no projeto estruturador, com treinamento de 2.600 servidores estaduais.

Destaca-se no exercício de 2006 a reforma da unidade da Avenida Brasil, para sediar o programa de capacitação e treinamento da EGPNC, que passou a dispor de nove salas de aula com capacidade para 35 alunos cada.

Houve ainda 24 sessões de difusão dos resultados das pesquisas da EGPNC e dos demais centros da Fundação João Pinheiro, bem como promoção do intercâmbio com outras instituições de pesquisa nacionais e internacionais; organização do III Seminário de Economia de Belo Horizonte, realizado com liderança da Escola de Governo e em colaboração com outras instituições acadêmicas de Belo Horizonte; organização do Seminário Internacional sobre Avaliação de Políticas Públicas, abordando estratégias e obstáculos para a interação entre conhecimento acadêmico, avaliação e a formulação e gestão de políticas públicas. Este seminário contou com financiamento da National

Association of Schools of Public Affairs and Administration (NASPAA), dos Estados Unidos, e participação de palestrantes da New York University e da University of Texas – Austin.

Em cooperação com a Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, da University of Texas – Austin, realização em novembro, naquela universidade, de programa de treinamento para funcionários graduados do governo de Minas Gerais, organizado pela Escola de Governo e pela LBJ School.

Assinatura do acordo de cooperação com a Universidade de Roma “Tor Vergata”, para realização de pesquisa sobre determinantes da renda e da pobreza na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No âmbito do Programa de Estudos Avançados da Escola de Governo, foram oferecidos dois cursos em 2006: Métodos Quantitativos na Avaliação de Políticas Públicas, lecionado pelo professor Sérgio Firpo, do Departamento de Economia da PUC-RJ, e o de Regulação Econômica, lecionado pelo professor Martin Lodge, da London School of Economics – Inglaterra.

Foi realizado concurso público e contratação de três professores doutores para áreas de economia, administração pública e direito. Com a contratação, a Escola de Governo passou a contar com 11 professores doutores. Avanço significativo obtido com o número de artigos publicados pelo corpo docente, em periódicos indexados no QUALI-CAPES.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Prodemge)

A Prodemge se consolidou em 2006 como a grande provedora de serviços de tecnologia da informação para o Estado de Minas Gerais. A atuação da empresa pode dividir-se em três áreas distintas: Informatização da Administração, Ações de Destaque, Reestruturação interna.

No que concerne à Informatização da administração pública a Prodemge priorizou, ao longo do ano, novos módulos e rotinas para os sistemas corporativos do estado, que são a base de sustentação das políticas do Choque de Gestão: o Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad) e o Sistema de Administração de Pessoal (Sisap).

Priorização aos sistemas corporativos

Essas ações foram acompanhadas pelas integrações automatizadas entre esses sistemas, o Sistema Integrado de Administração e Finanças (Siafi) e com os corporativos de orçamento (Sisor) e de planejamento (Sigplan). Este conjunto de intervenções, quase concluído, já dá a Minas Gerais posição de vanguarda no país no que se refere a integração dos processos de gestão de governo por meio da tecnologia da informação.

Integração Sisor e SIGPLAN

Os outros setores do governo não foram esquecidos. Empreendimentos importantes em todas as demais áreas representaram 10 milhões de linhas de código escritos, aproximadamente 30 sistemas implantados, 120 clientes atendidos e em torno de 3.200 certificados digitais emitidos, destacados a seguir.

No setor de segurança foram desenvolvidos os sistemas de biometria, de controle e acompanhamento de inquéritos policiais, de controle de certificados de cursos de formação para os Centros de Formação de Condutores, de controle de procedimentos de habilitação, de registro automático de veículos, de controle de despachantes e fábricas de placas e de controle da apreensão e leilão de veículos.

*Modernização
do Siafi*

Para a área fazendária destaca-se a modernização do armazém de informações do Siafi; a integração do Siafi com sistema de controle de convênios; o sistema de precatórios; o sistema de previsão financeira; o sistema integrado de apuração de custos; o sistema de emissão e controle de DAE eletrônico e o Sicaf – parcelamento do IPVA.

Desenvolvido, também, o sistema de dispensação de medicamentos e o projeto de segurança e gestão de riscos (área de Saúde); para a Fundação Clóvis Salgado o sistema de bilheteria. Implantação de rede estruturada de voz e dados na Fundação João Pinheiro; modernização e automatização dos processos internos da Auditoria Geral do Estado. A atualização tecnológica dos aplicativos do Ipsemg e o sistema de pagamento de pensionistas. Para a Jucemg, o Minas Fácil – processo de abertura de empresas, digitalização eletrônica de documentos e sistema de registro mercantil. Para o IPSM, o sistema integrado de gestão em assistência à saúde.

Entre as ações mais significativas empreendidas pela empresa neste ano, pode-se destacar a execução da segunda fase do processo de registro de preços para comunicação de dados. Um novo desenho dos lotes licitados foi elaborado com o objetivo de se garantir em cada um deles a máxima competição entre as operadoras. O resultado foi um aumento expressivo nas capacidades e níveis de serviço ofertados com uma redução de preços para o estado de 45%, representando, ao fim de dois anos - prazo de validade da Ata de Registro de Preços -, uma economia de até trinta milhões de reais.

*Coordenadora
setorial de
informática da
reunião do BID*

Há de se registrar também a atuação da Prodemge na realização, em Belo Horizonte, da 47ª Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de 29 de março a 5 de abril de 2006. A Prodemge foi designada coordenadora setorial de informática, pela Coordenação Executiva, responsável pela organização do evento. Ficou sob sua responsabilidade o planejamento e implantação de toda a estrutura de informática, telecomunicação e de telefonia do evento. Foi montada uma rede com 750 computadores, trezentas impressoras, 12 Mbps de capacidade Internet, 10 mil números telefônicos e 800 pontos de telefonia. De acordo com os depoimentos dos envolvidos (SEDE, BID e outros), a Prodemge cumpriu plenamente os objetivos propostos pelos organizadores.

Para se tornar uma empresa apta a cumprir esses desafios e dar sustentação tecnológica às políticas de modernização do estado, com custos compatíveis com os observados no mercado, a Prodemge aprofundou o programa de ajuste das suas contas, iniciado em 2003.

A redução das despesas, aliada ao aumento de receita - resultado apenas da expansão de sua carteira de serviços - e a eliminação da inadimplência crônica que sempre flagelou as suas contas, permitiram retirá-

la, em 2006, da crônica posição de empresa deficitária que ostentou ao longo da última década.

O desafio da modernização interna também se mostrou decisivo e foi enfrentado com a mesma disposição. Para tanto, investimento de dez milhões de reais foi aplicado no processo de substituição da plataforma tecnológica existente - antiquada e fechada - para sistemas computacionais modernos, compactos, mais rápidos, seguros, de custos mais baixos, dotados de tecnologias abertas e diversificadas que libertam o estado da desconfortável - e perigosa - dependência de um único fornecedor. A estruturação do novo ambiente tecnológico já está concluída, após dois anos de preparação. A grande herança de sistemas em execução na Prodemge, muitos com mais de vinte anos de existência, já começou a ser convertida para a nova plataforma. Esse processo estará concluído até março de 2007.

10 milhões de reais em modernização

A segurança das instalações e das informações mantidas na empresa também recebeu atenção e investimentos. Dois milhões e meio de reais foram destinados a sistemas de proteção dos seus ativos físicos, lógicos e humanos. Foi implantado um moderno sistema de controle de acesso às suas dependências. Intenso programa de conscientização interna foi desenvolvido e aplicado.

2,5 milhões de reais em segurança da informação

O processo de capacitação de pessoal iniciado em 2004 teve continuidade com novos investimentos na Universidade Corporativa da Prodemge, unidade interna criada para cuidar de desenvolvimento profissional dos quadros da empresa. Não apenas isso. Convênios com entidades de ensino como PUC, Fundação Dom Cabral, UFMG e FGV garantiram a qualidade no processo e ampliaram o programa educacional em execução. Praticamente todos os empregados passaram por alguma experiência de ensino durante o ano, disponibilizando mais de 1.100 vagas.

Finalmente, o aperfeiçoamento do processo interno de governança, essencial para prover a crescente eficiência exigida da empresa no atendimento ao estado, foi contemplado pela conclusão da implantação do sistema integrado de gestão (ERP), iniciada em 2004. A partir de agora, todos os processos internos da empresa estão informatizados e integrados. A diretoria e o corpo gerencial passam a dispor de informações confiáveis, tempestivas e precisas como ferramenta de trabalho.

Conclusão da implantação do ERP

Em 2006, a Prodemge aprofundou o processo de informatização do estado, de acordo com as definições da Secretaria de Planejamento e Gestão, órgão a que está vinculada. Cuidou de suas finanças e acertou suas contas encerrando um longo período de resultados negativos - tudo isso acordado com o governo por ocasião do recebimento de um aporte de capital de vinte milhões de reais destinados à quitação de suas dívidas e investimentos em modernização tecnológica e implantação da política de segurança. Capacitou seu corpo técnico preparando-o para cumprir sua missão. Cuidou dos seus processos internos buscando eficácia e leveza administrativa. Em resumo, procurou modernizar-se - tarefa que não se encerra nunca - tomando como padrão as melhores práticas observadas no mercado.

Aporte de capital no valor de 20 milhões de reais

MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A (MGS)

Como empresa terceirizada a MGS opera as atividades do objeto social, nas funções auxiliares de prestadora de serviços, interagindo como parceira na estrutura administrativa do estado, oferecendo serviços que agreguem valor e promovam a melhoria operacional para os clientes e fazendo o papel de agente regulador de mercado, em prol do governo estadual, praticando planilhas de custos adequadas à execução do orçamento e ao erário público.

Modernização tecnológica

Na área de Tecnologia de Informação, em 2006, a MGS fez a melhoria estrutural no projeto de tecnologia de informações atuando na troca das máquinas, equipamentos e software em geral, propiciando melhorias no sistema de gerenciamento de banco de dados, ampliação da capacidade de armazenamento de dados; maior segurança e capacidade de gerenciamento; atualização da infra-estrutura de controle dos processos críticos por meio do desenvolvimento e melhoria de sistemas informatizados, dentre os quais o novo sítio da MGS; melhoria do sistema de contabilidade gerencial; implantação do ponto via Internet; controle de estacionamento via Internet; concurso público – MGS via Internet; protocolo; controle de benefícios e melhoria no faturamento.

No que concerne à área comercial, a MGS incrementou o rol de serviços prestados a seus clientes. Assim, aos serviços de conservação, limpeza e apoio técnico operacional foram acrescidos os segmentos de Administração e Controle de Estacionamento; Administração de Condomínio; Controle de Acesso e Saída de Pessoas e Veículos; Monitoramento de Ambientes e de Gestão de Documentos. Houve um aumento da carteira de clientes e de contratos, evolução do número de empregados nas frentes de serviços, aumento de frentes de serviços e do faturamento.

Economia de 25% com adoção do pregão eletrônico

A MGS, na área de logística, implementou o pregão eletrônico, ampliando o número de fornecedores e com redução média de 25,42% em relação ao valor estimado, totalizando uma economia de R\$ 1.357.391,80; renovou e aumentou a frota de veículos da empresa de 29 para 38 unidades; ampliou a unidade Jaguari, por meio da locação de novo galpão anexo, para serviços de Gestão de Documentos de Cliente e escritório do Núcleo de Almoxarifado.

Na área de recursos humanos, a MGS cumpriu o cronograma de demissões em atendimento às determinações do Ministério Público; realizou as contratações necessárias para atender às necessidades de aumento de pessoal e reposição de funcionários. Estruturou o Centro de Treinamentos treinando 1.565 empregados das frentes e da administração central. Realizou concurso público, homologado em agosto de 2006, e está preparando novo concurso para janeiro de 2007. Implantou, ainda, o sistema de marcação do ponto via Internet e o treinamento a distância. Iniciou a estruturação da área de assistência social.

Na área de contabilidade e financeira, a MGS desenvolveu um novo sistema que tornou a emissão das faturas bem mais rápidas e com maior clareza de informações, mediante faturas via internet; melhorou o processo interno passando a importar os valores de vale-transporte e vale-alimentação

direto pelo sistema de faturamento. Neste ano, teve início a adequação dos processos contábeis ajustando-se ao sistema de contabilidade gerencial.

No setor Jurídico, houve o ingresso de 174 ações trabalhistas em desfavor da MGS, com a conclusão/pagamento de 40 processos trabalhistas. Recuperaram-se, também, 240 ativos - depósito recursal. Os precatórios trabalhistas da administração direta e indireta, que foram administrados pela MGS, foram encerrados em julho de 2006, gerando uma economia para o Estado de Minas Gerais de R\$ 443.492.165,41.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA (SEF)

Cabe à Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) prover e gerir os recursos financeiros do estado, formulando e implementando políticas que garantam a justiça fiscal, o equilíbrio das contas públicas e o desenvolvimento de ações de governo em benefício da sociedade mineira.

A concentração de esforços das unidades da SEF, iniciada em 2003, e centrada no cumprimento de sua missão, consolidou-se em 2006 ratificando o enfoque no seu Planejamento Estratégico voltado ao modelo de Administração Gerencial focada em resultados com vistas à manutenção do equilíbrio das contas públicas e ao aumento do índice de satisfação de seus clientes, prestando serviços com qualidade e tempestividade.

Sempre alinhada e em parceria com o órgão de planejamento e gestão do estado, atenta à viabilidade financeira das políticas de governo, harmônica ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), aos programas do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e ao orçamento anual, a SEF, em 2006, deu ênfase à continuidade do desenvolvimento de ações para a consolidação desse modelo de gestão.

Como consequência do equilíbrio das contas públicas e do resgate da credibilidade e capacidade de pagamento do estado, novos empréstimos externos e internos puderam ser contratados em 2006.

Com o Banco Mundial (BIRD), no valor de US\$ 35 milhões, destinado ao Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), e outro de US\$ 170 milhões, destinado a obras de infra-estrutura, ao saneamento financeiro e à modernização da máquina administrativa e fiscal do estado.

255 milhões de dólares em empréstimos externos

Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 50 milhões, destinado à primeira fase do programa de Pavimentação de Acessos Rodoviários (PROACESSO).

Com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de US\$ 27,5 milhões, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR-NE-II).

77,5 milhões de dólares em empréstimos internos

E, com o Banco do Brasil S.A., contrato de repasse de recursos do Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor de US\$ 50 milhões, destinado ao Programa de Melhoria de Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce.

Em seu último ano de execução, o Programa de Reestruturação e Modernização (PRM), da Secretaria de Estado de Fazenda, integrante do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe), cumpriu integralmente suas metas e objetivos conforme amplamente divulgado pela revista A Modernização da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais. Viabilizou aquisições de móveis para padronização das unidades de atendimento, equipamentos de informática para o CPD e contratação de

empresa para pesquisa de satisfação com os serviços prestados pela SEF. Hoje, os programas e ações até então apoiados pelo PRM/PNAFE têm continuidade por meio de recursos próprios do Governo de Minas, em consonância com o PMDI e o PPAG, especialmente no projeto estruturador “Modernização da Fazenda Estadual”.

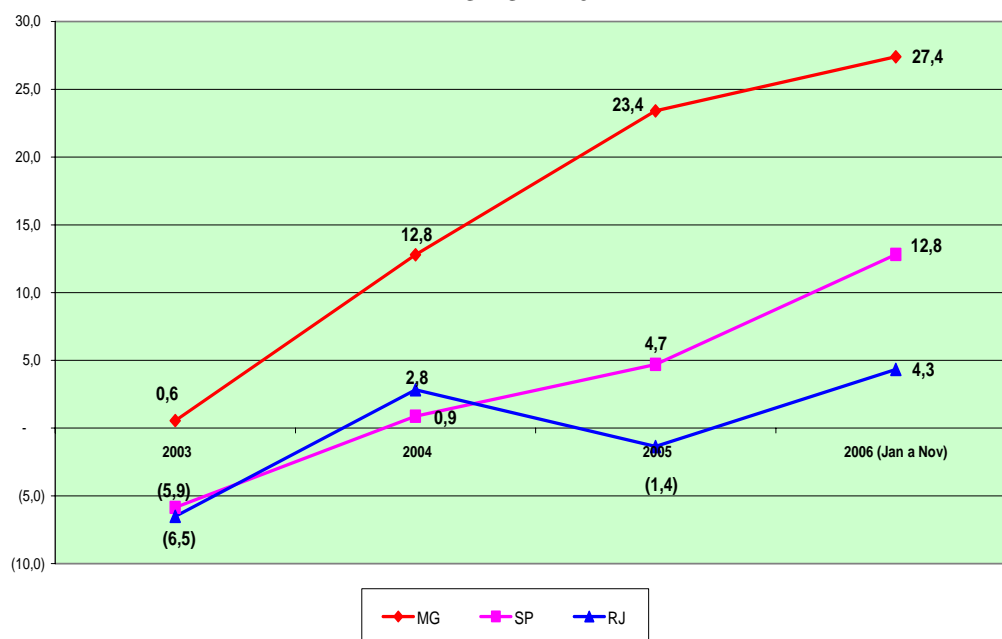
Principais ações
do projeto
estruturador
Modernização da
Fazenda
Estadual

O referido projeto ampliou a sua estratégia de melhorar a infraestrutura e as condições operacionais da SEF permitindo contemplar, além das condições operacionais da Receita Estadual, investimentos no âmbito da Subsecretaria do Tesouro Estadual e nas áreas vinculadas à Secretaria-Adjunta da Fazenda, destacando-se as seguintes ações: ampliação, reforma e construção de unidades fazendárias; realização de treinamentos nas áreas de gestão orçamentária, contábil e financeira, e econometria, com destaque para treinamentos introdutórios para os novos servidores (Gestor Fazendário - GEFAZ e Auditor Fiscal da Receita Estadual - AFRE), curso de contabilidade avançada para fiscais, especialização em comércio exterior e em direito tributário para a fiscalização, curso de especialização em direito tributário a distância, e outros; investimentos em eventos de “Educação Fiscal”; aquisição de equipamentos de informática destinados à ampliação e modernização do parque computacional; desenvolvimento e implantação de novos sistemas essenciais às atividades em desenvolvimento na SEF e ao atendimento ao público – concretização do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (SIARE), disponibilizando novos serviços *via web*; reorganização de processos para assunção de melhores resultados; e implantação de sistema destinado à apuração de custos da administração pública e desenvolvimento de ações voltadas para maior transparência dos relatórios gerenciais orçamentário-financeiros disponibilizados aos cidadãos.

No âmbito da Subsecretaria da Receita Estadual (SRE) destacam-se soluções ao atendimento e satisfação de seus clientes e usuários, à otimização de procedimentos de controle fiscal, novos projetos fiscais e tributários, ao aperfeiçoamento do sistema de arrecadação e cobrança, à integração institucional e à atuação conjunta com o Ministério Público no combate à sonegação e aos outros crimes contra a ordem tributária.

Em relação ao esforço da SRE para manter o equilíbrio das contas públicas, em 2006 houve um incremento nominal da arrecadação de ICMS, IPVA e de Outras Receitas de 10,9% em relação ao mesmo período de 2005. A otimização de procedimentos de controle fiscal e a intensificação das ações para capacitação dos servidores, entre outros, contribuíram para a geração de resultados que distinguem Minas Gerais no cenário nacional.

Crescimento Acumulado do ICMS
(em relação ao ano anterior)
MG x SP x RJ



Arrecadação de ICMS e de Outras Receitas 2005/2006

Em R\$ MM

Descrição	Receita realizada (até dez)		Meta 2006 (até dez)	% da Meta	Variação 2006/2005	
	2005	2006			(R\$ MM)	(%)
Receita de ICMS	15.210,10	16.736,30	16.897,80	99,0	1.526,10	10,0
Receita de IPVA e Taxa de licenciamento	1.056,90	1.316,40	1.276,60	103,1	259,50	24,6
Outras Receitas	591,60	643,90	652,70	98,6	52,20	8,8
Total geral	16.858,60	18.696,50	18.827,10	99,3	1.837,90	10,9

Fonte: SRE/Resultados da Receita Tributária

Na área de tributação, foram celebrados Protocolos de Intenções voltados à consolidação do Aeroporto Indústria, no sítio aeroportuário do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, cuja implementação propiciará novos investimentos, geração de empregos diretos e indiretos, elevação gradativa do faturamento e recolhimento de tributos e ampliação da cadeia produtiva no estado. Dentro do conceito de contínuo aperfeiçoamento das regras tributárias, foram instituídos regimes de substituição tributária para a inclusão

*Principais ações
na área de
tributação*

de novos produtos (óleos, azeites, papel cortado e outros), e simplificação e redução das obrigações acessórias nas operações com café cru. Diversos regimes especiais de tributação foram concedidos objetivando a anulação ou redução dos prejuízos causados aos contribuintes mineiros pelas políticas de incentivos fiscais praticadas em outras unidades da federação.

Ações fiscais com
o Ministério
Público

Na área de fiscalização, cumpre destacar a implementação de sistemas informatizados de gestão e controle fiscal, Sistema Integrado de Gerenciamento de Metas e Atividades (SIGMA) e o Sistema Informatizado de Auditoria Fiscal-Auditor Eletrônico. Foram realizadas ações fiscais em conjunto com o Ministério Público, para o combate à sonegação e direcionadas, principalmente, às atividades vinculadas à siderurgia, comercialização de grãos e carvão. Foram mantidos, enfatizados e aprimorados os demais programas já consolidados no Plano Anual do Fisco Estadual (PAFE) concorrendo diretamente para a consolidação do Acordo de Resultados, do Acordo Estadual de Metas, dos Acordos Gerenciais, dos Acordos de Trabalho e para os bons resultados obtidos em 2006.

Ações na área de
arrecadação e
cobrança

Para a arrecadação, cobrança, informações fiscais e atendimento aos clientes e usuários, destacam-se: a continuidade da implantação do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (SIARE), com os novos módulos de Demonstrativos Fiscais, Conta Corrente Fiscal, Controle de Documentos Fiscais Autorizados (CDFA), Certidão de Débitos Tributários, via *web*, consolidando o conceito de Agência Fazendária Virtual; a conclusão da implantação do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) nos órgãos da administração direta e indireta, via *web*, permitindo a padronização e controle da arrecadação no estado; a implantação do parcelamento e autuação do IPVA e taxas; participação da SEF no projeto nacional de desenvolvimento da Nota Fiscal Eletrônica e no piloto para implantação do Cadastro Nacional Sincronizado; na reestruturação da área de cobrança dos débitos tributários, como resultado das ações de cobrança, foram recebidos R\$ 448,4 milhões até dezembro, ultrapassando em 22,25% a meta estabelecida; na área de informações fiscais o desenvolvimento de inúmeros estudos de impacto na receita, decorrentes das mudanças na economia e tributação, e das discussões envolvendo a reforma tributária; na área de atendimento aos clientes e usuários, destacam-se como importantes iniciativas da recém-criada Diretoria de Gestão do Atendimento ao Público (DGAP), a instalação de dois novos núcleos de atendimento em Belo Horizonte, a padronização de 28 Administrações Fazendárias, a instalação do *Call Center* e do “fale conosco”, a adoção de metodologias de acompanhamento dos prazos de atendimento de serviços aos clientes e usuários. Pesquisa para aferição do atual nível de satisfação desses clientes e usuários encontra-se em andamento.

No âmbito da Subsecretaria do Tesouro Estadual (STE) destacam-se soluções à consolidação do modelo de gestão, ao controle da origem e aplicação dos recursos públicos, à racionalização de processos e à transparência dos gastos públicos.

43 milhões de
reais de créditos
recuperados

Em suas ações, foram arrecadados R\$ 43 milhões provenientes de recebimentos de créditos e de alienação de bens recuperados dos bancos

estaduais privatizados ou liquidados (R\$ 19 milhões do BEMGE e CREDIREAL e R\$ 24 milhões da MINASCAIXA). Foi concluída a transferência da execução orçamentária das despesas com precatórios judiciais para a Advocacia Geral do Estado, o novo Módulo de Gestão Financeira do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI-MG), que propiciará ao Tesouro maior controle e acompanhamento dos fluxos de pagamento dos órgãos e entidades, tempestividade no registro das receitas e seus reflexos orçamentários, e, ainda, a sintonia dos processos de aplicação financeira e de controle das disponibilidades, com conseqüentes ganhos na gestão do fluxo de caixa do Tesouro. Foi efetuada a implantação dos Mapas Eletrônicos de Programação Financeira, disponível para a alta administração da SEF, com informações tempestivas dos órgãos e entidades, inclusive do Tesouro Estadual, para orientação em processos decisórios.

Destaca-se ainda a implantação de importante ferramenta de extração de dados do SIAFI-MG, com possibilidade de atender todo o estado e com o objetivo principal de facilitar a recuperação de informações e emitir relatórios. Outro destaque foi a criação da Página do SIAFI-MG na internet, em parceria com a Prodemge. Ao acessar o endereço www.siafi.mg.gov.br são disponibilizados aos usuários internos módulos de programação financeira, consultas, manuais, legislação, entre outras informações, e aos cidadãos demonstrativos contábeis e indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornando mais transparente o cumprimento das metas e objetivos do governo.

*Transparência
das contas
públicas via
internet*

Em janeiro de 2006, o estado e a Cemig firmaram o quarto termo aditivo ao contrato de cessão de crédito do saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar (CRC), num processo transparente de negociação com a diretoria e com representantes da Assembléia de Acionistas da Empresa, inclusive dos minoritários. A renegociação tornou possível vislumbrar a quitação da dívida a longo prazo, além de obter condições mais razoáveis de pagamento. Do lado da empresa, a reversão aos resultados de provisões feitas em decorrência de atrasos no recebimento dos créditos ensejou a geração de dividendos extraordinários.

Em 2006, deu-se continuidade ao processo de liquidação da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais (Diminas), autorizado pela Lei Estadual 13.442/2000. Processos de liquidação dessa natureza costumam se arrastar por longos anos. Por isso, deliberou-se pela incorporação da Diminas pela Minas Gerais Participações S.A. (MGI), com encerramento do balanço em 31/8/2006, em que a MGI assumiu todos os direitos e obrigações da Diminas.

*Encerrada a
liquidação da
Diminas*

Nas áreas de gestão e finanças, planejamento e informática e recursos humanos centrou-se na gestão de gastos das unidades executoras, na modernização dos recursos de tecnologia da informação com investimentos no parque computacional, ampliação da rede de comunicação de dados e implantação de novos sistemas corporativos, na política de segurança da informação, na consolidação da política de desenvolvimento de pessoas e na revisão de processos.

*Modernização
tecnológica*

A exemplo de outras unidades setoriais foi realizado o planejamento estratégico da área de gestão e finanças, com vistas a otimizar e padronizar o fluxo de processos de trabalho atuais e sugerir novos, aumentar a visibilidade dos procedimentos e das ações e mobilizar, motivar e qualificar a equipe. O resultado relevante obtido nas compras realizadas nesse exercício, foi a redução média de preços entre o valor estimado e o valor contratado da ordem de 28,7%, correspondente a R\$ 19 milhões.

*Aquisição de
2.600 estações
de trabalho*

No que se refere à área de tecnologia da informação, concluiu-se a elaboração e implantação da Política de Segurança de Informação, que permite o armazenamento centralizado e seguro de informações. O parque computacional foi ampliado e padronizado com a aquisição de mais 2.600 estações de trabalho, e a capacidade da rede interna de comunicação da SEF foi multiplicada por três com a celebração de novos contratos de telecomunicação.

A área de recursos humanos teve como marco a implementação do plano de carreira dos servidores fazendários, fruto de um trabalho iniciado em 2004, com a criação de uma comissão de negociação formada por representantes dos diversos cargos da SEF. Como resultado dessas negociações, foi publicada a Lei 15.464, em 13/1/2005 e regulamentada pelo Decreto 44.328, de 24/6/2006.

*Divulgação das
ações da SEF*

Na divulgação ampla e sistemática dos objetivos e ações estratégicas da SEF merecem destaque: as palestras ministradas aos novos servidores nomeados, reuniões com as gerências intermediárias, utilização de cartazes afixados em todas as unidades, difundindo a missão e os objetivos estratégicos, envio a cada servidor fazendário de *folder* de bolso contendo a identidade organizacional da Secretaria, divulgação pelo informativo eletrônico interno “@fazenda”, da avaliação trimestral das metas e a edição de um livro registrando as principais realizações da SEF no período 2003 a 2006.

Logo, os bons resultados alcançados legitimam o Planejamento Estratégico da SEF 2004-2007 e reforçam o rumo originalmente traçado. Pode-se afirmar que o gerenciamento intensivo, indicadores e metas claras, foco nas ações e alinhamento de recursos, transparência e cumprimento do Acordo de Resultados contribuíram decisivamente para o aperfeiçoamento do desempenho institucional e transformação da Secretaria em benefício de Minas.

MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. (MGI)

*Cerca de 28
milhões de reais
de ativos de
créditos
recuperados*

A MGI, na sua missão de auxiliar o desenvolvimento do estado através de investimentos e de saneamento de questões pendentes originadas da privatização dos bancos estaduais, priorizou em 2006, entre suas atividades, a realização de ativos de créditos. Foram recuperados R\$ 5,2 milhões, em créditos oriundos do Bemge/Credireal, e R\$ 22,9 milhões da extinta Minascaixa, sendo R\$ 16,1 milhões provenientes da recuperação de crédito e R\$ 6,8 milhões da venda de imóveis.

Dentre os valores recuperados estão R\$ 4.404.000,00 originados do leilão de créditos de FCVS (Minascaixa) e R\$ 1.700.000,00 do leilão do crédito da massa falida do Banco Open (Bemge).

No mesmo período, em relação às metas quantitativas, foram analisados 1.610 processos com ações judiciais, referentes ao Bemge/Credireal/Minascaixa. Quanto à extinta Minascaixa, foram analisados 20.047 contratos com pendências no Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS), e liberadas 2.349 hipotecas referentes a créditos imobiliários, liquidados desde 1998.

As ações priorizadas, resultantes das atividades próprias da MGI, permitiram gerar para o Estado de Minas Gerais R\$ 4 milhões, correspondentes a juros sobre capital próprio.

Receita de 4 milhões de reais

A Assembléia de Acionistas da MGI, realizada em 25/10/2006, depois de ouvido o Conselho Fiscal e o de Administração, deliberou pela incorporação da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários de Minas Gerais S.A. (Diminas), em liquidação, recebendo um acervo líquido de R\$ 7.436.809,74.

Incorporação da Diminas pela MGI

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS S.A. (Diminas) - em liquidação

A atividade da Diminas concentra-se na gestão dos passivos trabalhistas e fiscais, demandando um acompanhamento em sintonia com os assessores jurídicos.

Dando prosseguimento ao seu processo de liquidação, foi quitado o passivo fiscal no valor de R\$ 136 mil, utilizando crédito tributário e prejuízo fiscal originário do IRPJ e CSLL.

Passivo fiscal liquidado

No decorrer de 2006, foram encerradas duas reclamações trabalhistas, gerando uma despesa de R\$ 87 mil.

Assim, dando-se seguimento às medidas de redução e racionalização das despesas, foram mantidas todas as providências tomadas no exercício anterior, bem como a eliminação dos gastos com pessoal, por meio de desligamentos dos funcionários remanescentes e a eliminação dos gastos com locação e manutenção da sede.

Iniciou-se em junho de 2006 as tratativas para a incorporação da Diminas pela MGI, que, depois de realizadas reuniões do Conselho de Administração da MGI, dos Conselhos Fiscais em que foram apreciadas e aprovadas justificativas e os protocolos da incorporação, a assembléia de acionistas da MGI, realizada em 25/10/2006, definiu sobre a incorporação, quando, então, foi transferido um acervo líquido de R\$ 7.436.809,74, encerrando, assim, a liquidação iniciada em janeiro de 2000.

Incorporação da Diminas pela MGI

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDE)

O Sistema Operacional de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de criar um ambiente favorável aos negócios e à atração de investimentos, implementou vários programas e projetos, estimulando a competitividade das empresas, viabilizando o acesso a novas tecnologias, oferecendo mais linhas de crédito e investindo em infra-estrutura.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico é responsável pela implementação de sete projetos estruturadores, visando promover o desenvolvimento do estado.

O programa Arranjos Produtivos Locais (APL) busca aumentar a competitividade das empresas de diversos setores, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento e a ampliação dos respectivos mercados, priorizando os setores moveleiro e eletroeletrônico.

As principais atividades desenvolvidas no APL moveleiro foram: aprovação das pesquisas Ecopólo - Sustentabilidade do Pólo Moveleiro do Vale do Jequitinhonha, avaliação de ligações inovadoras para redução do tempo de fabricação, ergonomia para indústria de móveis de madeira, definição de critérios de conformidade e confecção e avaliação de pisos de madeira; implantação do Centro Minas Design, com inauguração prevista para março de 2007, com o intuito de contribuir para a inserção do design na indústria mineira; implantação do Organismo de Conformidade de Produtos Moveleiros (XILON), graças à aquisição de normas técnicas nacionais e internacionais.

*Arranjos
Produtivos
Locais –
moveleiro e
eletroeletrônico*

As principais atividades desenvolvidas no APL eletroeletrônico foram: operacionalização do Centro Nacional de Referência em Software Embarcado, em apoio ao desenvolvimento tecnológico das empresas de Santa Rita do Sapucaí (hardwares de referência para plataformas de microprocessadores e tecnologia Linux embarcado em microprocessadores e treinamentos a 40 profissionais de 10 empresas); operacionalização do Núcleo de Informações Estratégicas, com o objetivo de municiar as empresas com informações estratégicas de mercado. É emitido um clipping diário que, em 2006, divulgou cerca de 7.200 notícias pertinentes; implantação de incubadoras da UEMG, de Inconfidentes – Incetec, de Brasópolis – Avante e a do Inatel - Santa Rita do Sapucaí. As empresas residentes geraram cerca de 650 empregos e R\$ 22 milhões de faturamento, e a incubadora de Viçosa recebeu o prêmio de melhor Incubadora de Base Tecnológica do Brasil; desenvolvimento de 34 novas tecnologias, a maior parte de biotecnologia aplicada no agronegócio, com o intuito de aproximar universidades e empresas.

No âmbito do programa Empresa Mineira Competitiva, o Facilita Minas criou postos de atendimento ao público em 13 municípios no interior, com o objetivo de simplificar as relações do estado com os empreendedores locais, nos processos de abertura de empresa. Os postos fazem parte dos Programas de Promoção do Desenvolvimento Comercial e de Serviços e de Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Minas Gerais.

*Menor tempo
para abrir uma
empresa – 19
dias*

Este ano, a pesquisa “Doing Business no Brasil 2006”, realizada pelo Banco Mundial, apontou Minas Gerais como o estado brasileiro com menor tempo necessário para abertura de uma empresa, 19 dias. O resultado já é fruto do Minas Fácil, serviço que foi citado pelo Banco Mundial como exemplo de “melhor prática” a ser compartilhada com os demais estados.

O destaque no programa Parceria Público-Privada (PPP) foi o lançamento do primeiro edital de PPP para o setor rodoviário no país. Foram recebidas cinco propostas, o que propiciou um processo competitivo favorável às expectativas do estado, além de sinalizar a visibilidade e a atratividade do projeto na iniciativa privada.

No programa Plataforma Logística de Comércio Exterior da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o conceito de aeroporto industrial com ênfase na exportação de produtos de alto valor agregado, introduzido no Aeroporto Tancredo Neves em caráter pioneiro no País, começou a virar realidade em setembro, com o início de operação da Empresa Clamper e do Centro de Manutenção da Gol Linhas Aéreas, capacitado a dar manutenção a grandes aeronaves a jato com serviços de alta tecnologia.

Destaque também para a obtenção da licença ambiental do aeroporto, graças às providências tomadas pela Infraero e pelo governo do estado. A licença estava pendente há mais de duas décadas.

*Aeroporto
industrial –
65% de
crescimento nas
exportações*

Entre janeiro e setembro, as exportações do estado por via aérea cresceram 65%. Em relação ao tráfego de passageiros, o movimento no aeroporto de Confins se aproxima de 3,9 milhões de passageiros. São 130 vôos diários para todas as capitais do País, além de Argentina e Paraguai. Como resultado, Minas Gerais consolida-se como o segundo pólo do setor aeronáutico no Brasil.

Com o objetivo de levar às lideranças políticas e empresariais de todo o estado as ações e ferramentas do governo de Minas para o desenvolvimento econômico e social, foi idealizado, a partir de 2005, o programa Minas no Caminho do Desenvolvimento. Realizado regionalmente, o programa leva a cidades-pólo toda a estrutura da Secretaria e as empresas e instituições a ela vinculados, bem como os principais projetos em realização, como forma de uma maior interação entre o governo estadual e as lideranças locais, visando a um melhor aproveitamento das oportunidades disponíveis.

O Fundo Máquinas para o Desenvolvimento (Fundomaq) tem o objetivo de ajudar os municípios e Associações Microrregionais de Minas Gerais a modernizar suas frotas de veículos e máquinas. O governo do estado utiliza os recursos do fundo para adquirir e repassar novos equipamentos aos municípios, com contrapartidas fixas e mensais. O programa já atendeu 658 municípios mineiros com 1.031 bens entregues e contratação de seguro para os veículos e máquinas.

No contexto do programa Exporta Minas, tendo como objetivo inserir um maior número de empresas mineiras, foi criada a Central Exportaminas, que realizou cerca de 400 atendimentos pelo serviço de orientação gratuita

sobre exportações, por meio do telefone 0800-770-7087, do site www.exportaminas.mg.gov.br e do atendimento presencial.

Em julho, foi celebrado um contrato de prestação de serviços com a Fundep para a implementação do projeto Inteligência Comercial Internacional para Minas Gerais. Coordenado pelo programa Exporta Minas/Núcleo de Inteligência em Comércio Exterior, o projeto tem duração de 24 meses e o objetivo é aumentar o conhecimento sobre comércio internacional em instituições e profissionais mineiros.

O Exporta Minas celebrou contrato de cooperação técnica com o International Trade Center (ITC), órgão conjunto da ONU e da OMC, com sede em Genebra. O acordo propiciou a organização no segundo semestre do Seminário Internacional “Mudanças no Comércio Internacional dos Setores Têxtil e de Confecções”, além dos workshops “Ferramentas do ITC para Melhorar a Competitividade dos Setores Têxtil e Confecções”, “Introdução a Ferramentas do ITC para Análise de Mercado”, “Formação de Multiplicadores em Ferramentas de Análise de Mercado” e “Elaboração de Perfis de Mercado”. Foram 57 profissionais de 26 instituições beneficiados; instalação de unidade de atendimento da Central Exportaminas reunindo um acervo especializado em comércio internacional com cerca de mil volumes; elaboração de publicações sobre comércio exterior de Minas - O Comércio Exterior de Minas Gerais em Gráficos e Números - 2005, Mapeamento das Exportações de Minas Gerais - 2005, Cartilha “Exportação de Cachaça de Alambiques”; aumento dos relacionamentos com instituições internacionais de cooperação técnica na área de inteligência comercial, em Atlanta/EUA (março - contatos com CIFAL/UNITAR), e em Genebra/Suíça (setembro - contatos com UNCTAD, OMC, UNITAR e ITC, que resultou em contrato de cooperação técnica).

Na área energética, o programa 100% Eletrificação Rural no Estado de Minas Gerais ligará até o final do ano 6.292 domicílios rurais em 78 municípios da Zona da Mata e do Sul de Minas. As ligações foram nas áreas de concessão das empresas Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL), Empresa Elétrica Bragantina (EEB) e Companhia Luz e Força Mooca (CFLM).

*Ligação em
6.292
domicílios rurais
em 78
municípios*

O projeto “Universalização do atendimento rural de energia elétrica em municípios não atendidos pela Cemig” tem por meta garantir o acesso ao uso de energia elétrica a todos os residentes no meio rural mineiro, escolas e centros comunitários.

Por meio do programa Mapeamento Geológico do Estado de Minas Gerais, foi realizado o levantamento aerogeofísico de 109.732 km², dos quais 69.000 km² no sudoeste da bacia do São Francisco e 40.732 km² no norte/nordeste da mesma bacia. O levantamento compreende a aquisição e processamento de dados aeromagnetométricos e aerogamaespectrométricos.

*Mapeamento
geológico em
109.732 km²*

Nas duas áreas da bacia do São Francisco foram concluídos os trabalhos de campo, e os resultados finais estão disponíveis para o público-alvo. O levantamento aerogeofísico da região sudeste cobriu a superfície territorial total de 63 municípios e parcial de 60 municípios. No

norte/nordeste o levantamento aerogeofísico cobriu a superfície territorial total de 28 municípios e parcial de 24 municípios.

Com a conclusão do projeto, o estado dispõe de valiosa informação geológica básica sobre seu território, possibilitando, assim, a atração de novos investimentos privados na pesquisa mineral em busca de novas jazidas.

*BH sediou a 47ª
Assembléia de
Governadores do
BID*

Na área de assuntos internacionais a Sede realizou, entre 28 de março e 3 de abril, a 47ª Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a XXI Reunião da Corporação Interamericana de Investimentos (CII). Os eventos contaram com a participação de chefes de Estado, ministros e outras autoridades de governos, presidentes de Bancos Centrais, representantes de instituições multilaterais, agências de desenvolvimento, bancos comerciais e de investimentos, agências de rating, profissionais liberais, consultores e jornalistas da mídia especializada, representantes de organizações não-governamentais e convidados especiais indicados pelo país-sede, além de delegações dos 47 países membros do BID. No total foram 13.198 inscritos, número recorde nas reuniões do BID.

A Reunião Anual se dividiu em duas etapas: seminários que aconteceram durante os quatro primeiros dias e precederam a seção inaugural da Reunião de Governadores; e as seções plenárias nos três dias subseqüentes. As reuniões oficiais tiveram transmissão feita por circuito fechado de TV e tradução em três idiomas.

*Captação de
355 milhões de
dólares para
projetos
estruturadores*

A atração de investimentos para o Estado de Minas Gerais totalizou US\$ 355 milhões, captados de organismos multilaterais em quatro operações de crédito: Empréstimo de Políticas de Desenvolvimento (DPL), Proacesso BID, Proacesso BB/JBIC e PCPR. Esses recursos financiam as ações estruturadoras do governo.

No tocante aos arranjos produtivos locais, as indústrias de fogos variam de micro, pequenas e médias empresas. A população nos oito municípios que compõem o APL, na região de Santo Antônio do Monte, é de aproximadamente 200 mil pessoas. Cerca de 13% foram beneficiadas diretamente pelas ações: inauguração do Centro Tecnológico em Pirotecnia, Curso de Formação em Equipe de Qualidade Ambiental, Núcleo de cadastro de inadimplência e risco de clientes, capacitação de empresários, curso e consultoria em custos e contabilidade gerencial, implantação da Central de Negócios, workshop de consolidação da Central de Negócios, palestra de sensibilização sobre saúde e segurança no trabalho, implantação do Centro Tecnológico em Pirotecnia em Santo Antônio do Monte, capacitação da Central de Negócios - curso para vendedores e curso de cadastro, crédito e cobrança, implantação do Centro de Memória das indústrias de fogos de artifícios de Santo Antônio do Monte e região, ações de cultura de cooperação, e implantação do Programa Empreende Cultura.

No setor calçadista, a fim de contribuir para o avanço do setor e incentivar os empresários mineiros, a SEDE elaborou o Calendário de Feiras, Eventos e Exposições 2006, com distribuição de 5 mil exemplares a diversas instituições, órgãos e público em geral. A secretaria também participou de

mais de 20 feiras, eventos e exposições, como o 1º Encontro Empresarial de Nova Serrana, 5ª Feira de Máquinas e Componentes para Calçados (Febrac), Grupos Temáticos referentes ao APL Calçadista de Nova Serrana, Rodada de Negócios e Projeto Comprador.

Com o foco no desenvolvimento do artesão mineiro, via geração de trabalho, renda e bem-estar social, foram visitadas mais de 20 comunidades de produção artesanal, atendeu cerca de 540 artesãos e participou de 11 eventos que geraram R\$ 338.330,00 em vendas diretas dos produtos comercializados pelo próprio artesão.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Jucemg)

A autarquia estadual conseguiu registrar um bom desempenho, que culminou com o primeiro lugar na categoria Destaque do Prêmio da Qualidade 2006, promovido pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio.

Resultado do Programa “Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins”, atingiu em 2006, 385.237 requerimentos protocolizados superando a meta anual de 335 mil.

Foram instalados 10 postos de atendimento da Jucemg em cidades do interior de Minas, pelo Projeto de Interiorização “JUNTAMINAS”, em parceria com as prefeituras municipais, para o exercício desconcentrado dos serviços de registro público de empresas.

*Descentralização
do atendimento
da Jucemg*

Foi digitalizado todo o acervo documental de atos de empresas registradas nesta Autarquia, que correspondem a cerca de 1,7 milhão de empresas, representando, aproximadamente, 19 milhões de páginas de documentos.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG)

O valor do patrimônio líquido do Banco cresceu 10%, com um lucro líquido acumulado de R\$ 37 milhões.

O saldo de aplicações em financiamentos para empresas alcançou R\$ 2,7 bilhões em novembro de 2006, crescendo aproximadamente 3% em relação ao saldo de aplicações de dezembro de 2005.

*Financiamentos
de 2,7 bilhões de
reais*

Como administrador dos ativos remanescentes dos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, o BDMG recuperou, até dezembro de 2006, R\$ 19,5 milhões, incorporando ao patrimônio do estado recursos públicos reavidos de clientes inadimplentes com aquelas instituições.

Entre janeiro e dezembro de 2006, foram realizadas 3.885 operações de crédito totalizando R\$ 752 milhões em financiamentos aprovados para 3.578 clientes em 427 municípios mineiros.

As aprovações de recursos provenientes do BNDES, de repasses de outras instituições, de fianças bancárias e de capital próprio, alcançaram R\$ 167 milhões, equivalentes a 22% do total aprovado. Já as operações referentes aos recursos oriundos de fundos estaduais, corresponderam à aprovação de R\$ 585 milhões.

As liberações de recursos atingiram, entre janeiro e dezembro de 2006, R\$ 432 milhões. No tocante à estratificação das liberações por origem de financiamentos, a liberação de recursos de repasses e próprios somaram R\$ 163 milhões, enquanto os recursos provenientes dos fundos estaduais atingiram R\$ 513 milhões.

Em termos regionais, as operações de financiamentos aprovadas apontam destaque para os investimentos realizados na região Central do Estado, Triângulo Mineiro e do Sul de Minas. A região Central recebeu 45% do total de aprovações de recursos do BDMG. Já investimentos localizados no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas, alcançaram respectivamente 23% e 15% das aprovações. As demais regiões receberam em conjunto 17% da aprovação do período.

Para o agronegócio, em 2006, o BDMG aprovou financiamentos de R\$ 200 milhões destacando-se, nestas operações, os projetos destinados ao setor sucroalcooleiro, laticínios, lavouras permanentes e temporárias, celulose e papel, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas e pecuária. O valor aprovado viabilizou operações para 300 clientes, e gerou 4.945 empregos.

*Financiamentos
de 126 milhões
de reais a
pequenos
empreendimentos*

Para o segmento de micro e pequenos empreendimentos, incluídos os pequenos produtores rurais, foram aprovados R\$ 126 milhões. Este valor significou 27% das aprovações, e 89% do número total de operações realizadas pelo BDMG em 2006.

Nas atividades industriais, incluindo a indústria extrativa e a de transformação, foram aprovados R\$ 249 milhões em financiamentos para os mais variados segmentos industriais presentes no estado.

Para o setor terciário e de saneamento urbano foram destinados R\$ 195 milhões em financiamentos em 2006. Os segmentos de comércio e serviços de maior representatividade neste montante foram a produção e distribuição de energia elétrica, o comércio varejista, o comércio atacadista e a construção civil, atividades de grande importância para o estado.

O projeto Jaíba se caracterizou pela disponibilização de quase R\$ 23 milhões para os produtores do Jaíba etapa II, que possibilitarão gerar cerca de 1.100 empregos diretos.

Responsável pela operação do Fundese/Empresa Mineira Competitiva, o BDMG aprovou, em 2006, R\$ 44 milhões em financiamentos para 120 micro, pequenas e médias empresas.

O Programa de Desenvolvimento de Empreendimentos da Estrada Real – Fundese Estrada Real – liberou, em 2006, financiamentos de R\$ 2 milhões para clientes de micro, pequeno e médio portes.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS (Codemig)

Visando à promoção do desenvolvimento econômico do estado, a Codemig implementou importantes programas e projetos com destaque para a inauguração do Expominas BH (que coincidiu com a 47ª Reunião Anual das Assembléias de Governadores do BID) e do Expominas Juiz de Fora.

*Conclusão do
Expominas de BH
e Juiz de Fora*

Na área de infra-estrutura, a Codemig participou com investimentos do término da 2ª fase do ProAcesso e nas obras do Complexo Linha Verde (por meio do convênio com o DER/MG, investiu recursos nas obras de duplicação e restauração da Rodovia MG-10, compreendendo 22,1 km de extensão).

Realizou convênio de cooperação técnica de R\$ 10,3 milhões, em parceria com a SEDE e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), para o levantamento aerogeofísico no sudoeste e norte/nordeste do estado. As informações correspondentes à área norte/nordeste já foram disponibilizadas pela Codemig.

Participou, ainda, em um consórcio criado para a exploração de gás natural na Bacia do São Francisco. Realizou seminário com especialistas em geologia de petróleo, na qual foram apresentados resultados do reconhecimento geológico, visando definir uma melhor estratégia para exploração do gás.

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS (Gasmig)

A Gasmig segue implantando as obras previstas no Plano Diretor, conforme prevê o Acordo de Associação assinado entre a Cemig e a Petrobras em 2004.

Até o final de 2006, a rede conta com 342,6 km de extensão, crescimento de 7% em relação ao ano anterior. Com isso, deverá abastecer 253 clientes, dos quais 88 industriais, 84 automotivos e 65 de uso geral. Além disso, oito clientes são atendidos por gás natural liquefeito (GNL), seis distribuidoras de gás natural comprimido (GNC) e duas usinas termelétricas.

*Rede canalizada
de gás com
342,6 km de
extensão*

A expansão da rede de distribuição na Região Metropolitana de Belo Horizonte permitiu o atendimento a 14 novos clientes em 2006. Eles agregaram cerca de 83 mil metros cúbicos diários de volume ao mercado, contribuindo para a otimização do uso das redes, num total investido de R\$ 5,4 milhões.

Investiram-se cerca de R\$ 219 mil na expansão da rede de distribuição de gás natural, Tronco Norte II, projeto que contemplou o atendimento a duas

empresas totalizando um acréscimo do volume de gás a ser distribuído da ordem de seis mil metros cúbicos por dia.

Iniciado em 2006, o fornecimento de gás natural aos clientes na primeira etapa do projeto Vale do Aço aplicou R\$ 23,6 milhões. Os clientes Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Gerdau-Açominas e Sociedade Brasileira de Eletrólise (SBEL), além de três postos de combustível, agregaram 218 mil metros cúbicos diários ao volume de gás distribuído.

O Sul de Minas já conta com o fornecimento de gás natural graças ao transporte de gás natural liquefeito (GNL). A Gasmig concluiu as obras da rede de distribuição de gás natural no município de Andradas, atendendo, nessa primeira fase, também o município de Poços de Caldas. A antecipação do fornecimento de gás natural via GNL contempla oito clientes, que agregam 38 mil metros cúbicos por dia de gás natural distribuído, com investimentos de cerca de R\$ 5,6 milhões em 2006.

Concluiu-se a ligação do Gás Natural Veicular para mais nove postos, e tais clientes representam mais 54 mil metros cúbicos por dia de gás natural contratado.

Realizaram-se, ainda, obras para suprimento de bases de compressão de gás visando a viabilizar a distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC). Mais duas novas bases atendidas representaram incrementos de gás natural distribuído da ordem de 45 mil metros cúbicos por dia.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS (Indi)

Nos últimos anos, o Indi passou por um processo de recuperação de sua capacidade operacional para melhor desenvolver sua missão de assistir as empresas já instaladas no estado, bem como atrair outras. Esse trabalho vem contribuindo para a concretização de investimentos produtivos para Minas Gerais.

Em 2006, foram assinados 46 protocolos de intenções, com investimentos previstos de quase R\$ 150 milhões e geração de 4.315 empregos diretos, desenvolveu e implantou vários programas que envolveram diversas cadeias produtivas mineiras. Entre os principais programas executados, destacam-se aqueles voltados ao incremento dos setores primário e secundário da economia mineira.

No programa para adensar a cadeia eletroeletrônica do Sul de Minas e RMBH foram assinados 26 protocolos de intenções, com investimentos de quase R\$ 90 milhões e geração de mais de 1.700 empregos diretos. Os investimentos beneficiarão várias cidades do Sul de Minas e da RMBH. O Núcleo de Informações Estratégicas (NIE) para os APL's de eletroeletrônicos do Sul de Minas e móveis da região de Ubá foi implantado no Indi e tem a função de elaborar pesquisa de investimentos anunciados para Minas Gerais. Especificamente na RMBH, está sendo implantado o Pólo de Microeletrônica e o Centro de Inovação de Nano e Microtecnologias da CSEM (Centre Suisse

*46 protocolos de
intenções com R\$
150 milhões de
investimentos e
4.315 empregos
diretos*

d'Électronique et de Microtechnique). Em 2006, o Indi publicou o estudo "Dimensionamento da Demanda por Semicondutores no Brasil".

O programa para o desenvolvimento do pólo acrílico, em parceria com a Petrobras, visa atrair unidades industriais consumidoras de acrilatos, com objetivo final de criação de um pólo petroquímico em Minas Gerais. As cidades mais beneficiadas diretamente serão Betim e Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além dos acrilatos, o Indi vem trabalhando para desenvolver a cadeia de outros polímeros e a de processamento de plásticos. Itamonte, no Sul de Minas, por exemplo, recebeu investimentos que gerarão mais de 500 empregos diretos.

O programa de Capacitação e Desenvolvimento de Fornecedores, em parceria com o Sebrae, promove a melhoria da cadeia produtiva, tendo como objetivo aprimorar processos de produção e apoiar pequenas e microempresas mineiras para que cresçam e se qualifiquem como fornecedores.

O programa de Fracionamento de Cadeias Produtivas de Empresas Âncoras busca desenvolver fornecedores mineiros para as cadeias produtivas de importantes empresas instaladas no estado, como a Iveco, Fiat, CNH, Cemig, Bauducco, Yoki, Nestlé, Sadia, Unilever e Danone. Dentre as cadeias agroindustriais, destaca-se a sucroalcooleira, que brevemente fará de Minas Gerais o segundo estado brasileiro na produção de açúcar e álcool. A maioria dos empreendimentos está localizada nas regiões Alto Paranaíba e Triângulo.

Além dos projetos para a produção de açúcar e álcool, o Instituto, com o objetivo de expandir o mercado agropecuário mineiro, participou do Salão Internacional da Alimentação (SIAL), uma das principais feiras do agronegócio mundial. O Indi apresentou as oportunidades que foram levantadas nos estudos: "Análise do Setor de Carnes em Minas Gerais e Recomendações para a sua Promoção Institucional", "Panorama da cadeia do café no Brasil com ênfase nos cafés especiais" e "Análise da fruticultura para o Brasil e Minas Gerais: recomendações para atração de investimentos no setor".

O Indi faz parte do Comitê Executivo da Política Estadual de Biodiesel e é a instituição responsável pelo atendimento aos investidores no setor. Encontram-se em implantação no estado quatro projetos destinados à produção desse energético, com investimentos de R\$ 160 milhões na parte industrial. Além disso, o Indi participou da proposta de criação do Pólo Tecnológico do Leite a ser instalado em Juiz de Fora.

Outros programas em curso: Programa de Desenvolvimento e Suporte ao Setor de Biotecnologia, Programa de Desenvolvimento da Cadeia de Petróleo e Gás e o Programa para o Desenvolvimento das Cadeias de Fitoterápicos e Cosméticos, Projeto de Reestruturação Socioeconômica da Área de Influência da Usina JK (Irapé) e o Programa para o Desenvolvimento dos Municípios dos Circuitos das Águas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (Cemig)

No contexto do programa Geração de Energia, o Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Aimorés, em 2006, passou a operar com sua capacidade total de 330 MW.

*3 novas usinas
hidrelétricas em
operação*

Em fevereiro e julho de 2006, foram iniciadas, respectivamente, a operação comercial dos AHEs Capim Branco I e Irapé. Atualmente, essas usinas estão com todas as suas unidades geradoras em operação. A Cemig, também em parceria com outras empresas, está participando da implantação do AHE Capim Branco II, iniciada em março de 2004.

*37 PCHs com
capacidade de
565 MW*

Cadastrados no Programa Minas PCH 37 PCHs, com potência instalada total de 565 MW, 24 estão com Acordo de Confidencialidade assinado, cinco estão com Memorando de Entendimentos assinado e propostas de obras civis e equipamentos eletromecânicos em análise, e duas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Cemig para início das obras: PCH Cachoeirão e PCH Pipoca.

No programa Transmissão de Energia estão em execução obras de reforço no sistema de transmissão, com instalação de reatores na SE São Gotardo 2, instalação de disjuntores para manobra de reatores nas SEs Jaguará, Emborcação e Ouro Preto 2 e disjuntor de interligação de barras na SE Pimenta, além de manobra de autotrafos na SE Jaguará.

Conexão, em 230 kV, da unidade industrial da Mina de Brucutu, da CVRD, localizada no município de São Gonçalo do Rio Abaixo, que inclui a implantação da SE Barão de Cocais 3, necessária para viabilizar o acesso da CVRD à Rede Básica.

Em julho de 2006, foi concluída a construção da SE Mariana 2, com o objetivo de atender ao crescimento de carga e aumentar a confiabilidade e operacionalidade do sistema elétrico da cidade de Mariana.

Outros empreendimentos em implantação são: Sistema SE Monte Sião – 138 kV, constituído de uma SE com capacidade de 15 MVA, uma LT 138 kV com 31 km de extensão e ampliação da SE Ouro Fino, no sul de Minas. Com previsão de conclusão em março de 2007, essas obras têm o objetivo de reforçar o sistema na região de Monte Sião, garantindo o atendimento ao crescimento do mercado regional, caracterizado pela indústria de malhas, concluído o Plano de Reforço para a região de Araxá, com a construção da segunda LT Jaguará-Araxá, 138 kV e a ampliação da SE Araxá.

Dentro do Programa de Adequação Ambiental, foram implantadas caixas separadoras de água e óleo em 62 SEs da subtransmissão, visando à proteção e ao controle da poluição causada pelo eventual vazamento do óleo isolante presente em transformadores e reguladores.

*Aumento da
oferta de energia
no noroeste
mineiro*

Encontra-se em fase final de implantação o Projeto de Atendimento ao Noroeste Mineiro, que engloba a integração do AHE Queimado ao sistema elétrico, aumento da oferta de energia de 150 MW para 300 MW, e melhorias

no sistema existente, com três novas SEs, ampliação de SEs existentes, construção de 162 km de LTs e de 1.367 km de redes rurais em média tensão.

No programa 100% de Eletrificação Rural – Luz para Todos, trabalha-se com a eletrificação do mercado potencial de domicílios/estabelecimentos na área rural para até o final de 2008. Os clientes com projetos em andamento são 734, clientes com projetos elaborados aguardando início de obra, 24.959; clientes com obras em execução, 45.080; e clientes ligados, 134.563.

Considerando os diversos estágios da eletrificação, verifica-se que o programa está atualmente com obras em 563 municípios da área de concessão da Cemig. Por meio do programa foram ligadas 1.338 escolas, resultando no cumprimento de 100% da meta. Dos 168 assentamentos localizados na área de concessão da Cemig, foram atendidos, até novembro de 2006 99 assentamentos, com a ligação de 5.497 famílias, beneficiando 27.485 pessoas.

*134.563 ligações
de clientes rurais
em 563
municípios*

No programa Eletrificação Urbana – Clarear atendeu, até novembro de 2006, 319 mil unidades consumidoras. O número de postes com projetos elaborados ou em obras é 13.045 e o de postes com obras executadas é 36.172.

No Programa Campos de Luz a segunda etapa, iniciada a partir de janeiro de 2006, por meio de Convênio assinado entre a Cemig e a Sedese, previu o atendimento a 300 campos, meta atingida em novembro de 2006.

No contexto do Plano de Universalização de Energia Elétrica da Cemig, fez-se a opção de promover a universalização do atendimento até o final de 2006 em todos os 774 municípios da sua área de concessão, incrementando ainda mais a perspectiva estabelecida com o lançamento, em novembro de 2003, do Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos.

O Plano de Universalização para o biênio 2005-2006, contemplando os 373 municípios restantes, foi revisado. A universalização do atendimento da área urbana foi atingida em 2006 encerrando-se, assim, o Programa Clarear, enquanto que a universalização da área rural deverá ser atingida só no final de 2008. O Programa Luz para Todos da Cemig deverá ser revisto para encampar os solicitantes extrameta original que foram identificados ao longo do projeto.

No Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, a Cemig vem substituindo pontos de iluminação pública vapor de mercúrio por vapor de sódio em seu sistema com recursos de dois programas: Reluz, que financia as obras para a Cemig, que, por sua vez, parcela em prazos de até 36 meses para as prefeituras interessadas, e o Programa de Eficiência Energética da ANEEL, por meio do qual a empresa realiza a substituição sem custos para os municípios.

Também vem sendo oferecida às prefeituras a possibilidade de complementar a negociação com obras especiais de iluminação pública em trevos, rodovias e expansão de pontos de iluminação com recursos provenientes da Eletrobrás e com prazo de pagamento de até 36 meses.

*Melhoria na
qualidade e
eficiência da
iluminação
pública*

Os projetos de efficientização em Iluminação Pública consistem da substituição de luminárias, reatores, relés e lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W, 125W, 250W e 400W por equipamentos a vapor de sódio de 70W, 100W, 150W e 250W e troca de braços.

A Cemig tem trabalhado com o apoio da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) na escolha dos locais mais adequados para instalação da nova iluminação, levando-se em conta o índice de criminalidade no município.

Em linhas gerais a Cemig apresenta a seguinte situação no final de 2006: número de consumidores: 6.227.607; empregados: 10.662; consumidores por empregado: 584; localidades atendidas: 5.415; municípios atendidos: 774; área de concessão (km²): 567.265; geração (GWh): 34.281; consumo residencial médio (kWh/ano): 1.308; usinas em operação: 56; e capacidade instalada (MW): 6.523.

TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS (SETOP)

O Sistema Transportes e Obras Públicas, composto pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), Departamento Estadual de Obras Públicas (DEOP), Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. (METROMINAS), foi um dos principais focos de investimentos do Governo do Estado de Minas Gerais em 2006. Esse enorme esforço de inversões no setor foi realizado por meio da participação em 12 dos 35 projetos estruturadores alavancados pelo governo mineiro em 2006, cinco deles sob responsabilidade direta dos órgãos do Sistema de Transportes e Obras Públicas. O resultado final é a busca de oferta adequada de infra-estrutura, condição essencial para o crescimento sustentado da produção estadual, geração de empregos, mobilidade qualificada dos cidadãos e seu acesso às oportunidades sociais e econômicas.

Em 2006, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) coordenou e executou diversas intervenções no setor de infra-estrutura, por meio de projetos estruturadores ou de outros programas prioritários. Suas ações de coordenação com as demais entidades do sistema de transportes e obras públicas resultaram em novas escolas, hospitais, estradas vicinais, enfim, em atendimento aos cidadãos mineiros em diversas dimensões. Ademais, houve execução direta de políticas públicas, sobretudo de auxílio aos municípios mineiros, em conformidade com os objetivos prioritários do atual governo, explicitados no PPAG.

O Programa Edificações Públicas objetiva a construção, ampliação e reforma das edificações públicas para viabilizar a continuidade de projetos e atividades de forma a atender a população mineira com mais eficiência e eficácia. Inseridas nesse programa, diversas obras foram executadas ou estão em andamento, com conclusão prevista para o término do último quadrimestre, das quais destacam-se a construção do Centro de Convenções de Juiz de Fora, do Batalhão da Polícia Militar de São João del-Rei, do terceiro Pelotão da Cia. PM Rodoviária de Vespasiano, do Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves, do 18º. Batalhão da Polícia Militar de Contagem, dos postos policiais de Ibirité e de Uberaba, e a reforma e ampliação de diversas unidades fazendárias.

O Programa Auxílio aos Municípios em Ações Emergenciais e Obras de Infra-estrutura é um dos programas de maior vulto desta Secretaria e tem por objetivo auxiliar os municípios, tanto financeiramente quanto em execução de obras diversas. O programa ganha maior importância frente à necessidade de realização das obras emergenciais, em virtude das calamidades decorrentes de intempéries, como seca e chuvas. Estão alocadas, neste programa, as ações Apoio Financeiro aos Municípios em Situação de Calamidade e em Obras de Infra-estrutura, Execução de Obras Emergenciais e Infra-estruturais em Apoio aos Municípios e Investimentos Especiais de Apoio aos Municípios.

*Apoio aos
municípios
em obras*

A primeira delas fomenta a parceria Estado-Município para obras infra-estruturais, além de prever a liberação de recursos para recuperação de trechos nas estradas, como pavimentação, máquinas para remoção de

entulhos, reconstrução de pontes, operação tapa-buracos e recuperação de pontos críticos em estradas vicinais ou vias públicas. Com a realização de 1.954 convênios com as Prefeituras Municipais de todas as regiões de Minas Gerais, foi possível atender a 85% dos municípios mineiros. A grande maioria do objeto destes convênios refere-se à melhoria de vias públicas, sendo seguido por obras de infra-estrutura esportiva.

Na ação Execução de Obras Emergenciais e Infra-estruturais em Apoio aos Municípios foram executadas pela Secretaria, por meio do Deop ou do DER, obras de infra-estrutura aos municípios, como recuperação de trechos nas estradas por meio de pavimentação, de reconstrução de pontes e de recuperação de pontos críticos em estradas vicinais ou vias públicas.

*Construção de
198
mineirinhos*

Dentro da ação Investimentos Especiais de Apoio aos Municípios, que tem por finalidade apoiar municípios em obras estratégicas para o seu desenvolvimento, foram executadas diversas obras estratégicas, sendo 198 construções de centros esportivos (Mineirinhos), além de 56 obras diversas (Minas Avança), distribuídas por todas as 10 regiões de planejamento, sendo a maioria de infra-estrutura urbana. Estão previstas a conclusão de 25 obras ainda neste exercício e o restante para 2007.

*Aumento da
acessibilidade
aeroviária do
estado*

O Programa Infra-estrutura em Modais de Transporte no Estado de Minas Gerais visa à adequação, ampliação e melhoria na malha aeroviária, objetivando dar acesso aeroviário a todas as regiões de Minas Gerais, permitindo que mais de 95% dos municípios mineiros estejam a uma distância menor que 100 quilômetros de um aeroporto pavimentado e balizado, operando 24 horas por dia, graças a uma rede de aeroportos em condições operacionais satisfatórias e seguras, inclusive com operação noturna para atender às necessidades e demandas da população e apoio ao desenvolvimento econômico do estado.

Este programa possibilita atender às necessidades e às demandas da população, tanto no que se refere ao atendimento à área da saúde, em especial no incremento do MG Transplante, área da segurança e apoio ao desenvolvimento econômico do Estado, tendo como principais interessados municípios, comando da Aeronáutica, companhias de transporte aéreo regional, de cargas, valores e ambulância aérea, órgãos fomentadores de turismo, PMMG, CBMMG, IEF, Cemig, conglomerados econômicos instalados em regiões distantes dos grandes centros, hospitais da rede pública e particular, bancos, indústrias e agroindústrias, etc.

Estão em andamento as obras dos aeroportos Regional da Zona da Mata, São João del-Rei, Diamantina e Manhuaçu com previsão de conclusão até o final do ano, sendo executadas em parceria com o governo federal por meio do Programa Auxílio a Aeroportos (PROFAA) objeto de convênio com o comando da Aeronáutica / Agência de Aviação Civil (ANAC).

*Melhoria
dos acessos
viários*

As ações do Programa Melhoria da Infra-estrutura dos Acessos Viários permitem facilitar o deslocamento de veículos e pessoas e o escoamento da produção, interligando localidades variadas e dinamizando a economia. A

Setop, além de fornecer obras de arte especiais, como pontes e viadutos, bueiros metálicos e mata-burros aos municípios, executa, por meio do Deop e do DER, obras que colaboram com o objetivo deste programa, como: vias coletoras do aeroporto de São João del-rei; pavimentação do acesso ao povoado de Corumbá no município de Cláudio, com 2,6 quilômetros; acesso a Durandé-MG108; pavimentação entre Divisa Nova e Botelhos (35 Km) e pavimentação do trecho Olhos D'Águas-Bocaiúva (16,4 km). Neste exercício foi possível atender 92,73% dos municípios mineiros, distribuídos em todas as 10 regiões de planejamento do estado, com as ações desse programa.

O programa Estradas Turísticas e Ecológicas tem a finalidade de melhorar o potencial turístico do estado e fomentar o desenvolvimento regional por meio da construção ou recuperação de trechos, interligando diversos municípios mineiros dotados de potencial turístico. Este ano, graças à parceria Ministério do Turismo/SETUR/SETOP, estão em execução as obras de pavimentação da estrada Janaúba-Balneário Bico da Pedra, do trecho Campos do Jordão-Itajubá e do trecho Camanducaia-Monte Verde.

O programa Gestão de Projetos tem por objetivo auxiliar na programação, coordenação e controle da execução e da implementação de políticas públicas nos setores de transportes e obras públicas por meio de estudos, projetos e consultorias que permitam demonstrar a viabilidade de projetos apresentados e o acompanhamento daqueles aprovados. Neste exercício estamos elaborando diversos estudos e projetos: Plano Aeroviário do Estado de Minas Gerais (PAEMG); reestruturação dos programas aeroviários: PROCONSERVA, PROMAER e PROFAA; Avaliação Ambiental Estratégica (AAE); avaliação técnico-econômica para estudar a viabilidade do aeroporto de Diamantina; estudo destinado ao desenvolvimento de atividades para implementação do programa Trens de Minas em parceria com o IEPHA, FJP e Indi; assessoramento de análise de projetos, com desenvolvimento de sistema destinado a execução orçamentária e planejamento de obras; estudo para elaboração de projeto básico do aeroporto de Frutal; estudo destinado à estruturação do programa de infra-estrutura viária de apoio ao setor secundário (PRÓVIAS); estudo de viabilidade do novo sítio aeroportuário de Prata (MG).

Alinhados ao propósito de retomar o processo de planejamento estratégico do setor de transportes, pautado em bases técnico-científicas que fomentem a competitividade da economia e o desenvolvimento humano do estado, em 2006 deu-se início à elaboração do Plano Estadual de Logística de Transportes de Minas Gerais (PELT-MG), desenvolvido em parceria SETOP - SEPLAG. Essa iniciativa possibilitará visualizar projetos que possam promover maior integração intermodal e intra-regional, segurança viária, acessibilidade aos municípios e inclusão social, servindo de indicativo para os próximos Planos Plurianuais de Ação Governamental de Minas Gerais (PPAG). O escopo do PELT-MG passa por um diagnóstico da oferta e da demanda de transportes em Minas Gerais, tendo como agentes participantes os municípios, o setor privado e a sociedade civil organizada.

*Elaboração do
Plano Estadual
de Logística de
Transportes de
Minas Gerais*

Tomando por base o amplo e inovador processo de recuperação institucional do estado, que devolveu ao Poder Executivo estadual condições de governança eficiente em todos os setores da administração pública e, diante da importância da construção de uma memória institucional perene, a Setop decidiu consolidar e sistematizar as informações e o conhecimento produzidos na gestão dos projetos já implementados, iniciando-se pelos projetos Linha Verde e Parceria Público-Privada da MG-050, objetivando resguardar o patrimônio informacional adquirido a partir dos excelentes resultados alcançados. O produto desse trabalho dará origem a um inédito banco de dados e subsidiará a elaboração de um manual administrativo explicitando os principais processos envolvidos, contribuindo para memória institucional bem como para o aprimoramento, dinamismo e efetividade de ações da Setop.

DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Deop)

*Aumento dos
investimentos
realizados*

A partir de 2003, o Deop-MG passou por uma reestruturação cujos objetivos eram a modernização, qualidade, agilidade e rapidez no atendimento a diversos clientes. Os investimentos cresceram 680%, passando de R\$ 88 milhões para R\$ 600 milhões até dezembro de 2006. Em obras executadas, houve crescimento de 1.200%, passando de 54 para 656 obras até dezembro de 2006. Na folha de pagamento, o aumento médio foi de 25% dos funcionários da Casa.

Em 2006, o Departamento geriu investimentos da ordem de R\$ 384 milhões e executou mais de 380 ações em todas as regiões do estado. Dentre as diversas ações, o Deop-MG concluiu as obras do Expominas de Belo Horizonte e de Juiz de Fora, que já estão alavancando o turismo empresarial, o lazer e a cultura na Capital e na Zona da Mata.

Em parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), o DEOP-MG concluiu diversas ações. Dentro do projeto estruturador Ampliação de Vagas e Modernização da Gestão do Sistema Prisional, o órgão realizou as obras das colônias penais de Vespasiano e Uberlândia; três penitenciárias, em Contagem, Santa Luzia e Uberaba; o presídio de Ribeirão das Neves; a instalação da Região Integrada de Segurança Pública (RISP), em Belo Horizonte; e a reforma da cadeia pública em Governador Valadares.

*Diversas obras
executadas*

Além destas obras, o Deop-MG executou o presídio de São Joaquim de Bicas; em Belo Horizonte, concluiu a reforma e adaptação do Centro de Educação Marista Champagnat (Cemmac); a construção do prédio do Centro Administrativo do Comando de Operações Penitenciárias Especiais (Cope); a construção da Casa de Custódia do Policial; a instalação da Área Integrada de Segurança Pública (Aisp 3); e a reforma do prédio do Centro de Internação Provisória (Ceip III). O Deop-MG também executou edificações para abrigar delegacias e cadeias públicas em Canápolis (Triângulo Mineiro), Curvelo, Montes Claros, Pirapora e São Lourenço. Foram concluídos também os prédios

do Centro de Internação do Adolescente (CIA), em Sete Lagoas e Montes Claros, e quatro postos médicos legais, no Triângulo, Sul e Alto Paranaíba.

O Deop-MG concluiu 32 ações das obras estratégicas do Governo de Minas, entre elas pavimentações de ruas e avenidas, que proporcionam melhor infra-estrutura urbana e qualidade de vida aos diversos municípios contemplados, e quadras poliesportivas para equipar adequadamente as escolas estaduais.

Com a Secretaria de Estado de Educação, o Deop-MG construiu e reformou edificações escolares e quadras poliesportivas em mais de 80 cidades. Em parceria com a UEMG, reformou a sala de orquestra da Escola de Música da instituição, adaptou a Escola Guignard para o Programa de Acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, e realizou reformas na reitoria.

Em parcerias na área da saúde, o Deop-MG executou a reforma e a ampliação do Centro Geral de Pediatria do Hospital Cícero Ferreira (CGP), em Belo Horizonte; prestou os serviços de consultoria e apoio técnico às obras do Hospital João XXIII, que estão em pleno andamento com diversas etapas já concluídas; construiu o Posto de Saúde Risoleta Tolentino Neves, em Carmo do Rio Claro; e concluiu projetos e reformas em edificações das Diretorias de Ações Descentralizadoras de Saúde (DADS), em Itabira, Juíza de Fora, Ponte Nova e Teófilo Otoni.

Em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese), o Deop-MG, dentro do projeto estruturador Programa Primeiro Emprego, reformou e ampliou o Centro Público de Promoção do Trabalho (CPPT), em Belo Horizonte, e o ginásio poliesportivo de Bom Sucesso, como parte do programa de obras estratégicas.

Com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Deop-MG realizou 16 obras em diversos parques estaduais e mais 20 estão para ser iniciadas.

Os progressos e o desempenho do Deop-MG demonstram que a firme determinação de se construir um estado mais eficiente se concretiza plenamente no atual modelo de gestão deste departamento. Em novembro, o órgão lançou o compêndio que resume a ciência utilizada para o cálculo dos preços a serem praticados nas obras públicas estaduais que são de sua execução exclusiva. O trabalho é composto por Planilha de Preços Unitários, Caderno de Encargos e Composições de Preços Unitários - Padrão Deop-MG.

*Lançamento do
compêndio para
cálculo de preços*

A partir da introdução deste material, o DEOP-MG passa a trabalhar preços universais, sem vinculação com obra isolada, emprestando impessoalidade às tratativas e incrementando o cientificismo na engenharia de orçamento do órgão. As revisões serão periódicas, com um sistema próprio de atualizações que detectem a variação econômica do mercado, e com um sistema de ajustes e ampliações que leve em conta a evolução da engenharia civil. O compêndio será de domínio público e aberto a críticas que certamente contribuirão para o seu aperfeiçoamento ao longo dos anos. Será também uma

ferramenta que permitirá tomada de decisões mais ágeis, pois os orçamentos preliminares serão suficientemente confiáveis para alicerçar decisões gerenciais.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS (DER-MG)

Cumprindo sua missão institucional de assegurar soluções adequadas de transporte rodoviário de pessoas, bens e serviços no âmbito do Estado de Minas Gerais, o DER-MG é responsável pela construção, manutenção, operação e segurança dos transportes da rede rodoviária do estado e pela gestão dos transportes coletivos intermunicipais de Minas e metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

De maneira conjunta, os projetos estruturadores a cargo do DER-MG estão contribuindo para o alcance dos resultados programados.

Programa de recuperação de rodovias

O estruturador ProMG (Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais) propõe recuperar e manter em condições adequadas a rede rodoviária pavimentada sob jurisdição do DER-MG, hoje com 15.775 quilômetros. O objetivo principal do ProMG é o restabelecimento das condições de segurança e conforto para o usuário, e, até dezembro de 2006, a expectativa é de recuperar 10.247 quilômetros, sendo 2.747 quilômetros executados no presente exercício. O atendimento desta meta tem sido perseguido graças à recuperação da sinalização horizontal e vertical, roçada, limpeza e caiação de dispositivos de drenagem superficial; recapeamento com lama asfáltica de pontos críticos ou de toda a extensão do trecho; reperfilamento de segmentos pontuais em trechos que, na avaliação, estão quase em sua totalidade em bom estado; e tapa-buraco e remendo profundo em pontos localizados. O programa se divide em três subprogramas:

ProMG Funcional: Programa de Recuperação Funcional de Rodovias, que visa normalizar, para um período médio de dois anos, os trechos por meio de intervenções funcionais em segmentos críticos. É objetivo do ProMG recuperar as rodovias, na maior extensão possível, atacando defeitos pontuais, buscando especialmente qualidade, segurança e economicidade, com atividades de baixo custo. Até dezembro de 2006 deverão ter sido recuperados 8.898 quilômetros, sendo 1.398 quilômetros no presente exercício.

ProMG Pleno: Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais que por meio de um novo conceito de gestão de contratos, busca atingir e manter padrões de desempenho definidos, que assegurem condições satisfatórias de segurança e trafegabilidade para um período de quatro anos. No presente exercício pretende-se recuperar 1.131 quilômetros.

ProMG Estrada Real: Programa de Recuperação Funcional de rodovias da área de influência do projeto estruturador Estrada Real, que visa qualificar a infra-estrutura rodoviária para dar suporte ao desenvolvimento do turismo. Por

ter se iniciado em setembro de 2006, até o final do exercício devem ser recuperados funcionalmente 219 quilômetros.

O projeto estruturador Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (PROACESSO) objetiva a pavimentação dos acessos a 224 municípios. O governo do estado autorizou o início da pavimentação de acessos a 102 municípios, totalizando 1.952 quilômetros de rodovias, cujas obras beneficiarão diretamente cerca de 707 mil mineiros. Do início do programa até outubro de 2006 já foram pavimentados 1.183 quilômetros de rodovias, e 53 municípios já contam com acesso totalmente pavimentado. Encontram-se em andamento as obras de pavimentação dos acessos a 32 municípios. Existem ainda 10 obras em licitação e outras sete com licitação em preparação. Além disso, o DER-MG está elaborando os projetos de engenharia rodoviária dos demais acessos incluídos no programa.

*Aumento do
número de
novos acessos
rodoviários
pavimentados*

O projeto estruturador Corredores Radiais de Integração e Desenvolvimento tem como objetivo reduzir os custos de transportes e aumentar a segurança do tráfego nos corredores rodoviários convergentes para a RMBH. O DER-MG está contratando a concessão da Rodovia MG-050, na modalidade de PPP, visando oferecer aos seus usuários uma rodovia mais segura e confortável com uma tarifa reduzida, tendo em vista a complementação de seus custos pelo Estado de Minas Gerais. Além disso, está sendo adotada uma parceria com a PMMG, o CBMMG e a Secretaria de Saúde, o primeiro projeto-piloto integrado de atendimento de urgência e emergência no estado. Importante é ressaltar que todos os serviços a serem prestados pelo poder público ou privado, na MG-050, serão monitorados por indicadores de desempenho.

O projeto estruturador Infra-estrutura de Transportes do Triângulo e Alto Paranaíba visa a reduzir os custos de transporte e a aumentar a competitividade da indústria nas regiões centro-oeste e sudeste, incrementando a infra-estrutura portuária, aquaviária e implantando e recuperando a malha viária.

Até dezembro de 2006 foram elaborados projetos de engenharia para pavimentação dos trechos Fósforo-Entroncamento MG-427, extensão de 32 quilômetros, Fósforo-Entroncamento Água Comprida / Entroncamento MG-427, extensão de 20,8 quilômetros, Ubatã-Entroncamento MG-427, com extensão de 5,7 quilômetros e Carneirinhos-Limeira do Oeste (Usina Coruripe), com extensão de 23 quilômetros, e projetos de restauração do trecho Água Comprida-Entroncamento da MG-427, com extensão de 15,4 quilômetros, totalizando 96,6 quilômetros.

Também foram pavimentados os trechos Limeira do Oeste-Usina Coruripe, com extensão de 14,2 quilômetros; entroncamento LMG-810 - entroncamento BR-262, com extensão de 10 quilômetros; Pirajuba - entroncamento BR-262, com extensão de 5 quilômetros; Delta - Jubá - Ponte Alta, com extensão de 25 quilômetros, em parcerias com as usinas de açúcar e álcool; Honorópolis - Campina Verde, com extensão 35 quilômetros de uma extensão total de 50,8 quilômetros.

Além disso, foram executados serviços de recuperação do pavimento e balizamento noturno do Aeroporto de Ituiutaba e a pavimentação e o balizamento noturno do Aeroporto de Iturama.

O projeto estruturador Reestruturação da Plataforma Logística e de Transportes da RMBH, renomeado Infra-Estrutura de Transportes da RMBH, visa a melhorar as condições de transportes e a racionalizar a movimentação de bens no interior do tecido urbano da RMBH e nas interfaces com os corredores radiais de tráfego.

*Linha Verde
com
andamento
acelerado*

Em 2006, as obras da Linha Verde tiveram andamento acelerado, já que a cobertura do Arrudas deverá ser concluída até final de janeiro de 2007. As obras da Av. Cristiano Machado e a duplicação da rodovia MG-010 serão concluídas em julho e abril de 2007, respectivamente.

Estão também em andamento as obras de duplicação em 5,3 quilômetros da rodovia MG-020 no trecho BH (Bairro Tupi) - Santa Luzia, com previsão de conclusão em junho de 2007.

Dentro deste projeto estruturador está também em andamento o projeto de implantação e pavimentação em pista dupla do trecho contorno do Aeroporto Industrial Tancredo Neves, Entroncamento MG-424-Confins-Entroncamento MG-010, com 18 quilômetros de extensão. Este trecho permitirá o acesso ao futuro pólo de microeletrônica que será implantado pelo governo próximo à rodovia MG-010.

*Circuitos
turísticos
sinalizados na
Estrada Real*

No projeto estruturador Estrada Real foram elaborados os projetos de engenharia e implantada a sinalização em 12 circuitos turísticos: Campos das Vertentes; Trilhas do Rio Doce; Serra do Cabral de Minas e Cachoeiras; Grutas; Grutas e Mar de Minas; Caminhos do Serrado; Serras e Cachoeiras; Montanhas Cafeeiras de Minas; Montanhas Mágicas da Mantiqueira; Malhas do Sul de Minas; Recanto dos Barões; Caminhos do Sul de Minas; Terras Altas da Mantiqueira; Nascentes dos Gerais; Vale Verde e Quedas D'água; Serra do Ibitipoca; dos Lagos; e Pico da Bandeira. E a complementação da sinalização turística em dois circuitos, Guimarães Rosa e Monte Verde (Camanducaia), compreendendo intervenção em 200 municípios.

Na concretização do Programa de Manutenção da Rede Rodoviária, o DER-MG, objetivando garantir trafegabilidade em sua malha rodoviária não pavimentada, que totaliza aproximadamente 10 mil quilômetros, executou patrolamento, encascalhamento de pontos críticos, revitalização dos sistemas de drenagem e limpeza de obras-de-arte correntes em 2.200 quilômetros de segmentos de rodovias. Nas rodovias pavimentadas, com cerca de 15.700 quilômetros, além da execução do ProMG, preocupou-se em garantir a melhoria das condições físicas e técnicas de toda a malha, com trabalhos de tapa-buraco, limpeza em geral e sinalização.

O Programa de Pavimentação de Rodovias objetiva dotar o Estado de Minas Gerais de infra-estrutura rodoviária adequada necessária ao

desenvolvimento econômico por meio da pavimentação das rodovias alimentadoras da rede principal e das rodovias coletoras, estratégia para o sistema de transportes de bens e pessoas com qualidade.

Neste programa, estão em andamento os trechos Itabira–Nova Era na BR/120, Brasília de Minas–Rio Pacuí em rodovia de ligação, duplicação da MG/260 no trecho Cláudio–Divinópolis (acesso ao Distrito Industrial de Cláudio), ponte sobre o Córrego Espírito Santo (trecho MG/448 – Mercês), Av. Deusdedit Salgado em Juiz de Fora, Governador Valadares (Vila Isa–Pico Ibituruna), Itabira–João Monlevade, Januária (Contorno), Pouso Alegre–Borda da Mata (Av. Perimetral), Botelhos–São Gonçalo de Botelhos (L-1) e São Gonçalo de Botelhos–Divisa Nova (L-2).

Foram concluídas as seguintes obras: ponte sobre o Córrego Lava Pés (trecho Pequi–Maravilhas), ponte sobre o Rio Borba Grande (trecho Santa Maria do Itabira–Guanhães), contorno de Coronel Fabriciano na BR/381, Av. Jove Soares em Itaúna, Serra dos Aimorés–Divisa MG/BA e Acesso ao Povoado Corumbá.

No Programa de Operação de Via é função do DER-MG fiscalizar os veículos de carga nas rodovias sob sua responsabilidade por meio de postos de pesagem, com operação de 13 balanças em diversas regiões e rodovias do estado.

*Fiscalização de
veículos de
carga nas
rodovias*

Na ação de Campanha Educativa de Trânsito, que tem por objetivo conscientizar o usuário sobre a importância da educação como fator essencial à segurança de todos, foram desenvolvidas 11 campanhas educativas com as seguintes ações: 60 blitzes, alcançando 39.018 pessoas; 96 palestras educativas alcançando 8.274 pessoas; três cursos para 145 pessoas e 62 outras ações beneficiando 6.036 pessoas.

Na gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros, são atendidos 807 municípios, por meio de 955 linhas com a utilização de uma frota de 4.914 veículos de passageiros e 229 empresas delegatárias que transportaram 6.872.500 passageiros/mês.

No Programa de Duplicação da Rodovia Fernão Dias – BR/381, o trecho Belo Horizonte – Divisa MG/SP encontra-se operando em pista dupla ao longo de toda a sua extensão. Foram concluídos os serviços de pavimentação de vias laterais e acessos, trevo de Pouso Alegre, reforço e alargamento de três obras de arte especiais, iluminação de duas interseções e dispositivos de segurança. Estão em andamento serviços de recuperação ambiental, obras civis e convênios com a Fundação João Pinheiro, APA–Fernão Dias, Parque do Papagaio, Parque do Diamante e aquisição de material e equipamento para o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

Quanto ao estruturador Jaíba, a ação Reforço da Infra-estrutura Rodoviária dos Municípios do Projeto Jaíba concluiu a ponte sobre o Rio Verde Grande no município de Jaíba.

TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE AS (METROMINAS)

O transporte de passageiros sobre trilhos da RMBH, em processo de descentralização para o estado, permanece sob a gestão federal, uma vez que a União, por suas instâncias técnicas, especialmente o Ministério das Cidades e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, cuida da elaboração de um novo modelo a ser discutido com os estados, como forma de otimizar a transferência de seus sistemas.

Tendo em vista tratar-se de um modal de capacidade e de grande potencial para a melhoria do padrão de acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida dos usuários metropolitanos, a Setop vem acompanhando e contribuindo para a formatação do novo modelo de descentralização, no sentido de assegurar a adequada inserção do Metrô no Sistema Operacional de Transportes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em condições de viabilidade econômico-financeira. Contemplar-se-á não só os aspectos dos investimentos necessários à conclusão da linha atual, mas também os projetos contratados para a expansão do sistema, ajustando-se a malha metroviária às necessidades atuais da rede de transporte regional.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA (SEDRO)

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRO) tem na sua estrutura a Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano e a Subsecretaria de Assuntos Municipais. Vinculam-se à Secretaria a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB) e o Departamento Estadual de Telecomunicações (DETEL). Integra ainda o sistema operacional da Sedro, como seu órgão consultivo, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

Reunindo no seu campo de atuação questões de relevância fundamental para o estado, como desenvolvimento regional, habitação, saneamento básico, assuntos municipais, áreas metropolitanas e telecomunicações, a Secretaria tem como pauta o compromisso do Governo de Minas de buscar o desenvolvimento sustentável das cidades e a redução dos desequilíbrios entre as diversas regiões de Minas Gerais. A Secretaria participa, ainda, do Conselho das Cidades, vinculado ao Ministério das Cidades, em regime rotativo com os outros 26 estados da Federação, da Coordenadoria para as Crianças e Adolescentes do Semi-Árido Mineiro e de articulações com populações e associações microrregionais do estado.

Na Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano, suas três superintendências realizaram ações nas áreas de habitação, saneamento, urbanismo e políticas específicas para as regiões metropolitanas. Na Superintendência de Assuntos Metropolitanos foram desenvolvidos acompanhamento e assessoramento para a legislatura referente às regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço, que definiram diretrizes para a criação das assembléias metropolitanas, conselhos metropolitanos, fundos metropolitanos e agências de desenvolvimento para a elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana. A implantação das medidas previstas nesse marco regulatório se iniciou com a criação do Grupo de Governança Metropolitana, parceria entre cinco secretarias para ordenar as regiões metropolitanas até que sejam elaborados os planos de desenvolvimento.

*Reorganização das
regiões
metropolitanas*

Outras ações realizadas foram o apoio técnico e orientação aos 34 municípios da RMBH e às quatro cidades do Vale do Aço na elaboração de seus planos diretores municipais com uma visão de conjunto das respectivas regiões metropolitanas, que culminaram na aprovação de 14 planos em lei municipal, contratação da Fundação João Pinheiro para realizar estudos e diagnósticos das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço, bem como formação de parceria com o Instituto Horizontes para apresentar estudos que subsidiarão esta Secretaria na formulação das políticas públicas estabelecidas nas leis complementares.

Também foram realizadas oficinas para assessoramento à elaboração dos planos diretores municipais, conforme determinação federal, Estatuto das Cidades, para que as 185 cidades com mais de 20 mil habitantes, entre outros

fatores, aprovassem até 10 de outubro de 2006 seu Plano Diretor Municipal, visando ao reordenamento da ocupação do solo.

Efetivaram-se, ainda, parcerias com o CREA-MG e a OAB-MG para ações de controle do uso e ocupação do solo na RMBH (anuência prévia) e a disseminação de conhecimentos nas áreas de direito urbanístico e metropolitano. Outra ação importante foi o apoio técnico para a criação de Consórcios Públicos em Minas Gerais, além do processo de anuência prévia.

Com relação ao acordo entre o Governo da Espanha e esta Secretaria, para a doação de 300 mil Euros, objetivando o estudo de viabilidade sobre o Programa de Saneamento Ambiental de Pequenas Comunidades no Estado de Minas Gerais, para atender municípios com até 8 mil habitantes, com as maiores taxas de mortalidade infantil e que não sejam atendidos pelos serviços da Copasa, encontra-se em conclusão o processo licitatório para a contratação da empresa que realizará o referido estudo.

Graças à articulação institucional desta Secretaria, com o apoio da Cities Alliance, encontra-se em fase final de negociação a aprovação pelo Banco Mundial do projeto Estratégia de Desenvolvimento da Cidade, focada na Pobreza, para a RMBH. A Secretaria Executiva da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) já recomendou a aprovação da cooperação financeira não-reembolsável no valor de US\$500 mil financiados pelo Cities Alliance/Banco Mundial.

Na Superintendência de Desenvolvimento Regional foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria, Furnas, Ministério das Cidades e o CREA-MG visando à elaboração de 50 planos diretores municipais e 9 planos diretores microrregionais para os municípios do entorno do Lago de Furnas, que culminará na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Lago de Furnas. Está em negociação com o BNDES a alocação de R\$3,5 milhões, a fundo perdido. Foram realizadas articulações com a Associação Microrregional do Médio Piracicaba (AMPEI), visando à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Microrregião de Itabira, desenvolvido um trabalho em parceria com a PBH e com a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) para providências quanto aos aspectos legais para definição do marco de divisas dos municípios de Belo Horizonte e Contagem relativas ao conjunto Confisco. Foram emitidas 42 certidões de "Direito de Posse" para moradores dos Conjuntos Habitacionais Minas Caixa B, Liberdade, Novo Aarão Reis e Confisco; negociado com a Cemig a disponibilização de informações aos municípios de procedimentos e dados de mapeamento urbano visando subsidiá-los na elaboração de seus planos diretores municipais.

*Participação nos
projetos
estruturadores*

A Superintendência de Infra-estrutura Urbana é responsável pelos projetos estruturadores Lares Geraes e Saneamento Básico: Mais Saúde Para Todos. Para atender ao projeto Lares Gerais – Segurança foram iniciadas as obras de construção de 102 unidades habitacionais em Varginha, destinadas aos policiais militares e civis, bombeiros militares e agentes penitenciários, com a conclusão prevista para meados de 2007.

Assinou-se convênio com Copasa, COOHAIME (Cooperativa Habitacional das Instituições Militares de Minas Gerais), Prefeitura de Betim e Sedru (Cohab) para a urbanização de 860 lotes situados no município; iniciadas reformas e melhorias em 486 moradias nas regiões dos Vales de Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas, estando concluídas reformas de 20 unidades habitacionais em Itacarambi e 10 em Turmalina; iniciou-se a execução de construções ou reformas em 220 unidades habitacionais nos municípios situados na área da AMALPA (Associação dos Municípios do Alto Paraopeba), estando concluídas 123 unidades habitacionais, com previsão de término do Projeto para maio/2007; concluídas construções de 71 unidades no Conjunto Habitacional Campos da Silveira - Ribeirão das Neves.

Dentro do programa Saneamento Básico: mais saúde para todos, foi elaborado o Termo de Referência para desenvolvimento do Sistema Estadual de Informações de Saneamento. Implantaram-se sistemas de tratamento de esgotos em 26 municípios, sendo 8 em fase de projeto, 19 em licitação e 3 concluídos; 358 sistemas simplificados de saneamento (água) em 247 municípios, estando 206 concluídos; 25 sistemas simplificados de saneamento (esgoto) em 25 municípios, sendo 8 em licitação, 16 em execução e um concluído; 26 sistemas de destinação final de resíduos sólidos em 26 municípios, sendo um em fase de projeto, 6 em licitação e 19 em execução, e a construção de 3.890 módulos sanitários em 107 municípios, com 2.165 em execução e 1.725 concluídos.

Na Subsecretaria de Assuntos Municipais foram desenvolvidas atividades de capacitação, assessoria, pesquisa e desenvolvimento de aplicativos, abrangendo um universo de mais de 100 municípios. Promoveu-se o fortalecimento das Associações Microrregionais de Municípios, com termos de cooperação técnica e administrativa mediante os quais foram alocados servidores e patrulhas motomecanizadas, tendo sido atendidas 18 associações, com a cessão de 71 máquinas e alocação de 14 servidores.

*Fortalecimento
das associações
microrregionais*

Foram prestados serviços de consultoria e anuência prévia a 27 empreendimentos imobiliários; celebrados 289 convênios, sendo 188 com municípios e 101 com entidades de assistência social, com repasse voluntário de recursos financeiros, num total de R\$ 8.194.692,18, sendo contemplados 185 municípios das regiões do Alto Paranaíba, Central, Centro-Oeste, Jequitinhonha, Mucuri, Mata, Norte, Rio Doce, Sul e Triângulo.

Os Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIU) atingiram a marca de 4.936.454 atendimentos ao público nas 26 unidades instaladas, com um crescimento na ordem de 103%, e participam em parceria dos projetos "Facilita Minas" da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e o "Telecentro" da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em diversas unidades.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE MINAS GERAIS (COHAB)

Em 2006, a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG) consolidou sua atuação como órgão executor da política

habitacional do estado, dando continuidade às ações de agente financeiro do Fundo Estadual de Habitação visando ao combate ao déficit habitacional da população carente do estado, com recursos do Fundo Estadual de Habitação, graças ao Programa Lares – Habitação Popular (PLHP), bem como para atendimento aos servidores da segurança, por intermédio do Programa Lares Geraes Segurança Pública.

*Convênios
celebrados com
municípios*

Foram celebrados 143 convênios com os municípios interessados em participar do PLHP, principais parceiros da Companhia, sendo responsáveis pela doação de terrenos dotados de toda a infra-estrutura.

Das 12.857 unidades contratadas em 2005/2006, já foram concluídas 10.261 unidades em 111 municípios, estando em execução 2.596 unidades em 33 municípios, com previsão de conclusão no 1.º trimestre de 2007.

Os recursos financeiros assegurados pelo Fundo Estadual de Habitação, somados aos dos municípios e aos do PSH, ampliaram em 56,5% a dotação orçamentária do estado destinada ao PLHP nos exercícios de 2005 e 2006, perfazendo R\$258,5 milhões.

*Investimentos
realizados
gerando postos
de trabalho*

Estes investimentos vão produzir efeitos econômicos em cada uma das cidades onde atua o programa habitacional. Estima-se que, ao final, a construção das 12.857 moradias terá propiciado 16.170 postos de trabalho entre diretos e indiretos, com uma geração de renda da ordem de R\$61,8 milhões (R\$42,5 milhões é o valor estimado de impostos arrecadados, direta e indiretamente, nesses empreendimentos).

Outras iniciativas, com diferentes parceiros, realizaram-se. Foram concluídas 48 unidades habitacionais em Leopoldina com recursos próprios da Cohab-MG. Com os do Ministério da Integração Nacional, e com contrapartida do governo estadual, foram concluídas 114 unidades habitacionais e 70 estão em execução. Também foram concluídas 71 casas populares em Ribeirão das Neves, iniciadas com recursos do FAT e do governo do estado, além de 295 unidades habitacionais em execução nas regiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri.

Foram iniciadas as quitações antecipadas dos saldos devedores vincendos dos contratos de financiamentos habitacionais com cobertura do Fundo de Compensação e Variação Salarial - FCVS. Foram quitados 4.273 contratos.

Foi implementada a Ação Comunitária que atendeu, aproximadamente, dois mil mutuários nos municípios de Barroso, Caeté, Candeias, Florestal, Formiga, Guarani, Janaúba, Martinho Campos, Matutina, Pirapora, Pitangui, São Gonçalo do Abaeté, São Sebastião do Paraíso, São João del-Rei e Várzea da Palma, onde foram desenvolvidas atividades objetivando estreitar o relacionamento Cohab/Promitente-comprador, realização de diagnóstico social, divulgação e promoção de condições de acesso aos programas e serviços prestados pelo poder público, promoção de atividades educativas para preservação ambiental e comunitária, incentivo a aquisição de hábitos

condizentes com o novo morar, como o zelo pela nova moradia e pelos espaços comunitários.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS (COPASA)

A Copasa consolidou-se como empresa de excelência no cenário nacional e internacional e continua a receber premiações: a de melhor empresa do país em “serviços de utilidade pública”, pela revista Isto é Dinheiro, e, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2005. A empresa foi recomendada pelo Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água para firmar convênio de cooperação técnica com duas empresas alemãs especializadas em controle de pressão e pesquisa de vazamento. Além disso, a entrada da empresa no novo mercado da Bovespa está contribuindo para mostrar com transparência e responsabilidade a Copasa para os seus acionistas e para a população de Minas Gerais.

*Destaque no
cenário
nacional*

Foram destaques do exercício o ingresso da Copasa no Novo Mercado da Bovespa, a entrada em funcionamento do sistema integrado de gestão – SAP, a assinatura do primeiro convênio de cooperação internacional entre a Copasa e a Empresa Pública de Águas de Angola (EPAL), a renovação das concessões de 23 sedes municipais, sendo 21 com serviços de abastecimento de água e duas com esgotamento sanitário, assinatura de 12 novos contratos de concessões, dois de água e 10 para prestação do serviço de esgotamento sanitário.

No projeto estruturador "SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS", os investimentos realizados da empresa em 2006 totalizaram R\$ 842,8 milhões, sendo R\$ 807,5 milhões aplicados na implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A população atendida com abastecimento de água deverá chegar a 11,52 milhões em dezembro de 2006, com o acréscimo de 383 mil pessoas no quadro de usuários. A Copasa iniciou a operação de sistemas de água em 25 novas localidades, totalizando 854 localidades operadas em 2006.

*Aumento da
população
atendida*

Para esgotamento sanitário, a população beneficiada pelos serviços da empresa deverá atingir 5,78 milhões de habitantes em dezembro de 2006, com o acréscimo previsto de cerca de 189 mil usuários. Quanto ao percentual de esgotos tratados, o índice cresceu e deverá atingir 36% em dezembro de 2006.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS (DETEL)

O Detel tem como finalidade básica formular e executar a política estadual de telecomunicações mediante duas atividades finalísticas: a engenharia de radiodifusão e a engenharia de telecomunicações.

No campo de radiodifusão foram instalados 387 sistemas de retransmissão de sinais da Rede Minas de TV e realizadas 631 manutenções

Radiodifusão

nas várias estações retransmissoras de sinais da TV Minas e emissoras comerciais instaladas em todo o território mineiro, 16 manutenções em sistemas de rádio enlace monocal em vários municípios mineiros, emissão de pareceres, laudos técnicos e elaboração de projetos solicitados por órgãos públicos e privados.

*Telefonia
rural*

Na área de engenharia de telecomunicações foram realizados 140 testes de propagação para viabilizar a instalação de telefones rurais, sendo 90 para o projeto estruturador da Estrada Real. Também foram instalados 52 postos de telefone rural em diversos circuitos da Estrada Real. Com a aquisição realizada este ano, o Detel tem equipamentos para a instalação de outros 200 postos telefônicos rurais dentro do projeto estruturador Estrada Real.

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
(SECTES)**

Ao longo do exercício de 2006, as ações dos projetos estruturadores proporcionaram grande incremento aos trabalhos desenvolvidos na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), inclusive com aportes orçamentários recordes na história do órgão. Para a consecução dos objetivos do projeto estruturador Inclusão Digital houve orçamento de aproximadamente R\$39,5 milhões, contabilizados recursos do estado e da União. Conforme convênio celebrado com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o governo federal destinou R\$22 milhões ao projeto de Implantação dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) que, somados à contrapartida estadual de R\$11 milhões, possibilitaram a inauguração de 24 unidades, beneficiando 28 municípios das regiões Alto Paranaíba, Jequitinhonha/Mucuri, Noroeste, Centro-Oeste, Rio Doce, Triângulo, Zona da Mata, Central, Norte e Sul de Minas. Esta parceria com o Ministério possibilitou, ainda, a implantação de 88 telecentros. Paralelamente, recursos garantidos exclusivamente pelo tesouro estadual foram aplicados na introdução de outros 56 telecentros, atingindo 100 municípios de todas as regiões do estado. Tal aporte propiciou, também, o desenvolvimento de uma Rede de Atenção Social, que abrange a criação de banco de dados para gestão social integrada em saúde, segurança e trabalho, atendendo 16 municípios do estado.

Inclusão Digital

Neste exercício várias ações do projeto estruturador Arranjos Produtivos Locais (APLs) tiveram seus recursos alocados, diretamente, no orçamento da SECTES, aumentando de dois para seis o número de projetos executados no órgão, com recursos genuinamente estaduais, da ordem de R\$3 milhões. Entre as atividades de consolidação do Centro Nacional de Referência em Software Embarcado destacam-se a implantação e o monitoramento do Portal APL Eletroeletrônico, que tem por objetivo fornecer informações para o atendimento das necessidades informacionais, inteligência setorial, promoção da competitividade e divulgação do catálogo de produtos e serviços das empresas do arranjo produtivo eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí (Sul de Minas), além do credenciamento do Centro à Secretaria de Estado de Fazenda, como certificador do software aplicativo para emissor de cupom fiscal.

*Incubadoras de
Empresa e
Parques
Tecnológicos*

No âmbito do projeto de implantação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas, para implantar o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTEC), está em andamento a construção do prédio que abrigará o Terceiro Regimento de Cavalaria da PMMG, que foi desalojado para a construção do prédio institucional do parque. Os projetos arquitetônico e estrutural, de instalações elétricas e hidráulicas, entre outros, foram aprovados para as licitações que serão efetivadas pelo Deop. Em Itajubá, encontram-se em andamento as obras de construção do laboratório do Centro de Eficiência Energética e de infra-estrutura do ParCTec. Está em andamento o processo para obtenção do licenciamento ambiental do Parque Tecnológico de Viçosa (PTV). No período, também foram inauguradas três incubadoras de empresas, sendo elas sediadas em Brasópolis, Inconfidentes, e a incubadora de design na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Outras três foram

modernizadas ou ampliadas, tendo culminado com a graduação de 17 novas empresas de base tecnológica. Em parceria com o Departamento de Ciência da Computação da UFMG e com o Comitê Gestor Internet Brasil, está sendo implantado um ponto de troca de tráfego (PTT), constituindo uma estrutura computacional que permite a interconexão de redes, oferecendo uma infraestrutura de comunicação digital com maior qualidade e desempenho, reduzindo custos de conectividade de empresas, governo, provedores e operadoras de serviços de telecomunicações.

*Programa
Minas Design*

Em decorrência da instituição do Programa Minas Design, encontra-se adiantada a implementação do Centro Minas Design, cuja instalação física dar-se-á nas dependências do Cetec. Dentre as ações do programa destacam-se a assinatura de convênio de transferência de tecnologia com o Instituto Politécnico de Turim, Itália, e com a UEMG, bem como a realização do Workshop Internacional Brasil-Itália: “O design como agente de inovação”, ministrado por especialistas italianos para profissionais, docentes e pesquisadores atuantes na área de design e mobiliário, abrangendo os pólos moveleiros de Ubá, Uberlândia e da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foi realizada, também, a assembléia de instalação e posse da diretoria do Instituto XILON, organismo certificador de produtos moveleiros no estado.

Na gestão de projetos especiais e prospecção de demandas e oportunidades em C&T, destacaram-se as ações de coordenação da política estadual de C&T, sob deliberação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONECIT), buscando financiamento para projetos por meio de elaboração, lançamento e outorga de 11 editais induzidos nas áreas de gestão de recursos hídricos, tecnologia dos minerais, tecnologia aplicada à agroindústria, tecnologia da informação, biotecnologia e bioensaios, controle da poluição ambiental, entre outros. Neste contexto, o projeto de consolidação da Rede Mineira de Bioensaios e Biotérios visa à prospecção de novos fármacos, pesquisa em animais e estudos de biodisponibilidade e bioequivalência com recursos da Finep, e, ainda, a aprovação e contratação do projeto especial Biotaminas, para realização de diagnóstico dos projetos de levantamento da biodiversidade de Minas Gerais, proposição de metodologia para integração de estudos já realizados e a serem efetivados, dos sistemas de dados existentes, com financiamento da Fapemig e parceria da Fundação Biodiversitas. Consolidou-se o Núcleo de Indicadores de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, com a formulação e remessa do primeiro relatório. Mantiveram-se as ações de divulgação do Canal MG Ciência, como instrumento de apoio ao financiamento e desenvolvimento de pesquisas no estado.

*Semana
Nacional de
Ciência e
Tecnologia*

No âmbito das atividades de divulgação científica, a Sectes promoveu a quarta edição do Prêmio de Divulgação Científica e Tecnológica Francisco de Assis Magalhães Gomes, na modalidade Divulgação Científica e Tecnológica. Realizou, também, o evento Ciência no Parque, com a participação de 15 instituições que apresentaram 20 projetos de divulgação científica, como atividade integrante da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Durante a Semana foram promovidas em todo o território nacional: 355 atividades em 21 municípios mineiros, envolvendo 57 instituições, e 8.406 atividades em 295 cidades brasileiras, mobilizando 987 instituições. As obras do Museu e

Laboratório do Dinossauro, em Uberaba, sede da Rede Nacional de Pesquisa Científica em Paleontologia, encontram-se em fase final de execução. Foi desenvolvido, neste período, o portal específico para integração da Rede, que armazenará e difundirá todos os dados relacionados à paleontologia, produzidos nos estados do Acre, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará, Bahia, Mato Grosso e Minas Gerais, beneficiando cientistas, pesquisadores e usuários de todo o território nacional. Merece destaque a reunião da consulta regional da Unesco para a América Latina, que tratou da ética e responsabilidade dos cientistas e da elaboração de um código de conduta mundial para pesquisadores. Participaram do evento representantes de países como França, Noruega, México, Peru, Venezuela, Uruguai, Paraguai e Argentina, e representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Saúde, além de pesquisadores e instituições de pesquisa de todo o Brasil.

Cumprindo sua atribuição de supervisionar e controlar o ensino superior no estado, a SECTES participou da comissão de análise da Emenda Constitucional nº 72, que trata da vinculação das instituições de ensino superior à UEMG, além de buscar, no BDMG, financiamento de infra-estrutura para as instituições associadas. Ofereceu apoio aos levantamentos de dados para o Núcleo de Indicadores de C&T no que concerne ao Sistema Estadual de Ensino Superior. Foi concluída a implantação da central de projetos para inovação tecnológica das Instituições de Pesquisa de Minas Gerais (IPES). O Portal da Central foi desenvolvido para permitir acesso e interligação das instituições participantes.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IPEM/MG)

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais (IPEM-MG) tem por finalidade fiscalizar e executar, nos termos da delegação outorgada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), as atividades de metrologia legal e da qualidade industrial de Minas, vinculado administrativamente à Sectes. Para cumprir a sua missão, o IPEM-MG desdobra-se em 12 regionais localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Varginha, Montes Claros, Patos de Minas, Passos, Caratinga, Divinópolis, Curvelo e Pouso Alegre.

*Verificação e
Fiscalização
Metrológica e
de Qualidade*

Na execução do programa de verificação e fiscalização metrológica e da qualidade o IPEM-MG realizou 2.687 inspeções de veículos de carga perigosa, verificação em 100.943 produtos pré-medidos, 54.702 ações fiscais de produtos com conformidade avaliada pelo INMETRO, serviços metrológicos em 1.985.097 instrumentos de medição e expedição de 397 relatórios técnicos de calibração.

Evolução da arrecadação e classificação entre os IPEMS

Janeiro à dezembro de 2005		
	ÓRGÃO	TOTAL
1º	IPEM-SP	61.156.743,48
2º	INMETRO-RS	29.734.452,63
3º	IPEM/PR	16.160.275,79
4º	IPEM-RJ	16.044.422,44
5º	IPEM-MG	15.532.827,16

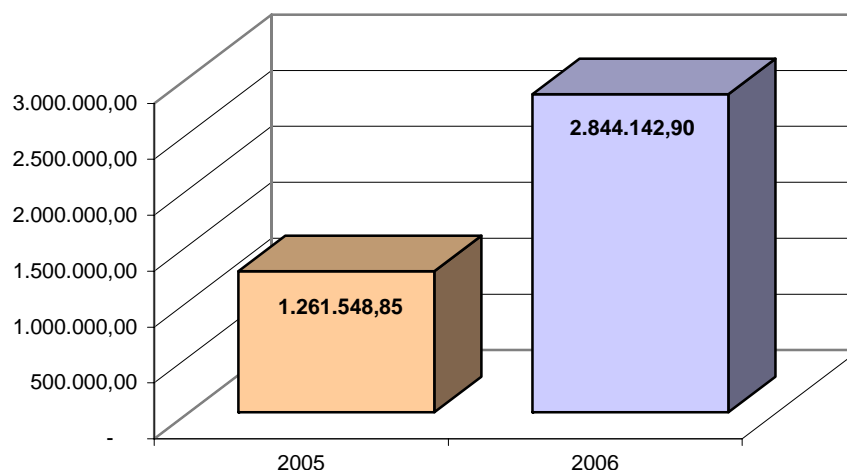
Fonte: Portal INMETRO da RBMLQ

Janeiro à outubro de 2006(*)		
	ÓRGÃO	TOTAL
1º	IPEM-SP	52.426.557,54
2º	INMETRO-RS	23.892.153,36
3º	IPEM-MG	15.453.037,64
4º	IPEM/PR	14.362.238,80
5º	IPEM-RJ	13.314.322,83

(*) Apurado em 10/11/2006

Conforme ficou demonstrado, de 2005 para 2006 (outubro), o IPEM-MG elevou sua posição em arrecadação de 5º para o 3º lugar, na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ) integrada pelos Ipems, ultrapassando os estados do Rio de Janeiro e Paraná. Entre as ações determinantes deste feito, destaca-se a recuperação de ativos de anos anteriores, cuja inscrição em dívida ativa, multas metrológicas e da qualidade proporcionaram uma receita de mais de R\$ 2,8 milhões, como indica o gráfico abaixo:

**Receita com dívida ativa, multas metrológicas e da qualidade
entre janeiro e outubro - 2005 X 2006 - em R\$**



Fonte: Portal Inmetro da RBMLQ

Projetos relevantes foram implementados, como o de acessibilidade aos serviços de transporte aquaviário que consiste em submeter este transporte às adaptações quanto às peculiaridades regionais, geográficas, econômicas, culturais e de infra-estrutura, e a implantação do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que integrará as rotinas de informatização do IPEM, proporcionando maior confiabilidade às informações, redução na emissão de documentação e agilização de procedimentos. A partir de outubro de 2006, em parceria com o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), o IPEM iniciou seu processo de credenciamento como Organismo de Certificação de Produto (OCP), atendendo as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, para certificação de produtos mineiros, como as flores cultivadas em Barbacena e no Campo das Vertentes, as várias espécies de frutas do norte de Minas, o café e a cachaça produzida artesanalmente em mais de 8 mil alambiques em várias regiões do estado.

A realização, em abril, do primeiro concurso público da instituição amenizou as dificuldades de atuação com quadro reduzido de servidores efetivos. O governo estadual autorizou o preenchimento de 130 vagas, sendo 82 destinadas à área técnica e 48 para a área administrativa de nível superior.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) é constituída pelo campus de Belo Horizonte, pelo Instituto Superior de Educação Dona Itália Franco, em Barbacena, e por outras seis fundações associadas, localizadas nos municípios de Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba e Passos. O campus de Belo Horizonte e a Unidade de Barbacena contam com 3.611 alunos matriculados em 12 cursos regulares de graduação; 907 alunos matriculados em nove cursos fora de sede, nos municípios de Frutal, João Monlevade, Poços de Caldas, Santa Maria do Suaçuí e Ubá, 430 alunos nos cursos de especialização lato sensu e 240 alunos nos de pós-graduação stricto sensu. As fundações associadas mantiveram 105 cursos regulares de graduação, atendendo a 10.918 alunos.

*Ensino
Superior*

Em 2006, a Reitoria foi transferida para uma nova sede, totalmente reformada e equipada, possibilitando melhor gestão da universidade. Servidores foram promovidos por titulação adicional e a nomeação de técnicos e analistas universitários, profissionais de nível superior, aprovados em concurso público, e sua inclusão gradual no quadro efetivo da universidade consolidou, ao final do exercício, um quadro de pessoal estável e qualificado, permitindo à UEMG maior qualidade no exercício de sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão. O programa de capacitação de servidores treinou 95 servidores. O pagamento do pessoal da unidade de Poços de Caldas foi incluído na folha da universidade, proporcionando ensino totalmente gratuito para os alunos da UEMG daquela localidade. Foi implantada a central de documentação, espaço em processo de informatização, que permitirá a recuperação de todos os documentos funcionais da universidade em tempo real.

*Pesquisa e
Extensão*

No período, R\$ 1,5 milhão foram liberados para projetos de pesquisa e extensão das fundações associadas à universidade. Em parceria com a UFMG, e instituições onde está presente a Vale do Rio Doce, participou da capacitação inicial dos alfabetizadores do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA), programa Alfabetização Solidária, contribuindo para a formação de professores da rede municipal de ensino de Aimorés. Em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), coordenou o Fórum Metropolitano de Educação Ambiental. No intuito de contribuir para a melhoria da legislação municipal que trata da Política Pública dos Direitos da Criança e do Adolescente, integrou o projeto Conselho Legal. Desenvolvido pelo Instituto Telemig Celular, em parceria com a Procuradoria Geral de Justiça e com o programa Minas Universidade Presente, o projeto contou com a participação das unidades de Diamantina, Ituiutaba, Passos e Patos de Minas. Elaborou o II Censo Cultural do Estado de Minas Gerais, que contém inventário das principais manifestações culturais dos 853 municípios mineiros. Atenta à questão social e à melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, ofereceu, por meio do projeto Pleno Viver, uma programação diversificada a um grupo de 90 alunos, com idade igual ou superior a 50 anos, proporcionando atividades que favorecem a criatividade, atualização cultural e integração, num universo produtivo, de pessoas ativas, atualizadas e abertas a novas convivências.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (IGA)

Pode-se registrar o ano de 2006 pelo projeto de Demarcação e Elaboração de Estudos para o Pré-zoneamento Ecológico de seis Áreas de Proteção Ambiental (APAs), em convênio firmado com a Semad. Além disso, outras dez APAs foram acrescentadas ao projeto para demarcação. Com essa experiência, criou-se no IGA um modelo de trabalho integrado de geografia e geodésia que se utiliza de inúmeras ferramentas de análise e tratamento de imagens para os estudos.

*Sistema de
Referência
Geocêntrico
para as
Américas
(SIRGAS)*

Utilizando-se do Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH), o IGA, prosseguindo com seu plano de atualização tecnológica e condução do processo de implantação do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS), enviou dois pesquisadores para estágio de um mês na Universidade de Brunswick, no Canadá. Com o mesmo propósito, foi instalada a base de monitoramento contínuo que permite a aquisição de informações dos satélites para correção das leituras de GPS em toda a Região Metropolitana de BH. Essas medidas são enviadas ao Sistema Central do IBGE, que as divulga para todo o mundo. Estão em fase de conclusão diversos mapeamentos municipais, com destaque para o município de Itabira, onde foi aplicada a nova metodologia do Sirgas. Toda região do Médio e Alto Sapucaí e do Rio Pardo está sendo pesquisada para elaboração de um diagnóstico geoambiental.

Os setores técnico e administrativo do IGA foram totalmente modernizados, com aquisição de equipamentos de ponta e a implantação de softwares necessários ao atendimento de demandas externas ampliadas.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FAPEMIG)

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) tem como objetivo principal o fomento à pesquisa no âmbito do território mineiro, por meio de diversos programas de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, como apoio à realização de eventos de C&T, concessão de bolsas para instituições de ensino, nos seus diversos níveis e esfera governamental, apoio à inovação tecnológica nas empresas, capacitação de recursos humanos, difusão da ciência e tecnologia e inovação, apoio a projetos de pesquisa nas suas modalidades Universal, Induzido, Endogovernamental, Especial e Proteção da Propriedade Intelectual.

*Fomento à
Pesquisa*

A liberação dos recursos financeiros vem crescendo de forma significativa, e o valor executado durante os últimos quatro anos representa por volta de 45% de todo o recurso de 2006. A esse grande êxito orçamentário, acrescenta-se a modernização dos procedimentos administrativos incorporando técnicas inovadoras de gestão de projetos. Como um dos resultados importantes dessa ação, a Fapemig passou para o exercício de 2006 sem passivo financeiro de projetos de anos anteriores, consolidando nova política administrativa.

A atividade de Proteção da Propriedade Intelectual, desenvolvida pela Fapemig tem como objetivo disseminar a cultura, proteger o conhecimento científico gerado no estado, e induzir a transferência de tecnologia do setor público para o setor produtivo, criando inovação tecnológica e desenvolvimento socioeconômico para a sociedade mineira. Até o momento houve um aumento de 70% do número de pedidos de proteção da propriedade intelectual. A Fundação apóia sistematicamente os pesquisadores e instituições de ensino ou de pesquisa na realização e participação em congressos, seminários e eventos de C&T, com o objetivo de capacitar e difundir o conhecimento dos avanços tecnológicos existentes em todas áreas científicas. Em 2006, houve um aporte de R\$ 3,4milhões, atendendo a 1.274 pesquisadores de aproximadamente 63 instituições públicas e privadas.

*Proteção à
Propriedade
Intelectual*

O Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH), para treinamento, aperfeiçoamento e capacitação nos órgãos da administração pública estadual, busca melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade mineira. A Fapemig apoiou 12 instituições, com repasse da ordem de R\$2,5 milhões.

O programa de apoio a projetos de Pesquisa de Demanda Induzida, selecionados por intermédio de editais públicos, tem como premissa a definição de projetos específicos, para determinadas áreas científicas ou tecnológicas, a serem apresentados para seleção, tendo sido lançados 19 editais, com a aprovação de 270 projetos e aplicação de R\$27 milhões, atendendo projetos voltados para os interesses socioeconômicos do estado.

Em seus programas de apoio às Instituições de ensino ou pesquisa, e empresa pública ou privada sem fins lucrativos, destacam-se apoio a projetos de pesquisa de Demanda Induzida e projetos de pesquisa de Demanda

Universal e apoio a concessão de Bolsas Científicas. No fomento aos projetos de Demanda Universal, oriundos de diversas áreas científicas e tecnológicas, que atendem e estimulam a criatividade dos pesquisadores nas 39 instituições ou empresas, a Fapemig aprovou 577 projetos demandados com a aplicação de R\$ 20 milhões. A concessão de bolsas científicas nas suas diversas modalidades tem como objetivo principal a capacitação de pesquisadores nas instituições de ensino, de pesquisa e empresas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e inovação. Esta atividade contemplou 2.500 bolsistas em, aproximadamente, 50 instituições e empresas, destinando cerca de R\$16 milhões. Os programas endogovernamentais e projetos especiais se destacam pela relevância de suas demandas, que visam ao resgate cultural de Minas. Em 2006, a Fapemig aprovou 27 projetos de Demanda Endogovernamental utilizando R\$5 milhões. Para o Programa Especial foram aprovados 22 projetos e R\$3,3 milhões.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CETEC)

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) desenvolve projetos de pesquisa tecnológica e presta serviços referências nas áreas de tecnologia ambiental, metalúrgica e de materiais, mineral, biotecnologia, metrologia e ensaios e informação tecnológica.

Tecnologia Ambiental

A atuação em tecnologia ambiental tem a finalidade de prover suporte tecnológico para a produção sustentável e a preservação ambiental, e é executada por meio da gestão e conservação de recursos hídricos, pelo biomonitoramento da qualidade das águas em bacias hidrográficas, podendo-se destacar também metodologias para controle do mexilhão dourado em usinas hidrelétricas; do assessoramento às prefeituras para gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos envolvendo a erradicação dos lixões, a recuperação de áreas degradadas, a inclusão social dos catadores e a implantação de aterros sanitários em municípios mineiros; do estabelecimento de rota tecnológica para incremento de APLs de base mineral e desenvolvimento de produtos agregados para a construção civil; da recuperação de áreas degradadas pelas atividades extrativas de gemas e rochas ornamentais e do desenvolvimento de sistema de informações sobre estoque de pesticidas e gerenciamento de resíduos de laboratórios, repassando a metodologia para instituições de ensino e de pesquisa para melhoria da gestão de seus materiais perigosos. O Cetec realizou, como prestação de serviços ao Igam, o monitoramento da qualidade das águas das principais bacias hidrográficas mineiras: São Francisco, Velhas, Paranaíba, Doce, Paraíba do Sul, Pardo, Jequitinhonha e Mucuri.

Biotecnologia

No âmbito da biotecnologia executou projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nas áreas de produção de fitoterápicos, a partir da espécie *Dimorphandra Wilsonii* (fava d'anta), nos municípios de Januária e Paraopeba - vencedor do Prêmio Finep, Região Sudeste em 2006, na categoria Inovação Social; produção de biodiesel;

controle de qualidade da cachaça mineira; prestação de serviços de análise de alimentos, que contribuem para as ações de segurança alimentar.

A ação de Tecnologia Metalúrgica e de Materiais é realizada por intermédio da execução de projetos de pesquisa e inovação tecnológica abrangendo fontes alternativas de energia solar e materiais para a eficiência energética; desenvolvimento de materiais ópticos e eletrônicos e aços especiais como, por exemplo, produção de silício grau solar; produção de vidros ópticos e eletrônicos; produção de pinos-transfixantes com superfícies bioativas; e desenvolvimento de planta-piloto para a produção de superfícies à base de níquel extraduro; nanotecnologia; vitrificação e sinterização de lamas provenientes de barragens de contenção. Nessa área, o Cetec promove ainda, em convênio com a UEMG e com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), cursos de mestrado e doutorado ministrados pela Rede Temática de Engenharia de Materiais (REDEMAT).

*Tecnologia
Metalúrgica e
de Materiais*

No setor Tecnologia Mineral, destaca-se a realização de estudos de caracterização mineralógica e petrográfica de rochas ornamentais (ardósias, granito e pedra-sabão), de minerais industriais (caulim, areias) e de minérios (ferro, ouro, bauxita, fosfato, tântalo-nióbio, cobre, níquel e manganês); pesquisa e desenvolvimento tecnológico de processos de concentração de minérios (bauxita, fosfato, ferro, ouro, cobre e níquel); realização de trabalhos para empresas de mineração localizadas em Minas e em outros estados.

*Tecnologia
Mineral*

Com foco em novos produtos, ou na melhoria da qualidade dos já existentes, o Cetec desenvolve pesquisas tecnológicas e presta serviços referenciais nas áreas da Metrologia e Ensaios. As atividades, que têm impacto positivo para milhares de empresas mineiras e brasileiras, envolvem a atuação no monitoramento da qualidade dos combustíveis comercializados em cerca de 2 mil postos de abastecimento do estado, corroborando o esforço de combate à fraude e à evasão fiscal; serviços e consultorias prestados para a Cemig e a Copasa; análises complexas de avaliação da qualidade da água utilizada em hemodiálise na rede hospitalar estadual e do país; a realização de serviços de calibração metrológica em pressão, vazão de gás, temperatura, torque, força e massa, para melhoria da confiabilidade metrológica nos processos de produção e para certificação da qualidade; a execução de ensaios de desempenho de motores e emissões veiculares, que aportam maior competitividade à cadeia da indústria automotiva do estado.

*Metrologia e
Ensaios*

O Cetec vem empreendendo ações na área de informação tecnológica industrial, destacando-se aquelas para a pequena e média indústria, com vistas à melhoria e inovação de seus processos e produtos. A competitividade das empresas mineiras tem sido impulsionada pelo fornecimento de informações para a solução de problemas, por intermédio do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), pelo apoio tecnológico para a adequação de produtos para exportação, por meio do PROGEX e pela implantação de uma Unidade de Inovação no APL de Gemas de Teófilo Otoni. Ainda nessa área, obteve financiamento da Fapemig para implantação de núcleo de inovação tecnológica e proteção do conhecimento, em consonância com a Lei de Inovação, em nível federal, e da Lei Mineira de Inovação, ora em tramitação.

*Informações
Tecnológicas*

O programa de gestão institucional tem total aderência ao projeto estruturador Choque de Gestão, uma vez que busca solidificar o conceito de qualidade na administração pública. Ressalta-se a continuidade da participação do Cetec no projeto "Excelência na Pesquisa Tecnológica", conduzido pela Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI) segundo critérios de excelência da Fundação Prêmio Nacional da Qualidade e a aprovação de projeto na FINEP, para financiamento às atividades de apoio à modernização da gestão. Após uma negociação iniciada em 2003, o Cetec obteve autorização formal para realizar o primeiro concurso público de sua história, visando ao provimento de 24 vagas para o cargo de pesquisador em ciência e tecnologia e seis vagas para gestor em ciência e tecnologia.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

Integração Regional

Desde a sua implantação, em 1962, até os dias atuais, a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) buscou cumprir sua missão de integração regional e aceitou o desafio da interiorização do ensino superior público, partindo para ações efetivas de promoção da educação superior, cujos resultados culminaram com a criação dos seus campi de Montes Claros, Janaúba, Januária, Pirapora, Almenara, Espinosa, Salinas, São Francisco, Brasília de Minas e Noroeste (Paracatu/Unaí).

Ensino Superior

Em sua tarefa de produzir conhecimento, a universidade organiza a pesquisa, o ensino e a formação permanente a partir de problemas concretos pertinentes à vida e à cultura da população norte-mineira. A sua responsabilidade social é produzir conhecimento que possa ser desdobrado em soluções concretas para problemas que desafiam nossas comunidades, tendo em perspectiva o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Possuindo características distintas, a Unimontes tem ultrapassado os limites da graduação na formação dos recursos humanos, ao oferecer opções nas mais diversas áreas de pós-graduação "lato sensu", na implantação de três pós-graduações "stricto sensu" nas áreas de desenvolvimento social, produção vegetal no semi-árido e ciências biológicas e no oferecimento de uma série de cursos técnico-profissionalizantes atuais, abrangentes e de alta qualidade.

Hospital Universitário Clemente de Faria

Indissociáveis do ensino, a pesquisa e as atividades de extensão são de comprovada excelência, com menção especial à qualidade dos serviços prestados pelo Hospital Universitário Clemente de Faria (HUCF), cujas atividades são desenvolvidas por docentes altamente qualificados, tendo como resultado uma produção científica de qualidade. O HUCF, que somente no ano de 2006 realizou mais de 300 mil procedimentos hospitalares, é o único eminentemente público de toda uma vasta região geográfica, atendendo exclusivamente pelo SUS, que abrange uma população de 1 milhão e meio de pessoas, e concessão de assistência à saúde nas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha, onde procura manter uma humanização permanente dos serviços, constituindo-se em um indispensável instrumento de assistência à população carente das regiões supracitadas.

Em 2006, a universidade contou com 15.546 alunos matriculados, ofereceu 2.273 vagas em seus cursos regulares, com 1.942 concluintes; 795 no curso normal superior, 323 nos de pós-graduação “latu sensu” em áreas diversas, e 1.165 em seus cursos básicos e técnico-profissionalizantes. É importante destacar que, mediante consultas, empréstimos, restaurações de obras, a diretoria de documentação e Informações efetuou 594.648 atendimentos à comunidade acadêmica. A qualidade da pesquisa na universidade, assim como de sua produção científica e intelectual, reflexo do investimento permanente que tem sido feito na formação continuada dos docentes da busca de recursos que viabilizem a investigação científica de alto nível, tem representado a consolidação da Unimontes no âmbito dos programas financiados por agências de fomento, tendo concluído 57 importantes projetos no ano e consolidado 40 grupos de pesquisa. Tem significado, ainda, a inserção da Unimontes em âmbito nacional e internacional de instituições que possuem programas de pesquisas consolidados e em processo de expansão, o que traduz o esforço para atender as demandas reprimidas a partir da vocação regional da universidade que vem, dessa forma, credenciando-se e se tornando cada vez mais reconhecida, tanto pela competência de seus pesquisadores como pela pertinência e alcance de seus trabalhos científicos.

No que tange à extensão universitária, 131 eventos foram promovidos e beneficiado um público de 254.653 pessoas. A extensão constitui um dos aspectos prioritários, capacitando agentes de mudanças e promotores da igualdade e da justiça social, tendo como foco o compromisso com o desenvolvimento social, por meio da promoção e disseminação de novos conhecimentos, prestação de serviços a comunidades carentes, difusão de tecnologias apropriadas, viabilização de projetos de promoção da qualidade de vida, entre muitos outros, em programas como o “UNIARTE”, “Alfabetização Solidária”, “Unimontes Solidária” e “SAJ Itinerante”, com o desenvolvimento de eventos nas áreas da saúde, educação e cultura.

*Extensão
Universitária*

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD)

A modernização do Sistema Integrado de Informações Ambientais (Siam) permitiu a melhora do gerenciamento dos processos autorizativos e fiscalizatórios de forma integrada entre as entidades vinculadas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e também da prestação de serviços aos usuários do Sisema. O dever de transparência do estado, que fortalece e legitima a relação governo-cidadãos e governo-empresendedores, foi exercido de forma eficaz, efetiva e eficiente com o aprimoramento desse sistema.

*Siam e a
transparência
do estado*

Este ano foram desenvolvidos e implantados os seguintes módulos: Módulo de Outorgas e Uso Insignificante, Formulário de Caracterização do Empreendimento Integrado ON LINE, Formulário de Orientação Básica Integrado ON LINE, pagamento do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) ON LINE, Módulo para a cobrança de emolumentos do IEF, Feam e Igam e unidades regionais.

Em 2006 foi definitivamente consolidada a descentralização administrativa do estado com a consolidação da oitava Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental, localizada no município de Unaí.

*Descentralização
administrativa*

No âmbito do projeto estruturador Gestão Ambiental Minas Gerais Século XXI, considerando que a consolidação da gestão ambiental de Minas Gerais prescinde de ações de fortalecimento institucional, especialmente aquelas de capacitação dos municípios, a Semad realizou um processo de capacitação de gestores municipais, permitindo-lhes autonomia na gestão das questões ambientais de sua competência.

*Capacitação
de gestores
municipais*

Tendo por objetivo o incremento dos níveis de acesso às condições de tráfego e melhorar a estrutura de transportes de passageiros e de cargas em Minas Gerais, e para subsidiar a definição de diretrizes ambientais para o programa rodoviário de Minas Gerais, foi contratada a Coopetec/UFRJ, que elaborou o Termo de Referência que define o marco teórico e a delimitação técnica para a contratação dos estudos propriamente ditos. O Termo de Referência foi aprovado pela Setop, e a Coope foi contratada para desenvolver a avaliação ambiental estratégica para o setor rodoviário de Minas Gerais.

*Melhoria da
estrutura de
transportes*

Na Educação Ambiental foi dada continuidade ao seu processo de regionalização, por meio da promoção dos Fóruns Regionais de Educação Ambiental e da implantação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental com ampla participação da sociedade civil e de organizações governamentais e não-governamentais. Este ano foram implantadas oito CIEAs em: Governador Valadares, Diamantina, Varginha, Uberlândia, Divinópolis, Montes Claros e Ubá, além da CIEA Central em Belo Horizonte.

*Educação
ambiental e
participação
da sociedade
civil*

Em 2005 foi definido o IDPA (Indicador de Desenvolvimento da Política Ambiental), que congrega 13 indicadores que retratam o desenvolvimento da política ambiental em Minas Gerais, com série histórica que abrange desde a

década de 80, permitindo avaliar de forma efetiva a evolução das políticas ambientais em nosso estado até os dias atuais. Em 2006, foram divulgados os resultados anuais, dando assim mais transparência e publicidade às ações de governo na área ambiental, além de permitir à sociedade acompanhar as ações e o desempenho de seus governantes em relação ao meio ambiente.

*Indicador de
desempenho
da política
ambiental*

O IDPA está sendo aplicado com os dados das regionais do estado. Sua aplicação já vem se refletindo na redefinição de ações prioritárias da Semad e seus órgãos vinculados, os quais passam a ser parâmetros de referência que apontam para questões e problemáticas de maior e ou menor relevância a serem priorizadas. Os indicadores referentes a 2005 foram divulgados na Semana do Meio Ambiente, realizada em junho de 2006.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM)

Na Feam, o controle de gestão do meio ambiente, modificação e busca de novos instrumentos auxiliares na conscientização da qualidade ambiental, pilares da sustentabilidade das atividades econômicas e fonte de bem-estar social foram objetivos dos trabalhos de 2006.

*5 milhões de
pessoas
atendidas*

No âmbito do projeto estruturador Gestão Ambiental Minas Gerais Século XXI, a Ação “Minas sem Lixões”, graças à integração com prefeituras, órgãos estaduais e sociedade, vem atingindo com sucesso as metas estabelecidas: o número de municípios com destinação de resíduos sólidos cresceu de 72, em 2005, para 94 no segundo semestre de 2006, e ampliou-se de 4.769.916 habitantes para 5.375.788 habitantes o número de pessoas atendidas para aterros sanitários ou usina de triagem e compostagem, entre dezembro de 2005 e novembro de 2006.

*Fiscalização
Ambiental
Integrada*

Na fiscalização integrada com vista à sustentabilidade, Minas Gerais registrou avanços na gestão ambiental, consolidando o Grupo Coordenador da Fiscalização Ambiental Integrada (GCFAI), por meio das seguintes operações: Alto Jequitinhonha, com foco nas atividades de garimpo, desmatamento e captação de água nos municípios de Diamantina, Serro, Gouveia, Datas, Coluna e Itamarandiba; Abaeté, contemplando extração de diamantes no leito do Rio Abaeté e afluentes, Areado e Indaiá e nos rios Tinos e Borrachudo na região Alto São Francisco; e Sul de Minas com objetivo de coibir extração irregular de quartzito em São Tomé das Letras e Luminárias.

Na execução destas operações de fiscalização participam diversos órgãos e instituições, buscando sustentabilidade de regiões priorizadas para atuação, como aquelas com graves problemas sociais e constatada degradação ambiental.

*Auditagem das
barragens de
retenção de
resíduos, resíduos
e reservatório de
água*

Foi realizado no âmbito do programa Gestão Ambiental MG Séc. XXI, a gestão ambiental de barragens de contenção de rejeito e resíduos e de reservatórios de água, para cumprir a DN Copam 87/2005 que estabelece que sejam auditadas todas as barragens de contenção de rejeitos, resíduos e reservatórios de água em estabelecimentos industriais e de mineração. Esta

atividade trouxe segurança às comunidades que circundam as 704 barragens cadastradas e monitoradas pela Feam.

No município de Brumadinho, em uma operação conjunta da Feam, Ibama, IEF, PMMG de Meio Ambiente, Fundação Gorceix e Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente (CADMA) do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, foram vistoriados 28 loteamentos irregulares, elaborados laudos periciais e relatórios fotográficos caracterizando a situação ambiental dos empreendimentos e enviados ao Ministério Público, para as devidas providências.

*Vistoriados 28
lotes
irregulares*

No vetor norte: vistorias em loteamentos irregulares em Lagoa Santa e Vespasiano, priorizando empreendimentos com denúncias, sendo convocados ao licenciamento ambiental corretivo aqueles passíveis de infringir a legislação vigente.

Ainda em 2006, a Feam elabora projeto-piloto de fiscalização na RMBH, a partir da Prefeitura de Nova Lima, listando os empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, conforme legislação, os quais foram convocados a realizar o licenciamento.

Destaca-se em 2006 o licenciamento da garantia de viabilidade de 96,3 megawatts de energia, a concessão para instalação de 286,6 megawatts e o início de geração de 210,2 megawatts em Araguari e Uberlândia, aumentando a capacidade do parque gerador de energia do estado e em consequência seu potencial de desenvolvimento. A geração imediata desses 210,2 megawatts beneficia os municípios de Araguari e Uberlândia.

*Parque
gerador de
energia do
estado*

Iniciam-se os trabalhos de produção de termos de referência para elaboração de estudos ambientais específicos no setor de geração de energia, no intuito de oferecer um modelo para sua padronização e garantir maior transparência e qualidade nos estudos exigidos pela Feam.

Ocorreu a convocação para licenciamento ambiental corretivo de toda malha de linha de transmissão de energia do estado.

Criou-se um grupo de trabalho interinstitucional: Feam, Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) para discussão do licenciamento ambiental das atividades de descarga de fundo de usinas hidrelétricas, cujo início de operação ocorreu anteriormente à institucionalização dos processos de licenciamento ambiental.

No Programa Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco a ação Educação Ambiental em prédios do governo de Minas Gerais atingiu 31 instituições, envolvendo aproximadamente 4 mil funcionários públicos de secretarias, fundações e autarquias, desenvolvendo continuamente ações para o consumo consciente, combate ao desperdício, reaproveitamento de materiais, coleta seletiva e valorização do servidor público.

*Educação
Ambiental*

Foram georreferenciados de 100% de pontos ativos de disposição de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em todo o estado, com recursos do projeto estruturador Gestão Ambiental Minas Gerais Século XXI.

Em parceria com o Servas, foi criado o Centro Mineiro de Referência em Reciclagem.

Ocorreu o licenciamento da operação da ETE Onça.

Foi firmado o Convênio Semad para repasse de recursos a 28 municípios para implantação de Sistemas de Tratamento / Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

Em 2006, foram monitorados 95 empreendimentos licenciados.

Para efetivação da Meta 2010, a parceria entre Feam e o Projeto Manuelzão desenvolveu o II Módulo do Programa de Vigilância Ambiental, sendo seu público-alvo os membros dos núcleos e subcomitês do projeto Manuelzão, cujo objetivo é a orientação aos participantes para atuar com as prefeituras na estruturação e implantação da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e fóruns municipal lixo e cidadania.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF)

*Mapeamento da
flora nativa e do
reflorestamento*

O monitoramento do Estado de Minas Gerais foi concluído em março de 2006, sendo editado um livro sobre o mapeamento e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais, entregue oficialmente no Congresso Mineiro de Biodiversidade - COMBIO 2006. Dos 58.661.145 hectares que perfazem a área total do Estado, existem 19.802.061 hectares de floresta nativa e 1.167.267 hectares de reflorestamentos.

*Agilidade no
controle e
combate aos
incêndios*

Os resultados efetivos obtidos na Base de Operações da Força-Tarefa Previncêndio, em Curvelo, impulsionaram a instalação da Sub-base de Operações em Januária, promovendo agilidade no controle e combate aos incêndios florestais.

*Transparência
no processo de
licenciamento*

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal e prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente. O IEF vem realizando esforços na qualificação e na reorganização da atividade e, graças ao sistema informatizado Siam, agiliza as comunicações inerentes ao processo de licenciamento, permitindo uma maior visibilidade e transparência. Houve aumento de 15% no número de empreendimentos cadastrados.

A atividade de fiscalização de empreendimentos para licenciamento foi potencializada com a aplicação da DN nº 074 desde 2004, bem como o desempenho na tramitação de documentação, apressando fiscalizações e análises técnicas dos empreendimentos.

*Maior
produtividade
na piscicultura*

A assistência técnica aos tanques-rede instalados foi executada mediante disseminação em Minas Gerais da criação de peixes, que possibilita

uma maior produtividade na piscicultura e diminui o impacto ambiental da pesca predatória. O objetivo principal desta atividade é criar uma alternativa de renda para as famílias do interior do estado.

Para conservação da biodiversidade, o IEF administra 36 unidades de conservação, elaborando planos de manejo e dotando-as de infra-estrutura mínima para o controle e a garantia de proteção com vistas à implementação de atividades de uso sustentável dos recursos naturais.

No ano de 2006 passou a ser administrado o Parque Estadual do Sumidouro, com 1.300 hectares de extensão, criado pelo Decreto Estadual nº 20.375 de 3 de janeiro de 1980, como medida compensatória pela implantação do Aeroporto Internacional de Confins na região, e também o Refúgio Estadual da Vida Silvestre do Rio Pandeiros, localizado no município de Januária, com área de 610.272 hectares.

Foi implantado o Sistema de Gestão, por intermédio do Plano de Manejo no Parque Estadual Rola Moça, que define diretrizes básicas para a gestão da unidade de conservação, visando garantir um maior dinamismo ao planejamento e administração do parque e assegurar a eficiência dos resultados propostos no referido plano, desenvolvido pelo Projeto Promata.

Foram criadas duas unidades de conservação: Parque Estadual Lapa Grande no município de Montes Claros, por meio do Decreto nº 44.204, de 10 de janeiro de 2006, e a Estação Ecológica do Cercadinho, no município de Belo Horizonte, conforme Lei nº 15.979, de 13 de janeiro de 2006.

*Criadas
unidades de
conservação*

Considerando que a atividade florestal deverá participar cada vez mais do desenvolvimento de Minas Gerais, tanto na questão econômica como na questão social, a programação de eventos de educação ambiental que se destinam a comunidades foi reestruturada, observando os aspectos do cotidiano das pessoas, como o consumo de água, lazer, segurança das áreas de florestas, incêndios florestais, entre outros.

*Educação
ambiental*

A reorganização da estrutura orgânica do IEF estabeleceu desmembramento de suas atividades de monitoramento e licenciamento ambiental e controle e fiscalização, oferecendo melhoria na gestão das ações técnicas de execução.

*Melhoria na
gestão*

Assim, houve um intenso trabalho de fiscalização nos empreendimentos, resultando em um alto número de cadastros e registros efetuados das pessoas físicas e jurídicas que utilizam, sob qualquer forma, produtos e subprodutos florestais.

*Intensa fiscalização
nos
empreendimentos*

Permanece o incremento da fiscalização em pontos estratégicos das principais rodovias de acesso aos centros de produção e consumo de produtos e subprodutos florestais, com realização de vistorias para exploração florestal.

A expedição e renovação anual da carteira de pesca são sempre incrementadas visando à proteção e estímulo à pesca, realizando ações de

divulgação do serviço e de educação ambiental, conscientizando os pescadores da importância de registrar ou renovar sua carteira de pesca.

*Crescimento da
arrecadação*

A arrecadação do IEF obteve resultado satisfatório, com índice de crescimento de 52% em relação ao ano anterior. Isto ocorre devido à adoção de mecanismos de comando e controle, mediante fiscalizações que geram quantidade e qualidade em termos de receitas, como a aplicação da legislação no que tange à compensação ambiental, principal fonte de receita vinculada.

O fomento florestal foi realizado mediante fornecimento de mudas, insumos e da assistência técnica a produtores rurais cadastrados, incentivando a produção de madeira e a geração de renda e emprego.

No âmbito do projeto estruturador Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco foram implantados e reestruturados viveiros, de forma a disponibilizar mudas e sementes de espécies adequadas ao reflorestamento da vegetação ciliar, de galeria e de topo de morro e incentivada a adoção da prática de regeneração natural na proteção e recuperação de nascentes e degradantes.

*Agricultura
irrigada no
norte de Minas*

Em relação ao Projeto Estruturador Jaíba, buscou-se promover o desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada no norte de Minas, executando ações de educação ambiental, de combate a incêndios florestais, de elaboração de Plano de Manejo e de avaliação das áreas dos Parques Estaduais Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, a serem implementados.

*Treinamento
dos servidores*

Quanto ao desenvolvimento institucional, foi implementado o programa de treinamento para os servidores do IEF, principalmente para Gestão Pública em busca de Resultados, estimulando a participação de diversas áreas, atingindo 97% de execução.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM)

*Criação de
Comitês de
Bacias
Hidrográficas*

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) criou os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) dos afluentes mineiros dos rios Pomba e Muriaé; do rio Urucuia; do rio Aiuruoca; e do rio Piracicaba/Jaguari.

O processo de mobilização das comissões pró-comitês JQ1 e JQ3 foi fortalecido.

Foi dado apoio nas contribuições para o Termo de Referência da Bacia Federal para atender às demandas dos afluentes do Doce no plano de bacia, e no convênio entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Agência Nacional de Águas (ANA) e Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) para a elaboração dos planos de bacia do Doce federal, afluentes mineiros e capixabas.

Ocorreu oficina para capacitação de membros de comitês para elaboração de Termo de Referência e do Plano Diretor(TDR).

Apoiou os comitês Preto-Paraibuna e Pomba-Muriaé nas deliberações para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) para equiparação da Agência de Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) como agência de bacia e metodologia de cobrança.

Comitês apoiados

Participou nas reuniões dos Comitês de Bacia Hidrográfica, para cumprir o que preconiza a legislação, ou seja, prestar apoio técnico e institucional.

Foram criadas duas câmaras técnicas no Piracicaba Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) e Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL), e os dois grupos de trabalho no Comitê dos Santo Antônio: Grupo de Trabalho de Outorga e Cobrança (GTOC) e Grupo de Trabalho Institucional Legal (GTIL).

Criação de Câmaras Técnicas

Foi dado apoio ao processo eleitoral dos CBHS Piranga, Suaçuí, Pomba-Muriaé, Preto-Paraibuna, Santo Antônio, Caratinga e Mosquito.

Participou no VIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias e no Fórum Mineiro: Dia Mundial da Água e ainda quatro reuniões com o Fórum Mineiro, tendo estado presentes o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos de Carvalho, juntamente com a direção do Igam.

Encontro Nacional de Comitês de Bacias

Além da realização de seminários internos, participou de diferentes grupos técnicos de âmbito nacional.

Todo esse processo nos comitês de bacias estaduais, federais e junto às instituições públicas e privadas vem fortalecendo a gestão de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais e as relações entre os segmentos que dele fazem parte, atendendo assim a política de descentralização e participação de toda a sociedade.

Fortalecimento da gestão de recursos hídricos

O PROÁGUA/Semi-árido finalizou em 2006 o sistema Araçuaí IA, que contempla as sedes municipais de Araçuaí e Carbonita. Avançou na implementação do sistema Araçuaí IB, que contempla 16 distritos e localidades dos municípios de Minas Novas e Araçuaí e do sistema Araçuaí IC, que contempla quatro sedes municipais (Leme do Prado, Jenipapo de Minas, Veredinha e São Gonçalo do Rio Preto) e dois distritos, com previsão de término em 2007. Estes sistemas beneficiarão uma população residente de aproximadamente 70 mil habitantes. O Sistema Diamantina, localizado na bacia do rio Jequitinhonha, em implantação no ano de 2006 em 10 distritos do município de Diamantina, está recebendo investimentos de R\$ 10,9 milhões, que contemplarão perto de 13 mil habitantes. O Programa PROÁGUA/Semi-árido ainda impulsionou a formação dos comitês de bacia hidrográfica, que foram apoiados em diversos encontros de capacitação e treinamento de seus membros e representantes. Foram contratados estudos técnicos para as principais bacias hidrográficas no estado, notadamente na região norte e nordeste, buscando o melhor conhecimento dos recursos hídricos destas regiões. Foram realizados trabalhos de mobilização e educação ambiental e sanitária, bem como aquisições diversas de aparelhos e equipamentos de informática para estruturação e fortalecimento dos comitês de bacia, totalizando cerca de R\$ 5 milhões.

Beneficiados 83 mil habitantes

*Mapa de
qualidade das
águas*

O Projeto Águas de Minas executou quatro campanhas de amostragem trimestrais em 260 pontos de coleta, com a realização dos respectivos ensaios físico-químicos, bacteriológicos e ecotoxicológicos, no período de janeiro a dezembro de 2006. Lançou o mapa de qualidade das águas superficiais em 2005 no 4º Fórum das Águas. Divulgou os 12 relatórios de qualidade das águas em 2005, no "site" do IGAM, os resultados do projeto estruturador do Rio São Francisco e outros convênios, bem como os dados de 2005 em reuniões dos COPAMs Regionais, Comitês de Bacias e nas reuniões da Câmara Técnica de Política Ambiental (CPA) e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).

*Monitoramento
de águas
superficiais e
subterrâneas*

Foram monitoradas as águas superficiais e subterrâneas das sub-bacias dos rios Verde Grande, Riachão e Jequitai na bacia do rio São Francisco em Minas Gerais, por meio do Convênio Codevasf/Igam - Operação das redes de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, de sedimentos e fluviométrica, sendo 42 estações de monitoramento de águas superficiais, 39 de águas subterrâneas, de janeiro a junho de 2006, e três fluviométricas, de janeiro a dezembro de 2006.

Foi feita a otimização da rede e dos parâmetros e continuidade da operação da rede em outubro de 2006, e celebrado o Acordo de Cooperação Técnica entre o IGAM e a CNEN/CDTN, para a realização do projeto "Critérios para Avaliação da Qualidade de Sedimentos - Aplicação na Bacia do Alto Curso do Rio São Francisco em Três Marias - MG". Também foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Igam e Escola de Engenharia da UFMG para diversos projetos de pesquisa envolvendo as redes de monitoramento de qualidade de águas. Foram elaborados os Estudos de Metas de Qualidade das bacias dos rios Pará e Verde.

*Integração
entre órgãos,
gestores e
usuários*

É importante ressaltar que o alcance dos objetivos é gradativo e a continuidade do projeto vem proporcionando a integração efetiva entre os órgãos gestores e usuários, com vistas ao alcance da gestão sustentável dos recursos hídricos. Os resultados do programa de monitoramento da qualidade das águas foram publicados em periódicos científicos e divulgados em diversos congressos ao longo de 2006.

*Monitoramento
de qualidade*

Em relação ao projeto estruturador Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, foram implantadas quatro redes de monitoramento de qualidade, sendo uma na bacia do Rio Paracatu, visando subsidiar a proposta de enquadramento da bacia estabelecida em seu Plano Diretor de Recursos Hídricos; uma na bacia do Rio São Francisco Norte, visando ao aperfeiçoamento do monitoramento das águas subterrâneas e para atender ao Projeto Jaíba; uma na região de Três Marias visando à avaliação dos sedimentos devido às ocorrências de mortandades de peixes em 2005; e, finalmente, uma na bacia da Pampulha visando subsidiar a proposta de reenquadramento da bacia em parceria com o Consórcio de Recuperação da Bacia da Pampulha. Destaca-se ainda a continuidade da operação das três redes implantadas em 2005.

Em relação à Divisão de Regulação de usos do Igam, foram concedidas, em 2006, 334 outorgas; 771 autorizações com vazão insignificante e 499

licenças de perfuração. Além de critérios para emissão de outorga para geração de energia elétrica, há critérios para emissão de outorga para lançamentos de efluentes.

Outra vertente de atuação do Igam é o monitoramento do tempo e do clima, em que foram operadas e mantidas 230 Plataformas de Coleta de Dados (PCD) em convênio de alguns parceiros.

*Monitoramento
do tempo e do
clima*

CONVÊNIOS	EQUIPAMENTOS	Nº	BACIAS
ANA	Estações hidrométricas	65	Rio Grande
CEMIG	Estações hidrometeorológicas	105	São Francisco, Paranaíba, Grande, Doce e Pardo
COPASA	Estações hidrométricas	60	São Francisco

A partir do processamento da Base de Dados Pluviométricos e Meteorológicos obtidos nas PCDs, o Igam manteve o Sistema de Meteorologia e Hidrologia de Minas Gerais (SIMGE), visando à elaboração de mapas e seleção de informações já divulgadas no portal www.simge.mg.gov.br. As advertências sobre os riscos de incêndio na vegetação, no período de junho a outubro, os alertas hidrológicos na bacia do Rio Doce e alerta de enchentes da bacia do Alto Rio Sapucaí também foram alvo da atuação do sistema.

*Sistema de
Meteorologia e
Hidrologia*

O Igam arrecadou tributos estaduais (fonte 60) por meio das outorgas e concessões do direito de uso da água em todo território mineiro. Até 30 de novembro de 2006, foram arrecadados R\$ 2.624.821,17. Além disso, o Igam arrecadou R\$ 333.899,59 de aluguel, R\$ 9.250,00 com vendas de editais e R\$ 1.310.491,19 de serviços de hidrologia, totalizando R\$ 4.278.461,95.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (Seapa)

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento realizou oito encontros em todas as regiões do estado, envolvendo mais de 500 municípios e 5 mil agricultores, técnicos e lideranças, com o objetivo de divulgar as ações desenvolvidas pelo Governo de Minas – Programa Minas Excelência em Agricultura, visando ao fortalecimento do agronegócio e ao desenvolvimento rural.

O Plano Diretor foi estruturado e publicado em quatro grandes estratégias: Política Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Recursos Financeiros; Política de Comunicação e Modernização da Gestão.

Além disso, houve a implantação dos Centros de Inteligências do Milho, da Batata e do Leite em parcerias com a Embrapa Milho e Sorgo, com a Universidade Federal de Lavras e com a Embrapa Gado de Leite, respectivamente. (www.cim-agro/cib; www.cileite.com.br; www.cimilho-cnpms.embrapa.br).

*Implantação
dos Centros de
Inteligência*

O Projeto de Rastreabilidade do Rebanho Bovino de Minas Gerais (Rastrear) e o Programa de Modernização da Frota Agrícola de Minas Gerais (Agrofrota) foram lançados. Três leilões do Projeto de Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino do Estado de Minas Gerais – Pró-Genética, em Montes Claros e Curvelo foram realizados.

*Lançamento
do Pró-
Genética,
Rastrear e
Agrofrota*

Assinou-se o Termo de Mútua Cooperação Técnico-Financeira com o Banco do Brasil SA, para disponibilizar R\$ 3,5 bilhões para a safra agrícola de Minas Gerais de 2006/2007.

A I Feira de Agricultura Familiar (Agriminas) foi apoiada, tendo sido promovida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), em parceria com o Governo de Minas Gerais, por meio da Seapa e da Emater-MG.

A Superagro Minas 2006 (46ª Exposição Estadual Agropecuária e a 9ª Expocachaça) foi realizada, valorizando o agronegócio e mostrando ao Brasil a força rural do estado. Houve participação de cerca de 100 municípios, 150 mil visitantes, 300 estandes, 300 expositores e 3 mil animais, gerando R\$ 60 milhões em negócios.

*Realização da
SuperAgro
Minas 2006*

Recebeu duas missões técnicas francesas em apoio ao sistema de certificação dos queijos tradicionais de fabricação artesanal de Minas Gerais e às organizações de produtores na definição inicial do produto típico de cada região e reflexão estratégica do sistema de certificação. E foi realizada missão técnica de Apoio à Organização da Cadeia Produtiva da Batata e Introdução de Novas Variedades de Batata no Estado de Minas Gerais, de acompanhamento dos trabalhos de segmentação de mercado e promoção comercial das novas variedades.

*Centro de
Excelência do
Café*

No Agrominas – Agregação de Valor e Certificação de Café, foram concluídos Centros de Excelência de Café em Machado, Patrocínio e Viçosa, atendidos 13.500 cafeicultores em eventos técnicos e capacitados 240 extensionistas em tecnologias de cafeicultura.

*Jaíba - geração
de 7 mil
empregos
diretos e 11
mil indiretos*

No Projeto Jaíba foi concretizada a infra-estrutura para irrigar 24.669,68 hectares de área líquida na etapa I e 19.276,40 hectares na etapa II, passando de uma área irrigada de 3.500,00 hectares que produzia 60 mil toneladas de produtos agrícolas, para 15.880,00 hectares de área irrigada, com 322 mil toneladas de produtos agrícolas. Nesse período, houve geração de 7.600 empregos diretos. Na etapa I do projeto, todos os pequenos produtores estão recebendo água potável, depois de 25 anos de assentados. Estão sendo assentados 456 novos pequenos produtores com toda infra-estrutura, todos com uma célula habitacional. Foram concluídas as 254 residências na área urbana, a ponte sobre o Rio Verde Grande, as obras da Copasa de saneamento e de abastecimento e de escoamento de águas pluviais no município de Jaíba. No Jaíba Etapa II, estão sendo investidos R\$634 milhões em duas usinas de cana-de-açúcar, uma de biodiesel e uma unidade de processamento de frutas para produção de suco concentrado. Estas unidades industriais gerarão 6.870 empregos diretos e 11.250 empregos indiretos.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Emater)

A Emater-MG consolida a sua força em prol do desenvolvimento de Minas Gerais, com a celebração de mais 51 convênios com prefeituras municipais, marcando a sua presença em 784 municípios, o que corresponde a 92% do total de municípios do estado.

Junto com 440 mil agricultores e parceiros, a Emater-MG estabeleceu 2.800 planos/programas de desenvolvimento. Na ação “Constituição e Dinamização de Estruturas Associativas” a empresa organizou, assessorou e/ou apoiou 4.260 grupos e associações de produtores e 7.320 conselhos e associações comunitárias. Com esta ação 52.170 agricultores passaram a realizar compra e/ou venda em conjunto.

*153 mil
famílias
atendidas na
Segurança
Alimentar*

Foram atendidos 168 mil agricultores familiares na ação “Educação e Assistência Ambiental” obtendo resultados nas mais variadas práticas. Atendeu também 153 mil famílias e suas estruturas associativas na ação “Segurança Alimentar e Qualidade de Vida”, orientando a instalação e melhoria de lavouras, hortas, pomares, criações de pequenos animais, abastecimento de água, entre outras.

*324 mil
famílias
beneficiadas
pelo Minas
Sem Fome*

No Minas Sem Fome foram atendidas 324.022 famílias, beneficiando cerca de 1,6 milhão de pessoas em 680 municípios mineiros. No projeto pró-horta, 248.215 famílias receberam este ano sementes, adubo e ferramentas para plantar hortas comunitárias e individuais; no projeto Lavouras Comunitárias já são 116.173 famílias com projetos de lavouras de grãos e no projeto Unidades Coletivas de Processamento Artesanal de Alimentos, 24

projetos estão sendo executados, beneficiando 720 famílias. Foram realizados também 1.024 cursos de capacitação para 18.432 agricultores e famílias.

No Agrominas foram executadas 20 etapas do circuito mineiro de cafeicultura e foi realizado o III Concurso Estadual de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais, com participação de 1.507 amostras, com inédito Leilão Internacional, atraindo novos negócios e oportunidades para o estado. Foram selecionadas 500 propriedades de agricultores familiares para serem certificadas. No programa foram beneficiados 13.500 agricultores familiares.

Agrominas

Na Revitalização do Rio São Francisco foram implantados 33 projetos-pilotos em 33 municípios, 17 dos quais por meio de convênio firmado com a Codevasf.

No Projeto Jaíba foram disponibilizados serviços de assistência técnica e extensão rural a 1.556 agricultores e familiares.

*Atendimento a
1.500
agricultores*

A Emater-MG recebeu em 2006 o prêmio de “Melhor empresa do Brasil no setor de Desenvolvimento Agropecuário”.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS (Epamig)

Foram conduzidos, durante o ano, 224 projetos de pesquisa, dos quais 15 foram concluídos e resultaram em novas tecnologias.

Novos cultivares, como a variedades de café Catiguar-MG3 e Catiguar-MG4 adaptadas às condições do sul de Minas e do Vale do Jequitinhonha e a “Favorita”, 2ª Cultivar de Soja Transgênica para o Cerrado do Brasil Central, foram lançados. Foi concedido à Epamig por meio do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SNPC/MAPA), o primeiro Certificado Provisório de Proteção de Cultivar. Foram também comercializados insumos qualificados, perfazendo 897 toneladas de sementes básicas e produção de 541 mil mudas com tecnologia agregada.

*Comercialização
de 900 toneladas
de sementes
básicas*

Para difundir suas tecnologias a Epamig publicou seis Informes agropecuários, quatro boletins técnicos, cinco revistas do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, Manual de Tecnologias, Instrução Normativa para Publicações, Calendário de Eventos e a reimpressão do livro “Controle Alternativo de Pragas e Doenças” organizado por pesquisadores da Epamig que lhe valeu o registro ISBN. Realizou 85 eventos, 56 dias de campo, 138 reuniões técnicas, 68 visitas técnicas, 75 palestras técnicas, 129 cursos de pequena duração e 81 artigos publicados em periódicos científicos.

*Difusão de
tecnologia*

Foram produzidas 500 mil mudas de morangos, 70 toneladas de sementes de mamona para atender 92 municípios do norte de Minas, devidamente cadastrados na Agricultura Familiar, como forma de fomentar a produção desta cultura, e nas escolas técnicas formaram-se 65 técnicos em laticínios e 15 em agropecuária.

*Atendimento a
92 municípios
do Norte de
Minas*

Merece destaque a 1ª Vitrine de Gado F1, com o objetivo de divulgar tecnologias de produção sustentável de leite e carne a pasto, aplicáveis a pequenas e médias propriedades.

*Inauguração
do Centro
Tecnológico*

Foram inaugurados no Centro Tecnológico do Sul de Minas, os laboratórios de solos e nutrição de plantas e geoprocessamento, que atenderão demandas relacionadas à cafeicultura.

Além das parcerias remanescentes de anos anteriores, novas foram formalizadas com a iniciativa privada e/ou pública, como as parcerias com as Associações dos Municípios das Microrregiões do Médio Rio Grande e do Vale do Paraíba, que criam possibilidades para desencadeamento de desenvolvimento sustentado do agronegócio.

*Pesquisa com
pitanga roxa
para o
combate ao
câncer*

Para o Projeto Jaíba houve a implantação e condução de 27 projetos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, priorizando a atividade frutícola. Destes, seis foram concluídos, entre eles a pesquisa com pitanga roxa, que contem substâncias que previnem o envelhecimento e combatem o câncer. Também estão sendo realizados trabalhos de pesquisa sobre a sigatoka negra, implantação de campos de observação com a cultura do morangueiro e estudos com variedades de cana-de-açúcar, mamona e pinhão manso.

Agrominas

Em relação ao Agrominas, sete pesquisas foram concluídas e foram realizados vários eventos para a divulgação destes trabalhos, entre eles palestras técnicas, publicações de artigos científicos em revistas técnicas, dias de campo sobre cafeicultura em Turmalina e Machado, apresentação de 35 trabalhos de pesquisa no Congresso Brasileiro de Pesquisa do Cafeeiro em Poços de Caldas, confecção de seis boletins técnicos, lançamento do Informe Agropecuário sobre Cafeicultura Familiar e Expocafé na Fazenda Experimental de Três Pontas.

FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA (Ruralminas)

*Construção de
10 açudes e
20 barragens,
beneficiando
250 mil
habitantes*

A Ruralminas concentrou esforços na continuidade dos programas e projetos sob sua responsabilidade. Captou consideráveis recursos na área federal para implantação das barragens de Setúbal, Peão, Berizal e Bananal. Deu continuidade aos programas de Infra-Estrutura Rural e Irrigar Minas, disponibilizando 73.894.106 m² de área beneficiada, ofertando 24.850 m³ de água, com a construção de 10 açudes, 20 barragens, 55 bacias de captação. Para a melhoria e readequação de estradas vicinais ecológicas, elaborou projetos técnicos com enfoque ambiental; para 10 municípios recuperou, construiu e conservou 8.415 quilômetros de estradas vicinais. Foram beneficiados, ao todo, 66 municípios, 248.722 habitantes e 18.937 produtores.

Água na Escola

Na ação Água na Escola foram perfurados 14 poços tubulares, instalados 18 poços profundo e cinco unidades de tratamento de água, construídos sete módulos de cantinas e banheiros, eletrificação de 140 poços artesianos perfurados, beneficiando 140 escolas rurais e aproximadamente 3 mil alunos.

Em parceria com órgãos estaduais, participou com a implantação de 100% do sistema de abastecimento de água para 200 famílias residentes no trecho de jusante do Aproveitamento Hidrelétrico de Irapé, construiu 26 bases de concreto para reservatórios de 500 litros e redimensionou dois quilômetros de rede, recuperou 46 quilômetros, construiu e conservou outros 200 quilômetros de estradas vicinais e diversas obras de arte, entre elas 16 bueiros, 26 passagens molhadas, 600 quilômetros de cerca, três pontes de madeira e a conformação mecânica de 34,2 quilômetros.

*Infra-estrutura
para Usina de
Irapé*

No Assentamento Tapera, foi firmado convênio com o Incra com o objetivo de implantação de sistemas de abastecimento de água para famílias assentadas em projetos de reforma agrária no estado. Foram beneficiadas 11 famílias no Assentamento São José da Boa Vista, em Campina Verde; 40 no Assentamento 1º do Sul, em Campo do Meio; 53 no Assentamento Aliança e Progresso, 64 no Assentamento Nova Conquista e 52 famílias no Assentamento Feliz União, em Lagoa Grande.

No Projeto Jaíba, com a conclusão da implantação da etapa II, ocorreu o assentamento de 135 novos irrigantes e foram instaladas 204 miniestações de tratamento, atendendo 1.632 famílias.

*Atendimento
de 1.632
famílias*

No âmbito do Programa de Revitalização do Rio São Francisco foram elaborados, encaminhados e aprovados pela Caixa Econômica Federal nove projetos de recuperação de bacias.

Numa parceria com a Associação Mineira de Promoção de Interesse Social (AMEIS), a Ruralminas elaborou a Agenda 21, que é um plano de ação a ser adotado em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA (IMA)

Com foco nos objetivos estratégicos definidos no PMDI como “Fomento Inovador ao Desenvolvimento Econômico” e “Redução das Desigualdades Regionais”, o IMA realizou, com sucesso, uma série de ações que contribuíram para o alcance de resultados que colocam Minas Gerais em posição de destaque no cenário nacional do agronegócio, como: 49.547.076 animais vacinados, 155.275 hectares de área monitorada, 113.427 toneladas de produtos cárneos, leite e derivados inspecionados, 51.109 fiscalizações de insumos agropecuários, 230 propriedades certificadas – origem e qualidade agropecuária e 677.977 toneladas de produtos agropecuários certificados.

*49 milhões de
animais
vacinados*

No que se refere aos projetos estruturadores Jaíba e Desenvolvimento Sustentável do Rio São Francisco foram fiscalizadas, respectivamente, 1.535 e 1.384 propriedades visando ao controle do comércio e do uso de agrotóxicos e afins.

Estas ações, que resultam em última análise no exercício da defesa sanitária animal e vegetal, na preservação da saúde pública e do meio ambiente, traduzidas em números, revelam o esforço da Instituição e seus servidores para alcançar o ideal de “tornar Minas o melhor estado para se viver”.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO (Setur)

A Secretaria de Estado de Turismo (Setur) objetivando dar continuidade ao trabalho de fomentar o turismo no estado, promoveu e divulgou o potencial turístico de Minas no exercício de 2006 diversas atividades.

Os Circuitos Turísticos representam a introdução de uma nova e revolucionária metodologia de divisão e articulação dos espaços geográficos e dos municípios em torno da organização da oferta de atrativos, produtos e serviços turísticos. A proposta enquadra-se na tendência internacional de planejamento turístico que contempla a regionalização e, por consequência, a possibilidade de roteirização, conceitos contemporâneos fundamentais à elaboração de pacotes, unidade de negócios em que se fundamenta toda a mercadologia turística mais competitiva. Os circuitos integram-se perfeitamente ao Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, operacionalizado pelo Ministério do Turismo como parte da prioridade dada ao desenvolvimento dos negócios turísticos no País.

*Circuitos
Turísticos de
Minas Gerais*

Com 55 circuitos criados e 39 certificados, 17 em 2006, concebidos como sociedades civis e de caráter privado, os circuitos compõem uma fértil e estratégica organização do Turismo de Minas, já apresentando resultados positivos no diagnóstico de atrativos turísticos, novas ofertas de destinos e serviços, com a concreta perspectiva de apresentar frutos altamente positivos em médio prazo. Os Circuitos Turísticos certificados em 2006 são: Grutas; Grutas e Mar de Minas; Caminhos Gerais; Pico da Bandeira; dos Lagos; Nascentes das Gerais; Serras do Ibitipoca; Recanto dos Barões; Terras Altas da Mantiqueira; Montanhas Mágicas da Mantiqueira; Caminhos do Sul de Minas; das Malhas do Sul de Minas; Caminhos do Cerrado; Serras e Cachoeiras; Vale Verde e Quedas D'Água; Velho Chico e Urucuia Grande Sertão.

O processo de certificação, renovado anualmente, é o grande incentivador do circuito quanto à sua permanente organização como articulador de destinos e serviços turísticos. A Setur vem realizando um extenso programa de apoio ao desenvolvimento dos circuitos, em ações integradas com o Ministério do Turismo (MTUR), Sebrae-MG, o Senac-MG entre outros, por meio de oficinas e jornadas técnicas de qualificação dos serviços turísticos, análise das ofertas de roteiros turísticos, jornadas de roteirização, viagens de diagnóstico, elaboração de planos estratégicos e de projetos específicos de desenvolvimento, encontro de interlocutores e de capacitação de recursos humanos. Igualmente, um vídeo e cartilha informativos sobre o Programa de Regionalização do Turismo foram elaborados, bem como folhetos promocionais para cada circuito certificado. No âmbito do Programa, o MTUR estabeleceu o programa Rede de Cooperação, cabendo à região Sudeste o Roteiro Integrado Estrada Real, correspondente ao Caminho Velho. Nos Salões do Turismo realizados em 2005 e 2006, promovidos pelo Ministério, os circuitos e seus roteiros têm sido ofertados aos agentes de viagem de todo o Brasil e do exterior.

Para realização de levantamento da oferta turística objetivando melhorar o planejamento e a divulgação de suas potencialidades foram firmados convênios com 16 entidades entre faculdades de turismo e

comunidades em parceria com os circuitos turísticos certificados. Neste exercício foram treinadas 420 pessoas e realizados 14 eventos (reuniões, jornadas, oficinas, treinamentos e palestras) em parceria com entidades públicas e privadas a fim de promover um maior entrosamento e evitar a dispersão das atividades de cada entidade. Objetiva-se dessa maneira, a troca de experiências entre as partes e a criação de metodologia de desenvolvimento turístico regional que se consolide como parâmetro para todos os órgãos que atuam no desenvolvimento do turismo em Minas.

*Plano Setorial
de Turismo de
Minas Gerais*

A Secretaria elaborou o Plano Setorial de Turismo de Minas Gerais, em parceria com as entidades e segmentos integrantes do Fórum Estadual de Turismo, contendo propostas para o período 2007-2010. É o primeiro planejamento integral do setor, compreendendo análises conjunturais e setoriais, projeções e tendências do turismo, no Brasil e no mundo, vocações e potencialidades de Minas, diferenciais de competitividade do setor no estado, diagnósticos setoriais e propostas de ações relativos à gestão e planejamento, oferta turística, infra-estrutura urbana/turística, capacitação e qualificação, logística de transportes, fomento ao turismo e marketing turístico. O documento deverá orientar as ações da Setur e das entidades e segmentos do turismo mineiro nos próximos quatro anos.

Estrada Real

O projeto estruturador Estrada Real constitui um programa de grande dimensão, e dentre as ações realizadas no período destacam-se: a integração dos circuitos turísticos no desenvolvimento da Estrada Real, tendo sido realizado o III Programa de capacitação dos presidentes e gestores dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais, em parceria com o Sistema Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com a participação de representantes de 40 circuitos; potencialização do ecoturismo com definição e articulação das ações interinstitucionais, coordenação das atividades nas comunidades, entidades públicas, privadas e não governamentais; criação e produção de diversas peças promocionais, visando à divulgação do estado nas principais feiras turísticas nacionais e internacionais; saneamento básico com a expansão e melhoria do serviço de coleta e disposição final de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário nas localidades da área de influência da Estrada Real; concessão de financiamentos, via BDMG, a empresas localizadas ou a serem introduzidas nos municípios com uma linha de crédito bastante atraente; implantação de placas de sinalização turística nas principais rodovias visando facilitar o acesso aos municípios, bem como promover e divulgar seus produtos turísticos a 212 municípios; implantação de telefonia rural com o diagnóstico da carência de telefonia rural e instalação de 45 postos telefônicos nas localidades com menos de 100 habitantes; implantação de sistema de coleta e avaliação de dados estatísticos com a montagem e operacionalização de um banco de dados por meio de pesquisas periódicas.

*Capacitação e
Mobilização do
Turismo*

A Setur, preocupada com a melhoria da oferta turística no estado, vem desenvolvendo o Programa de Capacitação e Mobilização do Turismo, em parceria com o MTUR objetivando mobilizar as comunidades locais e capacitar os profissionais de turismo qualificando nas áreas de alimentos e bebidas, atendimento, hotelaria, condutores de turismo, pequenos empresários do

agro-negócio e alunos do ensino fundamental esperando posicionar competitivamente o destino Minas Gerais por meio do estímulo à formação de uma cadeia produtiva visando priorizar a excelência em prestação de serviços e fomentar o planejamento sistêmico, integrado e sustentável nos âmbitos social, cultural, econômico, ecológico e espacial.

O projeto Estradas Ecológicas e Turísticas recebeu investimentos de R\$ 3 milhões envolvendo dois municípios: Brumadinho e Fronteira. O projeto busca estimular o ecoturismo por meio de uma infra-estrutura viária ajustada aos valores ambientais, sociais e econômicos possibilitando melhor acesso aos circuitos turísticos existentes e ampliando oportunidades de emprego e renda para a população dos municípios envolvidos.

*Ecoturismo e
Estradas
Ecológicas e
Turísticas*

Estão sendo desenvolvidos projetos de saneamento básico e de implantação de telefonia rural, enquanto se elabora um calendário de eventos ao longo do trecho do Corredor Ecológico Diamantina-Corinto, denominado “Trilhas da Maria Fumaça”, visto como um novo destino turístico, abrangendo três circuitos turísticos: Diamantina, Serra do Cabral de Minas e Cachoeiras e Guimarães Rosa, englobando os municípios de Diamantina, Gouveia, Monjolos, Santo Hipólito, Curvelo e Corinto.

Foi realizada a recuperação, limpeza e revitalização do Caminho dos Escravos – Revitalização Diamantina/Mendanha, que é um trecho remanescente da Estrada Real que conserva características originais em 20 km de extensão e único do estado com aproximadamente 6 quilômetros de pavimentação artesanal de pedras.

As Secretarias de Estado de Turismo de Minas, Espírito Santo e do Rio de Janeiro, em ação conjunta, estão propondo ao MTUR a inclusão da região do Parque Nacional do Caparaó na Rede de Cooperação Técnica do Programa de Regionalização do Turismo. Já foram realizadas duas Jornadas Vivenciais, popularizando a travessia do parque para operadores, visando torná-lo roteiro nacional e internacional de ecoturismo, a ser apresentado no Salão do Turismo de 2007.

O diagnóstico sobre a normalização, certificação e regulamentação em turismo de aventura sistematiza os resultados dos estudos sobre os aspectos críticos da operação responsável e segura neste segmento no Brasil e nos países relevantes na captação e emissão.

Com base neste pressuposto, o Ministério do Turismo envia esforços para a construção do Sistema Brasileiro de Certificação em Turismo de Aventura, os quais passam pela certificação de condutores, de sistema de gestão da segurança e de informações mínimas necessárias ao cliente, com vistas a transformar o cenário da operação do turismo de aventura no Brasil com sua profissionalização, criando um ambiente para a sua inserção no mercado internacional.

*Turismo de
Aventura*

O Ministério do Turismo escolheu 15 pólos prioritários para a certificação do turismo de aventura no Brasil. O pólo localizado em Minas

Gerais é a Serra do Cipó, onde a Setur participa ativamente das reuniões, oficinas e treinamentos promovidos pela Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura (Abeta).

*Regionalização
do Turismo*

O programa de regionalização do turismo é um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, baseada no princípio da flexibilidade, articulação, mobilização e cooperação entre os setores e instituições como foco de união nas decisões. Minas Gerais está trabalhando com o programa por intermédio dos circuitos turísticos, que são compostos de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável.

Durante 2006, foram selecionados os circuitos turísticos que estavam certificados ou em processo de certificação até 1º/12/2005: Circuito Turístico Águas do Cerrado; Caminhos Gerais; Caminhos Verdes de Minas; Campo das Vertentes; da Canastra; das Águas; das Grutas; do Ouro; dos Diamantes; Grutas e Mar de Minas; Guimarães Rosa; Lago Três Marias; Minas-Rio; Montanhas Cafeeiras de Minas; Parque Nacional da Serra do Cipó; Serra do Cabral, de Minas e Cachoeiras; Serra do Ibitipoca; Serras de Minas; Serras Verdes do Sul de Minas; Triângulo Mineiro; Trilha dos Inconfidentes; Trilhas do Rio Doce; Tropeiro de Minas; Verde - Trilhas dos Bandeirantes; e Circuito Turístico Villas e Fazendas de Minas.

*Banco de
Imagens,
Textos
Promocionais e
Mapas*

Foi desenvolvido um intenso trabalho de captação de imagens com as Associações dos Circuitos Turísticos, Instituto Estrada Real, Ametur, Belotur, Conventions & Visitors Bureau, bem com os principais fotógrafos do estado. Desta forma, ampliou-se o banco de imagens, que contava com apenas 20 fotografias, sem autorização, em junho de 2004 e passou para 3.000 imagens autorizadas em 2006, iniciando o processo de renovação de uso de imagens com a validade até dezembro de 2008.

Devido à enorme demanda por imagens e informações, foram confeccionados 48 textos promocionais e 52 mapas dos Circuitos Turísticos para atender de forma satisfatória as inúmeras solicitações semanais, do estado, do Brasil e do exterior.

Parcerias

Foram celebradas diversas parcerias para ampliar a divulgação do turismo mineiro com a TIM por meio de Links, foi criado um hot site com informações dos circuitos turísticos, divulgado por meio do envio de torpedos com a seguinte frase: "A TIM e a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais convidam você a conhecer os Circuitos Turísticos de Minas. Acesse as cidades com cobertura TIM no site: www.tim.com.br". Esta parceria se estendeu também com o projeto de divulgação de Minas por intermédio de filipetas e imagens estampadas nos cartões telefônicos Tim, que circularão em todo estado a partir de dezembro de 2006. Com a Minas Total (editora de listas telefônicas) para divulgar 52 circuitos turísticos no Guia Empresarial e Turístico, edição 2005-2006. Para a edição do Guia 2007-2008, estão sendo

trabalhadas novas informações, priorizando os circuitos certificados. Com a Frequent Traveller do Canadá, uma das maiores agências de viagens on-line de turismo com a inclusão de Minas Gerais no seu portfólio de vendas, por meio do site brazil.com, contando com os textos promocionais, imagens e mapas, cedidos pela Secretaria. com o Escritório de Turismo em Washington (EUA). para atualização e remessa constante de material promocional bilíngüe de MG para o fomento do turismo no estado, já que foi percebida uma enorme demanda por informações desse destino, transformando uma demanda potencial em uma demanda real e crescente.

Com o objetivo de promover e divulgar o turismo mineiro a Setur participou de vários eventos: Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), de 18 a 22 de janeiro em Lisboa, Portugal; FITUR, de 25 a 29 de janeiro em Madri, Espanha; Destinations, de 2 a 7 de fevereiro em Londres, Inglaterra; Borsa Internazionale Del Turismo (BIT), de 18 a 21 de fevereiro em Milão, Itália; The New York Times Travel Show, de 24 a 26 de fevereiro em Nova York, EUA; International Tourism Exchange (ITB), de 8 a 12 de março em Berlim, Alemanha; Salon Mundial de Tourisme, de 16 a 19 de março em Paris, França; Salão da Hotelaria de Minas Gerais, 22 de março no Rio de Janeiro, RJ; TUR Escandinávia, de 23 a 26 de março em Gotemburgo, Suécia; I MINASTUR, de 26 e 27 de abril na Serraria Souza Pinto, Belo Horizonte, MG; Feira de Municípios da Associação Mineira de Municípios (AMM), de 04 a 06 de maio no Expominas, Belo Horizonte, MG; TAM SHOW Brasília, de 04 de maio no Hotel Nacional, Brasília, DF; Salto em Negócios – Mulheres Empreendedoras fazendo a Diferença, 04, 05 e 06 de maio no Minascentro, Belo Horizonte, MG; TAM SHOW Salvador, 17 de maio no Hotel Bahia Fiesta, Salvador, Bahia; EXPOCACHAÇA, de 01 a 04 de junho no Expominas, Belo Horizonte, MG; Salão do Turismo: de 02 a 06 de junho no Expocenter Norte- São Paulo – SP; TAM SHOW BELÉM, DE 07 DE JUNHO EM HOTEL SAGRES, BELÉM, PA; UNILAR – Feira Nacional de Decoração, Móveis e Equipamentos do Lar, de 17 a 25 de junho no Expominas, Belo Horizonte, MG; Congresso Mundial de Relações Públicas, de 26 a 28 de junho no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília, DF; Centro Oeste – TUR, 10 e 11 de agosto no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília, DF; FESTIVAL SOCICAM DE CULTURA - Exposição de Minas Gerais, 11 de agosto no Terminal Tietê, São Paulo, SP; Adventure Sports Fair, de 24 a 27 de agosto no Pavilhão do Ibirapuera, São Paulo, SP; Salão de Hotelaria de Minas Gerais: de 22 de agosto no Hotel Novotel Jaraguá – São Paulo – SP; AVIRRP – Encontro Nacional das Agências de Viagens, de 01 a 03 de setembro no Centro de Convenções Taiwan, Ribeirão Preto, SP; THE BRAZILIAN DAY, 03 de setembro na Rua 43 até o *Central Park* e na Rua 46, Nova York, EUA; TAM SHOW Buenos Aires, 13 de setembro no Hotel Panamericano, Buenos Aires, Argentina; TOP RESA: de 21 a 23 de setembro em Deauville, França; TTW – Travel Trade Workshop, de 24 a 26 de outubro em Montreux, Suíça; WTM – World Travel Market, de 06 a 09 de novembro em Londres, Inglaterra; FITPAR, 18 e 19 de novembro em Assunção, Paraguai; FIT – Feira Internacional de Turismo da América Latina, de 25 a 28 de novembro em Buenos Aires, Argentina; EIBTM, de 28 a 30 de novembro em Barcelona, Espanha, dentre outros.

Eventos, Feiras,
Exposições.

A Secretaria de Estado de Turismo em parceria com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) e o Departamento de Obras Públicas

*Trechos
Ferroviários
Turísticos*

(DEOP) visando desenvolver o turismo em trechos ferroviários turísticos em municípios mineiros, firmou com o Ministério do Turismo o convênio “Revitalização dos Trechos Ferroviários Turísticos” objetivando reformar estações ferroviárias históricas em diversas cidades de Minas, com investimento de R\$ 720 mil.

Com um investimento de R\$ 1.080.000,00 para implantação de Centros de Apoio ao turista nos municípios de Ouro Preto, Mariana, São João del Rey e Diamantina e de Centros Vocacionais em Ouro Preto e Diamantina. Ação em parceria entre Governo de Minas, por meio da Setur, Setop e Deop com o Ministério do Turismo.

Recuperação do projeto Revitalização do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Igreja São Francisco de Paula em Ouro Preto, no valor de R\$110 mil, em parceria com o Ministério do Turismo.

*Incentivo ao
Desenvolvimento
do Turismo de
Pesca Esportiva*

A criação do “Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo de Pesca Esportiva em MG”, devido às excepcionais condições do estado para a pesca esportiva, determinada pela existência de lagos, rios, represas e barragens, soma-se às propostas de trabalho da Setur.

A Secretaria conta com a adesão e envolvimento do maior número de municípios onde essas represas estão localizadas e também daqueles que estão em seu entorno, para que um grande trabalho de união de esforços em prol do desenvolvimento do turismo seja realizado no estado.

O Programa de Pesca Esportiva tem como objetivo consolidar Minas Gerais como pólo de turismo de pesca esportiva, por meio do aproveitamento de seu imenso potencial hídrico, promovendo e retomando o desenvolvimento do turismo sustentável, alavancado a prática de esportes náuticos, contribuindo para o fortalecimento da economia e despertando no turista o interesse pela pesca esportiva bem como a conscientização das comunidades para a preservação do meio ambiente e da fauna e flora.

Dentre as ações desenvolvidas em 2006, destacam-se: Torneio de Pesca Esportiva ao Tucunaré do Circuito Turístico Lago de Três Marias, de 22 a 24 de setembro de 2006 no Lago de Três Marias; participação da Setur na Ação Bureau – seminário realizado pelo Bureau Brasileiro de Pesca em São Paulo, durante o Brazil Fishing Show com o objetivo de identificar as ações que poderão ser desenvolvidas em cada região, a fim de mapear as estruturas de turismo de pesca existentes; Seminário de avaliação e validação das ações de integração para o desenvolvimento do turismo sustentável da bacia do Rio São Francisco – Programa de Revitalização do São Francisco, realizado em Três Marias em novembro de 2006 com a participação do Ministério do Turismo; lançamento e publicação do Plano de Ações Estratégicas e Integradas de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável previsto para dezembro de 2006.

O governo do estado por meio da Unidade Executora Estadual (UEE) do PRODETUR/NE-II/MG, assinou em 26 de maio/2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, o contrato de subempréstimo de U\$56 milhões, para financiamento dos projetos contemplados no plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Os investimentos no exercício 2006 ficaram a cargo da contrapartida federal ao programa, que vem financiando os planos diretores participativos municipais, os projetos de meio ambiente, os de patrimônio histórico/cultural e a modernização administrativa municipal. Os projetos de infra-estrutura, como os de saneamento e as estradas, estão sendo licitados, e sua execução se dará no exercício 2007.

PRODETUR

COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES (PROMINAS)

A Companhia Mineira de Promoções (PROMINAS) é administradora dos Expominas de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Araxá e ainda do Minascentro. O ano de 2006 foi para o Minascentro e a Expominas-BH um tempo de fertilização do terreno do turismo de eventos e negócios em Minas Gerais. Foi implantado um setor de captação e pós-venda de eventos, diretamente ligado à área comercial, com a finalidade de fomentar os trabalhos de captação e fidelização de clientes por meio de visitas de pós-venda. Ocorreu otimização do processo de captação de eventos, após a reunião do BID CII 2006, realizada entre março e abril do presente ano, no Expominas/BH com a celebração de parcerias com redes de hotéis.

*Turismo de
Eventos e
Negócios*

Em 2006, o Minascentro recebeu recurso R\$ 1,8 milhão na reforma geral do Centro de Convenções, por intermédio de convênio entre a Setur, Setop e o Ministério do Turismo, para ser aplicado nos acessos para deficientes físicos e construção de novos acessos, reparo e troca de pintura externa de todo o prédio, substituição do carpete do Teatro Topázio, dentre outras melhorias e adaptações dos espaços comercializados.

A taxa de ocupação do Minascentro e do Expominas - BH, em 2006, foi de 150 eventos para um público de 380 mil pessoas e de 30 eventos para 330 mil pessoas, respectivamente.

REFORMA AGRÁRIA

O Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER), autarquia vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária (SEARA), tem como objetivo planejar, coordenar e executar a política agrária e fundiária do estado, por meio da promoção de ações destinadas à democratização do acesso à terra, de acordo com as diretrizes do desenvolvimento sustentável em Minas Gerais.

O Programa de Titulação de Terras Devolutas visa à regularização de pequenos posseiros, de forma gratuita, beneficiando famílias de baixa renda. Em 2006, no tocante à legitimação de terras devolutas, o ITER/SEARA manteve-se na política de priorizar a titulação gratuita dos pequenos posseiros de imóveis com áreas inferiores a 50 hectares., nos termos da Lei Estadual nº 14.313/02, ou seja, o ITER firma convênios com as prefeituras e oferece treinamento aos servidores indicados pelo Executivo Municipal, objetivando o recebimento e conferência da documentação para processamento na autarquia.

*Titulação de
Terras
Devolutas
Rurais e
Urbanas*

Foram emitidos em 2006, 1.445 títulos de propriedade de terras urbanas e rurais, sendo 1.084 rurais e 361 urbanos em todo o estado, superando a meta deste ano prevista de 1.100 títulos. Foram destinadas reservas de terras devolutas para as prefeituras municipais, visando à execução de obras de interesse público, como a construção de casas populares, postos de saúde, escolas, áreas de lazer, etc, totalizando 61 áreas reservadas.

A partir da regularização dos imóveis, com os respectivos registros das matrículas nos cartórios de registros de imóveis do estado, os novos proprietários podem se habilitar para a obtenção de financiamentos agrícolas e realizar investimentos em suas propriedades.

A direção do ITER divulgou suas ações na área de regularização fundiária com edição de 100 mil cartilhas sobre o trabalho de titulação direcionadas aos pequenos posseiros. Editou, ainda, um fôlder contendo em linhas gerais todos os programas em curso na autarquia.

Em 2006, o ITER/SEARA enviou à Advocacia Geral do Estado (AGE), para o ajuizamento das devidas ações discriminatórias, 33 processos de terras consideradas devolutas, a partir dos levantamentos realizados das cadeias dominiais dos imóveis, totalizando aproximadamente 28 mil hectares.

*Ações
discriminatórias
de terras
devolutas*

Em 2006, na execução do convênio firmado entre o ITER/SEARA e a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para a execução do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, em Minas Gerais, no município de Janaúba, foram identificados, cadastrados e georreferenciados 2.173 imóveis rurais, além de terem sido emitidos 300 títulos de legitimação de terras devolutas rurais, com áreas inferiores a 100 hectares., com a prioridade de titulação gratuita dos pequenos posseiros de imóveis. Para dar publicidade a essa ação do programa o ITER realizou um seminário, em julho no município de Janaúba, que contou

*Cadastro de
Terras e
Regularização
Fundiária*

com a presença de equipe do MDA, do INCRA, do Executivo e Legislativo Municipais, de lideranças de trabalhadores rurais e dos beneficiários dos títulos de legitimação da localidade. Nesse ato público o ITER lançou o Mapa Fundiário do Município, marcando um fato inédito: Janaúba é o primeiro município do país a ter toda a sua malha fundiária georreferenciada, cadastrada e regularizada, cumprindo o objetivo do programa.

Trata-se da consolidação de uma ação pioneira, em âmbito nacional, realizada pelo Estado de Minas Gerais, possibilitando ao município de Janaúba a coleta dos registros gráficos e literais necessários ao cadastro, à regularização fundiária e à retificação de registros de seus limites. A regularização de posses de terras devolutas possibilita ao pequeno agricultor familiar acesso aos diversos financiamentos agrícolas existentes, destinados aos proprietários de terras, configurando assim, importante meio de indução da cidadania à população rural carente de Minas Gerais.

Para 2007 estão previstos mais 12 municípios de Minas Gerais a serem contemplados pelo programa, ampliando ainda mais a ação do ITER no mapeamento dos imóveis rurais, visando à regularização de posseiros.

Regularização de
unidades de
conservação

Na execução do convênio firmado entre o ITER/SEARA e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), para a regularização fundiária de unidades de conservação estaduais e a identificação de áreas para parques estaduais, foram realizadas medições e georreferenciamento das áreas, ações discriminatórias administrativas e pesquisas cartoriais concentrando os trabalhos nas unidades de conservação da região do Jaíba: Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, Parque Estadual Mata Seca, Parque Estadual Verde Grande e Estação Biológica Serra Azul. Além dessas unidades, também tiveram os trabalhos de regularização fundiária executados em 2006 os parques estaduais Pico do Itambé, Serra do Brigadeiro, Mata do Cedro, Serra de Grão Mogol, Serra da Boa Esperança, Conceição do Mato Dentro, Serra da Lapa Grande, Peruaçu e Estação Ecológica do Tripuí.

Segurança
Alimentar

Atendendo a demanda dos movimentos sociais ligados à questão de reforma agrária no nosso estado, o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (PSA), integrante do Projeto Estruturador Minas Sem Fome, sob a coordenação e execução do ITER, teve aprovado no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) projeto que garante a continuidade da execução do programa em Minas em 2006 e 2007, beneficiando cerca de 5 mil famílias, por meio do convênio 244/2005, assinado com o Ministério.

O programa inédito, lançado pelo ITER há cinco anos em áreas de acampamentos e pré-assentamentos de reforma agrária, que já beneficiou mais de 30 mil famílias, visa à implantação de sistemas produtivos comunitários de alimentos para auto-abastecimento em assentamentos que ainda não receberam créditos oficiais, fortalecendo as formas organizativas dos trabalhadores, tornou-se referência nacional pela forma participativa e como alternativa à distribuição de cestas básicas. Estabelece, ainda, a devolução solidária por intermédio de doação do excedente da produção, com distribuição de alimentos para outras famílias acampadas na região, bem

como às creches, escolas e hospitais, criando uma rede de solidariedade local e regional. Frequentemente o ITER tem sido chamado em eventos para expor sua experiência de valor qualitativo para órgãos de outros estados.

Capacitação de 1.200 assentados em organização e gestão solidária; elaboração de plano de negócio em agroecologia e desenvolvimento sustentável, educação cooperativista em produção, agroindustrialização e comercialização; organização de empresa rural comunitária; organização da produção e gerenciamento de cooperativas.

*Empreendimen
tos Econômicos
Solidários*

Implantação de minilaticínio para fortalecimento da produção em assentamentos do noroeste do estado, beneficiando 203 famílias. Implantação de campos de proteínas, utilizando leguminosas, cujo objetivo é a melhoria da alimentação do gado leiteiro. Toda essa ação foi articulada pelo ITER/MG, inicialmente por uma oficina no assentamento e, posteriormente, com o levantamento da demanda de sementes e conseqüente aquisição das leguminosas.

Essa ação teve como base a demanda do grupo de mulheres do município de Mariana para viabilizar projeto de aquisição de material para confecção de tapetes de sisal. Este assentamento está inserido em uma região onde os tapetes de sisal são marcas registradas no cenário de artesanato mineiro. Assim, após a realização de oficinas com o grupo de mulheres do artesanato, foi adquirido pelo ITER/MG aproximadamente 5.100 frascos de tinta e 100 quilos de fitilho para a confecção dos tapetes. Ressalte-se, também, que todo esse processo teve como parceria a Prefeitura de Mariana com assistência da Emater local.

Em dezembro foi concluído o convênio entre o ITER e a Prefeitura de Governador Valadares com a entrega da obra do centro de formação de trabalhadores rurais.

O maior projeto de assentamento de Minas Gerais, Projeto de Assentamento Herbert de Souza (PA Betinho), recebeu recursos do governo estadual da ordem de R\$ 401 mil, referentes a investimentos de contrapartida do estado em obras de abastecimento de água e fossas sanitárias nas casas construídas com recursos desse convênio e executado pelo ITER/MG, cujos resultados já estão beneficiando diretamente 600 famílias e uma população de aproximadamente duas mil pessoas.

PA Betinho

O Programa Banco da Terra foi extinto pelo governo federal no início de 2003. Durante sua execução foram atendidas 2.400 famílias, em 122 operações, em todo o Estado de Minas, financiados com recursos do Fundo de Terras (Fonte: SISFIN 30/04/2005). Em razão de muitas irregularidades constatadas no decorrer da execução desse programa, a União encerrou sua execução. Assim, as famílias beneficiárias ficaram sem apoio do poder público e com as dívidas do financiamento crescendo a cada ano.

Consciente da necessidade de programar, em nível estadual, ações de retomada de desenvolvimento dos projetos, o ITER conveniou-se ao MDA por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), para promover a

*Regularização
dos Projetos do
Banco da
Terra*

regularização desses 122 assentamentos do Banco da Terra no território mineiro. Uma equipe de consultores do ITER está coordenando, nesses assentamentos, o processo de regularização do quadro social e providenciará as renegociações de suas dívidas com os bancos e a liberação dos créditos do PRONAF-A, proporcionando a oportunidade de repactuarem suas dívidas e a contratação de empréstimo. As primeiras cinco regularizações serão aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Rural (CEDRS) ainda em 2006.

Dessa ação, esperam-se indicativos importantes para a formulação de princípios e diretrizes que serão norteadores para os demais processos de regularização e futura revitalização dos projetos com financiamentos do Fundo de Terras (Programas Banco da Terra e Cédula da Terra).

*Programa
Nacional de
Crédito
Fundário*

O Crédito Fundiário é um programa que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra e jovens rurais o acesso a terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis no campo. As taxas de juros variam de 3% a 6,5% ao ano, de acordo com as faixas de financiamento, que vão de R\$ 5 mil a R\$ 40 mil. Os prazos de pagamento são de 14 a 17 anos com carência é de 24 meses. São também financiados os investimentos em infraestrutura básica (casas, energia elétrica, rede de abastecimento de água, estradas) e projetos produtivos comunitários. Apenas pode ser financiada a compra de áreas não passíveis de desapropriação.

Tramitam na Unidade Técnica Estadual do programa (UTE/MG) 173 propostas de financiamento atendendo 4.208 famílias a serem beneficiadas, sendo cinco propostas: grupo de 26 famílias no valor de R\$ 580 mil encaminhadas ao Banco; 18 propostas (grupo de 187 famílias) no valor de R\$ 4,9 milhões esperando referendo do CEDRS; 160 propostas (grupo de 1.144 famílias) estão em fase de análise aguardando documentação para dar andamento ao processo de financiamento.

Conforme Portaria conjunta MDA/INCRA nº 13 de 22/8/2005, foi instituído o Grupo Estadual de Política Agrícola para Reforma Agrária (GERA), na qual a UTE, órgão vinculado ao ITER/SEARA, um de seus componentes e responsável pela emissão da Declaração de Aptidão (DAP) para o PRONAF Grupos A e A/C de assentamentos financiados com recursos do Fundo de Terras. Desta forma foram emitidas 331 DAPs, totalizando R\$ 4,5 milhões de recursos liberados.

A SEARA/ITER/UTE assumiu, também, o acompanhamento dos 29 projetos de assentamento implementados pelo IDENE liberando R\$ 667 mil para os projetos de infra-estrutura e produtivos das comunidades.

O ITER, junto com outros órgãos envolvidos com a Reforma Agrária, inclusive a Polícia Militar de Minas Gerais, acompanha todas as ocupações de terra para que sejam garantidos os direitos humanos de todos, tendo por fim a paz no campo e o desenvolvimento social.

Na intermediação de conflitos agrários, a ação do instituto visa a garantir e preservar a vida das pessoas envolvidas na disputa, abrindo um

canal de diálogo entre as partes, buscando a solução definitiva para o problema.

Atualmente, existem em Minas aproximadamente 13.500 famílias diretamente envolvidas em conflitos agrários, totalizando 184 focos de conflitos (acampamentos). Durante este ano ocorreram cerca de 20 novas ocupações (28% menor em relação ao ano anterior), envolvendo aproximadamente 720 famílias (redução de 33%, em relação ao ano anterior).

*Intermediação
de Conflitos
Agrários*

O ITER acompanhou 148 processos de reintegração de posse e interditos proibitórios. Além disso, atuou na mediação de dois conflitos urbanos pela posse da terra, envolvendo 230 famílias. Foram realizadas quatro audiências públicas e 16 reintegrações de posse, envolvendo 16 municípios com ocupações de terra.

O ITER atuou, ainda, em 80 vistorias e inspeções judiciais nas áreas de litígio pela posse da terra em parceria com a Vara de Conflitos Agrários e o Ministério Público, culminando em audiências de conciliação, conseguindo acordos em 85% dessas audiências.

Tal feito possibilita aos técnicos do ITER aferirem a realidade no campo, dando-lhes subsídios, de fato, para as composições amigáveis diante do conflito entre as partes nas audiências judiciais de conciliação. As ações humanitárias do ITER no campo não param por aí. Em 2006, foram destinadas em caráter emergencial a áreas em processo de despejo ou para as famílias afetadas pelas mudanças climáticas, como chuva e frio, lonas e cobertores.

Nota-se, com os números apresentados, que houve uma diminuição significativa de conflitos agrários ao longo de 2006 e acordos judiciais em maior número, denotando a importância da atuação dos órgãos na busca da conciliação e uso do diálogo como ferramenta de sustentação da paz no campo. Passo a passo o ITER vem consolidando sua atuação nessa questão e ganhando a confiança das lideranças de trabalhadores rurais que reconhecem essa importante presença do estado no campo.

DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS (Idene)

A Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas (Sedvan) tem como finalidade fortalecer politicamente a região mineira de economia historicamente deprimida. A secretaria incorpora o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene), como órgão operacional, e tem como missão diminuir as desigualdades, combater a pobreza e transformar as potencialidades do norte e nordeste de Minas em desenvolvimento político e socioeconômico sustentável.

Aproximadamente 500 mil pessoas estão sendo beneficiadas e recursos da ordem de R\$ 73,5 milhões foram aplicados na região por meio dos projetos que envolvem crédito subsidiado para infra-estrutura produtiva e social para as associações de trabalhadores rurais, instalação de equipamentos públicos de produção coletiva e inclusão digital, serviços de monitoria virtual, equipamentos e serviços de combate à desnutrição e de promoção da saúde bucal, capacitação, aquisição e distribuição de produtos alimentícios, incremento da agricultura familiar, apoio ao desenvolvimento do turismo e artesanato da região, além da organização de associações comunitárias por intermédio de um grande projeto de alfabetização.

*Principais
ações*

No que se refere ao combate às desigualdades sociais do norte e nordeste de Minas, o Rede Comunidade Viva visa ao fortalecimento dos projetos e programas do sistema Sedvan/Idene dedicados a essa temática. Sua ação consiste na realização de três seminários de sensibilização, organização e aprimoramento das institucionalidades dos diferentes projetos e programas, além da publicação de um livro contendo artigos sobre o material pedagógico dos seminários. Dois destes seminários já foram realizados, com investimentos de R\$ 89,4 mil e capacitação de 120 agentes comunitários que vão beneficiar 2.500 pessoas, o terceiro, com investimentos de R\$ 39,8 mil, resultado de uma parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

*Rede
Comunidade
Viva*

O Cidadão.NET é um programa que faz a inclusão digital, por meio de telecentros comunitários, dos cidadãos residentes nos municípios com baixo IDH e alto índice de analfabetismo. Os telecentros comunitários promovem a alfabetização digital, o acesso gratuito à Internet, a difusão de informações públicas, bem como o uso das tecnologias da informação e da comunicação para processar e produzir conhecimentos e implantar campanhas e ações comunitárias com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Desde que foi implementado, já foram capacitados aproximadamente 600 jovens educadores.NET, que atuam como multiplicadores da inclusão digital a serviço da cidadania e efetivam a gestão participativa e o processo de apropriação dos telecentros, que inclui representantes de vários segmentos da sociedade. O Cidadão.NET já promoveu a inclusão de cerca de 12 mil pessoas no universo digital, com a implantação de 110 telecentros e investimentos da ordem de R\$ 6 milhões. Em 2006, foram implantados 34 telecentros, que incluíram 5 mil

Cidadão.NET

pessoas no mundo digital e 300 jovens foram capacitados com investimento de cerca de R\$ 2 milhões. A previsão é de que, em 2007, sejam implantados mais 92 telecentros com capacitação de mais 300 jovens educadores. Há recursos da ordem de R\$ 1 milhão disponíveis para capacitações, mobilizações e pagamento de bolsas.

*Cidadão
Nota Dez*

A inclusão social também é promovida por intermédio do programa Cidadão Nota Dez, que trata a alfabetização como um processo que potencializa a emancipação social das comunidades para a gestão de políticas sociais, por meio da construção participativa de um modelo de gestão alternativo, incentivando a politização para a cidadania ativa, buscando o entendimento da força da participação coletiva, da formulação de alternativas ao desenvolvimento e geração de trabalho e renda, a partir da sala de alfabetização. O plano de capacitação continuada, em 2006, dirigiu-se a equipes pedagógicas e a toda a rede de gestão do Cidadão Nota Dez, com a capacitação de 1.880 pessoas entre alfabetizadores, gestores, coordenadores e supervisores. Ele abrange os 188 municípios que compõem a área de atuação da Sedvan/Idene e alfabetizou 47 mil alunos em sua terceira fase, já concluída; e na IV fase, que se iniciou em novembro. Os investimentos foram de R\$ 6,5 milhões.

*Leite pela
Vida*

O Leite pela Vida visa diminuir os índices de desnutrição e mortalidade infantil e gerar emprego e renda, por meio da compra local de alimentos, no segmento da agricultura familiar, com garantia de preço e distribuição de 150 mil litros/dia de leite às famílias que possuam crianças entre seis meses e seis anos de idade, nutrizes, gestantes e idosos acima de 60 anos. Atualmente, a rede de captação do leite conta com 39 laticínios e cooperativas que recebem R\$ 1,00 por litro de leite e se encarregam de fazer o repasse de R\$ 0,50 por litro aos 5.876 pequenos produtores cadastrados. O programa está no quinto módulo e atinge 193 municípios. Em 2006, foram capacitados 5 mil produtores e 6.627 agentes da Pastoral da Criança. Os investimentos foram de R\$ 59 milhões.

*Sorriso no
Campo*

O Sorriso no Campo promove a melhoria generalizada na saúde bucal da população residente na zona rural, por meio de ações odontológicas preventivas e educativas, realizadas por estudantes de odontologia, no período de férias escolares. Desde que foi implementado, há dois anos, o programa prestou atendimento a mais de 200 mil pessoas, com a participação de 700 estudantes e distribuição de mais de 400 mil kits de prevenção. Nas duas etapas, 233 municípios foram atendidos e cerca de 70 mil pessoas beneficiadas; participaram 470 estudantes de 13 faculdades parceiras. Para 2007, pretende-se realizar mais duas etapas do programa e estender a área de atuação aos municípios que não pertencem a área de atuação do sistema Sedvan/Idene.

*Artesanato em
Movimento*

O Artesanato em Movimento busca organizar o setor artesanal por meio de gestão compartilhada entre governo, associações ou cooperativas de artesãos e parceiros da sociedade civil organizada, para consolidar a atividade do artesanato como sua principal fonte de emprego e renda e despertar o seu espírito empreendedor visando ao mercado consumidor local, nacional e

internacional. Em 2006, o programa buscou ações de consolidação e avanços, como a elaboração do diagnóstico do setor nos 144 municípios das regiões norte e nordeste de Minas, que será registrado no recém-criado Sistema de Processamento de Dados do Programa Artesanato em Movimento (SIDPAM); a consolidação dos 12 Comitês Intermunicipais (CIA), que permaneceram em funcionamento; a criação da Associação Centro de Negócios Artesanato em Movimento (CENATO), fundada para atuar e agregar os artesãos de forma regionalizada e participativa, visando, entre outras ações, a gerenciar, de maneira partilhada com o IDENE e os parceiros, o Centro de Negócios do Artesanato dos Vales do Jequitinhonha; e a realização do II Simpósio Artesanato em Movimento, com a participação de 400 artesãos, lideranças e agentes públicos, objetivando avaliar as ações já realizadas e propor para os próximos quatro anos o II Plano de Ação de Desenvolvimento Sustentado do Setor Artesanal Regional. Os investimentos foram de R\$ 400 mil.

O Turismo Solidário é uma nova modalidade de viagem, que tem como principal objetivo estimular o crescimento do fluxo de turismo na região e contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais, que visa à inclusão social da população carente de oito municípios, são eles: Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Grão Mogol, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina. Houve continuidade às ações do exercício anterior, capacitando 48 bolsistas universitários que foram a campo, com o objetivo de avaliar os receptivos familiares e os serviços prestados pelas comunidades, e mais 140 membros do grupo gestor, objetivando a criação das condições para uma gestão participativa e popular, partilhada com o Idene; foi criada a Central de Reservas e o site do Turismo Solidário, na internet no endereço www.turismosolidario.com.br. Ainda em dezembro, realiza-se o Seminário de Intercâmbio e Articulação da Rede do Programa Turismo Solidário, com 100 pessoas, entre participantes do programa de todas as localidades e gestores públicos, quando se distribuí o material promocional e informativo do programa, já produzido. Para a realização destas atividades, foram investidos R\$ 320 mil.

*Turismo
Solidário*

O Projeto de Combate à Pobreza Rural de Minas Gerais (PCPR/MG), oriundo do acordo de empréstimos com Banco Mundial (Bird) e incluído entre os projetos estruturadores do Estado, visa a apoiar investimentos comunitários, não-reembolsáveis, de natureza produtiva, social e de infraestrutura básica, das comunidades rurais mais pobres da área de atuação do sistema Sedvan/Idene, contribuindo para a redução da pobreza rural, por meio da geração de trabalho e renda e da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das famílias beneficiadas. Além disso, o projeto busca fortalecer as associações comunitárias e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) para que sejam os atores principais das ações a serem desenvolvidas, participando ativamente nas discussões sobre as suas demandas e definindo a prioridade na destinação dos recursos e das políticas públicas no município. Nessa perspectiva, para 2006, o PCPR está implantando 100 subprojetos comunitários, beneficiando cerca de 8 mil famílias de agricultores, com R\$ 5 milhões. Em 2007, estima-se a implantação de 500 subprojetos comunitários, para cerca de 25 mil famílias, com recursos da

*Combate a
Pobreza Rural
(PCPR/MG)*

ordem de R\$ 30 milhões. O valor do Acordo de Empréstimo é de US\$ 35 milhões, já aprovados pelo Banco Mundial, de um total previsto de US\$ 70 milhões.

*Cisternas no
semi-árido
mineiro*

Cisternas no Semi-árido Mineiro visa à construção de 4.500 cisternas de placas para armazenamento de água de chuva, em 55 municípios do semi-árido mineiro. Cerca de 420 famílias foram capacitadas sobre o processo de construção e gerenciamento de recursos hídricos e, 48 pedreiros se formaram como *cisterneiros* na metodologia da construção de cisterna de placa. Até o momento, 54 cisternas já foram concluídas e 126 estão em fase de acabamento, e foram investidos R\$ 1,5 milhão. Para o exercício de 2007, está prevista a conclusão de 4.320 cisternas com investimentos de R\$ 5,7 milhões.

Ovinocultura

Ovinos Gerais visa a garantir a sustentabilidade da agricultura familiar e melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais do norte de Minas, gerando alternativas de emprego e renda por meio da implantação de unidades de ovinocultura. Cada unidade é constituída por 150 ovelhas, três reprodutores, 50 hectares de pastagem, devidamente cercada e aprisco. Desde maio de 2006, 10 unidades já foram implantadas e cinco estão em fase de conclusão para beneficiar cerca de 1.800 pessoas. Foram capacitados 480 beneficiários e investidos R\$ 2,8 milhões. Para 2007, pretende-se firmar um termo aditivo para implementação de mais 20 unidades produtivas de ovinocultura.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES
(Sedese)**

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese) executou, entre outros, três projetos estruturadores: Programa Primeiro Emprego, Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas e Programa Minas Esporte. Gerenciado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), há ainda o Minas Sem Fome.

O projeto estruturador Primeiro Emprego promoveu o desenvolvimento integrado das ações que compõem a Política Pública de Trabalho e Renda, priorizando o acesso ao primeiro emprego, em espaços de referência, os Centros Públicos de Promoção do Trabalho (CPPT), dando visibilidade às ações realizadas em parceria pelo governo estadual, municipal, organizações da sociedade civil e empresas. Em 2006, os municípios de Uberlândia, Uberaba, Arcos, Lagoa de Prata, Arinos, Perdizes, Unaí, Governador Valadares e Conselheiro Lafaiete passaram a contar com centros, superando a meta dos cinco inicialmente previstos. Este equipamento destaca-se por sua articulação com programas e projetos públicos voltados para geração de trabalho e renda, a promoção da igualdade de oportunidades e da justiça social.

Investiu-se, também, na qualificação de seu corpo técnico e administrativo por meio da capacitação de 915 profissionais. O estágio remunerado vem avançando a fim de garantir a primeira oportunidade para a inserção no mercado de trabalho de 176 jovens de 16 a 24 anos, que estavam cursando o nível médio ou superior, propiciando o complemento da aprendizagem e experiência profissional para o exercício das funções exigidas pelas empresas. Buscando aliar ao estágio outras ações como os cursos de competências básicas, inclusão digital, qualificação social e profissional, elevação de escolaridade, o programa visa, acima de tudo, à formação integral do jovem. O aumento da possibilidade de inserção produtiva e resgate da auto-estima do trabalhador foi promovido por meio do desenvolvimento do Programa de Competências Básicas para o Trabalho, envolvendo conhecimentos, atitudes e valores inerentes ao cidadão produtivo no mundo de hoje.

*Primeiro
Emprego*

Foram distribuídos 5.100 kits de material institucional, cada um contendo nove módulos, acompanhado do Manual de Competências Básicas para o Trabalho, tendo sido capacitados 3.595 trabalhadores. A qualificação profissional, antes restrita aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), avançou, pois, além do Plano Territorial de Qualificação (Planteq), aplicou recursos no orçamento estadual e desenvolveu parcerias com diversas entidades, culminando com a qualificação de 3.756 pessoas para o Primeiro Emprego.

O projeto estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas desenvolveu ações centralizadas na família em situação de vulnerabilidade social, econômica e pessoal, promovendo sua inclusão e garantindo-lhe o acesso a bens e serviços sociais básicos. Em 2006, seus objetivos foram alcançados com a execução de 25 ações de assistência e promoção social. Atendendo à Norma Operacional Básica (NOB Federal), na construção das

*Inclusão de
famílias
vulnerabilizadas*

bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desenvolveu cinco ações de proteção social básica, destacando o apoio aos municípios para a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Quanto à proteção especial de média e alta complexidade, foram executadas sete ações.

Nas de proteção social básica destacam-se as de apoio à estruturação da rede complementar de suporte social ao dependente químico, com a implementação de 35 Conselhos Municipais Antidrogas. Foram também contratadas, em média pelo período de seis meses, 137 vagas de internação, em comunidades terapêuticas, e 23 vagas de atendimento ambulatorial dentro da “Operação Cracolândia”. Houve para esta ação aporte de recursos oriundos do programa Fica Vivo, de responsabilidade de Secretaria de Estado da Defesa Social (SEDS).

O Centro de Acolhimento-SOS Drogas atendeu 4.148 casos e credenciou dez serviços complementares na atenção ao dependente químico. Estimulou a municipalização de ações antidrogas, com a confecção e distribuição de material didático sobre o tema em Belo Horizonte, Uberaba e Vespasiano, em que 1.175 crianças, adolescentes e suas famílias receberam orientação nas três unidades de Belo Horizonte dos Centros Integrados de Atendimento ao Menor (Ciame)

A concessão de benefícios eventuais a famílias foi prestada a 27 municípios, a partir de critérios de partilha previamente estabelecidos.

O projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, como todos os outros da assistência social, em processo de municipalização, permaneceu com seis municípios na gestão estadual, totalizando 150 jovens capacitados. No entanto, a responsabilidade de capacitar os gestores de todos os municípios beneficiados foi cumprida com a realização de cinco encontros em Uberaba, Poços de Caldas, Montes Claros, Belo Horizonte e Teófilo Otoni, atingindo 456 gestores de 262 municípios. O atendimento à criança ocorreu nos centros infantis, que recebem mensalmente 830 crianças, e em creches de 22 municípios ainda em Gestão Estadual a 2.451 crianças.

Cento e setenta e nove unidades do Centro de Referência da Assistência Social receberam recursos, permitindo que 83 tivessem sua implantação concluída e que famílias e indivíduos, em situação de vulnerabilidade social, pudessem contar com o apoio das políticas sociais básicas. Em setembro aconteceu o 1º Encontro Estadual para a Avaliação da Implantação de CRAS com a participação de 204 centros financiados pelo estado, 237 pela União e 11 com recursos do próprio município, totalizando 452.

*Ações de
Assistência
Social*

O abrigo de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência atendeu a 33 municípios, em 65 casas-lares e seis abrigos conveniados, beneficiando 642 crianças e adolescentes, oferecendo-lhes melhor qualidade de vida. O Centro Pró-Vida retornou a gestão direta do estado, com o objetivo de ser desativado definitivamente, e seu público foi transferido para casas-lares do interior e da capital, em parceria com Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais (APAE) e entidades sociais, encerrando-se, assim, a era da execução direta de abrigamento pelo estado.

A ação Família Acolhedora foi ampliada para atender a demanda de Belo Horizonte, Caeté, Nova Lima e Montes Claros, todavia as crianças e adolescentes em risco pessoal e social abrigadas retornam à sua família natural ou extensa, evitando a função protetiva e preservando o direito à convivência familiar e comunitária.

Na busca de melhor qualidade de vida das 48 pessoas portadoras de sofrimento mental do Centro de Triagem e Encaminhamento Social (CETES), foi estabelecida parceria com uma entidade, o que permitiu que 24 pessoas tivessem um atendimento mais humanizado em casas-lares, no município de Uberaba. Esta foi uma das alternativas encontradas para a desativação do Centro.

No atendimento ao migrante e à população de rua, foram beneficiadas 443 pessoas com fornecimentos de passes para migrantes.

As clínicas especializadas em crianças e adolescentes com deficiência ou necessidades especiais tiveram uma ampliação de 127% em relação a 2005, significando que o número de crianças passou para 1.889 e o de atendimento para 20.412. Em outra modalidade do atendimento à pessoa com deficiência, o número de atendimentos mensais nos municípios, ainda em gestão estadual, foi de 102 pessoas. Quanto ao idoso, só no município de Ferros os recursos destinados a 120 idosos foram intermediados pela Sedese. Em parceria com a Caixa Econômica Federal/Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado da Educação, promoveu 31 capacitações para técnicos e gestores municipais do Programa Bolsa-Família, e ainda firmou convênio com o Sindicato dos Oficiais de Registro Civil do Estado de Minas Gerais para fornecimento de documentação civil ou certidão de nascimento.

Atendimento de crianças e adolescentes com deficiência ou necessidades especiais

O programa de Erradicação do Trabalho Infantil integrou 167 famílias ao Bolsa-Família, e outras 176 continuaram recebendo do PETI Bolsa. Porém, os municípios de Braúnas e São João da Ponte ainda têm suas 343 metas do PETI Jornada Ampliada em Gestão Estadual. As Unidades de Referência Regional de Assistência Social abrigam serviços assistenciais especiais de média e alta complexidade, entre eles o Sentinela, implantado em 14 municípios com a prestação de serviços regionalizados destinados a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, beneficiando 61 municípios.

Erradicação do Trabalho Infantil

A Gestão da Política de Assistência Social e da Política da Criança e do Adolescente foi executada por várias ações, com destaque para 26.862 Benefícios de Prestação Continuada (BPC), concedidos à clientela de Minas Gerais.

A Implantação de Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) aconteceu em 51 municípios da região de Furnas, com recursos de convênio, sendo capacitados em cinco eventos cerca de 500 conselheiros tutelares de 89 municípios do estado. Uma das ações de maior

Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA)

importância para o avanço na Gestão da Assistência Social é a descentralização das políticas da assistência social, pela qual os 853 municípios do estado têm sido assessorados na implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Nesta direção foi realizado um esforço especial, que permitiu a elevação da gestão de 125 municípios, promovendo a habilitação de mais 15% à gestão inicial, básica e plena, conforme suas condições. Hoje, apenas 12% dos municípios do estado não apresentam condições de habilitação para gerir a própria política de assistência social. O apoio às Diretorias Regionais da Sedese na gestão da política de assistência social do SUAS fortaleceu as 17 diretorias regionais.

A qualificação de recursos humanos para gestão e controle da política de assistência social capacitou 1.224 pessoas, destacando 242 gestores e conselheiros municipais. Foram realizados eventos nas regiões de Juiz de Fora, Jequitinhonha e Mucuri, Belo Horizonte e Oliveira.

Municípios do semi-árido receberam recursos para compra de equipamentos de informática, para que seus conselhos tutelares fossem integrados ao Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), bem como a elaboração do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil a ser realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP).

*Fundo da
Infância e
Adolescência
(FIA)*

O Fundo da Infância e Adolescência (FIA) financiou 32 projetos de entidades e municípios, a partir dos critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA).

A Subsecretaria de Esportes e Lazer estimulou as práticas esportivas formais e não-formais em todo o estado. Intensificou o desenvolvimento de novos talentos e elevou o nível técnico dos atletas. Comportou-se como célula dinamizadora, favorecendo a construção da cidadania, sobretudo das crianças, adolescentes e de famílias em situação de risco pessoal e social.

*Programa
Minas Esporte*

O Programa Minas Esportes favoreceu a inclusão social, econômica e pessoal das famílias vulnerabilizadas, assistiu crianças e adolescentes com incentivos às práticas esportivas, reforço escolar, recreação, cultura, incluindo fornecimento de alimentação e vestuário. O Programa Segundo Tempo, renomeado Programa Nova Geração, atendeu 279.545 crianças/adolescentes, de 10 a 18 anos, em 266 municípios mineiros, e o Curumim assistiu 4.527, de seis a 14 anos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foram revitalizados 301 campos de futebol amador, democratizando o esporte como lazer por meio da ação Campos de Luz.

Além disso, 1.080 atletas foram apoiados na prática do esporte olímpico e para-olímpico, como incentivo ao esporte de alta performance.

O Programa Incentivo ao Desporto celebrou 218 contratos e convênios de apoio financeiro e técnico com federações, associações e instituições ligadas ao esporte. Participou dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) envolvendo 75.835 atletas de escolas estaduais e particulares de todas as regiões. Executou os Jogos do Interior de Minas (JIMI), a maior competição especializada do estado, e que favorece a promoção, interiorização e a

popularização do esporte comunitário em todos os municípios mineiros, com a participação de 20.518 atletas.

O Programa Integração Social pelo Esporte contribuiu com a ressocialização de 132 internos da Penitenciária Nelson Hungria, 38 da Estevão Pinto, 20 da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Nova Lima e sete de Itaúna, por meio da ocupação do tempo ocioso e do aumento da renda familiar com a remuneração decorrente da produção de 69.255 unidades de material esportivo. Proporcionou à população mineira 96 eventos com atividades recreativas, esportivas, culturais e de cidadania em espaços públicos da capital e do interior.

*Ressocialização
de internos das
Penitenciárias*

O Programa Minas Olímpica fomentou construções e revitalizações de 45 instalações esportivas. Promoveu a capacitação e qualificação de 432 professores de educação física da rede pública, de mil árbitros nas diversas modalidades esportivas e de 1.290 treinadores esportivos, contribuindo com a qualidade técnica do esporte mineiro.

Na Subsecretaria de Direitos Humanos, o Programa de Assistência e Proteção às Vítimas e Familiares de Crimes Violentos atingiu seu objetivo assistindo e protegendo a vida e integridade física de testemunhas ameaçadas, por meio de atendimento às vítimas de crimes violentos, o que possibilitou o encaminhamento de 218 casos, implicando 3.317 pessoas atendidas por intermédio de equipe multidisciplinar, que também orienta os procedimentos legais necessários ao ajuizamento de ações cíveis ou criminais.

O abrigo para vítimas de violência, destinado a mulheres, acolheu mulheres e os filhos delas por mais de um mês, protegendo-os até que encaminhamentos legais fossem efetivados. Cinquenta indenizações às vítimas de tortura deferidas no exercício foram pagas em tempo hábil.

O PROVITA (Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas) assistiu com acompanhamento psicológico, social e jurídico, em sigilo, 54 testemunhas e vítimas de crimes, que colaboraram em investigações ou processos penais, superando a meta contratada.

Foram realizadas duas campanhas denominadas “Não Violência contra a Mulher” e “Campanha de Valorização da Pessoa Idosa”, organizadas pelos respectivos conselhos.

O Projeto Vocação para o Desenvolvimento Regional, Social e Humano encaminhou 3.484 jovens, dos municípios indicados pela Sedese, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MG), para serem qualificados em trabalho rural.

A Superintendência da Juventude encaminhou 250 jovens para realizarem trabalhos de orientação em 50 municípios, na ação Juventude Ativa, favorecendo a inclusão social tanto desses jovens como das famílias de suas comunidades.

*Ações de
Direitos
Humanos*

No combate à violação de direitos humanos três campanhas de combate à exploração, abuso e violência sexual foram realizadas, com sucesso, em entroncamentos de rodovias e fronteiras do estado, locais de forte incidência de exploração sexual e onde se podem ampliar os multiplicadores. Além das campanhas, foram registradas 49.810 ligações ao Disque Direitos Humanos, número 93% maior que em 2005, com atendimento a pessoas que foram orientadas e encaminhadas a serviços e organizações de defesa e promoção dos direitos humanos.

O Escritório de Direitos Humanos beneficiou em torno de duas mil pessoas em 120 casos atendidos. O Memorial de Direitos Humanos, centro de informação e dados destinado à guarda e exposição de material de defesa e preservação dos direitos humanos, contou com recursos que viabilizaram a contratação da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep-UFMG), com o objetivo de pesquisar novos documentos, recuperar arquivos e digitalizar aqueles ainda não digitalizados.

O Programa Desenvolvimento e Incremento das Políticas Públicas Municipais apoiou técnica e financeiramente 360 projetos, fomentando o associativismo e cooperativismo de 236 municípios.

*Ações
antidrogas*

O Programa Estadual Antidrogas mobilizou jovens, agentes de informação, monitores, educadores e mães para se engajarem no Concurso de Frases e Desenhos Viva Feliz Sem Drogas sobre o uso e abuso de substâncias psicoativas e sua repercussão, com a participação de 1.292 escolas, entre particulares, estaduais e municipais, tanto do ensino fundamental como médio e especial, sendo premiados 15 trabalhos. Outra ação executada foi de apoio às entidades filantrópicas de atendimento, assistência e reinserção social dos dependentes químicos, que contemplou 33 entidades.

Educadores do Minas Olímpico (Nova Geração) e agentes de saúde foram capacitados no trato do problema com sua clientela. Em fevereiro e março houve dois leilões de bens apreendidos de traficantes, levantando recursos a serem utilizados na prevenção e tratamento do uso de substâncias entorpecentes. Em dez municípios foram realizadas pré-conferências de políticas públicas sobre drogas, como preparação para a II Conferência Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e para o I Seminário Estadual de Conselhos de Políticas, bem como o III Encontro de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins, com a presença de 300 gestores. Na mesma oportunidade, sediou o X Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Políticas Públicas sobre Drogas, coordenado pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), com 800 delegados. Eventos de orientação sobre o uso indevido de drogas aconteceram, dois em Belo Horizonte, um em Carmópolis e um em Ibitaré. O projeto Tá na Roda - uma conversa sobre drogas promoveu três eventos com a participação de 175 instituições que trabalham com jovens.

O Programa de Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda, por meio de suas ações, conseguiu atender demandas dos trabalhadores em seus vários aspectos. A intermediação de mão-de-obra por intermédio do Sistema Nacional de Empregos (Sine-MG), que depende diretamente da oferta de emprego e de mão-de-obra, teve 277.102 inscritos na busca de emprego em

todo o estado. Já 209.568 trabalhadores tiveram seu direito ao seguro-desemprego garantido. Outra vertente do programa obteve êxito em disponibilizar informações acerca da realidade do mercado de trabalho mineiro, por meio da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada mensalmente em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP).

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS (Utramig)

A Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (Utramig) é uma instituição de direito público sem fins lucrativos, com autonomia jurídico-administrativa, vinculada ao Governo do Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese).

Atuando na área educacional, está apta a atender às demandas de habilitação e qualificação profissionais, formando técnicos e profissionais de diversas áreas, professores em nível superior e instrutores para modalidades técnicas, mediante cursos de longa duração (até três semestres) e de curta duração (até dois meses).

Dando continuidade à busca pela excelência, 23 colaboradores da força de trabalho da Fundação realizaram o curso de preparação para a banca examinadora do Prêmio Mineiro da Qualidade (PMQ), objetivando melhor preparo para a aplicação da gestão sistêmica na Fundação e sua candidatura que resultou na obtenção do Prêmio Mineiro da Qualidade 2006, na faixa prata.

*Prêmio Minério
de Qualidade*

COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE (Caade)

A Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (Caade), órgão da administração direta do governo, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese), tem a missão institucional de coordenar a política estadual de inclusão das pessoas com deficiência.

Em 2006, a Caade organizou a ida da delegação mineira à Primeira Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência, em Brasília, composta por 70 membros governamentais e não-governamentais, representando todas as regiões do estado.

*Participação na
Primeira
Conferência
Nacional das
Pessoas com
Deficiência*

Integrou a câmara técnica organizada pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE, SEDH-PR), sobre a elaboração de ações nacionais destinadas a compor a Década das Américas pelos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência (2006-2016), instituída pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em relação à inserção profissional de pessoas com deficiência, o posto do Sistema Nacional de Empregos (Sine) na Caade efetuou 2.039 atendimentos, captou 1.162 vagas, enviou 799 candidatos e viabilizou a contratação de 213 pessoas.

Foram realizados oito minicursos “Preparando para o Emprego” com 96 participantes, que contaram com apostilas em braile e tradução para Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Cedeu a empresas espaço físico acessível para processos seletivos destinados à contratação de funcionários com deficiência; realizou 23 palestras em empresas, prefeituras e eventos diversos visando ao cumprimento da lei de reserva de vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho; ofereceu apoio técnico para a realização de dois cursos de informática básica para 100 pessoas com deficiência auditiva e visual realizados pela Fundação de Educação para o Trabalho (Utramig).

Prestou 11.600 atendimentos referentes a informações gerais sobre a área de deficiência e garantia de direitos por meio presencial, telefone e emails. Publicou 10.200 boletins informativos, 5 mil folderes e 200 cartilhas da Inclusão, estas por meio de parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG).

Graças a convênio firmado com a Loteria Mineira, distribuiu 340 bolsas de estudos para crianças, adolescentes e adultos com deficiência e, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde (SES), participou, como órgão de apoio, da Primeira Jornada da Inclusão das Pessoas com Deficiência – Vitória pela Arte, realizada em novembro, com a presença de 3.500 pessoas.

ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Ademg)

A Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais (Ademg) é responsável pelo funcionamento dos estádios Magalhães Pinto (Mineirão) e Jornalista Henriot Drumond (Mineirinho), ambos construídos e mantidos mediante convênio, em terreno da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No Mineirinho, ocorreram 15 eventos entre shows artísticos, religiosos, esportivos, congressos e, de forma permanente, às quintas-feiras e domingos, a Feira de Artesanato da Pampulha. Destaque-se a Etapa Internacional de Rodeio Indoor, que contou com a apresentação de grandes artistas da música sertaneja.

Já no Mineirão, foram realizados 58 jogos de futebol do Campeonato Mineiro, Brasileiro, da Copa do Brasil e Sul Americana, além de preliminares dos times-base mineiros, com um público de aproximadamente 1.204.566 torcedores pagantes durante o ano, além dos eventos AXÉ BRASIL para 40 mil pessoas, MIX POP ROCK com 18 mil espectadores e o POP ROCK BRASIL, que contou com 35 mil espectadores em cada um dos dois dias de espetáculo.

Em 25 de novembro de 2006, em evento que marcou a quebra do recorde de público nas três séries do Campeonato Brasileiro, foi realizada a festa de comemoração pela conquista do Campeonato Brasileiro da Série B pelo Clube Atlético Mineiro (CAM) com a presença de 74.694 torcedores.

Aos domingos foram realizadas 52 feiras, registrando a entrada de 158.465 de veículos no estacionamento do Mineirão.

Turistas nacionais e estrangeiros, além de crianças, principalmente de escolas públicas, visitaram o estádio, totalizando 55.431 pessoas.

*Eventos
realizados no
Mineirinho e
Mineirão*

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEE)

A Secretaria de Estado de Educação desenvolveu ações de recuperação da qualidade da educação pública de Minas Gerais.

Integrando o esforço do governo de “tornar Minas Gerais o melhor estado para se viver”, priorizou a execução das atividades dos projetos estruturadores Melhoria e Ampliação do Ensino Fundamental e Universalização e Melhoria do Ensino Médio.

A oferta de ensino fundamental por nove anos teve adesão de 843 municípios e naqueles que não oferecem os anos iniciais as crianças de seis anos foram matriculadas em escolas estaduais, totalizando 264.234 matrículas no Ciclo Inicial de Alfabetização (CIA) das escolas da rede pública de ensino. A rede estadual recebeu 89.318 matrículas e a rede municipal recebeu 174.916.

Adesão de 843 municípios a oferta de ensino fundamental de nove anos

A organização da proposta pedagógica para os anos iniciais do ensino fundamental, bem como a elaboração de material de apoio pedagógico para o professor foram produzidos em cooperação técnica com o Centro de Alfabetização e Letramento (CEALE/UFMG).

Foram avaliados 259.734 alunos da Fase II do Ciclo Inicial de Alfabetização (alunos que ingressaram no ensino fundamental com seis anos, em 2004). Os resultados demonstraram que 82% desses alunos tiveram desempenho no nível intermediário recomendável, evidenciando que os alunos são capazes de ler e compreender pequenos textos.

A Escola-Referência realizou ações de apoio para elaboração do Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional (PDPI), implementou o Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP), bem como atividades dos Grupos de Desenvolvimento Profissional (GDP), envolvendo 11 mil professores de 102 municípios mineiros das regiões Norte, Nordeste, Mata, Triângulo, Sul e Central, beneficiando 348.175 alunos. Também foram aplicados recursos para realização de obras, aquisição de material de apoio didático e informatização das escolas.

O Projeto Escola Viva Comunidade Ativa, implantado em julho de 2003 em 81 escolas de Belo Horizonte, caracteriza-se pela atuação intensiva nas escolas localizadas em áreas de alta vulnerabilidade social, que registravam, com frequência, arrombamentos, pichações, brigas e evasão dos alunos. Atualmente, o índice de ocorrências registradas pela Polícia Militar apresentou queda de 57%, aproximadamente. Além da redução da violência, o aprendizado, a disciplina e a aparência física do ambiente escolar melhoraram significativamente. As ações foram ampliadas para 245 escolas estaduais de Belo Horizonte e Região Metropolitana, sendo 13 delas no município de Uberaba. Para atendimento às escolas foram adquiridas 22 viaturas destinadas ao patrulhamento escolar, ação implementada em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais.

Escola Viva - Comunidade Ativa: ampliadas as ações para 189 escolas da RMBH e Uberaba

Abrindo Espaços: 245 escolas abertas no fim de semana

Aluno de tempo integral: 19.096 alunos atendidos no contra turno escolar

Os subprojetos “Abrindo Espaços” e “Aluno de Tempo Integral” ofereceram, respectivamente, lazer, esportes e oficinas de artes em 189 escolas nos fins de semana beneficiando 47.057 famílias de estudantes e atendendo a 19.096 alunos no contraturno escolar com aulas de reforço, atividades artísticas e esportivas.

O Projeto Escola em Rede: inclusão digital na escola pública de Minas Gerais recebeu equipamentos para os laboratórios de informática, sendo realizado pregão para contratação de serviços de conexão à internet de 2.845 escolas.

O Projeto Incluir atendeu a 800 escolas das quais 266 estão localizadas na região do semi-árido mineiro. Foram adquiridos e distribuídos equipamentos e material didático - pedagógico apropriado, além de recursos tecnológicos. A acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares tem sido objeto de intervenções sistemáticas da Secretaria. Foi iniciada a capacitação de 250 professores para a formação de rede de apoio especializado às escolas públicas.

No ensino médio houve reposição dos livros de português e matemática aquisição e distribuição de livros de ciências exatas e biológicas para aproximadamente 850 mil alunos das redes estadual e municipal de ensino. Ações específicas foram desenvolvidas com vistas a melhoria do ensino médio, abrangendo a atualização e adequação dos conteúdos curriculares; o aperfeiçoamento dos métodos de ensino e aprimoramento dos recursos didáticos, contribuindo para a participação dos jovens na vida da escola e da comunidade.

Para a Educação de Jovens e Adultos, além dos exames supletivos do ensino fundamental e médio, realizados a cada semestre, a Secretaria autorizou o atendimento a jovens e adultos em cursos regulares de suplência (anos finais do ensino fundamental e ensino médio) em 928 escolas estaduais beneficiando 179.418 jovens em 348 municípios.

O Centro de Referência do Professor, em apoio à formação continuada e incentivo ao desenvolvimento cultural, publicou e distribuiu para as escolas estaduais dos 853 municípios mineiros as revistas “Caderno do Professor” nº 14 (10 mil exemplares) e o Informativo “Diálogo” (6 mil exemplares), com artigos sobre o tema alfabetização. Promoveu a nova edição do Prêmio Lúcia Casassanta divulgando trabalhos de educadores que atuam na alfabetização e do Prêmio “Professores do Brasil”, iniciativa do Ministério da Educação para o ensino fundamental. Participou também do Programa Semeando - Educação Ambiental em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (FAEMG) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Minas Gerais (SENAR-MG).

Todas as escolas da rede estadual de ensino fundamental foram atendidas no programa Alimentação Escolar sendo beneficiados 1.800.000 alunos.

O Transporte Escolar repassou a 770 municípios recursos para manutenção da frota que garante acesso de alunos de escolas municipais e estaduais, residentes em áreas rurais, sem dificuldade, às escolas. Adquiriu também vans e ônibus beneficiando 592 municípios mineiros.

*Transporte
Escolar: 770
municípios
atendidos*

No tocante à rede física, composta por cerca de 4 mil prédios, 531 receberam atendimento para sua melhoria, sendo 281 ampliações de espaço e 157 para construção de quadras esportivas.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS (FUCAM)

Educando e assistindo crianças e adolescentes pobres, em áreas carentes, por meio de seis centros educacionais, atendeu 1.392 alunos em regime integral e parcial nos municípios de Esmeraldas (365), Buritizeiro (88), Juvenília (314), Januária (265), São Francisco (259) e Urucuia (101).

*Seis centros
educacionais:
Esmeraldas
Buritizeiro
Juvenília
Januária
São Francisco
Urucuia*

Com projetos de capacitação semiprofissionalizantes e sondagem profissional e com o objetivo de educar pelo e para o trabalho, desenvolveu cursos nas áreas de computação, artesanato, mecânica, construção civil, bombeiro eletricitista, corte e costura, horticultura, jardinagem, gráfica e agropecuária atendendo a 600 alunos nas oficinas-pedagógicas.

Os seis centros educacionais mantêm o ensino fundamental com a formação de 196 alunos no corrente exercício, destacando que 45 formandos terão vagas disponíveis no Centro Educacional de Esmeraldas para realizarem o curso técnico em agropecuária.

Os projetos de agropecuária têm por objetivo melhorar a qualidade da exploração das fontes de produção dos seis centros educacionais. São desenvolvidos em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – HORTALIÇAS), Universidade Federal de Viçosa (UFV-CEDAF), Prefeituras Municipais, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater- MG), Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAR-MG).

*Parcerias com
diversos órgãos
para
desenvolvimento de
projetos
agropecuários*

No Centro Educacional de Carinhanha desenvolveu, em experiência, um projeto de “batata doce”, orientado pela Embrapa que está sendo multiplicado nas comunidades vizinhas com ótima aceitação pelo pequeno produtor rural.

No Centro Educacional de Esmeraldas foram oferecidos para a comunidade e alunos os seguintes cursos: inseminação artificial, tratoristas, indústria rural, cestaria e educação reprodutiva de bovinos.

Com fins educacionais e de complementar a alimentação dos alunos acolhidos em regime de tempo integral, manteve os projetos de exploração agrícola com o cultivo de horticultura, em todos os centros educacionais, bem como a cultura de milho, feijão, mandioca, cana de açúcar, banana e sorgo.

Na pecuária, implementou projetos de criação de bovinos e suínos para a produção de carne e leite, em todos os centros educacionais. Em Esmeraldas desenvolveu para consumo interno, o projeto de avicultura. Em Januária, junto

com a Emater, mantém o projeto de ovinocultura para consumo interno e demonstração em cursos oferecidos para pequenos produtores rurais.

A Escola Estadual Caio Martins, que atende os alunos acolhidos do centro educacional de Januária, desenvolveu o Projeto de “Aluno em Tempo Integral” beneficiando oitenta crianças da comunidade.

FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF (FHA)

A Escola Sandoval Soares de Azevedo ministrou o ensino fundamental e médio, buscando atingir patamares de eficiência e igualdade de oportunidades no que tange à qualidade do ensino-aprendizagem.

*Escola Sandoval
Soares de
Azevedo: ensino
fundamental e
médio*

Atendeu 1.459 alunos em 41 turmas de 1ª a 9ª série do ensino fundamental e 936 alunos em 23 turmas do ensino médio, apresentando resultados relevantes nas ações do Projeto Escola-Referência e principalmente na 1ª avaliação Censitária dos alunos na fase II da alfabetização, em que 100% das crianças atingiram habilidades de leitura e escrita dentro do que foi proposto pela Secretaria de Estado da Educação.

Recebeu, também, recursos destinados a melhoria da área física, vigilância eletrônica, ampliação do laboratório de informática e para aquisição de equipamentos e recursos audiovisuais.

*Clinica Edouard
Claparède, Oficinas
Pedagógicas Caio
Martins e Equipe
de Civismo
Altaneiro do
Rosário*

A Clínica de Psicologia Edouard Claparède, unidade de atendimento psicopedagógico, registrou 785 atendimentos em várias modalidades de psicologia, 320 de psiquiatria, 211 de fonoaudiologia e 1.316 orientações aos pais e familiares, somando ainda outras atividades como reuniões semanais para estudo de caso, com coordenadores e comitê de normatização e protocolos em saúde de Ibirité, sendo que também distribuído passe livre pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER).

As Oficinas Pedagógicas Caio Martins, cujo objetivo é educar pelo trabalho, promoveram ações para garantir o enriquecimento curricular e a formação de atitudes responsáveis, evitando a ociosidade e ampliando a jornada escolar, favorecendo a sondagem de vocações nas áreas artísticas, esportivas e de trabalhos manuais. Foram atendidos 597 alunos nas oficinas de violão, dança, coral, capoeira, fanfarra, língua pátria e inglês, artes, cestaria, origami, papel artesanal e cestaria, tapeçaria e brincando de aprender.

A Equipe de Civismo Altaneiro do Rosário (ECAR), atividade dirigida para o enriquecimento extracurricular e principalmente para trabalhar a formação de hábitos e atitudes, atendeu 62 crianças e adolescentes encaminhados por escolas e/ou Conselho Tutelar, por apresentarem desvio de comportamento, desenvolvendo ações de convivência de grupo, como acampamentos, reuniões, treinamentos de sobrevivência e de primeiros socorros e participação nas atividades cívicas e culturais realizadas em várias instituições dentro e fora do município.

O Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira da FHA em convênio com o Centro de Projetos e Pesquisas Pedagógicas da Fundação tem por finalidade a promoção de cursos de graduação e pós-graduação formando profissionais para atuarem na educação básica sendo 1.637 alunos matriculados nos cursos: normal superior, educação física, matemática, ciências biológicas e 37 alunos no curso de pós-graduação de alfabetização e letramento.

Realizou outras atividades acadêmicas das quais se destacam: Semana do conhecimento, Festivais de ginástica e dança, Torneios de natação e futebol, Pesquisa de campo de Zoologia Marinha em Ubatuba-SP, Curso de formação continuada para professores do Ciclo Inicial de Alfabetização e Participação no Projeto de Certificação de Diretores.

O Museu e Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, continua em fase de catalogação por historiadores e paralelamente atendeu visitantes e pesquisadores das áreas de educação e psicologia.

*Museu e
Biblioteca
Helena
Antipoff*

A Biblioteca Comunitária Helena Antipoff atendeu a demanda de 250 leitores/mês entre crianças adolescentes e adultos mantendo também encontros e debates nas áreas de religião, saúde e educação.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (SES)

As ações da Secretaria de Estado de Saúde (SES) são destinadas a ampliação da oferta e da qualidade dos serviços de saúde e a adequação desses serviços às diferentes demandas de saúde da população.

No projeto estruturador Regionalização da Assistência à Saúde destinado a adequar a oferta de serviço à demanda de saúde da população em micro e macro regiões assistenciais de acordo com o Plano Diretor de Regionalização (PDR), foram desenvolvidas várias ações orientadas com os objetivos do Programa.

Visando fortalecer os hospitais das macro e microrregionais mediante contratação de metas assistenciais, de gestão e investimentos em infraestrutura e equipamentos, o PROHOSP contemplou 120 unidades hospitalares, cobrindo 100% das macro e microrregiões do estado, aplicando recursos em obras, equipamentos e custeio, reduzindo os vazios assistenciais (pontos críticos de assistência) melhorando e tornando mais eficiente o atendimento, haja vista que 132 profissionais foram capacitados nos cursos ministrados ao corpo técnico-gerencial dos hospitais.

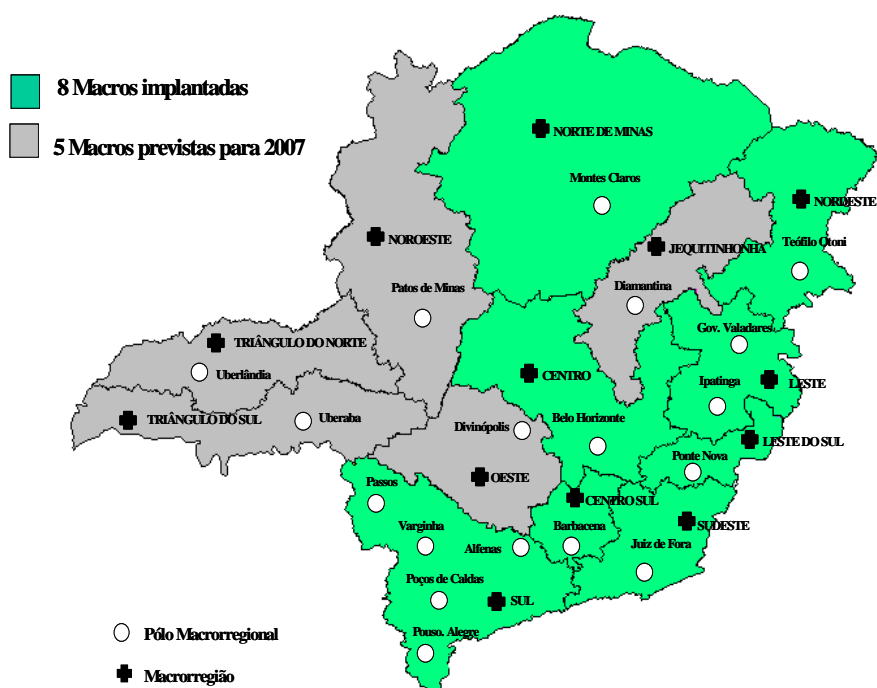
*PROHOSP: 120
unidades
beneficiadas*

Orientados pela meta mobilizadora de reduzir a mortalidade infantil e materna, foram implantados os Centros Viva Vida de Itabirito e Santo Antônio do Monte e iniciadas obras de construção das unidades de Brasília de Minas, Capelinha, Taiobeiras, São Lourenço e Frutal. Em 2006, foi implantada na unidade do Hospital Sofia Feldmam, a Casa de Apoio à Gestante, que é um anexo da maternidade de alto risco, próximo a um local que garantirá a assistência adequada e ainda a manutenção das mães de neonatos que necessitem de cuidados especiais próximas aos filhos recém-nascidos. Com o intuito de atingir os objetivos do programa foram realizadas parcerias com Organizações Não Governamentais, tendo como destaque a Pastoral da Criança. Ocorreram também, a capacitação de 617 profissionais para atuarem na rede materno-infantil, a implantação de Comitês Municipais de Prevenção do Óbito Fetal e Infantil em 88 municípios e de Comitês de Prevenção da Mortalidade Materna em 105 municípios. Entre os principais resultados obtidos pelo programa ao longo dos últimos quatro anos estão a redução da mortalidade infantil em 15,4%, da mortalidade materna em 21,2% e do déficit de leitos de UTI Neonatal a 0%.

*Viva Vida:
Redução da
mortalidade
infantil*

As Centrais de Regulação Assistencial visam gerenciar o fluxo assistencial por meio de centrais interligadas nos pólos micro e macrorregional, interpondo a demanda por determinada atenção e a oferta disponível, dando melhor resposta para o problema assistencial específico. No exercício de 2006, foram reguladas as macros Norte (Montes Claros), Sul (Alfenas), Nordeste (Teófilo Otoni), Leste (Governador Valadares e Ipatinga), Leste do Sul (Ponte Nova), Centro (Belo Horizonte), Sudeste (Juiz de Fora) e Centro - Sul (Barbacena).

CENTRAL DE REGULAÇÃO POR MACRORREGIÃO ASSISTENCIAL



Fonte: SES/SR

A Câmara de Compensação Bipartite de PPI assegurou o tratamento de oncologia (radioterapia e quimioterapia) e terapia renal substitutiva (TRS) a todos os usuários do SUS, mediante o ressarcimento de recursos financeiros relativos a produção de serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares não cobertos pelo teto financeiro alocado pelo Ministério da Saúde.

O Programa Estruturação da Rede Assistencial garante o acesso aos serviços de saúde por meio de redes assistenciais de alta e média complexidade, organizadas conforme o Plano Diretor de Regionalização (PDR) e a capacidade instalada. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), programa do governo federal com a participação dos estados e municípios, destinado a melhoria do socorro às urgências e emergências médicas, conta com o co-financiamento do Governo de Minas, sendo beneficiados em 2006 os municípios de Montes Claros, Mariana, Ouro Preto, Poços de Caldas e Uberaba. Além disso, quatro Pronto Atendimentos (PA/SUS) estão em fase de construção na região metropolitana e sete no interior do estado.

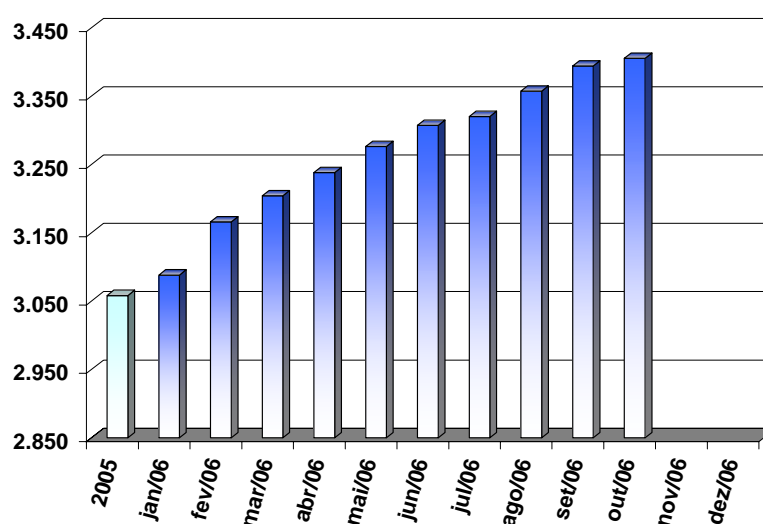
No intuito de garantir ao usuário a integralidade das ações, viabilizando transporte de pacientes com segurança e dignidade aos municípios pólo para realização de exames e cirurgias eletivas, o sistema estadual de transporte

sanitário foi implantado em três microrregiões: São João del Rei, Montes Claros e Juiz de Fora.

O projeto estruturador Saúde em Casa, criado para melhorar a qualidade da atenção primária a saúde por meio do fortalecimento do Programa Saúde da Família (PSF), alcançou um índice de cobertura populacional de aproximadamente 61%. Para tal, atualmente, 3.464 equipes saúde da família trabalham em 808 municípios, o que representa 94,7% de adesão ao PSF.

*Saúde em Casa:
94,7% de adesão
dos municípios
ao Programa de
Saúde da Família*

Programa Saúde em Casa – Incentivos 2006



Em 2006, 568 Unidades Básicas de Saúde foram contempladas com recursos para reforma, ampliação, construção e aquisição de equipamentos. Além disso, foram distribuídos 863 veículos para que as equipes do PSF possam se deslocar para prestar assistência.

A Vigilância Sanitária inspecionou 46 serviços de saúde, verificando as condições da qualidade da imagem e proteção radiológica, tendo como consequência um maior grau de acerto e precocidade, no diagnóstico do câncer de mama, com uma média de conformidade de 65,65%. Foram também avaliados a qualidade do soro dos hemocentros públicos e núcleos de hemoterapia privados no Estado de Minas Gerais e os parâmetros microbiológicos e físico-químicos da água tratada para hemodiálise em 74 serviços de diálise a fim de garantir aos pacientes um tratamento eficiente e seguro quanto à água utilizada. Desses serviços 488 amostras para análises geraram 90,6% de laudos satisfatórios. Verificou-se assim a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos consumidos pela população com o objetivo de garantir a adequação dos mesmos para o consumo, com base nos

*Serviços de
Vigilância
Sanitária*

parâmetros legais vigentes como requisito para sua disponibilização no mercado. Na área de medicamentos, foram realizadas inspeções em indústrias farmacêuticas, de cosméticos, de saneantes e em indústrias de produtos para saúde. Outras ações incluem o cadastramento dos estabelecimentos hospitalares que utilizam medicamentos a base de misoprostol, farmácias e drogarias que dispensam medicamentos de uso sistêmico a base de substâncias retinóides, e avaliação de projetos arquitetônicos de estabelecimentos assistenciais de saúde e de interesse da saúde.

Ações em
Vigilância
Epidemiológica

No campo da vigilância epidemiológica, foram desenvolvidas importantes atividades, entre as quais a implantação da Unidade de Epidemiologia de Campo (U-EPICAMPO), com a realização do curso de investigação de surto; a produção de material técnico científico de multimídia para vigilância da água para consumo humano; repasse de recurso à Fundação Ezequiel Dias (FUNED), para reforma e ampliação da Rede de Laboratório de Saúde Pública; a produção do vídeo educativo “Água para Consumo Humano” voltado para os gestores municipais, com o objetivo de fornecer elementos para a implantação do saneamento básico nos municípios; organização, acompanhamento e avaliação da vacinação de rotina e das campanhas contra a influenza e a poliomielite; implantação de vacina rotavirus no calendário vacinal de rotina; enfrentamento de surtos com resolução do surto de meningite meningocócica no município de Muriaé, dos surtos de hepatites virais com adoção das medidas preconizadas pelo Ministério de Saúde e do surto de rubéola, principalmente na região metropolitana. Foram também elaborados o plano estadual para enfrentamento de pandemia de influenza em Minas Gerais, o plano de intensificação das ações de controle da leishmaniose visceral e o plano de intensificação das ações de controle da dengue, além de implantados núcleos de vigilância hospitalar.

Na assistência farmacêutica foi implantado o Sistema Informatizado de Gestão de Saúde nas Gerências Regionais de Saúde (GRS), que possibilitará melhor gerenciamento dos medicamentos. Outras importantes realizações são a ampliação do quantitativo de itens que compõem a cesta de medicamentos básicos de 40 para 75 e a ampliação do valor per capita estadual de R\$ 0,50 para R\$ 3,00. Dos 1,031 bilhão de medicamentos básicos e dispensados, aproximadamente 23 milhões de medicamentos excepcionais foram entregues, atendendo 71 mil pacientes.

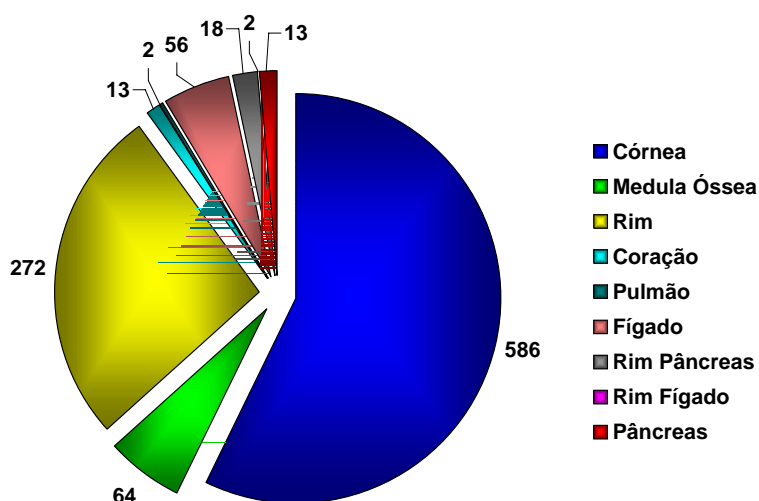
Por meio do Programa DST/HIV/Aids, 11 mil portadores receberam medicamentos anti-retrovirais. Foi produzido o "Manual de Atendimento em Unidade Dispensadora de Medicamentos Anti-retrovirais", com o objetivo de padronizar os procedimentos de dispensação de medicamentos no estado. Foram distribuídas 4.780 latas de fórmula infantil (leite) para crianças expostas ao HIV atendidas nas maternidades cadastradas no Projeto Nascer, bem como estão disponíveis o teste rápido e o tratamento quimioprolático para essas maternidades.

Com relação às ações de saúde indígena foram realizadas supervisões e assessorias nas oito etnias (xacriabá, kaxixó, pankararu, aranã, krenak, maxakali, pataxó, xukuru-kariri) sobre as políticas estaduais de saúde indígena

e adquiridas 10 motos para os agentes indígenas de saúde da etnia xacriabá em convênio com o município de São João das Missões. Também foi repassado recurso financeiro para construção de um posto de saúde na aldeia Pindaíba.

A coordenadoria MG-Transplantes, é uma unidade do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), coordena no âmbito estadual, promovendo a captação e distribuição de órgãos, inscrevendo os potenciais receptores com todas as indicações necessárias para sua rápida localização e a verificação de compatibilidade do respectivo organismo para o transplante. Na sua estrutura organizacional há oito núcleos, cada um sob a coordenação de um especialista na respectiva área de atuação: Núcleos de Coração, Córnea, Fígado, Imunogenética, Medula Óssea, Pulmão, Rim e Assistência Social. Foram realizados 1.027 transplantes, conforme gráfico abaixo:

Transplantes realizados por tipo até novembro de 2006



Foram credenciados, em 2006, 21 serviços da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), nos municípios de Cristais, Bom Despacho, Belo Horizonte, Barbacena, Barroso, Ipuiuna, Felixlândia, Inhapim, Andradadas, Itamonte, Monte Belo, Morada Nova de Minas, Campanha, Iraí de Minas, Lagoa Santa, Piumhi, São Lourenço, Timóteo, Itanhandu, Araxá, Eloi Mendes; três unidades da Rede de Reabilitação Auditiva nos municípios de Diamantina, Formiga, Pouso Alegre e quatro unidades de Reabilitação Física nos municípios de Patos de Minas, Juiz de Fora, Monte Alegre de Minas e Montes Claros. No tocante ainda a Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência foi realizada a 1ª Jornada da Inclusão da Pessoa com Deficiência: “Vitória pela Arte”, juntamente com o Instituto Cultural e Assistencial São Francisco de Assis. Esse evento teve como objetivo estimular a discussão de questões relacionadas à inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e na mídia

além de promover a troca de experiências, mostrar a superação de limites e enfrentar o preconceito.

*Saúde Mental:
credenciamento
de 10 CAPS*

Com vistas à promoção da saúde mental, foram credenciados 10 Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) nos municípios de Manhumirim, Mutum, Santa Rita do Sapucaí, Sete Lagoas, Várzea da Palma, Muriaé, Buritizeiro, Pedra Azul, Itaobim e Conselheiro Lafaiete. O CAPS atua com indivíduos portadores de transtornos psíquicos, tendo como objetivo o de despertar e estimular toda a potencialidade latente nestes, a fim de deslanchar a consolidação de sua dignidade e cidadania, distanciando a necessidade de hospitalização.

O Sorriso no Campo, realizado em parceria com 13 universidades públicas e filantrópicas situadas em Minas contou com 149 municípios. O projeto articulou, organizou e estruturou o trabalho conjunto entre as instituições participantes no processo de construção da atenção à saúde bucal da população rural, com a promoção de ações integradas curativas e preventivas, realizadas por acadêmicos do último período do curso de odontologia, no período de férias escolares. Foram implantados nove Centros Especializados em Odontologia (CEO) nos municípios de Coração de Jesus, Oliveira, Minas Novas, Piumhi, Tupaciguara, Nova Serrana, Careagu, Santos Dumont, Nanuque e quatro Laboratórios Regionais de prótese dentária nos municípios de Santa Fé de Minas, Nova Serrana, Santos Dumont e Nanuque.

Com relação à avaliação tecnológica em saúde, o curso sobre conferências de consensos foi realizado na Associação Médica de Minas Gerais e na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, capacitando 10 profissionais. Foi implementado o curso de especialização em Gestão de Tecnologias em Saúde, promovido pelo Ministério da Saúde/DECIT, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência (UNESCO) e a Financiadora de Estudos e Projeto (Finep) do Ministério da Ciência e Tecnologia. .

Foi concluído o estudo para consecução das linhas guia do idoso, saúde bucal e hanseníase, bem como o desenho da rede de transplantes (Alta Complexidade). As linhas-guia são recomendações sistematicamente desenvolvidas com o objetivo de prestar a atenção à saúde apropriada em relação a determinada condição ou patologia. São, de forma geral, recomendações que normalizam todo o processo da condição ou patologia ao longo de sua história natural e por todos os pontos de atenção à saúde.

FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS (Funed)

A Fundação Ezequiel Dias (Funed), em 2006, constituiu um marco no que diz respeito à forma de pensar sobre a instituição, trazendo o conhecimento técnico e gerencial para níveis estratégicos. Neste contexto, em sintonia com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado do Governo do Estado de Minas Gerais (PMDI), alinhado às diretrizes governamentais e às políticas do SUS, a Fundação realizou o seu primeiro Planejamento de Cenários, denominado "Funed 10", o que contribuiu para o reconhecimento, na Faixa Prata, pelo Prêmio Mineiro da Qualidade.

Foram realizadas obras e reformas das unidades, possibilitando a otimização da capacidade de realização de pesquisas e estudos na área de desenvolvimento de medicamentos de base fitoterápica e a habilitação de 12 laboratórios pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (REBLAS), consolidando a adequação estrutural como um dos fatores propulsores da certificação.

No intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da assistência farmacêutica e da atenção à saúde das pessoas, foi lançado, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, o 1º Guia Terapêutico, com orientações aos médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros da Rede SUS-MG acerca da racionalidade do uso de medicamentos.

Foi realizado o seminário “Uso Racional de Medicamentos na Atenção Primária à Saúde /Farmácia de Minas”, referenciado pelo Plano Diretor da Atenção Primária com enfoque estratégico no Programa de Saúde da Família (PSF).

A Fundação, um dos três produtores de imunobiológicos (soros antipeçonhentos e antitetânicos) do país, foi responsável, no ano de 2006, por, aproximadamente, 35% da produção nacional.

*Produção de
imunobiológicos :
35% da
produção do país*

Pioneira, trouxe para o Estado de Minas Gerais o Prêmio Experiência Bem-Sucedida com o título “Integração da rede pública e privada como proposta de organização do diagnóstico sorológico para leishmaniose visceral canina em Minas Gerais”, concedido pelo Ministério da Saúde durante a 6ª Mostra Nacional de Experiências Bem Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças (Expoep), em Brasília-DF. O trabalho foi realizado pelo Serviço de Doenças Parasitárias da Funed em parceria com a Gerência Técnica de Leishmaniose / Coordenação de Zoonoses - SES.

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DE MINAS GERAIS (HEMOMINAS)

A Fundação Hemominas, por meio de sua hemorrede, constituída por sete Hemocentros; oito Núcleos Regionais; sete unidades entre Postos de Coleta e Agências Transfusionais, é responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação da Política Estadual de Sangue e Hemoderivados, em consonância com a política nacional formulada pela Coordenação de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde(SUS). Atendeu 356 hospitais, com um acréscimo de 16 hospitais em relação ao ano de 2005, sendo responsável por mais de 87% do sangue transfundido em Minas, ou seja, houve ampliação da cobertura hemoterápica, com atendimento aos municípios de Contagem, Poços de Caldas, Itajubá, entre outros.

**COBERTURA HEMOTERÁPICA
POR MACRORREGIÕES - MG**



*Serviços
hematológicos*

Foram coletadas 258.272 bolsas de sangue e produzidos 656.129 hemocomponentes. Os serviços hematológicos foram prestados em 13 ambulatórios aos 5.718 pacientes cadastrados na Hemominas; 44.936 consultas hematológicas e hemoterápicas; 145.214 procedimentos por equipes multidisciplinares (enfermeiros, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, dentistas e fisioterapeutas); 134.840 exames, possibilitando uma atenção integral aos pacientes, além de promover a socialização deles.

Na área de gestão, o Hemocentro Regional de Governador Valadares recebeu pela segunda vez, em Brasília, a Faixa Bronze, na Categoria Especial Saúde do Prêmio Nacional da Gestão Pública, o que reafirma os valores institucionais da Hemominas e o seu comprometimento com a melhoria contínua, rumo à acreditação. A Fundação recebeu também a Medalha Voluntários da Qualidade no Serviço Público/2005, reconhecimento pelo trabalho desenvolvido com o Gespública como instituição-âncora no Estado de Minas Gerais, papel que desenvolveu a convite do Ministério do Planejamento, com atividades para estímulo à gestão de qualidade e de divulgação dos princípios do Gespública, no biênio 2004-2005. Sete unidades da Hemominas que efetuaram a auto-avaliação em 2006, receberão no dia 28 de novembro, certificado de Reconhecimento da Gestão para as Organizações Públicas.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FHEMIG)

Na busca constante do aprimoramento assistencial, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) vem adequando seus serviços às novas realidades, integrando-se às redes micro e macrorregionais como referência para média e alta complexidade assistencial. Recentemente estruturada em cinco complexos assistenciais, a Fundação procura a otimização tanto do planejamento das atividades quanto do gerenciamento dos processos. Dessa forma, a configuração de linhas de atendimento assistencial evita a pulverização de ações e, conseqüentemente, permite maior racionalização e adequação administrativa, tendo em vista os diferentes graus de complexidade existentes entre as unidades.

Com o lema de “modernizar com humanização”, a Fundação finalizou a primeira fase de obras e de revitalização de unidades assistenciais, incorporando também equipamentos de alta tecnologia. Esse conjunto de ações visa ao atendimento crescente das demandas cada vez mais exigentes, impostas pelo mundo contemporâneo, tendo também o objetivo de proporcionar, sobretudo, o bem estar dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e de seus familiares, assim como de todos os funcionários responsáveis pela assistência prestada pela rede de hospitais que o compõe.

A revitalização do prédio da Administração Central ganhou uma área de lazer no setor de oficinas, reformulou os jardins internos e externos, tornando os locais mais adequados e agradáveis.

No Centro Geral de Pediatria foram reformados o 3º andar, com ampliação do número de leitos de 82 para 100, e o Centro de Terapia Intensiva (CTI) com aumento de 12 para 18 leitos.

A Maternidade Odete Valadares instalou 10 leitos de UTI, priorizando o atendimento às gestantes de alto risco.

No Hospital Julia Kubitschek, a conclusão da reforma do telhado do edifício resolveu problemas crônicos em épocas de chuva, fator que dificultava a prestação de serviços. A maternidade foi reestruturada, com a implantação do alojamento conjunto, criando condições para permanência de acompanhantes de pacientes no pré-parto e parto, em atendimento às premissas do Programa Humaniza SUS.

No Instituto Raul Soares, foram revitalizadas enfermarias que passaram a contar com espaços mais amplos e humanizados, sendo reformados os setores de urgência, ambulatório, central de material esterilizado, posto de enfermagem, a sala de pequenas cirurgias, suturas e eletrocardiografia, visando comportar os três procedimentos no mesmo espaço.

No Hospital Eduardo de Menezes foram concluídas as reformas do serviço de nutrição e dietética e na farmácia, com adequação para atividades de dispensação e manipulação de medicamentos.

O Hospital João XXIII, unidade que passa pela maior reforma de sua história, com 18.000 m² em processo de ampliação e reforma, aumentou sua

capacidade em 115 leitos. As mudanças contemplam áreas administrativas e de enfermagem, adequação do Ambulatório de Emergência, Politraumatizado, Ortopedia e Pediatria, o CTI, Laboratório e setor de toxicologia.

O Hospital Cristiano Machado em Sabará passa por reformas da área física, com ampliação de leitos, reformulação da assistência e reorganização do processo de trabalho. Conta com 40 leitos, sendo 15 de cuidados intensivos e seis de cuidados prolongados.

No Sanatório Santa Izabel em Betim, a conclusão da ampla reforma e adequação do pavilhão Gustavo Capanema, que abriga 73 pacientes foi o passo decisivo na humanização do tratamento prestado. O Centro de Reabilitação contou com melhorias, agregando novas salas de curativos, serviço social e oftalmologia.

No Sanatório Santa Fé de Três Corações, a conclusão do Centro de Reabilitação Física propiciou atendimento a pacientes portadores de doenças ortopédicas e neurológicas, sendo requalificada como referência no cuidado ao idoso.

No Sanatório São Francisco de Assis, em Bambuí, a inauguração do bloco cirúrgico, do serviço de radiologia e a central de material esterilizado proporcionou a instalação de mais 20 leitos pós-cirúrgicos.

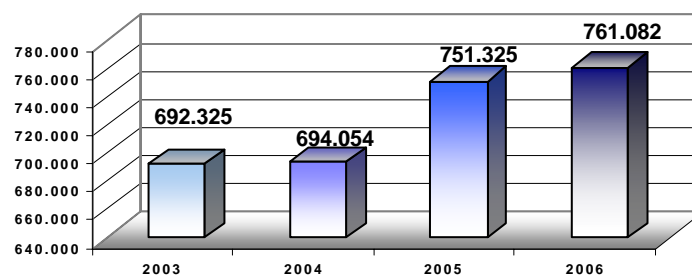
No Sanatório Padre Damião, em Ubá, as reformas e ampliações na unidade alcançaram áreas internas e externas de vários setores. O pavilhão A-2 foi adequado para abrigar o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), inaugurando nova política social.

Foram adquiridos equipamentos de tecnologia avançada como eletrocardiógrafos, oxímetros de pulso, aparelhos para área de imagem, raios X portáteis, sistema de anestesia, respiradores, monitores multiparâmetros, cama de recuperação, dentre outros, como também diversos mobiliários para as enfermarias e unidades de terapia intensiva.

Os investimentos em tecnologia da informação marcaram 2006, com incorporação de hardwares e ativos de rede. Ressalta-se a implantação da primeira etapa do Sistema Integrado de Gestão Hospitalar (SIGH), fundamental para o gerenciamento da informação institucional tanto na área gerencial quanto na gestão assistencial.

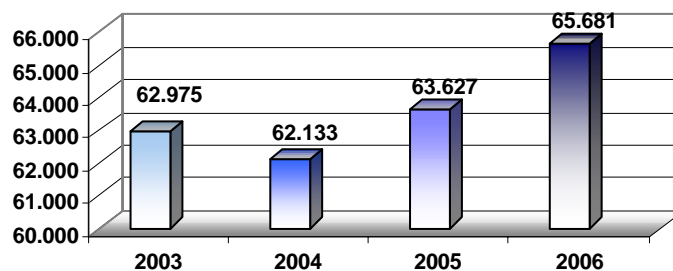
As diversas ações implementadas para melhoria do gerenciamento dos hospitais da rede provocaram melhores resultados dos indicadores hospitalares. Observa-se aumento de 10% dos atendimentos de urgência, que representam 70% do total de consultas prestadas pela rede hospitalar.

ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA - 2003 A 2006
FHEMIG



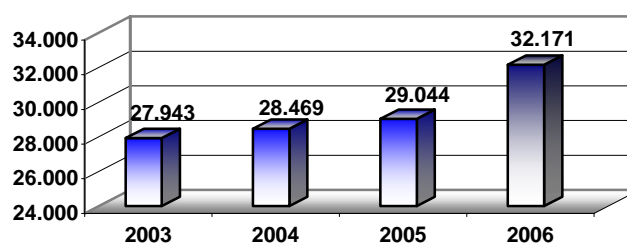
As internações hospitalares aumentaram 10%, refletindo melhores taxas de ocupação e renovação de leitos, fruto de maior otimização dos leitos hospitalares em benefício da população do Sistema Único de Saúde.

INTERNAÇÕES HOSPITALARES - 2003 A 2006
FHEMIG



As cirurgias realizadas tiveram crescimento de 9%, proporcionando um maior atendimento e resolutividade aos pacientes com indicação cirúrgica, que constituem um dos nós críticos na assistência à saúde da população.

CIRURGIAS REALIZADAS - 2003 A 2006
FHEMIG



Importante ressaltar a implantação de 11 protocolos clínicos, que foram elaborados a partir da sistematização do conhecimento atual sobre métodos diagnósticos e abordagem terapêutica. Mais que a normalização de condutas, a FHEMIG busca facilitar a disseminação de boas práticas assegurando a qualidade da assistência por meio de condutas seguras e efetivas.

Destaca-se ainda o fomento às atividades voltadas para o desenvolvimento técnico e científico, capacitação, treinamento e formação de recursos humanos.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA (SEC)

As principais diretrizes da gestão 2006/2007 da Secretaria de Estado de Cultura (SEC) abrangeram a descentralização e a interiorização da produção cultural; a valorização da diversidade cultural, o fomento a novos artistas e grupos de criação; o investimento na profissionalização e na capacitação de agentes culturais; a promoção e a difusão da identidade e da memória, mediante preservação do patrimônio cultural material e imaterial; o aperfeiçoamento da Lei Estadual de Incentivo à Cultura; a adoção de novas formas de financiamento, por meio do Fundo Estadual de Cultura; a recuperação do parque técnico da Rede Minas e da Rádio Inconfidência e a realização de reformas físicas no IEPHA e na Superintendência de Bibliotecas Públicas, entre outros.

Principais ações em 2006

As ações da Secretaria tiveram como norte preservar espaços equitativos para a diversidade presente nas manifestações culturais, garantindo o sucesso do trabalho implementado.

No que tange à produção e à difusão cultural, a Secretaria promoveu a divulgação das artes, da cultura e o do patrimônio do estado, produzindo e veiculando publicações e programações culturais e artísticas, nos diversos espaços culturais da SEC e órgãos/entidades vinculados. Nesse sentido, apoiou, incentivou e realizou ações de formação e desenvolvimento de público, bem como de qualificação e de aperfeiçoamento nas diversas áreas, contribuindo para o fortalecimento e a profissionalização do mercado de produção cultural do estado.

Divulgação da produção cultural do estado

Quanto à infra-estrutura, a Secretaria priorizou a implantação de equipamentos culturais no interior, eliminando o déficit de bibliotecas, além de modernizar o acervo daquelas já existentes.

Bibliotecas no interior do estado

No fomento à produção cultural, apoiou, estimulou, desenvolveu e consolidou projetos culturais, mediante parcerias entre entidades de natureza pública, privada e do terceiro setor.

Por meio da adequada gestão dos diversos acervos do Sistema Estadual de Cultura e da prestação de serviços de assessoramento técnico específico, garantiu o acesso às informações produzidas. Dessa forma, ofereceu à sociedade o exercício do direito à identidade cultural, promovendo a preservação de bens de valor histórico, artístico, cultural e arquitetônico, representativos da cultura mineira em suas diversas manifestações, contextos e épocas.

Preservação da cultura mineira

Ressalte-se, ainda, o engajamento da Secretaria no processo de inovação do modelo de gestão pública com o enfoque em resultados, concretizado pela celebração, com o governo do estado, do Acordo de Resultados, com vigência para 2006 e 2007 e conseqüente Avaliação de Desempenho Institucional. Com isso, a Secretaria de Estado de Cultura vem conseguindo a melhoria da eficiência de sua atuação nas áreas de ação

Foco em resultados

cultural, arquivo, bibliotecas e museus, como também dando maior transparência às ações de sua competência.

A seguir, a SEC apresenta os resultados da atual gestão, nas diversas unidades que integram o Sistema Estadual de Cultural, no ano de 2006.

O Arquivo Público Mineiro (APM) é responsável pela ação arquivística no âmbito do Executivo Estadual, implementando ações e iniciativas de gestão, preservação e acesso aos documentos públicos e privados de interesse público.

86 mil
documentos
microfilmados

No intuito de salvaguardar o patrimônio documental de Minas Gerais, o APM realizou a higienização de 646 códices e de 925 livros, a restauração de 14 livros e a microfilmagem de 86.300 documentos.

Reforma do
Arquivo Público

A melhoria nas condições de guarda e conservação documental foi sistematicamente promovida. Nesta perspectiva, foi iniciada a reforma do prédio anexo e da sede do Arquivo Público Mineiro, obra que permitirá a criação de áreas mais adequadas ao acondicionamento, tratamento e organização de acervos. Em contrapartida, a sede do APM situa-se em edifício tombado pelo patrimônio histórico do estado, merecendo iminentes cuidados para a sua preservação.

Eventos em
diversos
municípios

Também ocorreram ações externas visando à conservação preventiva deste patrimônio. Várias cidades receberam visitas de técnicos para consultorias, palestras e participação em seminários e cursos, como Mariana, Guaxupé, Montes Claros, São João del-Rei, Divinópolis, Patos de Minas, Pará de Minas, Teófilo Otoni, Carangola e Ouro Preto.

Foram iniciados ou desenvolvidos os projetos: *Casa dos Contos*, *Digitalização dos Jornais Mineiros do século XIX*, *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais (1889-1945)*, *Dops*, *Arquivo Público Mineiro: comunicação e acesso*, *Arquivo Público Mineiro: soluções de guarda e preservação do acervo* e *Preservação e divulgação da memória de Minas Gerais registrada em filmes*.

Visando dar continuidade à implantação do programa de *Gestão de Documentos nos órgãos e entidades da administração pública estadual*, o Arquivo Público Mineiro desenvolveu as suas atividades capacitando 84 membros das *Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos de Arquivos*, prestando 419 assessorias técnicas aos órgãos e entidades, orientando e analisando procedimentos que culminaram na autorização de eliminação de 2.580 metros lineares, destituídos de valor probatório, informativo ou histórico.

Com o objetivo de cumprir suas funções de planejar, promover e supervisionar as atividades de acesso às informações do acervo permanente e de controle intelectual do material bibliográfico, o Arquivo Público Mineiro atendeu 5.852 consulentes.

Ressalte-se, ainda, a edição de dois números da *Revista do Arquivo Público Mineiro* e o lançamento da edição comemorativa do livro *Resíduos Seiscentistas em Minas*.

A Superintendência de Museus (SUM), em 2006, concretizou a política de acompanhamento dos museus mineiros atendendo, principalmente, às diretrizes de democratização de acesso aos bens culturais, à preservação do patrimônio museológico, à interiorização das ações e à capacitação do setor museal no estado.

Nessa perspectiva, a SUM concluiu a quarta fase de cadastramento e monitoramento dos museus. Foram cadastradas 26 e mapeadas 50 novas instituições totalizando, neste ano, 267 museus. Minas Gerais se coloca, assim, em terceiro lugar nacional em número de museus mapeados. A listagem dos museus mineiros será disponibilizada na página da Secretaria de Estado de Cultura, em dezembro. Em parceria com o Departamento de Museus do IPHAN e com a Fiocruz, a SUM instalou, em Minas Gerais, o Observatório de Museus, sendo o primeiro estado a iniciar o estudo de público de forma sistemática. Foram monitorados seis museus da capital e aplicados os instrumentos de pesquisa a 3.300 visitas espontâneas. A equipe acompanhou o desenvolvimento dos projetos museológicos do Museu Ferroviário e do Museu da Aeronáutica de Belo Horizonte; do Museu da Arte Sacra, de Diamantina; do Museu de Santa Maria, de Itabira; do Museu da Cachaça, em Salinas, e do Museu do Percurso, no Vale do Jequitinhonha.

267 museus
cadastrados e
monitorados

Na área de conservação e restauro dos acervos museológicos, foram trabalhadas 2.382 obras, em que se realizaram processos de higienização em 1.333 obras, de desinfestação em 726 obras, de conservação em 306 documentos e de restauração em 17 obras. Na área de formação e capacitação profissional, foram atendidos os municípios de Pouso Alegre, Montes Claros, Carangola, Patos de Minas, Divinópolis, Teófilo Otoni, São João del-Rei, Alfenas, Santos Dumont, Varginha, Cristina, Passa Quatro, Itanhandu, Poços de Caldas, Santa Rita do Sapucaí, Três Pontas, Jequitinhonha, Belo Vale e Matozinhos, atingindo 978 agentes culturais.

Cerca de 2.500
obras
conservadas e/ou
restauradas

A SUM, visando tornar disponível o conhecimento produzido e melhorar as condições de atendimento ao público, recebeu 156 consulentes e digitalizou e inventariou 650 documentos dos acervos dos cinco museus ligados à SEC. Foram concluídos três projetos de modernização de museografia (Museu Mineiro, Museu Casa Alphonsus de Guimaraens e Museu Casa Guimarães Rosa), dois projetos de digitalização e disponibilização de acervos na página da Secretaria de Estado de Cultura (acervos do Museu Casa Guignard e do Museu Casa Alphonsus de Guimaraens) e dois projetos de publicações: Cadernos de Diretrizes Museológicas (4 mil exemplares para distribuição nacional) e O Coração do Lugar: depoimentos para Guimarães Rosa (1.500 exemplares).

Modernização
dos museus

Nos eventos especiais, a SUM atingiu diretamente um público de 8.826 visitantes. No decorrer do ano, os museus atenderam a um público de 26.015 visitantes, assinantes do livro de visitas. Tiveram continuidade os projetos “A Boa Notícia”, em parceria com o Minas Shopping (60 mil pessoas/dia); as

Mostras de Artes Visuais: “Duda Miranda”; “Museu do Sabão – Módulo Itinerante”; “Por todos os matos, amém!”, “Projeto Território”, entre outros, do Museu Mineiro, “Projeto Guignard” e “Cartões de Amalita” do Museu Casa Guignard, destacando-se a XVIII Semana Roseana, que comemorou o cinquentenário da primeira edição das obras “*Corpo de Baile*” e “*Grande Sertão: Veredas*”, tendo levado um público de 1.916 visitantes ao Museu Casa Guimarães Rosa.

A Superintendência de Bibliotecas Públicas (SUB) atingiu os objetivos fixados para 2006, cumprindo suas funções de reunir, preservar, organizar e divulgar o patrimônio bibliográfico do estado. Houve diversas ações de incentivo à leitura informativa, educativa e recreativa no município de Belo Horizonte e em cidades do interior. Assegurou uma ação efetiva de apoio ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, destacando-se a concretização de várias etapas do *Projeto Construindo uma Minas Leitora* e a parceria com a Fundação Biblioteca Nacional. Houve continuidade dos programas de reforma física, modernização e adequação do prédio principal da Biblioteca Luiz de Bessa e do Anexo e dos projetos de informatização e digitalização dos acervos. Realizou o concurso público para recomposição do quadro de bibliotecários e iniciou um programa consistente de capacitação de recursos humanos em gestão de bibliotecas e mediação da leitura. Em parceria com a iniciativa privada, desenvolveu projetos aprovados pela Lei Federal e Lei Estadual de Incentivo à Cultura, relacionados com ações de melhoria da infraestrutura física e tecnológica de sua sede, com a informatização de acervos e serviços, criação de bancos de dados específicos, com tratamento e divulgação da Coleção Mineiriana e com a criação de bibliotecas no interior.

Aquisição de
15 mil livros

A SUB adquiriu 14.600 livros, aumentando o índice de atualização para 5%. Foram informatizados e incorporados à base de dados 25.874 títulos, incluindo acervos retrospectivos. Com recursos da Fundep, em projeto conjunto com o Arquivo Público Mineiro, e com recursos orçamentários próprios, foram digitalizados 378 títulos da Hemeroteca Histórica. Manteve-se atualizado o acervo de publicações periódicas com a assinatura de 17 títulos de jornais e 53 de revistas. A biblioteca braile incorporou ao seu acervo 36 livros em braile, fez 48 gravações e 170 horas de leitura com o deficiente visual.

Inclusão social
e digital do
deficiente
visual

Foram atendidos 343.714 usuários, que freqüentam a biblioteca infanto-juvenil, o setor de empréstimo domiciliar, a referência e a pesquisa, a Hemeroteca Histórica, o setor de periódicos correntes, a Coleção Mineiriana, a biblioteca braile, as salas de pesquisa via internet e o carro-biblioteca, que atendeu aos moradores dos bairros Jaqueline, Rio Branco, Vale do Jatobá, Tupi e São Marcos. A biblioteca infanto-juvenil ofereceu 85 ações de incentivo à leitura, como hora do conto, exposições temáticas, visitas orientadas, teatro, leitura dramatizada dirigidas às escolas públicas. A modernização e recuperação do espaço e a aquisição de novos equipamentos e softwares possibilitam a inclusão social e digital do deficiente visual.

Nos seus espaços culturais, como a Passarela do Anexo Professor Francisco Iglésias, a Galeria Paulo Campos Guimarães e o Teatro da Biblioteca, a SUB apresentou 17 exposições e 46 eventos com um público de 21.387

pessoas. Entre as exposições, destacam-se: *50 Anos do Grande Sertão: Veredas*, *Centenário de Mário Quintana*, *A Coleção Rita Adelaide*, *Álvaro* *Apocalypse em Tempos*.

Foi concluído também o recadastramento das bibliotecas públicas municipais. Hoje, o banco de dados do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas inclui os 853 municípios mineiros. O *Programa Construindo uma Minas Leitora*, que estabelece como objetivos zerar o déficit de bibliotecas públicas no estado, modernizar as bibliotecas mais carentes, capacitar recursos humanos em gestão de bibliotecas e institucionalizar uma rede de bibliotecas-pólo, teve continuidade.

Recadastramento de bibliotecas municipais

Com recursos orçamentários próprios, foram criadas 118 bibliotecas. Em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional, formaram-se 51 bibliotecas e, com patrocínio da Avon, mais quatro, surgindo, portanto, 173 novas bibliotecas. Foram modernizadas 47 bibliotecas. Com o Instituto Oldenburg de Desenvolvimento, Cemusa do Brasil e Record Editorial, nove municípios foram contemplados recebendo cada um 300 títulos de uma excelente literatura infanto-juvenil. Com o Programa TIM/Estado de Minas/Bibliotecas, 31 municípios receberam doações de livros de literatura de autores brasileiros, totalizando 2.500 livros. A SUB repassou a 55 municípios livros doados pelo Ministério da Cultura, por autores, por editoras e pela sociedade em geral, totalizando 26.345 livros. Prestou assessoria técnica a 679 municípios sobre questões relativas à criação de bibliotecas, a espaço físico, à formação e processamento de acervo, a ações de incentivo à leitura, à elaboração de projetos e organização de associações de amigos. O programa de exposições bibliográficas itinerantes chegou a 33 municípios, que puderam, assim, divulgar autores, livros e importantes temas literários. Como parte do curso de capacitação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas de Cultura, o módulo *Gestão de Bibliotecas* foi oferecido a oito municípios, com a participação de 240 pessoas. Ao todo, a ação regionalizada do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais atingiu 328 municípios.

Criação de 173 bibliotecas e 47 modernizadas, em diversos municípios

Graças a projeto aprovado na Lei Federal de Incentivo à Cultura, e com o patrocínio da V&M do Brasil, da Cemig e da Gerdau Açominas, foi reformado o 2º pavimento do prédio da Biblioteca Luiz de Bessa, que ocupa 1.500m², onde estão localizadas a biblioteca braile e as Coleções Especiais (Obras Raras, Coleção Patrimonial, Artes, Memória da Literatura Infantil, Biblioteca Rita Adelaide, Biblioteca José Alcino Bicalho e Coleção Mineiriana). Foram realizadas obras de alvenaria, elétrica, hidráulica, rede lógica e climatização, sendo adquirido mobiliário especial para acervos e leitores, bem como instaladas câmeras de segurança. Foi providenciado o fechamento parcial da área térrea do Anexo Prof. Francisco Iglésias, trocado o teto e recuperada a iluminação (ambos muito danificados) e adquiridas 16 câmeras de segurança. Visando a melhor atendimento ao usuário, houve a aquisição de 31 computadores, quatro impressoras e um scanner destinados às salas de internet, à biblioteca braile, ao setor das coleções especiais, à portaria eletrônica, ao banco de dados do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, ao setor de processamento técnico, à hemeroteca e a setores administrativos.

Reforma da Biblioteca Luiz de Bessa

Contratação de
38 graduados em
biblioteconomia

Por meio de concurso público, após 31 anos, foi recomposto o quadro de bibliotecários da SUB, contratando-se 38 graduados em biblioteconomia. Os novos bibliotecários receberam capacitação em áreas de interesse específico para a Biblioteca Pública como o *Curso de Gestão em Políticas Públicas de Cultura*, com 40 horas/aula e *Seminário para Mediadores de Leitura*, de 8 horas/aula.

A SUB esteve presente no Fórum Nacional do Livro e da Leitura, no Encontro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no Ciclo de Estudos em Ciência da Informação, promovido pela UFRJ/SIBI, no Fórum de Leitura de Parati e no Encontro de Bibliotecas do Cefet. Produziu o CD sobre a coleção de obras raras da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e lançará, em dezembro, duas publicações: o “Manual para gestão de bibliotecas públicas municipais” e o livro “Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura”.

Interiorização dos
bens culturais

Com a criação, modernização e boa gestão de bibliotecas públicas no interior, o estado democratiza o acesso aos bens culturais, sobretudo o acesso à leitura, que é imprescindível a todos os cidadãos, de qualquer idade, raça, credo, condição social ou interesse, reduzindo o índice de analfabetismo funcional e criando condições para aumentar o nível de letramento e o grau de *competência informacional* da população.

A Superintendência de Ação Cultural é responsável pela área finalística da Secretaria de Estado de Cultura. O processo de reposicionamento pelo qual passou, nos últimos dois anos, buscou realinhar as atividades e programa da SAC à sua vocação e missão institucional. Tendo como base a articulação entre as unidades do sistema estadual de cultura e os grupos, os artistas, as entidades, os produtores e as administrações municipais, desenvolve ações e programas de capacitação, gestão de informação, fomento e incentivo cultural, prioritariamente (mas não exclusivamente) voltados para o interior do estado. A SAC vem superando as metas propostas para o período com várias frentes de atuação, destacadas a seguir.

Kits
personalizados
para as Bandas
Civis de MG

Programa de Apoio às Bandas Civis do Estado de Minas Gerais: foi totalmente reestruturado com o intuito de estender sua atuação para o maior número de entidades e municípios mineiros. A doação de instrumentos, fortemente priorizada em gestões passadas, foi reformulada para atender as reais necessidades de cada entidade. O chamado *kit de instrumentos*, único para todas as bandas, foi substituído por *kits personalizados*, de acordo com as demandas de cada entidade, que foram sistematizadas num banco de dados, a fim de priorizar o atendimento a bandas que nunca receberam incentivo do estado, ou mesmo, que não o receberam recentemente. Esta reformulação incluiu ainda a criação e formatação de oficinas de capacitação e reciclagem de músicos e regentes, por meio de uma parceria com o Ministério do Turismo e a Codemig. As oficinas foram realizadas nos circuitos turísticos do Ouro, Diamante e Trilha dos Inconfidentes, nas cidades de Santa Bárbara, Diamantina e São João del-Rei, com 713 músicos de 73 bandas, oriundos de 43 municípios. Foram oferecidos 44 cursos, entre instrumentos, regência, percepção musical e manutenção. Tal iniciativa contemplou investimentos e parcerias da ordem de um milhão, ao longo deste ano.

Filme em Minas: consiste num programa de patrocínio com base na Lei Rouanet e na Lei do Audiovisual, que tem como objetivo manter a regularidade da produção visando contribuir, de maneira efetiva, para o incremento e a organização do setor de audiovisual no estado. Criado a partir de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura e a Cemig, somam-se, aportados no biênio 2005/2006, 3,5 milhões como patrocínio a projetos selecionados em sete categorias: longas-metragens, curtas-metragens, documentários em vídeo, novos formatos (vídeo experimental, instalações e arte interativa), publicações concernentes ao universo audiovisual, desenvolvimento de roteiros e um incentivo especial a filmes brasileiros. Em 2005, foram selecionados 26 projetos, e o edital 2006, publicado na segunda quinzena de dezembro, incorpora novas categorias: distribuição, finalização de longas metragens, digitalização de acervo e copiagem. Paralelamente ao *Programa Filme em Minas*, foi criada e implantada a *Minas Film Comissão (MFC)*, que é um conjunto de informações de cunho institucional e logístico para dar suporte a produtores cinematográficos brasileiros e estrangeiros que queiram realizar seus filmes total ou parcialmente em Minas Gerais. O objetivo da MFC é atrair negócios do campo audiovisual para o estado.

3,5 milhões de reais aplicados na produção de filmes

Programa de Formação de Gestores na Área Cultural: foi criado, nesta gestão, tendo como foco principal a formação dos gestores da área pública alinhando-se, portanto, a um dos cerne desta gestão – o investimento na infra-estrutura cultural. Nesse sentido, a SAC deu continuidade à parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) para a realização do curso de capacitação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas de Cultura, sediado nos municípios de Alfenas, São João del-Rei, Teófilo Otoni, Patos de Minas, Carangola e Divinópolis, atingindo cerca de 360 gestores de 59 municípios do interior do estado. Já a Oficina de Elaboração, Captação e Gestão de Projetos Culturais, elaborada e realizada pela SAC, atingiu 11 municípios-sede (Itapeçerica, Paracatu, Governador Valadares, Januária, Uberaba, Conselheiro Lafaiete, Salinas, Araguari, Capelinha, Uberlândia e Muriaé). Atingindo um público de cerca de 420 gestores, provenientes de 77 municípios do interior do estado, a oficina conseguiu desdobramentos surpreendentes e até inesperados, por seu caráter introdutório, motivando os participantes a atuarem conjuntamente em suas regiões por meio da criação de consórcios intermunicipais de cultura.

Capacitação de gestores culturais em diversos municípios

Uma outra ação de formação foi a realização das Oficinas de Audiovisual, que contribuem para o cumprimento de algumas das principais diretrizes da Secretaria de Estado da Cultura quanto à descentralização da produção, na medida em que possibilitam a núcleos relativamente organizados no interior o acesso aos mecanismos de incentivo e estímulo estaduais e federais bem como o manejo técnico necessário de equipamentos portáteis que permitam o desvendamento das potencialidades culturais próprias. Um dos desdobramentos destas oficinas é a criação de intercâmbio com o Núcleo de Registro do Patrimônio Imaterial da Rede Minas, com possibilidades de parcerias com os alunos para a geração de registros sobre o patrimônio local ou regional. Em 2006, foram realizadas oficinas sediadas nos municípios de Guaxupé, Divinópolis, Araçuaí e Coronel Fabriciano.

Convênios e parcerias: foram estabelecidos diversos convênios e parcerias pela SAC para a implantação e desenvolvimento de ações e projetos, dentre os quais se destacam: o Projeto Pixinguinha/Minas Gerais, fomentando a circulação e o intercâmbio da produção musical (em parceria com a Funarte/MinC); o Projeto Vale, Vozes e Visões – a arte universal do Jequitinhonha (em parceria com o BID e o Sebrae Minas); o Projeto Rosa no Redemoinho – cinquentenário do romance Grande Sertão: Veredas (em parceria com o Sebrae Minas); o projeto de construção da Casa de Cultura de Japonvar (convênio estabelecido com a Prefeitura de Japonvar); a realização de oficinas de construção de rabecas e a manutenção da Orquestra de Rabecas do Sertão (convênio com a Prefeitura de Montes Claros); a cessão de vagas para estágios técnicos de produção cultural aos alunos do Programa Valores de Minas em unidades do sistema estadual de cultura (convênio envolvendo o Servas, Sedese, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Estado de Educação), entre outros

*Criação do Fundo
Estadual de
Cultura*

Fundo Estadual de Cultura (FEC): realização de estudos para a criação e implantação do FEC, assim como a gestão e sistematização dos editais, monitoramento do trâmite dos projetos e documentação pertinentes e gerenciamento de informações e banco de dados. O Fundo Estadual de Cultura (FEC) foi criado pela Lei 15.975, de 12 de janeiro de 2006, e regulamentado por meio do Decreto 44.341, de 28 de junho de 2006. O edital estabelecendo o período de inscrições e as disposições gerais sobre a apresentação de projetos ao FEC ficou aberto de 1º a 29 de agosto de 2006. O resultado final dos projetos inscritos e selecionados - FEC 01/2006 – foi publicado em 1º de novembro de 2006, no Diário Oficial do Estado. Foram inscritos 414 projetos, sendo 78 aprovados, oriundos de 52 municípios, correspondentes a 84,35% de projetos do interior do estado. Este resultado demonstra, claramente, a disposição e o compromisso da SEC com a interiorização das ações.

Programa Cemig Cultural: o Programa Cemig Cultural aportou recursos da ordem de R\$ 10 milhões, contemplando 102 projetos de todas as regiões do estado e nas várias áreas artísticas, como teatro, literatura, dança, artes plásticas, patrimônio, música e circo.

Programa Copasa Cultural: totalizou em 2006 o aporte de R\$ 1 milhão em recursos, destinados a nove projetos patrocinados via Lei Rouanet, nas diversas áreas artísticas.

Destaca-se, em ambos os programas, a participação desta Secretaria na escolha dos projetos contemplados, de acordo com os critérios definidos na política pública de cultura do Estado de Minas Gerais.

O Suplemento Literário, neste ano, cumpriu os objetivos propostos na atual gestão, de rigor e qualidade na seleção de textos, abertura para novas linguagens e descentralização da produção e recepção, que são medidos, sobretudo, pela resposta dos leitores. Destaca-se a edição de Suplementos Especiais e a produção do seminário técnico em comemoração aos cinquenta anos de Grande Sertão: Veredas, obra-prima do escritor João Guimarães Rosa.

Houve um aumento expressivo no número de leitores cadastrados que, de 600, passou para 3.330, com distribuição gratuita via correios para Belo Horizonte, interior de Minas e outros estados e nos 74 pontos fixos de entrega – entre eles bibliotecas, centros culturais, universidades, livrarias e órgãos do Sistema Estadual de Cultura.

As parcerias estabelecidas com a Fundação Clóvis Salgado possibilitaram a realização das *Terças Poéticas*, com público de 1.600 pessoas e a entrega dos exemplares premiados no concurso *Prêmio Incentivo à Literatura*.

FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO (FCS)

A Fundação Clóvis Salgado (FCS) cumpriu seu objetivo de ampliar sua atuação não só em Belo Horizonte, mas também no interior do estado. A instituição teve a presença de aproximadamente 780 mil pessoas em seus espaços e atividades. Com ações de interiorização, promoveu viagens a mais de 130 cidades de Minas com oficinas, palestras e apresentações de teatro, dança e música. Ao longo do ano, a FCS acolheu espetáculos de renome nacional e internacional. Sediou a solenidade de abertura da 47ª Reunião Anual dos Governadores do BID. Proporcionou melhores condições para as artes plásticas e programas para crianças e jovens da rede pública de ensino, além de ampliar suas ações de fomento e apoio aos diversos segmentos artísticos por meio de projetos especiais como Prêmio Estímulo à Montagem Teatro/Dança, Edital Artes Visuais, Terças Poéticas, Música Independente, Diálogos – Fórum de Artes e Cultura, Orquestra Jovem (reconstituição), Expresso Melodia, Escolas em Concerto, Concerto Brasileiro, Concerto Minas Experimental, teatroencontro.com, entre outros. Também inaugurou uma fase de parcerias dentro e fora da esfera governamental, estreitando o diálogo com a sociedade. Além do sistema de cultura - Suplemento Literário, TV Minas e Rádio Inconfidência –, realizou projetos em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica (PUC), Sociedade Independente dos Músicos (SIM), Eletrobrás, Copasa, entre outras.

Público de 780 mil pessoas

Mediante uma programação especial, comemorou os 35 anos do Palácio das Artes com diversos eventos, como:

Temporada de Óperas: com preços acessíveis, apresentações gratuitas e em praça pública. A Temporada de Ópera 2006 apresentou *O Castelo do Barba-Azul*, *La Serva e L'Usso*, *A Flauta Mágica*, e o espetáculo cênico-musical *Pedro e o Lobo*. Seguindo a política de parcerias da gestão, a instituição trabalhou em conjunto com os grupos Giramundo e Companhia de Ópera Buffa.

Temporada de óperas

Expresso Melodia nas praças de BH: com a proposta de democratizar o acesso à arte e à cultura, música erudita, teatro e artistas foram levados a diversas praças e espaços públicos de BH e a cidades do interior, atingindo um público de 11.100 espectadores.

Expresso melodia

Palácio é seu

O Palácio é Seu: em um dia inteiro de programação, todos os espaços do Palácio das Artes foram integrados por uma série de atividades gratuitas, atraindo aproximadamente 3 mil pessoas. Entre peças de teatro, intervenções de dança, música e exposições, o público desfrutou de espetáculos diversificados e de qualidade.

Novo espetáculo da Cia. de Dança Palácio das Artes foi apresentado com a estréia de *Transtorna*, inspirado nas cidades e na poética de Ítalo Calvino.

5 mil títulos de músicas digitalizados

Acervo e Memória: fruto de uma reformulação da biblioteca, a reinauguração do Centro de Convivência, Informação e Memória João Etienne Filho vem com a proposta de disponibilizar um importante acervo de audições, ensaios e apresentações inéditas realizadas nos diversos espaços da FCS. Foram digitalizados mais de 5 mil títulos da música popular, erudita, teorias do teatro, cinema, dança, folclore, artes plásticas e literatura. Uma seção dedicada à memória da Fundação reúne cartazes e programas de eventos sediados pela FCS nos últimos 30 anos.

Lançamento de livros: duas importantes publicações também fazem parte das comemorações. O livro Pátio dos Milagres: 35 anos do Palácio das Artes, um retrato, e Corpos Artísticos do Palácio das Artes: trajetória e movimentos.

Adequação física e aquisição de equipamentos

Para viabilizar adequadamente essa extensa programação, a instituição investiu progressivamente na melhoria de sua infra-estrutura e equipamentos. Todos os espaços físicos tiveram intervenções, com destaque para a inauguração da nova sala do Coro e as reformas e ampliações por que passaram as salas João Ceschiatti, Juvenal Dias, Grande Teatro, Café e Livraria do Foyer Inferior e salas de aula do Cefar, além do Centro de Convivência, Informação e Memória João Etienne Filho, que passou por total reformulação física.

RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA

A Rádio Inconfidência, em 2006, ano das comemorações dos 70 anos da fundação, a emissora avançou significativamente em seu projeto, iniciado em 2005, de recuperação técnica, física e institucional.

Com o aporte complementar de R\$ 1.398.000,00, do governo estadual, a emissora pôde alcançar as metas previstas para 2006 em seu planejamento estratégico.

Recuperação dos transmissores AM e FM

O projeto de recuperação técnica, vital para a atualização da sua outorga de funcionamento, pelo Ministério das Comunicações, e para a expansão do alcance de seu sinal, teve sua ação concentrada na recuperação dos transmissores AM e FM e dos sistemas de refrigeração e aterramento, possibilitando, em breve, a utilização máxima da potência do sinal da emissora.

30 mil músicas digitalizados

A implantação do projeto de automação do sistema operacional da Rádio já vem mostrando resultados positivos na otimização dos processos de produção, veiculação, faturamento e comprovação de veiculação, além da

digitalização do acervo de 30 mil músicas (do canal FM) e da capacitação de todos os programadores e operadores.

A reforma física dos seis andares da sede da Inconfidência, locada no Ed. Raja Center, e das unidades dos Centros de Transmissão AM (BR040) e FM (Serra do Curral) já está em andamento e traduz efetivamente o novo momento vivido pela emissora: o de recuperação da sua dignidade interna e da sua credibilidade externa.

Reforma da sede

A reestruturação administrativa e financeira envolveu, ao longo de 2006, a conclusão dos processos de contratação de pessoal por meio de concursos públicos – cumprindo a exigência do Ministério Público do Trabalho de renovação de 85% do seu quadro pessoal. Além disso, foi promovida a capacitação de corpo funcional por meio de diversos cursos, seminários e congressos, resultando em maior eficiência nos processos licitatórios e de negociação com fornecedores, no gerenciamento de contratos e de rotinas, e na inclusão definitiva da emissora nos programas integrados de planejamento e gestão do governo (SIAD, SIAF, SIGPLAN, etc.).

Capacitação de servidores

Na área jurídica, a implantação do Estatuto da Rádio Inconfidência possibilitou maior eficiência nas soluções das questões judiciais e extrajudiciais da emissora. O Departamento Jurídico atuou em conjunto com a Comissão Permanente de Licitação a fim de garantir que as contratações de bens e serviços fossem efetuadas com êxito, legalidade e rapidez, especialmente no que foi feito por pregão eletrônico. Atuou também, com eficiência, nas causas de diversas ações trabalhistas geradas pelo efetivo cumprimento, pela emissora, do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. A reversão de reiteradas decisões desfavoráveis em ações de execução fiscal representou uma significativa economia para a Rádio no custo anual do seu gerenciamento.

Na área comercial, embora 2006 tenha sido um ano atípico para o mercado, houve um crescimento de vendas de 54% em relação a 2005, 29% além do planejado, e aumento de faturamento anual de 25%, 13% acima da meta prevista para este ano.

Acréscimo de 25% no faturamento

A recontração do Ibope resultou em maior profissionalismo na apresentação dos planos de mídia e na otimização do relacionamento da emissora com o mercado publicitário. O crescimento comercial da Rádio inclui a conquista de 10 novos grandes anunciantes regionais e de seis novos anunciantes nacionais, além de contratos novos, renegociados e permutas. Houve um aumento de 50% no custo e na realização de apoios culturais, que são em torno de 30 eventos apoiados/mês; o estabelecimento de parcerias com espaços culturais e empresas locais de produção cultural e de eventos, além de inúmeras promoções exclusivas para os ouvintes da emissora. Em valores brutos, as vendas de 2006 correspondem a cerca de R\$ 2.875.000,00 contra R\$ 1.236.000,00 de 2005.

Novos anunciantes: 10 regionais e 6 nacionais

A recuperação da imagem institucional da Rádio Inconfidência e do seu reposicionamento no mercado regional e brasileiro vem sendo conquistada pelo empenho de toda a equipe e, especialmente, tendo como mote a

comemoração dos seus 70 anos, pela repaginação de sua programação diária do canal FM (100,9 – Brasileiríssima) e investimento na programação jornalística esportiva pelo canal AM.

Principais ações

Entre as principais ações, destacam-se: a criação, gravação e veiculação de jingles em homenagem ao aniversário da Rádio, por artistas mineiros consagrados; novas vinhetas; campanha institucional 70 anos veiculada na Rede Minas, durante os meses de setembro, outubro e novembro; anúncios institucionais na mídia impressa (jornais O Tempo e Hoje em Dia, revistas JB Ecológico e Rio Sport Center); revitalização do Jornalismo da emissora com a criação de programas, padronização dos procedimentos e das formas de produção e veiculação de notícias com a adoção da filosofia “música e notícia” com jornalismo presente, ao vivo, na maior parte da programação; criação e realização de projetos em parcerias com a Fundação Clóvis Salgado e SIM – Sociedade Independente de Música (Música Independente) e com a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e produtores locais (estereoteca); parceria com emissoras nacionais Rádio MEC (RJ) e Eldorado (SP) para permuta de programação; retomada de parcerias com a BBC de Londres e Rádio França Internacional para a veiculação diária de matérias jornalísticas; cobertura, em parceria com a Rádio Paiquerê (Londrina-PR), da Copa do Mundo da Alemanha, com transmissão direta de 75% dos jogos (AM/FM); parceria efetiva com emissoras do interior de Minas para a veiculação e cobertura dos jogos dos times mineiros nos Campeonatos Mineiro e Brasileiro de futebol, além da cobertura da Copa do Mundo.

Outra importante linha de ação institucional foi a participação efetiva da emissora em eventos importantes de radiodifusão como: Seminário *O futuro do Rádio*(RJ); 8º Congresso Mineiro de Radiodifusão, no qual se encaminhou, junto com as entidades representativas do radialismo mineiro, proposta para a criação do *Memorial do Rádio em Minas*; Assembléia Geral da ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil, na qual a Rádio Inconfidência foi eleita vice-presidente da entidade; Projeto *Onda Cidadã*, do Instituto Itaú Cultural(SP); Encontro de Rádios Parceiras da BBC de Londres, em São Paulo, e da Rádio França Internacional, no Rio de Janeiro.

*Comemoração
dos 70 anos da
Rádio*

O projeto de comemoração dos 70 anos da emissora também envolveu uma série de eventos e homenagens: o projeto *Memória da Rádio Inconfidência*, de resgate e preservação da história da emissora; a realização do show *70 anos no ar*, em setembro, no Parque Municipal de Belo Horizonte com a participação de mais de 100 artistas mineiros e com um público estimado em 8 mil pessoas e o encaminhamento de dois projetos de memória para a Lei Estadual de Incentivo à Cultura. As comemorações dos 70 anos foram encerradas com a realização, junto com a Fundação Clóvis Salgado e o IEPHA, de um baile especial, para 3 mil convidados, na Serraria Souza Pinto, no qual foram festejados os 70 anos da Rádio e os 35 anos de cada uma das outras duas instituições.

Em 2007, após todas as conquistas deste ano que termina, não há dúvida de que a Rádio Inconfidência consolidará uma posição de prestígio no mercado e, principalmente, junto ao seu fiel e crescente público ouvinte, tanto em Minas Gerais como em todo o Brasil.

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (Rede Minas)

A Rede Minas é uma emissora de caráter cultural e educativo que tem a missão de contribuir para o desenvolvimento intelectual, social e econômico de Minas Gerais, promovendo seus valores e o intercâmbio com outros agentes de educação e cultura, por meio da produção e veiculação de programas de televisão de interesse público. Completou, em 2006, 22 anos de existência e acumula um saldo de muitos prêmios e realizações.

A emissora tem, hoje, 51 afiliadas no interior, sendo a maior rede pública estadual do país. Em 2006 completou a universalização do sinal, para todos os 853 municípios mineiros. Emissoras de vários estados estão acompanhando as mudanças em Minas e algumas já definiram que pretendem adotar o mesmo modelo com naturais adaptações, chegando a enviar técnicos a Belo Horizonte.

*Maior rede
pública estadual
do país*

São 24 horas no ar, com uma média diária de oito horas de programação própria. Ao todo, são cinco telejornais, quatro programas diários, 21 programas semanais (16 produzidos internamente, uma co-produção com a TVE Brasil e quatro em parceria com outras instituições) e dois programas mensais.

Entre os destaques do ano, vale ressaltar que a Rede Minas conquistou os Prêmios de Mídia Regional e Nacional de TV, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE). Outra grande novidade foi o lançamento do primeiro programa infantil já produzido pela Rede Minas: Dango Balango. Está fazendo tanto sucesso que até o próximo ano estará nas telas da TV Cultura de São Paulo e TV Rá-Tim-Bum.

*Prêmio de Mídia
Regional e
Nacional de TV*

Sua programação foge do modelo de commodity, próprio da TV comercial. Tem objetivos segmentados e prioriza a qualidade. A grade contempla os mais diversos segmentos da cultura, do jornalismo e da prestação de serviços. Abre-se à ousadia e à invenção, em busca de novas linguagens e conteúdos. Na música Pop, o programa Alto-Falante foi premiado como o melhor da TV brasileira nos últimos dois anos, concorrendo, inclusive, com a MTV. O programa virou co-produção com a TV Cultura e está em rede; o programa “+ Ação”, dedicado a esportes radicais, também entrou na grade nacional da TV Cultura. O programa sobre literatura (Livro Aberto) foi solicitado e está sendo fornecido à Secretaria de Educação de São Paulo. O “Atitude.com”, da TVE do Rio, virou co-produção com a Rede Minas, com uma composição ao vivo duas vezes por semana. O programa de música de concerto é utilizado em escolas de graduação de música, e o “Planeta Minas”, muito requisitado por escolas, foi solicitado pela Radiobrás, empresa do governo federal, que veicula toda a série.

*Programação na
grade nacional
da TV Cultura*

Neste último ano, a emissora passou por diversas mudanças e reestruturações para se tornar mais dinâmica, com uma linguagem mais moderna. A Rede Minas teve participação relevante em diversos eventos como a 47ª Reunião Anual do BID, o Congresso Mineiro de Municípios e Casa Cor 2006, além de sediar o lançamento do projeto DOCTV III e o XXIV Encontro da Abepec. A área técnica se modernizou e adquiriu mais equipamentos para

acompanhar as inovações tecnológicas do mercado e possibilitar uma estrutura de trabalho melhor para as produções dos programas, o que se traduz em maior qualidade para os telespectadores.

A rede com as emissoras afiliadas voltou a ser estruturada, o que possibilitou à Rede Minas maior aproximação com suas parceiras do interior. Diariamente, matérias de todas as regiões do estado são transmitidas nos cinco telejornais da TV e as melhores são repassadas à Rede Pública de Televisão para ser exibidas em todo o país. A ampliação de geração de matérias via internet e o intercâmbio de repórteres e produtores com as emissoras do interior, para melhor qualificação, são algumas das ações que estão em desenvolvimento e tendem a se tornar mais constantes em 2007. As pautas foram modificadas para tornar o trabalho mais dinâmico, surgindo projetos para incluir nos telejornais comentaristas de diversas áreas de atuação, como economia popular e cultura, resultando num conteúdo ainda mais consistente e atraente para os mineiros.

Principais ações

Todo o sucesso se deve ao resultado das políticas implantadas na atual gestão. Na área administrativa, a parceria firmada, há um ano, com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) intitulada ADTV permitiu agilidade na contratação de pessoal e compra de equipamentos, entre outros aspectos. A Rede Minas pôde regularizar sua situação com os funcionários com contratação pela CLT; fez o lançamento do concurso DCTV III, com a realização de um concurso estadual, que selecionou três projetos de documentários além dos dois projetos que já são escolhidos para o concurso nacional; implantou o Núcleo de Registro do Patrimônio Imaterial; reformou cenários e reestruturou linhas editoriais; desenvolveu novas séries de interprogramação; contratou especialistas em direitos autorais, sonorização e iluminação; criou faixas temáticas; realizou treinamentos internos em várias áreas para qualificação profissional, além de promover o lançamento de programas como Dango Balango, Qüiproquó e Outros Sons; criou nova website; executou a reestruturação do Call Center; padronizou propostas comerciais e novos projetos.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA)

Áreas de atuação

O IEPHA deu prosseguimento ao fortalecimento das políticas públicas de patrimônio como vertente da iniciativa cultural do estado, atuando na elaboração de projetos, na execução de obras de restauração, além de ações de proteção representada por instrumentos legais, entre os quais o tombamento e o registro, a identificação e o inventário de bens culturais, com destaque para o tombamento definitivo da Serra da Piedade, inclusive sua inscrição no respectivo *Livro do Tombo*. Entre outras realizações, realçam-se:

Principais restaurações

A continuidade do projeto estruturador *Circuito Cultural Praça da Liberdade*, destacando-se a maior restauração já feita no Palácio da Liberdade e a restauração emergencial dos elementos de cobertura dos edifícios da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF),

além da análise de implantação do Centro da Indústria, Arte e Cidade, Casa da Orquestra, Centro Cultural Banco do Brasil, Praça da Ciência, estando já em implementação.

Foram feitas a restauração da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte e o processo para registro da festa de Nossa Senhora do Rosário, com a participação da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), da Rede Minas e com o apoio decisivo da Secretaria de Estado de Cultura.

O *Programa Trens de Minas*, sob a coordenação da SETOP, tem no IEPHA o responsável pelas ações de preservação do acervo ferroviário. O Instituto criou o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Ferroviário que visa à identificação e ao resgate do patrimônio material e imaterial ligado à história da ferrovia em Minas Gerais. Foram realizados os levantamentos preliminares documentais e dos arquivos do patrimônio edificado. Nos municípios envolvidos, foram mobilizadas equipes para participar das ações em 2007 das oficinas de educação patrimonial e da formação de gestores do patrimônio.

Trens de Minas

No Programa Monumenta/Serro, o estado contribuiu, com contrapartida financeira, com o aporte de recursos que vêm sendo aplicados em várias ações, além do apoio técnico do IEPHA com destaque para a restauração do patrimônio edificado. Aguarda-se, para breve, a liberação pelo BID de recursos já formalmente acordados.

Monumenta em Serro

O prosseguimento do Programa de Inventário de Proteção do Acervo (IPAC/MG) inventariou seis municípios, encontrando-se 202 outros em processo de pesquisa. Foi feita análise, inventários e digitalização dos arquivos da SETOP com o apoio da UFMG.

O Programa de Recuperação de Bens Culturais Desaparecidos permanece obtendo resultados positivos, ao inibir o comércio ilícito de obras de arte. Como indicador, houve redução significativa do número de roubos em igrejas e museus de Minas Gerais.

Pelo programa de Diagnóstico e Fiscalização de Bens Tombados, o IEPHA/MG vistoriou 63 bens, atingindo 34 municípios.

Com relação à assessoria aos municípios, foram feitos 634 atendimentos por telefone, 597 por e-mail, contemplando 87 municípios, prestando, em especial, informações sobre ICMS Cultural, tombamento e licença para construção em sítios tombados. Destaca-se, no processo de municipalização da proteção ao Patrimônio, a análise da documentação enviada por 621 municípios, superando 2005 (570 municípios) e nova pontuação com vistas à distribuição do ICMS em 2007. Nesta questão, o IEPHA promoveu fóruns regionais sobre ICMS – Patrimônio Cultural, atingindo 118 municípios.

ICMS Cultural

Relativo ao Fundo Estadual de Cultura, o IEPHA apoiou cinco municípios na elaboração de projetos de restauração que foram aprovados.

O concurso público, realizado em junho de 2006 para 74 novas vagas, já permitiu admissão de 51 profissionais, aliviando antiga carência de recursos humanos. O apoio da Secretaria de Cultura foi fundamental para concretizá-lo. Foi aprovado o *Plano de Carreira* e concluído o *Acordo de Resultados*.

35 anos do
IEPHA

Dentro das comemorações dos 35 anos do IEPHA, foi criado o prêmio Sylvio de Vasconcellos pela Secretaria de Estado da Cultura, IEPHA e BDMG Cultural para empresas, municípios, organizações não-governamentais que se destacarem na preservação e promoção do patrimônio.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO (FAOP)

Áreas de atuação

A FAOP tem como missão promover, incentivar e executar atividades culturais para valorizar a arte em todas as suas dimensões e propiciar atitudes de compromisso e responsabilidade com o patrimônio cultural. Mantém a Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade (EARMFA), estruturada no Núcleo de Arte, no Núcleo de Conservação e Restauração e no Núcleo de Ofícios. Desenvolve projetos extensionistas - com distinção para o projeto *Resgate Cultural* -, atua na conservação e restauração de bens móveis e imóveis e na manutenção do Memorial Pedro Aleixo, da Galeria de Arte Nello Nuno e da Biblioteca Murilo Rubião.

Hoje, a FAOP é apontada como instituição pioneira na conservação do patrimônio cultural, artístico e histórico nacional, ampliando o raio de atuação em vários municípios de Minas Gerais, mediante parcerias com organizações públicas e não-governamentais, envolvendo a comunidade e atraindo artistas, professores e alunos dos mais variados segmentos.

Após 38 anos de existência, a FAOP imprime um ritmo arrojado e inovador em sua atuação, promovendo a construção participativa do *Plano Estratégico de 2007*, cujas ações versam entre gestão de pessoas e gestão de processos, propiciando ambiente favorável. Para o desempenho individual, ágil e assertivo, realizou cursos de capacitação em diversos setores da Fundação.

O Núcleo de Arte, com o objetivo de pensar, perceber e produzir arte contemporânea, ofereceu oficinas direcionadas a vários públicos. As oficinas de *Cerâmica* se desdobraram em projetos paralelos, como o *"Prato Feito"*, ação realizada por artistas locais de notável produção nacional e internacional. Interveio artisticamente nos espaços urbanos, graças aos projetos *Tapume + Arte* e *Tapetes de Serragem*. As produções artísticas tiveram visibilidade nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Capacitação de
profissionais
técnicos

Por intermédio do Núcleo de Conservação e Restauração, que forma profissionais técnicos capacitados para analisar, diagnosticar e intervir adequadamente em obras de arte, a FAOP executou dois processos seletivos, no início e meio do ano, para o *Curso Técnico em Conservação e Restauração de Bens Culturais*, formando sua primeira turma com o reconhecimento do MEC. Executou a restauração de 45 imagens sacras de diferentes municípios de Minas Gerais, forros e pinturas parietais da Casa Bernardo Guimarães, dos elementos artísticos dos Passos da Via Crucis - Nosso Senhor dos Passos e

Nosso Senhor da Coluna- dos elementos artísticos da Igreja Nossa Senhora da Soledade de Lobo Leite, distrito de Congonhas, promovendo, também, a educação patrimonial da comunidade com o projeto *Lugares da Memória*.

O Núcleo de Ofícios, em parceria com o Monumenta/BID, está capacitando 120 oficiais da construção civil para intervirem na conservação e restauração de edificações de valor histórico, resgatando as técnicas e os fazeres tradicionais e consolidando mentalidades comprometidas com a preservação do patrimônio

120 oficiais da construção civil capacitados

O *Programa Avança Minas* restaurou o casarão que pertenceu ao escritor Bernardo Guimarães, com recursos da ordem de R\$ 2.800.000,00. Em paralelo, com recursos incentivados pela Lei Rouanet, a Gerdau-Açominas patrocinou o mobiliário e os equipamentos do imóvel restaurado, inaugurado em dezembro.

Casarão Bernardo Guimarães restaurado

A Biblioteca Murilo Rubião abriga o acervo de 3.500 obras. Atualmente, encontra-se em processo de ampliação do acervo, firmando parcerias com diversas instituições, dentro e fora do Brasil.

As atividades de difusão, promoção e divulgação, por meio da Galeria de Arte Nello Nuno, propiciou e fomentou as diversas expressões artísticas. Este espaço cultural da FAOP abrigou momentos raros da genuína manifestação artística, com exposições, dentro de uma agenda qualificada, conforme edital anual, atingindo uma média de 12.500 visitantes, entre moradores e turistas.

12.500 visitantes na Galeria de Arte Nello Nuno

O projeto de extensão *Resgate Cultural* tem por finalidade resgatar ofícios e manifestações culturais ameaçados de extinção ou de descaracterização, com a valorização de mestres detentores de um saber único. Apresenta resultados surpreendentes ao garantir a continuidade das expressões artísticas locais, aumenta a geração de renda da comunidade, recupera a auto-estima dos artesãos e fortalece os sentimentos de identidade e de cidadania.

Valorização de mestres artesãos

A FAOP realizou pesquisas em quatro municípios da região do Jequitinhonha, inventariando 27 manifestações culturais e 40 ofícios tradicionais. Foram realizadas, em junho, as oficinas: *Boi Janeiro*, no Jequitinhonha; *Folia de Reis e Cerâmica de Utilitários*, em Itinga; *Botijas e Potes*, em Berilo; e a *Festa de Nossa Senhora do Rosário*, em Chapada do Norte. Houve o envolvimento de 18 mestres, cinco monitores, 198 participantes, 24 técnicos da FAOP (16 no escritório e 8 em campo) sete profissionais da Rede Minas e 2.800 pessoas da região. Abriram-se mercados, com a participação em diferentes encontros e seminários, em todo território nacional.

Ações no Vale do Jequitinhonha

A FAOP oferece ao mercado nacional e internacional profissionais qualificados para a prestação de serviços relativos à arte, à conservação e restauração e ao resgate de técnicas, fazeres e saberes tradicionais. Sustentar estrategicamente este movimento significou primar pela conquista de novos horizontes, promovendo interfaces fundamentais entre produção e preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL (SEDS)

A Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), criada pela Lei Delegada n.º 56, de 29 de janeiro de 2003, com a competência de planejar, organizar, gerenciar, controlar e avaliar as ações operacionais do setor a cargo do estado, detém como missão a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, a redução dos índices de criminalidade, bem como a recuperação dos presos e sua reintegração na sociedade.

A Secretaria adota uma nova concepção organizacional de controle da criminalidade e da violência destinada a atender aos anseios da sociedade mineira, por meio de uma política de segurança pública com vistas a promover a redução das taxas de criminalidade, assim como o incremento da segurança subjetiva da população.

No ano de 2006, em conformidade com as ações previstas no Plano Estadual de Segurança Pública, a Seds implementou ações relevantes para o desenvolvimento dos seus quatro eixos de atuação: o sistema prisional, a prevenção social da criminalidade, o atendimento ao adolescente infrator e a integração das Polícias Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros Militar.

O sistema prisional contou com a construção de sete penitenciárias e a reforma de três unidades, além da ampliação da capacidade das já existentes, o que resultou no incremento de 5.499 vagas. A Seds assumiu a administração de três cadeias públicas que foram reformadas e transformadas em penitenciárias, a fim de atender a demanda pela ampliação de vagas. Mais oito presídios, com capacidade para 1.790 detentos, encontram-se em construção em parceria com o Departamento Estadual de Obras Públicas (Deop).

Incremento de 5.499 vagas no sistema prisional.

Outra iniciativa de sucesso se refere à efetivação de 554 agentes de segurança penitenciários, aprovados no primeiro concurso público realizado para essa carreira. O segundo concurso, cuja etapa final se concluirá em janeiro de 2007, efetivará 750 novos agentes.

Admissão de 554 agentes de segurança penitenciários.

Por sua vez, a parceria estabelecida com as APACs, mediante a celebração de convênios com os municípios de Santa Bárbara, Santa Luzia e Viçosa, possibilitou o atendimento de 280 recuperandos.

De igual forma, a intensificação das ações de inteligência impediu fugas, rebeliões, apreensão de objetos ilícitos e drogas e combateu a formação do crime organizado.

Dentro do Projeto Penitenciárias Auto-sustentáveis, foram formalizadas parcerias já existentes para a adequada utilização da mão-de-obra do preso, garantindo-lhe o pagamento da remuneração, o recolhimento do pecúlio e o ressarcimento ao estado, exigidos pela Lei de Execução Penal (LEP). Incentivou-se a formação de novas parcerias com a iniciativa privada, com a finalidade de abrir mais postos de trabalho. Ao todo, foram assinadas 71 parcerias com empresas, que resultaram na criação de 600 postos de trabalho no sistema prisional. A implantação do sistema de acompanhamento do preso e controle da remuneração bem como a regularização do CPF dele para a abertura de

Criação de 600 postos de trabalho no sistema prisional em parceria com 71 empresas.

contas são inovações que atendem às exigências legais e contribuem para a eficácia do projeto.

*Realização de
391.516
atendimentos de
saúde no sistema
prisional.*

Em consonância com o Pacto pela Saúde, nova política do Sistema Único de Saúde (SUS), as 20 unidades de saúde do sistema prisional credenciadas para o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde foram responsáveis por 391.516 atendimentos nas áreas de odontologia, clínica geral, psicologia, psiquiatria, enfermagem, serviço social, terapia ocupacional, fisioterapia, oftalmologia, ginecologia e pequenas cirurgias.

*Prevenção Social
à Criminalidade.*

No que tange ao eixo da prevenção social à criminalidade, o governo estadual tem investido em políticas públicas inovadoras que atuam na realidade social antes que o crime aconteça, além de viabilizar a reintegração social, a fim de diminuir a reincidência criminal. Em 2006, realizou-se o I Seminário de Prevenção à Criminalidade.

*Operação de 30
Núcleos de
Prevenção à
Criminalidade em
áreas de risco.*

Atualmente, a Seds conta com 30 Núcleos de Prevenção à Criminalidade (NPC) localizados em diversas áreas de risco de Belo Horizonte, da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e de cidades importantes no interior do estado, como Governador Valadares, Uberlândia, Ipatinga e Montes Claros. Em cada um dos 30 NPCs encontram-se em funcionamento pelo menos dois programas de prevenção ao crime e à violência, assim como são realizadas, para toda a comunidade, campanhas educativas, oficinas de inclusão produtiva, estímulo às iniciativas comunitárias, atividades coletivas de cidadania e cultura, ocupação de espaços ociosos, propostas de educação e socialização para todos e projetos comunitários que visem à redução de ocorrências criminais.

*Programa Fica
Vivo.*

Atenção especial é dedicada aos indivíduos que integram os chamados grupos de risco, isto é, jovens com idade entre 12 e 24 anos, pessoas que cometeram pequenos delitos, adultos que cumprem medidas ou penas alternativas e egressos do sistema prisional. A Superintendência de Prevenção à Criminalidade conta com programas específicos para cada nível de prevenção.

*Redução de 50%
do número de
homicídios nos
seis núcleos mais
antigos de BH.*

O nível primário, referente à atuação direta nas áreas de maior incidência criminal, fica a cargo dos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos. O primeiro atende em média 9 mil jovens em situação de risco por meio da manutenção de 368 oficinas de esporte, lazer, cultura e inclusão produtiva. Um dos seus principais méritos, no primeiro semestre de 2006, foi a redução de 50% do número de homicídios nas áreas atendidas pelos seis núcleos mais antigos de Belo Horizonte, enquanto a redução no restante da cidade foi de 13,3%. Diversas parcerias foram firmadas, como a que resultara em cursos de capacitação com o apoio do Senac, Senai, Copasa e CDL, atendendo a 362 jovens. Igualmente, várias atividades esportivas e culturais foram promovidas pelo programa, como a 1.ª Olimpíada do Fica Vivo, apresentação de peças teatrais, exposição de fotografias e exposição de grafite e debates para intervir na realidade social do jovem de maneira a desincentivar sua inserção no crime.

O segundo programa referente ao nível primário de prevenção, Mediação de Conflitos, detém como estratégia o acesso à resolução extrajudicial de conflitos, atuando de maneira descentralizada nas áreas de maior incidência criminal. Além de ter realizado 14 mil atendimentos em casos de conflito e 11 diagnósticos organizacionais comunitários com mapeamento da rede local, o programa atuou em projetos temáticos locais respeitando as peculiaridades e atendendo às demandas de cada comunidade. Realizaram-se capacitações de agentes locais e seminários no intuito de buscar mecanismos para aumentar a focalização e a eficácia do programa.

*14 mil
atendimentos
realizados no
Programa
Mediação de
Conflitos.*

A Prevenção secundária, que se caracteriza pelo controle social de indivíduos que cometeram delitos de menor potencial ofensivo, é representada pelo Programa de Monitoramento e Acompanhamento de Penas Alternativas (Ceapa), que este ano realizou o IV Seminário de Penas Alternativas. O programa iniciou projetos temáticos sobre drogas e violência de gênero, além de contemplar, até outubro de 2006, 4.628 novos beneficiários, contabilizando-se 3.402 pessoas já monitoradas. O Ceapa ainda conta com 1.450 instituições parceiras em todo o estado.

*3.402 pessoas
monitoradas no
Programa de
Monitoramento e
Acompanhamento de
Penas Alternativas.*

A prevenção terciária, que trabalha com indivíduos que já cumpriram penas de privação de liberdade, é atribuída ao Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional. Em 2006, foram atendidos mais de 800 beneficiários. Diversos projetos para a formação de cooperativas de produção foram desenvolvidos nas diversas regiões mineiras atendidas pelo programa, além de parcerias com instituições de ensino como PUC, Senai, Fiemg e Senac, para a capacitação de mão-de-obra.

*Mais de 800
beneficiários no
Programa de
Reintegração Social
do Egresso.*

No âmbito do atendimento ao adolescente infrator, atribuído à Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas, foram admitidos 360 adolescentes que se encontravam internados em situação irregular em estabelecimentos penitenciários e delegacias no interior do estado. A eles foram ofertadas vagas em unidades de atendimento específicas para o público jovem em conflito com a lei.

*Atendimento ao
adolescente
infrator.*

Houve ainda a reformulação do banco de dados relativo aos pedidos de vaga de internação para jovens, que resultou no mapeamento da demanda por região e por comarca, facilitando o atendimento. Destaca-se, também, a reunião de alinhamento entre os profissionais que atuam na área jurídica de unidades de internação.

Iniciou-se a construção de cinco unidades de atendimento de internação de adolescentes infratores, quatro obras sob execução do Deop e uma mediante convênio com a prefeitura local. Tais obras resultarão no acréscimo de 280 vagas para abrigar adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Em perfeita consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Minas Gerais tem mantido uma equipe multidisciplinar nos centros de internação, com habilidade para oferecer aos jovens internos um atendimento individualizado, no esforço de livrá-los do mundo da criminalidade.

Outro eixo do Plano Estadual de Segurança Pública é a modernização e integração das organizações policiais juntamente com a maior valorização de seus profissionais. Nove projetos ratificam as ações do projeto estruturador Redução da Criminalidade em Minas Gerais e do Acordo de Resultados firmado entre a Seds e o governador do estado. São eles: Áreas integradas, Sistema Integrado de Defesa Social, Treinamento e Capacitação Policial, Integração da Gestão em Segurança Pública, Sistema de Integração das Corregedorias dos Órgãos de Defesa Social, Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais, Polícia Comunitária, Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública e Posto Integrado de Defesa Social.

Projeto Áreas Integradas de Segurança Pública.

Em 2006, foram implantadas Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp) e Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública (Acisp) em Uberlândia, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora e Pouso Alegre. Foram implantadas, ainda, três unidades físicas integradas no município de Uberaba e uma em Belo Horizonte.

Sistema Integrado de Defesa Social.

A partir do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS), que envolve o compartilhamento e a junção, de acordo com as possibilidades e demandas dos sistemas de telecomunicação e informática já existentes nos órgãos de defesa social, foram implantados os Centros Integrados de Atendimento e Despacho (CIAD), referente às chamadas telefônicas 190, 193 e 197, o despacho radiofônico de veículos operacionais da RMBH, a base de dados georreferenciada (GEOSite), o Olho Vivo, que é o serviço de monitoramento por câmeras das áreas da Savassi e do hipercentro de BH, e o Registro de Eventos de Defesa Social (REDS).

Treinamento Policial Integrado oferecido a 20,8% do efetivo

O Treinamento Policial Integrado (TPI) é promovido pela Seds de forma integrada com as Academias de Polícia Militar e de Polícia Civil. Em 2006, o TPI foi realizado na RMBH e nos municípios de Uberaba, Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares e Montes Claros capacitando 20,8% do efetivo policial do estado.

Integração das Corregedorias dos órgãos do sistema de defesa social.

Promoveu-se o reaparelhamento e implantação de um imóvel para abrigar as corregedorias dos órgãos do sistema de defesa social em um único local.

A Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC), criada em julho de 2003, tem como objetivo planejar e executar ações preventivas e corretivas no que tange aos atos de violência e vandalismo praticados antes, durante e depois da realização de certames esportivos e culturais em Minas Gerais. Essa comissão se reúne mensalmente e atua nos eventos de grande porte nas nove cidades em que já foi implementada: Belo Horizonte, Governador Valadares, Ipatinga, Montes Claros, Betim, Uberlândia, Uberaba, Contagem e Diamantina.

Projeto Polícia Comunitária.

O Projeto Polícia Comunitária realizou um diagnóstico sobre os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consep), com vistas a subsidiar os trabalhos da Seds junto à comunidade, assim como foram produzidas cartilhas de orientação aos Conseps, disponíveis a todos os municípios do estado.

Já o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GISP) participou de 12 operações de inteligência, de seis de combate ao crime organizado e de 27 de proteção a autoridades e policiais em diversas regiões do estado.

Outra grande realização deste eixo de integração das organizações policiais foi a implantação do 1.º Posto Integrado de Defesa Social (PIDS) no trecho Diamantina-Serro, objetivando combater a criminalidade e dar apoio aos turistas e moradores da região.

Implantação do 1º Posto Integrado de Defesa Social no trecho Diamantina-Serro.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do estado, a quem incumbe a orientação jurídica, a representação judicial e a defesa gratuita, em todos os graus, dos necessitados, a teor do art. 134 da Constituição Federal de 1988, bem como do art. 129 da Constituição Estadual.

Tendo como função institucional a prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita à população carente do estado, a Defensoria Pública de Minas Gerais é responsável pela orientação, conciliação, propositura e acompanhamento de ações judiciais, requerimentos administrativos, interposição de recursos, participação em audiências e diversas outras atividades tendentes a assegurar o direito de cidadãos hipossuficientes que dela necessitam.

A Defensoria Pública vive um importante momento de transição, e muitos são os avanços legislativos para melhoria da estrutura de atendimento e de sua definitiva institucionalização. Nesse sentido, a Emenda à Constituição Estadual n.º 75/2006, na esteira da Emenda à Constituição Federal n.º 45/2004, assegurou ao órgão, além da autonomia funcional e administrativa, a realização de sua proposta orçamentária, devendo receber os recursos correspondentes às dotações orçamentárias em duodécimos, tornando-se, portanto, uma instituição independente, nos moldes do Ministério Público.

Garantia de autonomia funcional e administrativa.

Neste quadro, no exercício da ação de assistência jurídica gratuita à população carente, a Defensoria Pública realizou, em 2006, 1.055.371 atendimentos em todo o estado, o que representa uma elevação de 6,34% sobre todo o ano anterior. Estes atendimentos se distribuem nas áreas cível (23%), criminal (35%) e família (42%).

Realização de um milhão de atendimentos.

Atualmente, das 294 comarcas instaladas em Minas Gerais, 70 (24%) encontram-se totalmente providas, entendendo-se como tal aquelas em que a quantidade de defensores públicos seja igual ou superior ao número de juízes, 62 (21%) estão parcialmente providas, considerando-se assim aquelas cujo número de defensores públicos seja menor do que o número de juízes e, por fim, 162 (55%) estão desprovidas.

Entre as políticas centrais da Defensoria Pública, idealizadas ao longo dos últimos anos, encontra-se a implantação de núcleos de atendimento jurídico especializado, tendo em vista aprimorar a assistência jurídica prestada à população, focando públicos considerados prioritários, dada a sua

Projeto de implantação de núcleos de atendimento jurídico especializado.

vulnerabilidade social. Desse modo, em que pese as limitações orçamentárias, no exercício de 2006, foram executados vários projetos dentro desta política, atendendo a públicos específicos.

*Estruturação de
Núcleos
Especializados na
Defesa da Mulher
Vítima de Violência.*

Em parceria com o poder público federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e dos municípios onde estes projetos foram implantados, existe a estruturação de Núcleos Especializados na Defesa dos Direitos das Mulheres Vítimas de Violência em Belo Horizonte (5.068 atendimentos), João Monlevade (1.243 atendimentos), Montes Claros (1.442 atendimentos) e Itajubá (200 atendimentos), sendo este último núcleo criado em 2 de outubro de 2006.

*Implantação do
Núcleo
Especializado na
Defesa das
Pessoas com
Deficiência.*

Outro destaque dentro dessa política foi a criação e implementação do Núcleo Especializado de Defesa das Pessoas com Deficiência, em Belo Horizonte, realizado com a parceria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, por meio da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), atingindo, já em 2006, a marca de 121 atendimentos.

Nessa perspectiva, foi realizado em 23 de maio o seminário de acessibilidade e capacitação de defensores públicos, estagiários e operadores do direito na defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, também com o apoio da CORDE, para 450 participantes.

*Projeto Balcão
de Direitos.*

Ação inovadora dentro do escopo da política de implantação de núcleos de atendimento jurídico especializado diz respeito ao Projeto Balcão de Direitos realizado no Vale do Jequitinhonha/Mucuri, com a interveniência da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, possibilitando a criação de núcleos fixos nas comarcas de Itambacuri e Teófilo Otoni e de um núcleo móvel na comarca de Almenara, já se contabilizando ao todo cerca de 3 mil pessoas atendidas.

Ainda no âmbito desse projeto, foram realizados diversos mutirões nas comarcas de Itambacuri, Teófilo Otoni, Almenara e Jequitinhonha, tendo como atividade central o fornecimento de documentação básica e orientação jurídica, juntamente com diversas instituições e prefeituras, atingindo as seguintes estatísticas de atendimento: registro civil: 657 pessoas; carteira de identidade: 3.054 pessoas; previdência social: 278 pessoas; Sesc (corte de cabelo, aferição de pressão arterial, teste de glicose, peso e medida, escovódromo, palestras sobre saúde): 7.090 pessoas; Juizado Especial Federal: 290 pessoas; Defensoria Pública: 588 pessoas; Sesi (fotografia): 3.610 pessoas; Delegacia Regional do Trabalho (carteiras de trabalho): 1.630 pessoas.

*Criação do
Núcleo da
Infância e
Juventude.*

Alinhada com esta política de implantação de núcleos de assistência jurídica especializada, pode-se destacar também a criação, em 11/10/2006, do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública, em Belo Horizonte, com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, contabilizando-se até agora o atendimento de 300 crianças e adolescentes e a realização de palestras para 200 crianças na Escola Estadual Cândido Portinari.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PMMG)

A sociedade mineira, especialmente nos grandes centros urbanos, experimentou um crescimento expressivo das taxas de criminalidade ao longo das décadas de 80 e 90, evidenciando a necessidade da formulação e implementação de uma política pública específica para o combate da criminalidade violenta. Os crimes violentos crescem num ritmo superior ao dos crimes não-violentos, caracterizando a conformação de um novo padrão de criminalidade em Minas Gerais.

Como forma de fazer face à nova realidade, a criação do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) no estado começou a ser discutida em 2000, com o início dos trabalhos em 2001, mediante a utilização de recursos decorrentes de convênios celebrados com o Ministério da Justiça. Com a instalação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), em janeiro de 2003, a coordenação dos trabalhos relacionados ao SIDS passou a ser de responsabilidade daquela secretaria. O SIDS foi oficialmente instituído por intermédio do Decreto Estadual nº 43.778, de 12 de abril de 2004.

Sistema Integrado de Defesa Social.

Historicamente, as unidades de Polícia Militar e de Polícia Civil funcionavam de forma compartimentada nos 853 municípios de Minas Gerais.

As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) instituídas em setembro de 2004 no município de Belo Horizonte, para atuação integrada entre as polícias civil e militar, têm como escopo o alcance da efetividade nas ações operacionais numa mesma área de responsabilidade territorial, garantido-se a unidade de propósitos e o apoio mútuo entre as instituições policiais, com vistas à convergência de esforços na minimização de atos e fatos contrários às normas legais.

Projeto Áreas Integradas de Segurança Pública

A idéia de uma polícia orientada para a solução de problemas e melhoria da qualidade de vida de comunidades, nos moldes da filosofia de polícia comunitária praticada em diversos países, ganhou força no Brasil nos anos 80, com a abertura democrática do país e com a Constituição Federal de 1988.

Projeto Polícia Comunitária.

Em Minas Gerais, a Polícia Militar investiu no conceito de defesa social que sustentasse a aproximação polícia-comunidade e numa maior participação da comunidade nas ações policiais, no policiamento distrital, que representou uma das primeiras tentativas de sedimentação da polícia comunitária, similar às "casas-distritais" japonesas, e no desenvolvimento de projetos sociais em parceria com o município e outras entidades.

A gestão da segurança pública, ao adotar a filosofia de polícia comunitária, busca mudar a missão básica, tradicionalmente reativa e focada no chamado "combate ao crime" para um novo paradigma-comunidade, polícia e demais órgãos do sistema de defesa social integrados na busca de soluções para os graves problemas da segurança pública no país. A interação procura dar respostas a uma extensa gama de "problemas comunitários de segurança pública", incluindo não só o "controle" do crime e da delinquência (em contraposição ao antigo conceito de "combate ao crime"), mas outros fatores

de "promoção da segurança", aí incluindo a neutralização da "sensação de insegurança" trazida pelo "medo da desordem" e das conseqüências da "degradação de áreas urbanas", via de regra prevalentes em regiões periféricas de grandes centros urbanos.

O policial comunitário ultrapassa a visão limitada de atender ocorrências ou efetuar prisões, embora estas funções também sejam de sua competência. Seu papel exige um contato contínuo e sustentado com as pessoas da comunidade, de modo que possam, em conjunto, explorar soluções para as preocupações locais, bem como desenvolver e monitorar iniciativas abrangentes e de longo prazo, que envolvam toda a comunidade num esforço de melhorar a qualidade de vida local.

O relacionamento, baseado no respeito e na confiança mútuos, sugere que a polícia atue como elemento catalisador, incentivando as pessoas a reconhecerem, na participação social, o resultado pela qualidade geral de vida do seu ambiente local. Nesse sentido, a polícia comunitária amplia o papel da polícia, de modo que produza maior impacto na realização de transformações que venham ao encontro das expectativas de tornar as comunidades mais seguras e mais atraentes para nelas viver.

Esse novo modelo tem o propósito de fazer interagir forças em benefício das comunidades locais em que a administração pública esteja sendo praticada. Esse conjunto de esforços é também uma percepção nova que passa pela compreensão de que a velocidade das transformações e da comunicação de dados, determinada pela globalização, exige mecanismos de solução de problemas que não estejam engessados pela burocracia. E a melhor maneira de obter isto sem correr riscos é aumentando a porosidade da instituição à participação da comunidade, num esforço concreto de transparência e envolvimento social.

Com o avanço do debate sobre os pressupostos da integração entre as Polícias, o Corpo de Bombeiro Militar, o Ministério Público, o Judiciário e o Sistema Penitenciário, concluiu-se que o primeiro passo seria a criação de um único sistema de informações. Convencionou-se que este emergente serviço deveria funcionar interagindo sistemas de dados e conhecimentos sobre os cenários de defesa social, sobretudo sobre a criminalidade no tempo e no espaço, permitindo a gestão das informações que vão desde o atendimento das emergências policiais e de bombeiros, até a investigação policial, o controle de inquéritos, processos judiciais e a execução penal.

De janeiro a novembro de 2006, houve redução de 30,96% nos crimes violentos na capital em comparação com igual período de 2003.

Como resultado de todos esses esforços, já é possível verificar a redução nos índices de criminalidade no estado. De janeiro a novembro deste ano, houve queda de 30,96% nos crimes violentos na capital, em comparação com o mesmo período de 2003, sendo registradas 711 mil ocorrências. Esse aumento reflete uma maior demanda da população. Em conseqüência, a resposta da polícia tornou-se mais eficaz, e a sociedade está aumentando sua confiança na polícia.

Os investimentos realizados, o aumento da frota e toda a reestruturação feita nas polícias militar e civil, durante o governo Aécio Neves,

contribuíram para os bons resultados. Os índices de crimes violentos vêm caindo na capital mineira. De janeiro a novembro do ano passado, em comparação com o mesmo período de 2004, a taxa de crimes violentos caiu 12,53%. Este ano, em comparação com o mesmo período de 2005, a redução dos crimes violentos atingiu 17,43%.

De janeiro a novembro de 2006, houve redução de 17,43% nos crimes violentos na capital frente a igual período de 2005.

Otimizar recursos, criar um ambiente de compartilhamento de informações e promover o combate inteligente à criminalidade no Estado de Minas Gerais, com vistas à reversão da tendência de crescimento das taxas de crimes violentos, com o resgate da segurança e da qualidade de vida da população, bem como a construção de novas relações entre os órgãos componentes do Sistema de Defesa Social e a sociedade civil. Com esses objetivos principais, a Polícia Militar tem enfrentado os desafios que se manifestam, e tem colhido resultados que demonstram que está no caminho certo, embora muito ainda tenha de ser feito. Porém, os números apresentados, no que diz respeito à redução da criminalidade, tornam possível ter esperança de que dias melhores virão.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), autarquia dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, é regido pelas Leis 10.366, de 28 de dezembro de 1990, 11.406, de 28 de janeiro de 1994, Lei Delegada n.º 85, de 29 de janeiro de 2003, bem como pelo Regulamento baixado pelo Decreto n.º 43.581, de 11 de setembro de 2003, e tem por finalidade prestar assistência à saúde, social e previdenciária aos seus beneficiários (militares ativos e inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, seus dependentes e pensionistas).

O estado repassou, em dia, ao IPSM, durante todo o ano, o valor integral da contribuição previdenciária de 8%, descontada de todos os militares da ativa e da reserva, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Contudo, por decisão da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), os repasses da contribuição patronal devida ao IPSM, nos termos da legislação específica, não ocorreram de forma integral, pois, do percentual previsto, foi transferida uma média de 85,91% e, mesmo com esta redução de 14,09% no repasse da contribuição patronal, foi possível a quitação de todas as despesas previdenciárias e, ainda, o cumprimento dos compromissos firmados sem atrasos.

Repasse de apenas 85,91% da contribuição patronal.

Essa decisão da SEF de não repassar o valor integral da contribuição patronal, prevista em lei, acarretou retenção mensal de R\$ 6.276.789,00, o que contribuiu para a manutenção do desequilíbrio financeiro e atuarial do IPSM. A dívida do Tesouro com o Instituto, decorrente da falta de repasse integral das contribuições patronal e dos segurados, desde agosto de 1995, apresenta, em valor histórico, os seguintes montantes:

Especificação	Débito de 1995 a 2005	Débito em 2006	Total
Contribuição dos Segurados	92.486.851,05		92.486.851,05
Consignações Retidas	15.592.196,41		15.592.196,41
Contribuição Patronal do Estado	806.819.378,40	300.502.434,91	1.107.321.813,31
Total	914.898.425,86	300.502.434,91	1.215.400.860,77

Fonte: IPSM (outubro de 2006)

A execução orçamentária ocorreu de forma satisfatória, visto que as aprovações de cotas orçamentárias, por parte da Seplag, aconteceram no seu devido tempo, o que contribuiu para a ausência de problemas nas descentralizações internas.

Atendimento de uma média de 8.976 pensionistas e concessão de 3.087 benefícios.

O gasto com assistência previdenciária apresentou uma média mensal de R\$ 27.237.271,00 com pensão, R\$ 284.000,00 com pecúlio, R\$ 67.000,00 com auxílio-funeral, R\$ 65.000,00 com auxílio-natalidade e R\$ 29.000,00 com auxílio-reclusão, representando uma média mensal de 8.976 pensionistas atendidos e a concessão de 3.087 benefícios.

A autarquia presta assistência à saúde aos seus beneficiários de acordo com a amplitude que os recursos financeiros e as condições locais permitem, mediante o constante revigoramento das ações de promoção, prevenção e manutenção da saúde, nos termos da legislação vigente e do Plano de Assistência à Saúde, consubstanciadas no Sistema de Saúde PMMG/CBMMG/IPSM que, por sua vez, tem respaldo no convênio de cooperação mútua celebrado entre as três instituições referidas.

Sistema de saúde dos militares.

O IPSM, desde 2003, é responsável pelo processamento e pagamento das despesas com a assistência à saúde do pessoal da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e seus dependentes, bem como dos pensionistas e servidores civis segurados do IPSM, o que significa, atualmente, 199.403 beneficiários, sendo 62.850 militares, 126.004 dependentes, 9.803 pensionistas e 701 servidores civis do IPSM e das instituições militares, representando um crescimento de 1,41% em relação ao ano anterior.

O processamento das contas da assistência à saúde se faz por intermédio da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), no Sistema Integrado de Administração Hospitalar (SMAH), mediante interface com os demais sistemas de gestão de pessoal da PMMG, do CBMMG e do IPSM, implantado desde 1990, inclusive com meticuloso cadastramento das regras de negócio, rateio de participação e de prestadores de serviços credenciados em mais de 53% das cidades de Minas Gerais, o que

garante uma excelente cobertura assistencial de saúde médico-odontológica e de serviços de apoio.

Um dos macroobjetivos do Instituto é a efetiva implantação do Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde (SIGAS), com o qual, desde 2004, tornou-se possível um controle mais eficaz dos procedimentos de assistência à saúde, de modo on-line, em Belo Horizonte, por meio das medidas de regulação implementadas, o que representou uma substancial redução de custos. O IPSM almeja concluir a implantação deste sistema em toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e, também, nas cidades do interior, estando em desenvolvimento o projeto de captura de dados on-line pela Prodemge.

Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde (SIGAS).

A implantação do Sigas no interior do estado deverá ser mais complexa, especialmente onde não houver conexão de banda larga para facilitar e melhorar a performance dos contatos via web e ainda por demandar extenso período de treinamento dos operadores do sistema, inclusive os prestadores de serviços credenciados.

Na rede orgânica de assistência à saúde, ou seja, nas unidades de saúde da PMMG e do CBMMG, como o Hospital da Polícia Militar, o Centro Odontológico, o Centro Farmacêutico e as diversas Seções de Assistência à Saúde (SAS) nos batalhões, é oferecida a assistência à saúde ao público beneficiário, com custo reduzido em relação à rede credenciada, mediante um efetivo e pormenorizado controle sobre todos os procedimentos, desde os mais simples até os mais complexos.

Este suporte proporcionado pela rede orgânica, concentrada na capital, é imprescindível para o atendimento dos militares e de todo o público-alvo do sistema de saúde. Porém, devido à crescente demanda, houve uma grande procura pelo serviço oferecido pela rede credenciada, que totalizou, em todo o estado, em 2006, o seguinte resultado nos principais procedimentos:

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS	PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Cirurgia	134.487	Tomografia	8.087
Farmácia	178.316	Psiquiatria	151
Odontologia	548.962	Fisioterapia	27.404
Consulta	447.361	Ultra-som	37.382
Análise Clínica	838.968	Psicologia	18.749
Radiologia	78.432	Nefrologia	1.116

Fonte: IPSM (outubro de 2006)

Economia de R\$ 5.453.439,45 com a auditoria das contas apresentadas pela rede credenciada.

Ressalta-se que, com a modernização e a intensificação dos trabalhos de auditoria técnica desenvolvidos pelo IPSM, em parceria com a PMMG, relativos às despesas de saúde, buscando eficiência, economicidade e qualidade dos serviços prestados pela rede credenciada e, ainda, de forma a permitir a sua aprovação e o consequente pagamento regular, atendendo aos princípios básicos da administração pública, foram auditadas, em 2006, 1.440.143 contas apresentadas pelos contratados, perfazendo um montante anual de R\$ 165.368.768,96, que, após devido ajuste às exigências do Instituto, fora reduzido para R\$ 159.915.329,51, registrando uma economia expressiva de R\$ 5.453.439,45, o que representa uma redução média mensal das despesas de saúde de R\$ 454.453,29.

Contratação preferencial de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos.

Visando à redução de custos, à garantia da qualidade e à manutenção do sistema de saúde existente e, também, a modernizar e a aprimorar o atendimento ao público, envolvendo policiais e bombeiros militares e seus dependentes, o IPSM, em 2006, passou a contratar pessoas jurídicas, prioritariamente, como prestadoras de serviços médicos, odontológicos, psicológicos, de fisioterapia e fonoaudiologia. Com esta medida, o sistema de saúde está sendo aperfeiçoado, com comprovada qualidade do atendimento aos usuários, ensejando agilidade e economicidade, sem o surgimento de novas despesas.

Aquisição de equipamentos para as redes orgânicas de saúde da PMMG e do CBMMG.

Com o objetivo de otimizar o atendimento interno e em face das dificuldades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de destinar recursos de investimento em maior volume para o sistema de saúde, o IPSM adquiriu e disponibilizou diversos equipamentos médico-hospitalares, de fisioterapia e odontologia, mediante termo de cessão de uso, para a rede orgânica da PMMG e do CBMMG, num montante aproximado de R\$ 2.000.000,00, conforme previsto no convênio firmado pela autarquia com as instituições militares estaduais. Este apoio significa economia nos custos, uma vez que diminui a despesa com a rede credenciada, que é mais dispendiosa.

Reforma do prédio-sede do IPSM.

Há de se destacar também que, para proporcionar mais conforto e melhores condições de trabalho aos seus servidores, realizou-se a reforma do segundo andar do prédio-sede do IPSM, como também estão sendo reformados o terceiro e o quarto andares, reformulando igualmente todo o projeto elétrico e hidráulico. Além disso, vem providenciando a substituição dos móveis existentes, com o objetivo de atender às novas necessidades funcionais.

BOMBEIRO MILITAR

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CBMMG)

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CBMMG) é órgão integrante do sistema de defesa social e detém como escopo o atendimento rápido e oportuno das demandas do cidadão em casos emergenciais e de socorrimento, sendo, portanto, instituição imprescindível para a sociedade. Não é por acaso que, atualmente, é o órgão governamental de maior confiabilidade pública de Minas Gerais.

A ampliação da capacidade de resposta do CBMMG está diretamente atrelada ao crescimento da instituição, à otimização de recursos e à contínua capacitação de seus integrantes. Ainda há muito que aperfeiçoar, buscando cumprir o objetivo governamental de tornar Minas Gerais “o melhor estado para se viver”.

Durante 2005, foi dada ênfase ao crescimento da corporação, sendo realizados contatos com prefeitos visando à instalação de novas frações do CBMMG. O resultado foi observado em 2006, quando, em parceria com prefeituras, foram inauguradas nove frações do Corpo de Bombeiros. Desse modo, o número de frações inauguradas quase se igualou à totalidade das frações instaladas em toda a década de 80. Os municípios atendidos foram Manhuaçu, Janaúba, Conselheiro Lafaiete, Frutal, Unaí, Itaúna, Nova Serrana, Muriaé e Curvelo.

Implantação de nove frações do Corpo de Bombeiros.

A instalação das novas frações do CBMMG proporcionou redução do tempo de resposta nos atendimentos operacionais, aumentou a sensação de segurança nas comunidades atendidas diretamente pelas frações instaladas e elevou a confiança na corporação.

A partir de 2004, com o advento da Taxa de Incêndio, o orçamento da instituição vem recebendo acréscimos consideráveis, proporcionando a realização de vultosos investimentos nas áreas de logística e de capacitação, viabilizando igualmente a aquisição de novos equipamentos e viaturas, para suprir uma demanda reprimida que ainda assola a corporação como um todo, sobretudo a área operacional.

Realização de vultosos investimentos nas áreas de logística e de capacitação.

Por isso, em 2006, procurou-se privilegiar a área operacional, verificando-se grandes investimentos nas ações de prevenção e combate a sinistros, tecnologia da informação e manutenção e ampliação do sistema de comunicação.

A ampliação das atividades de capacitação propicia melhor qualificação ao militar, o que contribui para a excelência do atendimento ao cidadão com um profissional preparado. Desse modo, houve um investimento significativo na qualificação profissional do público interno com cursos de especialização e aperfeiçoamento. Dentro desta política de desenvolvimento profissional, a capacitação dos bombeiros militares é realizada por meio do Centro de Ensino de Bombeiros (CEBOM), do Centro de Ensino e Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais (CEG/PMMG), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e outras instituições de ensino conforme convênios e propostas de participação em cursos fora do estado e do país, onde se vislumbram os princípios da qualificação, motivação, antecipação, aplicação, igualdade e

afinidade. Esses princípios visam à preparação técnica do profissional no exercício de suas funções no quadro do CBMMG, além de sensibilizar e motivar o bombeiro militar a procurar condições adequadas para participação em cursos, estágios e atividades similares, buscando a melhoria do seu desempenho.

Aumento de 262,23% no número de bombeiros capacitados.

Dentro dessa ação, foram capacitados, como um todo, em 2006, 18.836 bombeiros, revelando aumento excepcional em relação ao ano anterior, número 262,23% superior à meta prevista para todo o ano de 2006. Este incremento se deve à prioridade dada às ações de capacitação e também à nova forma de apuração da execução física dessa ação, de forma a retratar o número efetivo de bombeiros militares atendidos.

No âmbito do Programa Assistência ao Bombeiro Militar, desenvolvido por meio da rede orgânica de saúde do CBMMG, que se estrutura em seções de apoio à saúde localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Montes Claros, Uberaba, Varginha e Divinópolis, foram realizados 21.712 atendimentos médico-psicológicos bem como 14.354 odontológicos.

Incremento de 26,12% no número de atendimentos médico-psicológicos.

Em comparação com o ano anterior, verificou-se um aumento de 26,12% na quantidade de atendimentos médico-psicológicos, como decorrência dos investimentos realizados no sistema de saúde, inclusive com a aquisição de novos equipamentos, repercutindo diretamente também na qualidade dos serviços prestados.

Elevação de 65,33% no número de atendimentos odontológicos.

Já em relação aos atendimentos odontológicos, o acréscimo foi ainda mais expressivo, igualmente como resultado dos investimentos no sistema, representando um incremento de 65,33% em relação ao ano anterior.

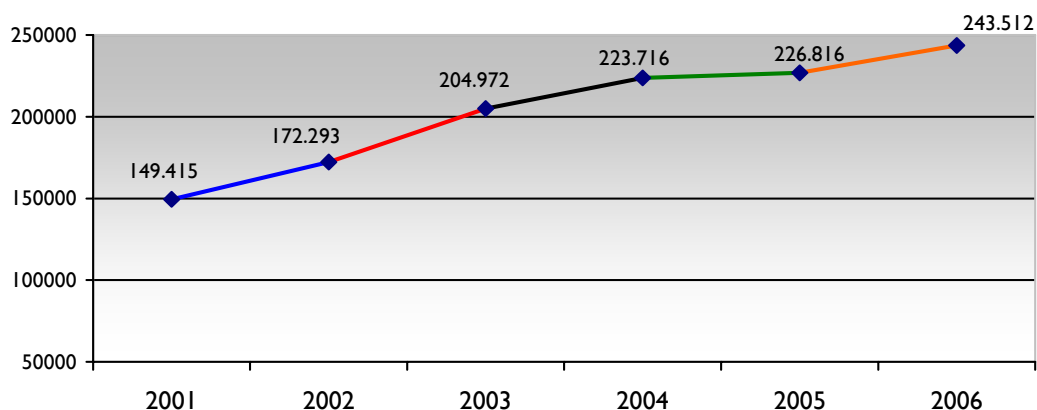
Quanto à ação finalística do CBMMG, ou seja, a prevenção e combate a sinistros, até novembro de 2006 foram atendidas 243.512 ocorrências, sendo 34,42% de prevenção.

OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO CBMMG - PERÍODO 2001 A 2006

NATUREZAS	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Assistência	40.744	0	0	0	0	0
Diversas de Bombeiro	2.128	4.373	4.961	5.631	7.749	10.070
Defesa Civil	0	943	263	329	763	729
Incêndio	10.295	10.114	11.169	9.301	8.767	11.478
Prevenção	62.913	67.115	84.738	97.717	99.647	88.684
Busca e Salvamento	7.637	57.842	69.968	73.599	77.872	94.241
Procedimentos Administrativos	18.123	18.923	18.843	21.778	17.856	22.571
Operações Diversas	7.575	12.604	15.030	15.361	14.162	15.739
TOTAL	149.415	171.914	204.972	223.716	226.816	243.512

Fonte: Setor de Estatística da BM2.

OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO CBMMG - PERÍODO 2001 A 2006



Fonte: Setor de Estatística BM2.

Com relação aos projetos sociais desenvolvidos pelo CBMMG, destacam-se os Programas Bombeiro Amigo do Peito, Bombeiro Mirim, Programa de Divulgação da Natação (PRODINATA), o Projeto Golfinho e o Projeto Bombeiro na Escola.

O Projeto Bombeiro Amigo do Peito é executado pelo 4.  batalhão, na cidade de Juiz de Fora, onde foi implantado em 25 de março de 2002. Este projeto, que é realizado em parceria com o Banco de Leite Humano da prefeitura de Juiz de Fora, tem por finalidade efetuar atendimento às mães com problemas relativos à amamentação, incentivar o aleitamento materno na comunidade e coletar o leite de mães doadoras, transportando-o para o banco de leite para ser pasteurizado, efetuada análise microbiológica e distribuído a crianças hospitalizadas que necessitam de leite materno, crianças de baixo peso, filhos de mães portadoras do vírus HIV, as quais não podem amamentar. Desde a implantação do projeto em março de 2002, foram recolhidos 5.148 litros de leite e atendidas 8.447 mães doadoras.

*Programa
Bombeiro Amigo
do Peito.*

O Programa Bombeiro Mirim atualmente é desenvolvido apenas na unidade de São Sebastião do Paraíso e é um programa socioeducativo que se baseia na estrutura física e nos recursos humanos do Corpo de Bombeiros. As crianças do turno escolar matutino passam a parte vespertina do dia no quartel, e vice-versa, onde têm aulas de inglês, xadrez, reforço escolar, artes marciais, esporte e palestras sobre cidadania, higiene, ecologia e relações humanas. Os bombeiros mirins aprendem noções de natação, prevenção de afogamentos, primeiros socorros, prevenção contra incêndios, assim como são informados acerca das peculiaridades dos acidentes domésticos, de trabalho e de trânsito. Durante o programa também são realizadas atividades sociais externas, como apresentação para o grupo da terceira idade desenvolvido pela prefeitura e visita de todos os alunos   estância hidromineral de Term polis. Para ingressar no programa, a criança deve ter 10 ou 11 anos, estar matriculada e freqüentando a 4.é ou a 5.  série do ensino fundamental,

*Programa
Bombeiro
Mirim.*

apresentar comprovante de aproveitamento escolar de, no mínimo, 70% e atestado médico.

*Programa de
Divulgação da
Natação.*

O Programa de Divulgação da Natação (Prodinata) é desenvolvido em quatro batalhões do Corpo de Bombeiros Militar, nas cidades de Belo Horizonte (1.º e 3.º batalhões), Contagem (2.º batalhão) e Uberlândia (5.º batalhão), e tem como objetivo ensinar natação a crianças, jovens e adultos de ambos os sexos, de forma a minimizar os índices de ocorrência de afogamento, difundindo a natação como esporte essencial ao desenvolvimento físico e mental, além de estimular, por intermédio da natação, o intercâmbio entre o público externo e a corporação, por meio de uma salutar integração comunitária, na área de cada batalhão.

*Projeto
Golfinho.*

O Projeto Golfinho, que é desenvolvido pelo 4.º batalhão em Juiz de Fora, é uma iniciativa de responsabilidade social que procura promover o desenvolvimento do indivíduo focado nas suas qualidades físicas, buscando, acima de tudo, a prática do esporte, por meio da natação. A ação principal é atender crianças e adolescentes com idade entre 7 e 14 anos. Os alunos também desenvolvem atividades culturais e assistem a palestras sobre cidadania, civismo, preservação ambiental, primeiros socorros, assim como realizam outras atividades recreativas. Em 2006, o 4.º batalhão desenvolveu cinco turmas, num total de 102 alunos.

*Projeto Bombeiro
na Escola.*

Por sua vez, o projeto Bombeiro na Escola, realizado pelo 2.º batalhão de Contagem, tem como objetivo levar às crianças de 1.ª a 4.ª série do ensino fundamental das redes públicas estadual e municipal informações sobre prevenção e combate a incêndios, noções de primeiros socorros e como agir diante de situações de perigo dentro de casa. O projeto, que é feito em parceria com a Secretaria de Educação de Contagem, atendeu, em 2006, 7.577 crianças.

De todo o exposto, verifica-se que o CBMMG vem alcançando a sua missão institucional perante a sociedade mineira, trilhando os caminhos do desenvolvimento e da integração com a comunidade, comungando, pois, com os objetivos do governo do estado no esforço de tornar Minas Gerais “o melhor estado para se viver”.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Polícia Civil, órgão autônomo e permanente do poder público, subordinado diretamente ao governador, comandado por delegado de polícia de carreira, tem como missão o exercício, com autonomia, ressalvada a competência da União, das funções de polícia judiciária, investigação e apuração, no território do estado, das infrações penais, exceto as militares, cabendo-lhe, ainda, a preservação da ordem e da segurança, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, além de exercer, privativamente, as atividades de medicina legal e criminalística, de registro, licenciamento de veículo automotor e de habilitação de condutor, sendo também responsável pelo processamento e arquivo de identificação civil e criminal.

Por ser a profissão policial uma atividade de risco, geradora de estresse intenso, o suporte psicológico é imprescindível para a manutenção do equilíbrio mental e físico do servidor, refletindo positivamente no seu desempenho. A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) é o setor responsável pela realização deste atendimento e vem se notabilizando pelo trabalho de ajuda aos policiais e seus familiares. Assim, no corrente período, a equipe da DRH fez 214 visitas hospitalares, 21 visitas domiciliares (na capital e no interior), realizando igualmente atendimentos de cunho social e psicológico, perfazendo ao todo 1.289 pessoas e 13.014 atendimentos. Simultaneamente a este trabalho de acompanhamento psicossocial, a DRH iniciou a elaboração de um banco de potencial, que armazenará as informações relativas ao perfil de todos os servidores da Polícia Civil, propiciando o aprimoramento profissional e o melhor aproveitamento de suas potencialidades.

1.289 pessoas beneficiadas pelo Programa de Atendimento Psicossocial.

O Hospital da Polícia Civil, setor responsável pelo atendimento médico, odontológico, ambulatorial, psicológico, fisioterápico e pericial do servidor policial e administrativo, além de seus dependentes, ampliou em cerca de 3% o número de atendimentos em comparação com o ano anterior, atingindo a marca de 104.361 procedimentos. Esta otimização se deve à constante capacitação do seu corpo de dentistas, médicos, fisioterapeutas e pessoal administrativo, como também em razão das várias campanhas de vacinação realizadas em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, além da ampliação do horário de atendimento para 12 horas diárias (das 7h às 22h) ocorrida ainda ao longo de 2005.

104.361 atendimentos realizados pelo Hospital da Polícia Civil.

No âmbito do Programa Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Prediais da Polícia Civil, diversas obras foram realizadas, seja pelo próprio órgão, seja em parceria com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) e com o Departamento de Obras Públicas (DEOP). Desse modo, podem ser destacadas a construção, em Belo Horizonte, da Delegacia Seccional Noroeste, da 2.^a Delegacia Distrital e da Casa de Custódia do Policial, e, no interior, a construção da Delegacia Regional de Araguari e a conclusão da Delegacia da Comarca de Canápolis. Foram construídos igualmente postos médico-legais em Passos, Frutal, Poços de Caldas e Patos de Minas.

Construção de unidades policiais na capital e no interior do estado.

No que se refere à modernização e ao reaparelhamento da Polícia Civil, a Instituição deu prosseguimento à sua política de renovação, com a aquisição de equipamentos de ponta para os setores de informática, telecomunicação e

Modernização e reaparelhamento da Polícia Civil.

telefonias, adquirindo também novos mobiliários e armamentos. Portanto, foram adquiridos, para as delegacias regionais, 377 viaturas, 60 motocicletas, 1 ônibus e 1 barco, sendo ao todo beneficiadas 47 cidades (23 delegacias regionais e 24 delegacias de comarca). Na capital, foram beneficiados principalmente os Núcleos da Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente e as Unidades Especializadas. Para tanto, foram utilizados recursos não só do estado, mas também do Banco Mundial (BIRD) e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça.

*Projeto
Renovação da
Frota.*

Dentro ainda dessa iniciativa, torna-se importante salientar os resultados conseguidos no projeto “Renovação da Frota”, cujo fim é viabilizar a substituição das viaturas hoje em precárias condições de uso, melhorando as condições de trabalho do servidor e o desempenho do órgão. Neste quadro, as unidades policiais da capital e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) receberam 234 veículos.

*Integração dos
órgãos que
compõem o
sistema de
defesa social.*

O objetivo precípua do processo de integração do sistema de defesa social é solidificar as relações, no plano tático e estratégico, das forças de segurança pública, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Por isso, foram criadas, desde 2003, cerca de 110 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), sendo 24 na capital (1º Departamento), 30 em Contagem (2º Departamento), 28 em Vespasiano (3º Departamento) e 28 áreas integradas nos municípios de Uberaba, Uberlândia, Governador Valadares, Montes Claros, Juiz de Fora e Pouso Alegre.

*Implantação do 1.º
Posto Integrado de
Defesa Social no
trecho Diamantina-
Serro.*

Devido aos bons resultados obtidos em função da integração policial em Belo Horizonte, o Circuito Estrada Real passou a ser contemplado com este projeto de integração das forças policiais, em abril de 2006, com a inauguração do primeiro Posto Integrado de Defesa Social (PIDS), em Diamantina, tendo por fim orientar e informar os turistas que diariamente visitam a região, como também reduzir a criminalidade, a partir de estratégias comuns de ação e resolução de problemas entre os órgãos do sistema de defesa social assim integrados (Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros Militar). Nesse contexto, o posto é responsável por atender também o município de Serro e outros 11 municípios do Alto Jequitinhonha e Médio Espinhaço.

A Polícia Civil, que investiu neste projeto cerca de R\$ 570 mil em equipamentos e viaturas, implantou no PIDS Diamantina uma delegacia de plantão, com sala de inspetoria, cartório, alojamento e um posto de identificação. Além disso, para facilitar o atendimento ao público, instalou uma sala de polícia técnica onde estarão disponíveis alguns serviços do Instituto de Criminalística.

O sucesso dessa iniciativa, liderada pelo Instituto Estrada Real e pela Secretaria de Estado da Defesa Social (SEDS), resultou na elaboração do “Projeto de Gestão Integrada de Segurança Pública na Estrada Real – Trecho de Itabira a Conselheiro Lafaiete”. Este projeto retrata em sua concepção o novo contexto de gestão integrada de segurança pública inaugurado em Minas Gerais e estabelece diretrizes que priorizam a integração das estratégias e iniciativas de polícia comunitária, a estruturação logística dos órgãos de defesa

social, o aperfeiçoamento dos serviços de segurança pública, dando prioridade à participação popular e a parcerias com instituições públicas e privadas, garantindo a segurança dos turistas e das comunidades na Estrada Real. No trecho supracitado, são beneficiados os municípios de Itabira, Bom Jesus do Amparo, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas, Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Congonhas e Conselheiro Lafaiete.

À Academia de Polícia Civil (Acadepol) compete promover o recrutamento, a seleção e o desenvolvimento profissional dos recursos humanos da Polícia Civil. Assim, são oferecidos diversos cursos e atividades educacionais para um público-alvo qualificado, como delegados, agentes de polícia, peritos criminais e escrivães, compreendendo, entre outros, os seguintes cursos: Aprendizagem de Idiomas, Redação Oficial, Português Instrumental, Aperfeiçoamento Policial, Preparação para Chefia Policial, Integração Policial, Direitos Humanos, Criminologia, Formação Policial, Habilitação em Microinformática, Operacionalização dos Sistemas Corporativos Informatizados, Cerimonial e Etiqueta no Contexto de Eventos, Especialização em Estudos de Criminalidade, Biossegurança, Perícias de Meio Ambiente, Geoprocessamento e Análise Espacial, Polícia Comunitária.

*Academia de
Polícia Civil.*

Foi projeto de destaque, no âmbito da Acadepol, o reaparelhamento, possível graças aos recursos do Bird, contribuindo para o aperfeiçoamento das ações de formação e capacitação profissional realizadas por esta unidade.

A Coordenação Geral de Segurança (COSEG) é a unidade da Polícia Civil responsável pelas áreas de inteligência, estatística criminal, informática e telecomunicação, configurando-se, portanto, como um setor de estratégica importância na repressão da criminalidade. Nesse sentido, tem participado da formulação e implantação de importantes projetos como o Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) e o Sistema de Gerenciamento de Procedimentos Policiais via Web (PCNET).

Quanto ao primeiro, ressalta-se em 2006 a integração, por meio de uma resolução conjunta, entre os sistemas de informação corporativos da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Subsecretaria de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado de Defesa Social, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, permitindo a padronização de procedimentos operacionais e o cruzamento de informações relativas a todo o processo de persecução e execução criminal.

*Sistema
Integrado de
Defesa Social*

É dentro deste panorama que se pode compreender, no âmbito do SIDS, os objetivos da implantação do Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS), na estrutura da Coseg, que tem por fim potencializar a geração de informações para todos os órgãos envolvidos no processo de repressão à criminalidade. Com este enfoque, a Coseg tem realizado um intensivo programa de capacitação dos seus servidores, por meio de cursos que detêm como escopo a produção de estatística criminal, o geoprocessamento e a análise criminal.

Implantação do Sistema de Gerenciamento de Procedimentos Policiais via "Web" (PCNET) em 34 delegacias da capital.

A implantação do Sistema de Gerenciamento de Procedimentos Policiais via "web" (PCNET) é também um importante projeto de responsabilidade da Coseg, cujo propósito é aperfeiçoar a gestão e o controle da atividade investigativa da Polícia Civil, contribuindo para a modernização do processo de persecução criminal. Este sistema, criado pela Polícia Civil e desenvolvido em parceria com a Prodemge, ao funcionar como um modelo informatizado de inquérito policial, representa uma evolução em relação ao atual modelo, na medida em que facilita a apuração das infrações penais, disponibilizando, em tempo real, as informações coletadas. Tal sistema é, igualmente, uma ferramenta de gestão, uma vez que permite ao chefe da unidade policial o controle de todos os procedimentos em andamento. Em 2006, o PCNET foi implantado em Belo Horizonte, estando já disponível para cerca de 1.200 policiais em 34 delegacias, devendo, pois, ser progressivamente implantado no interior nos próximos anos.

Expedição de 7.132.524 documentos pelo Departamento de Trânsito.

São atribuições básicas do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (DETRAN) o registro e licenciamento de veículos bem como o planejamento, direção, normatização, coordenação, controle, fiscalização, supervisão e execução de outros serviços relativos ao trânsito e à formação de condutores, nos termos da legislação em vigor. Assim, no exercício de 2006, o Departamento expediu 6.223.528 documentos, entre certificados de registro de licenciamento de veículos (CRLV), certificados de registro de veículo (CRV) e carteiras nacionais de habilitação (CNH).

Capacitação de 998 educadores de trânsito de 118 municípios.

Destaca-se também, em 2006, a realização do curso para capacitação de educadores de trânsito, como decorrência da iniciativa de introdução da matéria "Trânsito" no currículo escolar, com a participação de 998 educadores representando 660 escolas de 118 municípios.

Em conformidade com a política governamental relativa à qualificação do servidor público, o Detran, sob os auspícios do Instituto Dale Carnegie Training, promoveu uma série de cursos direcionados a todos os níveis hierárquicos do setor, como o Treinamento de Competências Interpessoais, ministrado para 17 chefias, a Apresentação Estratégica de Alto Impacto, para 18 chefias e o Serviço de Classe Mundial, para 258 servidores.

Ciclo de investigação criminal

Processo técnico-científico de investigação criminal

O exercício das funções de polícia judiciária e investigação criminal, exclusivo da Polícia Civil, ressalvada a competência da Polícia Federal e a apuração dos crimes militares, é realizado a partir de um ciclo que tem início com o conhecimento da notícia de infração penal por quaisquer meios, desdobrando-se numa articulação ordenada dos atos afetos à formalização das provas no procedimento de investigação então instaurado, dos atos operativos de minimização dos efeitos do delito e gerenciamento da crise dele decorrente, da pesquisa técnico-científica sobre a autoria e a materialidade da infração, encerrando-se com o exaurimento das possibilidades investigativas contextualizadas no relatório final resultante deste trabalho persecutório, que é assim encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Por fim, a trajetória se complementa no subsídio dado a estas instituições por ocasião da repressão à infração penal, recolhendo igualmente os agentes responsáveis pelos delitos, garantindo a ordem e a segurança pública. Dentro de todo este ciclo, por conseguinte, foram instaurados, em 2006, 369.600 procedimentos

criminais de investigação, realizadas 190.617 perícias técnico-científicas, 56.951 perícias médico-legais, além de 1.982.067 identificações civis e criminais, bem como custodiou 18.789 detentos.

Especificamente no âmbito da polícia técnico-científica, o ano de 2006 foi marcante, sobretudo por causa da inédita implantação dos Postos de Perícias Integradas (PPI), que constituem o local onde serão integradas as atividades realizadas pela perícia criminal e pela medicina legal, propiciando, por conseguinte, maior eficiência na alocação dos recursos, humanos ou materiais, bem como maior dinamismo na execução das análises, além do aprimoramento destas em função da melhor estruturação do ambiente de trabalho. Nesse sentido, foram instalados PPIs nas cidades de São João del-Rei, Governador Valadares, Frutal, Januária, Patos de Minas, Diamantina e Poços de Caldas.

Implantação dos Postos de Perícias Integradas (PPI).

No que tange ao Instituto de Criminalística, é relevante ressaltar o emprego de novas técnicas na realização de exames laboratoriais, como o processo residográfico de pólvora, exames de DNA mitocondrial e o banco de DNA para casos de estupro. Destaca-se também a criação do site www.minascriminal.com, visando agilizar e aprimorar a comunicação com as seções de perícias do interior.

Emprego de novas técnicas na realização de exames laboratoriais.

Por sua vez, o Instituto de Identificação desenvolveu o “Sistema de Controle de Protocolo e Distribuição de Documentos” em todas as seções, como também o “Sistema de Controle de Mandados de Prisão e Alvarás de Soltura”, permitindo a racionalização e a dinamização de seus serviços.

Desenvolvimento do Sistema de Controle de Mandados de Prisão e Alvarás de Soltura.

Quanto ao Instituto Médico-Legal, além da construção de quatro postos médico-legais em Frutal, Passos, Patos de Minas e Poços de Caldas e da reforma empreendida no prédio-sede do Instituto em Belo Horizonte, cabe ser destacado, ao longo de 2006, a aquisição do “Axyn-Fluorescências da Luz Polarizada”, equipamento de ponta para exames toxicológicos, bem como a montagem do negatoscópio, próprio para análise de radiografias.

Construção de quatro postos médico-legais.

No âmbito da Corregedoria Geral da Polícia Civil, ressalta-se a integração das corregedorias dos órgãos de defesa social, a fim de facilitar os trabalhos de orientação e correição, a partir de um modelo de gestão que vai promover a celeridade das investigações, contribuindo para reduzir o tempo de resposta às condutas desviantes praticadas.

Integração das Corregedorias dos órgãos de defesa social.

Enfim, a dinâmica adotada pela presente administração tem logrado progressos significativos no que diz respeito ao emprego de conceitos inovadores de planejamento, pautados em alternativas direcionadas aos cenários atuais e futuros, estabelecendo parcerias estratégicas para o alcance dos objetivos da instituição.

ANEXO
Demonstrativos da Execução Física e Financeira
2006

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01231 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	9.894.070,00	11.354.740,94			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.278.070,00	6.335.002,39			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	90.000,00	326.235,49			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.219.475,00	3.091.246,68			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	140.020,00	69.207,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	117	105
			AUXÍLIO		
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.828.575,00	2.848.312,32	PESSOA REMUNERADA	181	173
			UNIDADE		
0340 PROJETO JAÍBA	41.000,00	31.186,26			
2017 APOIO À COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO JAÍBA	41.000,00	31.186,26	PROJETO APOIADO	1	1
			PROJETO		
0351 PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E FOMENTO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS	55.000,00	2.280.125,44			
4020 APOIO À ORGANIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL, DA CACHAÇA ARTESANAL, DA BATATA, DAS FRUTAS E LEGUMES DE MINAS GERAIS	40.000,00	19.980,00	MISSÃO TÉCNICA REALIZADA	6	6
			MISSÃO		
4582 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	15.000,00	2.260.145,44	PROJETO APOIADO	3	3
			PROJETO		
0407 AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS	3.300.000,00	2.431.820,85			
4128 CERTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADES PRODUTORAS DE CAFÉ - SEAPA	500.000,00	327.783,40	PROPRIEDADE DE CAFÉ CERTIFICADA	1.600	0
<i>O produto da ação foi alterado para "número de propriedades identificadas" porque o projeto foi readequado às normas e exigências internacionais e nacionais de produção de cafés. Assim, no primeiro ano de sua implementação, o Programa identificou cerca de 657 propriedades de cafés que serão adaptadas para serem certificadas em 2007, pois não se faz a certificação de produtos, sem antes realizar a certificação de processos no manejo das lavouras e adequação às boas práticas agrícolas.</i>			PROPRIEDADE DE CAFÉ		
4131 CENTROS DE EXCELÊNCIA DO CAFÉ DE MINAS GERAIS	2.000.000,00	1.538.750,00	CENTRO DE EXCELÊNCIA IMPLANTADO	2	3
			CENTRO		
4133 CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO CAFÉ - CIC	600.000,00	520.385,06	CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO CAFÉ MANTIDO	1	1
			CENTRO		
4135 CAPTAÇÃO DE INDÚSTRIAS PARA AGREGAR VALOR AO CAFÉ	200.000,00	44.902,39	INDÚSTRIA CAPTADA	1	0
<i>Os recursos financeiros foram gastos com a divulgação do cenário da cafeicultura do Estado de Minas Gerais. Apesar dos esforços, nenhuma empresa instalou-se no Estado em 2006.</i>			INDÚSTRIA		
0504 FUNDO E BENEFÍCIO GARANTIA SAFRA	2.220.000,00	276.606,00			
1233 GARANTIA DE RENDA MÍNIMA	2.220.000,00	276.606,00	FAMÍLIA BENEFICIADA	52.000	2.565
			FAMÍLIA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
02111 FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA-RURALMINAS		37.781.438,00	32.173.842,25			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.881.101,00	5.924.383,99			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.715.000,00	2.317.186,48			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	76.021,00	58.336,11	AUXÍLIO CONCEDIDO	60	60
				AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.090.080,00	3.548.861,40	PESSOA REMUNERADA	190	190
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	5.506.265,00	6.853.470,15			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	5.506.265,00	6.853.470,15			
0273	INFRA-ESTRUTURA RURAL	20.696.604,00	10.525.750,83			
1542	CAMINHOS DE MINAS	760.000,00	396.192,81	ESTRADA CONSTRUÍDA/CONSERVADA QUILÔMETRO	2.985	8.415
1548	MELHORIA DA OFERTA DE ÁGUA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	7.348.764,00	949.013,34	VOLUME DE ÁGUA OFERTADO METRO CÚBICO	17.700	24.850
4549	CONSTRUÇÃO, MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA RURAL EM MINAS	11.362.779,00	8.847.838,60	ÁREA BENEFICIADA METRO QUADRADO	23.508.200	73.894.106
1530	ÁGUA NA ESCOLA	1.225.061,00	332.706,08	ESCOLA BENEFICIADA ESCOLA	20	18
0290	IRRIGAR MINAS	3.677.000,00	4.938.048,19			
1562	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	3.677.000,00	4.938.048,19	PROJETO IMPLANTADO. PERCENTUAL	10	10
0340	PROJETO JAÍBA	3.020.468,00	3.932.189,09			
4810	OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E MANUTENÇÃO DO PROJETO JAÍBA II	257.927,00	1.857.909,09	SERVIÇO ATENDIDO SERVIÇO	1	1
1614	APOIO ÀS CONDICIONANTES AMBIENTAIS DO PROJETO JAÍBA II	1.509.234,00	0	CONDICIONANTE ATENDIDA CONDICIONANTE	2	2
2012	SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA	1.253.307,00	2.074.280,00	CONJUNTO DE MINI ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA INSTALADO CONJUNTO	74	114
02371	INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA	32.453.172,00	42.653.664,29			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	26.806.552,00	29.801.484,23			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	23.399.588,00	25.355.241,90	PESSOA REMUNERADA	1.035	13.951

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.190.312,00	4.369.773,53			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	216.652,00	76.468,80	AUXÍLIO CONCEDIDO	141	0
				AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	308.753,00	299.270,40			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	308.753,00	299.270,40			
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	693.000,00	576.930,65			
1904	CONTROLE COMÉRCIO E USO DE AGROTÓXICO	693.000,00	576.930,65	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO	1.008	1.293
				FISCALIZAÇÃO		
0340	PROJETO JAÍBA	550.000,00	449.725,93			
4882	VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL NO PROJETO JAÍBA	550.000,00	449.725,93	PROPRIEDADE INSPECIONADA	1.500	1.535
				PROPRIEDADE		
0517	DEFESA SANITÁRIA	3.958.012,00	11.431.381,22			
4232	VIGILÂNCIA SANITÁRIA VEGETAL	1.391.164,00	1.051.443,59	ÁREA MONITORADA	65.000	155.275
				HECTARE		
4646	VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL	2.566.848,00	10.379.937,63	ANIMAL MONITORADO	44.929.482	49.547.076
				ANIMAL		
0526	SEGURANÇA DE ALIMENTOS	111.855,00	94.871,86			
4009	CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM E QUALIDADE AGROPECUÁRIA	20.000,00	19.405,97	PROPRIEDADE CERTIFICADA	1.600	233
				PROPRIEDADE		
4532	INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	36.138,00	23.014,84	PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL INSPECIONADO	350.403	113.427
				TONELADA		
4561	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	10.000,00	7.538,43	PRODUTO AGROPECUÁRIO CERTIFICADO	238.000	677.977
				TONELADA		
4563	FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	45.717,00	44.912,62	INSUMO AGROPECUÁRIO FISCALIZADO	19.551	51.109
				FISCALIZAÇÃO		
0603	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	25.000,00	0			
1394	UNIDADES DO IMA EM AMPLIAÇÃO E REFORMA	25.000,00	0	CONSTRUÇÃO E REFORMA REALIZADA	1.500	0
				METRO QUADRADO		
03041	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	99.141.899,00	133.524.310,91			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	77.161.882,00	91.402.458,30			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	72.407.750,00	85.082.915,67	PESSOA REMUNERADA	1.907	2.138
				UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.754.132,00	6.319.542,63			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	480.000,00	132.960,24			
1718	MANEJO INTEGRADO DE SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS	480.000,00	132.960,24	PROJETO APOIADO	40	16
				PROJETO		
0223	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - NOVOS TEMPOS	13.509.017,00	29.941.354,43			
1671	EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA AMBIENTAL	2.846.508,00	4.051.215,40	AGRICULTOR FAMILIAR ATENDIDO	85.000	205.510
				AGRICULTOR		
4361	CONSTITUIÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS	7.816.003,00	21.041.912,27	ESTRUTURA ASSOCIATIVA ORGANIZADA	7.627	12.223
				UNIDADE		
4368	SEGURANÇA ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA	2.846.506,00	4.848.226,76	FAMÍLIA RURAL BENEFICIADA	85.000	210.470
				FAMÍLIA		
0340	PROJETO JAÍBA	300.000,00	99.279,00			
4881	ATIVIDADES DE EXTENSÃO RURAL AOS IRRIGANTES	300.000,00	99.279,00	FAMÍLIA ATENDIDA	1.816	17.337
				FAMÍLIA		
0382	MINAS SEM FOME	7.510.000,00	11.641.377,91			
1038	PRÓ-HORTA - HORTA VIVA	1.500.000,00	1.498.270,00	HORTA IMPLANTADA	50.000	248.215
Na Ação Pró-horta - Horta Viva foram beneficiadas, 248.215 famílias em 2006. Sendo que cada família recebeu sementes, adubo, bandejas e substrato para plantio de hortas comunitárias e individuais. Foi criado ainda o projeto AGRICULTURA URBANA.				UNIDADE		
1082	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	110.000,00	1.617.203,00	PROJETO IMPLANTADO	10	72
Na Ação, estão sendo implantados 72 sistemas de abastecimentos de água, com distribuição de caixas de água, hidrômetro, motobombas e 513 km de tubos de pvc, beneficiando 2.964 famílias do norte de Minas. Nesta mesma ação, foram adquiridos: 01 trator, 01 carreta(reboque), 01 plantadeira, 01 grade niveladora e 01 caminhão equipado com tanque rodoviário (capacidade de nove mil litros) para transporte de leite granelizado.				PROJETO		
1147	CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	1.000.000,00	960.446,59	EVENTO REALIZADO	500	873
Nesta ação, foram realizados 873 eventos de capacitação em segurança alimentar e Nutricional, bem como capacitação em produção de grãos e hortas.				EVENTO		
1376	INSTALAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE PROCESSAMENTO ARTESANAL DE ALIMENTOS	1.200.000,00	273.697,00	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INSTALADA	20	0
Atraso em função da complexidade do Projeto e da necessidade de celebração de convênios com as Prefeituras Municipais e Associações. Processos licitatórios em andamento.				UNIDADE		
4251	CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS	200.000,00	188.133,00	EVENTO REALIZADO	100	100
Foram realizados 100 eventos de capacitação para jovens rurais.				EVENTO		
1035	IMPLANTAÇÃO DE LAVOURAS COMUNITÁRIAS	3.500.000,00	7.103.628,32	FAMÍLIA BENEFICIADA	12.500	116.173
No projeto Implantação de Lavouras Comunitárias, foram beneficiadas 116.173 famílias. Cada família recebeu, além da assistência técnica, sementes de milho e feijão				FAMÍLIA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0407 AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS	180.000,00	306.881,03			
4486 TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA NA CAFEICULTURA	180.000,00	306.881,03	CAFEICULTOR ATENDIDO	12.000	13.529
			CAFEICULTOR		
03051 EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	46.493.392,00	57.664.306,98			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	39.171.004,00	32.642.051,48			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.130.920,00	3.238.276,25			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	38.040.084,00	29.403.775,23	PESSOA REMUNERADA	904	974
			UNIDADE		
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	41.000,00	17.612.315,17			
7004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	41.000,00	17.612.315,17			
0263 ENSINO TÉCNICO PARA O AGRONEGÓCIO	1.900.000,00	388.548,60			
1184 FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM LATÍCIOS, AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO	1.900.000,00	388.548,60	TÉCNICO FORMADO	70	58
			TÉCNICO		
0297 GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	4.232.388,00	5.652.433,72			
1226 DIFUSÃO DE TECNOLOGIA VIA PUBLICAÇÕES	102.000,00	97.569,03	PUBLICAÇÃO EDITADA	21	138
			EDIÇÃO		
1228 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ATRAVÉS DE MATRIZES E REPRODUTORES	150.000,00	149.158,19	MATRIZ E REPRODUTOR PRODUZIDO	155	80
			CABEÇA		
1229 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS ATRAVÉS DE SEMENTES BÁSICAS	470.000,00	1.903.525,83	SEMENTE PRODUZIDA	500	862
			TONELADA		
1230 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ATRAVÉS DE MUDAS QUALIFICADAS	240.000,00	239.668,34	MUDA QUALIFICADA	600	500
			MUDA (MIL)		
1260 DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS ATRAVÉS DE EVENTOS TÉCNICOS E DE CURSOS DE TREINAMENTO	200.000,00	197.114,83	EVENTO TÉCNICO CIENTÍFICO REALIZADO	201	432
			EVENTO		
1265 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL	3.063.188,00	3.063.337,69	TECNOLOGIA GERADA	43	40
			TECNOLOGIA		
4599 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INTEGRADOS	7.200,00	2.059,81	PARCERIA FORMALIZADA	90	25
			PARCERIA		
0340 PROJETO JAIBA	749.000,00	748.958,01			
4154 AÇÕES DO CONSÓRCIO DE PESQUISA DO PROJETO JAIBA	250.000,00	190.000,00	TECNOLOGIA GERADA	7	7
			TECNOLOGIA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4612	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA PARA A AGRICULTURA IRRIGADA E PARA A AGROINDÚSTRIA, DO PROJETO JAÍBA.	499.000,00	558.958,01	TECNOLOGIA GERADA	12	16
				TECNOLOGIA		
0407	AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS	400.000,00	620.000,00			
4566	GERAÇÃO DE TECNOLOGIA SOBRE A CULTURA DO CAFEIEIRO	400.000,00	620.000,00	TECNOLOGIA GERADA	3	7
				TECNOLOGIA		
04171	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	278.107,00	0			
0336	POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	278.107,00	0			
1511	FUNDERUR - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	278.107,00	0	PRODUTOR FINANCIADO	1	0
				PRODUTOR		
05041	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.609.976,00	8.598.280,16			
0274	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	339.976,00	6.765.152,56			
6492	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS.	339.976,00	6.765.152,56	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	16	1.510
				EQUIPAMENTO		
0340	PROJETO JAÍBA	30.000,00	29.999,60			
8881	ATIVIDADES DE EXTENSÃO RURAL AOS IRRIGANTES	30.000,00	29.999,60	FAMÍLIA ATENDIDA	1.816	17.337
				FAMÍLIA		
0382	MINAS SEM FOME	1.210.000,00	1.773.314,00			
3082	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	10.000,00	1.609.680,00	PROJETO IMPLANTADO	10	72
	<i>Na Ação, estão sendo implantados 72 sistemas de abastecimentos de água, com distribuição de caixas de água, hidrômetro, motobombas e 513 km de tubos de pvc, beneficiando 2.964 famílias do norte de Minas. Nesta mesma ação, foram adquiridos: 01 trator, 01 carreta(reboque), 01 plantadeira, 01 grade niveladora e 01 caminhão equipado com tanque rodoviário (capacidade de nove mil litros) para transporte de leite granelizado.</i>			PROJETO		
3376	INSTALAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE PROCESSAMENTO ARTESANAL DE ALIMENTOS	1.200.000,00	163.634,00	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INSTALADA	20	0
	<i>Atraso em função da complexidade do Projeto e da necessidade de celebração de convênios com as Prefeituras Municipais e Associações. Processos licitatórios em andamento.</i>			UNIDADE		
0407	AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS	30.000,00	29.814,00			
3486	TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA NA CAFEICULTURA	30.000,00	29.814,00	CAFEICULTOR ATENDIDO	12.000	13.529
				CAFEICULTOR		
05051	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	408.938,00	459.958,01			
0297	GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	208.938,00	0			
1234	INFRA-ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL	208.938,00	0	INFRAESTRUTURA MELHORADA	2	0
				UNIDADE		
0340	PROJETO JAÍBA	100.000,00	159.958,01			
3612	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA PARA A AGRICULTURA IRRIGADA E PARA A AGROINDÚSTRIA, DO PROJETO JAÍBA.	100.000,00	159.958,01	TECNOLOGIA GERADA	12	16
				TECNOLOGIA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0407 AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR, RASTREABILIDADE E CERTIFICAÇÃO DE CAFÉS EM MINAS GERAIS 8566 GERAÇÃO DE TECNOLOGIA SOBRE A CULTURA DO CAFEIEIRO	100.000,00	300.000,00			
	100.000,00	300.000,00	TECNOLOGIA GERADA	1	7
			TECNOLOGIA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0122I SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	24.139.221,00	43.293.698,53			
000I APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.418.521,00	2.481.620,81			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	39.346,00	30.078,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	84	58
			AUXÍLIO		
200I DIREÇÃO SUPERIOR	10.000,00	20.685,88			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	340.807,00	349.783,79			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.028.368,00	2.081.072,64	PESSOA REMUNERADA	78	77
			UNIDADE		
030I INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	25.700,00	1.727.101,21			
4084 PROSPECÇÃO DE OPORTUNIDADES E DEMANDAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9.400,00	5.193,19	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO REALIZADA	400	226
			AÇÃO		
4613 APOIO TECNOLÓGICO A PROJETOS ESPECIAIS	8.600,00	97.399,23	PROJETO INDUZIDO	76	101
			PROJETO		
4626 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	7.700,00	1.624.508,79	PROJETO INDUZIDO	30	400
Ação desenvolvida com participação de parcerias.			PROJETO		
031I INCLUSÃO DIGITAL	17.475.000,00	36.082.822,27			
1320 CRIAÇÃO DOS CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS	11.510.000,00	30.734.180,54	CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO REGIONAL IMPLANTADO NÚCLEO	50	23
1407 INFORMATIZAÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS E LOCAIS PÚBLICOS - TELECENTROS	4.980.000,00	4.867.607,32	INTERNET E SISTEMAS DIVERSOS DISPONIBILIZADO MÓDULO	150	162
1705 IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS SOCIAL	985.000,00	481.034,41	BANCO DE DADOS DISPONIBILIZADO	10	11
			CIDADE		
039S SUPERVISÃO E CONTROLE DO ENSINO SUPERIOR	1.508.600,00	58.681,20			
2192 ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR	8.600,00	58.681,20	ENSINO SUPERIOR SUPERVISIONADO E MELHORADO SISTEMA	1	1
4255 APOIO À IMPLANTAÇÃO DE CAMPUS UNIVERSITÁRIO PÚBLICO	1.500.000,00	0	UNIVERSIDADE APOIADA	1	0
			UNIVERSIDADE		
0540 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	2.711.400,00	2.943.473,04			
1091 IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INCUBADORAS	655.809,00	606.544,16	INCUBADORA IMPLANTADA E MODERNIZADA UNIDADE	18	18
1097 IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO MINAS DESIGN	972.450,00	847.759,26	CENTRO IMPLANTADO	1	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>O recurso do projeto foi utilizado para a adequação física e compra de equipamentos mas ainda não está totalmente concluído.</i>				CENTRO		
1098	OPERACIONALIZAÇÃO DO ORGANISMO DE CONFORMIDADE DOS PRODUTOS MOVELEIROS	39.000,00	27.579,36	ORGANISMO IMPLANTADO	1	1
				UNIDADE		
1947	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES TECNOLÓGICOS	800.000,00	1.218.113,57	INFRAESTRUTURA IMPLANTADA	3	1
				INFRA-ESTRUTURA		
1099	IMPLANTAÇÃO DE UM PONTO DE TRANSFERÊNCIA DE TRÁFEGO	194.141,00	194.141,00	PONTO DE TRANSFERÊNCIA DE TRÁFEGO IMPLANTADO	1	0
<i>O recurso do projeto foi utilizado para a adequação física e compra de equipamentos mas ainda não está totalmente concluído.</i>				UNIDADE		
1102	CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA EM SOFTWARE EMBARCADO	50.000,00	49.335,69	CENTRO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO	1	1
				CENTRO		
02071	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	155.984.155,00	98.901.998,73			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11.987.899,00	6.673.656,99			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.915.820,00	1.405.524,68	PESSOA REMUNERADA	75	65
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	8.774.079,00	5.057.834,50			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	1.200.000,00	193.091,91			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	98.000,00	17.205,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	33	21
				AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	3.400,66			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	3.400,66			
0025	PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	131.995.256,00	87.141.800,45			
4078	INDUÇÃO A PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA	28.658.025,00	16.999.967,60	EDITAL PUBLICADO	15	15
				EDITAL		
4080	INVESTIMENTOS EM EVENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS	5.016.000,00	3.345.794,36	EVENTO APOIADO	600	729
				EVENTO		
4081	PROMOÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS	4.760.162,00	3.545.046,11	PROJETO PROMOVIDO	20	25
				PROJETO		
4259	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PCRH	6.561.632,00	1.980.524,64	PESSOA FORMADA CAPACITADA E TREINADA	300	200
				PESSOA		
4273	PROJETO ENDOGOVERNAMENTAL	10.838.000,00	5.034.157,68	PROJETO APOIADO	15	24
				PROJETO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4760	INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR	600.000,00	580.500,00	BOLSA SELECIONADA	410	651
				BOLSA		
4771	APOIO A INFRA- ESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES	2.420.000,00	0	PROJETO APOIADO	144	0
				PROJETO		
4778	APOIO A NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA - PRONEX-MG	4.600.000,00	3.573.180,00	EDITAL PUBLICADO	1	1
				EDITAL		
1025	APOIO A REDES DE PESQUISA TECNOLÓGICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	6.075.635,00	5.195.294,44	CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA IMPLANTADO NÚCLEO	10	29
1027	PESQUISA PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS- GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE	1.000.000,00	4.962.952,46	EDITAL INDUZIDO	1	1
				EDITAL		
1028	INCENTIVO A INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.506.540,00	829.912,46	EDITAL INDUZIDO	1	1
				EDITAL		
1808	PROJETO PROTEOMA	700.000,00	661.206,88	PROJETO APOIADO	1	1
				PROJETO		
4064	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A INSTITUIÇÕES ESTADUAIS QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	5.107.200,00	2.196.383,29	BOLSA CONCEDIDA	300	444
				BOLSA		
4066	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA INSTITUIÇÕES FEDERAIS E PARTICULARES QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	15.800.216,00	13.453.745,70	BOLSA CONCEDIDA	2.000	1.800
				BOLSA		
4067	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS	2.564.100,00	822.832,85	ESTUDO ELABORADO	900	4.846
				ESTUDO		
4068	PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	369.600,00	554.142,55	PATENTE CONCEDIDA	22	15
				PATENTE		
4069	DIVULGAÇÃO E DIFUSÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA	1.815.000,00	307.871,64	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	30	45
				UNIDADE		
4077	FOMENTO A PROJETO DE DEMANDA UNIVERSAL	33.603.146,00	23.098.287,79	PROJETO APOIADO	390	649
				PROJETO		
0632	PROGRAMA DE APOIO A PESQUISA EM EMPRESAS - PAPPE	12.000.000,00	5.083.140,63			
1217	FOMENTO A ATIVIDADE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS INOVADORES	12.000.000,00	5.083.140,63	EDITAL PUBLICADO	1	1
				EDITAL		
02081	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS	16.375.451,00	17.392.535,95			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10.136.540,00	10.056.596,64			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	10.000,00	6.459,26			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.260.000,00	3.553.405,95			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	88.600,00	66.698,73	AUXÍLIO CONCEDIDO	56	52
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30.000,00	20.362,50	AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	6.747.940,00	6.409.670,20	PESSOA REMUNERADA	193	200
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	741.778,00	2.623.454,18	UNIDADE		
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	741.778,00	2.623.454,18			
0357	PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	4.342.155,00	3.479.605,01			
4012	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	2.924.250,00	1.774.395,28	RELATÓRIO DE SERVIÇO EMITIDO	19.553	5.137
4015	PROJETOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA	1.387.905,00	1.695.944,59	RELATÓRIO		
1065	EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	30.000,00	9.265,14	RELATÓRIO DE PROJETO EMITIDO	9	11
0385	RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DO CETEC	807.148,00	422.810,97	RELATÓRIO		
1151	RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA LABORATORIAL DO CETEC	722.533,00	376.526,26	ALUNO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU FORMADO	20	43
4062	RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PREDIAL E DE INFORMÁTICA DO CETEC	84.615,00	46.284,71	ALUNO		
0521	PROGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL	40.000,00	22.567,85	LABORATÓRIO INSTALADO, ADAPTADO OU MODERNIZADO	10	10
1073	MELHORIA DE PROCESSOS E TÉCNICAS DO SISTEMA DE GESTÃO	40.000,00	22.567,85	LABORATÓRIO		
0536	PROGRAMA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	307.830,00	787.501,30	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA ADQUIRIDO	25	42
1072	NÚCLEO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	18.000,00	12.960,13	EQUIPAMENTO		
4710	INFORMAÇÃO PARA PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA	289.830,00	774.541,17	PROJETO EXECUTADO	1	1
02311	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	64.151.382,00	80.324.347,84	PROJETO		
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	55.369.234,00	70.410.000,33			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.434.594,00	605.730,62	AUXÍLIO CONCEDIDO	748	668

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16.530,00	14.695,00			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	41.123.824,00	52.742.115,16	PESSOA REMUNERADA	1.821	2.039
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	12.000,00	2.775,32			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	12.782.286,00	17.044.684,23			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	4.637,22			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	4.637,22			
0058	ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL	7.913.324,00	8.803.169,20			
4709	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL- ESCOLA CLEMENTE DE FARIA	7.913.324,00	8.803.169,20	PROCEDIMENTO EXECUTADO	307.000	326.379
				PROCEDIMENTO		
0135	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CIENTÍFICA	8.324,00	2.529,30			
4782	APOIO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA	8.324,00	2.529,30	PROJETO E PESQUISA CONCLUÍDO	80	104
				PROJETO / PESQUISA		
0136	CONSTRUÇÕES E REFORMAS PREDIAIS	800.000,00	1.090.499,23			
1809	CONSTRUÇÃO E REFORMA PREDIAIS	800.000,00	1.090.499,23	PRÉDIO CONSTRUÍDO	1	1
	Convênio firmado com o Ministério da Educação para a construção de salas de aulas no campus universitário de Montes Claros e em Janaúba e construção de laboratório de pesquisas de plantas nativas em Montes Claros. Destas obras, a construção de salas de aulas no campus de Montes Claros está concluída, as demais estão em andamento, o que representa um percentual de execução de 33,33%.			PRÉDIO		
0138	ENSINO PROFISSIONAL	2.500,00	0			
4802	PROMOÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	1.500,00	0	ALUNO QUALIFICADO	400	289
	Ação executada em parceria e com financiamento de Prefeituras da região.			ALUNO		
4863	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS PARA CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO.	1.000,00	0	ALUNOS QUE INGRESSARAM PELO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS DIPLOMADOS .	1	0
				ALUNO DIPLOMADO		
0139	ENSINO SUPERIOR	49.000,00	10.087,56			
4740	ENSINO DE TERCEIRO GRAU	23.000,00	10.087,56	ALUNO FORMADO	1.330	1.768
				ALUNO		
4861	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS - UNIMONTES	26.000,00	0	ALUNOS QUE INGRESSARAM PELO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS DIPLOMADOS .	1	0
				ALUNO DIPLOMADO		
0140	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	1.500,00	1.455,00			
4823	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	1.500,00	1.455,00	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO REALIZADA	270	797

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				AÇÃO		
0143	PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS	6.500,00	1.970,00			
4173	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DOS DADOS DA UNIVERSIDADE	6.500,00	1.970,00	SERVIÇO PRESTADO	198.048	594.648
				SERVIÇO		
02331	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	13.223.094,00	14.216.885,15			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10.993.961,00	12.828.555,25			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	165.000,00	11.101,00			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	6.417.515,00	5.704.074,46	PESSOA REMUNERADA	334	339
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	110.000,00	75.833,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	139	131
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.266.446,00	7.021.639,21			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	35.000,00	15.906,98			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	73.420,03			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	73.420,03			
0241	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	200.000,00	58.306,90			
4721	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	200.000,00	58.306,90	PESSOA CAPACITADA	780	505
				PESSOA		
0246	VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA E DA QUALIDADE	1.708.133,00	1.251.002,97			
1100	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES METROLÓGICAS E ATIVIDADE INDUSTRIAL - SISMETRO	200.000,00	0			
4409	INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULOS COM PRODUTOS PERIGOSOS	85.000,00	86.245,84	INSPEÇÃO REALIZADA	2.290	2.687
				INSPEÇÃO		
4414	VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM PRODUTOS PRÉ-MEDIDOS	72.400,00	60.732,94	PRODUTO PRÉ-MEDIDO FISCALIZADO	81.063	100.943
				PRODUTO		
4418	VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM PRODUTOS COM CONFORMIDADE AVALIADA PELO INMETRO	149.000,00	108.199,27	AÇÃO FISCAL REALIZADA	16.560	54.702
				AÇÃO		
4419	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS METROLÓGICOS	1.084.733,00	980.347,04	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO VERIFICADO	2.003.218	1.985.097
				INSTRUMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4421	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CALIBRAÇÃO	117.000,00	15.477,88	RELATÓRIO TÉCNICO DE CALIBRAÇÃO EXPEDIDO	543	397
				RELATÓRIO		
0257	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	320.000,00	5.600,00			
1019	REFORMA E ADEQUAÇÃO DO LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO	250.000,00	5.600,00	LABORATÓRIO ADAPTADO	1	0
A obra de reforma e adequação do laboratório de calibração não foi concluída. Despesas realizadas com aquisição de aparelhos de ar condicionado e licitação de contrato de manutenção preventiva e corretiva do ar.				LABORATÓRIO		
1024	REFORMA E ADEQUAÇÃO DO LABORATÓRIO DE VOLUMETRIA	70.000,00	0	LABORATÓRIO ADAPTADO	1	0
				LABORATÓRIO		
02351 UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS		26.585.825,00	28.250.541,49			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	14.205.936,00	20.458.559,79			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	208.050,00	133.101,23	AUXÍLIO CONCEDIDO	341	179
				AUXÍLIO		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	9.060,00	5.269,01			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	704.644,00	1.746.711,32			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	13.284.182,00	18.573.478,23	PESSOA REMUNERADA	632	895
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0140	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	501.000,00	500.000,00			
4044	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	501.000,00	500.000,00	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO REALIZADA	17	17
				AÇÃO		
0158	CONSTRUÇÃO DOS CAMPI DA UEMG	900.000,00	376.927,86			
1689	ELABORAÇÃO DOS PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DOS CAMPI DA UEMG	900.000,00	376.927,86	ÁREA CONSTRUÍDA	39.175	0
A execução financeira refere-se à despesas com a elaboração do projeto do campus de BH.				METRO QUADRADO		
0178	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	10.977.889,00	6.915.053,84			
4047	APOIO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA	1.001.000,00	999.989,00	PROJETO E PESQUISA CONCLUÍDO	17	17
				PROJETO / PESQUISA		
4698	ENSINO DE TERCEIRO GRAU	9.975.889,00	5.805.138,04	ALUNO FORMADO	573	720
				ALUNO		
4860	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS - UEMG	1.000,00	109.926,80	ALUNOS QUE INGRESSARAM PELO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS DIPLOMADOS .	1	0
A meta só será considerada realizada quando for completado o período para diplomação				ALUNO DIPLOMADO		
02401 INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS		2.132.406,00	2.662.366,21			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.119.918,00	2.653.124,66			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	10.740,00	12.001,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	20	10
			AUXÍLIO		
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	3.000,00	2.710,29			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	290.538,00	444.543,24			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.815.640,00	2.193.869,83	PESSOA REMUNERADA	64	64
			UNIDADE		
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0288 ORDENAMENTO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS	11.488,00	9.241,55			
1558 ATUALIZAÇÃO DO MAPA GEOPOLÍTICO OFICIAL	5.488,00	4.279,60	MAPA ESTADUAL ELABORADO	1	1
			MAPA		
1560 ATUALIZAÇÃO DOS MAPAS OFICIAIS POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO, MICRO E MESORREGIÕES HOMOGÊNEAS	6.000,00	4.961,95	MAPA ESTADUAL ELABORADO	2	2
			MAPA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01401	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	184.527.343,00	226.196.693,83			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	149.165.122,00	162.806.919,44			
2058	AUXÍLIO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, FUNERAL E DOENÇA PARA SERVIDORES MILITARES - BM	15.760,00	11.101,05	AUXÍLIO CONCEDIDO	12	2
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.492.481,00	1.640.883,81			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.410.000,00	1.259.118,29			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	100.000,00	47.968,40			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	146.146.881,00	159.847.847,89	PESSOA REMUNERADA	4.740	4.563
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	14.347.359,00	17.297.359,00			
7007	PROVENTOS DE INATIVOS MILITARES	14.347.359,00	17.297.359,00			
0029	ASSISTÊNCIA AO BOMBEIRO MILITAR	460.000,00	276.831,45			
2635	ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	75.000,00	77.434,99	BOMBEIRO MILITAR ASSISTIDO	172	5
				BOMBEIRO		
2638	ASSISTÊNCIA MÉDICO-PSICOLÓGICA A MILITARES	180.000,00	137.581,77	ATENDIMENTO MÉDICO/PSICOLÓGICO REALIZADO	7.500	21.712
				UNIDADE		
2849	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	205.000,00	61.814,69	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	5.200	14.354
				ATENDIMENTO		
0308	PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL	20.454.862,00	45.815.583,94			
1385	COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS ATIVIDADES DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS	30.000,00	0	SEMINÁRIO REALIZADO	1	0
				SEMINÁRIO		
4235	RECRUTAMENTO, TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE BOMBEIROS MILITARES	1.060.000,00	2.090.980,93	MILITAR CAPACITADO	5.200	18.836
				UNIDADE		
4254	PREVENÇÃO E COMBATE A SINISTROS	17.849.862,00	41.829.746,28	OCORRÊNCIA DE BOMBEIRO REALIZADA	303.511	243.512
				OCORRÊNCIA		
4834	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	1.515.000,00	1.894.856,73	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADQUIRIDO	410	284
				EQUIPAMENTO		
0313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	100.000,00	0			
1137	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS - CBMMG	100.000,00	0	SISTEMA MANTIDO EM FRAÇÃO DO CBM	18	0
				FRAÇÃO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01271	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	11.406.538,00	17.701.574,26			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8.177.342,00	9.582.823,87			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	63.600,00	79.643,93			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	183.050,00	132.958,00	AUXÍLIO CONCEDIDO	220	220
				AUXÍLIO		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	105.000,00	254.622,99			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.745.901,00	3.823.856,60			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	5.079.791,00	5.291.742,35	PESSOA REMUNERADA	308	270
				UNIDADE		
0659	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	725.000,00	1.780.116,80			
4057	APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA IMATERIAL	725.000,00	1.780.116,80	PROJETO APOIADO	12	16
				PROJETO		
0660	GESTÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	1.282.196,00	3.874.264,20			
4063	GESTÃO DO ACERVO DA SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	192.497,00	143.258,34	DOCUMENTO TEXTUAL PROCESSADO	5.000	15.464
				DOCUMENTO		
4070	GESTÃO DOS ACERVOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	80.000,00	71.223,55	ACERVO TRATADO	200	200
				METRO LINEAR		
4074	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS USUÁRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO E SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	180.000,00	134.478,66	USUÁRIO ATENDIDO	403.000	350.644
				USUÁRIO		
4086	GESTÃO DE ACERVO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS	27.699,00	21.725,99	ACERVO PROCESSADO	470	672
				OBJETO		
4104	PRODUÇÃO EDITORIAL	25.000,00	17.659,50	PUBLICAÇÃO EDITADA.	9.500	1.000
				EXEMPLAR		
4109	ASSESSORIA TÉCNICA	687.000,00	3.343.151,71	ASSESSORIA PRESTADA	2.030	3.258
				ASSESSORIA		
4112	GERENCIAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	90.000,00	142.766,45	PÚBLICO ATENDIDO	8.000	58.643
				PESSOA		
0661	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	132.000,00	596.018,59			
4108	PROMOÇÃO DE AÇÃO EDUCATIVA	32.000,00	25.628,05	OFICINA REALIZADA.	1.260	1.128
				PARTICIPANTE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4114	FORMAÇÃO DE GESTORES NA ÁREA DA CULTURA, PATRIMÔNIO E AFINS	100.000,00	570.390,54	CURSO CONGÊNERE REALIZADO	200	1.155
				PARTICIPANTE		
0662	FOMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL	740.000,00	1.515.095,42			
4117	GESTÃO DE MECANISMOS DE INCENTIVO À CULTURA	480.000,00	428.560,21	PÚBLICO ATENDIDO	9.000	12.345
				PESSOA		
4126	ESTÍMULO À PRODUÇÃO CULTURAL	260.000,00	1.086.535,21	PROJETO APOIADO	10	44
				PROJETO		
0663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	230.000,00	242.078,23			
4058	PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO LITERÁRIA E ARTÍSTICA	120.000,00	173.983,87	SUPLEMENTO LITERÁRIO EDITADO	15	16
				EDIÇÃO		
4209	PROMOÇÃO DE EXPOSIÇÕES DE ACERVOS	60.000,00	22.460,00	EXPOSIÇÃO REALIZADA	30.000	31.330
				VISITANTE		
4213	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA	50.000,00	45.634,36	EVENTO CULTURAL PROMOVIDO	15	73
				EVENTO		
0664	INFRA-ESTRUTURA CULTURAL	120.000,00	111.177,15			
4083	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES FINALÍSTICAS	120.000,00	111.177,15	ÁREA BENEFICIADA	2.420	1.475
				METRO QUADRADO		
02171	FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO	1.812.177,00	2.219.385,65			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.319.977,00	1.496.562,25			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.000,00	0	AUXÍLIO CONCEDIDO	10	0
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	973.884,00	1.061.589,89			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	23.250,00	12.955,94			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	321.843,00	422.016,42	PESSOA REMUNERADA	27	27
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0659	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	139.000,00	261.465,26			
4278	RESGATE E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL	114.000,00	213.798,98	EVENTO REALIZADO	36	24
				EVENTO		
4279	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE OBRAS	25.000,00	47.666,28	OBRA DE ARTE ESPECIAL RESTAURADA.	40	91
				PEÇA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0660	GESTÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	25.000,00	15.304,31			
1107	GESTÃO DO ACERVO DA FAOP E DO MEMORIAL PEDRO ALEIXO	25.000,00	15.304,31	PROJETO CONCLUÍDO	2	0
	O projeto não foi concluído pois a biblioteca Murilo Rubião mudou de espaço e ainda está sendo reestruturada. Não houve tempo para a estruturação do Memorial Pedro Aleixo devido a inauguração da Casa Bernardo Guimarães.			PROJETO		
0661	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	315.200,00	442.860,23			
4274	QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NAS ÁREAS ARTÍSTICO-CULTURAIS	29.700,00	29.536,16	ALUNO FORMADO	250	270
				ALUNO		
4275	FORMAÇÃO TÉCNICA EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS	126.000,00	90.464,44	ALUNO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE CONCLUINTE	40	16
				ALUNO		
4276	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	159.500,00	322.859,63	ALUNO FORMADO	200	120
				ALUNO		
0663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	12.000,00	3.193,60			
4277	PROMOÇÃO DE AÇÃO EDUCATIVA	12.000,00	3.193,60	EVENTO REALIZADO	64	0
				EVENTO		
02181	FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO	11.621.110,00	14.550.086,06			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11.151.234,00	13.276.139,21			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.423.072,00	3.795.143,99			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	161.654,00	106.993,47	AUXÍLIO CONCEDIDO	145	96
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.000,00	60.227,85			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	7.466.508,00	9.311.425,90	PESSOA REMUNERADA	434	436
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	40.000,00	2.348,00			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0661	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	75.000,00	37.022,40			
4208	FORMAÇÃO E DIFUSÃO ARTÍSTICO CULTURAL	75.000,00	37.022,40	ALUNO FORMADO	100	23
				ALUNO		
0663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	393.876,00	1.236.924,45			
4192	PROMOÇÃO ARTÍSTICO CULTURAL	90.000,00	128.345,08	PÚBLICO ATENDIDO	700.000	816.094
				PESSOA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4206	PRODUÇÃO, APRESENTAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS ESPETÁCULOS DOS CORPOS ARTÍSTICOS DA FCS	303.876,00	1.108.579,37	PÚBLICO ATENDIDO	100.000	98.815
				PESSOA		
02201	INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS	16.318.037,00	11.694.783,71			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.288.540,00	3.948.480,96			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	13.000,00	6.204,45			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	408.777,00	389.717,77			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.798.443,00	3.488.532,14	PESSOA REMUNERADA	94	151
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	43.320,00	34.156,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	45	50
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25.000,00	29.870,00			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	221.021,11			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	221.021,11			
0144	CIRCUITO CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE	4.810.000,00	3.741.869,88			
1468	RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIOS DO CIRCUITO CULTURAL	100.000,00	521.029,27	PRÉDIO RESTAURADO	6	3
				PRÉDIO		
1489	RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS	700.000,00	1.023.178,57	PRÉDIO REFORMADO	1	1
				PRÉDIO		
1579	APOIO A GESTÃO DO CIRCUITO CULTURAL	750.000,00	667.609,63	MODELO DE GESTÃO PROPOSTO	1	0
				UNIDADE		
1585	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DO CIRCUITO CULTURAL	580.000,00	93.198,56	PROJETO ELABORADO	4	0
				PROJETO		
1587	ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO QUALITATIVO DOS MONUMENTOS DO CIRCUITO CULTURAL	80.000,00	79.649,39	RELATÓRIO ELABORADO	2	5
				RELATÓRIO		
1592	ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO E RESTAURAÇÃO DOS BENS MÓVEIS DOS MONUMENTOS DO CIRCUITO CULTURAL	850.000,00	264.723,43	SERVIÇO REALIZADO	10	0
				SERVIÇO		
4205	RECUPERAÇÃO RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, MUSEU MINEIRO E CIAT/ RAINHA DA SUCATA	1.750.000,00	1.092.481,03	PRÉDIO REFORMADO	3	3
				PRÉDIO		
0175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	5.016.730,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1619	PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	5.016.730,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	2	0
				MUNICÍPIO		
0659	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	3.159.767,00	3.745.937,38			
4060	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	20.000,00	410.483,25	BEM CULTURAL PROTEGIDO	5	7
				BEM CULTURAL		
1042	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	3.110.767,00	3.307.772,42	PROJETO/INTERVENÇÃO EM BEM MÓVEL/IMÓVEL CONCLUÍDO	110	35
				BEM MÓVEL/IMÓVEL		
4053	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL	29.000,00	27.681,71	MUNICÍPIO ATENDIDO	300	119
				MUNICÍPIO		
0661	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	22.000,00	18.249,63			
4100	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	22.000,00	18.249,63	PESSOA ENVOLVIDA	5	652
				PESSOA		
0663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	20.000,00	19.224,75			
4082	DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	20.000,00	19.224,75	PUBLICAÇÃO CULTURAL EDITADA	2	6
				PUBLICAÇÃO		
02211	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	12.299.896,00	11.401.797,64			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.146.181,00	505.067,93			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	27.900,00	13.033,33	AUXÍLIO CONCEDIDO	23	23
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.536.131,00	49.094,23			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	105.000,00	0			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	452.655,00	442.940,37	PESSOA REMUNERADA	23	23
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	24.495,00	0			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	32.781,00	32.780,62			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	32.781,00	32.780,62			
0663	PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	8.724.921,00	10.863.949,09			
4219	PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE CONTEÚDO SÓCIO-EDUCATIVO E CULTURAL	8.524.921,00	10.863.949,09	PROGRAMA JORNALÍSTICO PRODUZIDO E VEICULADO	2.920	2.920
				HORA		
4220	VEICULAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL E JORNALÍSTICA	200.000,00	0	TRANSMISSÃO EFETUADA	590	590
				MATÉRIAS E EVENTOS		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0679 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO	396.013,00	0			
2023 OPERAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO	396.013,00	0			
03151 RÁDIO INCONFIDÊNCIA	4.617.828,00	5.781.019,64			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.803.186,00	4.370.281,41			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.456.786,00	3.614.471,96	PESSOA REMUNERADA	125	148
			UNIDADE		
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.000,00	0			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	311.800,00	601.705,95			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	33.600,00	154.103,50			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0663 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	407.321,00	488.619,81			
4217 PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E JORNALÍSTICA	407.321,00	488.619,81	PROGRAMA RADIOFÔNICO TRANSMITIDO	8.840	8.760
			HORA		
0664 INFRA-ESTRUTURA CULTURAL	406.321,00	922.118,42			
1089 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS	1.000,00	330.515,01	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1	0
Projeto em andamento.			EQUIPAMENTO		
2016 MANUTENÇÃO E PRODUÇÃO TÉCNICA	405.321,00	591.603,41			
04271 FUNDO ESTADUAL DE APOIO À INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA	1.000,00	0			
0558 PROMOÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO CINEMATOGRAFICA	1.000,00	0			
1095 FEAIC - FUNDO ESTADUAL DE APOIO À INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA.	1.000,00	0	PROJETO APROVADO	1	0
			PROJETO		
04391 FUNDO ESTADUAL DE RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUITETÔNICO	1.000,00	0			
0559 PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	1.000,00	0			
1126 PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.	1.000,00	0	EMPRESA ATENDIDA	1	0
			EMPRESA		
05151 RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA.	1.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : CULTURA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0664 INFRA-ESTRUTURA CULTURAL	1.000,00	0			
3089 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS	1.000,00	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1	0
			EQUIPAMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01441	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	49.290.183,00	60.656.478,49			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	47.272.185,00	57.486.976,10			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	997.240,00	1.283.337,28			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	46.209.472,00	56.160.105,32	PESSOA REMUNERADA	769	723
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	65.473,00	43.533,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	50	457
0390	ASSISTÊNCIA JURÍDICA	2.017.998,00	3.169.502,39	UNIDADE		
1034	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO ESPECIALIZADO	10.000,00	440.746,26	NÚCLEO IMPLANTADO	1	6
1247	EXPANSÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO	10.000,00	0	NÚCLEO		
4033	ASSISTÊNCIA JURÍDICA	1.997.998,00	2.728.756,13	UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA IMPLANTADA	2	0
				UNIDADE		
				ATENDIMENTO JURÍDICO PRESTADO	1.369.704	1.055.371
				ATENDIMENTO		
01451	SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL	321.578.712,00	336.125.042,93			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	69.564.814,00	72.128.035,91			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	48.225.119,00	35.331.631,52	PESSOA REMUNERADA	1.346	1.663
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	20.883.104,00	36.471.149,56	UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	456.591,00	325.254,83	AUXÍLIO CONCEDIDO	1.300	305
0213	LARES GERAES	400.000,00	91.843,20	AUXÍLIO		
1105	LOCAÇÃO LARES GERAES SEGURANÇA	400.000,00	91.843,20	UNIDADE HABITACIONAL LOCADA	84	0
	Os recursos desta ação estão sendo utilizados para pagamento das taxas condominiais dos imóveis funcionais que foram adquiridos em 2005, para atendimento dos servidores da PMMG, PCMG, CBMG que se encontram em situação de risco pessoal e ainda não foram ocupados pelos servidores.			UNIDADE HABITACIONAL		
0306	INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	713.880,00	115.909,35			
4087	POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS	136.000,00	111.432,83	AGENTE CAPACITADO	300	390
1080	MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA EM EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS	577.880,00	4.476,52	AGENTE		
				COMISSÃO DE MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA EM EVENTOS IMPLANTADA / MANTIDA	5	14
				COMISSÃO		
0312	REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	164.410.648,00	187.854.197,79			
1106	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES FÍSICAS DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	665.000,00	1.641.202,80	UNIDADE PREDIAL REFORMADA	22	28

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
			UNIDADE		
4124 MANUTENÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS	57.415.858,00	63.001.053,15	SENTENCIADO ASSISTIDO	6.900	5.080
			SENTENCIADO		
4223 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE FRANCISCO SÁ	4.918.296,00	6.302.459,43	SENTENCIADO ASSISTIDO	332	289
			SENTENCIADO		
4225 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA DÉNIO MOREIRA DE CARVALHO	4.533.388,00	4.650.329,79	SENTENCIADO ASSISTIDO	348	326
			SENTENCIADO		
4226 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA ARIOSVALDO DE CAMPOS PIRES	4.918.297,00	5.288.800,86	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	289
			SENTENCIADO		
4227 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE MURIAÉ	5.211.782,00	3.392.028,05	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	383
			SENTENCIADO		
4228 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE TRÊS CORAÇÕES	5.211.784,00	4.065.275,92	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	407
			SENTENCIADO		
4229 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PATROCÍNIO	5.211.783,00	3.922.121,70	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	376
			SENTENCIADO		
4230 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE UBERABA	5.211.785,00	4.463.221,07	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	525
			SENTENCIADO		
4231 MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO HÍBRIDO DE RIBEIRÃO DAS NEVES	7.000.576,00	10.367.566,67	SENTENCIADO ASSISTIDO	820	990
			SENTENCIADO		
4867 MANUTENÇÃO DOS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICO E DE TOXICÔMANOS	2.711.973,00	2.702.449,54	SENTENCIADO ASSISTIDO	289	266
			SENTENCIADO		
4870 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA AGOSTINHO DE OLIVEIRA JÚNIOR	5.565.875,00	5.365.643,28	SENTENCIADO ASSISTIDO	487	504
			SENTENCIADO		
4879 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA FRANCISCO FLORIANO DE PAULA	5.054.403,00	5.377.388,59	SENTENCIADO ASSISTIDO	441	467
			SENTENCIADO		
4884 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA	10.237.530,00	16.101.085,96	SENTENCIADO ASSISTIDO	893	1.203
			SENTENCIADO		
4885 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA PROFESSOR JASON SOARES ALBERGARIA	5.276.032,00	6.625.609,78	SENTENCIADO ASSISTIDO	396	383
			SENTENCIADO		
4887 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DOUTOR PIO CANEDO	5.264.165,00	5.218.463,03	SENTENCIADO ASSISTIDO	363	395
			SENTENCIADO		
4897 MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEIGA	5.006.578,00	4.903.579,69	SENTENCIADO ASSISTIDO	371	377
			SENTENCIADO		
4898 MANUTENÇÃO DO PRESÍDIO PROFESSOR JACY DE ASSIS	6.909.709,00	9.952.287,26	SENTENCIADO ASSISTIDO	804	1.120

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				SENTENCIADO		
4899	MANUTENÇÃO DA CASA DE DETENÇÃO ANTÔNIO DUTRA LADEIRA	10.155.844,00	14.212.299,31	SENTENCIADO ASSISTIDO	1.000	1.610
				SENTENCIADO		
4903	MANUTENÇÃO DA PENITENCIÁRIA JOSÉ MARIA ALKIMIN	7.929.990,00	10.301.331,91	SENTENCIADO ASSISTIDO	835	705
				SENTENCIADO		
0313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	80.911.370,00	72.181.406,72			
1067	INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA - IGESP	500.000,00	1.165.833,00	MODELO DE GESTÃO INTEGRADA IMPLANTADO	3	8
				RISP-REGIÃO INTEGRADA SEGURANÇA PÚBLICA		
1075	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE NÚCLEOS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE	7.794.436,00	4.102.390,58	NÚCLEO DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE CRIADO/MANTIDO NÚCLEO	24	30
1670	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	2.000.000,00	913.755,34	CASO DE CONFLITO ATENDIDO	5.000	4.602
				CASO		
1673	REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL.	2.000.000,00	492.196,61	EGRESSO ATENDIDO	1.000	1.118
				PESSOA		
1703	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS	23.889.610,00	14.009.175,64	MÓDULO DE SISTEMA IMPLANTADO/MANTIDO.	22	8
				MÓDULO		
1713	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO	6.430.000,00	5.130.375,03	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA	49	30
				ÁREA		
1719	TREINAMENTO INTEGRADO PARA O SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	2.067.922,00	1.741.441,09	SERVIDOR TREINADO	3.711	6.390
				SERVIDOR		
1687	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	900.000,00	974.465,93	AÇÃO TÁTICA OU DE INTELIGÊNCIA REALIZADA	10	10
				AÇÃO		
1787	FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS DE MINAS GERAIS	7.000.000,00	4.600.112,64	JOVEM EM COMUNIDADES COM ALTO ÍNDICE DE HOMICÍDIOS ATENDIDO JOVEM	15.000	6.671
1830	MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	1.000.000,00	617.432,49	SERVIDOR TREINADO E CAPACITADO	1.050	1.382
				SERVIDOR PÚBLICO		
1909	CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	2.000.000,00	1.447.781,84	SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS IMPLANTADO	3	3
				SISTEMA		
4099	ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	20.139.402,00	34.623.790,42	ADOLESCENTE ATENDIDO	1.300	973
				ADOLESCENTE		
1068	INTEGRAÇÃO DAS CORREGEDORIAS DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	1.190.000,00	1.234.184,56	CORREGEDORIA EQUIPADA E CAPACITADA.	4	4
				CORREGEDORIA		
4955	PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE	1.200.000,00	494.681,72	CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDO	150	103

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DEFESA SOCIAL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PESSOA		
4958	ATENDIMENTO A ADOLESCENTES E JOVENS EGRESSOS DO CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	800.000,00	262.445,56	ADOLESCENTE E JOVEM ATENDIDO	100	113
				PESSOA		
4198	MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS.	2.000.000,00	371.344,27	PENA OU MEDIDA ALTERNATIVA ACOMPANHADA	10.000	10.684
				PENA OU MEDIDA ALTERNATIVA		
0358	PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE	128.000,00	122,31			
2584	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE	128.000,00	122,31			
0644	AMPLIAÇÃO DE VAGAS E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL	5.450.000,00	3.753.527,65			
1683	IMPLANTAÇÃO DE PENITENCIÁRIAS AUTO-SUSTENTÁVEIS	2.000.000,00	1.479.189,53	ESTRUTURA PRODUTIVA AUTO-SUSTENTÁVEL IMPLANTADA/MANTIDA	170	165
				ESTRUTURA PRODUTIVA		
1684	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS	3.450.000,00	2.274.338,12	SERVIDOR CAPACITADO	5.950	7.123
				SERVIDOR		
04141	FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL	813.270,00	518.466,20			
0312	REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	813.270,00	518.466,20			
1645	APOIO AO PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL	813.270,00	518.466,20	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA	15	0
	Não há registro de execução física nesta ação, porque, conforme autoriza a lei que criou o Fundo Penitenciário Estadual, os recursos foram alocados primordialmente na aquisição de equipamentos para o sistema prisional e para as unidades responsáveis pela aplicação de medidas socioeducativas.			UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI E NORTE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
02421	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	113.798.113,00	86.003.303,02			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.277.113,00	4.326.723,75			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.173.693,00	1.370.357,74	PESSOA REMUNERADA	75	81
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	230.000,00	229.564,21			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	19.000,00	16.702,40	AUXÍLIO CONCEDIDO	14	14
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	854.420,00	2.710.099,40			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	11.000,00			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	11.000,00			
0089	REDUÇÃO DA POBREZA RURAL E DA DESIGUALDADE	50.000,00	0			
1114	ASSENTAMENTO RURAL - CRÉDITO FUNDIÁRIO	50.000,00	0	FAMÍLIA ASSENTADA	31	0
				FAMÍLIA		
0091	CIDADÃO NOTA DEZ	12.480.000,00	6.197.878,94			
1116	ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE POR MEIO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	12.400.000,00	3.779.816,64	ALUNO ALFABETIZADO	100.000	47.000
				ALUNO		
1434	CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES E GESTORES	80.000,00	2.418.062,30	ALFABETIZADOR/GESTOR CAPACITADO	4.300	1.880
				ALFABETIZADOR/GESTOR		
0175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	200.000,00	0			
1929	DESENVOLVIMENTO, PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E ROTEIROS TURÍSTICOS	200.000,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	3	0
				MUNICÍPIO		
0639	CIDADÃO.NET	100.000,00	2.002.270,07			
1459	IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS	100.000,00	2.002.270,07	TELECENTRO IMPLANTADO	2	34
				TELECENTRO		
0640	LEITE PELA VIDA	46.480.000,00	57.211.184,71			
1467	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO	46.480.000,00	57.211.184,71	LITRO DE LEITE ADQUIRIDO/DISTRIBUIDO	67.525.000	51.415.736
				LITRO		
0641	COMUNIDADE VIVA	5.890.000,00	10.346.210,73			
1011	IMPLANTAÇÃO DE COZINHAS COMUNITÁRIAS SERTANEJAS	2.300.000,00	0	UNIDADE IMPLANTADA	100	0
				UNIDADE		
1014	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS - OVINO CULTURA	1.790.000,00	2.732.427,88	NÚCLEO IMPLANTADO	20	15
				NÚCLEO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI E NORTE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1018	INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS DE COMERCIALIZAÇÃO VOLTADAS PARA O ARTESANATO	300.000,00	209.829,73	CENTRO IMPLANTADO	10	1
	<i>Centro de comercialização em fase de implantação.</i>			CENTRO		
1022	CAPACITAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS E AGENTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	1.500.000,00	7.403.953,12	GESTOR PÚBLICO/AGENTE CAPACITADO	300	120
				GESTOR/AGENTE		
0642	TURISMO SOLIDÁRIO	3.000.000,00	310.262,77			
1509	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS ASSOCIADO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL PARA INCENTIVAR A PRÁTICA DA SOLIDARIEDADE VOLTADA AO DESENVOLVIMEN	1.000.000,00	81.193,12	ROTEIRO TURÍSTICO IMPLANTADO	4	1
	<i>Roteiro turístico em fase de implantação.</i>			ROTEIRO		
1526	CAPACITAÇÃO DE AGENTES DIVERSOS E IMPLANTAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SOLIDÁRIO	2.000.000,00	229.069,65	NÚCLEO IMPLANTADO	4	1
	<i>Núcleo em fase de implantação.</i>			NÚCLEO		
0688	PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL	43.320.000,00	5.597.772,05			
1162	PCPR/ MG - TRABALHAR EM PARCERIA COM AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	43.320.000,00	5.597.772,05	PROJETO APROVADO	651	0
				PROJETO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01461 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	80.122.896,00	41.563.151,71			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.945.648,00	6.653.790,10			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.211.950,00	2.231.929,51			
2423 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	20.025,00	11.096,00	SERVIDOR CAPACITADO	62	62
			SERVIDOR		
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	53.800,00	23.029,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	47	23
			AUXÍLIO		
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.333.848,00	3.524.889,62	PESSOA REMUNERADA	135	120
			UNIDADE		
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100.025,00	51.355,13			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	1.226.000,00	811.490,34			
0219 OFERTA DE GÁS NATURAL	1.000,00	0			
1979 ESTUDOS GEOFÍSICOS PARA AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1.000,00	0	ESTUDO ELABORADO	1	0
			ESTUDO		
0258 EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA	1.720.000,00	1.430.156,75			
4207 FACILITA MINAS	1.720.000,00	1.430.156,75	UNIDADE IMPLANTADA	6	13
			UNIDADE		
0268 100% ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - LUZ PARA TODOS	1.677.000,00	3.306.798,00			
1555 UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO RURAL DE ENERGIA ELÉTRICA EM MUNICÍPIOS NÃO ATENDIDOS PELA CEMIG	1.677.000,00	3.306.798,00	DOMICÍLIO ATENDIDO	5.686	9.994
			DOMICÍLIO		
0378 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.430.000,00	373.230,58			
1639 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PPP	130.000,00	0	AVALIAÇÃO REALIZADA	1	0
			AVALIAÇÃO		
1623 IMPLANTAÇÃO DO ARCABOUÇO FISCALIZADOR/REGULATÓRIO DE PPP EM MINAS GERAIS	300.000,00	33.459,77	ESTRUTURA IMPLEMENTADA	50	0
<i>Os recursos que foram utilizados destinaram-se a aquisição de um automóvel e mobiliário de escritório para uso da Unidade PPP.</i>			PERCENTUAL		
1029 MODELAGENS DE PROJETOS-PILOTO PPP	800.000,00	23.143,56	PROJETO MODELADO	2	1
<i>Os recursos utilizados durante 2006 se prestaram à contratação de consultoria para elaboração do roteiro de encaminhamento de Manifestação de Interesse do projeto Campus-BH da UEMG e outras despesas de viagem relacionadas aos estudos de modelagem.</i>			PROJETO		
1084 ESTRUTURAÇÃO DO ARRANJO DE GARANTIAS	1.000.000,00	143.030,24	MILHÃO DE REAIS EM GARANTIA OBTIDO	100	100
			R\$ (REAIS)		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1085	GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTE PPP NO ESTADO	200.000,00	173.597,01	PESSOA CAPACITADA	400	0
<p>A meta física definida refere-se ao número de pessoas capacitadas em seminários/cursos promovidos pela Unidade PPP. Uma decisão estratégica, ao longo de 2006, foi a de reprogramar a realização desses eventos para 2007. No entanto, cumpre informar que as atividades previstas nessa ação não se restringiam apenas à capacitação de pessoas. A elaboração do Manual de Operações do Programa PPP, a estruturação do Portal PPP, a remuneração paga à coordenadora administrativa da Unidade PPP (custeada no âmbito do convênio com o BID) e as despesas para participação em seminários nacionais e internacionais também se inserem na ação de Gestão de Conhecimento e Desenvolvimento do Ambiente PPP no Estado. Nesse sentido, justifica-se a execução orçamentária verificada nessa ação.</p>				PESSOA		
0391	ENERGIA ELÉTRICA PARA O NOROESTE MINEIRO	9.000.000,00	0	CONVÊNIO ASSINADO	1	0
1789	EXPANSÃO DO SISTEMA DE MÉDIA TENSÃO	9.000.000,00	0	CONVÊNIO		
0410	PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	1.199.000,00	865.347,95	ESTUDO ELABORADO	2	0
1086	PLANO ESTRATÉGICO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA	999.000,00	799.000,00	ESTUDO		
<p>A Fundep foi contratada em dezembro para elaboração dos estudos de viabilidade de vôos internacionais do AITN para o EUA, Europa e Ásia e gargalos no Modal Aéreo em Minas Gerais, assim como ações para o desenvolvimento do Aeroporto Industrial. Esses estudos serão finalizados até setembro de 2007. O estudo de ocupação do solo no entorno do AITN será executado pela SEDRU, tendo sido transferido recurso no montante de R\$ 200.000 da SEAIN/SEDE para aquela Secretaria. O estudo de gargalos no modal terrestre na RMBH foi contratado pela SETOP.</p>						
1238	PROMOÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	200.000,00	66.347,95	EMPRESA IMPLANTADA	10	2
				EMPRESA		
0530	MAPEAMENTO GEOLÓGICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	300.000,00	0	MAPEAMENTO AEROGEOFÍSICO COORDENADO E ACOMPANHADO	245.000	271.298
1602	LEVANTAMENTO AEROGEOFÍSICO DE MINAS GERAIS - ETAPA III	300.000,00	0	QUILÔMETRO LINEAR		
<p>Foi realizado o levantamento aerogeofísico, em 2006, de uma superfície de 109.732 km², dos quais 69.000 km² no sudoeste da bacia do São Francisco e 40.732 km² no norte/nordeste da mesma bacia. O levantamento compreende a aquisição e processamento de dados aeromagnetométricos e aerogamaespectrométricos. Os recursos para cobrir essas despesas foram repassados a CODEMIG no final de 2005.</p>						
0532	PROMOÇÃO DA EMPRESA MINEIRA EXPORTADORA	420.000,00	72.567,00	PROMOÇÃO REALIZADA	1	1
4073	ARTICULAÇÃO DE ATIVIDADES DE PROMOÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL DE PRODUTOS MINEIROS	420.000,00	72.567,00	PROMOÇÃO		
0533	DIFUSÃO TÉCNICA DO SETOR MINERAL	300.000,00	45,00	PERFIL DA ECONOMIA MINERAL EDITADO	1	0
1641	PERFIL DA ECONOMIA MINERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ETAPA II	300.000,00	45,00	PERFIL		
0534	APOIO E INCENTIVO À MINERAÇÃO E À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL	300.000,00	3.147,34	AÇÃO REALIZADA	50	8
4136	APOIO E INCENTIVO AO SETOR MINERAL E À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL	300.000,00	3.147,34	AÇÃO		
0538	EXPORTA MINAS	500.000,00	416.105,00	NÚCLEO MANTIDO	1	1
4052	NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA EM COMÉRCIO EXTERIOR	240.000,00	216.000,00	NÚCLEO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4056	CENTRAL DE ATENDIMENTO AO EXPORTADOR MINEIRO E ATIVIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA EXPORTADORA	260.000,00	200.105,00	ATENDIMENTO REALIZADO	500	400
				ATENDIMENTO		
0540	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	38.982.048,00	47.043,75			
1112	PROMOÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO MOVELEIRO	30.000,00	20.456,26	ARRANJO PRODUTIVO FORMADO	2	0
<p>A promoção da APL Moveleiro encontra-se em pleno andamento, com o suporte às empresas do setor, já localizadas em MG e com esforços na busca de recursos junto ao Governo Federal para apoiá-las. Por outro lado, intensificam-se os contatos para atração de novos projetos para Minas, especialmente junto a empresários italianos e de São Paulo.</p> <p>As despesas financeiras foram realizada com diárias de viagem e passagens da equipe, para tratar de assuntos relativos à execução da Ação.</p>				ARRANJO FORMADO		
1115	EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE FINANCIAMENTOS PARA ATRAÇÃO DE EMPRESAS PARA OS APL'S	38.821.048,00	0	BENEFÍCIO FINANCEIRO ÀS EMPRESAS CONCEDIDO	38.234.504	38.821.048
<p>Houve o remanejamento de recursos via Decreto para:</p> <p>Fundo Minerometalúrgico - BDMG - R\$800.000,00 em 06/07/06.</p> <p>Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) - R\$812.000,00 - Remanejamento de créditos desta ação para contratação de Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica na ação 1053. - 26/07/06.</p> <p>Remanejado para a ação 1047 - Polo de Citricultura no Triângulo Mineiro aprovado o remanejamento de crédito desta ação no valor de R\$1.450.000,00 liberado os recursos para a CEMIG D através de convênio. 27/09/06.</p> <p>Remanejamento em 27/09 de R\$26.000.000,00 para o Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais conforme a Lei 16228 de 27/07/06.</p>				R\$ (REAIS)		
1130	IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	50.000,00	0	NÚCLEO IMPLANTADO	1	0
				NÚCLEO		
1141	PROMOÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO ELETROELETRÔNICO	30.000,00	14.587,49	ARRANJO PRODUTIVO FORMADO	2	0
<p>A promoção da APL Eletroeletrônico encontra-se em pleno andamento, com o suporte às empresas do setor, já localizadas em MG e com esforços na busca de recursos junto ao Governo Federal para apoiá-las. Por outro lado, intensificam-se os contatos para atração de novos projetos para Minas.</p> <p>As despesas financeiras foram com diárias de viagem e passagens da equipe, para tratar de assuntos relativos à execução da Ação.</p>				ARRANJO FORMADO		
1797	CONCESSÃO DE AREA INDUSTRIAL E INFRAESTRUTURA PARA O PARQUE DE SEMICONDUTORES DE MG	1.000,00	0	INFRAESTRUTURA IMPLANTADA	1	0
				INFRA-ESTRUTURA		
1856	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES PARA IMPLANTAÇÃO DO PÓLO INDUSTRIAL DE MICROELETRÔNICA	50.000,00	12.000,00	CONSULTORIA CONTRATADA	1	1
				ESTUDO ELABORADO		
0551	MINAS EXPORTA COM EXCELÊNCIA	360.000,00	30.492,00			
4061	ARTICULAÇÃO DE ATIVIDADES PARA A MELHORIA DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL DAS EMPRESAS MINEIRAS	360.000,00	30.492,00	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	1	1
				ATIVIDADE		
0567	MINAS, CAPITAL DO CONHECIMENTO	360.000,00	27.144,00			
1044	REDE DE INTELIGENCIA DO CONHECIMENTO	360.000,00	27.144,00	PROJETO E OU COMITÊ REALIZADO	2	2
				ATIVIDADE		
0569	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO EM MINAS GERAIS	268.200,00	232.706,18			
4172	ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ARTESANATO MINEIRO	90.000,00	7.546,25	AÇÃO REALIZADA	70	0
<p>Ação destinada ao assessoramento das feiras e artesanos. Visa dar suporte aos participantes, através de viagens fazendo a ligação artesão-feira.</p>				AÇÃO		
4184	ROTAS E ESPAÇOS PARA O ARTESANATO	178.200,00	225.159,93	AÇÃO REALIZADA	30	1

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
AÇÃO						
Convenio formalizado com o Centro de Artesanato Mineiro. Aquisição de estande na Feira de S.J.Del Rei. Participação no Salão de Turismo em São Paulo e na feira de Brasília e Uberaba. Locação de estande para participação dos índios carabas na II Feira Mineira de Artesanato, em São João Del Rei. Participação na 17ª Feira Nacional do Artesanato no Exponinas com aluguel de estande.						
0577	CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS - MINAS DO PRINCÍPIO AO FIM	12.250.000,00	21.032,30	AÇÃO		
1127	PRODUTIVIDADE, QUALIDADE E COMPETITIVIDADE DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS	12.150.000,00	20.558,75	ARRANJO PRODUTIVO IMPLEMENTADO E CONSOLIDADO	7	2
Gastos realizados com viagens para dar apoio/suporte aos 02 APL'S, de Santo Antônio do Monte e Nova Serrana. Previsão de assinatura, em 2007 do contrato com o BID para firmar convênio SEDE/SEBRAE para dar maior assessoramento aos 07 APL'S correspondentes da ação.				ARRANJO PRODUTIVO		
4245	IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS	100.000,00	473,55	CADEIA PRODUTIVA IMPLEMENTADA E CONSOLIDADA	7	0
Ação visando assessoramento às cadeias produtivas, possuindo gastos com viagens e diárias para visitas às cadeias produtivas no interior de Minas Gerais.				CADEIA PRODUTIVA		
0618	EMPRÉSTIMO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO - DEVELOPMENT POLICY LOAN (DPL)	10.000,00	0			
1213	EMPRÉSTIMOS EXTERNOS PARA O ESTADO	10.000,00	0	INVESTIMENTO REALIZADO.	50	59
A ação Empréstimos Externos para o Estado (PI213), do Programa Empréstimo de Políticas de Desenvolvimento - Development Policy Loan (DPL), constitui-se na realização de procedimentos necessários à obtenção do empréstimo externo junto ao BIRD na ordem de US\$170 milhões, bem como no cumprimento de condições prévias de desembolso e monitoramento do projeto. Foi desembolsado pelo Banco Mundial, na primeira tranche, o montante de US\$ 100 milhões, o que corresponde a 59% do empréstimo. O restante será liberado em 2007.				PERCENTUAL		
0645	MINAS ALÉM-FRONTEIRAS	360.000,00	26.198.588,54			
1761	JOVENS MINEIROS CIDADÃOS DO MUNDO	180.000,00	0	PROGRAMA IMPLEMENTADO	1	0
				PROGRAMA		
4050	REDE DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	180.000,00	26.198.588,54	ACORDO, PROGRAMA, PROJETO OU OPERAÇÃO DE CRÉDITO REALIZADA	3	4
				ATIVIDADE		
0658	ENERGIA NA IRRIGAÇÃO	400.000,00	1.801.640,08			
1046	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA NOVOS POLOS DE IRRIGAÇÃO	1.000,00	0	CAPACIDADE ENERGÉTICA AMPLIADA	25	0
				PERCENTUAL		
1047	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O POLO DE CITRICULTURA NO TRIÂNGULO MINEIRO.	399.000,00	1.801.640,08	CAPACIDADE ENERGÉTICA AMPLIADA	100	0
A primeira parcela de R\$1.800.000,00 foi liberada para a CEMIG no final de 2006 (dezembro). Os projetos estão em fase de elaboração e as obras terão início no primeiro trimestre de 2007.				PERCENTUAL		
0666	PLANO MINEIRO DA SILVICULTURA	200.000,00	0			
1048	ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SILVICULTURA.	200.000,00	0	DIAGNÓSTICO DE PRODUTOS FLORESTAIS REALIZADO	25	0
				PERCENTUAL		
0667	ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	600.000,00	6.358,78			
1052	ELABORAÇÃO DO BALANÇO ENERGÉTICO DO ESTADO	300.000,00	6.358,78	BALANÇO ENERGÉTICO DE MINAS GERAIS EDITADO	25	0
Recursos utilizados visando dar suporte à área energética, gastos realizados com diárias, passagens e taxi.				PERCENTUAL		
1053	ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ENERGÉTICO DO ESTADO.	300.000,00	0	RELATÓRIO ELABORADO	1	1

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
Os custos da ação original - Elaboração do Planejamento Energético do Estado estão sendo acobertados pela CEMIG, já com execução física. Ação foi suplementada para dar suporte ao edital de contratação de consultoria para realização dos estudos de Avaliação Ambiental Estratégica - AAE - Programa Estruturador.				RELATÓRIO		
0674	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INDUSTRIAL, DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS	540.000,00	76.958,36			
1064	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE CONTROLES E DADOS DOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	40.000,00	0	SISTEMA IMPLANTADO	1	0
				SISTEMA		
1066	MINASDATA	100.000,00	0	BANCO DE DADOS IMPLANTADO	1	0
				BANCO DE DADOS		
4166	PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, EVENTOS E EXPOSIÇÕES	400.000,00	76.958,36	EVENTO REALIZADO	50	2
				EVENTO		
02251	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	15.060.667,00	13.261.463,99			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10.454.640,00	11.470.010,04			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	0	AUXÍLIO CONCEDIDO	1	0
				AUXÍLIO		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	480.000,00	540.677,19			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	5.343.705,00	6.744.403,52	PESSOA REMUNERADA	123	178
				UNIDADE		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.900.000,00	1.867.115,39			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.720.935,00	2.317.813,94			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0130	REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS	4.605.027,00	1.791.453,95			
4002	REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS	4.605.027,00	1.791.453,95	REQUERIMENTO ATENDIDO	335.000	385.237
				REQUERIMENTO		
04011	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MÍNERO-METALÚRGICO	769.742,00	17.578.000,00			
0576	DESENVOLVIMENTO MÍNERO-METALÚRGICO - FDMM	769.742,00	17.578.000,00			
1380	FDMM - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MÍNERO METALÚRGICO	769.742,00	17.578.000,00	EMPRESA FINANCIADA	3	1
				EMPRESA		
04051	FUNDO DE INCENTIVO À INDUSTRIALIZAÇÃO	220.000.000,00	279.958.647,09			
0350	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO	220.000.000,00	279.958.647,09			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1442	FIND-PRÓ-INDÚSTRIA - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL	70.000.000,00	99.059.915,09	EMPRESA FINANCIADA	43	24
				EMPRESA		
1458	FIND-PROIM - PROGRAMA DE INDUÇÃO À MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL	150.000.000,00	180.898.732,00	EMPRESA FINANCIADA	16	15
				EMPRESA		
04111	FUNDO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	172.253.991,00	139.763.955,05			
0217	ESTRADA REAL	2.200.000,00	2.077.939,00			
1927	FUNDESE- ESTRADA REAL - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS DA ESTRADA REAL	2.200.000,00	2.077.939,00	EMPRESA FINANCIADA	25	74
				EMPRESA		
0258	EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA	44.300.000,00	32.303.759,65			
1453	FUNDESE - EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA - PROGRAMA DE INCENTIVO À COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS MINEIRAS	44.300.000,00	32.303.759,65	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	110	120
				UNIDADE		
0365	PROPAGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	6.000.000,00	8.294.000,00			
1930	FUNDESE - BASE TECNOLÓGICA PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO AO DESENVOLVIMENTO DE MÉDIAS, PEQUENAS E MICROEMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA	6.000.000,00	8.294.000,00	EMPRESA FINANCIADA	11	19
				EMPRESA		
0374	FOMENTO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS	119.753.991,00	97.088.256,40			
1973	FUNDESE - GERAMINAS - PROGRAMA DE APOIO CREDITÍCIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE MINAS GERAIS	119.753.991,00	97.088.256,40	EMPRESA FINANCIADA	4.500	3.234
				EMPRESA		
04261	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE INDÚSTRIAS ESTRATÉGICAS	7.241.235,00	61.915.896,60			
0336	POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	6.000.000,00	26.364.436,64			
1506	FUNDIEST - PROE-AGROINDÚSTRIA - PROGRAMA DE APOIO À IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS ESTRATÉGICAS	6.000.000,00	26.364.436,64	EMPRESA FINANCIADA	2	3
				EMPRESA		
0350	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO	1.240.235,00	35.551.459,96			
1485	FUNDIEST - PROE-INDÚSTRIA - PROGRAMA DE APOIO À IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS ESTRATÉGICOS	500.000,00	628.944,24	EMPRESA FINANCIADA	4	2
				EMPRESA		
1488	FUNDIEST - PROE-ESTRUTURAÇÃO - PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO COMERCIAL DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS ESTRATÉGICOS	740.235,00	34.922.515,72	EMPRESA FINANCIADA	3	3
				EMPRESA		
0365	PROPAGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	1.000,00	0			
1503	FUNDIEST - PROE-ELETRÔNICA - PROGRAMA DE APOIO ÀS EMPRESAS DE ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E DE TELECOMUNICAÇÕES	1.000,00	0	EMPRESA FINANCIADA	3	0
				EMPRESA		
04471	FUNDO MÁQUINAS PARA O DESENVOLVIMENTO - FUNDOMAQ	100.000.000,00	106.179.408,31			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0680 PROGRAMA MÁQUINAS PARA O DESENVOLVIMENTO	100.000.000,00	106.179.408,31			
1110 MÁQUINAS PARA O DESENVOLVIMENTO	100.000.000,00	106.179.408,31	BEM DE CAPITAL CEDIDO	1.000	1.031
			BEM DE CAPITAL		
04481 FUNDO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	49.990.000,00	0			
0378 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	49.990.000,00	0			
1111 FUNDO PARA GARANTIAS PPP	49.990.000,00	0	RECURSO APLICADO	50	0
			MILHÕES DE REAIS		
04501 FUNDO DE EQUALIZAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	0	0			
0350 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO	0	0			
1189 APOIO A EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS	0	0	EMPRESA FINANCIADA	0	0
			EMPRESA		
04521 FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM MINAS GERAIS - FUNDOMIC	0	0			
0708 PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM MINAS GERAIS - MINAS COMUNICA	0	0			
1215 UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DE MINAS GERAIS	0	0	ACESSO A TELEFONIA MÓVEL GARANTIDO	0	0
			MUNICÍPIO		
05011 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS	36.702.000,00	75.601.456,00			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.000.000,00	20.357,00			
6001 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL -CODEMIG	5.000.000,00	20.357,00			
0318 GESTÃO DE NEGÓCIOS	27.300.000,00	63.244.889,00			
3002 COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA DO GRANDE HOTEL DE ARAXÁ	1.500.000,00	120.250,00	INFRA-ESTRUTURA CONSTRUÍDA	100	50
			PERCENTUAL		
3255 SISTEMA VIÁRIO E PAISAGISMO DO EXPOMINAS BH	10.000.000,00	43.280.542,00	PROJETO EXECUTADO	2	2
			PROJETO		
3818 REFORMA E RESTAURAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES E DAS TERMAS DE POÇOS DE CALDAS	1.000.000,00	396.223,00	PRÉDIO REFORMADO	2	0
<i>Recursos aplicados na modernização dos elevadores e nas obras de esgotamento sanitário do Palace Hotel e em projetos de engenharia. Está previsto para o 2o. semestre de 2007 o lançamento do edital de licitação das obras de reforma e restauração do Centro de Convenções e das Termas de Poços de Caldas.</i>			PRÉDIO		
3835 CONSTRUÇÃO DO CENTRO EXPOMINAS DE JUIZ DE FORA	13.000.000,00	19.288.025,00	CENTRO DE EXPOSIÇÃO CONSTRUÍDO	1	1
			CENTRO		
3906 GESTÃO AMBIENTAL DOS DIREITOS MINERÁRIOS E DAS UNIDADES INDUSTRIAIS, HIDROTERMAIS E HOTELEIRA DA CODEMIG	800.000,00	159.849,00	LICENÇA AMBIENTAL OBTIDA	6	2
			UNIDADE		
3940 MELHORIA NA INFRA-ESTRUTURA DO EXPOMINAS-ARAXÁ	1.000.000,00	0	CENTRO DE FEIRAS E EXPOSIÇÃO MELHORADO	1	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				UNIDADE		
0409	GESTÃO MINERAL	2.130.000,00	2.133.301,00			
3655	AVALIAÇÃO DO PORTFÓLIO MINERAL DA CODEMIG	1.300.000,00	614.581,00	PROJETO EXECUTADO	13	1
				PROJETO		
3662	INCREMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS NO SETOR MINERAL	830.000,00	1.518.720,00	NEGÓCIOS VIABILIZADOS	1	0
Trabalhos de pesquisa mineral e consultoria especializada com conclusão prevista para o exercício de 2007.				NEGÓCIOS		
0541	GESTÃO DE INFORMAÇÕES MINERAIS	1.870.000,00	9.881.540,00			
3726	GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES GEOLÓGICAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.370.000,00	9.687.861,00	MAPA GEOLÓGICO CONCLUÍDO	69.000	253.178
				QUILÔMETRO QUADRADO		
3819	DIFUSÃO TÉCNICA DO SETOR MINERAL	350.000,00	193.679,00	EVENTO APOIADO	3	3
				EVENTO		
3824	CONCLUSÃO DO PROJETO DO MEMORIAL DA MINERAÇÃO	150.000,00	0	REFORMA DO MEMORIAL CONCLUÍDA	1	0
				UNIDADE		
0560	APORTE DE CAPITAL - CODEMIG	2.000,00	0			
6828	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA - PROMINAS	2.000,00	0	INVESTIMENTO REALIZADO	1	0
				INVESTIMENTO		
0635	IMPLANTAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS PLANEJADAS	400.000,00	321.369,00			
3291	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE INFRA ESTRUTURA PARA ÁREAS INDUSTRIAIS	400.000,00	321.369,00	PROJETO ELABORADO	5	2
				PROJETO		
05121	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	953.410.000,00	2.602.124.000,00			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	500.000,00	58.000,00			
6004	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - CEMIG	500.000,00	58.000,00			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	6.100.000,00	5.893.000,00			
7865	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - CEMIG	6.100.000,00	5.893.000,00			
0619	APORTE DE CAPITAL - CEMIG	820.410.000,00	2.041.795.000,00			
6479	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	16.410.000,00	2.839.000,00			
6805	DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	804.000.000,00	2.038.956.000,00			
0687	NOVOS INVESTIMENTOS EM USINAS, SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO	126.400.000,00	554.378.000,00			
8002	NOVOS INVESTIMENTOS EM USINAS E LINHAS DE TRANSMISSÃO	126.400.000,00	554.378.000,00	INVESTIMENTO REALIZADO.	1	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>Continua em andamento a construção da Usina de Capim Branco II. Só está concluída o AHE de Capim Branco I, com 240 MW, na região do Triângulo Mineiro. O desvio entre o valor da LOA aprovada e o executado refere-se à compra de parte do Capital da LIGHT S.A, por meio da empresa RME, e também de algumas empresas transmissoras de energia elétrica, o que totaliza nessas aquisições o montante de R\$ 523.903 mil. Os novos investimentos em linhas de transmissão ainda estão em andamento, por isso não está incluído como meta física.</i>			PERCENTUAL		
05131 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	335.280,00	230.052,51			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	335.280,00	230.052,51			
6946 MANUTENÇÃO DA INFRA- ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - INDI	335.280,00	230.052,51	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	45	85
			EQUIPAMENTO		
05201 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.	75.642.062,00	56.213.368,00			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.039.400,00	2.541.409,00			
3003 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - BDMG	7.039.400,00	2.541.409,00			
0606 CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	68.602.662,00	53.671.959,00			
6554 CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	68.602.662,00	53.671.959,00	AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO.	68.601.662	53.671.959
			R\$ (REAIS)		
05251 COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS	259.207.173,00	37.020.208,61			
0219 OFERTA DE GÁS NATURAL	259.207.173,00	37.020.208,61			
3364 DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	259.207.173,00	37.020.208,61	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CONSTRUÍDA	209	22
			QUILÔMETRO		
05391 CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	1.064.370.000,00	1.561.163.000,00			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	721.370.000,00	1.381.664.000,00			
7003 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	23.780.000,00	5.235.000,00			
7005 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	697.590.000,00	1.376.429.000,00			
0019 GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	226.600.000,00	121.409.000,00			
3030 CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	98.700.000,00	81.473.000,00	USINA CONSTRUÍDA	1	1
			USINA		
3032 MANUTENÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	90.800.000,00	38.003.000,00	REFORMA E MELHORIA DE USINA EXECUTADA	4	2
<i>O valor final de 2006 para essa ação foi de R\$ 36.461.000, pois foram efetuados descontos dos adiantamentos contratuais. Foram reformadas 02 usinas: Três Marias e Jaguará.</i>			USINA		
3051 MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	37.100.000,00	1.933.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
			AÇÃO		
0037 TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	116.400.000,00	58.090.000,00			
3061 EXPLORAÇÃO DE SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO	14.400.000,00	3.553.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
			AÇÃO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
6994	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA A TRANSMISSÃO	17.300.000,00	1.266.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
				AÇÃO		
3052	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	84.700.000,00	53.271.000,00	LINHA DE TRANSMISSÃO INSTALADA	162	138
	Obras em andamento. Apenas foi concluída a LT Irapé Montes Claros, com 138,5 km, na região Norte,			QUILÔMETRO		
05401	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	1.836.230.000,00	1.819.663.000,00			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	230.930.000,00	496.863.000,00			
7001	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - CEMIG DISTRIBUIÇÃO	164.130.000,00	459.783.000,00			
7002	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA - CEMIG DISTRIBUIÇÃO	66.800.000,00	37.080.000,00			
0045	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	386.400.000,00	360.807.000,00			
3071	EXPANSÃO DAS LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO URBANO	168.900.000,00	275.597.000,00	CONSUMIDOR ATENDIDO	168.415	151.023
				UNIDADE		
3074	MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO DA DISTRIBUIÇÃO.	127.600.000,00	47.103.000,00	AÇÃO REALIZADA	1	1
				AÇÃO		
3076	EXPANSÃO, REFORMA E MELHORIA DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO	89.900.000,00	38.107.000,00	QUILÔMETRO DE LINHA CONSTRUÍDO	141	61
	Obras concluídas: LT Mariana2, com 5 Km no mês de março e a LT de reforço a região de Araxá, nas cidades de Araxá, Sacramento, Ibiá e Campos Altos com 56 Km em setembro.			QUILÔMETRO		
0268	100% ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - LUZ PARA TODOS	1.136.500.000,00	883.592.000,00			
3517	EXECUÇÃO DO PROGRAMA PARA 100% DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - ÁREA DE CONCESSÃO CEMIG	1.136.500.000,00	883.592.000,00	CONSUMIDOR ATENDIDO	110.715	104.861
				CONSUMIDOR		
0391	ENERGIA ELÉTRICA PARA O NOROESTE MINEIRO	82.400.000,00	78.401.000,00			
3154	EXPANSÃO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO	44.900.000,00	46.632.000,00	MVA INSTALADO	120	120
	O valor final dessa ação está correto, no montante de R\$46.632.000, mas é importante salientar que não conseguimos incluir valores em maio e junho e alterar o do mês de setembro, devido ao acerto dos adiantamentos já efetuados e descontados. Por isso, incluímos somente uma parcela em dezembro, para fecharmos o valor anual.			MEGA VOLT AMPERE		
3436	EXPANSÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO	37.500.000,00	31.769.000,00	REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM MT	600	579
				QUILÔMETRO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01471 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	29.330.999,00	18.853.713,55			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.061.790,00	6.767.147,97			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.487.624,00	3.419.209,83	PESSOA REMUNERADA	124	143
			UNIDADE		
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	56.577,00	66.390,34			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	61.066,00	60.316,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	66	65
			AUXÍLIO		
2430 RACIONALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS	2.750,00	0			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.203.514,00	2.280.419,50			
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.250.259,00	940.812,20			
0080 SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS	7.073.000,00	0			
1388 IMPLANTAR SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO	2.473.000,00	0	SISTEMA DE SANEAMENTO SIMPLIFICADO IMPLANTADO	75	178
			UNIDADE		
<i>A execução da ação utilizou recursos de restos a pagar referentes ao exercício de 2004.</i>					
1567 INSTALAR MÓDULOS SANITÁRIOS EM RESIDÊNCIAS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	1.200.000,00	0	MÓDULO SANITÁRIO INSTALADO	3.000	4.909
			MÓDULO SANITÁRIO		
<i>Execução com recursos de restos a pagar de 2004.</i>					
1574 IMPLANTAR SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES FORA DA CONCESSÃO COPASA	2.400.000,00	0	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO IMPLANTADO	15	3
			UNIDADE		
<i>Foram utilizados recursos de restos a pagar referentes ao exercício de 2004.</i>					
1578 IMPLANTAR, AMPLIAR E MELHORAR SISTEMAS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS NAS ÁREAS URBANAS	700.000,00	0	SISTEMA DE DISPOSIÇÃO E OU TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS IMPLANTADO	14	0
			SISTEMA		
1616 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO	300.000,00	0	SISTEMA DESENVOLVIDO	1	0
			SISTEMA		
0175 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	8.553.426,00	0			
1996 ESTUDO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	8.553.426,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	3	0
			MUNICÍPIO		
0213 LARES GERAES	20.000,00	0			
1644 CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS E PRODUÇÃO DE LOTES URBANIZADOS NA ZONA URBANA	10.000,00	0	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	5.000	153
<i>Obras executadas com recursos de restos a pagar.</i>			UNIDADE HABITACIONAL		
<i>Concluídas reformas de 20 UH em Itacarambi e 10 em Turmalina.</i>					
<i>Concluídas construções e reformas em 123 UH nos municípios situados na área da AMALPA.</i>					

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1647	CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS NA ZONA RURAL	10.000,00	0	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	1.500	0
				UNIDADE HABITACIONAL		
0259	REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO METROPOLITANA.	74.428,00	492.340,52			
1457	PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	68.058,00	492.340,52	PLANO DIRETOR METROPOLITANO ELABORADO	1	0
Foi firmado termo de parceria entre a SEDRU e a OSCIP Instituto Horizonte para o desenvolvimento de estudos que subsidiarão a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento e Gestão.				PLANO DIRETOR		
1589	PLANOS DIRETORES DOS MUNICIPIOS METROPOLITANOS	6.370,00	0	PLANO DIRETOR IMPLANTADO/ SUPERVISIONADO	20	14
Dos Planos Diretores Municipais elaborados, somente 14 foram transformados em Lei pelas Camaras Municipais. Houve realização física sem despesa financeira pois os custos ocorreram por conta dos municípios.				PLANO		
0267	POSTO DE SERVIÇO INTEGRADO URBANO (PSIU)	2.829.207,00	3.032.053,89			
1480	EXPANSÃO DA REDE DE POSTOS DE SERVIÇOS INTEGRADOS URBANOS (PSIU)	273.000,00	0	POSTO PSIU IMPLANTADO.	1	0
				POSTO		
4482	OPERACIONALIZAÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇOS INTEGRADOS URBANOS (PSIU)	2.556.207,00	3.032.053,89	ATENDIMENTO PRESTADO	4.800.000	4.936.454
				ATENDIMENTO		
0276	PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM	4.672.012,00	8.551.692,18			
1507	APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.	4.672.012,00	8.551.692,18	MUNICÍPIO ATENDIDO	2	289
O valor orçamentário proposto inicialmente sofreu um significativo aumento, através de emendas, que não foi acompanhado pelo aumento da meta física, o que explica o elevado percentual de execução física.				MUNICÍPIO		
0289	PROGRAMA DE ORDENAÇÃO TÉCNICA ESTRUTURAL DOS MUNICIPIOS	20.586,00	10.478,99			
1051	FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES MICRORREGIONAIS DE MUNICÍPIOS	5.000,00	0	ASSOCIAÇÃO MICRORREGIONAL ATENDIDA	38	0
				ASSOCIAÇÃO MICRORREGIONAL		
1054	CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS URBANOS	8.000,00	0	ESTUDO DO CENÁRIO URBANO PRODUZIDO	10	0
				ESTUDO ELABORADO		
1583	CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS E ASSOCIAÇÕES MICRORREGIONAIS	7.586,00	10.478,99	SERVIDOR PÚBLICO CAPACITADO	1.000	275
				SERVIDOR PÚBLICO		
0614	AÇÕES EMERGENCIAIS DE SANEAMENTO	2.000,00	0			
1970	POÇOS PROFUNDOS - PERFURAÇÃO, INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1.000,00	0	POÇO PERFURADO INSTALADO ATENDIDO	1	0
				POÇO		
4963	ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR CAMINHÕES-PIPA	1.000,00	0	CAMINHÃO PIPA DISPONIBILIZADO	1	0
				CAMINHÃO		
0669	DESENVOLVIMENTO URBANO	14.550,00	0			
1061	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	4.550,00	0	LOTE REGULARIZADO	2.000	0
				UNIDADE		
1062	APOIO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS	10.000,00	0	AGENTE CAPACITADO	1.500	0
				AGENTE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0673 PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	10.000,00	0			
1063 MOBILIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	10.000,00	0	PROGRAMA APOIADO	5	0
			PROGRAMA		
02381 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS	4.473.779,00	4.712.349,30			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.454.987,00	2.830.028,50			
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	59.571,00	49.567,10			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	26.200,00	16.597,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	19	19
			AUXÍLIO		
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	621.508,00	1.081.521,42			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	10.000,00	6.477,81			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.737.708,00	1.675.864,87	PESSOA REMUNERADA	125	87
			UNIDADE		
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	512.728,00	512.728,00			
7004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	512.728,00	512.728,00			
0027 RADIODIFUSÃO	926.064,00	915.084,01			
4481 MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO DE TV IMPLANTADOS.	926.064,00	915.084,01	MANUTENÇÃO REALIZADA	300	631
			SERVIÇO		
0217 ESTRADA REAL	500.000,00	410.366,95			
1135 IMPLANTAÇÃO DE TELEFONIA RURAL NA ESTRADA REAL	500.000,00	410.366,95	POSTO TELEFÔNICO RURAL INSTALADO	100	75
			POSTO TELEFÔNICO		
0280 TELEFONIA RURAL	80.000,00	44.141,84			
4523 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE TELEFONIA RURAL.	40.000,00	39.577,50	POSTO TELEFÔNICO RURAL INSTALADO	13	2
			POSTO TELEFÔNICO		
4525 MANUTENÇÃO NOS POSTOS TELEFÔNICOS RURAIS INSTALADOS.	40.000,00	4.564,34	MANUTENÇÃO REALIZADA	80	43
			SERVIÇO		
04101 FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO	115.720.969,00	101.407.817,43			
0213 LARES GERAES	113.500.000,00	101.407.817,43			
1113 CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA LARES GERAES - SEGURANÇA	26.000.000,00	2.704.856,19	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	1.000	25
			UNIDADE HABITACIONAL		
1078 PLANO MINEIRO DE HABITAÇÃO POPULAR	87.500.000,00	98.702.961,24	UNIDADE HABITACIONAL FINANCIADA	10.363	10.261

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				UNIDADE HABITACIONAL		
0341	APOIO AOS PROGRAMAS HABITACIONAIS	2.220.969,00	0			
1842	PROJETOS ESPECIAIS E EMERGENCIAIS	2.220.969,00	0	PROJETO EXECUTADO	138	0
O valor orçamentário deste projeto foi transferido para o PLHP, conforme Decreto publicado em 10/05/06.				PROJETO		
04331	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	1.000,00	0			
0556	FUNDO METROPOLITANO	1.000,00	0			
1989	APOIO FINANCEIRO AO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	1.000,00	0	PROJETO APOIADO	1	0
				PROJETO		
05071	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	31.000,00	12.258,00			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30.000,00	12.258,00			
6513	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - COHAB	30.000,00	12.258,00			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7524	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA INTERNA - COHAB	1.000,00	0			
05081	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	922.031.075,00	939.041.622,00			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30.901.000,00	35.320.556,00			
6188	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - COPASA	30.901.000,00	35.320.556,00			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	92.030.075,00	96.163.053,00			
7189	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA - COPASA	22.681.713,00	17.826.198,00			
7341	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - COPASA	69.348.362,00	78.336.855,00			
0080	SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS	799.100.000,00	807.558.013,00			
8108	EXPANSÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	346.300.000,00	389.346.822,00	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ÁGUA ATENDIDA	64.000	108.263
				ECONOMIA RESIDENCIAL		
8159	EXPANSÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	359.500.000,00	350.774.009,00	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ESGOTO ATENDIDA	147.000	58.590
A meta física foi superestimada e deverá ser reavaliada para os próximos exercícios.				ECONOMIA RESIDENCIAL		
8163	IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	93.300.000,00	67.437.182,00	ESGOTO COLETADO TRATADO	43	36
				PERCENTUAL		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01341 COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE	308.011,00	2.171.495,50			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	295.393,00	280.704,05			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	72.000,00	65.230,23			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	6.930,00	4.708,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	5	5
			AUXÍLIO		
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	210.963,00	205.357,81	PESSOA REMUNERADA	10	10
			UNIDADE		
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	5.500,00	5.407,51			
0262 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS POLÍTICAS SETORIAIS BÁSICAS	12.618,00	1.890.791,45			
4180 PUBLICAÇÃO DE BOLETIM INFORMATIVO DE AÇÕES EM PROL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	10.618,00	3.598,00	PUBLICAÇÃO PRODUZIDA	8.000	10.200
			PUBLICAÇÃO		
4466 ORIENTAÇÃO PARA A INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	2.000,00	1.887.193,45	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA	10.000	11.600
			PESSOA		
01481 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES	81.993.595,00	105.383.720,60			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31.712.117,00	36.894.559,99			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	9.962.061,00	12.893.161,12			
2992 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS	130.000,00	978.235,00			
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	220.000,00	196.445,43			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	985.900,00	906.050,12	AUXÍLIO CONCEDIDO	798	798
			AUXÍLIO		
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	35.000,00	4.677,87			
2423 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	20.000,00	19.906,64	SERVIDOR CAPACITADO	150	0
			SERVIDOR		
Meta cancelada.Recurso utilizado para aquisição de material de consumo.					
2742 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	10.000,00	533.815,98			
2751 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER	305.000,00	328.474,12			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2753	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DESPORTOS	1.000,00	0			
2765	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS	10.000,00	1.937,00			
2767	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO	10.000,00	45,00			
2770	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DIFUSOS	1.000,00	0			
2792	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.000,00	20.098,39			
2799	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	130.000,00	18.140,21			
2699	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA	15.000,00	44.973,71			
2702	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL ANTI-DROGAS	20.000,00	0			
2706	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA	5.000,00	0			
2807	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	5.000,00	0			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	19.807.156,00	20.948.599,40	PESSOA REMUNERADA	1.698	1.609
				UNIDADE		
0255	POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	11.055.626,00	14.315.978,48			
4049	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA	20.000,00	0	TRABALHADOR CAPACITADO	400	0
				TRABALHADOR		
4437	INTERMEDIÇÃO DE MÃO- DE- OBRA	3.951.917,00	6.823.923,64	TRABALHADOR INSCRITO	292.487	296.867
				PESSOA		
4461	DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA O TRABALHO	5.000,00	0	TRABALHADOR CAPACITADO	6.000	0
				TRABALHADOR		
4463	PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO	744.924,00	829.600,00	EDIÇÃO PESQUISA PED REALIZADA	12	11
				PESQUISA		
4471	SEGURO-DESEMPREGO	1.225.706,00	308.665,53	TRABALHADOR ATENDIDO	429.660	229.100

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				TRABALHADOR		
4478	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	5.108.079,00	6.353.789,31	TRABALHADOR QUALIFICADO/REQUALIFICADO PESSOA	11.630	21.650
0260	APOIO E ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	12.000,00	0			
4024	APOIO A PROGRAMAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE EM MEIO ABERTO	12.000,00	0	MUNICÍPIO ACOMPANHADO E AVALIADO MUNICÍPIO	19	3
0277	ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS E FAMILIARES DE CRIMES VIOLENTOS.	1.161.575,00	2.856.126,81			
4153	ABRIGAMENTO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOÊNCIA	100.000,00	100.000,00	PESSOA ATENDIDA	100	51
				PESSOA		
4502	PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS - PROVITA	645.751,00	716.126,81	PROVITA/ PESSOA ASSISTIDA	54	54
				PESSOA		
4505	ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS	405.824,00	510.000,00	CASO NOVO INCLUÍDO	5	227
				CASO		
4515	INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURA	10.000,00	1.530.000,00	PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURAS DEFERIDO PEDIDO	1	50
0282	INCENTIVO AO DESPORTO	9.777.000,00	12.109.233,57			
4051	JOGOS ESCOLARES DE MINAS GERAIS	600.000,00	629.313,72	ATLETA PARTICIPANTE	60.000	75.835
				ATLETA		
4519	JOGOS DO INTERIOR DE MINAS (JIMI)	1.130.000,00	894.366,23	ATLETA PARTICIPANTE	15.000	20.518
				ATLETA		
4527	PROMOÇÃO DO DESPORTO	1.861.000,00	3.925.565,98	DESPORTISTA AMADOR PARTICIPANTE	1.000	2.860
				DESPORTISTA		
4535	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES E PREFEITURAS	6.186.000,00	6.659.987,64	ENTIDADE APOIADA	150	266
				ENTIDADE		
0286	INTEGRAÇÃO SOCIAL PELO ESPORTE	2.070.000,00	1.449.017,38			
4545	PROGRAMA DE LAZER	335.000,00	168.753,91	EVENTO REALIZADO	50	96
				EVENTO		
4552	PINTANDO A LIBERDADE	1.735.000,00	1.280.263,47	MATERIAL ESPORTIVO CONFECCIONADO	90.000	69.255
				MATERIAL		
0305	DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E INCREMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	8.692.000,00	8.171.273,76			
4854	POLÍTICA DE APOIO AO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	8.692.000,00	8.171.273,76	ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA APOIADA	30	420
				ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA		
0622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	6.087.277,00	8.173.184,74			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE		FINANCEIRO		FÍSICO		
PROGRAMA AÇÃO		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1576	IMPLANTAÇÃO DO SIST. DE INFORM. PARA A INFÂNCIA E A ADOLESC. SIPIA NOS CONS. TUTELARES DOS MUNICÍPIOS-GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSIST. SOCIAL	192.000,00	376.112,36	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ADOLESCENTE IMPLANTADO/MONITORADO	100	166
				SISTEMA		
4200	COMBATE À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	545.000,00	433.195,57	ATENDIMENTO AO CIDADÃO REALIZADO	30.000	311.290
				PESSOA		
4248	INSERÇÃO PRODUTIVA DE FAMÍLIA VULNERABILIZADAS	100.000,00	0	FAMÍLIA INSERIDA	100	0
				FAMÍLIA		
4352	APOIO À ESTRUTURAÇÃO DA REDE COMPLEMENTAR DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUÍMICO - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.	350.000,00	1.835.473,83	PESSOA ATENDIDA	2.500	4.148
				PESSOA		
4514	ATENDIMENTO AO MIGRANTE - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	70.000,00	38.504,18	MIGRANTE ATENDIDO	1.700	443
				PESSOA		
4516	CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO AO MENOR - CIAME - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	135.850,00	107.299,05	PESSOA ATENDIDA	1.050	1.473
				PESSOA		
4715	ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.324.427,00	3.634.671,52	CRIANÇA / ADOLESCENTE / PESSOA COM DEFICIÊNCIA ABRIGADA	643	642
	Houve um desembolso financeiro maior no último trimestre devido a novos convênios de casas lares para receber os abrigados do Centro Pro-Vida tendo em vista sua desativação conforme Decreto 44.327/06			PESSOA		
4728	APOIO AS DIRETORIAS REGIONAIS SEDESE NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SUAS	1.170.000,00	1.547.928,23	DIRETORIA REGIONAL APOIADA	17	14
				DIRETORIA REGIONAL DA SEDESE		
4942	FAMÍLIA ACOLHEDORA - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	200.000,00	200.000,00	MUNICÍPIO ATENDIDO	1	4
				MUNICÍPIO		
0630	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	180.000,00	159.999,68			
4155	MEMORIAL DOS DIREITOS HUMANOS	50.000,00	50.000,00	MEMORIAL DE DIREITOS HUMANOS INSTALADO	1	0
	Recurso utilizado para contratação de serviços da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep / Universidade Federal do Estado de Minas Gerais UFMG, visando à pesquisa de documentos, recuperação de arquivos e digitação de dados.			MEMORIAL		
4193	PROJETO VOTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, SOCIAL E HUMANO	20.000,00	0	JOVEM ATENDIDO	15.000	3.484
	Meta física realizada através de parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar- MG).			PESSOA		
4233	ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS	110.000,00	109.999,68	MUNICÍPIO COM ESCRITÓRIO INSTALADO	1	1
				MUNICÍPIO		
0643	PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO	3.460.000,00	3.108.442,24			
1590	CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO PARA O PROGRAMA 1º EMPREGO	700.000,00	591.724,83	PROFISSIONAL TREINADO E CAPACITADO	700	932
				PROFISSIONAL		
1598	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS PÚBLICOS DE PROMOÇÃO DO TRABALHO	2.000.000,00	2.016.171,36	CENTRO PÚBLICO DE PROMOÇÃO AO TRABALHO IMPLANTADO	5	7

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				UNIDADE		
1603	INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA O TRABALHO	200.000,00	73.445,98	TRABALHADOR CAPACITADO	6.000	6.034
				TRABALHADOR		
1610	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O 1º EMPREGO	160.000,00	123.877,10	PROFISSIONAL QUALIFICADO	5.000	5.080
Ação executada em parceria com prefeituras municipais que disponibilizam recursos como contrapartida.				PROFISSIONAL		
4189	INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	400.000,00	303.222,97	ESTÁGIO REALIZADO	500	176
Não foram contratados mais estagiários devido a divergências entre a lei que regulamenta o Programa Primeiro Emprego e as normas da Delegacia Regional do Trabalho.				ESTÁGIO		
0655	REDE DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUÍMICO	540.000,00	530.000,00			
4258	APOIO ÀS ENTIDADES FILANTRÓPICAS DE ATENDIMENTO, ASSISTÊNCIA E REINserÇÃO SOCIAL DOS DEPENDENTES QUÍMICOS	540.000,00	530.000,00	ENTIDADE ATENDIDA	20	33
				ENTIDADE		
0676	MINAS OLÍMPICA	112.000,00	2.590.114,77			
4182	QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE PÚBLICA	50.000,00	275.154,90	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE ESCOLA PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL QUALIFICADO PROFESSOR	440	432
4183	INSTALAÇÕES ESPORTIVAS	31.000,00	2.314.959,87	PROJETO DE OBRAS APOIADO	1	56
				PROJETO		
4187	KIT'S DE AVALIAÇÃO FÍSICA E DE EQUIPAMENTOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	31.000,00	0	KIT DE AVALIAÇÃO FÍSICA E DE APOIO ADMINISTRATIVO ADQUIRIDO KIT	184	240
Não houve liberação de recursos financeiros para execução da ação no corrente exercício. A meta física foi realizada com recursos empenhados no ano anterior.						
0685	PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RESGATE DA CIDADANIA	1.000,00	0			
4236	CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DO IDOSO, DA MULHER E DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1.000,00	0	CAMPANHA REALIZADA	3	0
				CAMPANHA		
0689	MINAS ESPORTE	7.133.000,00	15.025.789,18			
1136	ESTUDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO OLÍMPICO E DE FORMAÇÃO ESPORTIVA DO HORTO, EM BELO HORIZONTE	50.000,00	0	ESTUDO REALIZADO	1	0
				ESTUDO		
4072	CAMPOS DE LUZ	20.000,00	9.000.000,00	CAMPO DE FUTEBOL REVITALIZADO	300	301
				CAMPO DE FUTEBOL		
4260	APOIO AO ESPORTE OLÍMPICO E PARA-OLÍMPICO	500.000,00	514.750,00	ATLETA APOIADO	500	1.080
				ATLETA		
4487	CURUMIM - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	670.000,00	756.206,75	CRIANÇA/ADOLESCENTE DO PROGRAMA CURUMIM ATENDIDA CRIANÇA / ADOLESCENTE	4.500	4.379
4628	PROGRAMA SEGUNDO TEMPO - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	5.893.000,00	4.754.832,43	CRIANÇA/ADOLESCENTE EM MEIO ABERTO ATENDIDA CRIANÇA / ADOLESCENTE	45.000	277.770

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
02231	ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	5.283.687,00	6.801.149,68			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.953.297,00	2.047.377,48			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	69.100,00	55.187,78	AUXÍLIO CONCEDIDO	65	69
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	915.413,00	1.082.938,64			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	12.000,00	9.856,02			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	90.852,00	24.391,43			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	865.932,00	875.003,61	PESSOA REMUNERADA	71	69
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	17.203,00	361.148,29			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	17.203,00	361.148,29			
0329	ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS	3.313.187,00	4.392.623,91			
4773	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MINEIRINHO	877.000,00	762.952,43	ESTÁDIO CONSERVADO E MANTIDO	1	1
				ESTÁDIO		
4785	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MINEIRÃO	1.905.178,00	3.105.269,18	ESTÁDIO CONSERVADO E MANTIDO	1	1
				ESTÁDIO		
4795	PROMOÇÕES E EVENTOS	531.009,00	524.402,30	EVENTO REALIZADO	254	254
				EVENTO		
02281	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS	4.937.705,00	4.846.052,19			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.954.259,00	4.402.875,08			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	970.352,00	1.206.730,25	PESSOA REMUNERADA	201	77
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.857.353,00	3.131.748,53			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	86.554,00	33.461,91	AUXÍLIO CONCEDIDO	201	55
				AUXÍLIO		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	40.000,00	30.934,39			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	660,24			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	660,24			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0237	HABILITAÇÃO DE PROFESSORES, EM NÍVEL SUPERIOR, PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	10.000,00	64.232,00			
4400	HABILITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	10.000,00	64.232,00	PROFESSOR HABILITADO	200	47
				PROFESSOR		
0337	TRABALHO E DIGNIDADE SOCIAL PARA TODOS	240.996,00	178.840,33			
4788	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	240.996,00	178.840,33	ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO REALIZADA	650	646
				PROFISSIONAL		
0393	CURSOS TÉCNICOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	392.234,00	178.644,54			
4118	FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL	392.234,00	178.644,54	ALUNO FORMADO	240	352
				ALUNO		
0678	PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU	339.216,00	20.800,00			
4214	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU	264.216,00	19.200,00	PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO FORMADO	75	0
				PROFISSIONAL		
	Meta não realizada tendo em vista o não preenchimento de vagas para os cursos previstos no edital.					
4215	DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.	75.000,00	1.600,00	ARTIGO E REVISTA PUBLICADO	17	1
				UNIDADE		
04091	FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	2.592.000,00	3.627.852,71			
0622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	2.592.000,00	3.627.852,71			
4951	QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A GEST. E CONTR. DA POLÍTICA DE ATEND. AOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESC-GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSIST. SOCIAL	500.000,00	0	PESSOA CAPACITADA	800	0
				PESSOA		
4630	APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NAS POLÍTICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE-GEST. DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.092.000,00	3.627.852,71	MUNICÍPIO APOIADO	70	32
				MUNICÍPIO		
04251	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.344.266,00	13.358.549,71			
0260	APOIO E ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	662.770,00	115.413,97			
4344	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES - ABRIGO	662.770,00	115.413,97	CRIANÇA / ADOLESCENTE / DEFICIENTE ABRIGADO	364	364
				CRIANÇA / ADOLESCENTE / DEFICIENTE		
0622	INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	14.681.496,00	13.243.135,74			
4249	UNIDADE DE REFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	200.000,00	1.659.165,00	UNIDADE DE REFERÊNCIA INSTALADA	2	28
				UNIDADE DE REFERÊNCIA		
1990	IMPLANTAÇÃO DE SIST. DE INFORMAÇÃO, MONIT. E AVAL.DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSIST. SOCIAL	420.380,00	1.255.825,22	SISTEMA IMPLANTADO.	1	1
				Sistema Módulo		
4633	DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	280.000,00	265.687,00	MUNICÍPIO ASSESSORADO	853	853
				MUNICÍPIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4640	ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.282.438,00	3.135.324,08	ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	10.221	20.514
				ATENDIMENTO		
4775	QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO E CONTROLE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	200.000,00	174.300,58	PESSOA CAPACITADA	686	1.224
				PESSOA		
4875	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	140.000,00	139.999,86	MUNICÍPIO BENEFICIADO	10	27
				MUNICÍPIO		
4521	REVISÃO E AVALIAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)- GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	879.620,00	255.666,73	BENEFÍCIO REVISADO	43.981	34.438
				BENEFÍCIO		
4543	ATENDIMENTO SOCIAL AO IDOSO - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL	465.454,00	559.053,41	IDOSO ATENDIDO	456	130
				PESSOA		
4575	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL / PETI - BOLSA - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	555.480,00	67.410,20	CRIANÇA/ADOLESCENTE PROTEGIDO	1.753	96
				CRIANÇA/ADOLESCENTE		
4605	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL / PETI - JORNADA AMPLIADA- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	444.384,00	80.580,00	CRIANÇA/ADOLESCENTE PROTEGIDA	1.752	343
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		
4357	ATENDIMENTO AO MIGRANTE E À POPULAÇÃO DE RUA - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	883.362,00	1.015.027,30	PESSOA ATENDIDA	4.350	3.737
				PESSOA		
4359	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	3.916.493,00	3.605.968,46	CENTRO IMPLANTADO	22	179
				CENTRO		
4365	AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	595.920,00	148.785,64	ADOLESCENTE QUALIFICADO	400	150
				ADOLESCENTE		
4462	ATENDIMENTO À CRIANÇA - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2.417.965,00	880.342,26	CRIANÇA EM MEIO ABERTO ATENDIDA	9.215	3.714
				CRIANÇA		
04321	FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES	600.000,00	93.311,65			
0655	REDE DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUÍMICO	600.000,00	93.311,65			
2027	APOIO AS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DOS ENTORPECENTES	210.700,00	0			
4031	QUALIFICAÇÃO PARA CONSELHEIROS MUNICIPAIS ANTIDROGAS E PROFISSIONAIS AFINS.	50.000,00	0	PROFISSIONAL QUALIFICADO	150	0
				PROFISSIONAL		
4032	FORMAÇÃO DE AGENTE MULTIPLICADOR DE ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO E FAMILIARES.	64.300,00	0	PROFISSIONAL QUALIFICADO	250	0
				PROFISSIONAL		
4034	LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DO USO INDEVIDO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	40.000,00	0	PESQUISA REALIZADA	1	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PESQUISA		
4040	MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA PARA AÇÕES ANTIDROGAS	140.000,00	93.311,65	MUNICÍPIO ENVOLVIDO	100	5
				MUNICÍPIO		
4041	MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES ANTIDROGAS	25.000,00	0	MUNICÍPIO ENVOLVIDO	100	0
				MUNICÍPIO		
4043	CONCURSO DE FRASES, DESENHOS E PROJETOS 'VIVA FELIZ SEM DROGAS'	70.000,00	0	ESCOLA PARTICIPANTE	19.000	1.292
	<i>Ação executada com recursos financeiros da ação 4352-Apoio à Estruturação da Rede Complementar de Suporte ao Dependente Químico - Proteção Social Básica.</i>			ESCOLA		
04401	FUNDO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0			
0630	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0			
4914	APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0			
04421	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	1.000,00	0			
0630	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000,00	0			
4917	APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	1.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01261 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	3.162.011.411,00	3.490.060.090,14			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	358.740.932,00	303.629.740,64			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	148.368.162,00	162.006.789,09			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	4.809.820,00	3.500.463,63			
2090 ADMINISTRAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL	9.741.700,00	6.781.803,27			
2182 MANUTENÇÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO	193.268.025,00	129.655.949,07			
2183 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FUNDEF	15.000,00	0			
2187 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	2.538.225,00	1.684.735,58			
0116 MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.084.324.611,00	2.166.418.734,49			
1156 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL	28.490.000,00	45.426.190,80	PRÉDIO BENEFICIADO	103	33
			PRÉDIO		
2443 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DO EDUCADOR	5.792.683,00	2.923.817,10	PROFISSIONAL BENEFICIADO	146.300	88.841
			PROFISSIONAL		
2447 PADRÕES DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL	142.663.663,00	164.554.529,81	ESCOLA BENEFICIADA	3.646	3.646
			ESCOLA		
4210 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.489.242.109,00	1.521.472.796,74	ALUNO ATENDIDO	1.728.738	1.695.968
			ALUNO		
2748 APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL	418.136.156,00	432.041.400,04	PROFISSIONAL BENEFICIADO	53.549	50.779
			PROFISSIONAL		
0177 ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL	925.111,00	473.666,65			
4956 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL	925.111,00	473.666,65	ALUNO ATENDIDO	4.857	0
As atividades previstas foram redefinidas para o exercício de 2007. O recurso financeiro realizado foi utilizado para pagamento de pessoal.			ALUNO		
0179 ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO INFANTIL	18.750.250,00	17.165.520,31			
4736 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	18.750.250,00	17.165.520,31	ESCOLA BENEFICIADA	117	67
			ESCOLA		
0180 ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	45.342.778,00	49.654.708,05			
4351 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL	26.052.500,00	6.276.615,03	PESSOA REMUNERADA	142.023	832
Meta física programada superestimada para o exercício.			UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4831	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	19.290.278,00	43.378.093,02	JOVEM E ADULTO ATENDIDO	240.716	179.418
				JOVEM E ADULTO		
0181	ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	96.166.570,00	95.469.737,28			
4269	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	45.618.570,00	29.339.849,03	ESCOLA PREPARADA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	680	1.000
				ESCOLA		
4907	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - ENSINO FUNDAMENTAL	50.548.000,00	66.129.888,25	PESSOA REMUNERADA	4.877	5.293
				UNIDADE		
0269	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	60.000.000,00	81.923.750,91			
2483	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	60.000.000,00	81.923.750,91	ALUNO BENEFICIADO COM MERENDA ESCOLAR	1.728.738	1.710.000
				ALUNO		
0281	COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO	44.349.000,00	103.763.498,52			
2092	TRANSPORTE ESCOLAR	41.420.000,00	95.434.421,65	ALUNO BENEFICIADO	200.000	113.749
				ALUNO		
4522	ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS	2.909.000,00	8.329.076,87	MUNICÍPIO BENEFICIADO	100	35
				MUNICÍPIO		
4913	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	0	PROFESSOR CAPACITADO	333	0
				PROFESSOR		
0310	UNIVERSALIZAÇÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	59.016.000,00	56.772.190,52			
1334	EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO	37.293.460,00	39.702.666,31	ALUNO ATENDIDO	900.000	900.000
				ALUNO		
1674	ESCOLAS REFERÊNCIA DO ENSINO MÉDIO	6.674.000,00	6.273.385,73	ESCOLA IDENTIFICADA COMO REFERÊNCIA	406	406
				ESCOLA DE ENSINO MÉDIO		
1677	ESCOLA VIVA, COMUNIDADE ATIVA NO ENSINO MÉDIO	9.248.000,00	7.781.347,84	ESCOLA PREPARADA PARA ATUAR EM ÁREA DE RISCO	92	92
				ESCOLA		
1680	ESCOLAS EM REDE NO ENSINO MÉDIO	5.780.540,00	3.014.790,64	ESCOLA ASSISTIDA	1.200	0
				ESCOLA		
2915	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO MÉDIO	20.000,00	0	MERENDA DISTRIBUÍDA	640	0
				MERENDA		
0328	MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	76.434.954,00	99.628.690,76			
1539	ESCOLA REFERÊNCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	12.720.000,00	22.436.583,20	ESCOLA IDENTIFICADA COMO REFERÊNCIA	195	195
				ESCOLA		
1763	ESCOLA VIVA COMUNIDADE ATIVA	13.771.757,00	33.141.322,26	ESCOLA PREPARADA PARA ATUAR EM ÁREA DE RISCO	153	153
				ESCOLA		
1791	ESCOLAS EM REDE NO ENSINO FUNDAMENTAL	17.600.000,00	10.258.752,59	ESCOLA ASSISTIDA	1.200	2.410
				ESCOLA		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2136	AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	32.343.197,00	33.792.032,71	ESCOLA BENEFICIADA	3.646	3.594
				ESCOLA		
0353	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	3.400.000,00	2.115.456,18			
2859	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	3.400.000,00	2.115.456,18	ESCOLA AVALIADA	3.646	3.646
				ESCOLA		
0634	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	1.070.000,00	504.550,00			
4261	ATENDIMENTO À ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	1.070.000,00	504.550,00	ESCOLA BENEFICIADA	9	9
				ESCOLA		
0638	MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	313.491.205,00	512.539.845,83			
2369	APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO MÉDIO	31.457.698,00	26.616.649,52	PROFISSIONAL BENEFICIADO	2.883	3.035
				PROFISSIONAL		
2431	PADRÕES DE FUNCIONAMENTO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	4.884.376,00	4.475.173,02	ESCOLA DE ENSINO MÉDIO BENEFICIADA	1.808	1.720
				ESCOLA		
4392	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	277.149.131,00	481.448.023,29	ESCOLA DO ENSINO MÉDIO ATENDIDA	1.808	1.808
				ESCOLA DE ENSINO MÉDIO		
02151	FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	3.202.420,00	3.924.101,04			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.085.656,00	1.726.603,79			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	16.000,00	10.977,38			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	180.384,00	168.778,44	AUXÍLIO CONCEDIDO	201	65
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	93.478,00	481.259,33			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	795.794,00	1.065.588,64	PESSOA REMUNERADA	274	321
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0151	MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECA COMUNITÁRIA	8.000,00	8.000,00			
4025	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA	8.000,00	8.000,00	CLIENTE ATENDIDO	4.000	2.891
				CLIENTE		
0152	CRESCER PARA A VIDA E PARA O TRABALHO.	20.000,00	18.271,97			
4315	OFICINAS PEDAGÓGICAS	10.000,00	8.532,51	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO NAS OFICINAS PEDAGÓGICAS	700	597
				CRIANÇA / ADOLESCENTE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : EDUCAÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4321	ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO	10.000,00	9.739,46	CRIANÇA ADOLESCENTE ATENDIDO NAS CLÍNICAS PSICOPEDAGÓGICAS CRIANÇA / ADOLESCENTE	350	785
0366	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - ESCOLA SANDOVAL SOARES DE AZEVEDO	885.239,00	948.821,64	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO ALUNO	1.120	936
4928	ENSINO MÉDIO	885.239,00	948.821,64			
0367	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA SANDOVAL SOARES DE AZEVEDO	1.202.525,00	1.222.403,64	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO ALUNO	1.410	1.459
4936	ENSINO FUNDAMENTAL	1.202.525,00	1.222.403,64			
02161	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS	2.718.781,00	2.928.221,69			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.422.563,00	1.435.762,38			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	6.000,00	5.913,35			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	219.840,00	219.824,67			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	33.788,00	30.347,00	AUXÍLIO CONCEDIDO AUXÍLIO	35	31
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.162.935,00	1.179.677,36	PESSOA REMUNERADA UNIDADE	93	91
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	171.585,12			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	171.585,12			
0032	CAIO MARTINS PRÓ-CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.295.218,00	1.320.874,19	ALUNO QUALIFICADO ALUNO	1.350	1.392
4042	ACOLHIMENTO E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E PARCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES.	1.295.218,00	1.320.874,19			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01191	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	525.457.082,00	476.030.751,00			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	468.156.296,00	419.816.521,85			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	10.555.000,00	8.543.435,08			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	799.800,00	305.363,22	AUXÍLIO CONCEDIDO	370	370
				AUXÍLIO		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	1.440.000,00	1.321.034,75			
2423	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.081.466,00	1.195.099,47	SERVIDOR CAPACITADO	1.100	7.762
				SERVIDOR		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.071.160,00	13.955.216,23			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	434.208.870,00	394.496.373,10	PESSOA REMUNERADA	4.700	4.700
				UNIDADE		
0210	MODERNIZAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL	30.756.586,00	31.263.451,34			
1118	EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SIAFI	500.000,00	0	LICENÇA DE SOFTWARE ADQUIRIDA	1	0
				UNIDADE		
1119	INFORMAÇÕES COM QUALIDADE PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA	500.000,00	250.000,00	SISTEMA CONCEBIDO, IMPLANTADO E MANTIDO	1	1
	<i>A solução de informática (DW) adotada para o desenvolvimento do sistema SIG/STE, possibilitou implementá-lo com custo menor.</i>			SISTEMA		
1120	REDUZIR CUSTOS PARA FAZER MAIS	1.000.000,00	194.353,26	SISTEMA CONCEBIDO, IMPLANTADO E MANTIDO	1	0
	<i>Desenvolvimento do Sistema SIAC/STE, com previsão de cumprimento da meta física para agosto de 2007.</i>			SISTEMA		
1121	REORGANIZAR PROCESSOS PARA ATINGIR RESULTADOS	500.000,00	0	PROCESSO OTIMIZADO E MODERNIZADO	20	1
				UNIDADE		
1122	SIAFI - CIDADÃO	700.000,00	0	SISTEMA CONCEBIDO, IMPLANTADO E MANTIDO	1	0
				SISTEMA		
1123	UM COMPUTADOR PARA CADA TÉCNICO	960.000,00	957.350,16	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA ADQUIRIDO	120	90
				EQUIPAMENTO		
1124	VALORIZAR O SERVIDOR PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA	340.000,00	0	PLANO DE CARREIRA REESTRUTURADO	1	0
				PLANO		
1125	APRENDENDO PARA GERIR MELHOR	500.000,00	337.411,39	SERVIDOR CAPACITADO	320	367
				SERVIDOR		
1328	COMPUTADOR - FERRAMENTA PARA UM CONTROLE FISCAL EFETIVO	7.806.586,00	15.931.441,28	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	500	3.655

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
De acordo com o Anexo IV da lei 15.974/06, de 12/01/06, esta ação passa a vigorar com as seguintes alterações: "Meta física: 1.500,0". Os preços conseguidos nos processos de licitação/pregão possibilitaram a aquisição de mais equipamentos. Foram adquiridos 2.647 microcomputadores e houve também diversificação de equipamentos anteriormente previstos. Além do índice de 11,72% de realização financeira, até 28/12/2006 foram empenhados e ainda não liquidados mais 77,00% da meta financeira prevista.				EQUIPAMENTO		
1333	FROTA EM DIA - SUPORTE ESSENCIAL À AÇÃO FISCAL	4.300.000,00	3.857.815,28	VEÍCULO EM CONDIÇÃO DE USO DISPONIBILIZADO	600	630
				VEÍCULO		
1864	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA RECEITA	550.000,00	3.530.178,87	MANUTENÇÃO EFETUADA	35	35
				UNIDADE		
1892	EDUCAÇÃO FISCAL - UM PRESSUPOSTO PARA A CIDADANIA	600.000,00	610.276,32	EVENTO REALIZADO	2.000	2.603
				EVENTO		
1986	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EM BUSCA DA EXCELÊNCIA FISCAL	9.000.000,00	1.976.700,00	SISTEMA IMPLANTADO	4	1
Ação correspondente ao desenvolvimento de quatro sistemas, sendo um já implantado e três em desenvolvimento.				SISTEMA		
2960	AMPLIANDO A MOBILIDADE FISCAL	1.500.000,00	1.232.755,28	DESLOCAMENTO REALIZADO	5.000	12.699
Para estabelecimento da meta física inicial, foi feita estimativa de 03 diárias para cada deslocamento. Ao fazer o acompanhamento da execução da ação, verificou-se que, para alguns deslocamentos, o número de diárias foi menor que o previsto. A meta física será ajustada em 2007.				DESLOCAMENTO		
4323	APRENDER PARA FAZER MELHOR	2.000.000,00	2.385.169,50	SERVIDOR CAPACITADO.	262.500	193.973
Meta revista em função da avaliação das necessidades de capacitação formuladas pela Subsecretaria da Receita Estadual e pela Subsecretaria do Tesouro Estadual, a partir da definição dos indicadores de resultados definidos na I Reunião de Revisão do Planejamento Estratégico, realizada em 02/12/05, e constantes do Acordo de Resultados celebrado entre SEF/IMG e o Governo de Minas.				HORA TREINAMENTO		
0326	GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E DE TRIBUTAÇÃO ESTADUAL	26.510.200,00	24.927.981,70	GERENCIAMENTO DA FISCALIZAÇÃO, ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO MANTIDO SERVIÇO	0	0
4755	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SEF	26.510.200,00	24.927.981,70			
0335	GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES CONTÁBEIS RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA , FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO	14.000,00	10.059,22	SISTEMA DE REGISTROS CONTÁBEIS IMPLANTADO NO SIAFI SISTEMA	0	0
2779	EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES CONTÁBEIS RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO	14.000,00	10.059,22			
0346	GERENCIAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO, DOS GASTOS PÚBLICOS E DA DÍVIDA ESTADUAL	20.000,00	12.736,89	AÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA	0	0
2811	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO	20.000,00	12.736,89			
				AÇÃO		
01911 EGE SEC.FAZENDA-ENCARGOS DIVERSOS		7.331.173.045,00	7.750.227.194,25			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		24.765.963,00	31.799.414,15			
2350	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.000,00	0			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2053	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1.000,00	0			
2445	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	1.000,00	0			
2733	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-SETOR SAÚDE	1.764.400,00	2.404.400,00			
2825	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-SETOR EDUCAÇÃO	1.808.600,00	2.736.600,00			
2871	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - SIAFI	11.772.047,00	10.543.824,65			
2893	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-FAPEMIG	50.000,00	300.000,00			
2924	PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-DEMAIS UNIDADES DO PODER EXECUTIVO	9.367.916,00	15.814.589,50			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	7.306.407.082,00	7.718.427.780,10			
7886	GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA INTERNA	2.073.709.730,00	2.196.337.959,78			
7896	GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA EXTERNA	227.620.151,00	156.202.848,05			
7786	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA CENTRAL	38.916.000,00	28.755.515,92			
7798	PARTICIPAÇÃO NO AUMENTO DO CAPITAL DE EMPRESAS FINANCEIRAS E COMERCIAIS	1.000,00	0			
7844	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4.827.267.887,00	5.081.936.788,80			
7846	ENCARGOS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DA MINASCAIXA, DECRETO N° 39.835, DE 25/08/98	7.859.790,00	12.439.146,06			
7862	TRANSFERÊNCIAS AO FUNSET	2.921.349,00	2.818.091,44			
7658	ENCARGOS DEVIDOS AOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	2.000,00	62.929.706,55			
7663	CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE PASEP	128.105.175,00	177.007.723,50			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
7620	ENCARGOS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DE FUNDOS ESTADUAIS	4.000,00	0			
01915 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO A EMPRESAS		68.612.662,00	51.659.331,12			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	68.612.662,00	51.659.331,12			
7541	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMIG	2.000,00	0			
7700	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A - MGI	1.000,00	0			
7707	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A - MGS	1.000,00	0			
7716	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS S/A - DIMINAS	1.000,00	0			
7723	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE	1.000,00	0			
7734	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COHAB	1.000,00	0			
7737	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	1.000,00	0			
7752	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MG - BDMG	68.602.662,00	51.659.331,12			
7758	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMPANHIA ENEGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	1.000,00	0			
7759	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA TRANSPORTES METROPOLITANOS DE BELO HORIZONTE S.A.	1.000,00	0			
05181	DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS SA	1.000,00	0			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.000,00	0			
6588	COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR OS SERVIÇOS - DIMINAS	1.000,00	0			
05191 MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.		51.000,00	557.994,00			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	50.000,00	158.927,00			
6595	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - MGI	50.000,00	158.927,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : FAZENDA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<i>Na Assembleia Geral Extraordinária da GASMIG, realizada em 27/12/2006, ficou deliberado que a MGI - Minas Gerais Participações S.A., integralizou aumento de capital, mediante a capitalização do crédito perante a GASMIG, correspondente ao dividendo e juros sobre o capital próprio a que tem direito, relativo ao exercício de 2005, no valor total de R\$537.402,58 (quinhentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e oito centavos).</i>					
0608 APORTE DE CAPITAL - MGI	1.000,00	399.067,00			
8601 PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA - MGI	1.000,00	399.067,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01071	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	12.152.934,00	14.014.508,72			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.572.114,00	5.544.562,01			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	107.405,00	96.769,90			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	36.758,00	25.709,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	29	27
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.071.651,00	3.938.518,32	PESSOA REMUNERADA	65	64
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.356.300,00	1.483.564,49	UNIDADE		
0057	SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA	4.480.820,00	4.883.202,66			
4125	PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL A AUTORIDADES E SEGURANÇA FÍSICA DOS PALÁCIOS	4.480.820,00	4.883.202,66			
0064	AÇÕES DE DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS	3.100.000,00	3.586.744,05			
4211	ASSISTÊNCIA A MUNICÍPIOS EM CALAMIDADE OU EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	3.100.000,00	3.586.744,05	MUNICÍPIO ASSISTIDO	390	253
01081	ADVOCACIA GERAL DO ESTADO	78.003.836,00	101.081.611,86			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29.932.585,00	35.471.913,33			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	16.000,00	6.163,37			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	71.010,00	77.844,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	50	114
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.040.015,00	889.621,07	AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	28.805.560,00	34.498.284,79	PESSOA REMUNERADA	398	461
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	40.841.963,00	55.355.702,00	UNIDADE		
7803	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	40.841.963,00	55.355.702,00			
0320	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E ACESSORAMENTO JURÍDICO AO ESTADO	7.226.488,00	10.252.596,53			
4017	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, COBRANÇAS DA DÍVIDA ATIVA E ACESSORAMENTO JURÍDICO AO ESTADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E NO INTERIOR	7.226.488,00	10.252.596,53	ATENDIMENTO JURÍDICO PRESTADO	452.798	118.012
0325	REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO E JULGAMENTOS ADMINISTRATIVOS	2.800,00	1.400,00	ATENDIMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4750	DECISÕES SOBRE RECLAMAÇÕES EFETUADAS POR SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS	2.800,00	1.400,00	PROCESSO/RECURSO JULGADO	2.000	3.880
				PROCESSO		
01101	OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.984.185,00	3.913.249,66			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.365.713,00	3.678.917,57			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	970.500,00	1.912.294,59			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	11.300,00	3.756,03			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	370.113,00	1.760.917,45	PESSOA REMUNERADA	50	44
				UNIDADE		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	13.800,00	1.949,50	AUXÍLIO CONCEDIDO	2	2
				AUXÍLIO		
0194	PROGRAMA DOS DIREITOS DO CIDADÃO	1.618.472,00	234.332,09			
4285	OPERACIONALIZAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	1.618.472,00	234.332,09	DEMANDA DA SOCIEDADE ATENDIDA	1.070	1.283
				DEMANDA		
01521	AUDITORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.925.266,00	4.699.341,63			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.753.656,00	4.536.696,39			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	645.291,00	1.100.887,44			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	356.653,00	314.022,02			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	32.330,00	15.454,57			
2423	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	89.040,00	373.873,01	SERVIDOR CAPACITADO	100	269
				SERVIDOR		
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	13.800,00	2.454,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	20	2
				AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.616.542,00	2.730.005,05	PESSOA REMUNERADA	93	74
				UNIDADE		
0605	CONTROLE INTERNO	102.710,00	154.492,15			
1608	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS E MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO	29.000,00	6.771,85	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO ELABORADO E ACOMPANHADO PROJETO	10	14
4551	GERENCIAMENTO DO SUBSISTEMA DE AUDITORIA OPERACIONAL	42.400,00	5.947,05	TRABALHO DE AUDITORIA COORDENADO	1.550	4.432

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				TRABALHO		
4570	GERENCIAMENTO DA AUDITORIA DE GESTÃO	31.310,00	141.773,25	RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO	31	21
				RELATÓRIO		
0607	CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	68.900,00	8.153,09			
4572	GERENCIAMENTO DO SUBSISTEMA DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	68.900,00	8.153,09	PROCESSO ADMINISTRATIVO ACOMPANHADO PROCESSO	880	627
02011	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	457.244.034,00	478.188.345,90			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	122.137.021,00	134.256.447,08			
2423	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	200.000,00	174.969,75	SERVIDOR CAPACITADO	220	320
				SERVIDOR		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	7.719.750,00	14.757.336,59			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.980.000,00	6.722.739,95			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	3.124.000,00	1.131.508,20	AUXÍLIO CONCEDIDO	4.321	1.756
				AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	103.351.271,00	110.972.616,60	PESSOA REMUNERADA	4.321	4.074
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	762.000,00	497.275,99			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	51.894.518,00	52.895.816,64			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	51.894.518,00	52.895.816,64			
0315	ATENÇÃO À SAÚDE DO SEGURADO	213.654.945,00	226.883.307,27			
4685	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRÓPRIA NA CAPITAL	2.755.000,00	2.217.058,50	PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO PROCEDIMENTO	332.952	274.711
4690	ASSISTÊNCIA SOCIAL AO SEGURADO	800.000,00	535.780,36	BENEFICIÁRIO ATENDIDO	60.000	58.760
				BENEFICIÁRIO		
4696	PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA	42.337,00	34.645,54	PESSOA ATENDIDA	0	0
	O Hotel da Previdência de Araxá está fechado para reformas desde 2003 e se mantém fechado até o momento, sendo que as despesas realizadas referem-se à manutenção e à segurança das dependências deste.			PESSOA		
4704	CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO	600.000,00	637.453,60	AUXÍLIO DIVERSO PAGO	2.100	1.583
				AUXÍLIO		
4708	ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO HOSPITAL GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	63.807.241,00	55.255.292,24	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADO ATENDIMENTO	1.910.660	2.087.037

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4729	ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRÓPRIA NO INTERIOR	3.504.800,00	3.058.841,56	ATENDIMENTO MÉDICO ODONTOLÓGICO PRESTADO	204.477	183.693
				ATENDIMENTO		
4738	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DESCENTRALIZADA NO INTERIOR	81.543.395,00	90.184.252,91	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO PRESTADO	3.204.530	3.395.934
				ATENDIMENTO		
4746	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DESCENTRALIZADA NA CAPITAL	53.995.172,00	62.938.382,84	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO PRESTADO	697.424	962.560
				ATENDIMENTO		
4756	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	2.000.000,00	1.396.056,66	BENEFICIÁRIO ATENDIDO	55.927	68.060
				BENEFICIÁRIO		
4766	GESTÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR	299.000,00	176.180,11	SERVIDOR ATENDIDO	60.000	84.908
	<i>Em decorrência da Lei n.º 16.192, de 23 de junho de 2006, a competência para executar as atividades de perícia médica e de saúde ocupacional dos servidores públicos estaduais, no âmbito do Poder Executivo, foi transferida do IPSEMG para a SEPLAG, o que explica a ausência de realização física nesta ação a partir de junho.</i>			SERVIDOR		
4777	PROMOÇÃO DA SAÚDE DO SERVIDOR	156.000,00	0	ATENDIMENTO PRESTADO	10.000	32.260
				ATENDIMENTO		
4784	PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	4.152.000,00	10.449.362,95	CONSTRUÇÃO E REFORMA REALIZADA	92.359	7.953
				METRO QUADRADO		
0349	PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	69.557.550,00	64.152.774,91			
2890	GESTÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FUNPEMG	507.600,00	149.347,04	RENTABILIDADE DA RESERVA TÉCNICA ASSEGURADA	0	0
	<i>Esta atividade não se caracteriza como ação finalística do IPSEMG, porque a despesa executada é apenas para a manutenção do FUNPEMG. Nesse sentido, o tipo desta ação foi alterado para atividade meio do orçamento fiscal, ficando portanto, isenta de acompanhamento físico.</i>			CRESCIMENTO PERCENTUAL		
4833	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	33.049.950,00	28.189.119,29	AUXÍLIO DIVERSO PAGO	1.720	2.008
				AUXÍLIO		
4838	ENCARGOS COM PENSIONISTAS - CONVÊNIOS	36.000.000,00	35.814.308,58	PENSÃO PAGA	4.940	4.955
				PENSÃO		
04431	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	91.346.533,00	0			
0624	ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA	91.346.533,00	0			
4055	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA TÉCNICA PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	91.346.533,00	0	RESERVA TÉCNICA CONSTITUÍDA	91.346	0
	<i>De acordo com a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, artigos 39 e 40, os recursos financeiros serão utilizados para pagamento de benefícios somente a partir de 31 de dezembro de 2009. Por este motivo, não há registro de execução financeira e física.</i>			R\$ MIL		
04461	FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA	2.909.052.305,00	3.161.289.816,73			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	2.909.052.305,00	3.161.289.816,73			
7550	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-ADEMG	386.138,00	443.803,28			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
7586	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UTRAMIG	125.901,00	215.166,92			
7617	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-LOTERIA	898.593,00	984.496,78			
7631	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IMPrensa OFICIAL	3.753.915,00	4.095.110,21			
7529	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-JUCEMG	1.730.288,00	2.091.810,37			
7533	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DETEL	589.711,00	713.747,34			
7428	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FEAM	1.101.582,00	1.307.161,11			
7473	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IEF	3.238.589,00	3.852.400,48			
7484	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IGAM	387.067,00	487.979,39			
7722	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FJP	6.623.971,00	7.553.262,82			
7022	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FAPEMIG	295.279,00	370.339,17			
7725	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPSEMG	480.303.802,00	631.049.414,91			
7840	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPSM	337.759,00	609.280,82			
7922	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-ITER	1.000,00	0			
7939	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IDENE	350.951,00	457.411,16			
7957	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.374.105.009,00	1.366.661.271,63			
7959	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-SECRETARIA DE SAÚDE	61.045.940,00	61.022.586,37			
7962	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DAS DEMAIS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO	766.140.184,00	859.464.317,90			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
7045 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-CETEC	6.144.410,00	6.761.359,04			
7046 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UNIMONTES	5.027.457,00	4.220.552,71			
7047 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPEM	646.974,00	863.292,15			
7060 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UEMG	5.426.932,00	5.654.520,86			
7082 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IGA	1.613.425,00	1.962.351,62			
7083 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-RURALMINAS	1.990.161,00	2.593.820,70			
7088 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IMA	8.187.490,00	7.924.766,24			
7089 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	168.542,00	190.575,47			
7091 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUCAM	198.209,00	242.884,98			
7094 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FAOP	21.622,00	35.177,90			
7096 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO	692.313,00	1.057.217,91			
7104 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IEPHA	474.224,00	571.338,35			
7105 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO TV MINAS	188.389,00	297.475,58			
7115 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DEOP	1.521.915,00	2.134.722,17			
7205 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DER	154.600.350,00	161.325.844,07			
7209 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNED	3.493.048,00	3.717.124,12			
7225 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FHEMIG	16.575.021,00	19.693.233,45			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNADORIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
7312 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-HEMOMINAS	666.144,00	663.998,75			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01111 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	781.605,00	616.215,51			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	577.599,00	424.695,17			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	7.010,00	5.319,30	AUXÍLIO CONCEDIDO	10	6
			AUXÍLIO		
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	570.589,00	419.375,87	PESSOA REMUNERADA	18	16
			UNIDADE		
0196 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	204.006,00	191.520,34			
4286 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	204.006,00	191.520,34			
01141 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	199.707,00	232.338,78			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	144.759,00	179.509,56			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	2.500,00	786,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	2	1
			AUXÍLIO		
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	142.259,00	178.722,66	PESSOA REMUNERADA	5	5
			UNIDADE		
0197 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	54.948,00	52.829,22			
4287 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	54.948,00	52.829,22			
01161 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	69.368,00	80.413,98			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.000,00	0			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.000,00	0	AUXÍLIO CONCEDIDO	1	0
			AUXÍLIO		
OS SERVIDORES LOTADOS NESTE ESCRITORIO SÃO TERCERIZADOS - MGS					
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.000,00	0	PESSOA REMUNERADA	1	0
			UNIDADE		
OS SERVIDORES LOTADOS NESTE ESCRITORIO SÃO TERCERIZADOS, MGS					
0199 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	67.368,00	80.413,98			
4288 REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	67.368,00	80.413,98			
01491 SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	47.340.197,00	66.971.451,29			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16.539.679,00	24.603.074,75			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	206.000,00	128.213,90	AUXÍLIO CONCEDIDO	210	141
			AUXÍLIO		
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	740.000,00	1.000.787,54			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.067.294,00	13.255.074,19			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	61.000,00	275.730,05			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	9.465.385,00	9.943.269,07	PESSOA REMUNERADA	355	357
				UNIDADE		
0183	ADMINISTRAÇÃO DE PALÁCIOS	536.854,00	951.388,07			
4246	ADMINISTRAÇÃO DOS PALÁCIOS DA LIBERDADE E DOS DESPACHOS	318.178,00	336.106,99			
4668	ADMINISTRAÇÃO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNADOR	218.676,00	615.281,08			
0187	COORDENAÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR	862.664,00	1.427.269,39			
4266	ASSESSORIA DO CERIMONIAL	315.365,00	860.208,00			
4268	ASSESSORIA À GESTÃO DO GOVERNADOR DO ESTADO	300.000,00	357.722,86			
4270	ASSISTÊNCIA À AÇÃO DA VICE GOVERNADORIA	247.299,00	209.338,53			
0193	COMUNICAÇÃO SOCIAL	27.500.000,00	39.669.445,68			
4280	DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL	27.500.000,00	39.669.445,68			
0338	SEGURANÇA ALIMENTAR	400.000,00	320.273,40			
2783	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS - CONSEA	400.000,00	320.273,40			
0382	MINAS SEM FOME	1.501.000,00	0			
1310	MUTIRÃO PELA SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - PRO SAN	1.501.000,00	0	PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR APOIADO	1	1
				PROJETO		
02041	LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	31.202.257,00	27.547.426,53			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.902.484,00	4.017.488,21			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	595.472,00	308.101,07			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.050.000,00	2.366.241,63			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	103.000,00	125.006,71			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	11.000,00	5.727,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	2	11

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.143.012,00	1.212.411,20	PESSOA REMUNERADA	23	43
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0182	EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE LOTERIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	25.298.773,00	23.529.938,32			
4243	OPERACIONALIZAÇÃO DE JOGOS DE LOTERIA	25.298.773,00	23.529.938,32	RECURSO ARRECADADO	25.298.773	30.279.130
				R\$ MIL		
02391	IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	30.364.766,00	32.187.866,51			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19.078.986,00	20.955.069,44			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	98.000,00	632,48			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	105.500,00	84.686,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	180	180
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	10.099.687,00	8.181.030,73			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	6.741.799,00	7.654.038,59	PESSOA REMUNERADA	251	251
				UNIDADE		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.034.000,00	5.034.681,54			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	271.420,00	1.616.243,21			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	271.420,00	1.616.243,21			
0113	EDIÇÃO E CONFEÇÃO GRÁFICA	10.914.360,00	9.614.053,86			
4119	EDIÇÃO E IMPRESSÃO DO JORNAL MINAS GERAIS	8.117.813,00	6.604.436,68	JORNAL MINAS GERAIS IMPRESSO	327.267.156	397.474.657
				PÁGINA		
4127	CONFEÇÃO DE IMPRESSOS, FORMULÁRIOS E SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL.	2.796.547,00	3.009.617,18	IMPRESSO CONFECCIONADO	10.232.980	9.643.019
				IMPRESSO		
0121	COMERCIALIZAÇÃO DE JORNAL E SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL.	100.000,00	2.500,00			
4130	ASSINATURA DO JORNAL MINAS GERAIS	20.000,00	0	ASSINATURA REALIZADA	196.352	186.788
	A despesa desta Ação é realizada no Programa Apoio à Administração Pública, ação Planejamento, Gestão e Finanças.			ASSINATURA		
4132	ASSINATURA DO JORNAL MINAS GERAIS - VIA INTERNET	45.000,00	0	ACESSO ELETRÔNICO REALIZADO	10.110.984	14.366.761
	Programa realizado dentro do previsto. A despesa desta Ação é realizada no Programa Apoio à Administração Pública, ação Planejamento, Gestão e Finanças.			ACESSO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : GOVERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO	
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO EXECUTADO
4138	VENDA AVULSA DE CADERNOS DO JORNAL MINAS GERAIS	35.000,00	2.500,00	CADERNO VENDIDO	146.000 115.313
				CADERNO	

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01371 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	24.464.625,00	26.728.216,44			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.865.768,00	4.368.336,91			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	400.000,00	235.745,42			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.424.744,00	1.705.789,57			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.937.174,00	2.337.643,81	PESSOA REMUNERADA	53	94
			UNIDADE		
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	18.850,00	4.379,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	13	10
			AUXÍLIO		
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	85.000,00	84.779,01			
0134 GESTÃO AMBIENTAL MG SÉCULO XXI	6.200.000,00	15.562.210,45			
4147 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	300.000,00	136.639,44	NÚCLEO IMPLANTADO	1	1
			NÚCLEO		
4152 APOIO A PROJETOS DE APROVEITAMENTO DE CREDITOS DE CARBONO	150.000,00	38.980,90	PROJETO APOIADO	3	389
A meta acompanhada da ação é apoio à implantação de biodigestores. No ano de 2006 foram implantados 389 biodigestores no Estado de Minas Gerais.			PROJETO		
4167 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	1.000.000,00	990.401,97	SERVIDOR TREINADO E CAPACITADO	1.000	1.844
			SERVIDOR PÚBLICO		
4169 INTEGRAÇÃO FÍSICA DO SISEMA	1.850.000,00	11.668.130,65	SEDE IMPLANTADA	1	1
			SEDE		
4534 INDICADORES AMBIENTAIS	250.000,00	119.413,15	INDICADOR DE QUALIDADE AMBIENTAL SELECIONADO E CONSOLIDADO	13	13
			INDICADOR		
4538 EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL	350.000,00	484.093,43	COMITÊ IMPLANTADO.	4	3
			COMITÊ		
1165 NÚCLEOS DE GESTÃO AMBIENTAL	100.000,00	0	NÚCLEO IMPLANTADO/ CONSOLIDADO	6	6
			NÚCLEO		
1322 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.800.000,00	2.034.550,91	PLANO DE ZONEAMENTO AMBIENTAL COORDENADO/APOIADO	4	6
			PLANO		
4139 AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	400.000,00	90.000,00	AVALIAÇÃO REALIZADA	2	0
Os recursos financeiros foram utilizados para pagamento de 02 parcelas de convênio com a instituição que realizará os termos de referência das Avaliações Ambientais Estratégicas das áreas de mineração, agricultura e saneamento.			AVALIAÇÃO		
0172 REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	320.000,00	273.380,41			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1338	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	320.000,00	273.380,41	MUNICÍPIO APOIADO	6	10
				MUNICÍPIO		
0175	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	4.858.857,00	1.112.000,00			
1281	FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	4.858.857,00	1.112.000,00	MUNICÍPIO ENVOLVIDO	3	0
				MUNICÍPIO		
0675	GESTÃO DO SISTEMA	9.220.000,00	6.412.288,67			
2013	GESTÃO AMBIENTAL DESCENTRALIZADA	3.000.000,00	2.287.131,35			
2014	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - SIAM	2.000.000,00	2.298.763,33	SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS IMPLANTADO	1	0
	O SIAM por se tratar de um Sistema de Informação está, ainda, em fase de implementação.			SISTEMA		
4170	GESTÃO AMBIENTAL	4.220.000,00	1.826.393,99	AÇÃO AMBIENTAL APOIADA	1	1
				AÇÃO		
02091	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	20.651.757,00	21.998.171,02			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.313.938,00	12.747.915,95			
2804	APOIO À GESTÃO AMBIENTAL DESCENTRALIZADA	2.000.000,00	1.999.828,20			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.532.852,00	3.791.674,39			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	3.630,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	7	7
				AUXÍLIO		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	292.500,00	490.482,07			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	6.478.586,00	6.462.300,69	PESSOA REMUNERADA	247	205
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	92.589,70			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	92.589,70			
0134	GESTÃO AMBIENTAL MG SÉCULO XXI	700.000,00	990.227,37			
4157	MINAS SEM LIXÕES	700.000,00	990.227,37	MUNICÍPIO APOIADO	17	812
	Foi registrado o número de assistências que a FEAM prestou aos Municípios. Este fato trouxe como consequência elevação significativa da Meta Física.			MUNICÍPIO		
0142	GESTÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL	6.336.819,00	6.914.939,53			
4175	MONITORAMENTO AMBIENTAL	1.668.950,00	508.111,89	PROGRAMA APOIADO	4	4
				PROGRAMA		
4618	REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL	2.167.869,00	2.389.363,24	LICENÇA ANALISADA	2.000	2.577

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				LICENÇA		
4622	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	2.341.000,00	3.939.147,22	EMPREENHIMENTO FISCALIZADO / VISTORIADO AUTO / RELATÓRIO	3.500	3.477
4657	COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL	159.000,00	78.317,18	PROGRAMA APOIADO	4	4
				PROGRAMA		
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	1.300.000,00	1.252.498,47			
4141	TRATAMENTO DE EFLUENTES E RESÍDUOS URBANOS	1.300.000,00	1.252.498,47	MUNICÍPIO APOIADO	68	281
	Foi registrado o número de assistências que a FEAM prestou aos Municípios. Este fato trouxe como consequência elevação significativa da Meta Física.			MUNICÍPIO		
02101	INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS	101.138.212,00	91.803.329,28			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	38.877.924,00	41.844.258,35			
2804	APOIO À GESTÃO AMBIENTAL DESCENTRALIZADA	500.000,00	49,00			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	160.000,00	130.109,53	AUXÍLIO CONCEDIDO	55	55
				AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	18.927.288,00	19.608.464,49	PESSOA REMUNERADA	900	10.800
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	650.000,00	280.400,32			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	18.640.636,00	21.825.235,01			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	646.853,00	1.952.517,28			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	646.853,00	1.952.517,28			
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	6.435.000,00	1.221.711,40			
1032	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	700.000,00	485.070,23	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA/ESTRUTURAD A UNIDADE	4	1
1577	AMPLIAÇÃO DA BASE FLORESTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	5.735.000,00	736.641,17	ÁREA AMBIENTAL RECUPERADA. HECTARE	850	851
0186	CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	53.773.435,00	45.531.614,68			
1267	PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM MINAS GERAIS - PROMATA	10.000.000,00	11.706.240,96	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COM SISTEMA DE GESTÃO IMPLANTADO UNIDADE	3	3
1984	CRIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO SETOR DE BASE FLORESTAL	1.000,00	0	CENTRO IMPLANTADO.	1	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				ESTRUTURA FUNCIONANDO		
4010	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	15.516.000,00	13.048.275,53	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO REALIZADO	165.000	229.843
				UNIDADE		
4022	MONITORAMENTO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	13.771.982,00	7.233.038,39	COBERTURA VEGETAL MONITORADA	587	587
				QUILÔMETRO QUADRADO		
4262	AMPLIAÇÃO DA BASE FLORESTAL	6.691.013,00	5.238.536,26	ÁREA REFORESTADA	21.600	21.749
				HECTARE		
4263	AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	6.856.000,00	7.414.326,21	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ADMINISTRADA	5	5
				UNIDADE		
4264	GESTÃO DA PESCA E DA AQUICULTURA	937.440,00	891.197,33	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO PESQUEIRA CONCEDIDA	27.900	32.143
				LICENÇA		
0340	PROJETO JAÍBA	1.360.000,00	1.253.227,57			
1055	RECUPERAÇÃO E FOMENTO DO PROJETO JAÍBA	150.000,00	95.179,19	MUDA PRODUZIDA	150	150
				MUDA (MIL)		
1057	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO PROJETO JAÍBA	200.000,00	166.405,94	VISTORIA REALIZADA	200	342
				VISTORIA		
1058	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS	460.000,00	441.642,44	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA/ESTRUTURAD A	1	0
				UNIDADE		
				<i>O IEF aguarda a autorização da SEPLAG para iniciar a negociação das terras com os proprietários.</i>		
1059	ELABORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO	550.000,00	550.000,00	PLANO ELABORADO	2	0
				PLANO		
				<i>Já foram pagos alguns relatórios parciais e o Plano de Manejo final será concluído até o final do primeiro trimestre de 2007.</i>		
0634	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	45.000,00	0			
4252	PRODUÇÃO DE MUDAS DE FRUTÍFERAS E DE ESPÉCIES NATIVAS	45.000,00	0	ESCOLA ATENDIDA	9	0
				ESCOLA		
02241	INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS	30.037.624,00	45.105.534,82			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.890.824,00	7.405.643,07			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	221.000,00	392.455,60			
2804	APOIO À GESTÃO AMBIENTAL DESCENTRALIZADA	400.000,00	232.520,56			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.205.171,00	4.435.318,23			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	41.700,00	11.034,00	AUXÍLIO CONCEDIDO	32	27
				AUXÍLIO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.022.953,00	2.334.314,68	PESSOA REMUNERADA	61	97
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	91.001,47			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	91.001,47			
0075	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	21.145.800,00	36.631.137,03			
4036	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM MINAS GERAIS	222.100,00	118.303,86	OUTORGA CONCEDIDA	4.750	1.247
				PORTARIA		
4037	MONITORAMENTO DO TEMPO E DO CLIMA	159.600,00	209.479,78	SISTEMA IMPLANTADO	1	1
				SISTEMA		
4164	GESTÃO DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA DA ÁGUA	1.996.000,00	965.622,56	COMITÊ DE BACIAS APOIADO	30	29
				COMITÊ		
4174	MONITORAMENTO DAS ÁGUAS	2.004.100,00	3.010.968,32	RELATÓRIO ELABORADO	1	1
				RELATÓRIO		
4656	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO MINEIRO - PROÁGUA	16.764.000,00	32.326.762,51	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO	1	1
				SISTEMA		
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	1.000.000,00	977.753,25			
1659	MONITORAMENTO DAS ÁGUAS PARA AVALIAÇÃO DA POLUIÇÃO HÍDRICA	1.000.000,00	977.753,25	REDE DE MONITORAMENTO DA ÁGUA IMPLANTADA	4	3
				REDE		
04341	FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	57.159.360,00	1.710.409,15			
0172	REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	15.000.000,00	199.400,00			
1030	APOIO ÀS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	15.000.000,00	199.400,00	PROJETO APOIADO	20	1
				PROJETO		
0360	FHIDRO	42.159.360,00	1.511.009,15			
1944	FHIDRO - FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	42.159.360,00	1.511.009,15	PROJETO APROVADO	1	3
				PROJETO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01501 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	151.903.408,00	155.366.947,89			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	43.811.843,00	59.861.219,48			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	615.868,00	755.835,00			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.808.674,00	18.355.537,99			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	469.910,00	169.727,48	AUXÍLIO CONCEDIDO	600	206
			AUXÍLIO		
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	35.917.391,00	40.580.119,01	PESSOA REMUNERADA	951	2.463
			UNIDADE		
0035 CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	60.105.000,00	18.987.836,09			
1071 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	45.105.000,00	18.987.836,09	CENTRO ADMINISTRATIVO IMPLANTADO	1	0
<i>Imissão na posse do terreno do Jôquei Clube</i> <i>Projetos executivos de arquitetura, estruturas e instalações complementares do Palácio, Auditório e Praça Cívica elaborados</i> <i>Projetos executivos de arquitetura, estruturas e instalações complementares dos Demais Prédios ainda sendo elaborados</i> <i>Programa de Necessidades Elaborado</i> <i>EIA RIMA elaborado</i>			PERCENTUAL		
1074 ADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	5.000.000,00	0	PRÉDIO REFORMADO	1	0
			PRÉDIO		
1076 DESATIVAÇÃO DO AEROPORTO CARLOS PRATES	10.000.000,00	0	AEROPORTO DESATIVADO	1	0
			AEROPORTO		
0271 CHOQUE DE GESTÃO - PESSOAS, QUALIDADE E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.112.515,00	2.713.286,91			
1202 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	445.000,00	307.345,68	SERVIDOR AVALIADO	150.000	95.468
			SERVIDOR		
1303 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	890.000,00	695.503,00	ACORDO CELEBRADO	10	8
			ACORDO		
1354 ADOÇÃO DE NOVO MODELO DE PARCERIA NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	712.000,00	241.358,16	TERMO DE PARCERIA CELEBRADO	5	6
			UNIDADE		
1712 DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS PARA SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	6.000.000,00	1.100.007,11	SERVIDOR VALORIZADO	50.000	65.000
<i>Foi instituída no Estado, por meio do Decreto nº 44.205, de 12 de janeiro de 2006, a Política de Desenvolvimento dos Servidores Públicos, com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos, além do estabelecimento de diretrizes e prioridades de governo para nortear o planejamento e execução das ações de capacitação.</i> <i>Várias ações foram implementadas com o objetivo de valorizar o servidor público, para demonstrar a realização da meta física utilizamos a regulamentação da promoção por escolaridade adicional que beneficiou cerca de 65 mil servidores dos Grupos de Atividades de Saúde, Educação Básica, Educação Superior, Meio Ambiente, bem como das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.</i>			SERVIDOR		
1851 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO	4.065.515,00	369.072,96	PROJETO PNAGE EXECUTADO	20	3

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
<p>A previsão de desembolso do Pnag para o ano de 2.006 era de 15%. No entanto, devido às restrições orçamentárias do Governo Federal, o desembolso financeiro real para o referido ano foi de R\$ 393.528,69. Desse valor, diante das dificuldades enfrentadas para a execução (como problemas no Sistema de Gerenciamento do Programa, falta de orientações e definição clara dos fluxos dos processos pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão), a execução corresponde a 2,6%.</p> <p>Considerando, ainda, o desembolso para o ano de 2.006, que equivale a 8 produtos do projeto, foi executado 2,25 produtos.</p>				PERCENTUAL		
0287	GOVERNANÇA ELETRÔNICA	10.500.000,00	9.133.566,42			
1794	IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	4.500.000,00	2.770.709,94	MODELO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO IMPLANTADO PERCENTUAL	50	59
1796	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO	2.000.000,00	2.850.233,65	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO DISPONIBILIZADO PERCENTUAL	50	99
1793	IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4.000.000,00	3.512.622,83	MODELO DE GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO IMPLANTADO PERCENTUAL	50	74
0340	PROJETO JAÍBA	510.000,00	5.931.145,46			
1090	TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO PROJETO JAÍBA	510.000,00	5.931.145,46	PROJETO APROVADO	1	0
<p>Não existe definição sobre a transferência da gestão da Eapa I. A Etapa II está sob a gestão da COPASA. Os recursos financeiros foram utilizados para pagamento da Alstom (instalação dos equipamentos hidroelétricos) e COPASA (manutenção do sistema de canais).</p>				PROJETO		
0348	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL	2.344.000,00	1.692.912,70			
1045	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	630.000,00	218.002,58	SISTEMA IMPLANTADO	4	4
				SISTEMA		
2011	MANUTENÇÃO/ PRODUÇÃO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	674.000,00	332.777,12	SISTEMA MANTIDO	3	3
				SISTEMA		
2855	COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO	45.000,00	22.582,10	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AVALIADA	1	1
				RELATÓRIO		
4065	ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - IMRS	730.000,00	1.118.677,00	ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - IMRS ATUALIZADO DOCUMENTO	1	2
4240	MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO PPAG	10.000,00	0	PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PPAG MONITORADO PLANO	1	1
<p>Monitoramento realizado trimestralmente, com a disponibilização de informações de todos os órgãos e entidades.</p>						
4553	COORDENAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL	10.000,00	0	PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL ELABORADO E REVISADO PLANO	1	1
<p>O projeto de lei da Revisão do PPAG foi encaminhado para a ALEMG no dia 29/09. Foram levantados os indicadores de eficiência do processo de integração, que servirão de base para as próximas revisões do PPAG. Não ocorreram dispêndios financeiros para esta ação.</p>						
2911	AValiação Sistemática do Plano Plurianual	245.000,00	873,90	PPAG AVALIADO	1	1
				PLANO		
0352	GESTÃO ESTRATÉGICA DE SUPRIMENTOS	9.186.620,00	9.095.209,22			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1083	PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.000.000,00	1.692.301,13	SISTEMA CONCEBIDO, IMPLANTADO E MANTIDO	I	I
				SISTEMA		
1857	DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SUPRIMENTOS PARA O ESTADO	2.174.000,00	1.767.158,29	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO	I	0
	O diagnóstico (primeira fase) foi concluído no prazo estipulado, sendo apresentado para a direção da SEPLAG. A previsão de conclusão do projeto é para abril de 2007.			ESTUDO / PESQUISA		
1905	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - SIAD	2.500.000,00	2.500.000,00	SISTEMA IMPLANTADO	I	I
				SISTEMA		
2908	MANUTENÇÃO DO SIAD	2.512.620,00	3.135.749,80	SISTEMA MANTIDO	I	I
				SISTEMA		
0356	GERAES - GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS E AÇÕES DO ESTADO	1.180.000,00	229.482,97			
1868	DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE GESTÃO PARA OS PROJETOS ESTRUTURADORES	380.000,00	43.246,94	METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROJETOS IMPLANTADA. METODOLOGIA	I	I
4869	MONITORAMENTO DOS PROJETOS ESTRUTURADORES	350.000,00	110.557,58	PROJETO COORDENADO E APOIADO	31	35
				PROJETO		
4873	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRUTURADORES	450.000,00	75.678,45	PROJETO AVALIADO	31	35
				PROJETO		
0359	GESTÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	199.000,00	34.022.157,42			
1934	GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	199.000,00	34.022.157,42	SISTEMA DE CONTROLE IMOBILIÁRIO APERFEIÇOADO	I	I
				SISTEMA		
0364	PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	92.500,00	204.683,64			
2964	COORDENAÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL	57.500,00	180.210,90	AÇÃO DE COORDENAÇÃO REALIZADA	65	67
				AÇÃO		
2966	DESENVOLVIMENTO DA CENTRAL DE PROJETOS	35.000,00	24.472,74	PROJETO ENCAMINHADO E MONITORADO	30	9
				PROJETO		
0371	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	11.861.930,00	13.495.447,58			
1967	IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5.000.000,00	6.729.242,24	SISTEMA IMPLANTADO	I	I
				SISTEMA		
1969	DEFINIÇÃO DE POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	15.000,00	3.371,47	EVENTO REALIZADO	10	10
				EVENTO		
2968	MANUTENÇÃO DO SISAP	6.846.930,00	6.762.833,87	SISTEMA MANTIDO	I	I
				SISTEMA		
01941	EGE-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	166.352.435,00	72.482.933,70			
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	65.395.789,00	71.510.086,75			
7441	PENSÕES ESPECIAIS E INDENIZAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	64.929.373,00	71.053.317,99			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
7220	PAGAMENTO À MGS POR INDENIZAÇÃO TRABALHISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS	466.416,00	456.768,76			
0601	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS GERENCIAIS CORPORATIVOS	956.646,00	972.846,95			
2215	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE PONTO - FORPONTO	46.000,00	51.000,00	SISTEMA MANTIDO	I	I
				SISTEMA		
2219	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE PROTOCOLO - SIPRO	910.646,00	921.846,95	SISTEMA MANTIDO	I	I
				SISTEMA		
0677	RECURSOS PARA CONTRAPARTIDA A CONVÊNIOS	100.000.000,00	0			
2015	RECURSOS PARA CONTRAPARTIDA A CONVÊNIOS	100.000.000,00	0			
02061	FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	16.397.156,00	27.948.278,15			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10.518.408,00	18.520.162,80			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	50.000,00	94.582,39			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	11.306,00	11.620,80	AUXÍLIO CONCEDIDO	30	27
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.011.481,00	8.045.822,91			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	9.445.621,00	10.368.136,70	PESSOA REMUNERADA	238	235
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	217.098,00	431.300,13			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	217.098,00	431.300,13			
0190	FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS/PROJETOS EM GESTÃO PÚBLICA	557.634,00	718.731,42			
4330	FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	472.634,00	650.251,42	SERVIDOR/ALUNO QUALIFICADO/FORMADO	904	1.172
				SERVIDOR QUALIFICADO		
4336	ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA	85.000,00	68.480,00	PROJETO E PESQUISA EM ANDAMENTO	2	1
				PROJETO / PESQUISA		
0254	PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS	767.142,00	829.313,48			
4701	COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS SECUNDÁRIOS E PRIMÁRIOS	767.142,00	829.313,48	SISTEMA DESENVOLVIDO	9	16
				SISTEMA		
0271	CHOQUE DE GESTÃO - PESSOAS, QUALIDADE E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.239.081,00	4.144.831,40			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : PLANEJAMENTO E GESTÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4145	FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PELA ESCOLA DE GOVERNO PAULO NEVES DE CARVALHO	3.239.081,00	4.144.831,40	ALUNO QUALIFICADO	2.000	2.717
				ALUNO		
0322	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS APLICADAS	1.097.793,00	3.303.938,92			
4730	ESTUDOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIAS ORGANIZACIONAIS	521.622,00	970.458,46	PROJETO E PESQUISA EM ANDAMENTO	5	8
				PROJETO / PESQUISA		
4747	ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICOS E SOCIAIS	252.930,00	587.260,03	PROJETO E PESQUISA EM ANDAMENTO	6	9
				PROJETO / PESQUISA		
4754	ESTUDOS, PESQUISAS E CONSULTORIAS MUNICIPAIS	200.000,00	1.482.022,79	PROJETO E PESQUISA EM ANDAMENTO	5	7
				PROJETO / PESQUISA		
4827	PUBLICAÇÕES DE PESQUISAS HISTÓRICAS E CULTURAIS	123.241,00	264.197,64	PESQUISA PUBLICADA	5	4
				PESQUISA		
04041	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO JAÍBA	2.083.200,00	1.049.953,00			
0340	PROJETO JAÍBA	2.083.200,00	1.049.953,00			
4332	FUNDO JAÍBA - JAÍBA IRRIGAR - PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA IRRIGADA DO JAÍBA	2.083.200,00	1.049.953,00	PRODUTOR FINANCIADO	10	3
				PRODUTOR		
04061	FUNDO PRÓ-FLORESTA	5.285.077,00	10.000.000,00			
0336	POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	5.285.077,00	10.000.000,00			
1544	FUNDO PRÓ-FLORESTA	5.285.077,00	10.000.000,00	EMPRESA FINANCIADA	4	3
				EMPRESA		
04181	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES	1.000,00	0			
0615	PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES	1.000,00	0			
1874	APOIO AO PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES	1.000,00	0	ENTIDADE BENEFICIADA	1	0
	Programa desativado, sendo mantido apenas para contrapartida a ser recebida pelo Estado.			ENTIDADE		
05141	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	8.439.400,00	2.028.193,48			
0613	EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA E OPERACIONAL	8.439.400,00	2.028.193,48			
3667	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	8.439.400,00	2.028.193,48	INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA ATUALIZADA PERCENTUAL	94	22
05381	MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	501.000,00	1.342.763,09			
0604	APOIO A SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS	501.000,00	1.342.763,09			
8512	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - MGS	501.000,00	1.342.763,09			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01511 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	594.346.145,00	634.885.969,98			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	481.004.204,00	525.161.460,28			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	60.464.446,00	78.771.304,65			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	1.746.000,00	878.118,70			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	400.967.458,00	422.411.057,18	PESSOA REMUNERADA	11.345	10.255
			UNIDADE		
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.026.300,00	569.071,96	AUXÍLIO CONCEDIDO	589	563
			AUXÍLIO		
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16.800.000,00	22.531.907,79			
0227 EXERCÍCIO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	1.845.000,00	1.269.124,79			
4375 REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS	575.000,00	492.222,99	PERÍCIA MÉDICO-LEGAL REALIZADA	40.311	56.951
			PERÍCIA		
4378 REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS	670.000,00	185.970,28	PERÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA REALIZADA	106.276	190.617
			PERÍCIA		
4691 IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL	600.000,00	590.931,52	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E OU CRIMINAL EMITIDO	1.864.306	1.982.067
			DOCUMENTO		
0228 RECOLHIMENTO E GUARDA DE DETENTOS DO ESTADO	35.300.000,00	38.491.421,08			
4379 ASSISTÊNCIA AOS DETENTOS	35.300.000,00	38.491.421,08	DETENTO ASSISTIDO	16.156	21.109
			DETENTO		
0229 PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA NO ESTADO	9.448.000,00	10.173.036,36			
4383 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	9.448.000,00	10.173.036,36	PROCEDIMENTO CRIMINAL INSTAURADO	344.487	369.600
			PROCEDIMENTO		
0230 CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	4.402.000,00	3.017.982,52			
4387 CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	4.402.000,00	3.017.982,52	POLICIAL CAPACITADO	2.500	2.718
			POLICIAL		
0234 ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL- ESCOLA ESTADUAL ORDEM E PROGRESSO	70.000,00	9.839,89			
2389 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA ORDEM E PROGRESSO	40.000,00	9.839,89	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL ATENDIDO	680	550
			ALUNO		
2390 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO- ESCOLA ORDEM E PROGRESSO	30.000,00	0	ALUNO DO ENSINO MÉDIO ATENDIDO	1.200	1.180
			ALUNO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0235 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DA POLÍCIA CIVIL	4.870.365,00	1.506.198,42			
1393 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS	4.870.365,00	1.506.198,42	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	39	41
			UNIDADE		
0240 ADMINISTRAÇÃO DE TRÂNSITO	19.538.000,00	23.291.987,50			
4398 EMISSÃO DE DOCUMENTOS, CONTROLE E REGISTRO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	19.538.000,00	23.291.987,50	DOCUMENTO EMITIDO	5.356.746	6.223.528
			DOCUMENTO		
0244 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DA POLÍCIA CIVIL	455.000,00	165.171,24			
2399 ATENDIMENTO AMBULATORIAL	455.000,00	165.171,24	ATENDIMENTO AMBULATORIAL REALIZADO	120.271	104.361
			ATENDIMENTO		
0306 INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	1.133.322,00	127.464,76			
1272 IMPLANTAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.001.000,00	0	GABINETE IMPLANTADO	1	1
<i>Embora tenha o gabinete entrado definitivamente em operação no ano de 2006, os investimentos para sua implantação foram efetuados nos anos anteriores, sendo que este é mantido com recursos da Secretaria de Estado de Defesa Social.</i>			GABINETE		
1278 POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS - POLÍCIA CIVIL	132.322,00	127.464,76	CURSO REALIZADO	20	26
			CURSO		
0313 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	4.653.195,00	19.735.986,30			
1297 FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS - PC	1.252.391,00	1.182.963,40	DELEGACIA DE HOMICÍDIOS ESTRUTURADA	20	3
			DELEGACIA		
1318 IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - PCMG	1.125.704,00	16.490.315,42	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA	10	191
			ÁREA		
1693 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS - PCMG	2.275.100,00	2.062.707,48	SISTEMA MANTIDO EM FRAÇÃO DA PC	53	1
			FRAÇÃO		
0376 REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL	25.572.994,00	11.703.042,48			
1005 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS VIA WEB - IPNET	1.725.506,00	0	SISTEMA IMPLANTADO	1	0
			SISTEMA		
1006 RENOVAÇÃO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL	14.822.200,00	7.791.297,40	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	500	40
			EQUIPAMENTO		
1451 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DE DEFESA SOCIAL	531.142,00	540.833,00	CENTRO IMPLANTADO	1	0
<i>Os recursos financeiros gastos nesta ação foram utilizados nas primeiras etapas da implantação do Centro Integrado de Informação de Defesa Social referentes à capacitação dos agentes que irão trabalhar neste centro.</i>			CENTRO		
1987 REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍCIA CIVIL	8.494.146,00	3.370.912,08	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1.000	4.561
			EQUIPAMENTO		
0384 VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	6.054.065,00	233.254,36			
1020 ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL	600.000,00	77.424,86	ATENDIMENTO PRESTADO	5.000	13.014
			ATENDIMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1031	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE POLICIAIS CIVIS	5.454.065,00	155.829,50	POLICIAL TREINADO/RECLADO	10.000	440
<p><i>A execução física desta ação fora contabilizada no programa "Capacitação de Policiais Civis", dado que os recursos financeiros são utilizados nesta ação para o aparelhamento da Academia de Polícia. Como as unidades de medida são as mesmas para as duas ações, não faria sentido apurar a mesma informação em duas ações diferentes.</i></p>				POLICIAL		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01251	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.369.646.649,00	2.644.258.315,31			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.350.869.607,00	1.402.592.982,62			
2063	AUXÍLIO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, FUNERAL E DOENÇA PARA SERVIDORES MILITARES - PM	1.330.482,00	1.709.971,89	AUXÍLIO CONCEDIDO	13.008	18.376
				AUXÍLIO		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8.484.352,00	9.517.769,81			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	1.454.954,00	2.170.661,07			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.776.424,00	6.362.089,30			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.334.823.395,00	1.382.832.490,55	PESSOA REMUNERADA	38.580	39.756
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	888.438.470,00	1.016.375.308,96			
7007	PROVENTOS DE INATIVOS MILITARES	888.438.470,00	1.016.375.308,96			
0217	ESTRADA REAL	205.000,00	24.360,00			
1108	ESTRUTURAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA ESTRADA REAL	205.000,00	24.360,00	POLICIAL CAPACITADO	360	18
				POLICIAL		
0231	POLÍCIA OSTENSIVA	89.924.784,00	114.008.381,54			
2005	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS DA POLÍCIA MILITAR	100.000,00	0	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA	1	0
				UNIDADE		
2731	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES	4.872.875,00	4.484.216,65	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADQUIRIDO	510	2.698
				EQUIPAMENTO		
4391	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	78.917.924,00	102.566.893,59	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO REALIZADA	3.624.900	3.884.680
				OCORRÊNCIA		
4395	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO	4.115.867,00	4.611.623,13	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO REALIZADA	289.195	295.199
				OCORRÊNCIA		
4396	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MEIO AMBIENTE	1.918.118,00	2.345.648,17	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO AMBIENTAL REALIZADA	46.179	46.740
				UNIDADE		
0243	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - COLÉGIO TIRADENTES	19.224.125,00	23.725.505,68			
2402	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - COLÉGIO TIRADENTES	9.834.638,00	12.735.115,15	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO	13.575	13.890
				ALUNO		
2406	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - COLÉGIO TIRADENTES	9.389.487,00	10.990.390,53	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO	7.080	6.176

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				ALUNO		
0304	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.648.699,00	2.213.352,63			
2624	TREINAMENTO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.648.699,00	2.213.352,63	MILITAR CAPACITADO	24.550	25.230
				UNIDADE		
0306	INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	203.000,00	860.489,94			
1498	GESTÃO PÚBLICA DE CONFLITOS AGRÁRIOS E TENSÕES RURAIS - PMMG	1.000,00	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	1	0
				EQUIPAMENTO		
1536	POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS - PMMG	100.000,00	135.381,94	PROJETO IMPLANTADO	1	1
				PROJETO		
1894	IMPLANTAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.000,00	0	GABINETE IMPLANTADO	1	1
				GABINETE		
				<i>Embora tenha o gabinete entrado definitivamente em operação no ano de 2006, os investimentos para sua implantação foram efetuados nos anos anteriores, sendo que este é mantido com recursos da Secretaria de Estado de Defesa Social.</i>		
1902	PAZ NOS ESTÁDIOS - PMMG - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	1.000,00	0	EQUIPAMENTO INSTALADO	1	1
				EQUIPAMENTO		
				<i>Foi somente aberto orçamento com a presente dotação, caso houvesse necessidade de completar o objeto do convênio celebrado com a SENASP. No entanto, a execução foi realizada no exercício anterior, em 2005.</i>		
1496	REAPARELHAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	100.000,00	725.108,00	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	980	64
				EQUIPAMENTO		
0309	ASSISTÊNCIA AO MILITAR	13.507.967,00	15.731.283,62			
2649	ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	805.262,00	321.528,58	MILITAR ASSISTIDO	2.590	2.961
				UNIDADE		
2652	ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOLÓGICA	11.832.705,00	14.447.526,05	ATENDIMENTO MÉDICO/PSICOLÓGICO REALIZADO	1.063.714	1.915.242
				UNIDADE		
2653	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	870.000,00	962.228,99	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	255.877	276.580
				ATENDIMENTO		
0313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	4.624.997,00	68.726.650,32			
1800	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - PMMG	2.038.750,00	59.215.735,92	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA	10	6
				ÁREA		
1821	FICA VIVO- CONTROLE DE HOMICÍDIOS - PMMG	1.500.000,00	1.528.261,98	GEPAR - GRUPO ESPECIALIZADO EM POLICIAMENTO EM ÁREA DE RISCO ESTRUTURADO GRUPO	20	33
				SISTEMA MANTIDO EM FRAÇÃO DA PM	45	45
				FRAÇÃO		
02121	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	564.148.358,00	554.544.667,29			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.182.608,00	10.574.899,30			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.210.000,00	2.514.895,10			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	80.000,00	68.924,10	AUXÍLIO CONCEDIDO	18	49
				AUXÍLIO		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.632.512,00	5.937.163,08			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	90.000,00	43.032,42			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.170.096,00	2.010.884,60	PESSOA REMUNERADA	173	94
				UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	15.224.222,00	18.195.833,34			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	15.224.222,00	18.195.833,34			
0211	PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	350.579.528,00	359.736.451,07			
4324	CONCESSÃO DE PENSÃO	330.000.000,00	354.587.505,27	PENSÃO PAGA	9.136	9.064
				PENSÃO		
4327	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	6.252.000,00	5.000.819,87	AUXÍLIO CONCEDIDO	4.580	3.087
				AUXÍLIO		
4329	RESERVA DE BENEFÍCIOS	14.327.528,00	148.125,93	RESERVA TÉCNICA CONSTITUÍDA	9.000	97
				R\$ MIL		
0214	SISTEMA DE SAÚDE DOS MILITARES	186.162.000,00	166.037.483,58			
4371	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR AOS SEGURADOS E A SEUS DEPENDENTES.	160.980.284,00	142.963.143,10	ATENDIMENTO MÉDICO REALIZADO	2.690.000	2.802.519
				ATENDIMENTO		
4372	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA AOS SEGURADOS E A SEUS DEPENDENTES.	25.181.716,00	23.074.340,48	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	672.000	390.511
				ATENDIMENTO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : REFORMA AGRÁRIA

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0241 I INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.948.368,00	5.243.470,70			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.368.921,00	3.373.808,48			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	4.000,00	10.488,20	AUXÍLIO CONCEDIDO	39	10
			AUXÍLIO		
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	49.738,00	91.647,30			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.002.231,00	1.739.875,12	PESSOA REMUNERADA	75	68
			UNIDADE		
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.312.952,00	1.531.797,86			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	0			
7004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0			
0339 APOIO A REFORMA AGRÁRIA	578.447,00	1.869.662,22			
1008 CRÉDITO FUNDIÁRIO	2.000,00	518.716,56	FAMÍLIA ASSENTADA	1	4.208
			FAMÍLIA		
<i>Metas física e financeira foram previstas no orçamento apenas como abertura orçamentária. Com a disponibilização de recursos de convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário houve uma realização superior à prevista inicial.</i>					
1036 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA	1.000,00	0	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA	20	0
			INFRA-ESTRUTURA		
1317 IMPLANTAÇÃO DE AGROVILAS	1.000,00	0	FAMÍLIA RURAL BENEFICIADA	50	0
			FAMÍLIA		
4006 DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTÁVEL	349.894,00	636.625,03	FAMÍLIA BENEFICIADA	13.000	4.940
			FAMÍLIA		
<i>Ação desenvolvida em parceria com a entidade Cáritas Brasileira.</i>					
4054 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	142.313,00	648.944,38	TÍTULO CONCEDIDO	1.100	1.445
			TÍTULO		
4093 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	42.240,00	33.047,45	CONFLITO INTERMEDIADO	40	80
			CONFLITO		
4790 OBTENÇÃO DE NOVAS ÁREAS PARA REFORMA AGRÁRIA	40.000,00	32.328,80	PARECER JURÍDICO ENCAMINHADO	18	33
			PARECER		
0441 I FUNDO ROTATIVO DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR E DE VIABILIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS	1.000,00	0			
0616 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	1.000,00	0			
1440 APOIO FINANCEIRO A AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS	1.000,00	0	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	1	0
			UNIDADE		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01321	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	178.532.097,00	192.203.435,22			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	178.532.097,00	192.203.435,22			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	3.370.600,00	2.900.454,47	AUXÍLIO CONCEDIDO	3.380	3.130
				AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	137.767.580,00	135.484.915,95	PESSOA REMUNERADA	10.423	10.133
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	37.303.917,00	53.749.836,62			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	90.000,00	68.228,18			
02261	FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS	80.579.984,00	80.761.094,62			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19.211.870,00	19.070.538,20			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	10.600.222,00	10.777.174,37	PESSOA REMUNERADA	311	294
				UNIDADE		
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	1.261.375,00	1.012.604,15			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	7.205.273,00	7.265.036,68			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	145.000,00	15.723,00	AUXÍLIO CONCEDIDO	170	27
				AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	71.881,00	107.252,28			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	71.881,00	107.252,28			
0327	PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MEDICAMENTOS	41.971.792,00	45.084.281,21			
4764	DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS E FITOTERÁPICOS	41.971.792,00	45.084.281,21	MEDICAMENTO PRODUZIDO	1.100.235	1.029.213
				UNIDADE (MIL)		
0361	PRODUÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS	6.140.353,00	6.127.025,22			
4919	SERVIÇOS LABORATORIAIS	6.140.353,00	6.127.025,22	SERVIÇO PRESTADO	580.000	620.983
				SERVIÇO		
0412	GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E BIOTECNOLÓGICOS	1.938.466,00	1.118.755,98			
4194	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE	1.938.466,00	1.118.755,98	PESQUISA DESENVOLVIDA	15	23
				PESQUISA		
0519	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-FUNED/ESP	7.245.622,00	8.059.785,14			
4465	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	7.245.622,00	8.059.785,14	PROFISSIONAL TREINADO	8.000	5.593

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				PROFISSIONAL		
0528	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS - FUNED	4.000.000,00	1.193.456,59			
1547	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	4.000.000,00	1.193.456,59	UNIDADE PREDIAL CONSTRUÍDA REFORMADA AMPLIADA	5	5
Baixa execução financeira em 2006 tendo em vista que as obras foram realizadas com recursos inscritos em restos a pagar 2005.				UNIDADE PREDIAL		
02271	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	412.989.048,00	444.838.341,83			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	288.091.940,00	309.121.451,34			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	20.000,00	19.311,24			
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.647.461,00	3.107.724,52			
2423	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.846.423,00	596.882,20	SERVIDOR CAPACITADO	6.800	10.020
2008	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL SOB REGIME DE CONTRATO ADMINISTRATIVO	91.243.513,00	120.883.407,77	SERVIDOR		
				PESSOA REMUNERADA	5.322	6.500
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.500.000,00	1.134.820,88	UNIDADE		
				AUXÍLIO CONCEDIDO	3.670	2.560
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	166.972.001,00	160.541.321,89	AUXÍLIO		
				PESSOA REMUNERADA	8.447	7.325
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	24.862.542,00	22.837.982,84	UNIDADE		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	732.986,00	2.983.392,81			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	732.986,00	2.983.392,81			
0161	ATENDIMENTO HOSPITALAR AMBULATORIAL E EMERGENCIAL	111.089.622,00	114.451.326,75			
4028	ATENDIMENTO AMBULATORIAL ESPECIALIZADO	2.754.775,00	1.810.044,30	ATENDIMENTO AMBULATORIAL REALIZADO	469.106	473.831
4029	ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL AO PORTADOR DE SOFRIMENTO MENTAL	14.237.814,00	8.012.686,46	ATENDIMENTO		
				ATENDIMENTO PRESTADO	163.028	142.262
4030	ATENDIMENTO HOSPITALAR AMBULATORIAL E ASILAR A PESSOA ATINGIDA PELA HANSENÍASE	9.878.854,00	10.218.124,51	ATENDIMENTO		
				ATENDIMENTO REALIZADO	1.304.542	2.146.381
4203	PRESTAÇÃO DE ATENDIMENTO ASSISTENCIAL AMBULATORIAL HOSPITALAR E EMERGENCIAL AO USUÁRIO DO SUS	84.218.179,00	94.410.471,48	ATENDIMENTO		
				ATENDIMENTO PRESTADO	6.766.829	7.422.571
0515	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-FHEMIG	6.624.500,00	5.520.366,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
4224	FORMAÇÃO DE RESIDENTES	6.624.500,00	5.520.366,00	RESIDÊNCIA MÉDICA OFERECIDA	292	260
				RESIDÊNCIA MÉDICA		
0518	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS - FHEMIG	6.450.000,00	12.761.804,93			
1251	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	6.450.000,00	12.761.804,93	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA	10	4
				UNIDADE		
02321	FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS	76.545.490,00	71.288.116,63			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31.595.277,00	34.501.940,99			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	28.324.277,00	28.807.937,40	PESSOA REMUNERADA	1.400	1.384
				UNIDADE		
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.171.000,00	5.613.414,71			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	100.000,00	80.588,88	AUXÍLIO CONCEDIDO	80	151
				AUXÍLIO		
0002	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000,00	116.907,08			
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	116.907,08			
0062	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DA HEMORREDE E CETEBIO EM MG	3.456.995,00	1.480.034,56			
1041	CENTRO DE TECIDOS BIOLÓGICOS EM MINAS GERAIS	1.286.800,00	0	UNIDADE CONSTRUÍDA	1	0
Obra em fase de elaboração de projetos básicos de engenharia.				UNIDADE		
1197	REFORMA E ADAPTAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS - HEMOMINAS	2.170.195,00	1.480.034,56	UNIDADE REFORMADA/ADAPTADA	4	0
As obras programadas para serem realizadas nos municípios de Montes Claros, Governador Valadares, Uberaba e Juiz de Fora estão em fase de elaboração de projetos de arquitetura e de licitação pelo DEOP- Departamento de Obras Públicas de Minas Gerais, não ocorrendo realização física.				UNIDADE		
0078	ASSISTÊNCIA HEMATOLÓGICA E HEMOTERÁPICA	40.918.192,00	34.767.497,01			
4144	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE SANGUE E HEMODERIVADOS	39.850.992,00	34.767.497,01	HEMOCOMPONENTE PRODUZIDO	622.200	656.129
				BOLSA		
4845	MANUTENÇÃO DO BANCO DE SANGUE, CORDÃO UMBILICAL , PLACENTÁRIO E OUTROS	1.067.200,00	0	SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL ARMAZENADO	1	0
Em fase de assinatura de convênio com o Ministério da Saúde.				SANGUE ARMAZENADO		
0083	ESTUDOS E PESQUISAS EM HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	574.026,00	421.736,99			
4110	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	75.000,00	46.221,85	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO	4	0
Pesquisas em andamento nas áreas de Doação de Sangue e Componentes, Imunohematologia, Hemoglobinopatias, Hemostasia Trombose e Coagulação, Virologia e Gestão em Saúde.				ESTUDO / PESQUISA		
4181	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	499.026,00	375.515,14	SERVIDOR TREINADO/CAPACITADO	1.600	1.150
				SERVIDOR		
04291	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	979.943.943,00	1.085.591.216,71			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO	
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO EXECUTADO
0023	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5.500.000,00	11.801.265,47		
4178	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO	5.500.000,00	11.801.265,47	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	3.650 4.226
				ESTABELECIMENTO	
0242	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	15.445.364,00	21.232.533,93		
4059	COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E EXECUÇÃO COMPLEMENTAR DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS	15.445.364,00	21.232.533,93	RELATÓRIO EMITIDO	58 58
				RELATÓRIO	
0509	REGIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE.	200.596.720,00	131.008.696,05		
4241	SISTEMA ESTADUAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE	20.000.000,00	7.474.743,96	CENTRAL DE REGULAÇÃO IMPLANTADA	7 5
				UNIDADE	
4256	FORTALECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS HOSPITAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - PRÓ HOSP	95.000.000,00	78.481.820,21	UNIDADE HOSPITALAR CONTEMPLADA	119 124
				UNIDADE HOSPITALAR	
1557	VIVA VIDA	33.096.720,00	5.102.078,42	INVESTIMENTO EM PONTOS ASSISTENCIAIS DA REDE MATERNO INFANTIL REALIZADO	10 2
				PONTO ASSISTENCIAL	
1564	ESTRUTURAÇÃO DA REDE ASSISTENCIAL, INCLUSIVE DAS POLICLINICAS DE STA LUZIA E DE SÃO PEDRO EM JUIZ DE FORA E DA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE ABAETÉ	16.500.000,00	10.330.422,18	INVESTIMENTO EM PONTOS ASSISTENCIAIS REALIZADO	6 6
				PONTO ASSISTENCIAL	
4195	CÂMARA DE COMPENSAÇÃO BIPARTITE DA PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA -PPI	36.000.000,00	29.619.631,28	COMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA MENSAL REALIZADA	12 12
				COMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA	
0520	SAÚDE EM CASA	72.000.000,00	73.869.184,97		
4335	SAÚDE EM CASA	72.000.000,00	73.869.184,97	INCENTIVO MENSAL PAGO POR EQUIPE PSF	2.800 3.464
				INCENTIVO	
0531	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.	173.130.508,00	211.211.579,53		
4239	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	116.200.303,00	150.809.496,34	PACIENTE ATENDIDO	35.000 71.355
				PACIENTE	
4309	MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	9.930.205,00	25.166.151,16	PACIENTE ATENDIDO	403.300 284.947
				PACIENTE	
4665	FARMÁCIA DE MINAS	47.000.000,00	35.235.932,03	MEDICAMENTO BÁSICO DISTRIBUÍDO	300.000.000 1.030.984.081
				MEDICAMENTO	
0543	GESTÃO EM SAÚDE	6.100.000,00	17.073.635,15		
2311	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS	100.000,00	453.428,05	REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA	12 11
				REUNIÃO	
4075	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	5.000.000,00	8.564.100,69	CURSO REALIZADO	30 49
				CURSO	

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : SAÚDE

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2305	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE	1.000.000,00	8.056.106,41	COMPUTADOR EM REDE INSTALADO	1.100	1.100
				COMPUTADOR		
0546	ATENÇÃO À SAÚDE	507.171.351,00	619.394.321,61			
4014	ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO TRABALHADOR	200.800,00	1.810.744,66	MACRORREGIÃO BENEFICIADA	9	9
				MACRORREGIÃO		
4023	SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO - SISVAN	335.000,00	153.968,16	MUNICÍPIO ATENDIDO	700	621
				MUNICÍPIO		
4039	ASSISTÊNCIA À SAÚDE (SISTEMA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR E SISTEMA DE INTERNAÇÃO AMBULATORIAL)	456.000.000,00	504.829.395,99	ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL DE SAÚDE BENEFICIADO	6.045	6.045
				ESTABELECIMENTO		
4045	FORTEALECIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE	5.000.000,00	3.962.082,33	MUNICÍPIO ATENDIDO	60	39
				MUNICÍPIO		
4150	ASSISTÊNCIA À PESSOAS PORTADORAS DE DST/HIV/AIDS	4.473.708,00	6.218.133,66	ATENDIMENTO REALIZADO	132.000	132.000
				ATENDIMENTO		
4186	SAÚDE INDÍGENA	500.000,00	288.251,38	ETNIA ATENDIDA	8	8
				ETNIA		
4216	SAÚDE BUCAL	1.000.000,00	226.125,40	MICRORREGIÃO BENEFICIADA	27	40
				MICRORREGIÃO		
4762	ATENÇÃO A SAÚDE DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	1.000.000,00	2.505.836,57	UNIDADE CREDENCIADA	49	30
				UNIDADE		
4768	SAÚDE MENTAL	1.000.000,00	464.615,28	CENTRO IMPLANTADO	109	16
				CENTRO		
4781	PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE	37.661.843,00	98.935.168,18	MACRORREGIÃO BENEFICIADA	13	13
				MACRORREGIÃO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01301	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	362.507.191,00	596.672.729,11			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.677.506,00	6.025.123,59			
2001	DIREÇÃO SUPERIOR	30.000,00	14.410,97			
2002	PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.173.639,00	2.946.547,02			
2420	AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	44.550,00	35.601,48	AUXÍLIO CONCEDIDO	41	41
				AUXÍLIO		
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.429.317,00	3.028.564,12	PESSOA REMUNERADA	126	105
				UNIDADE		
0014	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	52.640.854,00	15.132.817,22			
1012	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	6.395.854,00	8.792.766,49	UNIDADE CONSTRUÍDA	18	5
	<i>Existem obras em andamento.</i>			UNIDADE		
1043	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVENÇÕES DE JUIZ DE FORA - CONEX	40.000.000,00	2.000.000,00	CENTRO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES DE MINAS GERAIS ACOMPANHADO CENTRO DE FEIRAS	1	1
1223	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	50.000,00	0	UNIDADE CONSTRUÍDA	1	0
				UNIDADE		
1866	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA SEF	300.000,00	300.000,00	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	17	20
				UNIDADE		
1948	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	5.895.000,00	4.040.050,73	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	13	5
	<i>Existem obras em andamento.</i>			UNIDADE		
0035	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	12.036.113,00	12.478.875,51			
1092	ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA, ESTRUTURAS E INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES	10.540.000,00	12.478.875,51	PROJETO ELABORADO	20	0
	<i>Nesta ação foram executados os projetos básico e executivo do Centro Administrativo, o Programa de Necessidades e o EIA/RIMA. Contudo, até dezembro de 2006 os projetos executivos de arquitetura, estrutura e instalações entregues referem-se ao Palácio do Governador, Auditório e Praça Cívica. Os demais deverão ser entregues em meados de fevereiro de 2007. Portanto, como os projetos executivos não foram totalmente concluídos não foi registrada nenhuma execução física em 2006.</i>			PROJETO		
1093	PROJETOS DE ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.496.113,00	0	PROJETO ELABORADO	1	0
				PROJETO		
0036	AUXÍLIO AOS MUNICÍPIOS EM AÇÕES EMERGENCIAIS E OBRAS INFRA-ESTRUTURAIS	63.646.000,00	358.975.401,26			
1049	APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE E EM OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	56.636.000,00	177.525.907,44	MUNICÍPIO APOIADO	270	1.954
				MUNICÍPIO		
1050	EXECUÇÃO DE OBRAS EMERGENCIAIS E INFRA-ESTRUTURAIS EM APOIO AOS MUNICÍPIOS	7.000.000,00	26.389.803,80	MUNICÍPIO ATENDIDO	6	50

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				MUNICÍPIO		
1129	INVESTIMENTOS ESPECIAIS EM APOIO AOS MUNICÍPIOS	10.000,00	155.059.690,02	PROJETO APOIADO	1	6
	<i>Obras concluídas em Caratinga, Cláudio, Itabira, Itaúna, Ouro Preto, Serra dos Aimores. Existem outras obras em andamento.</i>			PROJETO		
0049	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DO TRIÂNGULO - ALTO PARANAÍBA	4.800.000,00	5.693.657,46			
1149	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DE AEROPORTOS NO TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA	4.800.000,00	5.693.657,46	AEROPORTO MELHORADO	3	1
	...			AEROPORTO		
0155	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DOS ACESSOS VIÁRIOS	45.450.093,00	27.388.040,45			
1001	FORNECIMENTO DE MATERIAL BETUMINOSO	16.300.000,00	711.596,80	MATERIAL BETUMINOSO FORNECIDO	25.000	309
	<i>A meta física programada estava compatibilizada com outro valor orçamentário que, durante a aprovação da LOA, através de emendas, sofreu redução de valores financeiros não acompanhada da redução física.</i>			TONELADA		
1002	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE ESTRADAS	11.150.093,00	9.347.367,65	ESTRADA CONSTRUÍDA/CONSERVADA	9	0
	<i>Existem obras em andamento.</i>			QUILÔMETRO		
4185	FORNECIMENTO DE BUEIROS METÁLICOS	5.000.000,00	1.735.490,00	BUEIRO METÁLICO FORNECIDO	391	253
				BUEIRO		
4201	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	1.000.000,00	330.000,00	PONTE E VIADUTO CONSTRUÍDO ATENDIDO	1	0
	<i>Obras em andamento.</i>			PONTE E VIADUTO		
4204	FORNECIMENTO DE MATA-BURROS	5.000.000,00	7.901.086,00	MATA-BURRO FORNECIDO	4.067	2.326
	<i>A quantidade fornecida foi inferior à programada para garantir estoque de segurança para os casos de necessidade causados por intempéries.</i>			MATA-BURRO		
4212	FORNECIMENTO DE VIGAS METÁLICAS	7.000.000,00	7.362.500,00	VIGA METÁLICA FORNECIDA	1.287	331
	<i>A quantidade fornecida foi inferior à programada para garantir estoque de segurança para os casos de necessidade causados por intempéries.</i>			VIGA		
0176	ESTRADAS TURÍSTICAS E ECOLÓGICAS	14.000.000,00	7.201.240,95			
1207	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE ESTRADAS TURÍSTICAS E ECOLÓGICAS	14.000.000,00	7.201.240,95	ESTRADA CONSTRUÍDA/CONSERVADA	86	0
	<i>Existem obras em andamento.</i>			QUILÔMETRO		
0210	MODERNIZAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL	21.200.000,00	15.895.423,56			
1190	AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES DA RECEITA	9.000.000,00	11.550.355,31	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA	42	44
				UNIDADE		
1206	POSTO DE FISCALIZAÇÃO - O CONTROLE COMEÇA NAS FRONTEIRAS	12.200.000,00	4.345.068,25	UNIDADE CONSTRUÍDA	10	0
				UNIDADE		
0217	ESTRADA REAL	300.000,00	300.000,00			
1132	RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO ANEXO DO CONJUNTO MUSEOLÓGICO MARIANO PROCÓPIO EM JUIZ DE FORA	300.000,00	300.000,00	PRÉDIO REFORMADO	1	0
				PRÉDIO		
0235	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DA POLÍCIA CIVIL	6.000.000,00	12.632.082,43			
1186	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL	6.000.000,00	12.632.082,43	UNIDADE CONSTRUÍDA	9	12

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				UNIDADE		
0313	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	21.500.000,00	15.002.191,71			
1686	IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - SETOP	5.000.000,00	340.440,01	PRÉDIO REFORMADO	5	1
				PRÉDIO		
1757	CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS	16.500.000,00	14.661.751,70	UNIDADE CONSTRUÍDA	5	5
				UNIDADE		
0347	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH	300.000,00	513.000,00			
1088	SUPERVISÃO DO PROJETO LINHA VERDE	300.000,00	513.000,00	SUPERVISÃO REALIZADA..	100	96
				PERCENTUAL		
0633	INFRA-ESTRUTURA EM MODAIS DE TRANSPORTE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	56.759.739,00	37.571.433,58			
1007	CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS DE MINAS GERAIS	400.000,00	0	TRECHO MELHORADO	1	0
Estudos em andamento de viabilidade dos trechos ferroviários.				QUILÔMETRO		
1249	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS	5.600.000,00	6.427.303,81	AEROPORTO CONSTRUÍDO	1	0
Obras em andamento. Serviços de iluminação e balizamento noturno do Aeroporto Regional da zona da Mata.				AEROPORTO		
1253	MELHORAMENTO DE AEROPORTOS	50.759.739,00	31.144.129,77	AEROPORTO MELHORADO	10	2
Existem obras em andamento.				AEROPORTO		
0644	AMPLIAÇÃO DE VAGAS E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL	57.045.886,00	80.555.652,02			
1679	CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIAS	32.045.886,00	24.916.418,71	UNIDADE CONSTRUÍDA	2	10
				UNIDADE		
1681	CONSTRUÇÃO DE PRESÍDIOS	15.000.000,00	53.132.795,82	UNIDADE CONSTRUÍDA	4	4
				UNIDADE		
1682	REFORMA DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	10.000.000,00	2.506.437,49	UNIDADE PREDIAL REFORMADA	69	9
				UNIDADE		
0651	GESTÃO DE PROJETOS	3.151.000,00	1.307.789,37			
2004	ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS EM TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	3.151.000,00	1.307.789,37	ESTUDO E PROJETO ELABORADO	2	6
				ESTUDO / PROJETO		
02141	DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	6.214.388,00	44.112.540,73			
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.319.558,00	7.791.649,01			
2417	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.393.267,00	4.820.560,69	PESSOA REMUNERADA	201	134
				UNIDADE		
2423	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00	24.978,00	SERVIDOR CAPACITADO	100	20
				SERVIDOR		
2427	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	122.400,00	145.313,00			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	54.000,00	33.739,60	AUXÍLIO CONCEDIDO	55	27
			AUXÍLIO		
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	18.329,00	9.940,65			
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.721.562,00	2.757.117,07			
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	26.736,00	1.309.711,46			
7004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	26.736,00	1.309.711,46			
0079 GERENCIAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PÚBLICA	868.094,00	35.011.180,26			
4102 ELABORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PÚBLICA	678.068,00	34.912.255,26	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REALIZADA	600	83
Por um engano acerca do escopo dessa ação, a meta física programada ficou superestimada em 600, quando deveria ter sido 60.			SERVIÇO		
4103 GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	190.026,00	98.925,00	OBRA FISCALIZADA/ACOMPANHADA	175	307
As fiscalizações das obras foram supridas, também, pelos contratos de Consultorias Técnicas, fazendo com que não fosse gasto o recurso total previsto, ainda que a meta física tenha superado a programada			OBRA		
02301 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS	880.235.967,00	1.120.142.240,91			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	150.483.481,00	163.591.638,86			
2427 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.800.000,00	3.361.686,70			
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	554.450,00	297.147,32	AUXÍLIO CONCEDIDO	1.040	4.411
			AUXÍLIO		
2423 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	150.000,00	51.332,74	SERVIDOR CAPACITADO	500	35
			SERVIDOR		
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	28.727.897,00	36.468.017,37			
2001 DIREÇÃO SUPERIOR	200.000,00	6.825,25			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	117.051.134,00	123.406.629,48	PESSOA REMUNERADA	4.651	4.607
			UNIDADE		
0002 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	6.199.891,00	13.264.569,63			
7004 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	6.199.891,00	13.264.569,63			
0036 AUXÍLIO AOS MUNICÍPIOS EM AÇÕES EMERGENCIAIS E OBRAS INFRA-ESTRUTURAIS	5.000.000,00	4.699.520,64			

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
1134	APOIO AOS MUNICÍPIOS	5.000.000,00	4.699.520,64	MUNICÍPIO APOIADO	100	12
				MUNICÍPIO		
0049	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DO TRIÂNGULO - ALTO PARANAÍBA	22.400.000,00	46.365.759,15			
1221	PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS DE APOIO AO SETOR PRODUTIVO	12.400.000,00	12.675.759,15	RODOVIA PAVIMENTADA E RESTAURADA	59	51
				QUILÔMETRO		
1454	PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS NO TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA	10.000.000,00	33.690.000,00	RODOVIA PAVIMENTADA E RESTAURADA	19	42
O valor financeiro executado supera o programado, justificando o aumento da meta física executada em relação a programada.				QUILÔMETRO		
0068	PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	83.506.000,00	80.142.890,79			
1296	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (PONTES E VIADUTOS)	100.000,00	200.000,00	PONTE E VIADUTO CONSTRUÍDO ATENDIDO	2	0
				PONTE E VIADUTO		
4098	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DA REDE ESTADUAL	35.706.000,00	50.336.902,10	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	143	37
Existem obras em andamento.				QUILÔMETRO		
4171	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DA REDE FEDERAL DELEGADA-DNIT	47.700.000,00	29.605.988,69	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA	27	26
				QUILÔMETRO		
0123	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA	37.540.969,00	64.569.245,92			
4134	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	36.169.490,00	59.020.222,67	RODOVIA CONSERVADA	5.700	8.781
				QUILÔMETRO		
4142	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	1.000.000,00	5.299.023,25	RODOVIA RESTAURADA	34	24
				QUILÔMETRO		
4188	OBRAS EMERGENCIAIS EM RODOVIAS ESTADUAIS	250.000,00	250.000,00	EXTENSÃO DE RODOVIA RECUPERADA	200	0
Realizado 100 metros da meta física programada.				QUILÔMETRO		
4222	CAMPANHA EDUCATIVA DE TRÂNSITO	101.479,00	0	CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA	10	11
Sem liquidação no ano, a ação beneficiou 53.473 pessoas em 2006. Para executá-la foi utilizada a estrutura disponível no DER/MG - Sinergia da Entidade. Todas as Blitzes realizadas nas rodovias em 2006 foram acompanhadas de ações educativas.				CAMPANHA		
4812	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS DELEGADAS - DNIT	10.000,00	0	RODOVIA CONSERVADA	200	0
				QUILÔMETRO		
4814	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	10.000,00	0	RODOVIA RESTAURADA	30	0
				QUILÔMETRO		
0124	PROGRAMA DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS (BR381)	40.000.000,00	38.694.152,83			
1231	OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS (BR381)	40.000.000,00	38.694.152,83	RODOVIA DUPLICADA	2	2
Os 2 Km de intervenções se referem à conclusão do trevo de CDI de Pouso Alegre, com a implantação do acesso de Estiva e à conclusão da iluminação trevo Varginha e Três Corações, dentre outros serviços.				QUILÔMETRO		
0126	METROPLAN	1.575.000,00	0			
4346	REDUÇÃO DO CUSTO DO TRANSPORTE DO SISTEMA METROPOLITANO	1.575.000,00	0	SERVIÇO DE TRANSPORTE ADEQUADO	201	0

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				SERVIÇO		
0127	PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA EM MUNICÍPIOS	3.000.000,00	1.504.604,46			
1347	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DE CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO DA RMBH	3.000.000,00	1.504.604,46	VIA URBANA PAVIMENTADA	15	0
Foram contruidos 330 abrigos de passageiros na ação. Não sendo implementado na construção de vias.				QUILÔMETRO		
0208	CORREDORES RADIAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	4.297.600,00	4.174.168,58			
1847	ESTUDOS, PROJETOS E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DOS CORREDORES RADIAIS	10.000,00	0	ESTUDO, PROJETO E MONITORAMENTO REALIZADO	14	0
				ESTUDO / PROJETO		
1510	CORREDOR DE TRANSPORTE MG 050/BR 265 TRECHO: BELO HORIZONTE - FORMIGA - PASSOS - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - DIVISA MG/SP	4.287.600,00	4.174.168,58	RODOVIA CONSERVADA	373	58
				QUILÔMETRO		
0212	TURISMO EM MINAS	2.206.626,00	606.626,00			
1470	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	2.206.626,00	606.626,00	SINALIZAÇÃO INSTALADA	700	1.200
				SINALIZAÇÃO		
0217	ESTRADA REAL	1.100.000,00	160.000,00			
1477	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA ESTRADA REAL	1.000.000,00	160.000,00	CIRCUITO SINALIZADO	12	12
				CIRCUITO		
1597	GEOPROCESSAMENTO DA ESTRADA REAL	100.000,00	0	QUILÔMETRO GEOPROCESSADO	1.200	0
				QUILÔMETRO		
0224	PROGRAMA DE QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO - PQSP	282.000,00	25.888,00			
2401	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	107.000,00	25.888,00	ATENDIMENTO PRESTADO	100.000	96.920
				ATENDIMENTO		
2415	CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	175.000,00	0	UNIDADE DO DER CERTIFICADA	35	0
				PERCENTUAL		
0340	PROJETO JAIBA	960.000,00	711.872,87			
1837	REFORÇO DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO PROJETO JAIBA	960.000,00	711.872,87	PONTE CONSTRUÍDA	1	1
				PONTE		
0347	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH	185.915.200,00	226.449.117,16			
1101	ANEL DE CONTORNO DO AEROPORTO INTERNACIONAL TANCREDO NEVES	10.034.200,00	180.637,78	ANEL DE CONTORNO RODOVIÁRIO IMPLANTADO	8	0
				QUILÔMETRO		
1103	LINHA VERDE	161.841.000,00	209.038.479,48	MELHORIA REALIZADA	35	72
				QUILÔMETRO		
1382	RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA MG 424	10.000,00	0	RODOVIA RESTAURADA	48	0
				QUILÔMETRO		
1384	READEQUAÇÃO E DUPLICAÇÃO DA RODOVIA MG 020	14.030.000,00	17.229.999,90	RODOVIA DUPLICADA	9	5

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO		
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
				QUILÔMETRO		
0397	PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES E ACESSOS RODOVIÁRIOS AOS MUNICÍPIOS	233.400.000,00	312.415.486,42			
1128	MELHORIA DE LIGAÇÕES E ACESSOS EM RODOVIAS DO VALE DO RIO DOCE	60.000.000,00	0	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA QUILÔMETRO	85	0
1961	MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE - PROCESSO	145.400.000,00	312.415.486,42	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA QUILÔMETRO	379	576
1972	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS EM CONVÊNIO COM A UNIÃO	28.000.000,00	0	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA QUILÔMETRO	60	0
0410	PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	1.500.000,00	0			
1087	INSTALAÇÃO DO AEROPORTO INDUSTRIAL NO AEROPORTO INTERNACIONAL TANCREDO NEVES - AITN	1.500.000,00	0	VIA DE ACESSO CONCLUÍDA QUILÔMETRO	4	0
0529	PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS	5.000,00	0			
2559	PROJETO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE CONCESSÕES	5.000,00	0	CONTRATO DE CONCESSÃO GERENCIADO CONTRATO	1	0
0636	PRO MG - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	100.614.200,00	162.766.699,60			
1325	RECUPERAÇÃO FUNCIONAL DE RODOVIAS	60.170.200,00	91.653.341,84	EXTENSÃO DE RODOVIA RECUPERADA QUILÔMETRO	3.000	1.398
2316	DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA	444.000,00	419.560,00	METODOLOGIA DESENVOLVIDA METODOLOGIA	1	0
4247	PROMG ESTRADA REAL - RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIAS DE ACESSO	20.000.000,00	18.992.960,40	VIAS DE ACESSO RECUPERADA QUILÔMETRO	1.250	219
O motivo para realização dos 218,30 Km dos 1250 Km previsto foi :						
A viabilização do recursos ocorreu no último trimestre do ano, inviabilizando a realização das metas previstas						
4339	MANUTENÇÃO DE RODOVIAS	20.000.000,00	51.700.837,36	EXTENSÃO DE RODOVIA CONSERVADA QUILÔMETRO	1.200	1.215
0668	AUXÍLIOS A MUNICÍPIOS EM AÇÕES EMERGENCIAIS	250.000,00	0			
4151	RECUPERAÇÃO DE ACESSOS MUNICIPAIS	250.000,00	0	MUNICÍPIO ATENDIDO MUNICÍPIO	20	0
04381	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRANSPORTES	53.166.313,00	56.420.296,84			
0122	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA ESTADUAL	32.611.660,00	41.363.018,89			
4176	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	29.957.500,00	29.363.018,89	RODOVIA CONSERVADA QUILÔMETRO	3.050	2.114
4455	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	2.654.160,00	12.000.000,00	RODOVIA RESTAURADA QUILÔMETRO	36	9

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
0125 PROGRAMA DE OPERAÇÃO DE VIA - OPERVIA	20.554.653,00	15.057.277,95			
4244 CONTROLE DO TRANSPORTE DE CARGAS ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE BALANÇAS FIXAS E MÓVEIS	14.230.653,00	15.029.461,54	BALANÇA OPERADA	36	13
<i>Instalação de balanças em andamento.</i>			UNIDADE		
4294 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE	6.324.000,00	27.816,41	FAIXA DE ROLAMENTO MONITORADA	51	0
<i>O contrato com a empresa responsável pela fiscalização e controle de velocidade expirou no início do ano. Nova contratação está em fase de licitação.</i>			FAIXA MONITORADA		
05261 TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A.	2.000,00	0			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.000,00	0			
6248 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - TRANSPORTES METROPOLITANOS	1.000,00	0			
0565 TRANSPORTE METROPOLITANO	1.000,00	0			
8240 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DA RMBH	1.000,00	0	PASSAGEIRO TRANSPORTADO	207.294	0
<i>O transporte de passageiros sobre trilhos da Região Metropolitana de Belo Horizonte permanece sob a gestão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, uma vez que não se concluiu a negociação de transferência do Sistema de Trens Urbanos de Passageiros para o estado e municípios de Belo Horizonte e Contagem em razão da União não ter concluído todas as obras previstas no escopo do Programa BIRD-I, com financiamento federal e do Banco Mundial.</i>			PASSAGEIRO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TURISMO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO	FINANCEIRO		FÍSICO		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
01411 SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	14.386.946,00	7.087.880,96			
0001 APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.411.052,00	3.233.823,57			
2417 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.371.270,00	1.450.572,50	PESSOA REMUNERADA	51	51
			UNIDADE		
2420 AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	14.432,00	12.319,51	AUXÍLIO CONCEDIDO	17	12
			AUXÍLIO		
2002 PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.025.350,00	1.770.931,56			
0175 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	2.229.879,00	106.000,00			
4250 COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	1.939.879,00	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO	9	0
			MUNICÍPIO		
1717 ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR	290.000,00	106.000,00	MUNICÍPIO BENEFICIADO	3	1
			MUNICÍPIO		
0207 CIRCUITOS TURÍSTICOS	339.515,00	12.756,73			
4253 RESTRUTURAÇÃO DAS ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS	200.000,00	0	ESTÂNCIAS ATENDIDAS	9	1
			ESTÂNCIA		
<i>Execução física relativa à realização de Reunião Técnica de Sensibilização e Resgate do Patrimônio Hidromineral do Circuito Turístico das Águas.</i>					
4300 CONSOLIDAÇÃO E APOIO AOS CIRCUITOS TURÍSTICOS	139.515,00	12.756,73	CIRCUITO IMPLANTADO	10	17
			CIRCUITO		
<i>Para certificação dos circuitos foram utilizados recursos do Programa 0217 - Estrada Real.</i>					
0212 TURISMO EM MINAS	4.777.000,00	422.052,83			
4079 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	4.777.000,00	422.052,83	AÇÃO REALIZADA	6	7
			AÇÃO		
0216 PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	1.600.000,00	0			
4342 ELABORAÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL	800.000,00	0	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	10	39
			UNIDADE		
<i>O recursos financeiros utilizados para a confecção de folders foram provenientes da Sub-Secretaria de Comunicação.</i>					
4343 REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO	800.000,00	0	EVENTO PARA PROMOÇÃO DO TURISMO REALIZADO	40	40
			EVENTO		
<i>Os recursos utilizados para a participação em feiras e eventos são provenientes da ação Divulgação da Estrada Real.</i>					
0217 ESTRADA REAL	3.029.500,00	3.313.247,83			
1920 CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E AVALIAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS DO TURISMO NA ESTRADA REAL	50.000,00	50.000,00	ESTUDO ESTATÍSTICO REALIZADO	1	1
			ESTUDO		
4035 DIVULGAÇÃO DA ESTRADA REAL	829.500,00	823.848,86	PARTICIPAÇÃO EM EVENTO REALIZADO	40	45
			EVENTO		
4348 INTEGRAÇÃO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS NO DESENVOLVIMENTO DA ESTRADA REAL	100.000,00	85.866,42	CIRCUITO INTEGRADO	7	13
			CIRCUITO		

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2007
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA - 2006
SETOR : TURISMO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROGRAMA AÇÃO		FINANCEIRO		FÍSICO	
		PROGRAMADO	EXECUTADO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO EXECUTADO
4353	PROMOÇÃO DA ESTRADA REAL	850.000,00	672.020,75	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO	2029
				UNIDADE	
1569	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	1.100.000,00	1.581.611,80	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO REALIZADA	80105
				MUNICÍPIO	
4356	POTENCIALIZAÇÃO DO ECOTURISMO	100.000,00	99.900,00	CIRCUITO POTENCIALIZADO	77
				CIRCUITO	
04151	FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TURISMO	1.000,00	0		
0217	ESTRADA REAL	1.000,00	0		
1448	FASTUR - APOIO FINANCEIRO AO TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA.	1.000,00	0	EMPRESA FINANCIADA	10
				EMPRESA	
05241	COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES	587.500,00	0		
0001	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	476.500,00	0		
6991	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL - PROMINAS	476.500,00	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	90
				EQUIPAMENTO	
0654	REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PRÉDIO DO MINASCENTRO	111.000,00	0		
3001	REFORMA E ADEQUAÇÃO DO MINASCENTRO	111.000,00	0	REFORMA REALIZADA	20
	Reforma realizada com recursos de convênio entre a SETUR e o Ministério do Turismo, contabilizados na SETUR.			REFORMA	

Bombeiro
Ciência, Tecnologia e E
envolvimento Regional e Política Urban
Meio Ambiente
Educação
Planejamento e Gestã
Bombeiros
Reforma Agrária
Desenvolvimento Econômico
Defesa Social
Fazenda
Saúde
Cultura
Agropecuária
Educação
Polícia Militar
Polícia Civil
Desenvolvimento Social e Esportes
mento dos vales do Jequitinhonha
Mucuri e Noroeste
ência

